SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 12 de Maio de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3534

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE: Anteomar Pereira da Silva - Ex- Prefeito de São Tomé/ RN

1º Vice-Presidente: JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN

Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI - AMSO-TR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2025 – AMSO-TR

O Presidente da Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi – AMSO-TR, Joaquim José de Medeiros, convida Vossa Senhoria, para participar no dia 15 de maio de 2025, da Assembleia Geral Ordinária, na sede da nossa Associação, no Município de Currais Novos**,** em primeira convocação, às 15h, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos municípios associados, e às 15:30h em segunda convocação, com qualquer número de participantes, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1. XXVI Marcha à Brasília em Defesa dos Municípios;
2. Cronograma de visita aos municípios;
3. Aprovar o Planejamento Estratégico e o novo Estatuto da AMSO-TR;
4. Apresentação de novos serviços jurídicos;
5. Sorteio do cronograma de prestação de serviços da Patrulha Motomecanizada;
6. Ostros assuntos de interesse.

Data: Dia 15 de maio de 2025.
Hora: 15h
Local: Sede da AMSO-TR, em Currais Novos/RN.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Presidente

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:49A76C47

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 22/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: BIO ANALISES LABORATORIO LTDA; CNPJ: 20.897.601/0001-56

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/SERIDÓ

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:9B094A9D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 21/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: WELL LAB LABORATORIO DE ANALISES CLÍNICAS LTDA; CNPJ: 51.058.729/0001-50

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:BF7A3B30

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 20/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: LUCIANO A LOPES & CIA LTDA; CNPJ: 16.726.637/0001-08

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:F041A104

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 19/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;
CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;
Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CONTRATADO: VINE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA; CNPJ: 45.721.829/0001-11

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, em 09 de maio de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:05F380D2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 18/2025

CONSIDERANDO o exposto no Documento de Formalização de Demanda Nº 1/2025;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 74 da Lei Federal 14.133/2021, no art. 199 da Lei 8.080/90, e no Edital de Chamamento Público 1/2025;

CONSIDERANDO a previsão orçamentária no exercício vigente e a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;

Pelo exposto, à luz dos fatos descritos na documentação trazida para exame, resta afirmar que estão presentes os requisitos que autorizam a contratação direta, por inexigibilidade, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA E ATENDIMENTO MÉDICO EM REGIME AMBULATORIAL OU HOSPITALAR, DE SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA, SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXCLUIDOS OS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, COMPLEMENTANDO SERVIÇOS DE SAÚDE OFERTADOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

CONTRATADO: CLÍNICA DAYSE OLIVEIRA NEVES EIRELI; CNPJ: 12.553.583/0001-67

Currais Novos, 10 de abril de 2025.

VERÔNICA JULIANA GARCIA GERALDO
Secretária Executiva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2025,** nos termos do despacho da Secretaria Executiva e na conformidade do dispositivo da Lei mencionada, autorizando a emissão da Nota de empenho correspondente.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Currais Novos, 10 de abril de 2025.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Presidente do CIS/Seridó

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:3A3C8D6A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR (CIMOP)

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
CONTRATO DE PROGRAMA Nº 014/2025

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
CONTRATO DE PROGRAMA Nº 014/2025

Contrato de Programa Nº 014/2025

Objeto: O presente contrato de programa visa a prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos domiciliares em aterro sanitário licenciado, em regime de gestão associada entre o Município de Paraná/RN e o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar (CIMOP).

Partes:

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar - CIMOP, inscrito no CNPJ n.º 15.185.079/0001-40, representado pelo Presidente, Sr. Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Prefeito Municipal de Riacho da Cruz/RN.

Município de Paraná/RN, inscrito no CNPJ n.º 08.357.454/0001-16, representado pelo Prefeita, Sra. Josiene Gomes da Silva Andrade.

Vigência: O contrato tem vigência até 31/12/2025, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Fundamentação Legal: Este contrato de programa é regido pelo Art. 241 da Constituição Federal, Art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005, Art. 19 e 30 do Decreto nº 6.017/2007, Art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pela Lei Federal nº 11.445/2007 e a Lei nº 12.305/2010.

Data de Assinatura: 30 de abril de 2025.

Assinam:

Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Presidente do CIMOP.

Josiene Gomes da Silva Andrade, Prefeita Municipal de Paraná/RN.

Publicado por:
Daniel Alves da Silva
Código Identificador:3B2E799B

DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE RATEIO Nº 2025014/001

Contrato Administrativo de Rateio Nº 2025014/001

Objeto: O presente contrato de rateio tem como objetivo definir as regras e critérios de participação do Município de Francisco Dantas/RN junto ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar (CIMOP) no repasse de obrigações financeiras, visando a prestação parcial dos serviços de manejo de resíduos sólidos em regime de gestão associada.

Partes:

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar - CIMOP, inscrito no CNPJ n.º 15.185.079/0001-40, representado pelo Presidente, Sr. Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Prefeito Municipal de Riacho da Cruz/RN.

Município de Paraná/RN, inscrito no CNPJ n.º 08.357.454/0001-16, representado pelo Prefeito, Sr. Josiene Gomes da Silva Andrade.

Valor Mensal: R$ 7.556,10, referente à destinação final de resíduos sólidos com produção estimada de 2,83 toneladas diárias.

Vigência: O contrato tem vigência até 31/12/2025, contado a partir da data de assinatura.

Fundamentação Legal: O contrato de rateio é regido pelo art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, art. 13 e seguintes do Decreto nº 6.017/2007, pelo contrato de programa correspondente, e pelas Leis Ratificadoras dos Municípios consorciados.

Data de Assinatura: 30 de abril de 2025.

Assinam:

Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Presidente do CIMOP.

Josiene Gomes da Silva Andrade, Prefeito Municipal de Paraná/RN

Publicado por:
Daniel Alves da Silva
Código Identificador:FBCA0DEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO POTIGUAR

CIM POTIGUAR
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Potiguar – CIM POTIGUAR, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados o Pregão Eletrônico n° 03/2025, que tem como objeto a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA COM SIMULADOR VIRTUAL 3D DE AUTOAPRENDIZAGEM, INCLUINDO PLATAFORMA DIGITAL E SERVIÇOS CORRELATOS, VISANDO APOIAR O ENSINO DE TECNOLOGIA, STEAM (CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, ENGENHARIA, ARTES E MATEMÁTICA) E CULTURA DIGITAL NAS REDES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM POTIGUAR**. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.gov.br/pncp/pt-br, www.portaldecompraspublicas.com.br, cimpotiguar.com.br/licitacoes/.

Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 09h00min do dia 12/05/2025 até às 09h29min do dia 29/05/2025, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. As propostas serão abertas às 09h30min (horário de Brasília/DF) do dia 29/05/2025.

Natal/RN, 09 de maio de 2025.

CLÉCIO DA CÂMARA AZEVEDO
Diretor Executivo

Publicado por:
Filipe Neri Soares
Código Identificador:A2EA03CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CLINICA DE RAIOS-X LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0023/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e FERNANDO JOSÉ VIEIRA DE SOUSA – Representante da CLINICA DE RAIOS-X LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:8243D068

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: M F CABRAL CLINICA MEDICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0026/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e RODOLFO FERNANDES CABRAL – Representante da M F CABRAL CLINICA MEDICA LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:57164BBC

DIRETORIA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2022

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2022
PROCESSO: 177/2021
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: SAL DA TERRA SERVIÇOS E PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA
O presente Instrumento tem por objeto alterar a Cláusula Décima Terceira, referente a prorrogação da vigência do contrato original respectivamente, mediante Termo Aditivo que se expõem a seguir:
"CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA" O presente contrato terá a vigência hum (1) ano, no período de 7 de maio de 2025 a 7 de maio de 2026.
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Neri Galvão de Mattos – Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 07 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:0E12F1D6

DIRETORIA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0142/2023

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0142/2023
PROCESSO: 473/2023
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: CLÍNICA HGO MOSSORO LTDA - CLÍNICA GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA
O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração do Razão Social do presente contrato firmado entre as partes, conforme o PREÂMBULO, referente ao contrato mediante termo aditivo, que se expõem a seguir:
Razão Social: CLÍNICA GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Lucas Tiano Sousa Vasconcelos– Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 07 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:4F88023B

DIRETORIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 27ª ETAPA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 – COPIRN, 27ª ETAPA, REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

ABJ TRATAMENTO AMBULATORIAL E TREINAMENTOS EM SAÚDE LTDA - CNPJ: 26.857.885/0001-33 (Natal, 7ª Região).

Natal, 09 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Presidente
CPF/MF nº 393.411.194-72

Publicado por:
Kamila Mayara Dos Santos Marinho Grilo
Código Identificador:CD5CAC14

DIRETORIA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0143/2023

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0143/2023
PROCESSO: 485/2023
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: CLÍNICA HGO MOSSORO LTDA - CLÍNICA GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA
O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração do Razão Social do presente contrato firmado entre as partes, conforme o PREÂMBULO, referente ao contrato mediante termo aditivo, que se expõem a seguir:
Razão Social: CLÍNICA GERAL DE OFTALMOLOGIA LTDA
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Lucas Tiano Sousa Vasconcelos– Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:0E6340BD

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: G F NUNES LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0013/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e GUIDO FERREIRA NUNES JUNIOR – Representante da G F NUNES LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:A9F3434F

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CARDIOCARE SERVICOS MEDICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0016/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 107.000,00 (cento e sete mil reais).

ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e ANTÔNIO FILGUEIRA DE QUEIROZ JÚNIOR – Representante da CARDIOCARE SERVICOS MEDICOS LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:D846F242

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: DNA CENTER LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0018/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e ROBERTO CHAVES DE VASCONCELOS – Representante da DNA CENTER LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:8E2FB15B

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: E S M SENA SERVICOS MEDICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0019/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e ELISABETE DE SOUZA MELO SENA – Representante da E S M SENA SERVICOS MEDICOS LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:34C2B0C0

DIRETORIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN
CONTRATADA: CLINICA WASHINGTON FAELANTE LTDA
AUTORIZAÇÃO: Contrato nº 0024/2025
OBJETO: Prestação de Serviços de Saúde com a finalidade de realizar atendimento médico laboratoriais e cirurgias eletivas, conforme discriminado no referido contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com fundamento na Constituição Federal, em especial os artigos 196 e seguintes e na Lei Federal n.º. 8.080/90, no que forem aplicáveis, bem como nos mandamentos da Lei n.º 14.133/2021 pertinentes, Lei n.º 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017/07 e, ainda, no Edital n.º 001/2025 -CHAMAMENTO PÚBLICO - CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais).
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e WENDELL DE PAIVA LEITE – Representante da CLINICA WASHINGTON FAELANTE LTDA
LOCAL/DATA DA ASSINATURA: Natal/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:753DC968

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

O Agente de Contratação do Município de Acari/RN, torna público que, após análise dos documentos de habilitação da Chamada Pública n° 002/2025, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OFICINEIRO COM HABILIDADES EM TEATRO,DANÇA,MÚSICA, ARTESANATO E ATUAÇÃO NO SUAS DIRECIONADAS PARA O PÚBLICO A SER ATENDIDO PELO SCFV, PAIF, PAEFI, CRIANÇA FELIZ E PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E DEMAIS PROGRAMAS LIGADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**,juntamente com a Comissão de Contratação decidiu declarar**CREDENCIADO/HABILITADO**para o item 04, o seguinte proponente: **57.642.166 DAMIANA DANIELE DA SILVA-ME** (CNPJ N° **57.642.166/0001-29**).

Os documentos encontram-se disponíveis no Portal de Compras Públicas, através do link www.portaldecompraspublicas.com.br e na Sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN.

Acari/RN, 09 de maio de 2025.

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE ARAÚJO
Agente de Contratação Direta

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:DD87FE14

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 03 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000000929/2025

A Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o inciso VII do art. 17 da Lei n° 14.133/2021, considerando a realização do**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE OFICINEIRO COM HABILIDADES EM TEATRO,DANÇA,MÚSICA, ARTESANATO E ATUAÇÃO NO SUAS DIRECIONADAS PARA O PÚBLICO A SER ATENDIDO PELO SCFV, PAIF, PAEFI, CRIANÇA FELIZ E PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL E DEMAIS PROGRAMAS LIGADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme especificações constantes no Edital de Credenciamento n° 002/2025, **HOMOLOGA**, por seus próprios fundamentos, o item 04 do presente certame, e **ADJUDICA** o seu objeto, em favor da seguinte empresa:

a) **57.642.166 DAMIANA DANIELE DA SILVA-ME**, CNPJ Nº **57.642.166/0001-29**, com sede à Rua Aurino Pires, nº 143, Luiz Gonzaga, Acari/RN, CEP: 59.370-000.

Acari/RN, 09 de maio de 2025

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:113D4421

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP Nº 126/2024 - PE Nº 053/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP Nº 126/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CNPJ Nº 08.097.008/0001-00
CONTRATADO: G. DE M SILVA-ME, CNPJ/MF Nº 48.512.371/0001-89, SEDIADA NA RUA JOSÉ DE MEDEIROS BRITO, Nº 291, BAIRRO SÃO JOÃO, JARDIM DO SERIDÓ/RN.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO VEICULAR DE PEQUENO PORTE E LINHA PESADA (MAQUINÁRIO), DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: FICA ACRESCIDO O PERCENTUAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) AO VALOR DO ITEM 01 DA ARP Nº 126/2024, NOS TERMOS DO ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2024.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 25.298,50 (VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2024
ACARI/RN, EM 08 DE MAIO DE 2025.
RAIMUNDO NONATO DANTAS DE MEDEIROS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES - CONTRATANTE
GEYZA DE MEDEIROS SILVA - CPF ***.197.794-** – RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:4460233A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP Nº 127/2024 - PE Nº 053/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP Nº 127/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
CNPJ Nº 08.097.008/0001-00
CONTRATADO: J. ALMIR DA SILVA-ME, CNPJ nº 30.618.654/00001-44, SEDIADA NA RUA JÚLIA OLINDINA, Nº 59, BAIRRO SENADOR DINARTE MARIZ, ACARI/RN.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO VEICULAR DE PEQUENO PORTE E LINHA PESADA (MAQUINÁRIO), DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI/RN.
OBJETO DO ADITIVO: FICA ACRESCIDO O PERCENTUAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) AO VALOR DO ITEM 01 DA ARP Nº 127/2024, NOS TERMOS DO ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2024.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 50.338,20 (CINQUENTA MIL, TREZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS)
FUNDAMENTO LEGAL: LEI 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2024
ACARI/RN, EM 08 DE MAIO DE 2025.
RAIMUNDO NONATO DANTAS DE MEDEIROS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES - CONTRATANTE
JOSÉ ALMIR DA SILVA – CPF: ***.845.604-** – RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F58026C2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

COTAÇÃO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Acari/RN, através da comissão permanente de licitação, avisa a todas as empresas interessadas e do ramo que, **até o dia 13 de Maio de 2025**, receberá Propostas e Preços, visando a obtenção de valores de referência para **CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO, ABRANGENDO A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS (PROJETOS, ORÇAMENTOS E ESPECIFICAÇÕES), ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ALÉM DE ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS À SERVIÇO DO MUNICIPIO DE ACARI/RN**. As descrições dos itens e suas especificações estão disponíveis na pesquisa Mercadológica nº PESQUISA 002 - ASSESSORIA DE COMBATE A INCENDIOS, que pode ser acessada **pelo link**: https://docs.google.com/document/d/1a47uMcKrMevaamYEpfXV3rmbGNq3NH4Z

Sendo assim, as empresas que desejarem apresentar propostas de preços para os itens que compõem a referida Pesquisa Mercadológica, deverão baixar a pesquisa através do link mencionado, preenchê-la e enviá-la para o seguinte e-mail: **sempacacari@gmail.com,** também é possível entregar a Pesquisa mercadológica in loco, na comissão permanente de licitações, localizado na Rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ari de Pinho, Acari/RN, CEP:59370-000, até as 13h00min do último dia do prazo.

Por fim, em caso de dúvidas e outros esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail **sempacacari@gmail.com**, mencionado no parágrafo anterior.

Acari, 12 de Maio de 2025.

Publicado por:
Jackson Soares
Código Identificador:70BACCC2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL - CE Nº 008/2024 - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

MUNICÍPIO DE ACARI/RN
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 160/2024
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CNPJ N° 08.097.008/0001-20, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, Nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN.
CONTRATADO: NUNES CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS E OBRAS URBANÍSTICAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 09.181.832/0001-26, COM SEDE À RUA ANFRISIO BELO, Nº 55, BAIRRO INÁCIO NUNES DOS REIS, ALMINO AFONSO/RN, CEP: 59.760-000.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA COM ACADEMIA AO AR LIVRE, NO BAIRRO PETRÓPOLIS NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN
OBJETO DO ADITIVO: ACRESCENTAR AO VALOR DO CONTRATO INICIAL R$ 16.434,16 (DEZESSEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS), SUPRIMINDO R$ 294,08 (DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E OITO ENTAVOS), PASSANDO O VALOR DA OBRA READEQUADO EQUIVALENTE A R$ 84.185,87 (OITENTA E QUATRO MIL, CENTO E OITENTA E CINCO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS)
PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO UTILIZADO: 23,72% (VINTE E TRÊS VÍRGULA SETENTA E DOIS) POR CENTO
VALOR ACRESCIDO: R$ 16.140,06 (DEZESSEIS MIL, CENTO E QUARENTA REAIS E SEIS CENTAVOS)
VIGÊNCIA: PRORROGAÇÃO POR 90 (NOVENTA) DIAS.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 111 C/C ART. 124, INCISO I, ALÍNEA "B", LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
ACARI/RN, 09 DE MAIO DE 2025.

MATHEUS ALVES GOMES OTHON -
Secretário Municipal de Infraestrutura - Contratante

FRANCISCO NAELSON NUNES DE SOUZA -
Sócio Administrador - Contratado

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:7E51AD47

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ACARI-RN, neste ato através da Comissão Permanente Municipal Interna de Processo Seletivo Simplificado, torna público, nos termos do Anexo V (calendário de atividades) do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2025, o resultado da interposição de recursos para o cargo de **PROFESSOR DE SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE**, conforme segue abaixo:
Inicialmente cumpre esclarecer que 01 (um) candidato ao cargo de **PROFESSOR DE SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE,** Antônio Yam da Silva Gomes, demandou, tempestivamente, com solicitação de interposição de recurso.
Em atenção à interposição de recurso referente ao resultado preliminar do processo seletivo regido pelo Edital nº 010/2025, informamos que, após análise da documentação apresentada, a decisão de desclassificação do(a) candidato(a) permanece mantida.
Conforme disposto no item 2.1, subitem "d" do referido edital, era obrigatória a apresentação, juntamente com o Currículo Profissional, de **todos os documentos comprobatórios do grau de formação, eventuais especializações e experiência profissional**. Tal exigência visa assegurar a veracidade das informações declaradas e permitir a adequada pontuação dos candidatos na etapa de análise curricular.
Entretanto, foi verificado que a documentação apresentada pelo(a) candidato(a) não contempla os comprovantes exigidos no edital, especificamente os relativos ao(s) título(s) de formação e/ou à experiência profissional declarada. A ausência dessa documentação impossibilita a validação das informações constantes no currículo, o que acarreta, conforme previsto no edital, a **desclassificação do(a) candidato(a)**.
Ressaltamos que todas as normas estabelecidas no edital têm força de lei entre as partes, e sua inobservância implica em sanções previamente previstas, conforme critérios objetivos e uniformemente aplicados a todos os participantes.
Dessa forma, o recurso interposto é **indeferido**, mantendo-se a decisão de desclassificação do(a) candidato(a) no presente processo seletivo.

Acari/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Presidente da CPMIPSS

AMÉLIA NADJA BEZERRA DANTAS DE MEDEIROS
Secretária da CPMIPSS

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Vogal CPMIPSS

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:0D51563B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 273/2025 (EXONERAÇÃO)

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar **MARCELO BEZERRA DE LACERDA**, portador do CPF n° 412.xxx.xxx-00, para exercer as atribuições inerentes ao cargo de CHEFE DE GABINETE, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e de Recursos Naturais.

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 09 de maio de 2025

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jadson Hericks Ferreira Bezerra
Código Identificador:FF72E8E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 274/2025 (NOMEAÇÃO)

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- **Nomear** LINA EMANUELLE DANTAS DA SILVA, portadora do CPF n° 125.xxx.xxx-02, para exercer as atribuições inerentes ao cargo de CHEFE DE GABINETE, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e de Recursos Naturais.

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 09 de fevereiro de 2025

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jadson Hericks Ferreira Bezerra
Código Identificador:CF19EEE6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 275/2025 (NOMEAÇÃO)

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, **SIMÁRIA DO SOCORRO CRUZ** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de **Professor (a) Ensino Fundamental - Anos Iniciais**, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovado em concurso público, cujo resultado foi homologado em data de 29 de maio de 2024, devidamente publicado no diário da FEMURN e Portal do Município, ficando lotado na **Escola Municipal Prefeito José Américo de Souza**, localizada na Zona Rural deste Município.

Art. 2º - A posse do servidor (a), assim como o respectivo exercício, ocorrerá imediatamente após a assinatura do termo de posse, ficando desclassificado caso não compareça para assinatura do Termo de Posse e o respectivo exercício em até 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 09 de maio de 2025

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jadson Hericks Ferreira Bezerra
Código Identificador:6C6EAC45

LICITAÇÃO
TORNAR SEM EFEITO O AVISO DO PE 11-2025

TORNAR SEM EFEITO A MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NO DIA 09/05/2025. EDIÇÃO 3533.
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2025-SRP
MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Serra do Mel/RN, torna público aos interessados que realizará certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n° 11/2025, julgamento do tipo "menor preço", com objeto de REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Aquisição de EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO DE GLICOSE (sensor e leitor) para uso em tratamento de pacientes portadores de Diabetes Tipo I assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Serra do Mel-RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Data de abertura 26.05.2025 às 10:h:00:m. O Edital e seus anexos encontra-se disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e PNCP (www.pncp.gov.br). Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min.
SEM EFEITO.

Serra do Mel/RN em 08.maio.2025.

FÁBIO FRANCISCO VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:FF647A59

LICITAÇÃO
TORNA SEM EFEITO AVISO DE REPETIÇÃO PE 10-2025

TORNAR SEM EFEITO A MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NO DIA 09/05/2025. EDIÇÃO 3533.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2025-SRP
MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Serra do Mel/RN, torna público aos interessados, a republicação de certame fracassado. Fica a partir da publicação deste, remarcado o certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n° 10/2025, julgamento do tipo "menor preço", com objeto de REGISTRAR PREÇOS para futura e eventual fornecimento de féretro, transportamento, extração e acondicionamento Básicos, visando atender ás necessidades das famílias carentes do Município de Serra do Mel – RN. Data de abertura para 23.05.2025 às 09:h:00:m, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital e seus anexos encontra-se disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e PNCP (www.pncp.gov.br). Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 14h00min.
TORNA SEM EFEITO.

Serra do Mel/RN em 08.maio.2025.

FÁBIO F. VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:AE0A2D8E

LICITAÇÃO
PE 07-2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 07/2025-SRP

O Município de Afonso Bezerra-RN, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados o Pregão em sua formaEletrônica nº 07/2025, cujo objeto é escolha da proposta mais vantajosa, mediante registro de preços, para possível contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços contínuos de terceirização de mão de obra, a serem executados com regime de dedicação exclusiva, para o Município de Afonso Bezerra/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.O edital encontram-se a disposição dos interessados no site: portaldecompraspublicas.com.br e PNCP: www.pncp.gov.br , e ainda, na sede da Prefeitura, no horário das 08h às 13h de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será iniciada às09h00min(horário de Brasília) do dia23 de maio de 2025.Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sitio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br , bem como, os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações.

Afonso Bezerra/RN em 09.maio.2025.

FÁBIO F. VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:70BA40D6

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 005/2022 - LICITAÇAO Nº. 009/2021 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3077/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, CNPJ Nº 08.294.688/0001-71.
CONTRATADO: TOPGEO TOPOGRAFIA E PROJETOS EIRELI, CNPJ 27.988.901/0001-90.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A TENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, NO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN.

DO OBJETO
O presente termo aditivo tem como objeto o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato nº 005/2022, previsto na Cláusula 7ª - DO REAJUSTE DE PREÇOS, firmado entre as partes em 26/01/2022, referente a contratação de empresa especializada nos serviços de topografia, engenharia e arquitetura para a tender as necessidades da secretaria de obras, no município de Afonso Bezerra/RN, oriundo do certame licitatório Tomada de Preços nº 009/2021, conforme justificativa nos autos processuais, nos termos previstos no instrumento contratual e no que estabelece o art. 65, inciso II "d", Lei Federal nº 8.666/93.

DO VALOR DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Pelo presente termo aditivo, readequar ao valor do contrato em R$ 78.170,40 (Setenta e oito mil, cento e setenta reais e quarenta centavos), passando o valor total do contrato para R$ 509.827,20 (Quinhentos e nove mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos) representando um acréscimo de 18,11% (dezoito virgula onze por cento) ao valor originalmente contratado.

Assinaturas: em 09/05/2025. Pela Contratante: Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº. 049.***.***-00 e Pela Contratada: Emmanuel Wadson de Melo, CPF nº. 008.***.***-05.

Publicado por:
Laercio Henrique da Silva
Código Identificador:1CC070B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2025.05.07-0001

EXTRATO DE CONTRATO nº 2025.05.07-0001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA De CATARATA FACOEMULSIFICACAO COM IMPL. LENTE INTRAOCULAR DOBRAVEL, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00033/2025, nos termos do *caput* do Art. 74, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 1. VIGÊNCIA: até 04/09/2025.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alexandria e: FUNDACAO SOCIAL ALEXANDRIENSE, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ sob o nº 70.031.208/0001-53, com sede a Rua Doutor. Antônio Fernandes Mousinho, 339 – Andar 2 e 3 – Alto da Boa Vista – Alexandria/RN – CEP 59965-000. Item(s): 1. Valor: R$ 77.160,00(setenta e sete mil centos e sessenta reais), correspondente a 100(cem) procedimentos cirúrgicos ao preço da tabela SUS – Sistema Único de Saúde

Alexandria - RN, 07 de maio de 2025

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE -
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:F261A74F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00033/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA De CATARATA FACOEMULSIFICACAO COM IMPL. LENTE INTRAOCULAR DOBRAVEL, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN. FUNDAMENTO LEGAL: *caput* do Art. 74, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 30/04/2025.

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:3062E48B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2025.05.09-0001

EXTRATO DE CONTRATO nº 2025.05.09-0001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT BEBÊ COMPOSTO POR 15(QUINZE) ITENS. PARA DISTRIBUIÇÃO AS GESTANTES, DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, REGISTRO DE PREÇO POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES: 01 banheira plastica, com capacidade para 20 litros. 01 kit bolsa maternidade c/ 2 bolsas, uma P e uma M (as medidas não poderão ser inferior a: bolsa grande: 28cm de altura x 35 cm de largura x 23cm de profundidade; bolsa média: 27cm de altura x 23cm de largura x 20cm de profundidade). 01 kit camise. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2025. DOTAÇÃO: UNIDADE: 02.009 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL PROGRAMA: 015 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTÊNCIAIS PROJETO/ATIVIDADE: 2.069 – MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.32.00 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. VIGÊNCIA: até 09/05/2026.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alexandria e: G K VIEIRA GONCALO LTDA, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídico – CNPJ sob o nº 26.291.343/0001-46, com sede a Rua R Francisco Valentim de Oliveira, 150 – Alto Boa Vista – Alexandria/RN – CEP 59965-000. Vencedor(a) do(s) item(ns): 1. Valor de R$ 40.400,00(quarenta mil e quatrocentos reais).

Alexandria/RN, 09 de maio de 2025.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Ordenador de Despesa

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:BF2BD6F4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00033/2025

ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00033/2025

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00033/2025, fundamentada no *caput* do Art. 74, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO EM OFTALMOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA De CATARATA FACOEMULSIFICACAO COM IMPL. LENTE INTRAOCULAR DOBRAVEL, NO INTUITO DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: FUNDACAO SOCIAL ALEXANDRIENSE, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ sob o nº 70.031.208/0001-53, com sede a Rua Doutor. Antônio Fernandes Mousinho, 339 – Andar 2 e 3 – Alto da Boa Vista – Alexandria/RN – CEP 59965-000. Item(s): 1. Valor: R$ 77.160,00(setenta e sete mil centos e sessenta reais), correspondente a 100(cem) procedimentos cirúrgicos ao preço da tabela SUS – Sistema Único de Saúde

Alexandria - RN, 30 de abril de 2025

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE -
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:183A972B

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 2025.03.31-0001

OBJETO: Reequilibrio-Economico e Financeiro do REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, **conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital**. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº PE000001/2025. DOTAÇÃO: UNIDADE: 02.012 – SAAE – SERVIÇOS AUTONÔMO DE ÁGUA E ESGOTO - FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO - SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL - PROGRAMA: 022 – SERVIÇO AOTONÔMO DE ÁGUA E ESGOTO - PROJETO/ATIVIDADE: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30–00 – MATERIAL DE CONSUMOVIGÊNCIA: Até 30/10/2023.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alexandria e: AUTO POSTO BRUNO DE ALMEIDA, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o 08.019.143/0001-57. Com sede a Rua DR. Gregório de Paiva, 164 – Centro – Alexandria/RN.

Item(s): Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento de combustíveis quais sejam: Para a **GASOLINA COMUM**: Onde antes o valor do litro era R$ 6,78(seis reais e setenta e oito centavos), perfazendo assim uma supressão A MENOS de R$ 0,09(nove centavos), com a SUPRESSÃO do valor repassado pelo posto a este órgão **SAAE – SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, o(a) qual sofreu uma redução nos preços, tendo este uma SUPRESSÃO de R$ 0,09(nove centavos), no preço de cada litro, repassado, assim sendo a **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, por cada litro agora o valor para **GASOLINA COMUM**. O valor de R$ 6,69(seis reais e sessenta e nove centavos), perfazendo assim um reajuste A MAIS de R$ 0,09(nove centavos). No preço de cada litro fornecido.

Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento de combustíveis quais sejam: Para a **DIESEL S-10**: Onde antes o valor do litro era R$ 6,98(seis reais e noventa e oito centavos), perfazendo assim uma supressão A MENOS de R$ 0,10(dez centavos), com a SUPRESSÃO do valor repassado pelo posto a este órgão **SAAE – SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, o(a) qual sofreu uma redução nos preços, tendo este uma SUPRESSÃO de R$ 0,10(dez centavos), no preço de cada litro, repassado, assim sendo a **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, por cada litro agora o valor para **DIESEL S-10**. O valor de R$ 6,88(seis reais e oitenta e oito centavos), perfazendo assim um reajuste A MENOS de R$ 0,10(dez centavos). No preço de cada litro fornecido.

Alexandria - RN, 08 de maio de 2025

AROLDO DE ALMEIDA BRAGA
Presidente do SAAE.

Publicado por:
Alinauba Rodrigues Vieira
Código Identificador:C04286E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 033/2025

Município: MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN, CNPJ Nº 08.184.111/0001-07.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E VISTORIA TÉCNICA, A SEREM REALIZADOS PELA CAIXA NA IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS EM ALTO DO RODRIGUES/RN.
Valor Global: R$ 47.681,90 (quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base Legal: Art. 74, inciso III da Lei Federal 14.133/2021.
Dotação Orçamentária:
04.122.0007.2085.33.90.35 – Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura.
Pelo Município: MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN, CNPJ Nº 08.184.111/0001-07 – RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA, CPF Nº 068.XXX.XXX-70 – PREFEITA MUNICIPAL; JOÃO ANTÔNIO DA SILVA, CPF 043.XXX.XXX-80, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, E POR FRANCISCO WILSON PAULO DE QUEIROZ, CPF Nº 393.XXX.XXX-91, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Alto do Rodrigues/RN, 09 de Maio de 2025.

Publicado por:
João Luiz da Luz Bezerra
Código Identificador:42B98496

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 071/2025

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN - CNPJ: 08.184.111/0001-07.
FORNECEDOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ: 00.360.305/0001-04
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E VISTORIA TÉCNICA, A SEREM REALIZADOS PELA CAIXA NA IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS EM ALTO DO RODRIGUES/RN.
Valor Global: R$ 47.681,90 (quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
ORIUNDO: Inexigibilidade nº. 033/2025 – Processo Administrativo nº 074/2025.
Base Legal: Art. 74, inciso III da Lei Federal 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA:
04.122.0007.2085.33.90.35 – Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura.

PELO MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN, CNPJ: 08.184.111/0001-07 – RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA – CPF: 068.XXX.XXX-70 – Prefeita Municipal.
PELO FORNECEDOR: ANDRÉ RICARDO MENDES VIEIRA - CPF nº 789.XXX.XXX-34

Alto do Rodrigues/RN, 09 de Maio de 2025.

Publicado por:
João Luiz da Luz Bezerra
Código Identificador:6278F1E7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 014/2025 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2025

A Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação nº 014/2025, na modalidade Pregão Eletrônico - SRP, cujo objeto é: **"registro de preço para futura contratação de empresa para prestação dos serviços de esgotamento, transporte e destinação final de resíduos de abatedouro de animais e de fossas sépticas dos prédios onde funcionam os órgãos públicos, no município de Alto do Rodrigues/RN, realizado através de caminhão 15m3 com sucção a vácuo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos"**. O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no site oficial do município http://170.79.153.44:9367/comprasedital/ e na sede da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, setor de licitações, no horário das 08h às 14h de segunda a sexta feira, por meio de pendrive. A sessão eletrônica será aberta às 10h00 (horário de Brasília) do dia 23 de maio de 2025. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelos e-mails: cplaltodorodrigues@gmail.com e cpl@altodorodrigues.rn.gov.br.

Alto do Rodrigues/RN, 09 de maio de 2025.

JOÃO LUIZ DA LUZ BEZERRA
Pregoeiro Oficial - PMARG/RN

Publicado por:
Francisco Das Chagas Barreto da Costa
Código Identificador:EC9D3692

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2024 (Inexigibilidade de Licitação nº 002/2024). **CONTRATANTE:** Município de Alto do Rodrigues/RN, CNPJ nº 08.184.111/0001-07. **CONTRATADA:** DUNAS ASSESSORIA CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 30.248.766/0001-50. **OBJETO:** O presente termo tem por objetivo prorrogar a vigência do Contrato nº 039/2024 por 12 (doze) meses, mantendo-se as mesmas condições previamente estabelecidas, em conformidade com o disposto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. **DA JUSTIFICATIVA**: O presente Termo Aditivo tem como finalidade a prorrogação do prazo do Contrato nº 039/2024, visando à continuidade da execução dos serviços de assessoria e consultoria técnica em gestão de frota, que compreendem o controle de combustíveis, pneus e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como a implantação, manutenção e gerenciamento de métodos e softwares de gestão e controle. A medida se justifica diante da necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados, essenciais para a operacionalização eficiente da frota municipal. A prorrogação da vigência contratual se mostra indispensável para assegurar o adequado acompanhamento técnico e a gestão dos recursos logísticos relacionados à frota, promovendo maior controle, economia e eficiência na utilização dos veículos públicos. Ressalta-se que o objeto e o escopo do contrato permanecem inalterados, assim como todas as condições inicialmente pactuadas, estando este aditivo respaldado pelo interesse da Administração Pública e da contratada, ambos devidamente formalizados. A prorrogação do prazo contratual é medida imprescindível para evitar a descontinuidade dos serviços técnicos especializados em gestão de frota, o que poderia comprometer diretamente o controle e a qualidade dos serviços logísticos da Administração. Dessa forma, justifica-se a celebração deste aditivo como medida essencial à manutenção da regularidade administrativa, reafirmando o compromisso da Administração Municipal com a eficiência, a continuidade dos serviços públicos e a gestão responsável dos recursos públicos. **NOVA VIGÊNCIA:** 16 de março de 2025 até 16 de março de 2026. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 04.122.0007.2124.33.90.40 - GESTÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO. **DATA DE ASSINATURA:** 14/03/2025. **PELA CONTRATANTE:** Raquel Lemos Bessa de Oliveira, CPF nº 068.XXX.XXX-70, Prefeita Municipal. **PELA CONTRATADA:** Malvinier Emanuel Araújo de Medeiros, CPF nº 069.XXX.XXX-85.

Publicado por:
Francisco Das Chagas Barreto da Costa
Código Identificador:EE04091B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 554/2025 – GP (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

A Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 55, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a Sra. **ARLANE HILÁRIO DE ALMEIDA**, portadora do CPF/MF **083.XXX.XXX-10**, para exercer o cargo de provimento em comissão, como **CHEFE DO ARQUIVO MUNICIPAL,** com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **02 de maio de 2025** revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 08 de maio de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lair Medeiros da Silva
Código Identificador:1EAF5549

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 556/2025 – GP (CONCESSÃO DE DIARIA)

A **PREFEITA MUNICIPAL** de **ALTO DO RODRIGUES/RN** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

At. 1° - Conceder ao(a) senhor(a) **FRANCISCO BRUNO SILVA DANTAS** sob MATRICULA: **31134821,** CARGO: **PROFESSOR**, **01 (UMA) diária(s) SEM PERNOITE no valor unitário de R$ 80,00;** perfazendo a quantia total de **R$ 80,00 (oitenta reais)**, para custear despesas com **ALIMENTAÇÃO E ESTADIA,** na **Capital Natal-RN**, no(s) dia(s) **12 do mês de MAIO** do corrente ano, com o objetivo de **Participar do 1º Encontro dos Agentes de Governança do Pacto EJA no RN – CONSED e UNDIME.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 09 de maio de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal
Matricula: 31134913

Publicado por:
Lair Medeiros da Silva
Código Identificador:833DD2DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 557/2025 – GP (CONCESSÃO DE DIARIA)

A **PREFEITA MUNICIPAL** de **ALTO DO RODRIGUES/RN** no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

At. 1° - Conceder ao(a) senhor(a) **CARLOS JOSÉ ARAÚJO DA SILVA** sob MATRICULA: **933-2,** CARGO: **PROFESSOR**, **01 (UMA) diária(s) SEM PERNOITE no valor unitário de R$ 80,00;** perfazendo a quantia total de **R$ 80,00 (oitenta reais)**, para custear despesas com **ALIMENTAÇÃO E ESTADIA,** na **Capital Natal-RN**, no(s) dia(s) **12 do mês de MAIO** do corrente ano, com o objetivo de **Participar do 1º Encontro dos Agentes de Governança do Pacto EJA no RN – CONSED e UNDIME.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 09 de maio de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal
Matricula: 31134913

Publicado por:
Lair Medeiros da Silva
Código Identificador:A669D881

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 558/2025 – GP (NOMEAÇÃO)

A Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 55, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a Sra. **FRANCISCA TATIANE DE MEDEIROS OLIVEIRA**, portador do CPF/MF **057.XXX.XXX-42,** para exercer o cargo de provimento em comissão, como **ENCARREGADO DE SERVIÇO**, com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **09 de maio de 2025** revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto do Rodrigues/RN, 09 de maio de 2025.

RAQUEL LEMOS BESSA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lair Medeiros da Silva
Código Identificador:BD005C9A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 059/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

PORTARIA Nº 059/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a Nomeação de Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos/RN,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Grimaldi Cosme Alves, CPF nº 466.306.274-15 e RG Nº 774252 SSP/RN,** para o cargo de Coordenador Geral da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), deste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando a Portaria nº 021 de 08 de janeiro de 2022.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, 09 de maio de 2025.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:85EA0CAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 041/2025

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Licitações, Contratos, Compras e Tecnologia e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017.

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder ao **Sr. JACAUNA LOPES DE ARAÚJO**, Mat. 2588, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS do Município de Angicos, 1 ½ (uma e meia) diária, a fim de custear despesas com transporte, alimentação e hospedagem, com objetivo de participar da Capacitação sobre Epidemiologia, Entomologia e Controle Vetorial das Arboviroses Urbanas no Rio grande do Norte, nos dias 13 e 14 de maio de 2025, em Mossoró/RN.
Art. 2º - A saída está programada para 06:30h no dia 13 de maio de 2025 e retorno previsto para 18:30hs do dia 14 de maio de 2025.
Art. 3º - O valor de uma diária para dentro do estado é de **R$ 160,00** (Cento e sessenta reais) para esse cargo, 1 ½ (uma e meia) diária totaliza R$ **240,00** (duzentos e quarenta reais). Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JURANDI ALVES CARAÚ JÚNIOR
Secretário de Administração.

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:37F073FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN, CNPJ nº 08.085.409/0001-60, representado pelo prefeito constitucional, o Sr. Miguel Pinheiro Neto, CPF nº 406.644.654-04, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, Sheilla dos Santos Verde, CPF nº 052.011.544-92. **CREDOR:** Pessoa Jurídica ASSOCIAÇÃO CASA DO DIVINO MESTRE, inscrita no CNPJ: 09.346.465/0001-73, com endereço à Rua Pernambuco, 14 – Neópolis – Natal RN. **OBJETO:** pagamento por indenização do convênio da Associação Casa do Divino Mestre, de 01 de fevereiro a 30 de abril de 2025. **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 149, da Lei nº 14.133/2021. **VALOR:** R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). **DATA:** 09/05/2025. **ASSINATURAS:** Miguel Pinheiro Neto; Sheilla dos Santos Verde; parte credora da Associação Casa do Divino Mestre...

Publicado por:
Francisca Marques da Silva Lima
Código Identificador:EC8C363A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025-DISPENSA

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025-DISPENSA

OBJETO: Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a empresa MF E AF CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA (17.199.698/0001-19)**,** e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN., com o valor total de R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais)**.**

DETERMINO que se proceda com o procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, visando a **Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN.**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de APODI/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 28/03/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:26B52117

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025-DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025-DISPENSA

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº. 021/2025-DISPENSA, Processo Licitatório nº. 27030001/2025, fundamentada no art. 75, Inciso VIII, Lei 14.133/2021, para a contratação da empresa MF E AF CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA (17.199.698/0001-19)**,** no valor de R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais)**,** referente à Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino, atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 28/03/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:0CD29A1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025-DISPENSA

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 021/2025-DISPENSA

Processo Administrativo: 27030001/2025 - DISPENSA
Número da Licitação: 021/2025-DISPENSA
Objeto: Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN.
Contratado: MF E AF CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA (17.199.698/0001-19)
Valor Total: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais)
Fundamentação Legal: artigo 75, VIII, da Lei 14.133/2021

Apodi/RN, 28/03/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:2A76AC62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27030001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27030001/2025

CONTRATO Nº: 27030001/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apodi
CONTRATADA: MF E AF CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
PROCESSO DE ORIGEM: 27030001/2025
OBJETO: Contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Apodi/RN.
VALOR TOTAL: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO:
1131 - 2 . 2036 . 12 . 361 . 8 . 2.29 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1133 - 2 . 2036 . 12 . 361 . 8 . 2.29 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1134 - 2 . 2036 . 12 . 361 . 8 . 2.29 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1454 - 2 . 2036 . 12 . 361 . 8 . 2.29 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
VIGÊNCIA: 01/04/2025 à 31/12/2025.
DATA DA ASSINATURA: 1 de abril de 2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:9FE14FD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025-INEXIBILIDADE

A U T O R I Z A Ç Ã O
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025-INEXIBILIDADE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE EVENTOS, VISANDO A CAPITAÇÃO DE RECURSOS.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a empresa F7 PRODUCOES LTDA (50.064.502/0001-54)**,** e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE EVENTOS, VISANDO A CAPITAÇÃO DE RECURSOS, com o valor total de R$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais)**.**

DETERMINO que se proceda com o procedimento de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE EVENTOS, VISANDO A CAPITAÇÃO DE RECURSOS.**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de APODI/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 30/04/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:061A3F6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025-INEXIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025-INEXIBILIDADE

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 041/2025-INEXIBILIDADE, Processo Administrativo nº. 30040032/2025, fundamentada no art. 74, Inciso III, Lei 14.133/2020, para a contratação da empresa F7 PRODUCOES LTDA (50.064.502/0001-54)**,** no valor de R$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais)**,** referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE EVENTOS, VISANDO A CAPITAÇÃO DE RECURSOS, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 30/04/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:110E58F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2025-INEXIBILIDADE

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 041/2025-INEXIBILIDADE

Processo Administrativo: 30040032/2025 - INEXIGIBILIDADE
Número da Licitação: 041/2025-INEXIBILIDADE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE EVENTOS, VISANDO A CAPITAÇÃO DE RECURSOS.
Contratado: F7 PRODUCOES LTDA (50.064.502/0001-54)
Valor Total: R$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais)
Fundamentação Legal: artigo 74, III, da Lei 14.133/2021.

Apodi/RN, 30/04/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:8C4877CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30040032/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30040032/2025

CONTRATO Nº: 30040032/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apodi
CONTRATADA: F7 PRODUCOES LTDA
PROCESSO DE ORIGEM: 30040032/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE EVENTOS, VISANDO A CAPITAÇÃO DE RECURSOS.
VALOR TOTAL: R$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO:
1054 - 2 . 2034 . 4 . 122 . 3 . 2.228 . 0 . 339035 - Serviços de Consultoria
1053 - 2 . 2034 . 4 . 122 . 3 . 2.228 . 0 . 339035 - Serviços de Consultoria
VIGÊNCIA: 01/05/2025 à 01/02/2026.
DATA DA ASSINATURA: 30 de abril de 2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:19170A5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2025-INEXIGIBILIDADE

A U T O R I Z A Ç Ã O
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2025-INEXIGIBILIDADE

OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento da Casa dos Conselhos, localizado Rua Nonato Mota, 264, Malvinas, Apodi/RN.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a empresa EVANDO PAULO DE SOUSA (552.037.104-06)**,** e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando Locação de imóvel para funcionamento da Casa dos Conselhos, localizado Rua Nonato Mota, 264, Malvinas, Apodi/RN, com o valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.**

DETERMINO que se proceda com o procedimento de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, visando a **Locação de imóvel para funcionamento da Casa dos Conselhos, localizado Rua Nonato**

Mota, 264, Malvinas, Apodi/RN, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de APODI/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 31/03/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:B1F88646

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2025-INEXIGIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2025-INEXIGIBILIDADE

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 042/2025-INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo nº. 31030010/2025, fundamentada no art. 74, Inciso V, Lei 14.133/2020, para a contratação da empresa EVANDO PAULO DE SOUSA (552.037.104-06)**,** no valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**,** referente à Locação de imóvel para funcionamento da Casa dos Conselhos, localizado rua Nonato Mota, 264, Malvinas, Apodi/RN, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 31/03/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:63CEECD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 042/2025-INEXIGIBILIDADE

Fundo Municipal de Assistência Social de Apodi

Extrato de Inexigibilidade de Licitação 042/2025-INEXIGIBILIDADE

Processo Administrativo: 31030010/2025 - INEXIGIBILIDADE
Número da Licitação: 042/2025-INEXIGIBILIDADE
Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Casa dos Conselhos, localizado rua Nonato Mota, 264, Malvinas, Apodi/RN.
Contratado: EVANDO PAULO DE SOUSA (552.037.104-06)
Valor Total: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
Fundamentação Legal: artigo 74, V, da Lei 14.133/2021.

Apodi/RN, 31/03/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:D3DA94DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 31030010/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31030010/2025

CONTRATO Nº: 31030010/2025
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Apodi
CONTRATADA: EVANDO PAULO DE SOUSA
PROCESSO DE ORIGEM: 31030010/2025
OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento da Casa dos Conselhos, localizado Rua Nonato Mota, 264, Malvinas, Apodi/RN.
VALOR TOTAL: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO:
1368 - 4 . 4038 . 8 . 122 . 3 . 2.147 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
VIGÊNCIA: 01/04/2025 à 01/04/2026.
DATA DA ASSINATURA: 1 de abril de 2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:794D5C3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2025-INEXIGIBILIDADE

A U T O R I Z A Ç Ã O
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2025-INEXIGIBILIDADE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA SEDIAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU).
Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a empresa FLAVIANO DE OLIVEIRA MORAIS (045.974.414-33)**,** e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA SEDIAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU), com o valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**.**
DETERMINO que se proceda com o procedimento de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA SEDIAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de APODI/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 28/04/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:AE01307B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2025-INEXIGIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2025-INEXIGIBILIDADE

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação nº. 043/2025-INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo nº. 28040001/2025, fundamentada no art. 74, Inciso V, Lei 14.133/2020, para a contratação da empresa FLAVIANO DE OLIVEIRA MORAIS (045.974.414-33)**,** no valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**,** referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA SEDIAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 28/04/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:FCC69056

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 043/2025-INEXIGIBILIDADE

Fundo Municipal de Saúde de Apodi

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 043/2025-INEXIGIBILIDADE

Processo Administrativo: 28040001/2025 - INEXIGIBILIDADE
Número da Licitação: 043/2025-INEXIGIBILIDADE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA SEDIAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU).
Contratado: FLAVIANO DE OLIVEIRA MORAIS (045.974.414-33)
Valor Total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Fundamentação Legal: artigo 74, V, da Lei 14.133/2021.

Apodi/RN, 28/04/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:5248403F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28040001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28040001/2025

CONTRATO Nº: 28040001/2025
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Apodi
CONTRATADA: FLAVIANO DE OLIVEIRA MORAIS
PROCESSO DE ORIGEM: 28040001/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA SEDIAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU).
VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
DOTAÇÃO:
492 - 3 . 3004 . 10 . 302 . 9 . 2.99 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
VIGÊNCIA: 01/05/2025 à 01/05/2026.
DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:8121A6B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025-DISPENSA

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025-DISPENSA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de brindes (Bolsa Térmica), confeccionadas em material TNT, medindo 15x19x15cm, 4L, personalização silk, monocromática, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Munícipio de Apodi/RN.

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, foi observado o atendimento da Lei 14.133/2021 e da Resolução 028/2020-TCE/RN, bem como foi atendido o interesse público, assim ADJUDICO o objeto respectivo a empresa DESTAQUE BRINDES PERSONALIZADOS LTDA (08.858.837/0001-88**),** e HOMOLOGO o processo sob referência objetivando Contratação de empresa especializada em confecção de brindes (Bolsa Térmica), confeccionadas em material TNT, medindo 15x19x15cm, 4L, personalização silk, monocromática, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Munícipio de Apodi/RN. , com o valor total de R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)**.**

DETERMINO que se proceda com o procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, visando a **Contratação de empresa especializada em confecção de brindes (Bolsa Térmica), confeccionadas em material TNT, medindo 15x19x15cm, 4L, personalização silk, monocromática, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Munícipio de Apodi/RN.** , a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de APODI/RN** e, na oportunidade**,** que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para contratação.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 06/05/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:61DD98D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025-DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025-DISPENSA

Circunstanciado pelos documentos constantes nos autos, RECONHEÇO a Dispensa de Licitação nº. 020/2025-DISPENSA, Processo Licitatório nº. 06050001/2025, fundamentada no art. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021, para a contratação da empresa DESTAQUE BRINDES PERSONALIZADOS LTDA (08.858.837/0001-88**),** no valor de R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)**,** referente à Contratação de empresa especializada em confecção de brindes (Bolsa Térmica), confeccionadas em material TNT, medindo 15x19x15cm, 4L, personalização silk, monocromática, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Munícipio de Apodi/RN.

RATIFICO o Despacho do Ilmº. Srº. EDIVAR MENDES DE FREITAS, Agente de Contratação, determinando que encaminhe os autos para contratação e proceda à publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 06/05/2025

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:55330044

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025-DISPENSA

Fundo Municipal de Assistência Social de Apodi

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 020/2025-DISPENSA

Processo Administrativo: 06050001/2025 - DISPENSA
Número da Licitação: 020/2025-DISPENSA
Objeto: Contratação de empresa especializada em confecção de brindes (Bolsa Térmica), confeccionadas em material TNT, medindo 15x19x15cm, 4L, personalização silk, monocromática, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Munícipio de Apodi/RN.
Contratado: DESTAQUE BRINDES PERSONALIZADOS LTDA (08.858.837/0001-88)
Valor Total: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
Fundamentação Legal: artigo 75, II, da Lei 14.133/2021

Apodi/RN, 06/05/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:F0F8C4A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 06050001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06050001/2025

CONTRATO Nº: 06050001/2025
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Apodi
CONTRATADA: DESTAQUE BRINDES PERSONALIZADOS LTDA
PROCESSO DE ORIGEM: 06050001/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de brindes (Bolsa Térmica), confeccionadas em material TNT, medindo 15x19x15cm, 4L, personalização silk, monocromática, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social do Munícipio de Apodi/RN.
VALOR TOTAL: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO:
1289 - 4 . 4038 . 8 . 122 . 3 . 2.124 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
VIGÊNCIA: 06/05/2025 à 06/06/2025.
DATA DA ASSINATURA: 6 de maio de 2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:EC662427

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VI TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE Nº 01060003/2021

VI TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE Nº 01060003/2021

CONTRATO Nº: 01060003/2021
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APODI/RN.
CNPJ/MF Nº 11.424.658/0001- 47

CONTRATADA: CONCEITOS NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMIDIA EIRELI - ME - CNPJ Nº 05.548.307/0001-45

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET, FIBRA ÓPTICA NA ZONA URBANA E NOS DEMAIS PONTOS DA ZONA RURAL COM TECNOLOGIA PONTO A PONTO OU FIBRA ÓPTICA, FULL DUPLEX, INCLUÍDO A TAXA DE INSTALAÇÃO, ACESSO E SUPORTE TÉCNICO 24 HORAS, PARA O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/1993, VIGÊNCIA: 01/05/2025 ATÉ 31/12/2025.
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2025.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:8AFCF2D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2267/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

PLL nº. 041/2025 Francisco Jailson da Costa Ferreira, Paulo Luciano Ferreira Gomes

Reconhece o beiju como uma iguaria integrante do Patrimônio Imaterial, Histórico-Cultural e Gastronômico de Apodi/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN faz saber, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso IV da Lei Orgânica, e eu sanciono a seguinte Lei
Art. 1º Fica reconhecido como Patrimônio Imaterial, Histórico-Cultural e Gastronômico do município de Apodi, o beiju, iguaria típica da culinária apodiense, com sua origem indígena, por sua relevância na preservação das tradições e do modo de vida rural da região.
Art. 2º Este reconhecimento tem como objetivo:
I – Preservar, valorizar e incentivar a produção artesanal do beiju, enquanto expressão legítima da cultura alimentar do município e suas raízes indígenas;
II – Fomentar ações de proteção do saber-fazer tradicional ligado ao beiju, especialmente entre comunidades rurais e produtores da agricultura familiar;
III – Estimular políticas públicas voltadas à promoção da cultura gastronômica local e à valorização dos produtos identitários da cidade.
Art. 3º O Poder Público Municipal poderá, por meio de seus órgãos competentes, apoiar ações educativas, culturais, turísticas e de valorização do beiju, inclusive através de feiras, festivais, oficinas, registros audiovisuais, incentivos à comercialização e programas de fortalecimento da economia solidária.
Art. 4º O beiju será incluído no inventário oficial do Patrimônio Imaterial, Histórico-Cultural e Gastronômico do Município de Apodi/RN, devendo constar em registros específicos da Secretarias Municipais competentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 09 de maio de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:EF63B620

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2268/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

PLL nº. 051/2025 Filipe Gustavo de Lima Oliveira, Antônio de Souza Maia Júnior, Antônio Laete Oliveira de Souza, Ronaldo Adriane de Oliveira e Silva

Determina reajuste para o Cargo em Comissão denominado de CHEFE DE IMAGEM E FILMAGEM - CC-3, da Câmara Municipal de Apodi-RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN faz saber, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso IV da Lei Orgânica, e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º – Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder reajuste na remuneração do Cargo em comissão denominado de CHEFE DE IMAGEM E FILMAGEM - CC-3 da Câmara Municipal de Apodi, a partir de 5 de maio de 2025, reajustada por meio da inflação acumulada no período de 1° de novembro de 2023 a 30 de novembro 2024, medida pelo INPC, passando a vigorar o valor da tabela constante do Anexo I, desta Lei.

Art. 2º - Esta lei altera artigos e anexos, da Lei nº 348, de 11 de janeiro de 2002, Lei municipal nº 1.790/2021, de 22 de dezembro de 2021, Lei Municipal N° 1.007/2015, Lei municipal nº 1.879/2022 de 02 de agosto 2022, Leinº 1.058/2016 de 04 de abril de 2016, Lei

municipal nº 1.415/2019 de 15 de fevereiro de 2019, Lei municipal nº 2.232/2024 de 20 de dezembro 2024 que dispõe sobre a reestruturação da administração básica da Câmara Municipal e institui o plano de cargos e salários dos seus servidores, ficam reajustados o cargo em especifico para os valores descritos nos anexos.

Art. 3º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias já consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação e revoga-se as disposições em contrário, com seus efeitos a partir de 5° de maio de 2025.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 09 de maio de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração

Portaria nº 0001

TABELA DE REFERÊNCIA
CARGO COMISSIONADO

CARGO	SÍMBOLO	VALOR
CHEFE DE IMAGEM E FILMAGEM	CC - 3	2.320,00

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração Portaria nº 0001

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:2E0FEB8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2269/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

PLL nº. 031/2025 Ronaldo Adriane de Oliveira E Silva

Dá a denominação de Rua MARIA EDNA MAGALHÃES na área de expansão do bairro Bacurau I na Cidade de Apodi-RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN faz saber, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso IV da Lei Orgânica, e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1o– Fica denominado a rua na área de Expansão Urbana no bairro Bacurau I na Cidade de Apodi, que passa a compor a área urbana do município, cujos logradouro e arruamentos são nominados com as seguintes características de identificação:

Rua: Maria Edna Magalhães, a rua inominada no bairro Bacurau I, que inicia pela nascente com a Rua Asa Branca, e fica paralela ao Norte com a rua Francisco Paulo Pinto, com término ao poente com a rua Emidio Belarmino da Costa, conforme mostra mapa de visualização em anexo.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a afixar na rua placa indicativa com a denominação da referida rua, bem como adotar todas as providências de praxe junto aos órgãos e instituições oficiais.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a abrir crédito especial no valor correspondente, em face das dotações orçamentárias necessárias para execução desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 09 de maio de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN
Portaria nº 0001

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:5DE261B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 2270/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

PLL nº. 039/2025 Ronaldo Adriane de Oliveira E Silva

Institua o Dia do Vaqueiro no âmbito do município de Apodi/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN faz saber, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso IV da Lei Orgânica, e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do município de Apodi/RN, o Dia do Vaqueiro, a ser comemorado anualmente no dia 19 de outubro, fazendo parte do calendário cultural e turístico do município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 09 de maio de 2025

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:0C7125C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0053/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM FAVOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE APODI, NO VALOR DE R$ 120.788,00 (CENTO E VINTE MIL SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS).

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a autorização para a abertura de crédito adicional suplementar, concedida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2266/2025, de 08 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3533, de 09 de maio de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no exercício corrente, em favor da **Câmara Municipal de Vereadores de Apodi**, no valor de R$ 120.788,00 (cento e vinte mil setecentos e oitenta e oito reais), nos termos que dispõem os artigos 40, e 41, I, da Lei nº 4.320/64, destinado ao **Reforço de Dotação Orçamentária"**, conforme abaixo especificada:

1000 – PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária	1001	Câmara Municipal de Apodi				
Função	1	Legislativa				
Subfunção	31	Ação Legislativa				
Programa	1	Gestão Administrativa do Poder Legislativo				
Ação	2.3	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339033	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte de Recurso	15000000	R$	120.788,00
Total do Crédito Adicional Suplementar (R$)						**120.788,00**

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão cobertas com recursos provenientes de **Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias,** nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme a seguir:

1000 – PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária	1001	Câmara Municipal de Apodi				
Função	1	Legislativa				
Subfunção	31	Ação Legislativa				
Programa	1	Gestão Administrativa do Poder Legislativo				
Ação	1.1	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449052	Equipamentos e Material Permanente	Fonte de Recurso	15000000	R$	30.000,00
Total da Anulação (R$)						**30.000,00**

Unidade Orçamentária	1001	Câmara Municipal de Apodi				
Função	1	Legislativa				
Subfunção	31	Ação Legislativa				
Programa	1	Gestão Administrativa do Poder Legislativo				
Ação	2.3	Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Vereadores de Apodi				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339030	Material de Consumo	Fonte de Recurso	15000000	R$	30.000,00
Elemento de Despesa	339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte de Recurso	15000000	R$	60.788,00
Total da Anulação (R$)						**90.788,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,
em Apodi/RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D26B82D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0052/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 33.760,57 (TRINTA E TRÊS MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS), PARA A DEVOLUÇÃO DE SALDO REMANESCENTE DE CONVÊNIO.

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a autorização para a abertura de crédito adicional especial, concedida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2265/2025, de 08 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3533, de 09 de maio de 2025,
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no exercício corrente, no valor de R$ 33.760,57 (trinta e três mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos), nos termos que dispõem os artigos 40, e 41, II, 42, da Lei nº 4.320/64, destinado à **"devolução de saldo remanescente de convênio",** conforme discriminação orçamentária a seguir:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	2029	Gestão das Operações Especiais				
Função	28	Encargos Especiais				
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais				
Programa	0000	Encargos Gerais do Município				
Ação	0.5	Gestão e Manutenção de Indenizações e Restituições				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	3390	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	339093	Indenizações e Restituições	Fonte de Recurso	17000000	R$	1.978,67
Elemento de Despesa	339093	Indenizações e Restituições	Fonte de Recurso	27000000	R$	31.781,90
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						**33.760,57**

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei serão cobertas com recursos provenientes de **superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e de excesso de arrecadação,** nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminações a seguir:

Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior – Agência Bancária: 3483-CEF – Conta: OP 006/00647122-0	Fonte de Recurso	27000000	R$	31.781,90
Total do Superávit Financeiro (R$)				31.781,90
Excesso de arrecadação -- Agência Bancária: 3483-CEF – Conta: OP 006/00647122-0	Fonte de Recurso	17000000	R$	1.978,67
Total do excesso de arrecadação (R$)				1.978,67
Total do crédito adicional especial (R$)				**33.760,57**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto,

em Apodi/RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:6EC2A2BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 0051/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R$ 121.255,76 (CENTO E VINTE E UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS.

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a autorização para a abertura de crédito adicional especial, concedida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2264/2025, de 08 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 3533, de 09 de maio de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no exercício corrente, no valor de R$ 121.255,76 (cento e vinte e um mil duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos), nos termos que dispõem os artigos 40, e 41, II, da Lei nº 4.320/64, destinado a **"incluir despesas no orçamento para as quais não haja dotação orçamentária específica, visando a execução de obra de adequação da unidade de ensino na comunidade de Santa Rosa",** conforme especificação orçamentária a seguir:

2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	2028	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	0008	Valorização e Qualificação da Educação				
Ação	1.223	Construção de Unidade de Ensino na Comunidade de Santa Rosa				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449051	Obras e Instalações	Fonte de Recurso	25420000	R$	121.255,76
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						**121.255,76**

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão cobertas com recursos provenientes de **Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior,** nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme a seguir:

Superávit Financeiro Apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior – Conta Corrente: 34379-X – Agência: 0892-3 Banco do Brasil	Fonte de Recurso	25420000	R$	121.255,76
Total do Superávit Financeiro (R$)				**121.255,76**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:64710952

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0669/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 02 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Elânia da Costa**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s), 14 a 16 de maio de 2025, para participar do **lV encontro de Polos e de IPES da UAB do RN.**

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:8A031B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0670/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Maria Inês da Silva**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 14 de maio de 2025, para participar de curso de formação continuada de Secretários (as) e equipes técnicas das Secretarias de Educação na região Nordeste.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D98AED2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0671/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da

Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Henrique Ramon de Oliveira**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 14 de maio de 2025, para participar de curso de formação continuada de Secretários (as) e equipes técnicas das Secretarias de Educação na região Nordeste.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:996319EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0672/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Maria Udeilma da Silva Ferreira**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 14 de maio de 2025, para participar de curso de formação continuada de Secretários (as) e equipes técnicas das Secretarias de Educação na região Nordeste.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:E8628AD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 0673/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 0020/2025, de 19 de fevereiro de 2025 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Finanças deste município, depois observar as exigências legais que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 300,00 (trezentos reais) ao (a) senhor (a), **Adriele Viana de Oliveira Morais**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s), 14 de maio de 2025, para participar de curso de formação continuada de Secretários (as) e equipes técnicas das Secretarias de Educação na região Nordeste.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:930E8E56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 37/2025 SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE BANCO DE ALFABETIZADORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA,

RETIFICAÇÃO DO EDITAL **Nº 37/2025 SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE BANCO DE ALFABETIZADORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA**, torna público a RETIFICAÇÃO para seleção de alfabetizadores para constituição de banco de dados junto a Prefeitura Municipal de Apodi/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no artigo 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que regulamenta o serviço voluntário, no artigo 11, § 1º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, nos Decretos nº 10.959/2022, nº 11.882/2024 e nº 12.048/2024, bem como as Resoluções CD/FNDE/MEC n.º 01/2024, nº 20/2024 e n.º 21/2024.

Por meio desta retificação fica alterado o item: alínea **a (**O processo seletivo poderá chegar a uma pontuação total de 30, podendo ser convocados conforme a necessidade do programa), do item **7.2 no edital referente aos critérios de avaliação.**

Onde se lê:
O processo seletivo poderá chegar a uma **pontuação total de 30,** podendo ser convocados conforme a necessidade do programa.

Lêia-se:
O processo seletivo poderá chegar a uma **pontuação total de 34 pontos**, podendo ser convocados conforme a necessidade do programa.

Permanecem inalterados todos os demais requisitos do edital.

Apodi, 09 maio de 2025.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi

FRANCISCO JEONE MORAIS
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:35C4C663

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CANCELAMENTO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2025

O Município de Apodi/RN, por intermédio do Agente de Contratação, Presidente da Comissão de Contratação, designado pela Portaria 0408/2025 torna público para conhecimento dos interessados que foi cancelado o processo referente à cotação eletrônica 05/2025, por existência de erro material que compromete a usa regularidade, especialmente no que se refere à descrição do objeto e/ou à definição das condições de execução contratual.

Apodi RN, 09 de maio de 2025.

EDIVAR MENDES DE FREITAS FILHO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:D905F7EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 151/2025

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o Sr. Daladier da Silva Aciole, CPF 061.117.954-73 do cargo de vigilante.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arez/RN, 09 de maio de 2025.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:8D754224

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0202/2025 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para deslocamento socioassistencial de familiar em visita a parente em reclusão, no dia 09 de maio de 2025.
1. PEDRO BENTO DA SILVA FILHO – Motorista, Matrícula 00175, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 06 de maio de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:DC3182DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 08/2025 – PMBF/SEMEC - EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUÇÃO E CULTURA

EDITAL Nº 08/2025 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Baía Formosa/RN.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Baía Formosa/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
1 - OBJETO DO EDITAL

1.1 – O objetivo deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro na modalidade premiação para diversas categorias como artes cênicas, circo, música, cultura popular, folguedos, dança, capoeira, artesanato, eventos culturais, economia criativa, culinária cultural, cultura negra, cultura cigana, audiovisual e demais linguagens culturais que possam ser identificadas no cadastro cultural do município visando incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Baía Formosa /RN.
1.2 - Cada proponente poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição.
1.3 – Quando houver duas inscrições pelo mesmo proponente, será considerada a data da última inscrição.
1.4 – Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
1	Lançamento do edital	12 de maio de 2025
2	Inscrições da proposta	13 a 23 de maio de 2025
3	Análise do mérito cultural, aplicação de pontuações extras	24 a 27 de maio de 2025
4	Divulgação do resultado provisório	28 de maio de 2025
5	Recebimento de recurso e julgamento	28 e 29 de maio de 2025
6	Divulgação final do resultado do mérito	30 de maio de 2025
7	Habilitação de documentos	31 de maio a 03 de junho de 2025
8	Divulgação do resultado provisório da habilitação	04 de junho de 2024
09	Recebimento de recurso e julgamento	05 e 06 de junho de 2025
10	Aferição das políticas afirmativas	09 e 10 de junho de 2025
11	Aplicação de pontuações extras	09 e 10 de junho de 2025
12	Divulgação do resultado final	11 de junho de 2025
13	Abertura de contas e Assinatura do Termo de Execução Cultural	12 a 16 de junho de 2025
14	Realização de pagamentos	Até 30 de junho de 2025

2. DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO
2.1 – O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), com as seguintes destinações de apoio:

DESCRIÇÃO DE VAGAS	Prêmio de fomento cultural para pessoa física e pessoa jurídica
QTD VAGAS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA	1
COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	1
TOTAL DE VAGAS	2
VALOR POR PROJETO	R$ 8.000,00

2.2 – A despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária, Conforme Lei 749/2024, de 04 de dezembro de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentária, Natureza de Despesa: 339031 – Premiações culturais, artísticas, cientificas, desportivas e outras.
2.3 - Sobre o valor total repassado pelo município de Baía Formosa ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços, por não configurar como uma prestação de serviços.
2.4 – Os recursos destinados aos contemplados seguirá ordem de assinatura do Termo de Execução Cultural, sem necessidade de aguardar ordem cronológica de pagamentos.
2.5 – Havendo orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

3. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

3.1 – O apoio financeiro será orientado as seguintes características:
a) Projeto de fomento: Refere-se ao apoio concedido a pessoas físicas, pessoas jurídicas, coletivos culturais com reconhecida atuação no setor artístico cultural, identificado no Cadastro Cultural do município, para desenvolvimento de ações em âmbito municipal.
b) Ações culturais: As propostas culturais devem incluir formação, pesquisa, apoio a montagem de espetáculos, mostras, festival, edição de livro, feira cultural, aquisição de material de insumo, venda de produtos, economia solidária, economia criativa da cultura e tantos outros existentes.
3.2 – Propostas apresentadas por pessoa física e pessoa jurídica será necessária a apresentação de prova da existência em atividades artísticos culturais há no mínimo 12 meses, antes da inscrição, a ser comprovada através de fotos, links, materiais e outros documentos.
3.3 – Ausência de comprovações de atuação artístico-cultural, desenvolvimento da economia criativa, economia solidária, desclassifica o proponente na etapa de habilitação.

4 - QUEM PODE PARTICIPAR

4.1 - Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com sede, residência e domicílio no município de Baía Formosa/RN, há pelo menos 12 meses, a contar da data de inscrição, com 18 anos completos.

a) Agentes culturais pessoas jurídicas e coletivos culturais deverão comprovar constituição no município há pelo menos 12 meses.
4.2 - Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
4.3 – O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI), devendo optar pela inscrição pessoa física ou pessoa jurídica;
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos e sem fins lucrativos, de natureza cultural;
III - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
IV – Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.
4.4 – Os coletivos culturais deverão informar o número mínimo de seis (6) integrantes, seguido de assinaturas e informes de documentos.
4.5 – O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque com capacidade de decisão no projeto, sob pena de desclassificação imediata da proposta.
4.6 – Fica permitido o representante de coletivo cultural, associação ou de empresa cultural como ME e EPP, apresentar projeto como pessoa física.

5 - QUEM NÃO PODE PARTICIPAR

5.1 – Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV – Agentes culturais contemplados com recursos da PNAB 2024, por meio de editais 06/2024 e 07/2024.
5.2 - O agente cultural que integrar o Conselho Municipal de Política Cultural somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
5.3 **–** A participação de agentes culturais nas consultas públicas, quanto as definições do PAAR, não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital, o que não inviabiliza a sua participação neste edital.
5.4 – É terminantemente proibido apresentação de projetos intermediados por terceiros ou por procuração, bem como, sem comprovações de vínculo residencial com o município.

6 - ETAPAS DO EDITAL

6.1 – Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I - Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II - Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
III - Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
IV - Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.
6.2 – Pontuações extras e aferição de políticas afirmativas seguiram ordem descrita no cronograma.

7. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

7.1 - As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulando no item 1.2, podendo ser prorrogado por decisão do gestor municipal.
7.2 - O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, à Avenida João Ferreira de Souza, nº 123, Centro, CEP.: 59.194-000, Baía Formosa /RN, no horário de expediente de segunda a quinta-feira, e nas sextas-feiras das 08h às 12h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.
7.3 – A inscrição se dará ainda por meio eletrônico com propostas enviadas para o e-mail semecbf@gmail.com contendo todos os documentos assinados, em arquivo PDF, até às 23h59min, do último dia de inscrição.
7.4– Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, devendo não serem avaliadas.

8 – DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO

8.1 – Documentos de inscrição a ser enviado:
a) Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (Anexo I);
b) Portifólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural);
c) Autodeclaração étnico-racial, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
f) Mini currículo da equipe de trabalho ou currículo anexado.
8.2 – Cada projeto deverá apresentar uma equipe de trabalho responsável pela execução das ações, sem obrigatoriedade de informar prestadores de serviços.
8.3 - O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

8.4 - A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

9 – ANÁLISE DE MÉRITO E SELEÇÃO DE PROJETOS

9.1 – A análise de mérito e seleção dos projetos culturais será realizado por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída pelo município ou por pareceristas contratados, sendo publicado, com antecedência mínima de pelo menos 3 dias.

9.2 – Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:

a) Tenham interesse direto na matéria;

b) Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos 12 meses, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge ou companheiro.

9.3 – O membro da Comissão de Avaliação e Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

9.4 – Para esta seleção serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

Identificação do critério	Descrição do critério	Pontuação máxima
A	**Trajetória cultural** – Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta. (A pontuação deverá seguir a regra 1 ponto para cada ano, até a pontuação máxima)	1 a 15
B	**Qualidade do Projeto - Descrição, objetivos e metas** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	1 a 20
C	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município** – A análise deverá considerar a contribuição para o enriquecimento e potencialização da cultura local nos aspectos sociais, artísticos e culturais.	1 a 20
D	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** - Analisar se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica e geográfica.	1 a 15
E	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	1 a 10
TOTAL DE PONTUAÇÃO 80		

9.5 - Além da pontuação acima, o proponente receberá bônus de pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

I – Pontuação extra para proponentes pessoas físicas:

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação
E	Agentes culturais do gênero feminino.	5
F	Agentes culturais negros, indígenas e Pessoas com Deficiência.	5
G	Agentes culturais residentes na zona rural ou projetos direcionados para áreas periféricas, zona rural	5
H	Agentes culturais: idosos, transgêneros, matriz africana, ciganos, artistas circenses.	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

II – Pontuação extras para proponentes pessoas jurídicas e coletivos ou grupos culturais sem CNPJ:

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação
I	Pessoas jurídicas ou coletivos culturais com representante legal pessoas negras, indígenas ou Pessoa com Deficiência.	5
J	Pessoas jurídicas com representante legal mulheres.	5
L	Pessoas jurídicas sediadas em comunidades da zona rural ou com projetos direcionados para áreas periféricas ou zona rural.	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social.	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

9.6 – O proponente que não atingir o ponto de corte equivalente à nota mínima de 40 pontos, na avaliação de mérito, será desclassificado.

9.7 – A nota da Comissão de Avaliação e Seleção será aplicada de forma coletiva, sendo vedado nota individual.

9.8 – Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:

a. maior pontuação no item A;

b. maior pontuação no item B;

c. maior pontuação no item C.

9.9 - Persistindo o empate, o Comissão de Avaliação e Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.

9.10 – A Comissão de Avaliação e Seleção indicará uma lista de suplentes que atingirem o ponto de corte. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.

9.11 – A relação dos pré-selecionados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Baía Formosa /RN (www.baiaformosa.rn.gov.br).

9.12 – Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail semecbf@gmail.com dentro do prazo estipulado no cronograma, modelo no anexo VI.

9.13 – Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

9.14 – Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial ou no site da Prefeitura de Baía Formosa /RN (www.baiaformosa.rn.gov.br).

10- DA HABILITAÇÃO

10.1 – Na etapa de habilitação será avaliado o preenchimento de todos os anexos obrigatórios, e o atendimento às condições previstas nos itens 9 e 10.

10.2 – Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou designada pelo Chefe do Executivo.

10.3 - A lista de habilitados e inabilitados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN (www.baiaformosa.rn.gov.br)

10.4 – Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail semecbf@gmail.com dentro do prazo previsto neste edital, anexo VI.

11– HABILITAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:

a. Cópia atualizada do cartão do CNPJ;

b. Cópia atualizada do contrato social para empresas ou estatuto para Organizações da Sociedade Civil e suas alterações;

c. Cópia de ata do representante legal, quando se tratar de Organização da Sociedade Civil;
d. Cópia do RG e CPF representante legal da pessoa jurídica;

e. Comprovante de residência (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do representante legal e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de Residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
f. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
g. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estadual;
h. Certidão de Débitos Municipal;
i. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
j. Certidão de Regularidade Fiscal da Caixa Econômica Federal.

12 – PESSOA FÍSICA, RESPONSÁVEL POR COLETIVO CULTURAL:

a. Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
b. Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
c. Certidão Negativa de Débito Municipal;
d. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;
e. Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.

12.1 – Os proponentes selecionados deverão abrir contas específicas para recebimentos dos recursos e informar ao órgão responsável pelo edital após o anúncio do resultado final.

13 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS

13.1 – O presente Edital, por meio do sistema de cotas e pontuação extra, assegura mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos afirmativos.
13.2 - Grupos afirmativos são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas do Programa Nacional Aldir Blanc, com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades.

14 - CATEGORIA DE COTAS

14.1- Ficam garantidas cotas para:
a. pessoas negras (pretas e pardas);

14.2 – A quantidade de cotas destinadas a cada categoria está descrita no item 2.1.

14.3 – Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher autodeclaração.
14.4 – A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

15 - CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE

15.1 - Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo, nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
15.2 – Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
15.3 – Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

16 – REMANEJAMENTO DAS COTAS

16.1 – No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
16.2 – Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

17 - APLICAÇÃO DAS COTAS PARA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS

17.1 - As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência;

II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica, ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica;
V - As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo IV.

18 – ACESSIBILIDADE

18.1 – Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e/ou comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
18.2 – Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
18.3 – Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.
18.4 – A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item anterior pode ser excepcionalmente dispensada quando:
I - For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
II - Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.
18.5 – Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade.
18.6 - Quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

19 - REMANEJAMENTO DOS RECURSOS

19.1 – O remanejamento de recurso poderá ser destinado para aquisição de bens culturais.
19.2 – O não preenchimento de todas as vagas será deflagado quando houver sobras na oferta, observando ainda o ponto de corte estipulado.
19.3 – A decisão sobre o remanejamento de recursos fica a critério do órgão gestor responsável pela aplicação de recursos.

20 - ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DE RECURSOS

20.1 – O proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo estipulado de forma presencial (Anexo VI).
20.2 – O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pelo órgão concedente contendo as obrigações entre as partes.

20.3 – Antes da assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária aberta especificamente, em qualquer banco, em parcela única, dentro do cronograma estipulado neste edital e suas prorrogações.
20.4 – A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
20.5 – Será observado a validade das certidões negativas, devendo o proponente estar em dia com sua regularidade fiscal até a fase de pagamento.
20.6 – O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
20.7 – Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por 60 dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor.
20.8 – A prorrogação de prazos para execução de projetos culturais, deverá ser autorizada pelo órgão gestor, sob justificativa do proponente.

21 – DAS OBRIGAÇÕES

21.1 – Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da Prefeitura Municipal de Baía Formosa, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Programa Nacional Aldir Blanc, Ministério da Cultura e Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
21.2 – O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

22 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

22.1 – Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão A Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

22.2 – O proponente deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 30 dias, após o fim da vigência estipulada no Termo de Execução Cultural.
22.3 – A ausência da prestação poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Termo de Execução Cultural;
III – Devolução de recursos corrigidos;
IV - Suspensão temporária de participação em processo de seleção pública e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

23 – DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial e no site da Prefeitura de Baía Formosa (www.baiaformosa.rn.gov.br)
23.2 – O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site (www.baiaformosa.rn.gov.br) e podem ser solicitados pelo e-mail: semecbf@gmail.com canal utilizado para dúvidas e demais informações.
23.3 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Baía Formosa /Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
23.4 – Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
23.5 – O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Baía Formosa /Secretaria Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
23.6 - Este edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.
23.7 – O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.

23.8 – Compõem este Edital os seguintes anexos:
a. Anexo I - Formulário de Inscrição e Plano de Trabalho;
b. Anexo II – Declaração para coletivo sem CNPJ;
c. Anexo III – Declaração de residência;
d. Anexo IV – Declaração para cotas – pessoas negras ou pessoas indígenas;
e. Anexo V – Formulário de recurso;
f. Anexo VI – Termo de Execução Cultural;
g. Anexo VII – Relatório de Execução do Objeto.

Baía Formosa /RN, 12 de maio de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTE
Prefeita Municipal

LAÍS FERREIRA DOS SANTOS MADEIROS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:05F0234D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 878/2025

Denomina nome da RUA "SEBASTIÃO PEREIRA DE ARAÚJO" no SITIO MATA-BURRO NO LOTEAMENTO BOM FUTURO na sede do município de Baraúna/RN e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Baraúna/RN, Maria Divanize Alves de Oliveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1° - Fica denominada de Rua SEBASTIÃO PEREIRA DE ARAÚJO, localizada no SITIO MATA-BURRO NO LOTEAMENTO BOM FUTURO no município de Baraúna-RN.
Art. 2° - Fica a dispor do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa relativa à denominação de que trata o artigo anterior.
Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:E4703969

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
CONVÊNIO N° 006/2025

Convênio nº 006/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BARAÚNA – RN e a INSTITUIÇÃO PAZ – POLICIAIS AGENTES DA PAZ.

O MUNICÍPIO DE BARAÚNA – RN, inscrito no CNPJ sob o N° 08.546.103/0001-63, neste ato representado pela Ilustríssima Prefeita

Municipal, Senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, união estável, do lar, residente e domiciliada na Av. Gilberto Alves Maia, n° 62, Portal das Palmeiras, Baraúna/RN - SN, portadora da Cédula de Identidade RG n° 001.074.427 SSP/RN e CPF n° 672.435.924-49, doravante denominado Município de Baraúna e de outro lado a **INSTITUIÇÃO PAZ – POLICIAIS E AGENTES DA PAZ**, sediada na Rua Maria de Duda, 89, Bairro Radir Pereira, - Currais Novos/RN,CEP: 59.380-000, inscrita no CNPJ sob N° 16.972.206/0001-13, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Geonardo Salustino Abadias, brasileiro, casado, Policial Militar, inscrito no CPF sob o nº 031.532.734-05, residente e domiciliado na Rua José Leônidas, nº 36, JK, CEP 59.380-000, Currais Novos/RN, objetivando a implantação do **Projeto de Prevenção Primária nas Escolas**,resolvem celebrar o presente Convênio, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021,com suas alterações posteriores e demais exigências legais na forma e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo de CONVÊNIO tem por objetivo a conjugação de esforços para desenvolver um sistema de integração, envolvendo Cooperação Técnica e Logística que possibilita os meios necessários para CONTINUAÇÃO do **Projeto de Prevenção Primária nas Escolas Públicas Municipais, Estaduais e Privadas no município de BARAÚNA, com apoio integral do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD**.

Parágrafo Primeiro – O lapso temporal objeto do presente convênio é de 04 (quatro) meses, mediante publicação, contado a partir da data do início de vigência, no caso deste, vigorará a partir da data de sua assinatura, em **19/03/2025 e expirará no dia 18/07/2025**.

Parágrafo Segundo – Será admitida prorrogação do prazo de vigência deste convênio através do presente documento, por igual período, em caso de necessidade, a critério da Administração, na defesa do interesse público, mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo Terceiro – Após o término da vigência e prorrogação contratuais, a cada semestre, os pactuantes do presente instrumento, podem, de comum acordo, convencionar o prosseguimento da avença para dar continuidade ao Projeto Preventivo mediante a assinatura de novo termo de Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA META E TIPO DE ATENDIMENTO

A entidade CONVENIADA se compromete a promover ações de apoio à gestão municipal e à comunidade escolar em geral, que envolvam as crianças e adolescentes e suas famílias nos projetos acima mencionados e atividades que contribuam para prevenção ao uso de drogas, a redução da violência e fortalecimento dos vínculos familiares tendo como parâmetro a descrição seguinte:

CLÁUSULA TERCEIRA: DA APLICAÇÃO EFETIVAMENTE E DA DURAÇÃO

O programa é desenvolvido em três partes que abrangem os currículos da Educação Infantil (séries iniciais) até o 5º ano, fundamental menor e com palestras, do 7º ano fundamental maior. Ficando acertado entre as partes o atendimento inicial com o currículo do 5º ano. Sendo empregada a metodologia do Socioemocional. Se dará da seguinte forma: Os policiais instrutores se deslocarão da sede do CPR I, em Mossoró até a cidade de Baraúna uma vez por semana conforme consta no protocolo de intenções, onde o mesmo estará devidamente fardado com seu equipamento de proteção e uso individual, desenvolverão as atividades em salas de aula com duração de uma hora aula por turma as quais serão demonstradas no quadro específico a seguir. Obs.: Com a permanência do professor titular em sala.

As escolas da rede municipal previamente selecionadas pela equipe da secretaria de educação em conjunto com os instrutores do programa foram as seguintes:

ESCOLA MUNICIPAL AMAURI RIBEIRO
04 turmas 5ºs anos
Turno Mat 2 Vesp 2
Total de alunos: 100

ESCOLA MUNICIPAL MARIA BARROS
04 turmas 5ºs anos
Turno Mat 2 Vesp 2
Total de alunos: 100

ESCOLA MUNICIPAL AMARO CAVALCANTE – JUREMAL
01 turma 5º ano
Turno: Vesp 1
Total de alunos: 28

TOTAL GERAL:
Escolas: 03
Turmas: 09 + (palestras)
Alunos: 228 + (palestras +/- 300)

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL DE BARROS
TURMAS DOS 6ºs aos 9ºs anos para ciclo de PALESTRAS PREVENTIVAS E EXPLICATIVAS.
Serão atendidas 09 turmas no primeiro semestre + previsão de mais 09 para o segundo semestre. Formaremos aproximadamente
1*= 228
2*= 222
Teremos um Total de: 537 formados em 2025
Previstos para o segundo semestre: 2025.2
Blitz educativa
Formatura geral do Programa

CLÁUSULA QUARTA: DO PERÍODO DE ATUAÇÃO:

O Programa está previsto para o período de duração de 04 (quatro) meses conforme consta no Protocolo de intenções; com um encontro semanal nas escolas supracitadas e com a seguinte distribuição: O currículo conta com 01 (uma) reunião geral de apresentação e mais 10 (dez) lições e no material didático previamente entregue aos alunos, disponibilizados pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas- PROERD, mais 03 (três) Lições Suplementares (LS1- Ciberbullyng, LS2- Gangues e LS2- Redação, atividades extraclasses como A Copa PROERD de Futsal/Queimada e treinamentos para 01 (uma) Formatura com entregas de CERTIFICADOS aos alunos formandos nas respectivas escolas bem como 01 (uma) Formatura Geral com datas a definir. Contando dessa forma, com 16 encontros.

CLÁUSULA QUINTA: DAS EVENTUALIDADES

Os eventos/atividades extraclasse como a Copa Proerd e Formatura Geral só acontecerá se houver entendimento das coordenações escolares e do programa. Para as formaturas, poderão acontecer em outros momentos que não sejam os dias específicos das aulas. A depender do entendimento das coordenações escolares e do programa.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REPASSE:

Para execução deste convênio serão destinados, no presente exercício a seguinte dotação orçamentaria, constantes na Lei Orçamentária Anual vigente para o exercício 2024:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DETALHAMENTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.005	FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO:	2081	IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS DENTRO DA ESCOLA
NATUREZA DA DESPESA:	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA
FONTE:	15001001	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - PRÓPRIO
VALOR GLOBAL(R$):		R$ 13.696,00 (Treze mil seiscentos e noventa e seis reais)

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido e acertado entre as partes: COORDENAÇÃO REGIONAL DO PROGRAMA E A INSTITUIÇÃO ATENDIDA - Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN, será feito o repasse da ajuda de custo/ fomento / compensação para 04 (quatro) policiais Instrutores, com base em 08 (oito) diárias operacionais por mês, sem majoração de valor para **cada instrutor correspondentes à quantia de R$ 856,00** (oitocentos e cinquenta e seis reais). **Num total mensal de R$ 3.424,00** (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), **perfazendo um montante global de 13.696,00 (Treze mil, seiscentos e noventa e seis reais), durante a vigência ordinária deste convênio, de 04 (quatro) meses.** Este repasse destinar-se-á para o provimento de deslocamento, alimentação, alojamento, manutenção do veículo, medalhas/brindes que o instrutor julgue necessário para as turmas durante o período em que estiverem atuando no município.

Parágrafo Segundo - A Secretaria Municipal de Educação está isenta de qualquer outro acréscimo posteriormente que venha ser solicitado.
Parágrafo Terceiro – A alteração desta meta, a menor, se dará de comum acordo entre as partes, sempre através de solicitação por escrito e com a respectiva anuência do titular da Prefeitura, na defesa do princípio constitucional da supremacia do interesse público.
Parágrafo Quarto – Os repasses serão realizados para o Titular: **PAZ POLICIAIS AGENTES DA PAZ;** Banco do Nordeste - Agência/Conta Corrente: 100 – Currais Novos / 038906-5.
CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES – Constitui obrigação das partes: 1 – **Da Prefeitura**:
Fornecer o material necessário para o funcionamento do projeto nas escolas e solenidade de formatura do projeto, conforme entendimento entre as partes em documento específico. (Protocolo de Intenções)
Disponibilizar mensalmente, pelo período de 04 (quatro) meses, o valor de R$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais) a cada instrutor, totalizando o repasse mensal de R$ 3.424,00 (três mil quatrocentos e vinte e quatro reais), sendo destinado para manutenção do veículo utilizado no deslocamento dos policiais instrutores Mossoró/Baraúna e de Baraúna/Mossoró, alimentação e hospedagem, (aquisição medalhas/brindes para os alunos) em forma de apoio logístico para os instrutores que coordenarão o projeto no município.
2 – **Da Entidade**:
Fornecer 04 (quatro) instrutores que desenvolverão o projeto de Prevenção Primária nas Escolas, conforme já no Aditivo do Protocolo de Intenções anexo a este termo, aos quais foram apresentados previamente o seu cronograma de atividades.
Atender aproximadamente **300 (trezentas)** crianças e adolescentes dos 5ºs (quintos) anos no projeto de Prevenção Primária nas Escolas. Conforme já descrito no Aditivo específico.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONVÊNIO – O
controle e a fiscalização da execução do presente Convênio serão de responsabilidade da Prefeitura mediante a Secretaria Municipal de Educação e a sua execução pela Entidade, através do seu representante legal.
PARÁGRAFO ÚNICO: A presente fiscalização não exime a CONVENIENTE de sua responsabilidade solidária na execução do objeto, respondendo ambas as partes por qualquer dano aos alunos em virtude da submissão aos tratamentos ofertados.
CLÁUSULA NONA: DA LINERAÇÃO DOS RECURSOS – Os recursos de que trata a Cláusula anterior serão repassados à entidade conveniada.
CLÁUSULA DÉCIMA: DAS ALTERAÇÕES: Este convênio poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos casos de acréscimos ou redução no Plano de Trabalho e Aplicação, bem como para suplementar, se necessário, o seu valor ou ainda, por outras alterações que se fizeram necessárias, mediante proposta justificada e autorizada pelo titular da Prefeitura.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA: O presente Convênio vigora a partir da data de sua assinatura, pelo período de 04 (quatro) meses, e sua validade poderá ser renovada por igual período.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Baraúna/RN, para nele se dirimirem todas e quaisquer eventuais dúvidas oriundas do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas com atendimento direto das partes convenientes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e acordados, firmam o presente CONVÊNIO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 19 de março de 2025.

GEONARDO SALUSTIANO ABDIAS
Representante da Conveniada CPF: 031.532.734-05

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Representante do Convenente CPF: 672.435.924-49

Testemunhas:

Marcos Antônio de Sousa
CPF: N° 163.119.528-07

Francisco Silva de Oliveira
CPF: N° 023.601.484-60

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:33675770

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE CONTRATO Nº 004/2023 À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2022 AO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 007/2023.

O MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.435.924-49, residente e domiciliada a Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, resolve, na forma da Lei Federal n° 8.666/93, e, suas alterações posteriores, e , de acordo as normas do direito comum, no que forem aplicáveis, firmar o PRESENTE TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO TERMO DE CONTRATO N° 004/2023 celebrado junto à Pessoa Jurídica:**RD SOLUÇÕES LTDA, CNPJ: 43.357.757/0001-40**, conforme disposto à luz do art 78, incisos I, e IV combinado com o art 79, inciso I da Lei nº 8.666/1993, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. A rescisão unilateral tem por base o Termo de Contrato n° 004/2023, publicizado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 23 de agosto de 2023, edição nº 3.103.
§1o Da forma e motivo de rescisão:
A rescisão é unilateral, nos termos da cláusula décima sexta do instrumento contratual, fundada no art 79, inciso I da Lei nº 8.666/1993, satisfeita ainda a condição exigida pelo parágrafo primeiro, do artigo 79, do mesmo diploma legal. Ou seja, a rescisão está plenamente motivada e fundamentada nos autos do Processo Administrativo nº 27060002/2023 e embasada pelo Parecer Jurídico, de 24 de abril de 2025 emitido pela Sra Daryagna Sonelly Medeiros de Souza, Procuradora-Geral do Município de Baraúna/RN, OAB/RN n° 9.486.
§2o Das garantias do contraditório e da ampla defesa:
Do presente ato é cabível recurso administrativo previsto do artigo 109, alínea "e", inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISSOLUÇÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES:
2.1. A Contratante resolve, nas razões de suas faculdades e com base no art 78, incisos I, e IV combinado com o art 79, inciso I da Lei nº 8.666/1993, conforme cláusula primeira, dissolver direitos e obrigações contratuais de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional, pelo que dá plena, geral e irrevogável quitação, ressalvados quaisquer encargos ou pendências que porventura possam existir entre as partes contratantes até a data de sua rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE DOS ATOS:
3.1. A Contratante providenciará a publicação resumida do presente termo de rescisão, nos termos do parágrafo único, do artigo 61 da Lei 8.666/93.
Parágrafo único: Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos da rescisão contratual e do respectivo processo licitatório.
CLÁUSULA QUARTA – DO FORO:
4.1. Fica eleito para dirimir as questões ou dúvidas provenientes deste termo, o Foro da Comarca de Baraúna/RN.
4.2. E por estarem justos e contratados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Baraúna/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:1B4C9C1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197, DE 09 DE MAIO DE 2025.

Destituir e Designar fiscal de contratação de pessoa jurídica destinada ao fornecimento de solução tecnológica integrada contendo licença de direito de uso de sistema de controle interno em plataforma cloud computing (nuvem) com banco de dados a ser utilizada pela controladoria geral do município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º- Destituir o senhor **ALLYSSON LIRA DO CARMO,** CPF: 028.xxx.xxx-09, de **FISCAL DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA CONTENDO LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO EM PLATAFORMA CLOUD COMPUTING (NUVEM) COM BANCO DE DADOS A SER UTILIZADA PELA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**. Referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20070001/2023.**

Art. 2º- Designar a senhora **CARLA CINTHYA DE MOURA SOUZA,** CPF: 088.xxx.xxx-31, para **FISCAL DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA CONTENDO LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO EM PLATAFORMA CLOUD COMPUTING (NUVEM) COM BANCO DE DADOS A SER UTILIZADA PELA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**. Referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20070001/2023**

Art. 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01/04/2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho

Gabinete da Prefeita

Baraúna- RN, 09 de maio de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:E6327E39

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03040002/2025

A Secretaria Municipal de Educação consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 03040002/2025 relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 008/2025 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à contratação de imóvel para funcionamento como anexo da Escola Municipal Amaro Cavalcante, na comunidade de Juremal, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN, junto à Pessoa Física: **CLAUDIA ELLEN SILVA DE FRANCA,** com sede na Rua Luiz Mendes, 243, Juremal, 59695-000, Baraúna/RN, *com fulcro no inciso V do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo no inciso V do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
V – aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de um imóvel destinado ao funcionamento, como anexo, da Escola Municipal Amaro Cavalcante, na comunidade de Juremal, área rural, na modalidade de Educação Infantil em Tempo Integral, a fim de atender a demanda da Rede Pública Municipal de Ensino de Baraúna/RN. A Escola Municipal Amaro Cavalcante, localizada na comunidade de Juremal, área rural do município de Baraúna/RN, atende a uma demanda significativa de alunos da Educação Infantil que necessitam de atendimento em tempo integral. A modalidade de Tempo Integral é essencial para garantir o desenvolvimento educacional, social e emocional dos estudantes, além de proporcionar um ambiente seguro e adequado para o aprendizado
Face ao exposto, **DECLARO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso V do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Física: **CLAUDIA ELLEN SILVA DE FRANCA,** será no valor global de **R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 09 de maio de 2025.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:38FCF9D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 008/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03040002/2025

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no inciso V do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Física: **CLAUDIA ELLEN SILVA DE FRANCA**, no valor global de **R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais)**, referente à contratação de imóvel para funcionamento como anexo da Escola Municipal Amaro Cavalcante, na comunidade de Juremal, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pelo Sr. **Marcos Antônio de Sousa,** Secretario Municipal de Educação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:4836624A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 008/2025

OBJETO: contratação de pessoa física a visando a locação de imóvel situado no endereço Rua Luiz Mendes, 666, Juremal, 59.695-000, Baraúna/RN, para abrigar à Casa de Acolhimento à Crianças e Adolescentes em atendimento as necessidades do Município de Baraúna/RN.

CONTRATADO: CLAUDIA ELLEN SILVA DE FRANCA, portadora da Cédula de Identidade n° 003.733.725, expedida pelo SSP/RN, inscrita no CPF: 124.816.944-14, residente e domiciliada na Rua Antônio Queiroz, 243, Centro, 59695-000, Baraúna/RN.

VALOR: O valor do aluguel mensal é **R$ 3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais)** durante **9 (nove) meses**, perfazendo o valor total de **R$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais)** no valor global.

PRAZO:o prazo de vigência do contrato será de 09 (nove) meses, com início na data de **12 de maio de 2025** até **06 de fevereiro de 2026.**

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso V, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Baraúna/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:1AC77E4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07030002/2025

A Secretaria Municipal de Educação consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 07030002/2025 relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 006/2025 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à Contratação de empresa visando o fornecimento de licença de software para elaboração de projeto de engenharia, instalações hidrossanitárias, elétricas, combate a incêndio, infraestrutura predial de gás, climatização, cabeamento e SPDA em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN., junto à Pessoa Jurídica: **MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA – CNPJ: 03.984.954/0001-74,** com sede na Rua Saldanha Marinho, 392, Centro, 88.010-450, Florianópolis/SC, *com fulcro no inciso I, art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo no inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada em software de engenharia é necessária para garantir que o município tenha acesso a soluções modernas, confiáveis e personalizadas para as demandas específicas dos projetos. O uso de software especializado permite automatizar processos repetitivos, reduzir o erro humano e aumentar a produtividade. Isso se traduz em uma melhor alocação de recursos, maior velocidade na execução dos projetos e menor tempo de entrega.
Face ao exposto, **DECLARO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA – CNPJ: 03.984.954/0001-74**, será no valor global estimado de R$ 9.288,00 (nove mil e duzentos e oitenta e oito reais).

Baraúna/RN, 24 de abril de 2025.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:FEE17471

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07030002/2025

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA – CNPJ: 03.984.954/0001-74**, no valor global de R$ 9.288,00 (nove mil e duzentos e oitenta e oito reais) referente à contratação de empresa visando o fornecimento de licença de software para elaboração de projeto de engenharia, instalações hidrossanitárias, elétricas, combate a incêndio, infraestrutura predial de gás, climatização, cabeamento e spda em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pelo Sr. **Marcos Antônio de Sousa,** Secretário Municipal de Educação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 24 de abril de 2025.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:D5042C09

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 006/2025

OBJETO: Contratação de empresa visando o fornecimento de licença de software para elaboração de projeto de engenharia, instalações hidrossanitárias, elétricas, combate a incêndio, infraestrutura predial de gás, climatização, cabeamento e SPDA em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN.

CONTRATADO: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA – CNPJ: 03.984.954/0001-74, com sede na Rua Saldanha Marinho, 392, Centro, 88.010-450, Florianópolis/SC.

VALOR:R$ 9.288,00 (nove mil e duzentos e oitenta e oito reais) no valor global.

PRAZO:o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de **28 de abril de 2025** até **28 de abril de 2026**.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Baraúna/RN, 24 de abril de 2025.

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:8123BF33

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2025

Consoante o art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021, Ratifico por este termo, a dispensa de licitação n° 005/2025, e autorizo a Aquisição de telas de proteção esportiva para realizar serviços de manutenção no Estádio Municipal Teófilo Lopes, que tem como escolhida empresa do ramo MATERIAL DE CONSTRUCAO BELA VISTA LTDA inscrita no CNPJ n° 18.966.736/0001-84, sediada no município de São Tomé/RN, com o valor total de R$ 17.486,56 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), com base no Art. 75, II da Lei n°14.133/2021 e o Art. 02, inciso III do Decreto Municipal 002.2024, com vigência de contrato válida por 30 dias.

Barcelona/RN, 08 de maio de 2025.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:088373A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO N° 055, EM, 09 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BARCELONA – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – no uso das atribuições a que lhe são conferidas, e, em consonância com a Lei Municipal Orgânica, etc...

RESOLVE:

Art., 1°. NOMEAR o/a Ilustríssimo/a Senhor/a, **JOSÉ DE ANCHIETA NEVES**, para ocupar o cargo comissionado de **DIRETOR DE TURISMO** do município epigrafado.

Art. 2°. Esta **PORTARIA e**ntra em vigor na data de sua publicação**,** revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, e,
CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

Edifício Manoel Guedes da Fonseca, em, Barcelona/RN – Gabinete do Prefeito Constitucional, documento expedido na sexta-feira, em, 09 de maio de 2025.

(Documento Assinado Digitalmente)
FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Constitucional/Município de Barcelona/RN

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:FAD41E05

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 021, DE, 09 DE MAIO DE 2025.

DECRETA LUTO OFICIAL EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SENHORA ZELMA MARIA DA SILVA – SERVIDORA PÚBLICA (APOSENTADA) DO MUNICÍPIO DE BARCELONA/RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BARCELONA – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhes são conferidas, e, em consonância com a Lei Orgânica Municipal, etc...

CONSIDERANDO o falecimento da servidora pública (aposentada) deste município, a eminente Senhora **ZELMA MARIA DA SILVA**;
CONSIDERANDO os preciosos trabalhos dedicados à comunidade barcelonense, no decorrer de sua vida como cidadã e servidora pública, dentre outras funções exercidas;
CONSIDERANDO a consternação geral da comunidade barcelonense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã exemplar, respeitável servidora e de ilibado espírito público; **e,**
CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Executivo Municipal de Barcelona/RN, render justas homenagens àqueles que, com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica **DECRETADO - LUTO OFICIAL** no Município de Barcelona/RN, por 03 (três) dias, contados a partir do dia 09/05/2025 (sexta-feira), pelo falecimento da ilustre Senhora **ZELMA MARIA DA SILVA,** que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao município de Barcelona/RN, tendo exercido o cargo de auxiliar de serviços gerais, dentre outras funções.

Art. 2º. - Este **DECRETO** entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

Edifício MANOEL GUEDES DA FONSECA – Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Barcelona/RN, documento confeccionado e expedido na sexta-feira, em, 09 de maio de 2025.

(Documento Assinado Digitalmente)
FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Constitucional/Município de Barcelona/RN

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:4F3E7919

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO - INEXIGIBILIDADE 010/2025 - INEX

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA INTITULADA: "RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEMS COM OLHAR NA EQUIDADE" QUE SERÁ REALIZADA NA SEMANA PEDAGÓGICA DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN

CONSIDERANDO a instrução do processo administrativo;
CONSIDERANDO o interesse público e os princípio da legalidade e moralidade bem como eficiência nas contratações públicas;
CONSIDERANDO que a contratação trata-se de pessoa física com vínculo no município a qual não poderá ser efetivado a referida contratação;
DETERMINO:

A REVOGAÇÃO do procedimento de INEXIGIBILIDADE 010/2025, processo eletrônico 041/2025, exercendo o poder de autotutela com fulcro no art. 71 III da lei 14.133/21.

Publique-se, Cumpra-se.

Bento Fernandes/RN, 09 de maio de 2025.

JOLLEMBERGUE SOARES DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:978F2BA0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO - INEXIGIBILIDADE 011/2025 - INEX

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
OBJETO: Contratação de pessoa física para realização de Palestra intitulada "COMO TRABALHAR O TEA E SUAS COMORBIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR" que será realizada na semana pedagógica de 2025, da secretaria municipal de educação do município de Bento Fernandes/RN

CONSIDERANDO a instrução do processo administrativo;
CONSIDERANDO o interesse público e os princípio da legalidade e moralidade bem como eficiência nas contratações públicas;
CONSIDERANDO que a contratação trata-se de pessoa física com vínculo no município a qual não poderá ser efetivada a contratação;
DETERMINO:

A REVOGAÇÃO do procedimento de INEXIGIBILIDADE 011/2025, processo eletrônico 042/2025, exercendo o poder de autotutela com fulcro no art. 71 III da lei 14.133/21.

Publique-se, Cumpra-se.

Bento Fernandes/RN, 09 de maio de 2025.

JOLLEMBERGUE SOARES DANTAS
Prefeito

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:E3DBB665

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO OU PREGOEIRO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA ELETRÔNICA 029/2025 - FREIRE & MOURA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

DISPENSA 029/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 055/2025
EXTRATO DE CONTRATO 060501/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em ações e serviços na área da saúde especializada em Business Intelligence com pacote tecnológico incluso, utilização de inteligência artificial, treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial, apoio na elaboração de plano de trabalho voltado ao SUSDIGITAL, Assessoria e Consultoria por profissionais especializados em auditoria gerencial das informações da Atenção Primária em Saúde com soluções tecnológicas integradas a fim de realizar pesquisa científica e nortear tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito a democratização da informática na tomada de decisões na assistência, para atendimento das necessidades do município de Bento Fernandes/RN.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN

CONTRATADA:FREIRE & MOURA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ: 15.230.289/0001-02

VALOR TOTAL ESTIMATIVO R$ 62.484,00 (Sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e quatro reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
PREFEITURA

Órgão:..... 03 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:..... 05001 – Fundo Municipal de Saúde
Função:..... 10 – Saúde
Subfunção:..... 122 – Administração Geral
Programa:.....0002 – GESTÃO, MANUT E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Ação:.....2037 – MANUT DAS ATIV DO FUNDO MUN DE SAÚDE- FMS
Natureza da Despesa: .....3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
Fonte de Recurso:..... 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO 029/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, II da Lei n. 14.133/2021

VIGÊNCIA:06 de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025
Signatários

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
PREFEITO

KLEBER DA SILVA FREIRE
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Tiago Varela da Camara
Código Identificador:3C197778

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
AVISO DE CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN torna público aos interessados que Dará continuidade a sessão pública referente à CONCORRÊNCIA Nº. 003/2024 PROCESSO Nº. 2.686/2024, tipo MENOR PREÇO, EXECUÇÃO INDIRETA, mediante o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tendo por objeto a Contratação de empresa destinada a execução dos serviços de pavimentação de estrada vicinal, com construção de passagem molhada - trecho de acesso às comunidades de guarani e lagoinha - zona rural deste município de Boa Saúde - RN, nos termos do Contrato de Repasse OGU nº 914369/2021 - Operação 1078131-60 – Programa Agropecuária Sustentável. A sessão de continuidade será realizada dia 14 de Maio de 2025 as 09:00 (nove) horas, exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações contatar por e-mail:cplboasaudern@outlook.com

Boa Saúde/RN, em 09 de Maio de 2025.

FERNANDA CLENDIA DA SILVA GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:22816FB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO(*)
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO, PUBLICAÇÃO ANTERIOR: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE– EDIÇÃO Nº 3524, DIA 25/04/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN- Secretaria Municipal de Administração E Planejamento.
Extrato de Dispensa de Licitação
Processo: 444/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria, com o objetivo de modernização do setor de compras da Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN.

Contratado: J B R DE LIMA CNPJ: 53.579.962/0001-03

Valor Global: 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Base Legal: Art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021.

Boa Saúde/RN 09/05/2025

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:9E033FBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN– Secretaria Municipal de Governo.
Processo: 542/2025
Favorecido: Francisco das Chagas dos Santos CPF: 033.322.594-58
Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua José Ângelo da Silva, nº 33, Centro, Boa Saúde/RN, destinado ao funcionamento do Destacamento da Policia Militar no Município de Boa Saúde-RN.
Valor Total: R$ 12.000,00 (doze mil reais)
Fundamento Legal: Artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, na sua atual redação.

Data: 09 de Maio de 2025.

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:CD825637

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 - SRP

A Prefeitura Municipal de Bodó, através da Comissão de Licitação, torna público que se encontra aberto licitação através do Pregão Eletrônico nº 011/2025, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA COMPOR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN.** O edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e e-mail: cpl@bodo.rn.gov.br, podendo ser solicitado de segunda a sexta feira em dias úteis. A sessão eletrônica será aberta às09h01 (horário de Brasília) do dia 26/05/2025.Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados diretamente no Portal de Compras Públicas ou pelo e-mail acima citado.

Bodó/RN, 09 de maio de 2025.

CELUZIA BEATRIZ ALBINO TAVARES
Pregoeira

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:C6071D25

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO - CONTRATO Nº 062/2022

Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN. Objeto: **Prorrogação do contrato nº 062/2022 pelo período de 12 (doze) meses**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS SOB RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS/RN**. Aditivo de Prazo fundamentado conforme disposto no Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93. Referente: Pregão Eletrônico nº 008/2022. Vigência do Aditivo: 10/05/2025 à 10/05/2026. Licitante: FILIPE PEDRO DE ARAÚJO – CPF de nº 059.XXX.374-XX. Assinatura do Aditivo: 09/05/2025.

Bom Jesus/RN, 09/05/2025

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal
Bom Jesus/RN
Contratante

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:3FD2E7C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N°. 249/2025-SMG EXONERAÇÃO DE CARGO EFETIVO MARIANA SILVA FREITAS GONÇALVES.

PORTARIA N°. 249/2025-SMG

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARGO EFETIVO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 71, I, da Lei 176/1997 - Código do Servidor Público.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. MARIANA SILVA FREITAS GONÇALVES, portadora do CPF: XXX.144.744-XX, do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de Bom Jesus/RN, com efeitos a partir do dia 12 de maio de 2025, em razão de posse em outro cargo inacumulável.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 09 de maio de 2025.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:0A5B2C90

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. 250/2025 - SMG CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIALIZADA À SERVIDORA SANDRA LUCIA VIEIRA DA SILVA.

PORTARIA N. 250/2025 - SMG

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, inciso VII e art. 34, inciso II, alínea "g", todos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos moldes do Art. 31 da Lei Complementar Municipal n. 005/2022, regulamentado pelo Art. 2º, §2º, Inciso IV, do Decreto Municipal n. 003/2023, a Função Gratificada Especializada, tipo FG-E, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), à servidora SANDRA LUCIA VIEIRA DA SILVA, portadora do CPF: XXX.604.074-XX, ocupante do cargo de Advogada, Especialista em Direito Público, vinculada à Secretaria Municipal de Administração.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, em 09 de maio de 2024.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lara Pereira de Azevedo
Código Identificador:78A19D9F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PE 006/2025 SRP

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PE 006/2025 SRP
CIRCUNSTANCIADO PELO RESULTADO APRESENTADO NO PROCESSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2025 - SRP, QUE INDICOU COMO VENCEDORAS AS EMPRESAS: 54.055.890 JULIANY DOS SANTOS MEDEIROS SILVA ME CNPJ: 54.055.890/0001-68 VENCEDORA DOS ITENS 32 ,44, 53, 55, 60, 61, 62, 88, 93, 104, 105, 107, 117, 121, 122, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 139, 140, 142 E 143. 54.240.813 ISAK ALVES ROSA CNPJ: 54.240.813/0001-88 VENCEDORA DOS ITENS 43,101,152 E 153; ESCOLA ESCRITORIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ: 00.800.611/0001-14 VENCEDORA DOS ITENS 01, 02, 09, 10, 14, 18, 19, 25, 26, 28, 31, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 50, 56, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 87, 92, 95, 97, 98, 99, 100 ,111 ,112, 113, 114, 115, 123, 124, 134, 138, 141, 146, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 163, 164, 165, 167, 168 E 169. Industria e Comercio Colchoes Orthovida Ltda EPP CNPJ: 07.628.070/0001-38 VENCEDORA DO ITEM 94; INLABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS LTDA EPP CNPJ:20.772.716/0001-14 VENCEDORA DO ITEM 52; MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA ME CNPJ: 11.886.312/0001-60 VENCEDORA DOS ITENS16 E 96. APROVO A INSTRUÇÃO DO PROCESSO E CONFIRMO O JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS, HAJA VISTA TEREM SIDO OBEDECIDAS OS DITAMES LEGAIS PARA O REFERIDO PROCEDIMENTO, E POR NÃO HAVEREM VÍCIOS E NULIDADES A SEREM SANADAS VENHO ADJUDICAR E HOMOLOGAR O RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 SRP.

Brejinho/RN, em 09 de Maio de 2025.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA.
Prefeito Constitucional.

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:CB0A6B1C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 031/2025 - REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: **53.656.706 MARIO DO NASCIMENTO SILVA, CNPJ: 53.656.706/0001-72,** com endereço na Rua do Socorro, 623, Centro, Caiçara do Norte/RN - CEP: 59.067-300**.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS MUSICAIS DE "MARIO NASCIMENTO" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM ALUSÃO A FESTA DO PADROEIRO SÃO PEDRO DO MUNICIPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 04/07/2024 à 06/07/2024.

VALOR ESTIMADO: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

BASE LEGAL: Artigo 74, Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Caiçara do Norte/RN, 07 de maio de 2025.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:F6256F4B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 040/2025 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 031/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: 53.656.706 MARIO DO NASCIMENTO SILVA, CNPJ: 53.656.706/0001-72, com endereço na Rua do Socorro, 623, Centro, Caiçara do Norte/RN - CEP: 59.067-300.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS MUSICAIS DE "MARIO NASCIMENTO" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM ALUSÃO A FESTA DO PADROEIRO SÃO PEDRO DO MUNICIPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 04/07/2024 à 06/07/2024.

VALOR ESTIMADO: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 260/2024, observadas as prioridades fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica.

ASSINATURAS em 08/05/2025 com validade até 31/12/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

53.656.706 MARIO DO NASCIMENTO SILVA
CNPJ: 53.656.706/0001-72
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 08 de maio de 2025.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:00E4941A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 042/2025

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 033/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN

CONTRATADA: YASKARA RAPHAELLA SOARES DO NASCIMENTO, CPF: 094.892.684-88, com endereço na Rua da Algaroba, 343, AP 1202, Cond Resid PQ Itatiaia, Nova Parnamirim/RN - CEP: 59.151-840.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO MUNICIPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN.

VALOR ESTIMADO: R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).

Os recursos para pagamento referente ao fornecimento de que trata termo, são oriundos das fontes de recursos constante no Orçamento Geral do Município, Lei nº 260/2024, observadas as prioridades fixadas para o exercício, no Elemento de Despesa: 33.90.36 – Outros serviços de terceiro pessoa física.

ASSINATURAS em 09/05/2025 com validade até 31/12/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
Alcélio Fernandes Barbosa
Pela Contratante

YASKARA RAPHAELLA SOARES DO NASCIMENTO
CPF: 094.892.684-88
Pela Contratada

Caiçara do Norte/RN, 09 de maio de 2025.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:67C1E69F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 152/2025 - GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A AGENTE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 499, DE 17 DE ABRIL DE 2023.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, **CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as diárias constituem verba de natureza indenizatória, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando o agente público se deslocar temporariamente de sua sede para outro município ou unidade da Federação, a serviço, conforme previsão da **Lei Municipal nº 499/2023**;

CONSIDERANDO que há correlação entre o objeto da viagem e as atribuições do cargo exercido pelo servidor, evidenciado o interesse público;

CONSIDERANDO a devida instrução do processo de solicitação de diárias, datas, local de destino, finalidade da viagem e outros elementos exigidos pelo art. 6º da Lei Municipal nº 499/2023;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária específica e saldo disponível, devidamente atestado pelo setor competente, em consonância com a Lei Orçamentária Anual, o PPA e a LDO;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **03 (três) diárias nacionais** ao servidor **ANTÔNIO COSTA RIBEIRO**, Conselheiro Tutelar deste Município, matrícula nº 4345, no valor unitário de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 900,00 (novecentos reais)**, para custeio de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana durante deslocamento oficial com pernoite, da sede do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN para a cidade de **Campina Grande/PB**, no período de **14 a 16 de maio de 2025**, a fim de participar do **Congresso sobre Crimes Sexuais Infantis**, com foco em crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

Art. 2º - O servidor deverá, no prazo de até 10 (dez) dias após o retorno, apresentar elementos comprobatórios da realização da missão, nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 499/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:63856733

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 153/2025 - GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A AGENTE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 499, DE 17 DE ABRIL DE 2023.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, **CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as diárias constituem verba de natureza indenizatória, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando o agente público se deslocar temporariamente de sua sede para outro município ou unidade da Federação, a serviço, conforme previsão da **Lei Municipal nº 499/2023**;

CONSIDERANDO que há correlação entre o objeto da viagem e as atribuições do cargo exercido pelo servidor, evidenciado o interesse público;

CONSIDERANDO a devida instrução do processo de solicitação de diárias, datas, local de destino, finalidade da viagem e outros elementos exigidos pelo art. 6º da Lei Municipal nº 499/2023;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária específica e saldo disponível, devidamente atestado pelo setor competente, em consonância com a Lei Orçamentária Anual, o PPA e a LDO;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **03 (três) diárias nacionais** ao servidor **LUCIANA CARLA MENDES PIRES**, Conselheira Tutelar deste Município, matrícula nº 11043, no valor unitário de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 900,00 (novecentos reais)**, para custeio de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana durante deslocamento oficial com pernoite, da sede do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN para a cidade de **Campina Grande/PB**, no período de **14 a 16 de maio de 2025**, a fim de participar do **Congresso sobre Crimes Sexuais Infantis**, com foco em crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

Art. 2º - O servidor deverá, no prazo de até 10 (dez) dias após o retorno, apresentar elementos comprobatórios da realização da missão, nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 499/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:B5C8CDB1

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 154/2025 - GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A AGENTE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 499, DE 17 DE ABRIL DE 2023.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, **CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as diárias constituem verba de natureza indenizatória, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando o agente público se deslocar temporariamente de sua sede para outro município ou unidade da Federação, a serviço, conforme previsão da **Lei Municipal nº 499/2023**;

CONSIDERANDO que há correlação entre o objeto da viagem e as atribuições do cargo exercido pelo servidor, evidenciado o interesse público;

CONSIDERANDO a devida instrução do processo de solicitação de diárias, datas, local de destino, finalidade da viagem e outros elementos exigidos pelo art. 6º da Lei Municipal nº 499/2023;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária específica e saldo disponível, devidamente atestado pelo setor competente, em consonância com a Lei Orçamentária Anual, o PPA e a LDO;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **03 (três) diárias nacionais** ao servidor **VIRGINIA KARLA DO NASCIMENTO PEREIRA LISBOA**, Conselheira Tutelar deste Município, matrícula nº 2001, no valor unitário de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 900,00 (novecentos reais)**, para custeio de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana durante deslocamento oficial com pernoite, da sede do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN para a cidade de **Campina Grande/PB**, no período de **14 a 16 de maio de 2025**, a fim de participar do **Congresso sobre Crimes Sexuais Infantis**, com foco em crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

Art. 2º - O servidor deverá, no prazo de até 10 (dez) dias após o retorno, apresentar elementos comprobatórios da realização da missão, nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 499/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:2ED9A127

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 155/2025 - GP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A AGENTE PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 499, DE 17 DE ABRIL DE 2023.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN, **CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que as diárias constituem verba de natureza indenizatória, destinadas à cobertura de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando o agente público se deslocar temporariamente de sua sede para outro município ou unidade da Federação, a serviço, conforme previsão da **Lei Municipal nº 499/2023**;

CONSIDERANDO que há correlação entre o objeto da viagem e as atribuições do cargo exercido pelo servidor, evidenciado o interesse público;

CONSIDERANDO a devida instrução do processo de solicitação de diárias, datas, local de destino, finalidade da viagem e outros elementos exigidos pelo art. 6º da Lei Municipal nº 499/2023;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária específica e saldo disponível, devidamente atestado pelo setor competente, em consonância com a Lei Orçamentária Anual, o PPA e a LDO;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **03 (três) diárias nacionais** ao servidor **MARCIO ACIOLE PIRES**, Motorista deste Município, matrícula nº 831, no valor unitário de **R$ 300,00 (trezentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 900,00 (novecentos reais)**, para custeio de despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana durante deslocamento oficial com pernoite, da sede do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN para a cidade de **Campina Grande/PB**, no período de **14 a 16 de maio de 2025**, com a finalidade de acompanhar e conduzir os Conselheiros Tutelares designados para participação no **Congresso sobre Crimes Sexuais Infantis**, que abordará crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

Art. 2º - O servidor deverá, no prazo de até 10 (dez) dias após o retorno, apresentar elementos comprobatórios da realização da missão, nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 499/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:97C97EB3

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE COTAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.351.819/0001-05, com sede na Rua São Sebastião, nº 36, Centro, CEP 59540- 000, Caiçara do Rio do Vento/RN, torna pública a realização da **Cotação de Preços** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DEAPARELHOS DE AR-CONDICIONADO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DASSECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DOMUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO /RN.**

A Pesquisa Mercadológica tem prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. As interessadas em participar da presente Cotação Prévia de Preço poderão solicitar as especificações do objeto e quaisquer informações através do email: pesquisa@caicaradoriodovento.rn.gov.br.
Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

SETOR DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:73A72014

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE COTAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.351.819/0001-05, com sede na Rua São Sebastião, nº 36, Centro, CEP 59540- 000, Caiçara do Rio do Vento/RN, torna pública a realização da **Cotação de Preços** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TECIDOS E AVIAMENTOS DIVERSOS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO /RN.**
A Pesquisa Mercadológica tem prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. As interessadas em participar da presente Cotação Prévia de Preço poderão solicitar as especificações do objeto e quaisquer informações através do email: pesquisa@caicaradoriodovento.rn.gov.br.
Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

SETOR DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:85950292

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE COTAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.351.819/0001-05, com sede na Rua São Sebastião, nº 36, Centro, CEP 59540- 000, Caiçara do Rio do Vento/RN, torna pública a realização da **Cotação de Preços** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO/RN.**
A Pesquisa Mercadológica tem prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação. As interessadas em participar da presente Cotação Prévia de Preço poderão solicitar as especificações do objeto e quaisquer informações através do email: pesquisa@caicaradoriodovento.rn.gov.br.
Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de maio de 2025.

SETOR DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:A2862103

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 021/2024 - Processo Administrativo n.º 2024.03.21.0067

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA**: CITY ÁGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.305.892/0001-67; **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ÁGUA PURIFICADA/MINERAL OU ADICIONADA DE SAIS E GELO; **VALOR:** R$ 15.418,50 (quinze mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos); **VIGÊNCIA**: início na data de 08 de maio de 2025 e encerramento em 08 de dezembro de 2025. **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Contratante Maria Ivone Fernandes – pela Contratada.

Caicó/RN, 08 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:A53B2773

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 015/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 015/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** LUCILENE CARAPINA DA CRUZ DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF nº 044.788.847-14; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 015/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 04 de maio de 2025 e termo final em 04 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e LUCILENE CARAPINA DA CRUZ DOS SANTOS – pela Permissionária.

Caicó/RN, 24 de abril de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:DD902394

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 012/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2025.04.10.0008

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 012/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2025.04.10.0008

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** IVANIA MARTINS DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF nº 850.494.764-53; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 012/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 04 de maio de 2025 e termo final em 04 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e IVANIA MARTINS DOS SANTOS – pela Permissionária.

Caicó/RN, 24 de abril de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:9D226535

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 021/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 021/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** THIAGO TAVARES GOMES, inscrito no CPF/MF sob nº 072.175.684-04; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 021/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 04 de maio de 2025 e termo final em 04 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e THIAGO TAVARES GOMES – pela Permissionário.

Caicó/RN, 24 de abril de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:6F170B7B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 010/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 010/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** CRISTIANE GOMES DE BRITO AZEVEDO, inscrita no CPF/MF nº 148.000.224-01; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 010/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 04 de maio de 2025 e termo final em 04 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e CRISTIANE GOMES DE BRITO AZEVEDO – pela Permissionária.

Caicó/RN, 24 de abril de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:9CDB022C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 023/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 023/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** MISAEL VICTOR OLIVEIRA PEREIRA, inscrito no CPF/MF nº 110.490.204-48; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 023/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 08 de maio de 2025 e termo final em 08 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e MISAEL VICTOR OLIVEIRA PEREIRA – pela Permissionário.

Caicó/RN, 02 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:7E51B599

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 017/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 017/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** ALEXSANDRA DE ARAÚJO, inscrita no CPF/MF nº 008.895.354-85; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 017/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE

CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 04 de maio de 2025 e termo final em 04 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e ALEXSANDRA DE ARAÚJO – pela Permissionária.

Caicó/RN, 02 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:7EE7820C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025 - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 011/2023 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 001/2025

TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 011/2023

CONCORRÊNCIA Nº 002/2022 - PROC. ADMINIST. Nº 2022.08.17.0006

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** FRANCILEIDE DANTAS, inscrita no CPF/MF nº 736.268.484-34; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 011/2023, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 04 de maio de 2025 e termo final em 04 de maio de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e FRANCILEIDE DANTAS – pela Permissionária.

Caicó/RN, 02 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Washington Rodrigo Souto de Medeiros
Código Identificador:E9E4EB49

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

Ref. Processo Administrativo MC/RN nº 2025.04.24.0051

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2025

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do Agente de Contratação da Comissão Permanente de Contratação, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal nº 107/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará o **Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para a "Prestação de serviços por instituições financeiras ou bancárias, instituições de pagamento e cooperativas, legalmente autorizadas, interessadas na oferta de produtos de antecipação de salário, aos servidores da "Administração Direta e Indireta"**, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os interessados deverão apresentar a DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO no período 12 de maio de 2025 a 12 de maio de 2026, das 07:00 às 13:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caicó/RN – situada na Av. Cel. Martiniano, nº 993, Centro, Caicó/RN. CEP 59.300-000. A íntegra do Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço acima mencionado ou através do site oficial da Prefeitura Municipal de Caicó: www.caico.rn.gov.br, no link licitações. Maiores informações pelo e-mail: cpl-caico@hotmail.com.

Caicó/ RN, 09 de maio de 2025.

WASHINGTON RODRIGO SOUTO DE MEDEIROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:CA1E9C75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0595/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0595/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	JUSCIELHO BRITO			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15244			
DOCUMENTOS:	CPF: 050.xxx.xxx-95			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	14:20 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Claudio Araújo Silva, do Hospital Regional do Seridó, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A71AC09D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0596/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0596/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	MARCIENE CRISTIANE MEDEIROS DA SILVA
CARGO:	TECNICA DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15710
DOCUMENTOS:	CPF: 039.xxx.xxx-83
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	14:20 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Claudio Araújo Silva, do Hospital Regional do Seridó, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:24C98340

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0597/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0597/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002- 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF – 4F92			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Lara Raissa Lopes do Nascimento, do Hospital do Seridó, para a Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1DD1E087

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0598/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0598/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**CAROLINA CARLA DANTAS DE MEDEIROS SANTOS**
CARGO:	TEC. DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	1.5721
DOCUMENTOS:	CPF: 031xxx.xxx-10
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF – 4F92			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Lara Raissa Lopes do Nascimento, do Hospital do Seridó, para a Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:8E0FFCC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0599/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0599/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARCO ANTONIO SANTOS DE MEDEIROS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	11.457-1			
DOCUMENTOS:	CPF: 785.xxx.xxx-68			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:10 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C85			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisco Emidio dos Santos, do Hospital Regional do Seridó, para o Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:3A796725

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0600/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0600/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**EDVÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS**			
CARGO	**Técnica de Enfermagem**			
MATRÍCULA:	15605			
DOCUMENTOS:	CPF: 014.205.784-30			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:10 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C85			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Francisco Emidio dos Santos, do Hospital Regional do Seridó, para o Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:E9F751FC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0601/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0601/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	WALLACE BRUNO DE MEDEIROS OLIVEIRA			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	2004437			
DOCUMENTOS:	CPF: 068.xxx.xxx-22			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQK – 1F16			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Pedro Benicio W. Medeiros, para a Casa de Apoio Kaks, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5A2F155A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0602/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0602/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	198815			
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQH – 3G64			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisca da Costa Silva, para realizar atendimento no Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL, em Natal/RN, no dia 02/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4C500392

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0603/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0603/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ELOISON CORTEZ DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	14687			
DOCUMENTOS:	CPF: 024.xxx.xxx-93			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	15:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQK – 1F16			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Alane Cristina de Lucena, por ter recebido alta da Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 03/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**03/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:0C799CA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0604/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0604/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	GERIFRAN ALVES DE ARAÚJO			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15668			
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-04			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	01:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Henzo Gabriel da Silva Amorim, do Hospital do Seridó, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 04/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:58BE42AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0605/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0605/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	MARCIENE CRISTIANE MEDEIROS DA SILVA
CARGO:	TECNICA DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15710
DOCUMENTOS:	CPF: 039.xxx.xxx-83
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	01:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C76			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Henzo Gabriel da Silva Amorim, do Hospital do Seridó, para o Hospital Walfredo Gurgel, em Natal/RN, no dia 04/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:DDFE2C92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0606/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0606/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	Diretor de Departamento de Transporte			
MATRÍCULA:	11027-2			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.xxx.xxx-33			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQH – 3G64			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Maria Jaira Mariz Batista, para realizar cirurgia no Hospital Deoclecio Marques, em Parnamirim/RN, no dia 04/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Parnamirim/RN**	**04/05/2025**	**R$ 85,00**	**R$ 85,00**

Importa a quantia de R$ 85,00 (Oitenta e Cinco Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A7447C0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0607/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0607/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15357			
DOCUMENTOS:	CPF: 011.xxx.xxx.-13			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGF - 4F92			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Francisco Damião dos Santos, do Hospital do Seridó, para o Hospital do Coração, em Natal/RN, no dia 05/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**05/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 05 de maio de 2025

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1BB8DFC4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0608/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0608/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002- 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539. xxx. xxx- 87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RGI – 4J61			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente João Bosco Neto, para realizar consulta no Hospital da Visão, em Natal/RN, no dia 05/05/2025.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**05/05/2025**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 05 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:93E593A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0609/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0609/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 1 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	11659
DOCUMENTOS:	CPF: 637.xxx.xxx-87
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde

HORÁRIO DE SAÍDA:	07:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C85
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Vanuzia Teixeira de Brito, do Hospital do Seridó, para a Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 05/05/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	05/05/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 05 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:3E9435DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0610/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0610/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃOde 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	KAYO EMANUEL FERNANDES DE ARAUJO
CARGO:	TECNICO DE ENFERMAGEM
MATRÍCULA:	15718
DOCUMENTOS:	CPF: 065.xxx.xxx-08
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde - UBS BARRA NOVA

HORÁRIO DE SAÍDA:	07:30 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Ambulância RQC – 0C85
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Acompanhar o (a) paciente Vanuzia Teixeira de Brito, do Hospital do Seridó, para a Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, em Natal/RN, no dia 05/05/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	05/05/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 05 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:A26A7C4C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0611/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0611/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**VIVALDO GARCIA DE MEDEIROS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	1994530
DOCUMENTOS:	CPF: 837.xxx.xxx-53
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQC – 4B96
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Marcia Alvares Mariz, para a Casa de Apoio Kaks, em Natal/RN, no dia 05/05/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	05/05/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 05 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:69F9A122

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0612/2025

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 0612/2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**ALBERTO JORGE DOS SANTOS**
CARGO:	MOTORISTA
MATRÍCULA:	198815
DOCUMENTOS:	CPF: 589.xxx.xxx-91
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:00 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	SPIN RQK – 1F16
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Maria Lucineide da Silva, para realizar atendimento no Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL, em Natal/RN, no dia 05/05/2025.	
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
01	Natal/RN	05/05/2025	R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 05 de maio de 2025.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:8AB8AAFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 485 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2025.04.23.0002;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário, **JUAREZ ATEMISTO DOS SANTOS**, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.2662/1, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:CFC75089

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 484 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2025.04.07.0004;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 06 (seis) meses ao funcionário, **WOTSON ZUZA REGIS**, Coveiro, matrícula nº 1.4935/1, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:8B622A39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 483 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 07/2025 - CMDS,

R E S O L V E:

Art. 1º - **NOMEAR** os membros abaixo para compor o **Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Solidário- CMDSS, Biênio 2024/2026:**

I - Representantes das Organizações Sociais e Produtivas, Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agricultura Familiar, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais.

1 – Associação Comunitária do Açudinho

Titular: ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Suplente: WILMA KARLA COSTA

2 – Associação Comunitária do Sítio Manhoso

Titular: GILVAN COSTA DE AZEVEDO
Suplente: JOSÉ SILVA DE AZEVEDO

3 – Associação Comunitária dos Sítios Inês Velha, Recanto da Inês e Riachão

Titular: AGUISLENE BEZERRA DE MEDEIROS DANTAS
Suplente: FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA

4 – Associação Comunitária dos Moradores da Barra da Espingarda

Titular: ANTÔNIO ALMEIDA NETO
Suplente: LUCINEIDE PEREIRA DE ARAÚJO

5 – Associação de Mulheres da Feira da Diversidade do Seridó

Titular: ANA ALINE MORAIS
Suplente: NEUZELLI DANTAS DE MELO

6 – Associação Comunitária dos Sítios Nova Olinda I e II

Titular: AISA REGINALDA DINIZ
Suplente: GILVÂNIA AZEVEDO ARAÚJO

7 – Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural do Sobrinho – ADCS.

Titular: ALCIONE MARCOS DA CUNHA
Suplente: TIAGO PEREIRA DE MEDEIROS

8 – Associação Comunitária dos Sítios Furna da Onça II, Pedra Dagua, Boa Vista, Logradouro dos Angicos e Riacho dos Grossos

Titular: JOSÉ GENEZIO DE MEDEIROS JÚNIOR
Suplente: JOSEANE MARIA DE MEDEIROS

9 – Associação Comunitária dos Batentes, Brabo e Seridozinho

Titular: JORGE ALVES DE AZEVEDO
Suplente: MATHEUS JORGE DE OLIVEIRA AZEVEDO

II - Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caicó:

Titular: JUCELINO JOSÉ DE ARAÚJO RODRIGUES
Suplente: ELIETE MEDEIROS

III - Representante de Organizações Não Governamental que atue Agencia de Desenvolvimento Sustentável do Seridó:

Titular: EMIDIO GONÇALVES DE MEDEIROS
Suplente: VALKER WANDERLEY DE ARAÚJO

IV - Representante Instituições Religiosas:

Cáritas Diocesana de Caicó

Titular: OZEANE ARAÚJO DE ALBERQUE DA SILVA
Suplente: SILVANA BARBOSA DE AZEVEDO

V - Representante do Poder Executivo Municipal

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Titular: CLEDINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA
Suplente: ITALO LAMARKA SANTOS SALDANHA

VI - Representante Local do Governo do Estado:

Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

Titular: DALVANIRA LUCENA
Suplente: THIAGO ROMERO NASCIMENTO

VII - Representante da Câmara Municipal de Vereadores de Caicó

Titular: JÚLIO CÉSAR FERNANDES DE AZEVEDO
Suplente: FRANCISCO FÁBIO DE ARAÚJO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:9CB88311

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 482 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V; e de conformidade com o Ofício nº 08/2025 - CMDS,

R E S O L V E:

Art.1º - NOMEAR a Diretoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Município de Caicó/RN. Eleita em reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março de 2025, com vigência do mandato de 02(dois) anos. Considerando a Lei nº 4.669/2014, 21 de janeiro de 2014, no que determina o artigo 4º e o Parágrafo 2º do artigo 6º, ficando assim constituída:

I - Presidente: GILVAN COSTA DE AZEVEDO – Representante Titular da Associação Comunitária do Sítio Manhoso – CPF nº XXX.868.944-XX;
II - Secretário: JUCELINO JOSÉ DE ARAÚJO RODRIGUES – Representante Titular do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caicó – CPF nº XXX.362.124-XX;
III - Tesoureira: ANA ALINE MORAIS – Representante da Associação de Mulheres da feira da Diversidade do Seridó – CPF nº XXX.755.914-XX.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:8B551183

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 481 / 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 038/2025 - SEMPLAN;

R E S O L V E:

Art. 1° - **REVOGA** a Portaria de Diária nº 048/2025, de 22 de abril de 2025, que concedeu 02(duas) diárias, ao funcionário, **ALEXANDRE DE SOUZA JÚNIOR**, Engenheiro Civil, matrícula n° 200934-0, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RÉGIA ARAÚJO DE SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:9F07EA14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 057/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) ao (à):

SERVIDOR (A):	Gillyard Medeiros de Araujo			
CARGO:	Motorista			
MATRÍCULA:	199806-4			
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.005.084-XX	**RG:** X.315.XXX		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.			
HORÁRIO DE SAÍDA: HORARIO DA VOLTA:	14:00h 21:00h			
TIPO DE TRANSPORTE:	DOBLO ESSENCE, PLACA QGB 6048			
OBJETIVO DA VIAGEM				
CONDUZIR VOLTA TECNICA QUE PARTICIPOU DO 31° FORUM REGIONAL DE FORTALECIMENTO DA REDE DE PARCERIAS - ETAPA RN REALIZADO NA CIDADE DE NATAL/RN. A REFERIDA DIARIA SERA PAGA COM RECURSO PROPRIO DO FMAS, CONTA N°41.733-5.				
Conforme solicitação da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 diaria	Natal/RN	06 de maio de 2025	S/pernoite R$ 80,00	R$ 80,00

Importa a quantia de R$ 80,00 **(**oitenta reais.**)**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 06 de Maio de 2025

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:736D02B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025 DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 001/2023, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE NECESSIDADE DE PESSOAL A TER LOTAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais, obedecendo a ordem de classificação do resultado final do PSS-001/2023, bem como de acordo com as necessidades da Administração Pública, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR os profissionais nominados na lista do Anexo I deste edital, aprovados e classificados no **Processo Seletivo 001/2023**, a comparecer no **CENTRO ADMINISTRATIVO – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – SALA 210**, localizado na Avenida Coronel Martiniano, 993, centro, nesta cidade, **no período de 12 a 16 de maio/2025 nos horários das 8h às 12h,** para entrega da documentação exigida para contratação e aptidão ao exercício dos cargos constantes neste Edital de Convocação.

Art.2º. O início das atividades será definido por cada secretaria municipal, após encaminhamento de apresentação pelo Departamento de Recursos Humanos, com vigência estabelecida nos contratos temporários.

Art.3º. Para a contratação, os aprovados cujo nomes constem na lista do **Anexo I**, deverão apresentar todos os documentos e habilitações exigidas ao desempenho e atividades dos cargos, conforme relação contida nos **anexos II. III** e modelos de declarações, deste edital.

Parágrafo Único. O candidato declarado como **pessoa com deficiência (PcD) neste PSS-001/2023,** será submetido a perícia Junta de Inspeção de Saúde (JIS), através de encaminhamento no ato da apresentação da documentação para contratação, devendo apresentar além dos atestados de aptidões fisica e mental; médico ocupacional, laudos, e exames médicos que comprovem sua deficiência no ato da perícia.

Art. 4º - Fica indispensável a presença do candidato aprovado e classificado neste PSS/001-2023, no ato de sua convocação, apresentação de documentações exigidas e seu encaminhamento, aos órgãos para a contratação temporária de excepcional interesse da administração pública.

Paragrafo único - A não apresentação do candidato dentro das datas e horários estabelecidos, implica na chamada do candidato seguinte a sua colocação entre os classificados.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de maio de 2025.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó-RN

ANEXO – I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Nível Superior – Professor Polivalente – Cargo 5

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
170	Sim	595768-1	DIONETE DE ALMEIDA MARQUES
171	Sim	601135-3	UIRATANIA ANDRE DE AZEVEDO
172	Sim	600291-0	DÁLIA COSTA SALDANHA
173	Sim	596778-9	XIRLEYANNE VALE DOS SANTOS
175	Sim	599418-9	HYLDIKA APARECIDA DE SOUSA LUCENA MEDEIROS
176	Sim	598724-0	NARIELLY PEREIRA DANTAS
177	Sim	597912-9	LUZANIA MARTINS
178	Sim	600723-7	MARIA APARECIDA ARAUJO DUMONT
179	Sim	596478-8	RAMANA MURIELY PEREIRA LOPES
180	Sim	596210-0	MÁRCIO DANIEL GURGEL

Nível Superior – Professor Ensino Fundamental (Anos Iniciais) – Cargo 6

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
100	Sim	595764-0	AYANE DA SILVA SANTOS FIGUEIREDO
101	Sim	595413-0	JANE CLEIDE AMANCIO DA COSTA
102	Sim	600935-0	PATRÍCIA RUSSEY DE ARAÚJO
103	Sim	595732-5	RITA DE CÁSSIA LOURENÇO DE MEDEIROS

Nível Superior – Professor de Ciências – Cargo 10

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
34	Sim	597970-5	FRANCISCO FERREIRA NETO
35	Sim	597791-2	ANA LARISSA SILVA DE FARIAS
36	Sim	595572-6	ANA CRISTINA PINHEIRO DANTAS

Nível Superior – Professor de História – Cargo 11

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
11	Sim	598984-4	MARIA MIRELY DE OLIVEIRA SILVA

Nível Superior – Professor de Educação Física – Cargo 14

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
16	Sim	597045-6	BRUNO DE CERQUEIRA SILVA ANDRADE
17	Sim	601734-0	ISAAC DOUGLAS FIGUEIREDO DE MEDEIROS

Nível Médio – Auxiliar Administrativo – Cargo 15

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
19	Sim	599531-3	VALDETE ALVES
20	Sim	602119-9	CARLA SABRINA PEREIRA DE ARAUJO

Nível Superior – Assistente Social – Cargo 18

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
6	Sim	598531-0	FLAVIANA FERNANDES MARTINS

Nível Fundamental – Auxiliar de Serviços Gerais – Cargo 22

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
112	Sim	595705-8	VANILDA ARAUJO DE LIMA
113	Sim	600781-3	VALERIA ALVES FARIAS
114	Sim	597620-1	ÂNGELA MARIA DE ARAÚJO

Nível Fundamental – Pintor – Cargo 25

Class.	Habilitado	Inscrição	Nome
3	Sim	602332-7	OSMAN SOARES VALE

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó-RN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025
ANEXO – II - DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Apresentados ao RH (em cópias a vista dos originais)

1 - COMPROVAÇÃO DO GRAU DE ESCOLARIDADE EXIGIDO AO CARGO;
2 - ESTAR QUITE COM AS OBRIGAÇÕES ELEITORAIS, **(certidão site do TSE QUITES);**
3 – APRESENTAR A REGULARIDADE COM O SERVIÇO MILITAR (homens), incorporação ou dispensa (CDI);
4 – APTIDÕES FÍSICA E MENTAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO (Atestado Médico);
5 – IDADE MÍNIMA DE 18 ANOS COMPLETOS NA DATA DA CONTRATAÇÃO;
6 - APRESENTAR ATESTADO MÉDICO OCUPACIONAL EXPEDIDO POR MÉDICO DO TRABALHO (COM FORMAÇÃO);
7 – DECLARAÇÃO DE PLENO GOZO DE DIREITOS CIVIS E POLITICOS, **modelo (a)**;
8 – DECLARAÇÃO DE NÃO ESTAR CUMPRINDO SANÇÃO POR INDONEIDADE, APLICÁVEL PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, E ENTIDADES NAS ESFERAS: FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, **modelo (b);**
9 - APRESENTAR, DECLARAÇÃO OU CERTIDÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS EM QUE O CANDIDATO EXERÇA OU TENHA

EXERCIDO CARGOS OU FUNÇÕES NOS ÚLTIMOS (5) ANOS, ATESTANDO QUE NÃO SE ENCONTRE RESPONDENDO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (INQUÉRITO), E QUE NÃO TENHA CONTRA SI, APLICADA PENA DE DEMISSÃO**, modelo (c);**
10 – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL (cargos não acumuláveis, conforme o ordenamento legal), **modelo (d)**;
11 - DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL (cargos permiciveis a acumulação, conforme o ordenamento legal), **modelo (e);**
12 – NO ATO DA CONVOCAÇÃO APRESENTAR, **CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS** EMITIDAS PELA:
- CERTIDÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL
- CERTIDÃO DA JUSTIÇA FEDERAL 5ª REGIÃO
- CERTIDÃO DO TSE – ELEITORAL – NADA CONSTA
13 – NO ATO DA CONVOCAÇÃO APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS EMITIDO PELA POLÍCIA FEDERAL (SITE DA PF).
OBS: *NO ATO DE APRESENTAÇÃO DO CANDIDATO(A) A SECRETARIA, NO CARGO QUE FOI CLASSIFICADO, DEVE APRESENTAR CÓPIA DA SUA HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA DESEMPENHAR AS ATIVIDADES DESTE, CONFORME DISPÕE O EDITAL. A NÃO HABILITAÇÃO EXIGIDA, IMPLICARÁ NÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.*
MODELOS DO ANEXO: encontra-se no link abaixo
https://www.caico.rn.gov.br/arquivos/4994/EDITAL_DE_PROCESSO_SELETIVO_001_2023_0000005.pdf

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025

ANEXO – III - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL A EXERCÍCIO DO CARGO
Apresentados ao RH (em cópias a vista dos originais)

1 - REGISTRO DE NASCIMENTO/E OU CASAMENTO, CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG);
2 - CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – CPF;
3 - TÍTULO DE ELEITOR;
4 - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO FORMATO ANTIGO, OU TAMBÉM NA FORMA DIGITAL, (Apresentar cópia, dos dados do empregado);
5 - PIS/PASEP (maioria das vezes nas anotações da carteira), na falta vale o (NIS);
6 - CONTA BANCÁRIA BRADESCO (não possuindo, o RH fornece carta de abertura);
7 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (cópia dos talonários – Energia, Agua e Internet);
8 - CANDIDATOS COM FILHOS (AS) MENORES DE 14 ANOS, DEVERM APRESENTAR OS SEGUINTES DOCUMENTOS PARA O BENLEFÍCIO SALÁRIO FAMIÍLIA E OU DEPENDENTES DO IR (IMPOSTO DE RENDA):
0 – 06 ANOS E 11 MESES – CERTIDÃO DE NASCIMENTO + CARTÃO OU CADERNETA DE VACINAS, PAGINA DE IDENTIFICAÇÃO E DADOS, E PAGINAS DE VACINAS ATUALIDADAS, E O CPF DO DEPENDENTE;
07 ANOS A 13 ANOS E 11 MESES – CERTIDÃO DE NASCIMENTO + DECLARAÇÃO DA ESCOLA ATUALIZADA A SUA FREQUENCIA E O CPF DO DEPENDENTE.
09 – REGISTRO DE CLASSE PROFISSIONAL – devidamente pago sua mensalidade em curso.

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:1917E377

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000008/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
O**MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº.08.358.723/0001-79, por intermédio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 168/2024, torna público que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** destinado a **aquisição de combustível tipo Óleo Diesel S-10**, conforme especificações contidas no Edital.A sessão pública, para abertura das propostas de preços e realização da sessão de lances, será às **08:30h (Horário de Brasília)** do dia **22 DE MAIO DE 2025,** no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

Campo Redondo/RN, 08 de maio de 2025.

ALUISIO ELOI RODRIGUES JÚNIOR-
Pregoeiro

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:C91D083E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os membros que constituirão a **Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil** do Município de Campo Redondo:

Nome	Entidade Representante
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro	Poder Executivo
Edmilson Moreno da Silva	Poder Legislativo
Raimundo Pereira da Silva	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos
Karmen Marilia da Silva	Secretaria Municipal de Saúde
Maria de Lourdes da Silva Alencar	Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social
Renato Dlavoisier Assuncao Campelo	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
José Linduarte da Silva Marinho	Igreja Católica
Omar Correira Pachêco	Igreja Evangélica

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 05 de maio de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:CF6D1E67

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os membros que constituirão a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPADEC**, de acordo com relação abaixo:

Representante	Cargo/Função
Renato Dlavoisier Assuncao Campelo	Coordenador
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro	Secretário
Heitor de Lima Souza	Setor Técnico
Raimundo Pereira da Silva	Setor Operativo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 05 de maio de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:50E1D5E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
CHAMADA PÚBLICA PRELIMINAR 001/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO REDONDOI/RN
RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE CURRICULAR - EDITAL 001/2025
CHAMADA PÚBLICA PRELIMINAR 001/2025 - PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE BOLSISTA EDUCADOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA.
A comissão organizadora, vem através deste, publicar o resultado preliminar da chama pública 001/2025.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇAO
017	EDNA DE OLIVEIRA REINALDO SANTOS	1º
021	ELAINE CRISTINA SANTOS BATISTA	2º
003	AURELIANA SOARES DE A SILVA	3º
004	JOSE LINDUARTE DA SILVA MARINHO	4º
010	FERNANDA ROBERTA CAMPELO DE LIMA	5º
018	CATIANE MARTINS DE OLIVEIRA	6º
022	DAMIANA MARIA VASCO DE OLIVEIRA ROCHA	7º
006	MARIA LENICELIA DE MORAIS	8º
019	ANDREIA KARLA MARINHO DE OLIVEIRA FELIPE	9º
009	MARKCILENE ANDRE DA SILVA	10º
012	LIDIANE JANINE GOMES MATA	11º
011	APARECIDA CAMPELO DE LIMA	12º
008	LARISSA AVILA DA SILVA	13º
007	AMANDA JANICELLY DA SILVA AVELAR	14º
001	MARIA LENIELDA GUILHERME	15º
002	ALESSANDRA MATA DA SILVA	16º
020	JARLEIDE BORGES DE ARAUJO	17º
016	ALDELANIA OLINTO RODRIGUES	18º
026	PAULO ROBERTO CAMPELO DA SILVA	19º
005	JAQUELINE SANTOS DE OLIVEIRA	20º
004	MARIA CAMILA DE LIMA OLIVEIRA	21º
013	FRANCILENE CAMPELO FERREIRA DE SOUZA	22º
014	PAULO MEDEIROS DA SILVA	23º
015	AMANDA SAMARA DE LIMA CAMPELO	24º
023	IRIS MARIA VASCO DE OLIVEIRA LOPES	25º

Este é o resultado preliminar desta chamada publica 001/2025

Município de Campo Redondo/RN, 09 de maio de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

HANANIEL DE SOUZA AMORIM
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza Pereira
Código Identificador:E9B8D3EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.510/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

Autoriza o Município de Caraúbas a firmar parceria e conceder auxílio financeiro a ANCOC – Associação Norte Riograndense de Criadores de Ovinos e Caprinos, destinado a subsidiar a realização da VII EXPOESTE, e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria com a ANCOC – Associação Norte Riograndense de Criadores de Ovinos e Caprinos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.491.540/0001-27, com sede no Parque de Exposições Aristófanes Fernandes, BR 101 KM13 Parnamirim-RN, CEP 59.146-390, Natal – RN, visando à realização da VII EXPOESTE – Exposição Agropecuária de Caraúbas/RN, a ser realizada no período de 22 a 25 de maio de 2025.

Art. 2º - A parceria de que trata o art. 1º tem por objetivo a realização da Exposição Agropecuária do Oeste (7ª Expoeste), uma grande exposição dedicada aos amantes e profissionais do mundo agropecuário, visando promover o desenvolvimento local, gerar empregos e estimular a economia regional. Fundamentado em parcerias sólidas e uma estrutura de excelência, o evento incluirá palestras, workshops, competições, leilões e atividades culturais, proporcionando um ambiente ideal para promover a produção e o consumo responsável.

Art. 3º- Para a consecução da parceria, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a ANCOC – Associação Norte Riograndense de Criadores de Ovinos e Caprinos o valor de R$ 218.500,00 (duzentos e dezoito mil reais), correspondente a 100% do valor total do projeto vinculado a ANCOC, conforme detalhado PLANO DE TRABALHO que integra o presente projeto de lei.

Art. 4º - A entidade parceira com os recursos públicos nesta Lei submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a realização do evento.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas administrativas necessárias para o cumprimento desta Lei, podendo, em caso de insuficiência de recursos financeiros, recorrer a outras fontes de recursos para fazer face ao pagamento das obrigações assumidas por esta Lei.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional, para atender ao disposto no art. 3º desta Lei, nos termos dos arts. 40, 41, II, 42 e art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Caraúbas/RN, em 09 de maio de 2025.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:A7F6F0CA

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.511/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

Autoriza o Município de Caraúbas a firmar parceria e conceder auxílio financeiro a ANORC – Associação Norte Riograndense de Criadores, destinado a subsidiar a realização da VII EXPOESTE, e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria com a ANORC – Associação Norte-Rio-Grandense de Criadores, inscrita no CNPJ sob o nº 08.465.726/0001-01, com sede no Parque de Exposições Aristófanes Fernandes, BR 101 KM13 Parnamirim-RN, CEP 59.146-390, Natal – RN, visando à realização da VII EXPOESTE – Exposição Agropecuária de Caraúbas/RN, a ser realizada no período de 22 a 25 de maio de 2025.

Art. 2º - A parceria de que trata o art. 1º tem por objetivo a realização da Exposição Agropecuária do Oeste (7ª Expoeste), uma grande exposição dedicada aos amantes e profissionais do mundo agropecuário. Este evento, que já se consagrou como um marco no calendário dos apaixonados por pecuária, será ampliado e terá pela segunda vez, a participação de uma exposição ranqueada da raça Gir leiteiro, buscando reunir cerca de 200 expositores e atrair 5.000 visitantes, incluindo estudantes, criadores e entusiastas. Exposição Agropecuária do Oeste (7ª Expoeste), visa promover o desenvolvimento local, gerar empregos e estimular a economia regional. Fundamentado em parcerias sólidas e uma estrutura de excelência, o evento incluirá palestras, workshops, competições, leilões e atividades culturais, proporcionando um ambiente ideal para promover a produção e o consumo responsável.

Art. 3º- Para a consecução da parceria, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a ANORC – Associação Norte-Rio-Grandense de Criadores o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correspondente a 100% do valor total do projeto vinculado a ANORC, conforme detalhado PLANO DE TRABALHO PARA TERMO DE FOMENTO que integra o presente projeto de lei.

Art. 4º - A entidade parceira com os recursos públicos nesta Lei submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal, através do envio de prestação de contas ao órgão competente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a realização do evento.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas administrativas necessárias para o cumprimento desta Lei, podendo, em caso de insuficiência de recursos financeiros, recorrer a outras fontes de recursos para fazer face ao pagamento das obrigações assumidas por esta Lei.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional, para atender ao disposto no art. 3º desta Lei, nos termos dos arts. 40, 41, II, 42 e art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Caraúbas/RN, em 09 de maio de 2025

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:7FE25C10

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 233/2025-GP

EMENTA: D*esigna servidor para atuar como Fiscal de Contrato(s) decorrente(s) do Pregão Eletrônico nº 003/2025 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e Desporto.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 117 §§ 1º, 2º e 3º da Lei Federal 14.133/21;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, inciso X da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade e eficiência na fiscalização dos contratos firmados com a administração municipal,

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) **GEÓRGIA STEPHANY JÁCOME PESSOA**, lotado(a) na Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto, para exercer a função de Fiscal de Contrato no **Pregão Eletrônico nº 003/2025, Processo Administrativo nº 122008/2025**, referente à contratação de pessoa(s) jurídica para a aquisição de fardamento personalizado escolar e acessórios, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Educação e do Desporto, a ser exercido conjuntamente com o seu titular.
Art. 2º - O servidor designado fiscalizará se os materiais foram fornecidos ou serviços prestados adequadamente e atenderam aos objetivos contratados, bem como manterá registro das ocorrências relacionadas com a execução do(s) contrato(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
Art. 3º - O servidor designado deverá certificar-se da regularidade dos pagamentos efetuados e atestar a conferência dos mesmos mediante assinatura das notas, recibos duplicatas e documentos equivalentes.
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 09 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:7B011BED

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 234/2025-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licenças especiais a servidores públicos municipais e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Lei Orgânica do Município – LOM e outras disposições legais,
CONSIDERANDO a existência de requerimentos formulados pelos servidores públicos municipais, solicitando as concessões de licenças especiais, e a constatação do cumprimento do exercício de 10 (dez) anos ininterruptos em funções públicas, a contar das formalizações de suas admissões, considerando licenças anteriormente gozadas, se for o caso;
CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município pugnou em seu parecer pela procedência do pedido, em face do que aduz a legislação que rege a categoria;
CONSIDERANDO o pleito em tela, consistente em direito subjetivo dos requerentes, e por ser de caráter potestativo, inexiste discricionariedade por parte do administrador quando da análise de matérias como essa.
CONSIDERANDO que os atos administrativos devem ser respaldados pela legalidade, motivação e finalidade pública,

R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER aos servidores municipais abaixo relacionados, nos termos aduzidos na Lei Municipal n° 593/2002, **licenças especiais,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **02 de maio de 2025** a **28 de outubro de 2025**.

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA
GRIMALDI MARCELINO DE MORAIS	408
MARIA APARECIDA COSTA	524
RAIMUNDO NONATO PEREIRA	540
PAULO WALTER DE MENEZES	495

CLÁUDIA VIRÍGINIA FERNANDES GURGEL	403
MARIA JOSÉ PINHEIRO DA COSTA	436
EDNA BRAGA RODRIGUES SANTOS	439

Art. 2º Durante o período de vigência das licenças, os servidores farão *jus* as suas remunerações habituais correspondentes aos cargos que ocupam.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **REVOGANDO ESPECIALMENTE A PORTARIA SEG Nº 224/2025-GP**

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 09 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6FD6AF22

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 235/2025-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença maternidade a servidora municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO que o Art. 39, § 3º c/c Art.7º, XVIII, da CF/88 assegura a todo trabalhador e servidor público o direito a gozo de licença maternidade,

CONSIDERANDO que as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, inclusive com repercussão geral, reconheceram categoricamente não haver distinção entre servidores para fins das garantias sociais preconizadas na CF/88, especialmente no artigo 7º. *Vide: Recurso Extraordinário RE 650898 e RE nº 570908*,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.298, de 23 de março de 2021, que dispôs acerca da ampliação da licença-maternidade para servidoras públicas municipais,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder a servidora municipal, Sra. **JÉSSICA MIRANDA DE OLIVEIRA**, servidora pública, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVA** com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a **licença gestante,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **23 de abril de 2025** a **19 de outubro de 2025**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos até o dia 25/04/2025 e **REVOGA ESPECIALMENTE A PORTARIA SEG Nº 228/2025-GP**

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 09 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:B3FF0857

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 236/2025-GP

EMENTA: *Dispõe sobre a concessão de licença maternidade a servidora municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO que o Art. 39, § 3º c/c Art.7º, XVIII, da CF/88 assegura a todo trabalhador e servidor público o direito a gozo de licença maternidade,

CONSIDERANDO que as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, inclusive com repercussão geral, reconheceram categoricamente não haver distinção entre servidores para fins das garantias sociais preconizadas na CF/88, especialmente no artigo 7º. *Vide: Recurso Extraordinário RE 650898 e RE nº 570908*,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.298, de 23 de março de 2021, que dispôs acerca da ampliação da licença-maternidade para servidoras públicas municipais,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder a servidora municipal, Sra. **JULIENE GURGEL PIMENTA**, servidora pública, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVA** com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a **licença gestante,** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, contadas a partir de **05 de maio de 2025** a **31 de outubro de 2025**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 09 de maio de 2025.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:50E439D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
*** REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - PORTARIA 531/2025-GP, 08 DE MAIO DE 2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pelo servidor;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação do servidor **PEDRO VENICIO DA COSTA RIBEIRO, matrícula n.º 18139, empossado em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 1ª (primeira) avaliação do Estágio probatório do servidor **PEDRO VENICIO DA COSTA RIBEIRO, matrícula n.º 18139,** por ter atingido resultado **EXCELENTE, equivalente a nota final de 9,23 (nove inteiros e vinte e três centésimos) pontos**,

ficando acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2025, data base da avaliação do 1º (primeiro) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Carnaúba dos Dantas/RN, em 08 de maio de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:9CF7B430

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 57 e 58 da Lei Orgânica Municipal e:
CONSIDERANDO a decisão administrativa contra a empresa TUPAN COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 52.383.897/0001-83, vencedora do pregão eletrônico 10/2024, que resultou no cancelamento da ata de registro de preços 24/2024;
RESOLVE:
Art. 1° CONVOCAR para assumir todos os itens o próximo colocado no processo de licitação, na modalidade pregão eletrônico 10/2024, a empresa REFRI PECAS EIRELI ME - CNPJ: 18.620.984/0001-79.

Providencie-se a publicação na imprensa oficial e as demais providências legais.

Carnaúba dos Dantas/RN, 09 de maio de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:C7544973

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2025_CMAS

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA CASA DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO PARA ANO DE 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CEARÁMIRIM/RN (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 06 de maio de 2025, no uso das competências que lhes são conferidas pelo Art. 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,

RESOLVE: Art. 1º - Aprovar o PLANO DE AÇÃO DA CASA DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO PARA O ANO DE 2025;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a data de sua aprovação em Reunião Extraordinária deste Conselho.

Publique-se e cumpra-se.

ELUZIETE BEZERRA DA COSTA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Gleciane Alves Dantas
Código Identificador:9E5D789C

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N 002/2025 - CMAS

DISPÔE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS PARA ANO DE 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CEARÁMIRIM/RN (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 06 de maio de 2025, no uso das competências que lhes são conferidas pelo Art. 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o PLANO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEARÁ-MIRIM PARA O ANO DE 2025;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a data de sua aprovação em Reunião Extraordinária deste Conselho.

Publique-se e cumpra-se.

ELUZIETE BEZERRA DA COSTA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Gleciane Alves Dantas
Código Identificador:B8C75989

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DO TERMO DE ADESÃO 011/2025 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 DO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação Básica.

CONTRATADO: SILVA RIBEIRO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN

VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá sua vigência a partir da sua assinatura (08/05/2025), se estendendo por 12 (doze) meses.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo tem como fundamentação legal a Lei n.º 14.133/2021 c/c Decreto Municipal n.º 4.008/2023, 2.437/2017, 4.355/2024, 4.119/2023

ASSINATURAS:

FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTI PEREIRA - Secretário Municipal de Educação Básica

GIRLEIDE RAQUEL DA SILVA BARBOSA RIBEIRO - Representante Legal do Fornecedor.

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:86F2FE0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE 022/2025.

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso III, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 1130/2025, AUTORIZO a contratação direta, Inexigibilidade de Licitação nº 022/2025, cujo objeto é a Prestação de serviços continuados de Assessoria Técnica na área da Educação, com foco na aplicação, desenvolvimento e monitoramento dos sistemas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e orientação técnica à equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Cerro Corá/RN, com a empresa R & L REPRESENTACOES E CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.834.634/0001-61, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, perfazendo o valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Cerro Corá, 09 de maio de 2025.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:0C66F934

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE 023/2025.

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso I, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 1131/2025, AUTORIZO a contratação direta, Inexigibilidade de Licitação nº 023/2025, cujo objeto é a aquisição de Prótese Transtibial, confeccionada sob medida e demais características, para atender a uma necessidade pontuada pela Secretaria Municipal de Saúde de Cerro Corá/RN, com a empresa ORTOPEDIA BOA VIAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.428.617/0001-75, no valor de R$ 15.228,00 (quinze mil, duzentos e vinte e oito reais).

Cerro Corá, 09 de maio de 2025.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:08C44843

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em auditorias nos repasses efetuados a título de contribuição previdenciária patronal, visando recuperação de crédito para o município de Coronel Ezequiel/RN.

Favorecido: Ortus Assessoria e Consultoria Empresarial LTDA, CNPJ Nº. 32.650.989/0001-75.

Valor R$: 20% (vinte por cento) auferido sobre a prestação do serviço.

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a Inexigibilidade de Licitação reconhecida no Parecer Jurídico, nos moldes do Art. 74, III, alíneas alínea "c" da Lei nº. 14.133/2021, para contratação do objeto acima mencionado.

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Coronel Ezequiel/RN, 09 de maio de 2025.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito de Coronel Ezequiel

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:00263E9D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO

NÚMERO DE CONTRATO: Nº **020042801**/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021
TERMO ADITIVO Nº: Primeiro
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel
CONTRATADO: 22.760.845 WANY MONYQUE FERREIRA DA SILVA
ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do **Contrato nº 020042801/2025**, para 06 de junho de 2025, com base na cláusula 7ª do referido contrato, sendo seu período de vigência a partir do **dia 29 de abril de 2025 até o dia 06 de junho de 2025**, nos termo do.
DATA DE ASSINATURA: 25/04/2025

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:580069AE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO

NÚMERO DE CONTRATO: Nº **020042801**/2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 124, inciso I alínea b e Art. 125 da Lei nº 14.133/21
TERMO ADITIVO Nº: Segundo
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel
CONTRATADO: 22.760.845 WANY MONYQUE FERREIRA DA SILVA
ADITIVO: Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos dos itens 02, 06 e 07 do Contrato nº 020042801/2025, relativo ao fornecimento de carne p/ guisar, coxo e sobrecoxa e frango inteiro, com fundamento no inciso I, alínea b do art. 124, c/c art. 125 da Lei nº 14.133/21, para melhor adequação às finalidades de interesse público. O valor global do contrato sofre um acréscimo de **R$ 6.818,50, correspondente a 25%,** passando em decorrência do acréscimo no contrato a ser de **R$ 112.301,00**.
DATA DE ASSINATURA: 05/05/2025

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:917C600F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2024 PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 031/2024 DISPENSA Nº 007/2024

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2024

PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN Nº 031/2024
DISPENSA Nº 007/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA – CNPJ 08.106.510/0001-50; **CONTRATADO:** SIG SOFTWARE & CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n° 13.406.686/0001-67; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SUSTENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, HOSPEDAGEM E MIGRAÇÃO DE DADOS DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO – SIGEDUC; **OBJETIVO:** PRORROGAÇÃO VIGENCIAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO Nº 016/2024; **VIGÊNCIA:** A VIGÊNCIA DO PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR TERMO INICIAL O DIA 06 DE MARÇO DE 2025, BEM COMO FICA PRORROGADO SUA VIGÊNCIA PARA O DIA 05 DE MARÇO DE 2026; **VALOR MENSAL REAJUSTADO**: R$ 1.572,47 (UM MIL, QUINHENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), REAJUSTE CORRESPONDENTE A 4,831300% NO VALOR MENSAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2024 (UTILIZANDO COMO BASE O ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA ACUMULADO NO PERÍODO 01/2024 A 12/2024); **SIGNATÁRIOS:** JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – CONTRATANTE; RAPAHELA GALHARDO FERNANDES LIMA – CONTRATADA**.**

CRUZETA/RN, 05 DE MARÇO DE 2025.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:73037936

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN
CONTRATADA: VITÓRIA PEREIRA DE BRITO, BRASILEIRA, CPF/MF Nº 878.411.504-15.
DA ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 102/2025, onde o valor global passa a ser de R$ 13.847,85 (treze mil oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), permanecendo o mesmo valor mensal de R$ 1.821,60 (um mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta centavos), acrescidos de até R$ 826,53 (oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos) referente ao Pagamento por Desempenho – CEO.
Fica alterada a Cláusula III, referente ao prazo do contrato administrativo n° 102/2025, ficando seu término prorrogado para 30 de junho de 2025.
DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas, nos termos já acordados e determinados anteriormente, sendo assim, em pleno vigor, para os efeitos legais.
BASE LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

Currais Novos/RN, 31 de março de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3D1E463A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN
CONTRATADA: MARIA EDUARDA MENESES DE MEDEIROS, CPF/MF Nº 017.705.154-02.
DA ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 32/2025, onde o valor global passa a ser de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), permanecendo o mesmo valor mensal de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Fica alterada a Cláusula III, referente ao prazo do contrato administrativo n° 32/2025, ficando seu término prorrogado para 30 de junho de 2025.
DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas, nos termos já acordados e determinados anteriormente, sendo assim, em pleno vigor, para os efeitos legais.
BASE LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

Currais Novos/RN, 31 de março de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:13A2CFBF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN
CONTRATADA: ARIANA RODRIGUES GALVÃO PAIVA, CPF/MF Nº 703.814.394-88
DA ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 38/2025, onde o valor global passa a ser de R$ 17.814,00 (dezessete mil oitocentos e quatorze reais), permanecendo o mesmo valor mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescidos de até R$ 969,00 (novecentos e sessenta e nove reais) referente ao Pagamento por Desempenho APS.
Fica alterada a Cláusula III, referente ao prazo do contrato administrativo n° 38/2025, ficando seu término prorrogado para 30 de junho de 2025.
DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas, nos termos já acordados e determinados anteriormente, sendo assim, em pleno vigor, para os efeitos legais.
BASE LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

Currais Novos/RN, 31 de março de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:ACA5953B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN.
CONTRATADA: EDJANE DE FATIMA ARAUJO REINALDO, CPF/MF Nº 091.591.924-96
DA ALTERAÇÃO: Fica alterada a Cláusula II, referente ao valor do contrato administrativo n° 34/2025, onde o valor global passa a ser de R$ 13.812,18 (treze mil oitocentos e doze reais e dezoito centavos), permanecendo o mesmo valor mensal de R$ 1.821,60 (um mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta centavos), acrescidos de até R$ 480,43 (quatrocentos e oitenta reais e quarenta e três centavos)

referente ao Pagamento do Incentivo Financeiro Variável por Desempenho (PREVINE BRASIL).
Fica alterada a Cláusula III, referente ao prazo do contrato administrativo n° 34/2025, ficando seu término prorrogado para 30 de junho de 2025.
DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas, nos termos já acordados e determinados anteriormente, sendo assim, em pleno vigor, para os efeitos legais.
BASE LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

Currais Novos/RN, 31 de março de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:6D7A851C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0940, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805058-96.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 100/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 24/04/2025, protocolizado sob o nº 9.107/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão para Nível/ Classe
Ivone Oliveira Alexandrino	2458/1	SEMEE	09/05/2000	PROF PNE – III "G"	PROF PNE – III "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1B1AEB8C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0941, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804449-16.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 99/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 24/05/2025, protocolizado sob o nº 9.105/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão para Nível/ Classe
Erika Tatiaana Umbelina de Lima	2482/1	SEMEE	19/06/2000	PROF PNS – II "G"	PROF PNS – II "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3413D1AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0943, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0803386-53.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 79/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 11/04/2025, protocolizado sob o nº 8.232/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão para Nível/ Classe
Benedita Araujo de Souza	30490/1	SEMEE	21/05/2013	PROF PNM – IV "B"	PROF PNM – IIV "E"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:84E40B4B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0951, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804191-06.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 107/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.383/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	**Matrícula**	**Lotação**	**Admissão**	**Nível/ Classe atual**	**Progressão para Nível/ Classe**
Janeide Felix Dias Sabino	2578/1	SEMEE	18/05/2003	Prof PNS - II "I"	Prof pnS – ii "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9A2C15C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0944, DE 05 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo sob nº 0805271-05.2024.8.20.5103;

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 077/2025 - ASSEJUR/PMCN, de 11/04/2025, protocolizado sob o nº 8.230/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder promoção por avanço vertical para o nível imediatamente superior, a(a) servidor(a) do Magistério Público Municipal, em virtude de obtenção de titulação especificada nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível atual	Progressão para o Nível
Francileide Moreira Dantas	2439/1	SEMEE	23/03/2000	PROF. PNS - II "G"	PROF. PNE - III "G"

Parágrafo único: O enquadramento funcional mencionado no caput deste artigo decorre em razão do Diploma de Especialista em "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira", ministrado sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com carga horária de 400 horas.

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:154CDE83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0948, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805044-15.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 106/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.382/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Maria Patrícia de Medeiros Fagundes	2344/1	SEMEE	14/02/2000	PROF PNE - III "G"	PROF PNE – III "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:8CD94C25

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0949, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805050-22.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 104/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.372/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao

vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Adriana Alves Martins de Souza Macedo	2692/1	SEMEE	05/04/2010	PROF PNE - III "B"	PROF PNE – III "F"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:76B38786

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0954, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804200-65.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 111/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.390/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	**Matrícula**	**Lotação**	**Admissão**	**Nível/ Classe atual**	**Progressão Para Nível/ Classe**
Maria Janete de Lima	2501/1	SEMEE	26/09/2001	Prof PNE - III "I"	Prof pnE – iiI "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:11B049B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0955, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805031-16.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 112/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.391/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	**Matrícula**	**Lotação**	**Admissão**	**Nível/ Classe atual**	**Progressão Para Nível/ Classe**
Ana Maria de Sousa Silva	2201/1	SEMEE	05/10/1998	Prof PNS - II "H"	Prof pnS – ii "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1DDDF5B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0968, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 56, inciso II;

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 3.984, de 27 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a reestruturação administrativa dos cargos de provimento em comissão e funções gratificadas do município.

Considerando o teor do Ofício nº 211/2025/PMCN/GP, de 07/05/2025, protocolizado sob o nº 9.687/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr(a). **Marcos Antônio Pereira Salusto Lopes,** CPF nº ***.*26.704-**, para exercer Cargo Comissionado de **Coordenador de Proteção Social Especial**, símbolo CC-3, com atribuições na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, deste Município.

Art. 2º. Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 07 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:CCCB1567

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0967, DE 07 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu art. 56, inciso II,

Considerando o teor do Ofício nº 211/2025/PMCN/GP, de 07/05/2025, protocolizado sob o nº 9.687/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr(a). **Alzira Gracinete Garcia de Almeida**, CPF nº ***.*85.214-**, do cargo de Coordenadora de Proteção Social Especial, Cargo Comissionado CC-3, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 07 de maio de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9B33167E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 36/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á
NORDESTE POTENCIAL LICITAÇÕES LTDA.
CNPJ: 53.180.690/0001-74

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 129/2025, oriunda do Pregão Eletrônico 90002/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa NORDESTE POTENCIAL LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 53.180.690/0001-74.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 10 de fevereiro de 2025, e que após notificada – Notificação n° 19/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 19/03/2025 - a empresa não apresentou resposta e não realizou a entrega, até a presente data.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa NORDESTE POTENCIAL LICITAÇÕES LTDA para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível. Ratificamos, ainda, que a empresa não volte a apresentar situação análoga, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Atenciosamente,

Currais Novos/RN, 09 de maio 2025.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9FC6A52A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 37/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ: 46.344.050/0001-97

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 139/2025, oriunda do Pregão Eletrônico 90035/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 46.344.050/0001-97.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 19 de fevereiro de 2025, e que após notificada – Notificação n° 20/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 19/03/2025 - a empresa pediu prorrogação do prazo, e tendo cessado o prazo, não realizou a entrega, até a presente data.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 09 de maio 2025.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:51F0BB59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 38/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á
JR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME.
CNPJ: 17.570.889/0001-45

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 620/2025, oriunda do Pregão Eletrônico 90035/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa JR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.570.889/0001-45.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 20 de março de 2025, e os itens solicitados não foram entregues até a presente data, de acordo com o Ofício N° 042/2025/SEMTURI.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa JR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 09 de maio de 2025.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:3F4B7DD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 39/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á
MEIRE RODRIGUES DA SILVA-ME.
CNPJ: 11.394.628/0001-35.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 619/2025, oriunda do Pregão Eletrônico 90035/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa MEIRE RODRIGUES DA SILVA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.394.628/0001-35.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 20 de março de 2025, e os itens solicitados não foram entregues até a presente data, de acordo com o Ofício N° 042/2025/SEMTURI.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa MEIRE RODRIGUES DA SILVA -ME para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 09 de maio de 2025.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:16406500

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 40/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á
LICITASP DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA.
CNPJ: 48.277.417/0001-22.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 705/2025, oriunda do Pregão Eletrônico 90035/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa LICITASP DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.277.417/0001-22.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 25 de março de 2025, e os itens solicitados não foram entregues até a presente data, de acordo com o Ofício N° 042/2025/SEMTURI.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa LICITASP DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novos/RN, 09 de maio de 2025.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0887681A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 41/2025 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Á
BGF COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 37.650.759/0001-20

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 663/2025, oriunda do Pregão Eletrônico 69/2023, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa BGF COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 37.650.759/0001-20.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 25 de março de 2025, e que após notificada – Notificação n° 33/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 30/04/2025 - a empresa não apresentou resposta e não realizou a entrega, até a presente data.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa BGF COMERCIAL LTDA para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível. Ratificamos, ainda, que a empresa não volte a apresentar situação análoga, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Currais Novo/RN, 09 de maio de 2025.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2DD26E71

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL SIMPLIFICADO 05/2025 – SECULT/PMCN

CHAMADA PÚBLICA – CIRCUITO JUNINO

A Prefeitura de Currais Novos/RN, através da Secretaria Municipal de Cultura, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente Edital de Chamada Pública, visando a concessão de apoio financeiro a eventos juninos de ruas, bairros e comunidades rurais, para composição do Circuito Junino de Currais Novos – 2025, em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital e em seus anexos.

1 - OBJETO

1.1. Chamada Pública para seleção de eventos juninos de ruas/bairros/comunidades rurais para fins de apoio cultural, em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital e em seus anexos.

1.2. Este Edital será orientado pelo seguinte cronograma:

CRONOGRAMA GERAL		
01	Lançamento do Edital	12/05/25
02	Inscrição da proposta	12/05/25 a 16/05/25
03	Análise dos documentos de inscrição	19/05/25 a 20/05/25
05	Resultado preliminar da análise	22/05/25
06	Interposição de recursos ao resultado	23/05/25 a 26/05/25
07	Resultado final das inscrições	28/05/25
08	Assinatura de termo de apoio cultural	29/05/25 a 30/05/25
09	Pagamento	02/06/25 a 06/06/25

2. RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO

2.1. O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), acrescido de infraestrutura contabilizada no valor de R$ 48.925,00 (quarenta e oito mil e novecentos e vinte e cinco reais), distribuídos nas seguintes categorias:

CATEGORIA	QTDE. DE PRÊMIOS	VALOR DO PRÊMIO	VALOR TOTAL
Evento Junino de Grande Porte	05	R$ 2.000,00 + som, iluminação, palco, isolamento e banheiros químicos	R$ 10.000,00 + infraestrutura
Evento Junino de Médio Porte	05	R$ 1.500,00 + som, tablado, isolamento e banheiros químicos	R$ 7.500,00 + infraestrutura
Evento Junino de Pequeno Porte	05	R$ 1.000,00 + som, iluminação e isolamento	R$ 5.000,00 + infraestrutura
VALOR TOTAL DOS PRÊMIOS			R$ 22.500,00 + infraestrutura

2.1.1. O valor de R$ 22.500,00 será custeado com recursos do Fundo Municipal de Cultura (Lei nº 3.670, de 09 de agosto de 2021);

2..1.2.O valor de R$ 48.925,00 será custeado pela Secretaria Municipal de Turismo.

2.2. Os recursos de que trata o item 2.1.1 serão pagos diretamente ao representante do coletivo, em valor bruto, para serem destinados à contratação direta de atração musical para o evento junino; 2.2.1 Na utilização parcial do recurso para o pagamento de atração musical, o valor residual pode ser utilizado para outra finalidade em benefício do

evento junino, com a devida prestação de contas, como trata o item 09.

2.3. No caso de eventos de grande porte, é responsabilidade da organização de cada evento viabilizar a vistoria dos bombeiros para utilização de palco.

3.CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da chamada pública proponentes representantes de ruas, bairros e comunidades rurais de Currais Novos, mediante apresentação da Declaração de Representação de Coletivo (ANEXO 02), devidamente assinada por, no mínimo, 10 participantes do evento junino;

3.2. Cada proponente deve apresentar portfólio comprovando a realização de, no mínimo, 01 evento junino de sua rua, bairro ou comunidade rural em anos anteriores;

3.3.O representante responsável pela inscrição deve ser maior de 18 anos, residente e domiciliado em Currais Novos, possuir toda a documentação solicitada no item 6, e não pertencer ao quadro de servidores da Prefeitura de Currais Novos.

4. CATEGORIAS

Será contemplado 01 evento junino por rua/bairro/comunidade rural, em apenas uma das categorias descritas abaixo:

4.1.Evento Junino de Grande Porte – Eventos juninos com previsão de mais de 200 pessoas;

4.2.Evento Junino de Médio Porte – Eventos juninos com previsão de 101 a 200 pessoas;

4.3.Evento Junino de Pequeno Porte – Eventos juninos com previsão de 50 a 100 pessoas.

5. INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulado no item 1.3

5.2.O proponente deve encaminhar a documentação física em envelope lacrado no endereço da Secretaria Municipal de Cultura, à Rua Serra Negra, s/n, bairro JK. CEP 59.380-000 Currais Novos/RN, no horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.

5.3.Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado.

5.4. Poderão se inscrever coletivos informais ou pessoas jurídicas

6. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

6.1. Deverão ser entregues, de forma impressa em envelope lacrado, os seguintes documentos:

6.2. Anexo 01 (Ficha de Inscrição)

6.3.Anexo 02 (Declaração de Representação de Coletivo assinada por, no mínimo, 10 participantes do evento junino)

6.4.Portfólio do Evento Junino, contendo comprovações da atuação (fotos, vídeos, matérias de jornal, prints de redes sociais, declarações, etc)

6.5.Detalhamento da proposta de realização do evento (Anexo 04);

6.6. RG e CPF do representante do coletivo

6.6.1.Comprovante de residência (dos últimos 3 meses) do representante do coletivo

6.7. Em caso de comprovante de residência em nome de terceiros, entregar o Anexo 03 (Declaração de Residência) juntamente com o comprovante de residência)

6.8. Certidão negativa de débitos municipais

6.9.Certidão negativa conjunta de débitos estaduais

6.10.Certidão negativa conjunta de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União

6.11.Certidão CEIS/CNEP

6.12.Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

6.13. Certidão Negativa do FGTS

7. JULGAMENTO E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

7.1 O julgamento das propostas será realizado por pessoas envolvidas no movimento junino e cultural do município, a serem escolhidas pela Secretaria Municipal de Cultura de Currais Novos;

7.2. As propostas serão avaliadas conforme os seguintes critérios:

7.2.1Tempo de atuação;

7.2.2.Detalhamento do portfólio;

7.2.3.Uso de brincadeiras tradicionais dos festejos juninos;

7.2.4. Envolvimento da comunidade com o evento junino.

7.3. Poderão concorrer à quantidade disponibilizada de prêmios, as propostas que obtiverem a pontuação mínima de 40 pontos;

7.4. Serão contempladas as 15 propostas que obtiverem a maior pontuação dentro de suas categorias;

7.4.1 Em caso de número insuficiente de inscrições em alguma categoria, o valor residual será distribuído entre os proponentes com propostas que alcançarem a pontuação mínima de que trata o item 6.3, por ordem de classificação, podendo contemplar mais de um evento por bairro ou por comunidade rural;

7.5. Para fins de desempate, será considerada a maior nota alcançada nos critérios 7.2.1 e 7.2.2.

8. CONTRAPARTIDA

Os eventos juninos contemplados com o apoio cultural deverão realizar o evento junino em data previamente informada à Secretaria Municipal de Cultura, além de se comprometer a realizar a decoração do local onde acontecerá o evento, como forma de contrapartida.

9.PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará da seguinte forma:

9.1. Relatório de Execução, contendo o relato das ações, além de fotos, vídeos, prints de redes sociais, matérias de jornal, etc, comprovando a execução da proposta

9.2.Notas fiscais e recibos comprovando o uso do recurso

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial do Município;

10.2.O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.curraisnovos.rn.gov.br

10.3.Os casos omissos deste Edital serão decididos pela Prefeitura de Currais Novos/Secretaria Municipal de Cultura

10.4. Compõem este Edital os seguintes anexos

Anexo 01 – Ficha de Inscrição
Anexo 02 – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo
Anexo 03 – Declaração de Residência
Anexo 04 – Detalhamento da Proposta

ANEXO 01 - FICHA DE INSCRIÇÃO

1.CARACTERIZAÇÃO DO EVENTO JUNINO

1.1.NOME DA RUA/ BAIRRO OU COMUNIDADE RURAL:

_____

1.2.TEMPO DE ATUAÇÃO DO EVENTO JUNINO:

_____

1.3. QUANTIDADE DE INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO JUNINO:

_____
1.4. RESUMO DA HISTÓRIA DO EVENTO JUNINO EM SUA RUA/BAIRRO OU COMUNIDADE RURAL:

_____
2.DADOS DO REPRESENTANTE DE COLETIVO:

2.1.Nome Completo: _____

2.2. RG: _____

2.3. CPF: _____

2.4.Data de nascimento: _____

2.5.E-mail: _____

2.6.Telefone: _____

2.7.Endereço completo: _____

2.8. Nome artístico ou nome social (se houver): _____

2.9. Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural:

2.9.1. ( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.

2.9.2. ( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.

2.9.3. ( ) Curador(a), Programador(a) e afins.

2.9.4. ( ) Produtor(a)

2.9.5.( ) Gestor(a)

2.9.6.( ) Técnico(a)

2.9.7.( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.

2.9.8.( ) Outro(a)s _____

Currais Novos, ___/___/ 2025.

_____
Assinatura do Representante do Coletivo

ANEXO 02 - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

NOME DO EVENTO JUNINO: _____
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO JUNINO: _____
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:
IDENTIDADE: _____
CPF: _____
ENDEREÇO: _____
E-MAIL: _____
TELEFONE: _____
As pessoas abaixo listadas, integrantes da organização do evento junino _____ elegem _____ como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Apoio Cultural, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

	Nome do integrante	CPF	Assinatura
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

Currais Novos/RN, ___ de _____ de 2025.

ANEXO 03
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(Lei Nº. 7.115/83)
Eu, _____, documento de identidade _____, órgão expedidor _____, nacionalidade _____, naturalidade _____, telefone celular (DDD e n°) _____, e-mail _____, na falta de documentos para comprovação de residência,
DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de _____ há ____ anos, e atualmente no endereço _____.
Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante”
“Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular”.
Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Currais Novos/RN, ___ de _____ de 2025.

_____
Nome completo e assinatura do representante

ANEXO 04 – DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Apresente, no quadro abaixo, um detalhamento da proposta da quadrilha junina. Esse detalhamento pode ser feito através das seguintes opções:

( ) Mapa do evento
( ) Croquis de decoração
( ) Detalhamento das brincadeiras juninas: _____

Currais Novos/RN, ____/____/ 2025

_____
Nome completo e assinatura do representante

Publicado por:
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Código Identificador:9059CF45

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL SIMPLIFICADO 04/2025 – SECULT/PMCN
CHAMADA PÚBLICA PARA APOIO CULTURAL A QUADRILHAS JUNINAS

CHAMADA PÚBLICA PARA APOIO CULTURAL A QUADRILHAS JUNINAS

A Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, através da Secretaria Municipal de Cultura, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente Edital de Chamada Pública, visando a concessão de apoio financeiro a projetos de quadrilhas juninas para apresentação no Forronovos 2025, em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital e em seus anexos.

1. OBJETO
1.1. Chamada Pública para seleção de propostas de apresentação de Quadrilhas Juninas no Forronovos 2025 para fins de apoio cultural, em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital e em seus anexos.
1.2. As despesas decorrentes do presente Edital serão custeadas com recursos do Fundo Municipal de Cultura (Lei nº 3.670, de 09 de agosto de 2021).1.3. Este Edital será orientado pelo seguinte cronograma:

CRONOGRAMA GERAL		
01	Lançamento do Edital	12/05/25
02	Inscrição da proposta	12/05/25 a 16/05/25
03	Análise dos documentos de inscrição	19/05/25 a 20/05/25
05	Resultado preliminar da análise	22/05/25
06	Interposição de recursos ao resultado	23/05/25 a 26/05/25
07	Resultado final das inscrições	28/05/25
08	Assinatura de termo de apoio cultural	29/05/25 a 30/05/25
09	Pagamento	02/06/25 a 06/06/25

2. RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO
2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), dividido nas seguintes categorias:

CATEGORIA	QUANTIDADE DE PRÊMIOS	VALOR DO PRÊMIO	VALOR TOTAL
Competitiva	02	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00
Escolar	05	R$ 3.000,00	R$ 15.000,00
Interbairros	03	R$ 2.000,00	R$ 6.000,00
VALOR TOTAL DOS PRÊMIOS			R$ 31.000,00

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da chamada pública quadrilhas juninas que irão se apresentar no Forronovos 2025, devidamente cadastradas no mapeamento cultural do município, com no mínimo 10 integrantes;
3.2 A quadrilha junina deve apresentar portfólio comprovando experiência prévia no movimento junino de Currais Novos de, pelo menos, 1 ano;
3.2.1 No caso das categorias interbairros e escolar, é possível a inscrição de novas quadrilhas juninas, dispensando a apresentação de portfólio
3.3 A inscrição da quadrilha junina pode ser representada por um dos seus integrantes, mediante apresentação da Declaração de Representação de Coletivo (ANEXO 02), devidamente assinada por, no mínimo, 10 integrantes da quadrilha;
3.4 O representante responsável pela inscrição deve ser maior de 18 anos, residente e domiciliado em Currais Novos, possuir toda a documentação solicitada no item 6, e não pertencer ao quadro de servidores da Prefeitura de Currais Novos.

4. CATEGORIAS

4.1 Categoria Competitiva – Quadrilhas tradicionais ou estilizadas com, pelo menos, 1 ano de experiência, a ser comprovada através de portfólio.
4.1.1Quadrilhas que não estão mais em atividade, e desejam retomar a sua atuação, podem apresentar portfólio das experiências antigas para fins de comprovação.
4.2 Categoria Escolar – Quadrilhas de escolas públicas ou privadas, com experiência ou sem experiência.
4.2.1 Receberão pontuação extra quadrilhas de escolas públicas e quadrilhas com experiência de 1 ano ou mais, a ser comprovada através de portfólio.
4.3 Categoria Interbairros – Quadrilhas de bairros do município, com experiência ou sem experiência.
4.3.1Receberão pontuação extra as quadrilhas com experiência de 1 ano ou mais, a ser comprovada através de portfólio;
4.3.2 Será contemplada apenas 01 (uma) quadrilha por bairro;
4.3.2.1 No caso de número insuficiente de inscrições nessa categoria, o valor residual poderá ser remanejado para outra quadrilha do mesmo bairro, desde que esta atinja a pontuação mínima de 40 pontos

5. INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulado no item 1.3
5.2 O proponente deve encaminhar a documentação física em envelope lacrado no endereço da Secretaria Municipal de Cultura, à Rua Serra Negra, s/n, bairro JK. CEP 59.380-000 Currais Novos/RN, no horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.
5.3 Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado.
5. 4 Poderão se inscrever coletivos informais ou pessoas jurídicas

6. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Deverão ser entregues, de forma impressa em envelope lacrado, os seguintes documentos:

6.1 Anexo 01 (Ficha de Inscrição)
6.2 Anexo 02 (Declaração de Representação de Coletivo assinada por, no mínimo, 10 integrantes da quadrilha)
6.3 Portfólio da Quadrilha, contendo comprovações da atuação (fotos, vídeos, matérias de jornal, prints de redes sociais, declarações, etc)
6.3.1 O portfólio é dispensado para o caso de quadrilhas novas das categorias interbairros e escolar
6.4 RG e CPF do representante do coletivo
6.5 Comprovante de residência (dos últimos 3 meses) do representante do coletivo
6.5.1 Em caso de comprovante de residência em nome de terceiros, entregar o Anexo 03 (Declaração de Residência) juntamente com o comprovante de residência)
6.6 Certidão negativa de débitos municipais
6.7 Certidão negativa conjunta de débitos estaduais
6.8 Certidão negativa conjunta de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União
6.9 Certidão CEIS/CNEP
6.10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
6.11 Certidão Negativa de FGTS

7. JULGAMENTO E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

7.1 O julgamento das propostas será realizado por pessoas representantes do movimento junino ou cultural do município, a serem escolhidos pela Secretaria Municipal de Cultura.
7.2. As propostas serão avaliadas conforme os seguintes critérios:
7.2.1 Detalhamento do portfólio
7.2.2 Viabilidade financeira
7.2.3 Originalidade da proposta
7.2.4 Envolvimento com práticas e/ou conhecimentos tradicionais com grupos da comunidade
7.3. Poderão concorrer à quantidade disponibilizada de prêmios, as propostas que obtiverem a pontuação mínima de 40 pontos;
7.4. Serão contempladas as 08 propostas que obtiverem a maior pontuação dentro de suas categorias;

7.5. Para fins de desempate, será considerada a maior nota alcançada nos critérios 6.2.1 e 6.2.2.

8. CONTRAPARTIDA

As quadrilhas juninas contempladas com o apoio cultural deverão se apresentar na programação do Forronovos 2025, como forma de contrapartida.

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará da seguinte forma:
9.1 Relatório de Execução, contendo o relato das ações, além de fotos, vídeos, prints de redes sociais, matérias de jornal, etc, comprovando a execução da proposta
9.2 Notas fiscais e recibos comprovando o uso do recurso

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial do Município;
10.2 O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.curraisnovos.rn.gov.br
10.3 Os casos omissos deste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Currais Novos/Secretaria Municipal de Cultura
10.4 Compõem este Edital os seguintes anexos

ANEXO 01 – FICHA DE INSCRIÇÃO

Anexo 02 – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo
Anexo 03 – Declaração de Residência
Anexo 04 – Detalhamento da Proposta

ANEXO 01 - FICHA DE INSCRIÇÃO

1. CARACTERIZAÇÃO DA QUADRILHA JUNINA

1.1 NOME DA QUADRILHA JUNINA:
_____

1.2 TEMPO DE ATUAÇÃO DA QUADRILHA JUNINA:
_____

1.3 QUANTIDADE DE INTEGRANTES:
_____

1.4 RESUMO DA TRAJETÓRIA CULTURAL DA QUADRILHA JUNINA
_____
1.5 QUAL O TEMA QUE SERÁ TRABALHADO PELA QUADRILHA JUNINA NO FORRONOVOS 2025? (OPCIONAL)
_____

1.6 ORÇAMENTO DA PROPOSTA

(Faça uma relação das despesas que a sua proposta vai ter para realizar as apresentações da quadrilha junina)

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2. DADOS DO REPRESENTANTE DE COLETIVO
2.1 Nome Completo: _____
2.2 RG: _____
2.3 CPF: _____
2.4 Data de nascimento: _____
2.5 E-mail: _____
2.6 Telefone: _____
2.7 Endereço completo: _____
2.8 Nome artístico ou nome social (se houver): _____
2.9 Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural:
2.9.1 ( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
2.9.2 ( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
2.9.3 ( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
2.9.4 ( ) Produtor(a)
2.9.5 ( ) Gestor(a)
2.9.6 ( ) Técnico(a)
2.9.7 ( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
2.9.8 ( ) Outro(a)s _____

Currais Novos, ___/___/ 2025.

_____
Assinatura do Representante do Coletivo

ANEXO 02 - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

NOME DA QUADRILHA JUNINA: _____
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DA QUADRILHA JUNINA: _____
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:
IDENTIDADE: _____
CPF: _____
ENDEREÇO: _____
E-MAIL: _____
TELEFONE:
_____
As pessoas abaixo listadas, integrantes da quadrilha junina _____ elegem _____ como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Apoio Cultural, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

	Nome do integrante	CPF	Assinatura
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

Currais Novos/RN, ___ de _____ de 2025.

ANEXO 03
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

(Lei Nº. 7.115/83)
Eu, _____, documento de identidade _____, órgão expedidor _____ _____, nacionalidade _____, naturalidade _____, telefone celular (DDD e n°) _____, e-mail _____, na falta de documentos para comprovação de residência,
DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de _____ há ____ anos, e atualmente no endereço _____.
Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"

"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".
Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Currais Novos/RN, ___ de _____ de 2025.

_____
Nome completo e assinatura do representante

ANEXO 04 – DETALHAMENTO DA PROPOSTA

Apresente, no quadro abaixo, um detalhamento da proposta da quadrilha junina. Esse detalhamento pode ser feito através das seguintes opções:

( ) Mapa do evento
( ) Croquis de decoração
( ) Detalhamento das brincadeiras juninas: _____

Currais Novos/RN, ____/____/ 2025

_____
Nome completo e assinatura do representante

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:9EFDD696

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 170/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 2.661/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) ICZ GRAVAÇÕES, PARTICIPAÇÕES E ENTRETENIMENTOS LTDA, CNPJ 43.915.507/0001-88, para apresentação musical da artista Zé Cantor, no dia 23 de julho de 2025, durante o "Pavilhão de Sant'Ana 2025", que integra a programação da 217° Festa de Sant'Ana de Currais Novos/RN, com valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 8721/2025.

Currais Novos, 21 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:A0F4448B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 171/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 2.804/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) DIVINA PROVIDENCIA PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA, CNPJ 57.685.527/0001-14, para apresentação musical da artista William Sanfona, no dia 26 de julho de 2025, durante o "Pavilhão de Sant'Ana 2025", que integra a programação da 217° Festa de Sant'Ana de Currais Novos/RN, com valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 8958/2025.

Currais Novos, 23 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:D80CDDF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): JOSENILDO LIMA DA SILVA, CPF/MF n° 060.793.724-60.
OBJETO: Apresentação Musical da banda "Neném Pessoa", no dia 03 de maio de 2025, durante a "Festa de Santo Expedito 2025", na comunidade Catunda, Zona Rural de Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 25 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025.
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 25 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:71F078FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): SAMYRA SHOW GRAVAÇÕES, EDIÇÕES MUSICAIS E EVENTOS LTDA, CNPJ 22.917.407/0001-10
OBJETO: Apresentação musical da artista Samyra Show, no dia 25 de julho de 2025, durante o "Pavilhão de Sant'Ana 2025", que integra a programação da 217° Festa de Sant'Ana de Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
VIGÊNCIA: 21 de abril de 2025 a 31 de agosto de 2025
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021

Currais Novos/RN, 21 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:ACDA639C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 172/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 2.873/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, a contratação da empresa GLORIA THAISA DE MEDEIROS ROCHA 07218266444, CNPJ: 29.258.482/0001-66, para prestação de serviços para castração cirúrgica em cães (machos e fêmeas) e gatos (machos e fêmeas), estando incluso a medicação do pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, no período de 25 de abril de 2025 a 23 de junho de 2025, com valor de R$ 398,19 (trezentos e noventa e oito reais e dezenove centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica em gatos machos, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 3 (três) serviços; R$ 535,07 (quinhentos e trinta e cinco reais e sete centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica em gatas fêmeas, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 3 (três) serviços; R$ 533,52 (quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica em cães machos de 20-30 kg, com medicação para pré-

operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia.), obedecendo ao limite máximo de 2 (dois) serviços; R$ 564,52 (quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica em cães machos acima de 30 kg, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 2 (dois) serviços; R$ 901,67 (novecentos e um reais e sessenta e sete centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica (ovariosalpingohisterectomia) em cães fêmeas de 20-30 kg, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 2 (dois) serviços; R$ 976,30 (novecentos e setenta e seis reis e trinta centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica (ovariosalpingohisterectomia) em cães fêmeas acima de 30 kg, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 2 (dois) serviços; R$ 511,30 (quinhentos e onze reais e trinta centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica em cães machos abaixo de 20 kg, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 3 (três) serviços; R$ 827,96 (oitocentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos) a prestação de serviço de castração cirúrgica (ovariosalpingohisterectomia) em cães fêmeas abaixo de 20 kg, com medicação para pré-operatório e exames necessários que antecedem a cirurgia, obedecendo ao limite máximo de 2 (dois) serviços, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 9168/2025.

Currais Novos, 25 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2D80130F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 168/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 2.279/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do senhor DAMIÃO PINHEIRO SOARES, CPF/MF Nº 392.385.474-91, para locação de imóvel para funcionamento do CREAS, no período de 01 de abril de 2025 a 31 de dezembro de 2025, com valor mensal de R$ 1.467,64 (um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 7085/2025.

Currais Novos, 01 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EB389B1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 169/2025 PROCESSO PMCN/RN Nº 2.282/2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação do(a) senhor(a) FRANCISCO EUGENIO GOMES OTHON, CPF/MF 270.289.924-20, para locação de imóvel tipo residencial para o Conselho Tutelar, no período de 01 de abril de 2025 a 31 de dezembro de 2025, com valor de R$ 1.845,03 (um mil oitocentos e quarenta e cinco reais e três centavos) mensal, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 7088/2025.

Currais Novos, 01 de abril de 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:FF60FE62

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SANÇÕES ADMINISTRATIVA

SANÇÕES ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 001/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/001-003

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais odontológicos essenciais para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde

Empresa: EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 71.505.564/0001-24, com sede na Rua Ere, 34, Prado, Belo Horizonte/MG, neste ato representada por seu Procurador/Sócio Administrador, Sr.(a) Tarciane Vilaça Figueiredo, portador do CPF nº 871.200.116-34A Secretaria Municipal de Saúde, vem por meio deste com base no que preceitua a lei 14.133/2021, e na recomendação do departamento jurídico;
Considerando, os termos da Ata de Registro de preços nº 2025/001-003, oriundas do processo licitatório nº 001/2025 – Pregão eletrônico, cujo o objeto é o Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais hospitalares, com o objetivo de atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; o qual esta empresa configura a fornecedora registrada;
Considerandoa clausula sétima da ATA de Registro de Preço nos itens 7.1, 7.2, 1.3
Considerandoa clausula sexta do termo de referência no item 6.1. que se trata do prazo de entrega para entrega dos materiais;
Considerandoa clausula a clausula sexta da ata de registro de preços, a qual regulamenta o cancelamento da Ata de registro de preços;
Considerando que saúde é coisa séria e que os que dela necessitam não podem esperar;
Considerando que a empresa foi devidamente notificada e não se manifestou nem dentro do prazo estipulado nem a posterior;
Considerando que os agentes públicos devem zelar pelo bom funcionamento das instituições públicas;
Considerandoque o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências previstas, além de outras sanções previstas na Cláusula sexta da referida ATA e sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
RESOLVE com base no inciso III do caput do artigo 156 da lei federal nº 14.133, de 2021, tornar a empresa a empresa EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 71.505.564/0001-24, doravante denominada CONTRATADA, impedida de licitar com o município de Doutor Severiano Por um período de dois anos a contar da data da publicação deste termo.

Doutor Severiano/RN, 07 de maio de 2025.

MARIA ELIZA GARCIA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:91F47F0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 08050001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08050001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19030001/2025- CONTRATO Nº 08050001/2025- ORIGEM: Processo de Adesão nº 002/2025- CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO - CONTRATADO: TERRASAL AUTOMOVEIS AFG LTDA, OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN, COM ESPECIFICAÇÕES IGUAIS OU SUPERIORES AO MODELO SPIN LTZ, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ENCANTO-RN - VALOR TOTAL: R$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil)- VIGÊNCIA: de 12 meses - DATA DA ASSINATURA: 8 de maio de 2025

Publicado por:
Maria Josivânia Nato da Silva
Código Identificador:A01AA536

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 130/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a Sra. **CÉLIA BANDEIRA DA SILVA ARAÚJO**, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Licitação e Contratos Administrativos, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Equador-RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:D63C4081

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 131/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador e dá outras providências".
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a Sra. **NATALIA ROBERTA DE SOUZA SILVA**, do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Finanças, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Prefeitura Municipal de Equador, 09 maio de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:BDCB39F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 132/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64º, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a Sra. **NATALIA ROBERTA DE SOUZA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Licitações e Contratos Administrativos, vinculado ao Departamento de Finanças, da Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento do município de Equador-RN.
Parágrafo Único. A posse no cargo de Chefe de Divisão de Licitações e Contratos Administrativos se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.
Art. 2º. Ao cargo de Chefe de Divisão de Licitações e Contratos Administrativos do município, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo Único. No exercício de suas funções, compete ainda ao cargo de Chefe de Divisão de Licitações e Contratos Administrativos, a observância do Regime Interno de que fala o Art. 29 da Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até 1º de abril de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Prefeitura Municipal de Equador, 09 maio de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:6AE1A7FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 133/2025 DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município, bem como cumprindo o disposto Art. 47 do Decreto Nº 001, de 12 de janeiro 2024,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Equipe de Apoio ao Agente de Contratações do Município de Equador, que será composta pelos seguintes membros:
ANTÔNIO MARCOS DE ARAÚJO (Gabinete do Prefeito);
NATÁLIA ROBERTA DE SOUZA SILVA (Secretaria de Administração);
DANUZA RAQUEL DA SILVA FRANÇA (Secretaria de Administração);
RAYSSA MEDEIROS DOS SANTOS (Secretaria de Orçamento Finanças);
MARIA VITÓRIA CASTRO DE MORAIS (Secretaria de Administração e Planejamento);

ALISSON DE ARAUJO MORAIS (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente);
MARIA FRANCISCA DOMINGAS (Secretaria de Esporte e Cultura);
FRANCILEIDE DE OLIVEIRA VANDERLEY (Secretaria de Saúde).
Art. 2º Compete a presente Equipe de Apoio auxiliar o Agente de Contratação ou a comissão de contratação no desempenho e na condução de todas as etapas do processo licitatório, de que trata o art. 52 do Decreto, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, tendo seus efeitos retroagidos a 02/01/2025, e, tem validade até 31/12/2025.

Prefeitura de Equador, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:5009BF22

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 134/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.
O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas regulamentações;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 001/2024 que implanta e regulamenta a modalidade auxiliar de Licitação "Credenciamento" em que a Administração convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços ou fornecer bens, no âmbito do Município de Equador/RN;
CONSIDERANDO, a necessidade de cumprimento integral dos princípios norteadores da administração pública (art. 37, caput, CF/88), de forma mais específica a legalidade, publicidade e moralidade;
CONSIDERANDO o disposto nos Inciso II, do art. 162 do Decreto Municipal Nº 001, de 12 de Janeiro de 2024 e § 1º do art. 5º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.
CONSIDERANDO, a priorização e necessidade de valorização da transparência, controle e estabelecimento de um processo ilibado do sistema de compras, empenhos e contratos públicos;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear para compor o setor de **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, para exame, julgamento dos documentos de habilitação e classificação de credenciados no neste tipo de procedimento no Município de EQUADOR/RN, os membros relacionados abaixo:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Natália Roberta de Souza Silva
Rayssa Medeiros dos Santos
MARIA VITÓRIA CASTRO DE MORAIS
Danuza Raquel da Silva França

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Equador, 09 de MAIO de 2025.

Rua José Marcelino de Oliveira, 100, Dinarte Mariz, Equador/RN | CEP: 59.355-000 Telefone: (84) 3475-0001 | CNPJ: 08.086.225/0001-14 | www.equador.rn.gov.br

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:5EA09137

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 135/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 135/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025
O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Comissão Permanente de Licitação do Município de Equador, composta pelos seguintes membros:
Presidente: NATÁLIA ROBERTA DE SOUZA SILVA;
Membro: RAFAEL FELIPE DINIZ;
Membro: DANUZA RAQUEL DA SILVA FRANÇA;
Suplente: OSVALDO BALDUINO JÚNIOR;
Suplente: MARIA VITÓRIA CASTRO DE MORAIS.
Art. 2º Compete a presente comissão o procedimento e julgamento das habilitações e preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, bem como o julgamento do pedido de inscrição no registro cadastral de fornecedores da Divisão de Compras, sua alteração e cancelamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, e tem validade até 31/12/2025.

Equador-RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:8346F12B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 045/2023

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 045/2023
ADESÃO Nº: 000007/2023. **Objeto**: Segundo Termo Aditivo de Vigência do Contrato nº 045/2023, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE ACESSO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ESPÍRITO SANTO/RN. **Fundamento Legal:** Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93. **Contratante:** MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO (CNPJ: 08.362.287/0001-01). **Contratada:** DAMIÃO GOMES VICENTE (CNPJ nº. 21.034.803/0001-37). **Vigência:** 02/05/2025 a 01/05/2026. **Data da Assinatura:** 29 de abril de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:5E1E9A0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000047/2025 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000047/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000047/2025 a empresa **J M J COMERCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA** (CNPJ: 02.867.473/0001-16), com valor global de **R$1.974,64(MIL NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS)**.

Publique-se.

Espírito Santo/RN, 09 de maio de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:E2E0FDDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000047/2025 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000047/2025
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento da Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 000047/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE REVISÃO DE GARANTIA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, REFERENTE AO VEÍCULO (FURGÃO MASTER 2.3 16V).**, em favor da empresa **J M J COMERCIO DE VEICULOS E PEÇAS LTDA** (CNPJ: 02.867.473/0001-16), com valor global de **R$1.974,64(MIL NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS)**

Publique-se.

Espírito Santo/RN, 09 de maio de 2025.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:73B2D076

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000003/2025 – PMES/RN AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000003/2025 – PMES/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

O**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, inscrito no CNPJ/MF nº.08.362.287/0001-01, por intermédio de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº. 056/2025 – GP, torna público que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS**, conforme especificações contidas no Edital.A sessão pública, para abertura das propostas de preços e realização da sessão de lances, será às **09:01h** (Horário de Brasília) do dia **26 de maio de 2025**, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

Espírito Santo/RN, 09 de maio de 2025.

FABIANA FERNANDES DA SILVA
Pregoeira do Município

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:A5E99F4A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295/2025 – GP EM, 09/05/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao servidor ADAILTON ALVES DE OLIVEIRA, CPF: XXX.XXX.984-20, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de José da Penha/RN, no dia 09 de Maio de 2025, Na oportunidade irá participar da VII Assembleia Ordinária da IGR-Polo Turístico do Oeste Potiguar.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 150,00 **(cento e** cinquenta reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 09/05/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:146BD81D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296/2025 – GP EM, 09/05/2025

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências..

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E
Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao servidor JOSAIAS DE OLIVEIRA SOUZA, CPF: XXX.XXX.294-52, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana na cidade de José da Penha/RN, no dia 09 de Maio de 2025, Na oportunidade irá participar da VII Assembleia Ordinária da IGR-Polo Turístico do Oeste Potiguar.
. **Art. 2º** Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de **R$** 100,00 **(cem reais)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 09/05/2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:A7FACA9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº297/2025-SMARH - GP EM, 09 DE MAIO DE 2025

Exonera o servidor Sr. Rayner Rodrigo Barra Cabral no cargo de Chefe de Departamento de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal **Sr. Rayner Rodrigo Barra Cabral** no cargo de **Chefe de Departamento de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra RN** pertencente ao quadro de pessoal desta Municipalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação. Com efeitos financeiros retroativo a 05 de maio de 2025.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 09 de Maio de 2025

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:489D2A98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 287/2025-SMARH EM, 08 DE MAIO DE 2025. REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

Concede férias ao servidor Sr. Alcivan Tenório de Souza, Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) e da outra providência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias ao servidor **Sr. Alcivan Tenório de Souza, Auxiliar de Serviços Gerais (ASG),** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal no decorrer do mês de maio referente ao período aquisitivo de 2023.
Art. 2°- Fica autorizada a conversão em pecúnia de 10(dez) dias referente ao seu período de férias.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 08 de Maio de 2025.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:A0BAE0A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 298/2025-SMARH EM, 09 DE MAIO DE 2025

Concede Licença Saúde não remunerada a servidora Sra. Alex Sandra de Freitas no cargo de ASG (auxiliar de serviços gerais) das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1998.

RESOLVE:
Art. 1º Licença Saúde a servidora **Sra. Alex Sandra de Freitas** no cargo de **ASG (auxiliar de serviços gerais)** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 01/05/2025 a 31/07/2025, para que a mesma possa tratar de problemas de saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 09 de Maio de 2025.

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:D9B3523D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0090050005/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0090050005/2025
Objeto:. Serviços de confecção de fardamento para os estudantes da Escola Municipal Ernesto Ferreira
Contratado: Maria Ines de Oliveira Silva (012.088.314-70)
Valor Total Julgado: R$ 1.436,84
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:CCB9FDEE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0090050006/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0090050006/2025
Objeto:. Serviços de manutenção e conserto de monitoramento das escolas da rede municipal de ensino
Contratado: JOSIVALDO FERNANDES DA SILVA (009.603.894-23)
Valor Total Julgado: R$ 4.210,53
Base legal: Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E1225654

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0090050007/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0090050007/2025
Objeto:. Contratação de serviços de confecção de próteses ortopédicas destinadas a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde
Contratado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (70.031.356/0001-78)
Valor Total Julgado: R$ 496,80
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:D671EDED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00505056/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 00505056/2025
Objeto:. Aquisição de produtos de Limpeza e Higiêne destinados a atender a necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no municipio de Frutuoso Gomes RN
Contratado: K M DE S SILVA (27.764.048/0001-22)
Valor Total Julgado: R$ 7.008,23
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:A2870D31

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00505053/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 00505053/2025
Objeto:. Aquisição de produtos de limpeza e higiênie destinados a atender a necessidades da Secretaria Municipal de Saúde
Contratado: K M DE S SILVA (27.764.048/0001-22)
Valor Total Julgado: R$ 7.160,33
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:9B9475B4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00505055/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 00505055/2025
Objeto:. Aquisição de generos alimenticios para atender a necessidade das unidades pertencentes a secretaria de saude do municpio de Frutuoso Gomes RN
Contratado: K M DE S SILVA (27.764.048/0001-22)
Valor Total Julgado: R$ 8.368,31
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:B5126693

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00505054/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 00505054/2025
Objeto:. Aquisição de generos alimenticios para atender a necessidade das unidades pértencentes a secretaria municipal de Saude do municipio de Frutuoso Gomes RN
Contratado: K M DE S SILVA (27.764.048/0001-22)
Valor Total Julgado: R$ 9.033,77
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:23EB10B2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00505057/2025

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 00505057/2025
Objeto:. Contratação de serviços referente a Conserto e Manutenção do Ar Condicionado da Crevrolet Spin pertencente a Secretaria Municipal de Saúde do municipio de Frutuoso Gomes RN
Contratado: NATANAEL CARDOSO MARTINS (096.414.764-59)
Valor Total Julgado: R$ 3.610,53
Base legal: Art. 95, §2º da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 05/05/2025.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:CF8E9BC6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2025 E CONTRATAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Galinhos/RN.
Contratado: NOSSA MISSAO PRODUCOES LTDA, CNPJ nº: 42.667.599/0001-61.
Objeto: Contratação de empresa para apresentação artística de "Adriana arydes" no dia 03 de agosto de 2025, visando promover, animar e abrilhantar os festejos da "festa da padroeira 2025" no município de Galinhos/RN.
Valor: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a apresentação artística de "Adriana Arydes".
FONTE: 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos / FONTE: 1.720.000 - FUNDO ESPECIAL DE PETROLEO - FEP FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 23.691.0008.1027;
Elemento de Despesa "3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ)". Base Legal: Artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e justificativas apensas ao processo de inexigibilidade de licitação. Vencimento: 10/09/2025

Galinhos/RN, em 08/05/2025

Assinatura: Hudson Matias Cavalcante/Prefeito Municipal.

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:9F145463

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2025 E CONTRATAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Galinhos/RN.
Contratado: JONAS QUEIROZ DA SILVA FERNANDES, CNPJ nº: 12.725.128/0001-00.
Objeto: Contratação de empresa para apresentação artística da banda "forró dos 3" no dia 02 de agosto de 2025, visando promover, animar e abrilhantar os festejos da "festa da padroeira 2025" no município de Galinhos/RN.
Valor: $ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) para a apresentação artística da banda "forró dos 3".
FONTE: 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos / FONTE: 1.720.000 - FUNDO ESPECIAL DE PETROLEO - FEP
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 23.691.0008.1027;
Elemento de Despesa "3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ)".
Base Legal: Artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e justificativas apensas ao processo de inexigibilidade de licitação.
Vencimento: 10/09/2025

Galinhos/RN, em 21/03/2025

Assinatura: Hudson Matias Cavalcante/Prefeito Municipal.

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:119C043E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 210301-2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.110.991/0001-77.

CONTRATADA: JONAS QUEIROZ DA SILVA FERNANDES, CNPJ nº: 12.725.128/0001-00, representada por: JONAS QUEIROZ DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob nº: ***.168.***-78, situada na Rua Campos Sales, nº 43, Abolição II, Mossoró/RN, CEP: 59.611-050.

OBJETO: Contratação de empresa para apresentação artística da banda "forró dos 3" no dia 02 de agosto de 2025, visando promover, animar e abrilhantar os festejos da "festa da padroeira 2025" no município de Galinhos/RN.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato se inicia com a sua assinatura e se encerra no dia 10/09/2025.

VALOR DO CONTRATO: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) para a apresentação artística da banda "forró dos 3".

UNID. ADM.: SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS E COMUNICAÇÃO
PROJ/ATIV.: PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00
FONTE: 1 500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos / FONTE: 1.720.0000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 23.691.0008.1027.0000

DATA ASSINATURA: 21 de março de 2025.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o extrato de contrato foi publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal e diário oficial do município, para efeito de cumprimento das disposições da lei 14.133 de 01 de abril de 2021. Por ser verdade firmo a presente para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Galinhos-RN, 21 de março de 2025.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:71C909D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
ADENDO Nº 01/2025

A Comissão Organizadora do Edital de Chamamento Público EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO **N° 001/2025- SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL** referente à aplicação dos recursos da POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA torna PÚBLICO a alteração do valor total do edital. O valor atualizado passa ser o seguinte:
Onde se lê:
Valor total do edital
O valor total deste edital é de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).
Dotação orçamentária

Unidade	13.001 Secretaria Municipal de Cultura
Função	13 Cultura
Sub-função	392 - Difusão Cultural
Atividade/projeto	Execução de Editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, destinados a fomentar e à manutenção de agentes, de espaços, iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades e de economia criativa
Elemento	3.3.90.39 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor	R$**144.000,00**
Fonte de recurso	17490000 - Outras vinculações de transferências

Leia- se:
Valor total do edital
O valor total deste edital **valor R$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais).**
Dotação orçamentária

Unidade	13.001 Secretaria Municipal de Cultura
Função	13 Cultura
Sub-função	392 - Difusão Cultural
Atividade/projeto	Execução de Editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, destinados a fomentar e à manutenção de agentes, de espaços, iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades e de economia criativa
Elemento	3.3.90.39 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor	R$ **130.500,00**
Fonte de recurso	17490000 - Outras vinculações de transferências

Publicado por:
Lidiane de Oliveira Bezerra Silva
Código Identificador:7BFE0470

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 08.2025

A **Prefeitura Municipal de Goianinha/RN** torna público a adesão a **Ata de Registro de Preço** do **Município Brejinho/RN**, conforme art 86, § 2º da Lei 14.133/21, conforme especificado abaixo:
Ata de Registro de Preço nº 21/2025, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 03/2025 PMB/RN**
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Brejinho, inscrito no CNPJ nº 08.161.614/0001-67.
Órgão participante (Carona): Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, inscrita no CNPJ: 08.162.687/0001-73.
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULOS.

Contratado: NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.770.238/0001-57
Vigência da Ata: 02/04/2025 a 02/04/2026

Goianinha/RN, 09 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:A3823437

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 69/2025

Origem: Termo de Adesão à Ata de Registro de Preço nº 21/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 03/2025 do BREJINHO/RN
Objeto:AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN,Inscrita no CNPJ nº 08.162.687/0001-73
CONTRATADO:NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.770.238/0001-57
Fundamentação Legal: Art 86, § 2º da Lei 14.133/21
Data de Assinatura: 09/05/2025
Vigência:31 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:59A63C3A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ÁREA DE SAÚDE

Edital N.º 001/2025 de Convocação Pública para Qualificação de Organizações da Sociedade Civil na Área de Saúde

O Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a presente convocação para que entidades sem fins lucrativos se qualifiquem como Organizações da Sociedade Civil junto ao Município, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 13.204/2015, do Decreto Federal nº 8.726/2016, do Decreto Estadual nº 31.067/2021 e do Decreto Municipal nº 032/2023, de 14 de dezembro de 2023, e suas alterações. Poderão se habilitar à qualificação pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolvam, entre outras, atividades voltadas à promoção da saúde. Considerando o disposto no Art. 183 da Lei nº 14.133/2021, os prazos para recebimento dos envelopes relativos à qualificação começarão a ser contados a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso. O prazo final para o recebimento dos envelopes será no dia 28 de maio de 2025, às 9h. A sessão pública será realizada no dia 28 de maio de 2025, com início às 9h01min. Os requisitos específicos e o procedimento para obtenção do Certificado de Qualificação como Organização da Sociedade Civil estão descritos no Edital nº 001/2025, que poderá ser solicitado por meio do e-mail cpldixsept@gmail.com ou entregue mediante petição presencial no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado/RN.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 9 de maio de 2025.

NADJA DE FRANÇA COSTA
Presidente da Comissão de Qualificação

FRANCISCO ADAIL CARLOS DO VALE COSTA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josieliton Meneses de Freitas Silva
Código Identificador:D372CE78

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 018/2025

A Secretária Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, no dia 12 ou 13 de maio de 2025, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando

houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 09 de maio de 2025.

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 018/2025

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
43.	236	JANIELLY RAQUEL DE MORAIS

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) **NÃO** exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) **SIM**, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, **a minha desistência da vaga,** por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, ___ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:7C766226

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90008/2025

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do disposto no art. 71, IV da Lei nº. 14.133/21, a autoridade superior Prefeito Constitucional, Sr. Hélio Willamy Miranda da Fonseca,ADJUDICAo objeto eHOMOLOGAa presente licitação: Processo nº 496/2025,Pregão Eletrônico nº 90008/2025.

OBJETO:Contratação de serviços contínuos de destinação final dos resíduos sólidos, produzidos no município de Guamaré-RN, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no edital.

Resultado da Adjudicação/Homologação

-VERA CRUZ AMBIENTAL SPE LTDA - CNPJ: 29.309.384/0001-00, Item 1.

Osautos permanecem com vista aberta, à disposição dos interessados, por meio de solicitação no protocolo digital do Município.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito(a)Constitucional

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:099A528E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JOSE JULIO DA SILVA**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Subcoordenador de Limpeza, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:60F5FCF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 586/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **MARIA DO ROSARIO DOS SANTOS SILVA**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Assessora Técnica Nível III, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:803D3773

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 587/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **ROBERTA DHIOVANNA SOARES FILGUEIRA RAMOS**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Chefe de Manutenção das Unidades, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:36014DF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 588/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JOAO ESDRAS DE LIMA MELO**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Chefe de Pessoal e Transporte, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:B0968121

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 582/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **DAYVID GOMES LIMA**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Coordenador de Divisão, lotado (a) no (a) Gabinete da Vice Prefeitura.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:57EF4470

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 583/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **ANA CRISTINA MARTINS MACIEL**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Coordenadora de Divisão, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:0FB4C1EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 589/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JULIETTY DO CARMO SILVA**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Coordenador de Divisão, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:165CED83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590/2025

Dispõe sobre a nomeação do (a) servidor (a) ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração da Prefeitura Municipal de Guamaré.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **WANIELLE LARISSA LEANDRO DE ARAUJO**, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Diretora de Departamento, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:16EB0A86

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 591/2025

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO (A) SERVIDOR (A) EFETIVO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o (a) servidor (a), **IANA KATIUSCIA DO NASCIMENTO SOUZA BORGES,** portador (a) do RG nº. 002029045 SSP/RN, e inscrito (a) no CPF nº. 053.399.884-06, das atribuições inerentes ao cargo efetivo de **Professora Educação Infantil (Pedagogo),** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 09 de maio de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:45006C5E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 041/2023

Processo nº: 1.113/2025.
Contratante: Município de Guamaré/RN.
Contratada: J.M. BEZERRA & CIA LTDA
CNPJ Nº: 08.510.133/0001-10.
Objeto do contrato: Locação do imóvel Situado à Rodovia RN-221, nº 295, Salina da Cruz, Guamaré/RN, CEP: 59598-000, para continuidade do atendimento da Escola Municipal José Silvino de Oliveira.
Objeto do aditivo: Renovação de locação de imóvel pelo período de 12 (doze) meses e reajuste de 5,036%.
Vigência: O aditivo tem vigência de 10 de maio de 2025 a 09 de maio de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do Processo Administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: art. 57, II, c.c art. 65, II, d, da Lei nº. 8.666/93, art. 3º, da Lei nº 8.245/91 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito Municipal) – CONTRATANTE; J.M. BEZERRA & CIA LTDA – José Maria Jácome Bezerra - CONTRATADA.

Guamaré/RN, 08 de maio de 2025.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:2BC4A3FF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2023

Processo nº: 1.408/2025.
Contratante: Município de Guamaré/RN;
Contratada: MARIA MIRANI DA SILVA
CNPJ Nº: 03.884.166/0001-06
Objeto do aditivo: O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do CONTRATO Nº 043/2023, referente à contratação de empresa especializada prestação de serviços funerários, com fornecimento de material (urnas e outros), serviços de preparação de corpos e traslados por quilometragem, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Guamaré/RN.
Vigência: O presente contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com vigência compreendida no período de 11 de maio de 2025 a 10 de maio de 2026.
Dotação Orçamentária: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
Previsão legal: Amparo Legal art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.
Assinaturas:
HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA - Prefeito Municipal de Guamaré - CONTRATANTE
MARIA MIRANI DA SILVA - MARIA MIRANI DA SILVA - ME -CONTRATADA

Guamaré/RN, 08 de maio de 2025.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:51ED0756

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE ALUGUEL Nº 035/2023

PROCESSO Nº: 1365/2025.
CONTRATANTE: Município de Guamaré/RN.
CONTRATADO: JOÃO IAGO DE MIRANDA
CPF: 182.265.234-00
OBJETO DO ADITIVO: alteração da destinação do objeto e a dotação orçamentária e Renovação de locação de imóvel para funcionamento do Ambulatório Médico no Distrito de Baixa do Meio, a locação se dará pelo período de 12 (doze) meses.
VIGÊNCIA: O aditivo tem vigência de 25 de abril de 2025 e término em 24 de abril de 2026.
DA DESTINAÇÃO: Este imóvel funcionava a Sede da Vice Prefeitura do Município de Guamaré/RN, passando após este aditivo atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria e Comercio, Serviços, Energias e Projetos Especiais no atendimento a serviços que serão prestados aos munícipes (Banco Nordeste, Sebrae e Receita).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A dotação orçamentária está consignada nos autos do processo administrativo concernente ao Orçamento Geral do Município.
PREVISÃO LEGAL: Art. 3° da lei nº 8.245, de 1991, Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.
ASSINATURAS: Hélio Willamy Miranda da Fonseca (Prefeito Municipal) – Contratante. João Iago De Miranda – Contratado.

Guamaré/RN, 24 de abril de 2025.

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:0EB3D09F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2025
O **PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica deste Município;
CONSIDERANDO o disposto do Inciso V, artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e Decreto n° 11.317, de 29 de dezembro de 2022, Decreto Municipal nº 001/2025, verbi:

"Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
V – "Permite a Administração Pública adquirir ou alugar imóveis de acordo com suas características de localização e instalações".

CONSIDERANDO que, para o objeto em tela é de exclusividade, não havendo qualquer outra empresa que possa lhe fazer frente, inviabilizando, com isso, qualquer competição.

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2025), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE
Com fundamento no **Artigo 74, V da Lei Federal nº 14.133/21, CONTRATAR**, POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO o seguinte objeto: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA CÍVIL, em favor da pessoa física: MARIA APARECIDA DE ARAÚJO GUEDES, inscrita no CPF sob nº 154.608.274-34**, estabelecida à Rua José Camilo Bezerra nº 179, Ielmo Marinho/RN – CEP: 59.490-000, com valor global estimado de **R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).**

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 99/2025, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, o Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, através do Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2025,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Ielmo Marinho/RN, em 08 de maio de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:700DB1D8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2025

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa juridica HM2 SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.345.635/0001-63, e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 120/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.
CONTRATADA: **HM2 SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.345.635/0001-63**, estabelecida a Rua Vereador José Severiano da Câmara nº 180, Edifício da Torres Papelaria, sala A, Centro município de Joâo Câmara/RN, CEP: 59.550-000, sendo representada pela senhora Helena Maciel, portadora do CPF nº 027.421.454-78.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA HOSPEDAGEM DE SISTEMA INFORMATIZADO DESTINADO AO GERENCIAMENTO INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, EM PLATAFORMA TOTALMENTE WEB, COM SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO A MIGRAÇÃO DE DADOS, A CUSTOMIZAÇÃO, A PARAMETRIZAÇÃO E O TREINAMENTO DE USUÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
MODALIDADE: **DISPENSA Nº 039/2025.**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor mensal é de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), perfazendo o valor total global de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatro centos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Und. Orçamentária 02.013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Ação 2083 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Tributação
Natureza 3.3.90.40 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica
Fonte 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos

Fonte 17200000 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região 001 Ielmo Marinho/RN

VIGENCIA DO CONTRATO: O presente termo terá a vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 05 de maio de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
Contratante

Hm2 Soluções e Tecnologia LTDA
CNPJ nº 22.345.635/0001-63
HELENA MACIEL
CPF nº 027.421.454-78.
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:B4EF8600

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2025

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa física MARIA APARECIDA DE ARAÚJO GUEDES , inscrita no CPF n° 154.608.274-53 e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 099/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.
CONTRATADA: **MARIA APARECIDA DE ARAÚJO GUEDES, inscrita no CPF sob nº 154.608.274-34**, estabelecida À Rua José Camilo Bezerra. s/n, município de Ielmo Marinho/RN – CEP: 59.490-000
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA CÍVIL, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025.**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 800,00 (Oitocentos reais) mensal, totalizando o valor de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), conforme itens descritos abaixo e de acordo com as ordens de serviços emitidas.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

GABINETE DO PREFEITO
Und. Orçamentária 02.002 GABINETE DO PREFEITO
Ação 2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DA PREFEITO
Natureza 3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Subelemento 3.3.90.36:015 LOCAÇAO DE IMOVEIS
Fonte 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte 17200000 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região 001 Ielmo Marinho/RN

VIGENCIA DO CONTRATO: O presente termo terá a vigência a partir de 08 de maio de 2025, com término previsto para o dia 07 de maio de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, 08 de maio de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
Contratante

JOÃO SOARES DA COSTA JÚNIOR
Chefe de Gabinete

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO GUEDES
CPF SOB Nº 154.608.274-34
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:D4ED7D91

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2025
RESULTADO
Objeto: CREDENCIAMENTO PARA FINS DE INSCRIÇÃO DE EQUIPES DE FUTEBOL PARA PARTICIPAÇÃO DO TORNEIO MUNICIPAL DESPORTIVO, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER, A SER REALIZADO NO ESTÁDIO MUNICIPAL EDSON BARBOSA DE LIMA, CONFORME REGULAMENTO GERAL, VISANDO A REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS DESTE MUNICÍPIO.

O Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer torna público equipe vencedoras como campeã e vice-campeã conforme segue:

Equipe campeã: BOTAFOGO DE PACAVIRA
Equipe vice-campeã: NACIONAL DE UMARI

Os interessados poderão nos dias normais de expediente, obter demais informações, e documentos do presente certame através do e-mail: esporte@ielmomarinho.rn.gov.br

Ielmo Marinho/RN, 09 de maio de 2025.

JOÃO BATISTA GARCIA DA SILVA
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:D3C67446

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2025*

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa juridica 59.905.305 ROSE JACQUELINE DE ARAUJO BERTOLDO MOREIRA, CNPJ n° 59.905.305/0001-95 e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 116/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.
CONTRATADA: **59.905.305 ROSE JACQUELINE DE ARAUJO BERTOLDO MOREIRA, INSCRITA NO CNPJ Nº 59.905.305/0001-95, ESTABELECIDA A RUA DR. JOSÉ VARELA, 20, CENTRO, PUREZA/RN, CEP 59.582-000, SENDO REPRESENTADA PELO(A) SENHOR(A) ROSE JACQUELINE DE ARAÚJO BERTOLDO MOREIRA, PORTADOR DO CPF Nº 089.570.214-26.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL VISANDO COORDENAR E AUXILIAR NA EXECUÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: Valor global de R$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL
Und. Orçamentária 02.008 SECRETARIA MUN. DE PROMOÇAO E BEM ESTAR SOCIAL
Ação 2055 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Subelemento 3.3.90.39:099 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte 17200000 Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região 001 Ielmo Marinho/RN

VIGENCIA DO CONTRATO: O presente termo vigorará a partir da data de sua assinatura até 06 de maio de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Ielmo Marinho/RN, em 07 de maio de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
Contratante

59.905.305 Rose Jacqueline de Araujo Bertoldo Moreira
CNPJ nº 59.905.305/0001-95
ROSE JACQUELINE DE ARAÚJO BERTOLDO MOREIRA
CPF Nº 089.570.214-26
Contratada

*REPUBLICADO POR INCORERÇÃO.

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:AB3E2FC8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2025

Contrato firmado, que entre se celebram a pessoa juridica A S P SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.747.505/0001-08 e o Município de Ielmo Marinho/RN.

Processo Administrativo nº 096/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.
CONTRATADA: **A S P SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.747.505/0001-08, estabelecida a R JEQUIE, 2905 CONJ SOLEDADE I, POTENGI, NATAL/RN, CEP: 59120-110, sendo representada pelo senhor Alexandra Saraiva Pereira, portador do CPF nº 010.435.684-76.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM APARELHOS ODONTOLÓGICOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
MODALIDADE: **ADESÃO/CARONA PARCIAL Nº 009/2025 - Ata de Registro de Preço nº 167/2024 oriunda do Pregão Eletrônico nº 031/2024 da Prefeitura Municipal de Areia Branca/RN**
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.093.573,52 (Um milhão, noventa e três mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO
Unidade Orçamentária: 02.006 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS
Projeto / Atividade: 2.039 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Classificação Orçamentária: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 17510000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
Região 001 Ielmo Marinho/RN

VIGENCIA DO CONTRATO: O presente termo vigorará a partir de 08 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada no § 2º e 3º do art. 86 da Lei 14.133/2021, bem como a Lei 14.770/2021, Decreto Municipal 001/2025.

Ielmo Marinho/RN, em 08 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho
CNPJ: 08.004.525/0001-07
FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Contratante

A S P Servicos e Comercio LTDA
CNPJ SOB Nº 26.747.505/0001-08
ALEXANDRA SARAIVA PEREIRA
CPF: 010.435.684-76
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:72AA302B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 310/2025 - GP

Dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **TANIA MARIA PEREIRA**, portador(a) do CPF XXX.916.074-XX, para ocupar o cargo comissionado de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E JUVENTUDE - SEMTCJ**, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 09 de maio de 2025.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:8585C101

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 456/2025-GC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 003/2020 com modificações implementadas pelas Leis nºs. 005/2022 e 004/2023 de 06 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da

Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, no dia 12 de julho de 2023:

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** o Sr.**ALISSON PEREIRA GOMES**, CPF: *****.498.144.45-**, do cargo de provimento político em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO , lotado na Secretaria Municipal do Gabinete Civil.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa dia 06 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 07 de maio de 2025.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B8F9CC7D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1019/2025
Trata-se de processo administrativo, fundamentado no 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a Resposta à solicitação do Ordenador de Despesas sobre informações orçamentárias para a futura Contratação de empresa especializada na prestação de suporte técnico e administrativo na área de engenharia civil objetivando o atendimento das demandas administrativas e técnicas do município de projetos técnicos e prestação de contas junto aos órgãos de controle, relacionados a Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN. In verbis:
Art. 75. É dispensável a licitação:
[...]
II- para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, **(valores atuais R$62.725,59**) Grifo nosso**.**

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a Dispensa de Licitação nº 027/2025 – Processo Administrativo nº 1019/2025, nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: FOCUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 33.486.468/0001-97, no valor e R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Ipanguaçu/RN, 30 de abril de 2025.
Atenciosamente,

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:7458ADEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 147/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA
Portaria nº: 147/2025 RETIFICA PORTARIA DE DIÁRIA 143/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, GILMAR DE MEDEIROS NÓBREGA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 24 E 25 DE ABRIL do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 25 DE ABRIL DE 2025, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 24 de ABRIL E RETORNANDO ÀS 20 HORAS DO DIA 25 DE ABRIL DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 23 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:9A722D29

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 148/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000
CONCESSÃO DE DIÁRIA
Portaria nº: 148/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, GILMAR DE MEDEIROS NÓBREGA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 29 E 30 DE ABRIL do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 29 de ABRIL E RETORNANDO ÀS 20 HORAS DO DIA 30 DE ABRIL DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 28 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:088C2BFF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 149/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA
Portaria nº: 149/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, KLÉBER MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 28 E 29 DE ABRIL do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 29 DE ABRIL DE 2025, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 28 de ABRIL E RETORNANDO ÀS 20 HORAS DO DIA 29 DE ABRIL DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 25 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:471305A8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 150/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA
Portaria nº: 150/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, JOSÉ ISAIAS DE MEDEIROS SANTANA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (cem reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, no dia 30 DE ABRIL do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADA NO DIA 30 DE ABRILDE 2025, SAINDO ÀS 04 H DO DIA 30 de ABRIL E RETORNANDO ÀS 19 HORAS DO DIA 30 DE ABRIL DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 29 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:DB8C926D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 151/2025
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 151/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, UMBERTO ANTONIO DE ARAUJO MEDEIROS, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,0 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 100,00 (cem reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, no dia 1º DE MAIO do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADA NO DIA 1º DE MAIO DE 2025, SAINDO ÀS 04 H DO DIA 1º de MAIO E RETORNANDO ÀS 19 HORAS DO DIA 1º DE MAIO DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 30 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:E2A26CCA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 152/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA
Portaria nº: 152/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, CARLOS ALBERTO FERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 1º E 02 DE MAIO do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 02 DE MAIO DE 2025, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 1º de MAIO E RETORNANDO ÀS 20 HORAS DO DIA 02 DE MAIO DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 30 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:7947ED6F

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 153/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA
Portaria nº: 153/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, FERNANDO PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 1º E 02 DE MAIO do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 02 DE MAIO DE 2025, SAINDO ÀS 18 H DO DIA 1º de MAIO E RETORNANDO ÀS 22 HORAS DO DIA 02 DE MAIO DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 30 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:E1F3150C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 154/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 154/2025
O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, GILMAR DE MEDEIROS NÓBREGA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 04 E 05 DE MAIO do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 05 DE MAIO DE 2025, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 04 de MAIO E RETORNANDO ÀS 22 HORAS DO DIA 05 DE MAIO DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se
Cumpra-se.
Ipueira/RN, 30 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:27152E76

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUEIRA/RN
PORTARIA DE DIARIA SMS 155/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN
AV. FUNDADOR FRANCISCO QUININO, 148 - CENTRO - CNPJ: 11.931.702/0001-05 - CEP: 59315-000

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº: 155/2025

O(A) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de IPUEIRA/RN no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder ao(a) senhor, FERNANDO PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de MOTORISTA, 1,5 (uma) diária(s), ao preço unitário de R$ 100,00 (Cem reais) perfazendo a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de NATAL RN, nos dias 05 E 06 DE MAIO do ano de 2025, com objetivo TRANSPORTAR PACIENTE DESSE MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO E EXAMES ESPECIALIZADOS, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE MAIO DE 2025, SAINDO ÀS 16 H DO DIA 05 de MAIO E RETORNANDO ÀS 22 HORAS DO DIA 06 DE MAIO DE 2025.
Art, 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 30 DE ABRIL DE 2025.

MARIA JOSÉ DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria José de Medeiros
Código Identificador:ABFE366A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO – PE-019/2025

O Município de ITAÚ, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que às 09h01min do dia 02 de junho de 2025, fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **MAIOR LANCE OU OFERTA POR ITEM**; para eventual CONCESSÃO DE USO REFERENTE A SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO, PELO PERIODO DE 05 (CINCO) ANOS, A EXCLUSIVIDADE DA GESTÃO DA FOLHA

DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ITAÚ/RN.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na RUA CLEOFAS NUNES, 74, CENTRO, ITAU/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, por e-mail: pmitaulicitacao@gmail.com, no site no https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

A sessão que estava marcada para o dia 09/05/2025, as 09h01min, está sendo remarcado para a data acima mencionada, com o recebimento das propostas indicada abaixo:

Data de Início Recebimentos das Propostas: 12/05/2025
Hora de Início das Proposta: 09h00min
Local: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

ITAÚ/RN, 09/05/2025

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Aylton Freitas de Carvalho
Código Identificador:82CDC1BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
NOTIFICAÇÃO EXTRA JUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o n.º 70.031.612/0001-27, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde de Itaú RN, a Sra. **Márcia Rodrigues de Carvalho**, brasileira, inscrito no CPF sob n° 067.960.734-01.

NOTIFICADA: - **EQUIPSUL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS A SAUDE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº.**36.999.842/0001-46**, estabelecida na **R RICALDE MARQUES, CEP.** 91.040-280 **– JARDIM SAO PEDRO**, **PORTO ALEGRE**– **RS**, representadaneste ato pelo seu representante legal a Sra. **ROBERTA PIZZOLI**, brasileira, portadora do RG n° 9065641897 SSP / RS, inscritano CPF sob n°**811.214.070 - 72.**

Pela presente NOTIFICAÇÃO, e na melhor forma de direito, fica a empresa **EQUIPSUL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS A SAUDE LTDA**, acima qualificada, **NOTIFICADA**nosseguintes termos:

Como é de vosso conhecimento esta empresa ora notificada,sagrou-se vencedora do **Pregão Eletrônico 016/2024**, com objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - HOSPITAL MUNICIPAL MARCOLINO BESSA**, que originou a Ata de Registro de Preços nº. **131224007**,impõe-lhe o cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Conforme informações da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE COMPRAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA**, foi emitido e enviado aos 12 de fevereiro de 2025, via e-mail apresentado no certame, uma Autorização de Fornecimento de número 94/2025 para a aquisiçãode itens, e conforme a alínea 12.1.1 do item 12 do anexo I, termo de referência, do edital do Pregão Eletrônico 024/2024 os itens deveriam ser entregues no município, e **aos 09 de maio de 2025 foi identificado o fornecimento parcial desses itens.**

Enfatizamos que os itens devem ser fornecidos urgentemente, tendo em vista que os itens das autorizações são importantes para a efetivação das políticas públicas do rol da saúde do Município de Itaú, RN.

Ante ao exposto, fica Vossa Senhoria notificada para no prazo de 02 (dois) dias úteis, a entrega dos itens em perfeitas condições de uso no município, sob pena de abertura de processo administrativo e aplicação das demais sanções pertinentes, até o efetivo cumprimento da obrigação.

Finalmente se mantida a inexecução total ou parcial do contrato ou similar, poderá ainda ser aplicada as penalidades da Lei n.º 14.133/21, ou seja, poderá tornar-se inidônea.

ITAÚ - RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Gabriela Kainara Ferreira Fernandes Souza
Código Identificador:A85BB669

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 165/2025 – GABINETE DO PREFEITO EM, 09 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022, e com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 439,00 (Quatrocentos e trinta e nove reais) e valor total de R$ 219,50 (Duzentos e dezenove e cinqüenta centavos) ao Sr. **JOSÉ ROBERTO DA COSTA SANTOS**, matrícula nº 4219, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, para custear suas despesas de locomoção e alimentação durante viagem a Natal/RN, para participar da Capacitação de agentes e gestores das coordenadorias municipais de proteção e defesa civil, que será realizada no dia 14 de maio de 2025.
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 09 de maio de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:52EFF43E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 166/2025 – GABINETE DO PREFEITO EM, 09 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 105, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratar de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos a servidora pública municipal, **LARISSA TAIS DE SOUZA SILVA**, Recepcionista, Matrícula n° 3204, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento protocolado, com início no dia 05 de maio de 2025 a 04 de maio de 2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 09 de maio de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:B3B56C38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025

O Pregoeiro do município de Jaçanã/RN, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO objetivando o REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE BOMBA D'ÁGUA E PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN. A sessão pública eletrônica será realizada no dia 27-05-2025, às 11:01h, (horário de Brasília-DF), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações do edital na sede da Prefeitura, situada à Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN, no horário de 07:00 às 13:00, E-mail: cpljacanarn@gmail.com e a Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e através do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP https://pncp.gov.br/app/editais.

Jaçanã/RN, em 08 de Maio de 2025.

MARCELO DA COSTA ALVES NOBREGA
Pregoeiro

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:9E317735

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2025

O Pregoeiro do município de Jaçanã/RN, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO objetivando o REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE BRINDES PERSONALIZADOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E PROGRAMAS DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN. A sessão pública eletrônica será realizada no dia 27-05-2025, às 09:01h, (horário de Brasília-DF), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações do edital na sede da Prefeitura, situada à Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN, no horário de 07:00 às 13:00, E-mail: cpljacanarn@gmail.com e a Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e através do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP https://pncp.gov.br/app/editais.

Jaçanã/RN, em 08 de Maio de 2025.

MARCELO DA COSTA ALVES NOBREGA
Pregoeiro

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:F7218174

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

O município de Jaçanã/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público aos interessados, a CHAMADA PÚBLICA Nº 002-2025, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER A DEMANDA DO PNAE DESTE MUNICÍPIO. Em atendimento a Lei nº 11.947/2009,Resolução/FNDE nº 06/2020e alterações posteriores. ABERTURA DOS ENVELOPES: As 09:00 horas do dia 03 de Junho de 2025, na sala da CPL na sede da Prefeitura Municipal. Retirada e Informações do edital na sede da Prefeitura, situada à Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN, no horário de 07:00 às 13:00, E-mail: cpljacanarn@gmail.com.

Jaçanã/RN, em 08 de Maio de 2025.

CLAUDINEIDE SABINO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:AEBAD282

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - ADESÃO À ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, HOMOLOGA a ADESÃO À ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025, proveniente da adesão a ARP 065/2024 do Pregão Eletrônico nº 004/2024, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz-RN, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EVENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, e ADJUDICA o objeto licitado em favor da empresa ANDERSON M A DE OLIVEIRA LTDA - ME CNPJ: 15.003.806/0001-00 no valor total de R$ 672.850,00 (Seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais). Vencedor do citado certame licitatório, em consequência, fica convocada para assinatura do instrumento de contrato sob as penalidades da lei. Demais informações 84-3295-2531.

Jaçanã – RN, em 07 de Maio de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:810E974B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2025 – GABINETE DO PREFEITO EM, 09 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022, e com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder uma (uma) diária, no valor unitário de R$ 159,00 (Cento e cinqüenta e nove reais) e valor total de R$ 159,00 (cento e cinqüenta e nove reais) a Sra. **PATRÍCIA JENNIFFER DANTAS DOS SANTOS MACÊDO**, matrícula nº 5460, ocupante do cargo de Assessor de Administração e Planejamento, para custear suas despesas de locomoção e alimentação durante viagem Natal/RN, para participar do Encontro Estadual dos AB, que será realizado no período de 15 a 16 de maio de 2025.
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 09 de maio de 2025.

UADY ANTÔNIO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:891652BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000011/2025 - PMJ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, por intermédio da sua Pregoeira, designada pela Portaria nº. 084/2025 – GP, de 10 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo "**MENOR PREÇO POR GRUPO",** destinado a **aquisição de *medicamentos e insumos hospitalares,*** conforme especificações contidas no Edital. A sessão pública será às **08:30h** (Horário de Brasília) do dia **23 DE MAIO DE 2025** e as propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico até às**08:00h** (Horário de Brasília) do dia **23 DE MAIO DE 2025,** no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações podem ser solicitadas através do e-mail: licitacao@jandaira.rn.gov.br.

Jandaíra/RN, 09 de maio de 2025.

MARINA NAYARA SILVA DOS SANTOS
Pregoeira do Município

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:D23CEC0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº277/2025-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º. **NOMEAR** o Senhor **ALEXANDER YURI ALVES LOPES** CPF/MF nº 074.320.004-76, para exercer o cargo público em comissão de Assessor Jurídico – Assessoria Jurídica Administrativa – Licitação e Contratos – Símbolo CC1 – Lei Municipal nº715/2025, que dispõe sobre a Organização do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 24 de abril de 2025, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de abril de 2025, com publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em, 24 de abril de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:314F2147

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÕS PORTARIA Nº326/2025-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º. **NOMEAR** o senhor **ANTONIO RYEDSON OLIVEIRA ALMEIDA,** CPF/MF nº 094.453.304-39 para exercer o cargo público em Comissão de Assessor de Comunicação – Símbolo CC2 – SEMGOV – Lei Municipal nº715/2025, que dispõe sobre a Organização do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 1º de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Munícipios do Estado do Rio Grande do Norte, revogadas as disposições em contrário.

Diretoria de Roteiro
Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís. Em, 1º de maio de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:A05C931C

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÕES PORTARIA Nº297/2025-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º. **NOMEAR** a senhora **REGIANA REGINA DE ARAÚJO,** CPF/MF nº 086.045.014-79, para exercer o cargo público em comissão de Diretora de Roteiro – Símbolo CC2 – SEMGOV – Lei Municipal nº715/2025, que dispõe sobre a Organização do Poder Executivo Municipal.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 24 de abril de 2025, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de abril de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.

Em, 24 de abril de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:44641340

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N.º 017/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2009/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE N.º 017/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2009/2025

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Janduís-RN.
Setor demandante:
Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico.

ASSUNTO: Contratação de Pessoa Física para Locação de imóvel comercial de amplo espaço, com palco, destinado ao funcionamento das atividades da atenção primária à saúde e atividade do grupo viver melhor (Aula de Fit-Dance/Funcional). Atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Prefeitura Municipal de Janduis/RN.

De acordo.
Diante da análise técnica do Setor de Licitações desta unidade gestora e do parecer favorável emitido pela assessoria jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para Contratação de Pessoa Física para Locação de imóvel comercial de amplo espaço, com palco, destinado ao funcionamento das atividades da atenção primária à saúde e atividade do grupo viver melhor (Aula de Fit-Dance/Funcional). Atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Prefeitura Municipal de Janduis/RN,junto à Pessoa Física: **Maria Antonia de Freitas Oliveira Fernandes**, Inscrita no CPF nº: **067.181.594-68**, com endereço residencial na Rua Moises Gurgel – Centro - Janduis/RN – CEP: 59.690-000 a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, no período de 12 (doze) meses, perfazendo a importância no valor mensal de R$ 700,00 (setecentos reais) e no valor de global de**R$ 8.400,00**(oito mil e quatrocentos reais).
Em respeito ao disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021,**RATIFICO** a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, V, da supracitada lei e, em consequência, determino a Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico, que proceda com a emissão da NOTA DE EMPENHO, termo de contrato em favor da supracitada pessoa jurídica nos termos da proposta constante nestes autos, e que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho, por extrato, nos locais de costume.

Janduís-RN, 25 de abril de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:CEF3A406

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2009/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2009/2025.

SETOR DEMANDANTE:
Secretaria Municipal Saúde e Saneamento Básico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO a necessidade desta edilidade para Contratação de Pessoa Física para Locação de imóvel comercial de amplo espaço, com palco, destinado ao funcionamento das atividades da atenção primária à saúde e atividade do grupo viver melhor (Aula de Fit-Dance/Funcional). Atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Prefeitura Municipal de Janduis/RN.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

Homologar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa física: **Maria Antonia de Freitas Oliveira Fernandes**, portadora do CPF nº: **067.181.594-68**, com endereço residencial na Rua Moises Gurgel – Centro - Janduis/RN – CEP: 59.690-000, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, no período de 12 (doze) meses, perfazendo a importância no valor mensal de R$ 700,00 (setecentos reais) e no valor de global de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da INEXIGIBLIDADE de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 25 de abril de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:8F070FFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N.º 016/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1712/2025 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN. SETOR DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE N.º 016/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1712/2025

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Janduís-RN.
Setor demandante:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

ASSUNTO: Contratação direta por inexigibilidade de pessoa jurídica visando aquisição de livros do projeto rever, Biblioteca Infantil e Acervo Literário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas das Escolas da Rede Municipal de Ensino, assim suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN.
1. De acordo.
Diante da análise técnica do Setor de Licitações desta unidade gestora e do parecer favorável emitido pela assessoria jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para Contratação direta por inexigibilidade de pessoa jurídica visando aquisição de livros do projeto rever, Biblioteca Infantil e Acervo Literário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas das Escolas da Rede Municipal de Ensino, assim suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN,junto à Pessoa Jurídica:**CENTRO DE FORMACAO E CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM EDUCACAO LTDA**, Inscrita no CNPJ nº: 07.681.440/0001-09, representada pelo Sr. **TIAGO DE OLIVEIRA FELIX** com endereço comercial na Rua Joao Da Mata – Centro - Campina Grande/PB – CEP: 58.400-245 a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, perfazendo a importância global de**R$ 100.223,60**(cem mil reais, duzentos e vinte três reais e sessenta centavos).
2. Em respeito ao disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021,**RATIFICO**a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 74, inciso II, da supracitada lei e, em consequência, determino a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que proceda com a emissão da NOTA DE EMPENHO, termo de contrato em favor da supracitada pessoa jurídica nos termos da proposta constante nestes autos, e que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho, por extrato, nos locais de costume.

Janduís-RN, 10 de abril de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:5E6630AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1712/2025. SETOR DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1712/2025.

SETOR DEMANDANTE:
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas, e, com fulcro na Lei Federal 14.133/21.

CONSIDERANDO a necessidade desta edilidade para Contratação direta por inexigibilidade de pessoa jurídica visando aquisição de livros do projeto rever, Biblioteca Infantil e Acervo Literário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas das Escolas da Rede Municipal de Ensino, assim suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Prefeitura Municipal de Janduís/RN.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

Homologar a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da pessoa jurídica: **CENTRO DE FORMACAO E CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM EDUCACAO LTDA**, portador do CPF nº: **07.681.440/0001-09**, com endereço comercial na Rua Joao Da Mata – Centro - Campina Grande/PB – CEP: 58.400-245, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, perfazendo a importância global deR$ **100.223,60 (cem mil reais, duzentos e vinte três reais e sessenta centavos)**.

Determino ao setor competente a publicação da presente da ratificação da INEXIGIBLIDADE de licitação e emissão do Contrato Administrativo e extrato de contrato com sua devida publicidade.

Janduís/RN, 10 de abril de 2025.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Maicon Batista da Silva
Código Identificador:38DAC294

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 55/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1434/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024

EXTRATO DO CONTRATO 55/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1434/2024.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento eventual e parcelado de botijões de água mineral de 20 litros e botijões de 13 kg com carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), com troca de vasilhame, para atender às necessidades das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Janduís-RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ 41.500,00, (quarenta e um mil e quinhentos reais).

Dotação orçamentária: **3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO**.

Janduís, 09 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO
Prefeito Municipal
Contratante

EMA Empreendimentos e Servicos LTDA
CNPJ: 47.014.400/0001-10
DEBORA KATIANI BRITO DE ARAÚJO
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:C5C57BF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2025 – PMJA/RN

Processo administrativo nº 176/2025
Licitação nº 055/2025
A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 007/2025, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÕES PREPARADAS**, na hora previamente marcada para a realização da sessão pública, deu-se início aos procedimentos previstos no ato convocatório, diretamente na plataforma do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br). Considerando o atendimento de todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025, e a inexistência de intenções de recursos administrativos, o Pregoeiro e sua Equipe declararam certame FRACASSADO por não haver licitante habilitado.

Jardim de Angicos/RN, 09 de maio de 2025.

AÉCIO DORNELLES FERNANDES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:C57E7673

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 007/2025 – PMJA/RN

Processo administrativo nº 176/2025
Licitação nº 055/2025

O Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFEIÇÕES PREPARADAS**. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h59min do dia 27/05/2025. Data e horário do início da disputa: **08h00min do dia 27 de maio de 2025**, através do Portal de Compras Públicas **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 099/2023. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PMJA, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3535-0005. **A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br**, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP **https://pncp.gov.br/app/editais e através do site institucional www.jardimdeangicos.rn.gov.br/.**

Jardim de Angicos/RN, 09 de maio de 2025.

AÉCIO DORNELLES FERNANDES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:1A30DACF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº. 009/2025 – PMJA/RN

Processo administrativo nº 110/2024
Licitação nº 067/2025

O Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS E POSSIBILITAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE ANGICOS/RN, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.** Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h59min do dia 23/05/2025. Data e horário do início da disputa: **08h00min do dia 23 de maio de 2025**, através do Portal de Compras Públicas **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 099/2023. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PMJA, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3535-0005. **A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br**, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP **https://pncp.gov.br/app/editais e através do site institucional www.jardimdeangicos.rn.gov.br/.**

Jardim de Angicos/RN, 09 de maio de 2025.

AÉCIO DORNELLES FERNANDES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:8643F7C5

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2025

Processo Administrativo nº 148/2025

Nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/202, o Prefeito Municipal de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, levando em consideração a abertura e julgamento da presente **Dispensa Eletrônica nº 002/2025**, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOÃO BONIFÁCIO DA SILVA E FRANCISCO BARBOSA DA CÂMARA, DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE ANGICOS/RN**, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto da Dispensa de Licitação supracitada em favor da empresa: **LICITASP DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.277.417/0001-22**, estabelecida a Rua Vicente Soares da Costa, nº 132, Jardim Primavera, São Paulo/SP – CEP: 02.755-000, no item 01 com valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais) e no item 02 com valor unitário de R$ 195,57 (cento e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos), perfazendo o valor total global de R$ 8.346,84 (oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Jardim de Angicos/RN, 09 de maio de 2025.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:D8929E05

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 294/2025 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 294/2025 - PMJP-GP

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria compulsória por idade de servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar na Lei Orgânica Municipal.
Considerando a Lei Complementar nº 001/1997 em seu artigo 195;
Considerando o disposto no artigo 40, § 1°, inciso II, da Constituição Federal de 1988;
Considerando que a servidora foi oficiada e informada previamente sobre sua aposentadoria compulsória;
RESOLVE:
Art. 1º. **CONCEDER** aposentadoria compulsória a servidora **JACIRA ALVES LOPES**, inscrita no CPF sob nº 078.150.934-34, ocupante do cargo efetivo de Cozinheira do Quadro Único de Pessoal do Município de Jardim de Piranhas/RN, pelo motivo de ter alcançado a idade limite de 75 anos no dia 01 de maio de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 02 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.
Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 09 de maio de 2025.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:3F4E8183

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2025 – PROCESSO DE DESPESA Nº 311.117/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA:** GERIVAN GONÇALVES DE AZEVEDO 96689862453, inscrita no CNPJ/MF nº 41.713.241/0001-65; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERTO, MANUTENÇÃO E MANUSEIO DA REPETIDORA DE TV DE CANAIS ABERTOS; **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025; **VIGÊNCIA:** Início em 07 de maio de 2025 e termo final em 07 de maio de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Dispensa Eletrônica; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais); **SUBSCRITORES:** José Renato de Araújo Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o nº 512.***.***-68 – pelo Contratante e Gerivan Gonçalves de Azevedo, inscrito no CPF/MF sob o nº 966.***.***-53, – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 08 de maio de 2025.

JOSÉ RENATO DE ARAÚJO AZEVEDO
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:F613E46A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN N° 414.001/2025

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Contratação Direta, informa que estará realizando Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, Sistema de Registro de Preços, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1.893, de 28 de fevereiro de 2023, Decreto Municipal nº 2.020, de 21 de março de 2024 e demais legislações aplicáveis, tendo como objeto: **"Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação, sob demanda, de peças em mármore e granito, a fim de suprir as necessidades das Secretarias municipais de Jardim do Seridó/RN".** O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublica.com.br. As propostas, assim como os documentos de habilitação deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados. **INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 12 de maio de 2025, às 08h00. **TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** 16 de maio de 2025, às 08h00. **DATA E HORA DA DISPUTA POR LANCES:** 16 de maio de 2025, das 08h01 às 10h01. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de Licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 48h antes do início da sessão pública para lances.

Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Contratação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:38B4BF42

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa CESTA DE PREÇOS – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E CAPACITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.776.175/0001-89, com o valor total de R$ R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais), referente à contratação da licença de uso anual do software sistema " Cesta de Preços" para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:8EC6D858

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃOE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025.

Nos Termos da Lei Federal de nº 14.133/2021
ADJUDICO os vencedores do Pregão Eletrônico nº 017/2025, realizado em 10/04/2025, a saber:
KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438- CNPJ: 38.446.921/0001-55, saiu vencedora nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24; totalizando o valor de **R$ 200.924,00 (duzentos mil, novecentos e vinte e quatro reais)**.
Objeto: **Registro de preços para futura e eventual Aquisição de toners e refis de tinta para atender as demandas das secretarias municipais de Jardim do Seridó/RN.**
02- HOMOLOGOpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissãode Licitação - CL, referente a Licitação- Pregão Eletrônico de nº 017/2025 com início 26 de março de 2025, realizada em 10 de abril de 2025 (quinta-feira), nos termos do artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa relacionada anteriormente.

DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para as contratações das referidas empresas.

Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

ALANI PEREIRA DIAS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:C21B9140

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 001/2025 – ORIUNDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 005/2024 - PROCESSO ADMIN. MJS/RN N° – 222.053/2024

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **TECHPROL SERVICOS, COMERCIO E LOCACOES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF Nº 20.399.316/0001-05; **OBJETO:** O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato administrativo de n° 044/2024, Proc. Admin n° 222.053/2024, que se refere a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E

CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL E DA SALA DE FISIOTERAPIA, BEM COMO AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS." **DATA DA ASSINATURA:** 09 de maio de 2025; **VIGÊNCIA**: 09 de maio de 2025 e termo final em 09 de maio de 2026; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **SUBSCRITORES:** José Anchieta Rodrigues de Moura Júnior, inscrito sob o CPF/MF sob o nº 051.***.***-82, pelo Contratante e Luan dos Santos Laurindo, inscrita no CPF/MF sob o n° 039.***.***-02, pela contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 09 de maio de 2025.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:4651FD18

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA EMERGENCIAL Nº 019/2025

Processo Administrativo Nº 509.020/2025
Em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de locação de ambulâncias, em caráter emergencial, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Dr Ruy Mariz de Jardim do Seridó/RN.
VALOR TOTAL:R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).
BASE LEGAL: Art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

ADJUDICAÇÃO:

ADJUDICO o vencedor da Dispensa Emergencial nº 019/2025, realizada em 09 de maio de 2025, a saber: **SANTOS & FERNANDES LTDA-** CNPJ: 02.909.308/0001-80, saiu vencedora no processo, totalizando o valor de **R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).**

HOMOLOGAÇÃO:

HOMOLOGOpelo presente Termo, a Dispensa de Licitação em caráter emergencial, com base legal no art. 72, VIII da Lei 14.133/2021; ficando convocada a empresa acima citada, para formalizar a assinatura do respectivo contrato, sob pena de decadência do seu direito.

Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Milena Pereira de Medeiros
Código Identificador:979FC8A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 309, DE 09 DE MAIO DE 2025.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 77, IV, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, regulamentado pelo Decreto 1.010, de 04 de outubro de 2011,

CONSIDERANDO ainda o teor do Processo Administrativo nº 117/2025, da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder o Servidor **PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO,** matrícula nº 0336, ocupante do cargo de Guarda Municipal, lotado na Secretaria Municipal do Gabinete –Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – período de 05 de maio de 2025 a 05 de agosto de 2025.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua subscrição, sendo seus efeitos válidos retroativos ao dia 05 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:1B93054A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 310, DE 09 DE MAIO DE 2025.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

CONSIDERANDO o Ofício nº 301/2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Jardim do Seridó/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **CAMILLA VALESSA DANTAS DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 095.857.134-11, para exercer a função de Fiscal de Contrato, e o servidor **JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR,** inscrito no CPF/MF sob o nº 051.219.664-82, para exercer a função de Gestor de Contrato, no acompanhamento referente ao Processo de Despesa nº 1.009.033/2025, Pregão Eletrônico nº 014/2025 - Licitação nº 030/2025, que tem como objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ponto eletrônico biométrico, bem como aquisição de peças, produtos e acessórios para as secretarias municipais de Jardim do Seridó/RN".

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:CB2058A6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nº 023/2024

O Município de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, por meio do seu Prefeito Constitucional, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** o candidato abaixo, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024 conforme ordem de classificação, a comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, nesta Cidade, no período de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de publicação deste Edital, no horário de 07h às 13h, para apresentação dos documentos necessários para contratação, conforme excepcional interesse público, com fundamentos nas Leis Municipais de n.º 743/2005 e 1.105/2018, na Resolução n.º 008/2012 – TCE/RN e no disposto do Edital do Processo Simplificado 001/2024.
A convocação baseia-se no seguinte fato:
Considerando, o Despacho do gabinete da prefeita n.º 101/2025, onde encaminha o Ofício n.º 131/2025/SEME/PMJS solicitando um professor para substituir a licença maternidade da servidora efetiva Raiza Paula Silva de Lima, conforme Portaria nº 304, de 06 de maio de 2025.

CONVOCA:
I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROFESSOR

INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
837756-3	22ª	HELISSON SOUZA DOS SANTOS	63

Jardim do Seridó-RN, 09 de maio de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO, TODOS OS ITENS PREVISTOS NO ITEM N.º 5 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2023
5.1.O candidato aprovado e classificado neste Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital, será contratado por tempo determinado no cargo, se atendidas às seguintes exigências:
a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos;
b) Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade constantes no Edital nº 001/2023;
c) Certidão de nascimento ou casamento (conforme o respectivo estado civil);
d) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;
e) Comprovante de residência com bairro e CEP;
f) Título de eleitor, bem como certidão de quitação eleitoral com a Justiça Eleitoral;
g) Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
h) Cédula de identidade, comprovando ter no mínimo 18 (dezoito) anos de idade completos na data da contratação e no máximo 75 (setenta e cinco) anos de idade;
i) Carteira de trabalho – CTPS;
j) Cadastro de pessoa física – CPF;
k) Documento de inscrição de PIS/PASEP/NIT;
l) Uma foto 3x4 recente;
m) Declaração de Bens;
n) Declaração de que não exerce cargo ou função pública não acumulável na administração pública federal, estadual ou municipal, conforme vedação constante das normas do artigo 37, incisos XVI e XVII, e § 10 da Constituição Federal;
o) Atestado médico admissional, emitido pelo médico do trabalho, indicando a aptidão do candidato para o exercício das atribuições próprias do cargo;
p) Certidão Negativa criminal federal, estadual e eleitoral da Comarca onde for ou esteve domiciliado candidato nos últimos 05 (cinco) anos;
q) Carteira com registro profissional para os cargos de nível superior.
r) haver sido aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado;
s) Apresentação de Laudos médicos para as Pessoas com Deficiência (PcD);
t) Os candidatos convocados deverão apresentar os exames pré-admissionais: Hemograma completo, EAS, EPF, glicemia de jejum, sendo válidos os realizados nos últimos 60 (sessenta) dias
OBSERVAÇÕES:
Os exames acima mencionados ficarão são responsabilidade total do candidato.
A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no Edital do Processo Seletivo 001/2024, bem como neste, impedirá a contratação do candidato.

Jardim do Seridó-RN, 09 de maio de 2025.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:D4BED367

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2025

Informações do Requisitante

Secretaria ou Órgão Requisitante: Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN

Telefone: (84) 9 8162-2253 (Oficial e WhatsApp) E-mail: jardimprev@outlook.com

1. Descrição da necessidade:
1.1. Material de consumo é aquele que, em decorrência de sua utilização, é consumido em curto prazo ou apresenta desgaste considerável, tornando-se inútil num determinado período. Ele é fundamental para o funcionamento eficiente da administração pública municipal. Sua disponibilidade assegura a continuidade dos serviços prestados à população, além de otimizar os recursos públicos e promover práticas sustentáveis. A gestão eficaz desses materiais é, portanto, indispensável para garantir que o Instituto funcione de forma organizada e eficiente. Por outro lado, a escassez ou má gestão desses recursos pode gerar uma série de problemas, desde a interrupção de serviços até o aumento dos custos operacionais, além de impactar negativamente a moral dos servidores e a satisfação da população. Portanto, a administração pública deve sempre atentar-se à correta gestão dos materiais de consumo, planejando suas aquisições de forma antecipada e criteriosa, para garantir que as necessidades cotidianas sejam plenamente atendidas.

2. Justificativa da demanda:

2.1. A presente contratação dar-se-á pela necessidade de aquisição de material de expediente e correlatos, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó/RN.
2.2. A aquisição de materiais de expediente é imprescindível a esta Autarquia Municipal, para suprir as necessidades de fornecimento interno do almoxarifado, bem como para conceder atendimento satisfatório às constantes demandas dos setores do JardimPrev (Presidência, Financeiro, Controladoria, Setor de Contratação e os Conselhos – Deliberativo, Fiscal e Investimentos).
2.3. Dessa forma, a não formalização deste processo inviabilizaria a continuidade das atividades desenvolvidas por este órgão.

3. Quantidade a ser contratada:
(x) Especificar Quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Agenda do ano corrente, medindo aproximadamente 19x23 cm, com um dia por página.	Unidade	05
2	Caixa de arquivo morto, material papelão, dimensões 230x320x135mm, cores variadas para arquivamento de documentos.	Unidade	50
3	Caneta marca texto, material plástico, tipo ponta macia chanfrada (aproximadamente 4mm) para destacar com traço grosso (4mm) ou sublinhar com traço fino (2mm), não recarregável, cores variadas, boa resistência à luz. Composição: resina termoplástica.	Unidade	30
4	Cola branca, lavável, atóxica. Composição: acetato de polivinila. Unidade com 90g.	Unidade	05
5	Papel a4, 210x297mm, 75g/m2, 20lb. Caixa com 10 unidades de 500 folhas.	Caixa	05
6	Pasta classificadora, em cartolina, com grampo trilho, cor amarela, medindo 250x345mm, 480g.	Unidade	20
7	Grampos plásticos para pastas, tipo espelho, 80mm, pacote contendo 50 jogos.	Pacote	02
8	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, cristal, pacote com 50 peças.	Pacote	01
9	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, preto, pacote com 50 peças.	Pacote	01
10	Perfurador papel, material metal, tipo grande (11,5cm de base maior), tratamento superficial pintado, híbrida, com pinos inoxidáveis e base plástica, com indicação para centragem do papel, capacidade perfuração de até 12 folhas de gramatura 75g/m2.	Unidade	02

4.**Previsão da data em que o objeto deverá ser entregue/executado:**
4.1. Prazo de Entrega/Início da Execução: 10 (dez) dias.
(x) Úteis ( ) Corridos

4.2. Há data específica para a Entrega ou Execução: (x) Sim* ( ) Não

*Justificar: 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Compra e Empenho, por tratar-se de bens que são de fácil acesso no mercado.

4.3. Há Contrato ou Ata de Registro de Preço vigente: ( ) Sim* (x) Não

*Data do Término da Vigência:

5.Da facultatividade da Elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.
5.1. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP será facultada nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor, nos termos do art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, conforme disposto no art. 5°, inciso I, do Decreto Municipal n° 1.892, de 28 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 01/03/2023 – Edição 2981 – Código Identificador: BB5A3FF5.

6. Indicação do responsável pela fiscalização:

Nome / cargo e função	Secretaria/Setor
Anderson da Silva Chianca	JardimPrev/Direção

Jardim do Seridó/RN, 08 de maio de 2025.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:BD41D58D

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
TERMO DE REFERÊNCIA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2025

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a **Aquisição de Material de Expediente para o Instituto de Previdência Própria do Município de Jardim do Seridó – JardimPrev**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Agenda do ano corrente, medindo aproximadamente 19x23 cm, com um dia por página.	Unidade	05
2	Caixa de arquivo morto, material papelão, dimensões 230x320x135mm, cores variadas para arquivamento de documentos.	Unidade	50
3	Caneta marca texto, material plástico, tipo ponta macia chanfrada (aproximadamente 4mm) para destacar com traço grosso (4mm) ou sublinhar com traço fino (2mm), não recarregável, cores variadas, boa resistência à luz. Composição: resina termoplástica.	Unidade	30
4	Cola branca, lavável, atóxica. Composição: acetato de polivinila. Unidade com 90g.	Unidade	05
5	Papel a4, 210x297mm, 75g/m2, 20lb. Caixa com 10 unidades de 500 folhas.	Caixa	05
6	Pasta classificadora, em cartolina, com grampo trilho, cor amarela, medindo 250x345mm, 480g.	Unidade	20
7	Grampos plásticos para pastas, tipo espelho, 80mm, pacote contendo 50 jogos.	Pacote	02
8	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, cristal, pacote com 50 peças.	Pacote	01
9	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, preto, pacote com 50 peças.	Pacote	01
10	Perfurador papel, material metal, tipo grande (11,5cm de base maior), tratamento superficial pintado, híbrida, com pinos inoxidáveis e base plástica, com indicação para centragem do papel, capacidade perfuração de até 12 folhas de gramatura 75g/m2.	Unidade	02

1.2. Os itens objeto desta aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3. Os mesmos itens são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

1.5. O instrumento contratual a ser celebrado, neste caso, ordem de compras e nota de empenho de despesa, conforme disposto no art. 95, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O pedido será realizado em uma única solicitação.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação dar-se-á pela necessidade de aquisição de material de expediente e correlatos, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó/RN.

2.2. A aquisição de materiais de expediente é imprescindível a esta Autarquia Municipal, para suprir as necessidades de fornecimento interno do almoxarifado, bem como para conceder atendimento satisfatório às constantes demandas dos setores do JardimPrev (Presidência, Financeiro, Controladoria, Setor de Contratação e os Conselhos – Deliberativo, Fiscal e Investimentos).

2.3. Dessa forma, a não formalização deste processo inviabilizaria a continuidade das atividades desenvolvidas por este órgão.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. São requisitos de contratação:

3.1.1. Os itens devem estar de acordo com as especificações exigidas, em quantidade e qualidade, atendendo a necessidade do órgão.

3.1.2. O material deverá ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste TR e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a licitante vencedora por danos causados oriundos do fornecimento deles.

3.1.3. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

3.1.4. A contratada deve ser responsável pelo transporte do produto de seu estabelecimento até o local determinado pela contratante, bem como pelo seu descarregamento.

3.1.5. Garantir a boa qualidade do produto, respondendo por qualquer falha, procedendo à substituição sempre que necessária.

3.1.6. Entregar os produtos mediante requisição expedida por este órgão licitante através de seu responsável, correndo por conta exclusiva da licitante todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros decorrentes direta e indiretamente da execução do objeto licitado.

3.1.7. Os itens deverão estar em conformidade com o artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, no que diz respeito aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados a finalidade que se destinam.

3.1.8. Em hipótese alguma serão aceitos itens em desacordo com exigido nas normas legais pertinentes à matéria, bem como às condições aqui pactuadas.

Subcontratação

3.3. NÃO é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.4. NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de Entrega

4.1. O prazo de entrega dos produtos é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva Nota de Empenho, sob pena de sofrer as sanções aqui previstas.

4.2. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Dr. Fernandes, nº 919, Alto do Abrigo, Jardim do Seridó-RN, CEP: 59343-000, de segunda à sexta-feira, das 7h às 13h.

4.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente por ocasião de sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.

4.9. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.10. O frete deverá estar incluído no valor unitário total do item. Quaisquer necessidades de transporte até entrega final serão de responsabilidade da Contratada, correndo todas as despesas decorrentes por sua inteira responsabilidade.

4.11. A entrega do produto só será considerada finalizada quando for constatado que o material constante na caixa é o mesmo da apresentação do produto no processo de compra, na presença de responsável qualificado da empresa vencedora e da Contratante, quando deverá ser efetuado checklist das características técnicas contidas no Edital.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
Fiscalização Técnica

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.14. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos ou justificativas pela sua ausência, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

6.2.1. Em caso de impossibilidade de apresentação dos documentos mencionados, no item 6.1 por parte do Contratado, esse deverá apresentar justificativa pela sua não apresentação, para que o pagamento possa ser feito, ficando ciente da possibilidade de abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas em contrato ou outro instrumento equivalente, como também as previstas no ordenamento jurídico.

6.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

6.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Instituto Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

6.5. De acordo com o Art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 2145/2023, os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.7. O Instituto de Previdência Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

6.7.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

6.7.2. A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e Decreto Municipal n° 1.893/2023, que dispõe sobre a dispensa de licitação de que trata o art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica no âmbito da Administração Pública Municipal.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.4. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

7.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.6. Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.9. Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

7.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

7.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.15. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

7.16. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

7.17. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.18. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.19. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Qualificação Econômico-Financeira

7.22. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

Qualificação Técnica

7.23. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da Dispensa de Licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.24. O fornecedor/prestador que apresentar proposta mais vantajosa, conforme critério escolhido pela administração, seja na forma eletrônica, seja na forma não eletrônica, deverá apresentar as seguintes declarações, conforme Art. 8º do Decreto Municipal n.º 1.893, de 28 de fevereiro de 2023:

I. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública.

II. Declaração de pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais de contratação, constantes no procedimento.

III. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. O custo estimado total da contratação será definido após a realização da Pesquisa Mercadológica, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal n° 1.895/2023, que trata sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Municipal, por meio de publicação de solicitação no Diário Oficial do Município.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com os termos deste documento.

9.2. Reservar local apropriado para o recebimento do material objeto da contratação.

9.3. Ter pessoal disponível para o recebimento do produto contratado no horário e local previsto para entrega.

9.4. Receber o produto de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Contratado.

9.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

9.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.7. Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Efetuar a entrega do material cotado nos prazos acordados neste documento, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

10.2. Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no presente documento.

10.3. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 01 (um) dia útil que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

10.4. Entregar o objeto deste termo de referência no endereço constante no item 4.2 deste documento.

10.5. Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido.

10.9. Sujeitar-se à fiscalização da Contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados.

10.10. Cumprir as demais disposições contidas neste termo de referência.

10.11. Manter comunicação formal com a instituição por meio de endereço eletrônico, o qual deve ser verificado diariamente e acusado o recebimento. Não o fazendo, no decurso de 05 (cinco) dias corridos, o seu silêncio será reputado como comunicação/notificação recebida.

11. DO REAJUSTE:

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas para atender ao objeto deste Processo de Contratação devem ser apropriadas da existência de saldo na dotação orçamentária própria conforme levantamento do Setor Contábil do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó.

13.2. A contratação será atendida pelas seguintes unidades orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

29.001.04.122.0036.2923 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO JARDIMPREV

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE:

18020000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração

Jardim do Seridó/RN, 08 de maio de 2025.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

DESPACHO

Fica ***aprovado*** o Termo de Referência do Processo n° 508.001/2025, que tem como objeto a ***"Aquisição de Material de Expediente para o Instituto de Previdência Própria do Município de Jardim do Seridó – JardimPrev"***, conforme elaborado pelo Assistente Previdenciário, Anderson da Silva Chianca, em 08 de maio de 2025.

Assim sendo, encaminhe-se os autos processuais ao setor competente, para que sejam tomadas as medidas de praxe.

Jardim do Seridó/RN, 08 de maio de 2025.

ANDREZA SILVA DOS SANTOS
Diretora Presidente do JARDIMPREV
Mat.: 1038

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:F53E91F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 010/2025

Dispõe sobre a realização de expediente interno no âmbito da Prefeitura Municipal de João Dias/RN no dia 09 de maio de 2025.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que o expediente do dia 09 de maio de 2025 (sexta-feira), no âmbito da Prefeitura Municipal de João Dias/RN, será exclusivamente interno, destinado à realização do balanço geral administrativo e contábil do Município.

Art. 2º Durante o expediente interno, não haverá atendimento ao público, ficando os servidores municipais responsáveis pelas atividades internas de organização e fechamento de balanços e relatórios pertinentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de João Dias/RN, em 09 de maio de 2025.

MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Elida de Oliveira
Código Identificador:41E00748

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 108 DE 09 DE MAIO DE 2025

PORTARIA N° 108 DE 09 DE MAIO DE 2025

A PRESENTE PORTARIA NOMEIA A SRA. VANUZA MARIA CAMPOS DE LIMA NO CARGO DE DIRETORA DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA - CEO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a Sra. **Vanuza Maria Campos de Lima** no cargo de **Diretora do Centro Especializado de Odontologia - CEO** na Prefeitura Municipal de José da Penha – RN.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de maio de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8A4FBBDE

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 327/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 327/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 29 de Abril de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transporta a senhora Maria Alves Da Silva Martins para realizar regularização de dados na Receita Federal, no dia 29 de Abril de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:3EA1F52E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 328/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 328/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de Maio de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 05 de Maio de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9EB2D608

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 329/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 329/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 06 de Maio de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 06 de Maio de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:BAD389B0

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 330/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 330/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 07 de Maio de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARIO GOMES FEITOZA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 07 de Maio de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2885E150

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 331/2025 - DIÁRIA

Portaria nº 331/2025 – Gabinete do Prefeito Em, 08 de Maio de 2025.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). LEONARDO GOMES DE OLIVEIRA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento medico, no dia 08 de Maio de 2025.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:72CEA0B8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº016/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 292/2025
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, HOMOLOGA a inexigibilidade de licitação nº 016/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Administração, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob o n.º 27.073.834/0001-83

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO SOBRE O E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	04	Serviço	R$ 1.125,00	R$ 4.500,00
TOTAL: R$ 4.500,00					

Curso prático atualização de e-social para órgãos públicos.

CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob o n.º 27.073.834/0001-83 - pelo valor de R$ 4.500,00 em 09/05/2025

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:011FAAC1

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
FUNCIONÁRIO (A): MARIA DE FÁTIMA ROCHA VIEIRA

CPF/CNPJ: 553.533.984-91
MATRÍCULA: 137427-3
CARGO: PROFESSORA
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 14/05/2025
PERÍODO DE CONCESSÃO: 14/05/2025 a 11/08/2025

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:28699DBD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU - PREVI
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 002/2025
DISPENSA N° 002/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 28030001/2025

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU - IPREVJUC; CONTRATADA; HIRTÁCIDES ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ: 06.215.973/0001-24; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA, ESPECIALMENTE COM ÊNFASE NA OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL NO PROGESTÃO RPPS. VIGÊNCIA: A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, admitindo-se a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por serem serviços de execução contínua diante da necessidade diuturna dos serviços de assessoria. VALOR GLOBAL: R$ 23.040,00 (vinte e três mil, e quarenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a. Gestão/Unidade: 14.14– Instituto Previdência Social – PREVI. b. Fonte de Recursos: 18020000 – Recursos vinculados ao RPPS – taxa de administração. c. Programa de Trabalho: 02 – Gestão Administrativa Superior; d. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; f) Plano Interno: 2060 – GESTÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES; SUBSCRITORES: Maria da Paz de Araújo – Pelo Contratante e Jalígson Hirtácides Santos de Assis – Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA DA PAZ DE ARAÚJO
Presidente PREVI

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C537B268

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.156, DE 9 DE MAIO DE 2025.

LEI MUNICIPAL Nº 1.156, DE 9 DE MAIO DE 2025.

Altera a Lei n° 777/2013, que dispõe sobre a Verba Indenizatória no Âmbito da Câmara Municipal de Jucurutu/RN e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU - RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal por proposta da MESA DIRETORA usando das prerrogativas que lhe são asseguradas por seu Regimento Interno e, ainda, tendo em vista o que acentua a emenda Constitucional n° 47, que dá nova redação ao artigo 37, § 11 da Constituição Federal APROVOU e EU SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado os novos valores das Verbas Indenizatórias nos termos da Emenda Constitucional n° 47 e redação do artigo 37, § 1 da Constituição Federal, no âmbito da Câmara Municipal de Jucurutu/RN, pelo desempenho das atividades Parlamentares.
Art. 2° - A aplicação da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar deverá observar o que estabelece a presente regulamentação, e é ato de inteira responsabilidade do Vereador que a solicita e recebe.
Art. 3° - Cada despesa efetivada, observada sua natureza, não poderá exceder, mensalmente, o limite correspondente a 70% (setenta por cento) do valor da Verba Indenizatória, não será objeto de ressarcimento qualquer despesa descrita nesta Lei, da mesma espécie daquela que venha a ser percebida a título remuneratório pelo parlamentar. O novo valor da Verba Indenizatória destinada aos Vereadores, dar-se o valor mensal de R$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais), de despesas pagas exclusivamente no exercício da atividade parlamentar relativas a:
I- Locação de bens móveis, máquinas e equipamentos de informática, equipamentos de áudio, vídeo e som.
II- Aquisição de material de informática.
III- Locação de veículo de passeio ou de transporte coletivo para locomoção e transporte a serviço da atividade parlamentar.
A locação de veículo automotor não contemplará o serviço de motorista e só poderá ser prestada por pessoa jurídica especializada;
O ressarcimento pela locação de veículos automotores, observado o teto mensal, ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor de mercado do respectivo veículo, utilizando-se como referência a tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe, ou outra que a suceder, relativa ao mês de utilização do veículo, ficando o gabinete parlamentar incumbido de apresentar a referida tabela;
O veículo automotor locado deverá pertencer à pessoa jurídica prestadora do serviço, fato que se comprovará mediante apresentação de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo CRLV, sem prejuízo da exigência de documentação complementar por parte do órgão técnico competente;

Não se admitirá, para fins de reembolso, a locação do mesmo veículo automotor por período superior a doze meses, intercalados ou não.
IV- Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos, para o ressarcimento da despesa com aquisição de combustível e lubrificante é imprescindível que no anverso de cada documento comprobatório da despesa, seja documento fiscal, recibo, cupom ou documento equivalente, conste o número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro do veículo utilizado, e ainda que os veículos sejam previamente registrados pelo Controle Interno da Câmara Municipal do Jucurutu.
V- Contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física prestadora de serviços de consultoria e assessoria jurídica, e consultoria e assessoria especializada para apoio ao exercício da atividade parlamentar. As despesas com contratação de pessoa jurídica prestadora de consultoria, assessoria jurídica, assessoria especializada e outros serviços para fins de apoio ao exercício de mandato parlamentar só poderão ser ressarcidas quando realizadas para auxiliar o exercício das atividades parlamentares.
Para realização da despesa deverá ser apresentada justificativa da real necessidade da contratação, bem como a definição precisa, suficiente e clara da natureza, objeto da contratação e valor do serviço, nos termos do ANEXO III desta Resolução;
Para comprovação da despesa deverá ser apresentado relatório de atividades, acompanhado da demonstração material da efetiva realização dos serviços contratados, além da respectiva nota fiscal onde reste detalhado o tipo e objetivo dos serviços contratados.
Não caberá o exercício de juízo de valor acerca do objeto da contratação e do conteúdo do produto entregue ao órgão de controle interno, que deverá atentar para a comprovação dos serviços mediante a apresentação do relatório e material.
VI- Aquisição de material de consumo ou contratação de serviços destinados à divulgação da atividade parlamentar, deverá atender a regra do art. 37, §1º, da Constituição Federal, observadas especialmente:
a) Á legislação referente a direitos autorais e ao uso de imagem, em caso de acréscimo de fotos, ilustrações, artigos e estudos de terceiros relacionados à sua atuação parlamentar
b) Não possam ser obtidos ou executados na própria Câmara Municipal de Jucurutu/RN.

c) Á legislação eleitoral, para que não haja nos textos mensagem que possa ser caracterizada como propaganda eleitoral; não caracterizem gastos com campanha eleitoral;
d) E a publicidade que contenha nomes, slogan, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
e) Em se tratando de serviço gráfico, seja apresentada cópia do material produzido.
VII- Apoio cultural e social a entidades sociais, mediante comprovação de sua condição de reconhecimento de utilidade pública.
VIII- Alimentação durante deslocamento a serviço da atividade parlamentar desde que não ressarcido por meio de diárias.
IX- É permitida a assinatura de jornais, revistas, publicações e periódicos de interesse da atividade parlamentar. A contratação de serviços de publicidade e divulgação da atividade parlamentar, incluindo a edição de jornais, livros, revistas, impressos gráficos, materiais audiovisuais, quando o conteúdo seja de caráter informativo, de orientação social ou educativa, admitindo-se tão-somente o uso de nomes restritos ao contexto da informação institucional, de imagens associadas ao exercício das funções típicas do Poder Legislativo e de símbolos oficiais.
X- São de responsabilidade do vereador os dados contidos nos impressos mencionados no caput deste artigo que possam causar ofensa moral, material ou à imagem de terceiros eventualmente mencionados, bem como as regras que vedam a promoção pessoal, não cabendo ao órgão de controle interno o exercício de juízo de valor acerca do material produzido e do conteúdo do produto entregue.
XI- - Não serão permitidos gastos de caráter eleitoral.
§ 1° Fica a Mesa Diretora autorizada, por ato próprio aprovado pelo Plenário, a atualizar os valores citados neste artigo nos exercícios seguintes.
§ 2º Independente do disposto no parágrafo anterior, o valor da verba indenizatória sofrerá reajustes anuais de 10%, gradativamente aplicado por cada ano da legislatura em curso, ficando ainda os referidos reajustes condicionados a regulamentação pelo Presidente da Mesa Diretora através de Decreto Legislativo aprovado em Plenário.
§ 3° Encerrada a legislatura, a que se iniciar terá o primeiro período legislativo o valor da verba indenizatória correspondente ao último valor fixado na legislatura anterior, sendo assegurado os reajustes anuais previsto no § 2° deste artigo.
§ 4° Os comprovantes das despesas previstas nos incisos III e V deste artigo deverão estar acompanhados dos respectivos contratos, juntados ao processo de verba indenizatória no primeiro mês de pagamento da despesa, observando os prazos da vigência. A solicitação de ressarcimento das despesas realizadas, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios, será efetuada por meio de requerimento padrão (ANEXO I), protocolado e endereçado ao Controle Interno, instruído com a necessária documentação fiscal, recibo e a indicação pormenorizada das despesas, no qual o vereador ou assessor devidamente autorizado (ANEXO II) atestará que as despesas foram realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar e, ainda, que o serviço foi prestado ou o material recebido, assumindo plena responsabilidade pela veracidade e autenticidade da documentação apresentada e pela liquidação da despesa.
§ 5º Os contratos de que tratam os incisos e alíneas destes artigos deverão conter no mínimo:
I- Nome e qualificação das partes;
II- Objeto do contrato, especificando quais os serviços a serem prestados;
III- Obrigações das partes;
IV- Valor do contrato;
V- Prazo de validade do contrato.

Art. 4°- O Parlamentar Titular do mandato perderá o direito à verba indenizatória quando o respectivo Suplente se encontra no exercício do mandato.
Parágrafo Único: No caso de exercício dos parlamentares titular e suplente, no mesmo mês, a verba será paga proporcionalmente aos dias de efetivo exercício pelo número de dias em questão.
Art. 5°- Compete à Comissão de Controle interno verificar, conferir, efetuar glosas e demais providências pertinentes ao regular processamento da documentação apresentada de acordo com a legislação vigente e com o disposto nesta Lei. De posse dos documentos comprobatórios das despesas, o controle interno determinará a respectiva autuação e protocolo do processo em caderno próprio para a juntada dos documentos, apondo na capa etiqueta contendo a identificação do vereador, número sequencial do processo, data do protocolamento e assunto, além de numerar e rubricar todas as folhas dos autos.
§ 1º- O controle interno, no prazo de 10 (dez) dias, contados do seu recebimento, após examiná-los sob os aspectos fiscais e contábeis, emitirá Instrução Técnica para liberação do ressarcimento, mediante ratificação expressa contendo o nome e matrícula do Controlador Interno, remetendo-os à Tesouraria da CMJ, para processamento da execução da despesa pública, mediante análise do Secretário Geral da CMJ e autorização expressa do Ordenador da Despesa.
§ 2º- Havendo necessidade de diligência, o prazo estabelecido no caput deste artigo fica suspenso até o seu efetivo cumprimento.
§ 3º- Os documentos comprobatórios da despesa, não aptos ou tidos como em desacordo com as normas e diretrizes constantes desta Lei, serão devolvidos ao respectivo Vereador, para as devidas correções e substituições, se e quando for o caso.
§ 4º- No caso de persistirem as divergências ou dúvidas na comprovação dos documentos apresentados, os mesmos serão encaminhados pela Controladoria à Mesa Diretora da CMJ para apreciação e deliberação, podendo ser determinada a abstenção de ressarcimento de alguma despesa.
§ 5º- Os documentos relativos ao mês de competência objeto de diligências que tiverem que sofrer correções, poderão ser pagos quando forem devidamente corrigidos.
Parágrafo único: Quando da liquidação da despesa feita pela Câmara Municipal de Jucurutu/RN, o Setor de Contabilidade fará a conferência de toda a documentação fiscal constante do requerimento de verba indenizatória.

Art. 6º - A Verba Indenizatória será concedida mensalmente e de uma única vez, mediante solicitação de ressarcimento dirigido ao Gabinete da Mesa Diretora, instruída com a necessária documentação fiscal comprobatória de despesa, devidamente atestada pelo Parlamentar.

§ 1º- O Vereador ficará responsável para apresentar o pedido de ressarcimento mensal, por meio do ANEXO II, assumindo solidariamente a responsabilidade por todos os atos decorrentes da indicação.
§ 2º- Os reembolsos relativos à cota para manutenção material dos gabinetes e o custeio da atividade parlamentar são de caráter indenizatório.
Parágrafo único: A solicitação de ressarcimento será efetuada mediante requerimento de verba indenizatória, do qual constará atestado do Parlamentar de que o serviço foi prestado ou o material recebido e de que assume inteira responsabilidade pela veracidade e autenticidade da documentação apresentada.
Art. 7º- Somente será objeto de ressarcimento o documento apresentado à Comissão de Controle Interno do 1° ao 5° dia útil do mês subsequente ao que se refere a despesa, e que estiver:
Pago, relacionado no requerimento rubricado pelo Parlamentar;
No original, quitado e em nome do Parlamentar emitido por quem prestou o serviço ou forneceu o material;
Isento de rasuras acréscimos ou entrelinhas;
Datado e discriminado por item de serviço prestado ou material fornecido, não se admitindo generalizações ou abreviaturas que impossibilitem a identificação da despesa.
§ 1° O documento entregue após o prazo previsto no caput somente será apreciado na prestação de contas do mês seguinte dentro de cada trimestre de competência.
§ 2° O saldo de verba indenizatória não utilizado não acumula para o mês seguinte.
§ 3º Em nenhuma hipótese poderá haver antecipação de verba mensal, ainda que dentro do trimestre de competência.
§ 4° Os comprovantes de pagamento relativos ao último mês do exercício financeiro deverão serem apresentados até o dia 15 de dezembro do respectivo ano.
§ 5° Para comprovação de despesas com concessionárias de serviços públicos, deve ser apresentada a Nota Fiscal acompanhada do respectivo comprovante de pagamento, valendo a data do pagamento para fixação do mês de competência.

§ 6° Será objeto de ressarcimento a despesa comprovada por Nota Fiscal Eletrônica– NFe, em primeira via quitada e em nome do vereador ou, excepcionalmente, de servidor lotado no gabinete, extraída em consonância com as normas legais que tratam do ISS e ICMS, admitindo-se recibo comum acompanhado de declaração de isenção de emissão de documento fiscal com citação do fundamento legal e a especificação da prestação do serviço ou mercadoria fornecida; ou cupom fiscal, contendo a descrição, a quitação da despesa, o nome e o CPF do vereador ou servidor por ele indicado.
§ 7º- Os documentos de comprovação da despesa deverão ser idôneos, isentos de rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas, datadas e descriminadas por itens de serviços prestados ou materiais fornecidos, não se admitindo generalizações ou abreviaturas que impossibilitem a identificação da despesa.
§ 8º- No anverso de cada documento comprobatório da despesa, seja documento fiscal, recibo ou documento equivalente, haverá de constar termo de recebimento do objeto ou atesto da prestação do serviço feito pelo vereador responsável ou, na falta deste, por servidor devidamente autorizado.
§ 9º- Terão o mesmo efeito de recibo, o boleto bancário ou recibo de depósito em conta bancária, desde que autenticados pelo banco respectivo; o comprovante de transferência de saldos entre contas bancárias ou quaisquer outros documentos, legalmente admissíveis, que comprovem o efetivo pagamento da despesa.
§ 10- Para efeito de verificação da idoneidade da empresa que forneceu bem ou prestou serviço ao gabinete do vereador deverá ser demonstrada a sua regularidade fiscal e trabalhista, compreendendo prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certificado de Regularidade do FGTS– CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas– CNDT; e certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, devendo ser providenciada a substituição do prestador do serviço em caso de reiterada ausência das certidões.
§ 11- O exame pela Câmara Municipal de Jucurutu dos comprovantes de despesa apresentados limitar-se-á à sua regularidade fiscal e contábil, não implicando manifestação da Casa quanto à observância de normas eleitorais, nem quanto à tipicidade ou ilicitude.
§ 12- Não se admitirá a utilização da Cota para ressarcimento de despesas relativas a bens fornecidos ou serviços prestados por empresa ou entidade cujo sócio detenha vínculo com o Vereador ou a Câmara Municipal de Jucurutu, devendo ser apresentada declaração da inexistência de vínculo para autorização do ressarcimento (ANEXO IV).

Art. 8º - O documento a que se refere o artigo anterior deverá ser:
nota fiscal hábil segundo a natureza da operação emitida dentro de sua validade, quando se tratar de pagamento a pessoa jurídica admitindo-se recibo comum de declaração de isenção de emissão de documento fiscal com citação do fundamento legal.
recibo devidamente assinado, contendo nome, número de CPF, da carteira de identidade e endereço completo do beneficiário do pagamento bem como discriminação da despesa quando se tratar de serviços prestados por pessoa física.
nota fiscal simplificada quitada mesmo que o documento não contenha o campo próprio destinado ao nome de beneficiário do produto ou serviço.
comprovante de depósito ou de pagamento bancário, segundo a natureza da operação emitido dentro de sua validade acompanhado da fatura ou do boleto de pagamento.
Art. 9º - Encerrado o prazo de que trata o artigo 7° deste Ato a Comissão de Controle Interno terá 05 (cinco) dias úteis para apreciar as prestações de contas apresentadas. Concluído o processo de liquidação da despesa e respectivo ressarcimento ao Vereador, a Tesouraria devolverá o processo ao controle interno para conferência do valor reembolsado e verificação do enquadramento fiscal e contábil da despesa pública, o qual emitirá Instrução Técnica conclusiva, a respeito da regularidade fiscal e contábil da despesa, bem como sua conformidade com a presente Lei, não implicando manifestação quanto à observância de normas eleitorais, nem quanto à tipicidade, legalidade ou ilicitude.

§ 1º A Comissão de Controle Interno efetuará a revisão das prestações de contas e solicitará ao vereador interessado a resolução de qualquer pendência sob pena de indeferimento.
§ 2° Com a emissão de Parecer expedido pela Comissão de Controle Interno caberá ao Presidente da Mesa Diretora a autorização para indenização e pagamento da verba indenizatória o qual poderá ser realizado até sessenta dias após autorização.
§ 3° Aprovada a prestação de contas, o pagamento de verba indenizatória dar-se- à diretamente na conta do Parlamentar ou por meio da emissão de cheque nominal.
§ 4° O setor de Finanças da Câmara Municipal de Jucurutu/RN após o ressarcimento da Verba Indenizatória mensal, encaminhada a Secretaria Geral no prazo de 05(cinco) dias, cópias de requerimento e dos comprovantes de despesas que os instruíram que tomará no prazo de 05(cinco) dias as medidas para disponibilização no portal da Câmara Municipal de Jucurutu/RN na internet a documentação referida no parágrafo anterior.
Parágrafo único. Verificado algum problema ou inconsistência no ressarcimento, o Controlador Interno, poderá sugerir à Mesa Diretora da CMJ a glosa de valores já quitados.
Art. 10- De posse da Instrução Técnica conclusiva emitida pelo Controlador Interno, a Mesa Diretora da CMJ será responsável pela aprovação ou impugnação do processo de despesa.
Parágrafo único. Na hipótese de a Mesa Diretora decidir pela glosa de algum ressarcimento, a devolução poderá ser feita de forma parcelada, mediante requerimento do vereador, em tantas parcelas quanto restem para o final do exercício anual vigente.

Art. 11- Não serão objeto de ressarcimento as despesas:

I- Efetuadas com aquisição de material permanente, ou seja, que a vida útil ultrapassa 02 (dois) anos;
II- Cujos documentos estejam rasurados, em especial os cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que não contenham todos os elementos que possam identificar a origem, natureza e descrição de despesa, com o nome e CPF do vereador ou servidor por ele indicado;
III- Com obras, manutenção e reparos no gabinete;
IV– Com aplicações no mercado financeiro (empréstimos, aplicações, avais, etc.) ou despesas de caráter pessoal;
V- Feitas de forma parcelada, através de cartão de crédito ou para pagamento futuro (mês diverso do de emissão da nota fiscal);
VI- Com realização de reparos de avarias mecânicas, manutenção e conservação de veículos, mesmo que se encontrem à disposição dos vereadores, sejam oficiais ou locados;
VII- Com locação de veículo automotor quando não prestado por pessoa jurídica especializada e o automóvel locado não pertencer à pessoa jurídica contratada;
VIII- Com locação de imóveis;
IX- Contratadas com pessoas jurídicas cujos sócios detenham vínculo com o órgão legislativo ou vereador;
X- Com contratação de buffet ou de itens de supermercado
XI- Com gastos de caráter eleitoral;
XII- Com divulgação da atividade parlamentar dos vereadores que forem candidatos, nos 120 dias anteriores às eleições federal, estadual e municipal.

Art. 12- A Cota do Vereador que entra no exercício do mandato, ou dele se afasta, é calculada proporcionalmente ao período de efetivo exercício no mês, computando-se o dia de assunção ou reassunção e o de afastamento.

Art. 13- Os ressarcimentos por meio da Verba Indenizatória serão publicados mensalmente no Portal Transparência da Câmara Municipal de Jucurutu na internet.

Art. 14- A Câmara Municipal de Jucurutu manterá pelo prazo de 5 (cinco) anos os documentos comprobatórios da despesa indenizada, podendo ser disponibilizados aos órgãos de controle e à sociedade a qualquer tempo.

Art. 15- Os casos omissos ou controversos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jucurutu/RN.

Art. 16- Revogam-se todas as disposições em contrário, revoga a Lei n° 777/2013, revoga o Decreto Legislativo n°001/2018

Art. 17- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a de março de 2025.

Gabinete do Prefeito de Jucurutu/RN, 9 de maio de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE OFÍCIO SOLICITANDO O RESSARCIMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA DO EXERCÍCIO PARLAMENTAR

MEMO nº_____/2025
Jucurutu, _____ de _____ 2025

Senhor Presidente, Pelo presente, solicito o ressarcimento das despesas efetuadas no mês de _____ de _____ por este Gabinete Parlamentar, no valor de _____, devendo ser depositado na seguinte instituição bancária: _____ Agência: _____ Conta: _____.

Declaro, outrossim, nos termos da referida Lei, que as despesas foram realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar e que todo o serviço foi prestado e o material recebido, no qual assumo plena responsabilidade pela veracidade de autenticidade da documentação apresentada, respectivo enquadramento legal e os requisitos para a liquidação da despesa. Além disso, atesto que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até 3° grau, com os representantes das empresas contratadas.
Atenciosamente,

_____
Vereador

ANEXO II

MODELO DE OFÍCIO INDICANDO O SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA VERBA INDENIZATÓRIA DO EXERCÍCIO PARLAMENTAR.
MEMO Nº_____/2025
Jucurutu, _____ de _____de 2025.

Senhor Presidente, Pelo presente, indico o servidor _____, matrícula nº _____, que será o responsável pela prestação de conta mensal utilizada por esse vereador.

Atenciosamente,
Vereador

De acordo:
Prestador do serviço:

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA

MEMO nº_____/2025
Jucurutu, _____ de _____de 2025.

Senhor Controlador Interno de Contas, pelo presente, solicito o ressarcimento da despesa com Assessoria, nos termos que segue:
Natureza da Contratação:_____ _____Objeto:_____
Justificativa:_____
Valor:_____

Declaro, por fim, nos termos da referida Lei, que as despesas foram realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar e que todo o serviço foi prestado e apresentado o resultado da contratação, no qual assumo plena responsabilidade pela veracidade de autenticidade da documentação apresentada, enquadramento legal e por todos os elementos de liquidação da despesa.
Atenciosamente,

De acordo:
Prestador do serviço:

Vereador

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO

Eu,_____(nome completo pessoa física) , carteira de identidade nº _____, expedida pela _____ e CPF nº _____, Representante legal da _____(nome completo da pessoa CPF jurídica)_____, inscrita no CNPJ sob n° _____, DECLARO, sob as penas da Lei e para os devidos fins que não possuo parentesco consanguíneo ou afim, até 3° grau, com servidores ou vereadores da Câmara Municipal de Jucurutu.

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade.
Atenciosamente,

De acordo:
Prestador do serviço:

_____
Vereador

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:BB51A780

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 306, DE 09 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 306, DE 09 DE MAIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido a servidora **CLEUNICE CRISTINA SILVA ARAÚJO,** CPF n° ***.940.***-44, do cargo efetivo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Fica declarada a vacância definitiva do cargo efetivo de Professora ocupado pela servidora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Jucurutu, a partir desta data.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 09 de maio 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:BF532D50

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1.458, DE 9 DE MAIO DE 2025.

DECRETO Nº 1.458, DE 9 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre o regimento eleitoral do processo de escolha da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU - RN, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando:
A necessidade de regulamentar as eleições para os membros da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU;
O princípio democrático que deve orientar os processos eletivos;
Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública;
O disposto na Lei Municipal n° 1.137/2024.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aprovado o regimento eleitoral que dispõe sobre a eleição para os cargos da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU, para o mandato de **23 de julho de 2025 a 23 de julho de 2028**.
Art. 2º - A votação ocorrerá no dia **28 de maio de 2025**, no horário das 8h às 17h.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Jucurutu/RN, 9 de maio de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

REGIMENTO ELEITORAL PARA ESCOLHA DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU - PREVI JUCURUTU - MANDATO 2025/2028.

TÍTULO I
Capítulo Único
Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este regimento dispõe sobre o processo eleitoral de escolha, por via de eleição direta e secreta, dos membros da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU, com a seguinte composição:
a) 01 Diretor Presidente; e
b) 01 Diretor de Administração e Finanças.

Art. 2º - O processo eleitoral será coordenado pela Comissão Eleitoral criada pela Portaria nº 284/2025.

TÍTULO II
Capítulo I
Das Condições de Elegibilidade

Art. 3° - São condições de elegibilidade para preenchimento dos cargos da Diretoria Administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU:

I - Ser servidor estável ou estabilizado do Município de Jucurutu, incluídos os servidores da Câmara Municipal de Jucurutu, ou ser beneficiário do PREVI JUCURUTU. (art. 14 da Lei Municipal nº 1.137/2024).
II – Possuir graduação em nível superior (art. 14 da Lei Municipal nº 1.137/2024; e art. 8°-B da Lei Federal n° 9.717/98);
III - Não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar (art. 8°-B da Lei Federal n° 9.717/98);
IV - Possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais (art. 14 da Lei Municipal nº 1.137/2024; e art. 8°- B da Lei Federal n° 9.717/98);
V - Possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria (art. 8°- B da Lei Federal n° 9.717/98);
VI - Comprovação de regularidade eleitoral (art. 14 da Lei Municipal nº 1.137/2024);

Capítulo II
Das Inscrições

Art. 4° - As inscrições deverão ser feitas, mediante requerimento dirigido à Comissão Eleitoral, na forma de chapas, com denominação, contendo os nomes dos candidatos que comporão a Diretoria Executiva.

Art. 5° - Os candidatos, no ato da inscrição, deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Certidão de exercício do cargo efetivo, emitida pelo Departamento de Recursos Humanos;
II – Certidão emitida pela PREVI JUCURUTU, em caso de beneficiário da PREVI JUCURUTU.
III - Diploma de graduação em nível superior;
IV- Comprovante de certificação e habilitação, na forma definida no art. 14 da Lei Municipal nº 1.137/2024; e no art. 8°- B da Lei Federal n° 9.717/98;
V - Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
VI - Declaração de que atende ao art. 8°- B, I da Lei n° 9.717/98; e no art. 14, V da Lei Municipal nº 1.137/2024
VII - Comprovante(s) de experiência do exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

Art. 6° - Não serão aceitas inscrições de chapas que não contenham candidatos para os dois cargos da Diretoria Executiva.

Art. 7° - O candidato, a qualquer dos cargos, somente poderá concorrer por uma única chapa.

Art. 8º - As inscrições serão recebidas pela Comissão Eleitoral, que será sediada na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Jucurutu, situada à Rua José Bezerra de Araújo, nº 538 – Santa Isabel – Jucurutu – RN; entre os dias **19 a 21 de maio de 2025**, no horário das 08 (oito) horas às 11 (onze) horas, improrrogavelmente.
Parágrafo único. Se, ao final do período de inscrições definidos no *caput* deste artigo, não houver ao menos uma chapa inscrita, o período de inscrição será prorrogado pela Comissão Eleitoral.

Art. 9º - Composta e inscrita a chapa, não serão aceitas retificações ou substituições de membros, devendo, se pretender, cancelar a inscrição de toda a chapa.

Art. 10 - Encerrado o prazo de inscrição de que trata o art. 10, a Comissão Eleitoral homologará as inscrições das chapas que tenham preenchido os requisitos estabelecidos nesse Regimento, no dia **21 de maio de 2025**.

Art. 11 - As chapas, no ato da inscrição, poderão indicar até 02 (dois) fiscais de eleição.

Capítulo III
Dos Eleitores

Art. 12 - São eleitores, no pleito de escolha da Diretoria Administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU, todos os servidores ocupantes de cargo efetivo nos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Jucurutu – RN.

Parágrafo único. Também poderão votar os servidores inativos e os pensionistas vinculados ao RPPS do Município de Jucurutu, desde que sejam absolutamente capazes, na forma do Código Civil.

Art. 13 - O eleitor deverá comparecer ao local definido para a realização da eleição munido de documento oficial de identidade, apondo sua assinatura ou impressão digital na folha de votação.

Parágrafo único. Cada eleitor poderá votar uma única vez.

Capítulo IV
Da Campanha Eleitoral

Art. 14 - A campanha eleitoral será realizada nos dias **23 a 26 de maio de 2025**, impreterivelmente.

Art. 15 - Os candidatos componentes das chapas que tiverem suas inscrições homologadas poderão fazer campanha eleitoral nas Secretarias, Departamentos, Divisões da Prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jucurutu – RN, observando-se procedimentos que não dificultem os serviços públicos.

Art. 16 - Será proibida a propaganda eleitoral, no dia da votação, em até 500 (quinhentos) metros dos locais de instalação das urnas.

Capítulo V
Da Votação e da Apuração

Art. 17 - A votação para a escolha dos membros da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU será realizada no dia **28 de maio de 2025**, na Câmara Municipal de Vereadores de Jucurutu – RN, no horário das 8h às 17h, sendo o horário de votação improrrogável.

Parágrafo Único. Constatada a presença de eleitores na fila para o procedimento de votação, no horário de encerramento fixado pelo *caput* deste artigo, serão distribuídas senhas em número igual ao do número de presentes para votação.

Art. 18 - A votação será iniciada às 8 (oito) horas, devendo contar com a presença de, no máximo, 02 (dois) fiscais de cada chapa concorrente.

Art. 19 - Após encerrada a votação, será lavrada ata de encerramento, que deverá ser assinada pelos fiscais das chapas concorrentes, procedendo-se, logo a seguir, a apuração dos votos, com a presença de, no máximo, 02 (dois) fiscais de cada chapa.

Art. 20 – Será proclamada vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos válidos.

Capítulo VI
Dos Recursos

Art. 21 - Do resultado da apuração caberá recurso escrito à Comissão Eleitoral, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do ato de proclamação da chapa vencedora, que será julgado em igual prazo pela Comissão Eleitoral.

Art. 22 - O resultado final da votação será homologado pela Comissão Eleitoral e posteriormente divulgado no diário oficial do Município de Jucurutu.

TÍTULO III
Capítulo Único
Das Disposições Finais

Art. 23 - O prazo de duração dos mandatos dos cargos da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu - PREVI JUCURUTU, será de 3 (três) anos.

Art. 24 - Os servidores poderão se ausentar dos seus postos de trabalho para comparecer aos locais de votação, durante o período de 02 (duas) horas.

Parágrafo único. O servidor que usar da prerrogativa acima, deverá justificar a sua ausência através de declaração emitida pela comissão eleitoral.

Art. 25. O processo eleitoral terá o seguinte cronograma:

Ação	Data
Período de Inscrições	19/05/2025 a 21/05/2025
Reunião da Comissão Eleitoral	21/05/2025
Resultado da etapa de habilitação	22/05/2025
Homologação via Diário Oficial das habilitações	22/05/2025
Período de Campanha Eleitoral	23/05/2025 a 26/05/2025
Data de votação	28/05/2025, das 08h às 17h
Apuração dos votos	28/05/2025, a partir das 17 horas
Proclamação do resultado	28/05/2025
Período para apresentação de recurso ao resultado da eleição	48 horas a contar da proclamação do resultado
Julgamento do recurso	48 horas a contar da interposição de eventual recurso
Publicação do resultado no Diário Oficial	02/06/2025

Art. 26 - Os casos omissos, no que concerne à realização do processo eleitoral, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 27 - Este Regimento Eleitoral entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jucurutu/RN, 9 de maio de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RAUL REIDNER COSTA DE MEDEIROS
Presidente da Comissão Eleitoral

ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

ELEIÇÕES PREVI JUCURUTU - TRIÊNIO 2025/2028
FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL DA CHAPA CONCORRENTE

Nos termos do Decreto nº 1.458, de 9 de maio de 2025, declaramos que são verídicas as informações abaixo prestadas e que são válidos e legítimos os documentos que seguem anexos a esta Ficha de Inscrição e que concordamos com todas as condições dispostas no Regimento Eleitoral para a Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU, mandato 2025/2028.

• **Número da chapa:_____;**
• **Composição da chapa:**

Candidato Presidente:
Nome: _____;
Endereço:_____;
RG: _____; CPF_____;
Título Eleitoral:__ ____; Telefone:____ ___;
Vínculo com o Município (se de provimento efetivo, inativo ou pensionista do PREVI)_____;
Nível de escolaridade:__ ___;
Tempo de serviço prestado ao município (mínimo três anos) _____;
Regularidade perante à Justiça Eleitoral:__ ____;
Documentos apresentados: (descrição detalhada e número de páginas: _____

Candidato Diretor Administrativo-Financeiro:
Nome: _____;
Endereço:___ ___;
RG: _____; CPF_____;
Título Eleitoral:___ _____; Telefone:___ ____;
Vínculo com o Município (se de provimento efetivo, inativo ou pensionista do PREVI)_____;
Nível de escolaridade:_____ ___;
Tempo de serviço prestado ao município (mínimo três anos) _____;
Regularidade perante à Justiça Eleitoral:__ _____;
Documentos apresentados: (descrição detalhada e número de páginas: _____
Jucurutu/RN, _____ de maio de 2025.

_____
Candidato ao cargo de Diretor Presidente

_____
Candidato ao cargo de Diretor Administrativo Financeiro

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:C2EEDBD2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 091/2025– GP

DE 09 DE MAIO DE 2025.

OPREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Municipal;

CONSIDERANDO,o disposto na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas posteriores alterações, o Decreto Federal nº 8.726 de 27 de abril de 2016 e, o Decreto Municipal nº 019, DE 08 DE MAIO DE 2025, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º -DESIGNARa Comissão de Seleção que terá competências o processamento e julgamento de Chamamento Público, respeitadas as condições e os critérios de seleção estabelecidos no Edital respectivo.

Art. 2º- A Comissão de Seleção de que trata o artigo antecedente será composta pelos seguintes membros:

MARIA APARECIDA DIAS DUARTE – CPF Nº 969.442.774-68– PRESIDENTE
MARIA HELENA DE SOUZA - CPF: 032.293.564-46 –MEMBRO
ALESSANDRO SILVA DE SOUZA -CPF: 719.574.654-25 – MEMBRO

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º – Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Jundiá/RN, 09 de maio de 2025.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito do Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:ACC5C8B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 092/2025 - GP

DE 09 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Jundiá - Biênio 2025/2026.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE JUNDIA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor como membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde, para o mandato 2025 a 2026, os representantes formalmente eleitos, e os indicados à Prefeitura Municipal pelas instituições que integram este Conselho, a saber:

I – USUÁRIOS

1. IGREJA CATOLICA
TITULAR: Dalvanira Francisca de Oliveira – Vice Presidente
SUPLENTE: Viviane Silva de Souza
2. IGREJA EVANGELICA
A) TITULAR:JoabEloi do Nascimento
B) SUPLENTE: José Eloi do Nascimento

3. ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA
A) TITULAR: Jessica Silva Pinheiro - Presidente do Conselho
B) SUPLENTE: AIlma Santos da Silva

4. ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E AGRICOLA RUARAIS DO DISTRITO DE SANTA FÉ
A) TITULAR: Francisca das Chagas da Silva Nascimento
B) SUPLENTE: Ângela Maria da Silva Nascimento

II - PROFISSIONAIS DE SAÚDE:
A) TITULAR: Jailton Felinto da Silva
B) SUPLENTE: Suedna Meireles Paulino
A) TITULAR: Natalia Duarte da Silva
B) SUPLENTE: Cinara de Oliveira Freitas

III - GOVERNO MUNICIPAL.
Secretaria Municipal de Secretaria de Saúde
A) TITULAR: Girlanny Luize da Silva Morais
B) SUPLENTE:Gilvana Cortes da Silva Souza
Secretaria Municipal de Financiase ou Educação
A) TITULAR: Ivanilma Alves Felix
B) SUPLENTE: Rosimeire Barbosa da Silva

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:3A15C8C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 090/2025 - GP

DE 05 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE

1. Exonerada, **ANA LUCIA MOREIRA DA SILVA**, do cargo de Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos.

2. O Agente político ora nomeado exercerá suas funções de acordo com o que estabelece a Lei nº 001 de 2001.

3. Esta Portaria produzirá efeitos a partir de 05 de maio de 2025, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá-RN em, 05 de maio de 2025

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:21634F19

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 093/2025 - GP

DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

1. Fica **EXONERADA** do cargo de **"COORDENADORA DO SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – CC2"**, da Secretaria Municipal de Saúde, **GIRLANNY LUIZE DA SILVA MORAIS.**
2. Esta Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de maio de 2025.

3. Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:F853FF55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 094/2025 - GP

DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE

1. Nomear, **GIRLANNY LUIZE DA SILVA MORAIS**, para ocupar o cargo de Secretária Municipal da Saúde, por tempo indeterminado.

2. O Agente político ora nomeado exercerá suas funções de acordo com o que estabelece a Lei nº 001 de 2001.

3. Exercerá a função de gestora do Fundo Municipal de Saúde, conforme lei n° 008/2001, artigo 2°.

4. Esta Portaria produzirá efeitos a partir de 01 maio de 2025, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:8592BF21

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2025

A Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, através do Setor de Contratação, torna público que se encontra aberto licitação através do **Processo Licitatório nº 833/2025** da **Dispensa de Licitação nº 023/2025**, cujo objeto é a aquisição de materiais permanentes para estruturação das escolas municipais de Jundiá/RN, conforme especificações descritas no termo de referência e no edital. As quais deverão ser enviadas para o e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br em até **03 (três) dias úteis: iniciando em 12 de maio de 2025 até as 10h:00min do dia 15 de maio de 2025**, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, tendo critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**. O Aviso de Contratação Direta e o Termo de Referência poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, situada na Rua da Matriz, nº 305, centro, Jundiá/RN, no horário das 07h00min às 13h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do site da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN (http://jundia.rn.gov.br/) e através do e-mail: cpl@jundia.rn.gov.br

Jundiá/RN, 09 de maio de 2025.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação da PMJ/RN

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:45CA0F95

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE CURRICULAR (1ª FASE) – CHAMADA PÚBLICA 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS
RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE CURRICULAR (1ª FASE) –
CHAMADA PÚBLICA 001

O Município de Lagoa de Pedras/RN, através da Comissão designada pela Excelentíssima Senhora Prefeita Janaina de Oliveira Santos, nomeada pela portaria nº 71/2025, torna público o **RESULTADO DEFINITIVO** da 1ª fase do Processo de CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE BANCO PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES POPULARES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.

RESULTADO DEFINITIVO DA ANÁLISE CURRICULAR (1ª FASE)

CARGO: PROFESSOR ALFABETIZADOR

Nº DE ORDEM	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO PACIAL	SITUAÇÃO
01	MARIA DAS DORES DOS SANTOS FERNANDES	10	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
02	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA	10	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
03	JOSEFA SOARES DE LIMA	9	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
04	ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA RODRIGUES	9	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
05	MARILANE MARIA FERREIRA DA SILVA	9	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
06	NOEMI ÂNGELA LIMA DOS SANTOS	9	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
07	MARIA ANDREIA DA SILVA DE OLIVEIRA	8	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
08	SENHORINHA BARBOSA DO NASCIMENTO PESSOA	7	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
09	JANAINA AQUINO DE FIGUEIREDO	6	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
10	JULIANA PAOLA SOTO DE ARAÚJO MATIAS	6	CLASSIFICADO PARA ENTREVISTA
11	ROSE CLARA FERREIRA DA SILVA TORRES	ELIMINADO	DESCLASSIFICADO (de acordo com o item 3.6)

Lagoa de Pedras/RN, 09 de Maio de 2025.

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DE FREITAS
Presidente da comissão do Processo Seletivo

DIEGO DE SOUSA SILVA
Membro

JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO FILHO
Membro

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:C02D7773

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 10, DE 09 DE MAIO DE 2025

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10, DE 09 DE MAIO DE 2025.

Institui ponto facultativo no âmbito do Poder Executivo Municipal de Lagoa de Pedras/RN, nos dias que especifica, em razão dos eventos de

celebração da Emancipação Política do Município e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN, **JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Orgânica Municipal que institui o dia **12 de maio** como feriado municipal em alusão à Emancipação Política do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento da Administração Pública Municipal durante o referido período;

CONSIDERANDO os princípios administrativos da razoabilidade, da finalidade, e da supremacia do interesse público;

CONSIDERANDO que o município realizará diversos eventos culturais alusivos à Emancipação Política de Lagoa de Pedras, incentivando o turismo, a cultura e a economia local.

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido o feriado municipal, originalmente celebrado no dia **12 de maio**, para o dia **15 de maio de 2025** (quinta-feira), em alusão à Emancipação Política do Município.

Art. 2º. Fica instituído ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Municipal Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional nos seguintes dias:

I - No dia **14 de maio de 2025** (quarta-feira), a partir do meio-dia;

II - No dia **16 de maio de 2025** (sexta-feira), durante todo o dia.

§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica às unidades que desempenham atividades consideradas essenciais ou de interesse público, como as áreas de saúde e limpeza urbana, devendo ser garantido o funcionamento mínimo necessário, mediante escalas e designação específica de servidores.

§ 2º. Fica, em caráter de exceção, expressamente autorizado aos titulares das Secretarias Municipais de Administração (SEMAD), Assistência Social (SMAS), Turismo e Infraestrutura (SEMTI) e Educação e Cultura (SEMEC) estabelecerem expediente remoto ou interno, conforme necessário ao cumprimento de suas atribuições, especialmente para:

I - Garantir a operacionalização do Setor de Licitações e Contratos administrativos;

II - Assegurar a execução de todos os eventos relacionados à Emancipação Política de Lagoa de Pedras/RN.

Parágrafo único. As atividades referidas neste artigo deverão ser organizadas por meio de escalas de trabalho, de modo a garantir a sua efetiva realização, sem prejuízo à contagem de prazos administrativos, especialmente aqueles relacionados a licitações e contratos, conforme preconiza o art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa de Pedras/RN, **09 de maio de 2025.**

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:5B6629D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso de suas atribuições legais, vem INFORMAR que no EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), edição do dia 19 de dezembro de 2024, código identificador 4C9D573E. Onde **LÊ-SE** "Art. 107, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021". **LEIA-SE**"Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93".

Lagoa de Velhos/RN, 09 de maio de 2025.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:9CBF62DE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025 - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, para Contratação de empresa especializada para aquisição de kits gestantes com fins de atender as necessidades das gestantes, ora acompanhadas pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social em consonância com a Lei Municipal nº 353/2017, que trata da concessão de benefícios eventuais.

RESOLVE:

1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto à empresa **JACOB & MENEZES LTDA,**inscrita no CNPJ sob n° **070.039.495/0001-01**, para procedermos com a Contratação de empresa especializada para aquisição de kits gestantes com fins de atender as necessidades das gestantes, ora acompanhadas pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social em consonância com a Lei Municipal nº 353/2017, que trata da concessão de benefícios eventuais, perfazendo a quantia total de **R$ 35.510,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais)**, a ser pago, de acordo com as prestações dos serviços.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2024;

3 – O Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Lagoa de Velhos/RN, 30 de abril de 2025.

ANDRIÊGO ALEXSON DA SILVA
Gestor do Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:65A454B7

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2025 - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGOA DE VELHOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOa necessidade de Contratação de empresa especializada para aquisição de kits gestantes com fins de atender as necessidades das gestantes, ora acompanhadas pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social em consonância com a Lei Municipal nº 353/2017, que trata da concessão de benefícios eventuais.

CONSIDERANDOa previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDOdemais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDOa justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

I –Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa **JACOB & MENEZES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 070.039.495/0001-01**, pelo valor estimado de **R$ 35.510,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e dez reais)** a ser pago de acordo com os serviços prestados.
II – Determino ao setor competente a publicação da presente dispensa de licitação.

Lagoa de Velhos/RN, 30 de abril de 2025.

ANDRIÊGO ALEXSON DA SILVA
Gestor do Fundo Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:25F02C3C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025

PROCESSO Nº 55/2025
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura anual de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.
CONTRATANTE:PREFITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ:08.159.162/0001-89
CONTRATADO:NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA
CNPJ:07.797.967/0001-95
ENDEREÇO: Rua Izabel a Redentora, nº 2356, Edif. Loewen, sala 117, Centro, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-010.
DESCRIÇÃO DO ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação do PLANO PLUS 100 para assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública, com sistema de pesquisas baseado na Instrução Normativa nº 65/2021.	SERV.	01	9.050,00	9.050,00
VALOR TOTAL (ANUAL)				R$ 9.050,00	

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 9.050,00 (nove mil e cinquenta reais).
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 016/2025.
VIGÊNCIA DOCONTRATO:09 de maio de 2025 à 09 de maio de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.03.01 – Secretaria Municipal de Administração;PROJETO ATIVIDADE: 04.122.0001.2009 – Manutenção Secretaria Municipal de Administração; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ; FONTE DE RECURSO: 15000000 – Recursos não Vinculado de Impostos.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Lagoa de Velhos/RN, 09 de maio de 2025.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: José Nildo Galdino
P/ CONTRATADA: Rudimar Barbosa dos Reis

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:A7236ADB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE ELETRÔNICA Nº 014/2025

Iranildo Aciole da Silva, Prefeito Municipal de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando os Pareceres Técnico e Jurídico constantes nos autos do Processo Administrativo nº 760/2025, AUTORIZA a Dispensa de Licitação nº 014/2025, conforme abaixo especificado: OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços médicos, visando: Suprir a carência de profissionais na Estratégia Saúde da Família (ESF) do município; Implantação de equipe itinerante/volante para atendimento em comunidades rurais de difícil acesso. CONTRATADA: J QUEIROZ & LOPES LTDA CNPJ: 18.281.905/0001-42 Valor Contratual: Mensal: R$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais) por profissional médico, Global: R$ 355.200,00 (Trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais) para 180 dias FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Justifica-se pela emergência em garantir a continuidade de serviços públicos essenciais de saúde, conforme disposto no Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021. Lagoa Nova/RN, 09 de maio de 2025. Assinatura: Iranildo Aciole da Silva/Prefeito.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:BAC1EE20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0267/2025 - GP

Portaria nº 0267/2025 - GP Lagoa Nova / RN, 09 de maio de 2025.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 796/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito Constitucional de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1° - A presente Portaria dispõe acerca da concessão de gratificações aos servidores públicos do Município de Lagoa Nova/RN, mediante lista em anexo.

Parágrafo único: As referidas gratificações possuem previsão estabelecida na Lei Municipal nº 796/2022, Decreto Municipal nº 1.328/2023 e Decreto Municipal nº 1.894/2025.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de maio de 2025 e revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO PORTARIA Nº 0267/2025 – GP, DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 796/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ORDEM	NOME	MAT	VALOR – R$
01	ITAMAR MACÊDO SOARES DE ARAÚJO	3261	650,00
02	ISABEL PATRÍCIO DA COSTA	3596	1.300,00
03	MARIA EMÍLIA DE SOUSA E SILVA	452	900,00
04	APARECIDA LADY ISABEL BEZERRA	603	900,00
05	MARILENE ALVES RODRIGUES	830	650,00

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:10D3F8F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 268/2025

Portaria nº 268/2025 – GP Lagoa Nova/RN, 09 de maio de 2025.

"Altera a composição da Comissão de Seleção designada pela Portaria nº 244/2025, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 1916/2025."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a composição da Comissão de Seleção instituída pela Portaria nº 244/2025 – GP, de 28 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo 2º da Portaria nº 244/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. A Comissão de Seleção será composta pelos seguintes membros:

a) TIAGO FELIPE ACIOLE DA SILVA – CPF nº 008.XXX.XXX-74 – **PRESIDENTE**
b) HOSANA MARIA CARVALHO DOS SANTOS – CPF nº 062.XXX.XXX-55 – **MEMBRO**
c) ZUCLECIA REISY APRIGIO DE CARVALHO – CPF nº 423.XXX.XXX-50 – **MEMBRO"**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito do Município de Lagoa Nova/RN

Publicado por:
Alissom Kennedy Santos de Oliveira
Código Identificador:79543F66

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 269/2025

Portaria nº 269/2025 – GP Lagoa Nova/RN, 09 de maio de 2025.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 02 (duas) diárias com valor a ser pago de R$ 300,00 (trezentos reais), conforme valor unitário para Natal/RN de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para custear despesas do servidor **FRANCISCO CANINDE LEANDRO,** matricula **nº 3362;** Cargo de **CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, em viagem à Natal/RN, nos dias 12 e 13 de maio de 2025, com a finalidade de participar de Capacitação de elaboração de projetos sociais para concorrer a editais, que ocorrerá na Escola da Magistratura do RN, localizada na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 151 – Candelária, Natal - RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito do Município de Lagoa Nova/RN

Publicado por:
Alissom Kennedy Santos de Oliveira
Código Identificador:68BEBB7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 060/2025 – SMADMRH

Portaria nº 060/2025 – SMADMRH Lagoa Nova/RN, 09 de maio de 2025.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN. Segue tabela abaixo o (a) servidor (a) que irá gozar férias no período de abril de 2025.

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERIODO AQUISITIVO	CARGO	PERIODO DE GOZO
Nº 483	MARIA DAS VITÓRIAS COSTA MENDES	SME	2024	COORDENADORA PEDAGÓGICA	01.04.2025 a 30.04.2025

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2025.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ANNE CAROLINE ACIOLE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:763B9F90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 062/2025 – SMADMRH

Portaria nº 062/2025 – SMADMRH Lagoa Nova/RN, 09 de maio de 2025.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN. Segue tabela abaixo o (a) servidor (a) que irá gozar férias no período de maio de 2025.

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERIODO AQUISITIVO	CARGO	PERIODO DE GOZO
N° 3465	FENDANDO OLIVEIRA DA SILVA	SMS	2024/2025	AGENTE DE ENDEMIAS	15.05.2025 A 29.05.2025

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ANNE CAROLINE ACIOLE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:BD8AADF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 01 – TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO E DE ACORDO DE COOPERAÇÃO N° 001/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 01 – TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO E DE ACORDO DE COOPERAÇÃO - DISPENSA DE CHAMAMENTO N° 001/2025, O MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, inscrito no CNPJ sob n° 08.162.869/0001-44 e a OS'C – INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – ISSERN, inscrito no CNPJ sob n° 10.335.101/0001-77. OBJETO: termo de colaboração tem por objeto estabelecer as condições para execução de prestação de serviços de assistência à saúde; como também, gestão, apoio e monitoramento de programas da Secretaria Municipal de Saúde, do município de Lagoa Salgada/RN. OBJETIVO DE ADITAMENTO: ampliação e ajustes no plano de trabalho, no percentual de 50% (cinquenta por cento) do repasse inicial mensal, previsto nos termos da legislação vigente. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 57 da Lei nº 13.019 de 2014, e o art. 32, § 2° inciso IV do Decreto Municipal n° 006/2022. DATA DE ASSINATURA: 01 de abril de 2025.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE –
Prefeito Municipal.

ROBERVAL MARINHO DE ALMEIDA –
Presidente do ISSERN.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:21FDEEDF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO

EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO

DISTRATO DE CONTRATO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 206.010/2025 – INEXIGIBILIDADE N° 020/2025 – **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN (CNPJ/MF sob nº. 08.162.869/0001-44); **CONTRATADO:** GABRIELLA DANTAS BARBOSA (CPF sob n° 102.669.694-10); **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A INSTALAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DA RÁDIO, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN. **FUNDAMENTO LEGAL:** Inciso I do art. 138, da Lei nº. 14.133/2021. **VIGÊNCIA:** O presente distrato opera seus efeitos a partir de 01 de abril de 2025. **DATA DE ASSINATURA:** 01 de abril de 2025.

FRANCISCO CANINDE FREIRE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:A2BBB118

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 359, DE 09 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação da servidora DEBORA DE OLIVEIRA MARTINS, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a senhora ***DEBORA DE OLIVEIRA MARTINS,*** inscrita no CPF sob nº ***##1.272.584-##*** para ocupar o Cargo em Comissão *de* ***ASSESSOR (A) DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS,*** lotada na ***SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL,*** do município de Lajes/RN.

Art. 2º - Esta *Portaria* entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de maio de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:A2533707

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP nº 009/2025. Processo Administrativo nº 197/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS PESADA.

O Prefeito do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessar que está convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado, as empresas: **AGILE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.313.081/0001-21, O M LEAL DE MESQUITA , inscrita no CNPJ sob nº 17.737.082/0001-54, SANTOS E FERNANDES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.909.308/0001-80,** para assinar a

Ata de Registros de Preços, na sala de Reunião da Prefeitura Municipal de Lajes/RN ou por e-mail de forma eletrônica. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s) caso haja, conforme a ordem de classificação.

Lajes/RN, 09 de maio de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:5E474F14

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 360, DE 09 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre a cessão de servidor municipal e dá outras providencias."

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela ei Orgânica Municipal:

Considerando: Oficio de nº01/2025

RESOLVE:
Art. 01º. - Fica disposta a cessão da Servidor (A) Público Municipal ***OSWALDO SOUZA DE ARAÚJO,*** portador do CPF sobre o n° **##3.730.384-##**, lotado na ***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO***, para exercer seus relevantes serviços *na* ***ESCOLA ESTADUAL MANOEL SEVERIANO***, localizada no município de **Riachuelo/RN**, **COM ÔNUS para o órgão cedente**.

Art. 2º. A cessão será pelo período de **20 de janeiro de 2025** até o dia **20 de janeiro de 2026,** e poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Município de Lajes/RN.

Art. 3º - Esta *Portaria* entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroagindo a 20 de janeiro de 2025, revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 09 de maio de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Icaro Lucas Martins
Código Identificador:B60ACA78

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES

GABINETE DO PREFEITA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2025.04.14.001.001 DECORRENTE DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024/ CISPAR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES - RN
CONTRATADA: 1DOC TECNOLOGIA S.A - CNPJ Nº 19.625.833/0001-76

DO OBJETIVO: Constitui Objeto do contrato: A adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2024, com vista a contratação de empresa especializada para licenciamento de plataforma digital que permita a tramitação eletrônica de processos administrativos em geral, com abrangência, entre outras funções, a gestão da comunicação, documentação, atendimento e o gerenciamento das atividades da administração pública municipal, serviços de treinamento, suporte técnico e armazenamento de dados, etc..., destinados ao atendimento de demandas das secretarias municipais e órgãos que integram a estrutura administrativa do município de Luís Gomes/RN., inerente ao Processo Administrativo nº 02/2024, Pregão Eletrônico nº 02/2024 – SRP, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba - CISPAR, destinado ao atendimento de demanda específica da gestão Municipal de Luís Gomes/RN, com recursos próprios e de convênios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é decorrente adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2024, Processo Administrativo nº 02/2024, Pregão Eletrônico nº 02/2024 – SRP, realizado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – CISPAR, nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES. Aplicando a partir de então as disposições do Decreto Municipal nº 429, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMLG 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, Resolução 028/2020, do TCE/RN e demais legislação pertinente.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: é de R$ 44.820,00 (Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Vinte Reais), a ser pago em parcelas de acordo com a execução dos serviços, mediante apresentação das faturas correspondentes.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos para fazer face às despesas da referida contratação, encontram-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual, Exercício 2025, na seguinte atividade: 02.001.04.122.2002.2.2 – MANUT. ATIVIDADE - GAPRE - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000; 02.002.04.122.2003.2.4 - MANUT. ATIVIDADE - SEMAD - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA – FONTE Nº 15000000; 02.003.04.122.2004.2.6 – MANUT. ATIVIDADE - SEMUFI - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000; 02.004.20.606.2003.2.8 – MANUT. ATIVIDADE - SEMAGRI - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000; 02.005.12.361.2003.2.11 – MANUT. ATIVIDADE – SEMEC/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000; 02.008.10.301.1008.2.24 – MANUT. ATIVIDADE - SEMSA - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000; 02.011.08.244.2003.2.29 – MANUT. ATIVIDADE - SEMAS - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000; 02.010.15.452.2003.2.27 – MANUT. ATIVIDADE - SEMOSÚ - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 15000000, [...], ETC..., consoante as disposições da Lei Municipal nº 613/2024.

DA VIGÊNCIA: O presente Termo de Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021/93.

DATA DA ASSINATURA - 28 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE
Alice Leão Luz de Oliveira – CONTRATADA

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:4D818EA6

GABINETE DO PREFEITA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.26.010.01 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.26.010

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
LIC. PRESTADOR Nº 01: MARIA LUCINEIDE ALEXANDRE DA SILVA 08820539497
DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.26.010.01: A execução sob demanda pelo sistema de registro de preços dos serviços de cozimento e fornecimento de refeições prontas do tipo comercial ou marmitex, a fim de atender demanda das secretarias e órgãos que integram a estrutura administrativa do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios e de convênios que serão consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.26.010, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 429, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMLG 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.26.010 e demais Anexos e a proposta da empresa: MARIA LUCINEIDE ALEXANDRE DA SILVA 08820539497, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - MARIA LUCINEIDE ALEXANDRE DA SILVA 08820539497, CNPJ: 26.123.214/0001-49
E-MAIL: aedaalexandre@gmail.com, TELEF: Nº 84 9.9644:8699
ENDEREÇO: RUA PREFEITO FRANCISCO FONTES, Nº 119, CENTRO, LUÍS GOMES/RN, CEP Nº 59.940-000
REPRESENTANTE: MARIA LUCINEIDE ALEXANDRE DA SILVA, CPF Nº 088.205.394-97
ITEM: 0001 DISPUTADO.
VALOR TOTAL R$: 160.000,00, (CENTO E SESENTA MIL REAIS).

DO VALOR R$: 160.000,00, (Cento e Sesenta Mil Reais), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 23 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva – ÓRGÃO REGULADOR
Maria Lucineide Alexandre da Silva – PRESTADORA

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:4882730A

GABINETE DO PREFEITA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.01.24.003.01 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.01.24.003

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
LIC. PRESTADOR Nº 01: COOP. DE TRAB. DOS PROF. DA EDUC. DO ESTADO DO RN - COOPEDU

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.01.24.003.01: A execução continuada pelo sistema de registro de preços de serviços complementares de educação, a fim de atender demanda específica da Secretaria Municipal de Educação do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.01.24.003, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 429, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMLG 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.01.24.003 e demais Anexos e a proposta da empresa: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RN - COOPEDU, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RN - COOPEDU
CNPJ: 35.537.126/0001-84
E-MAIL: coopedurn@gmail.com, TELEF: Nº 84: 99916.0544.
ENDEREÇO: RUA LUIZA ALVES CARNEIRO, Nº 2475, CENTRO, MONTE ALEGRE/RN, CEP Nº 59.182-000
REPRESENTANTE: ALEXANDRE SOARES GOMES, CPF Nº 008.106.354-70.
LOTES REGISTRADOS: 0001, 0002, 0003, 0004, 0005, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017 E 0018, DISPUTADOS.
VALOR MENSAL É DE R$: 395.666,36, (TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), TOTALIZANDO EM 10 (DEZ) MESES A IMPORTÂNCIA DE R$ 3.956.663,60 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, SESISCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

DO VALOR: O valor mensal da presente avença é equivalente a R$ 395.666,36, (Trezentos e Noventa e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos), totalizando em 10 (dez) meses a importância de R$ 3.956.663,60 (Três Milhões, Novecentos e Cinquenta e Seis Mil, Sesiscentos e Sessenta e Três Reais e Sessenta Centavos), apurada durante a fase de lance do Pregão Eletrônico nº 2025.01.24.003 – realizado pelo Sistema de Registro de Preços - SRP. Os pagamentos somente serão realizados após a comprovação dos serviços efetivamente executados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 26 de fevereiro de 2025.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva – ÓRGÃO REGULADOR
Alexandre Soares Gomes – LICITANTE PRESTADOR

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:773FE232

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.01 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: D S MARTINS FARMACIA ME 24.978.623/0001-00

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.01: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: D S MARTINS FARMACIA ME, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - D S MARTINS FARMACIA ME
CNPJ: 24.978.623/0001-00 E-MAIL: diogomartinsfarmacia@hotmail.com TELEF: Nº 84 98177:9782
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO JOSE DA ROCHA, Nº 550, CENTRO, MAJOR SALES/RN CEP Nº 59.945-000
REPRESENTANTE: DIOGO SILVEIRA MARTINS CPF Nº 086.873.804-29
LOTES: 0004, 0005, 0025, 0030, 0062, 0072, 0101, 0105, 0113, 0125, 0128, 0139, 0143, 0362, 0365, 0369, 0370, 0388, 0390, 0408, 0412, 0413, 0426, 0428 e 0429 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 67.977,00 (Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Setenta e Sete Reais).

DO VALOR R$: 67.977,00 (Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Setenta e Sete Reais), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Diogo Silveira Martins – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:B85C65C1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.02 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: D L MEDICAMENTOS LTDA 48.058.173/0001-97

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.02: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: D L MEDICAMENTOS LTDA, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - D L MEDICAMENTOS LTDA 48.058.173/0001-97
CNPJ: 48.058.173/0001-97 E-MAIL: dlmedicamentos83@gmail.com TELEF: Nº 83.9.9402:2791
ENDEREÇO: RUA DOUTOR JOSÉ GADELHA, Nº 35, CENTRO, SOUSA/PB CEP Nº 58.800-660
REPRESENTANTE: MARIA SILVERLANE ALVES BATISTA ESTRELA CPF Nº 072.810.964-61
ITENS: 0007, 0013, 0017, 0018, 0020, 0024, 0033, 0035, 0036, 0037 0038, 0039, 0041, 0042, 0043, 0044, 0046, 0047, 0048, 0049, 0050, 0056, 0058, 0071, 0073, 0074, 0075, 0076, 0077, 0078, 0079, 0080, 0081, 0082, 0083, 0085, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0092, 0093, 0094, 0095, 0096, 0097, 0098, 0099, 0100, 0102, 0103, 0104, 0106, 0107, 0109, 0110, 0112, 0115, 0116, 0117, 0118, 0120, 0121, 0122, 0123, 0124, 0127, 0129, 0131, 0132, 0133, 0138, 0140, 0141, 0144, 0149, 0151, 0153, 0158, 0159, 0160, 0162, 0163, 0172, 0173, 0174, 0175, 0176, 0180, 0183, 0184, 0185, 0186, 0189, 0190, 0191, 0224, 0231, 0232, 0244, 0245, 0246, 0289, 0290, 0291, 0342, 0343, 0367, 0368, 0371, 0372, 0373, 0374, 0375, 0376, 0377, 0378, 0382, 0383, 0384, 0385, 0394, 0398, 0399, 0402, 0405, 0406, 0409, 0410, 0411, 0417, 0418, 0419, 0420, 0421, 0422, 0424, 0425, 0427 E 0430 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 280.681,50, (Duzentos e Oitenta Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta Centavos)

DO VALOR R$: 280.681,50, (Duzentos e Oitenta Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta Centavos), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Maria Silverlane Alves Batista Estrela – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:498D9FAE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.03 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO - EIRELI

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.03: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO - EIRELI, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO - EIRELI
CNPJ: 07.055.280/0001-84 E-MAIL: renatofarmadistribuidora@bol.com.br TELEF: Nº (84) 3321:5054
ENDEREÇO: RUA EDMAR FRANCISCO PEREIRA, Nº 508, AEROPORTO, MOSSORÓ/RN CEP Nº 59.607-240
REPRESENTANTE: FRANCISCO BEZERRA IRMÃO CPF Nº 673.151.434-91
ITENS: 0006, 0008, 0019, 0055, 0064, 0086, 0119, 0135, 0136, 0145, 0155, 0181, 0359, 0360, 0363, 0366, 0400, 0415, 0416 e 0423 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 33.424,00 (TRINTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).

DO VALOR R$: 33.424,00 (Trinta e Três Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Francisco Bezerra Irmão – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:53B988C7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.04 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.04: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 51.685.649/0001-24 E-MAIL: kasmedi2023@gmail.com TELEF: Nº 54 9.9368:5941
ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 410, LOJA E - 414, CENTRO, ERECHIM/RS CEP Nº 99.700-274
REPRESENTANTE: IDALINA FERNANDES CHMIEL CPF Nº 742.196.180-15
LOTES: 0126 E 0137 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 2.660,00 (DOIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS).

DO VALOR R$: 2.660,00 (Dois Mil, Seiscentos e Sessenta Reais), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Idalina Fernandes Chmiel – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:4379245A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.05 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.05: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 07.969.641/0001-06 E-MAIL: comercial@marqtechlab.com TELEF: Nº 84 3321:4850
ENDEREÇO: RUA FREI MIGUELINHO, Nº 811 "A", DOZE ANOS, MOSSORÓ/RN CEP Nº 59.603-350
REPRESENTANTE: MARQUIDONES VALAMIRA FERNANDES CPF Nº 537.619.104-44
LOTES: 0445, 0448, 0449, 0450, 0453, 0454, 0456, 0459, 0462, 0463, 0464, 0465, 0466, 0467 e 0470 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 13.991,65 TREZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).

DO VALOR R$: 13.991,65 Treze Mil, Novecentos e Noventa e Um Reais e Sessenta e Cinco Centavos), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Marquidones Valamira Fernandes – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:5F3B23FE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.06 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: MULTIMED DENTAL LTDA 29.894.043/0001-40

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.06: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: MULTIMED DENTAL LTDA, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - MULTIMED DENTAL LTDA 29.894.043/0001-40
CNPJ: 29.894.043/0001-40 E-mail: multimed.dental@gmail.com TELEF: Nº 84 9.8173:4060
ENDEREÇO: AVENIDA DA INDEPENDÊNCIA, Nº 814, CENTRO, PAU DOS FERROS/RN CEP Nº 59.900-000
REPRESENTANTE: BRUNO PATRICIO FERREIRA DA COSTA CPF Nº 014.120.344-77
LOTES: 0001, 0002, 0003, 0009, 0010, 0011, 0012, 0014, 0015, 0016, 0021, 0022, 0023, 0026, 0027, 0028, 0031, 0032, 0034, 0045, 0051, 0052, 0053, 0054, 0057, 0059, 0060, 0061, 0065, 0066, 0067, 0068, 0069, 0070, 0084, 0130, 0142, 0146, 0148, 0150, 0152, 0161, 0165, 0166, 0167, 0168, 0170, 0171, 0177, 0178, 0187, 0188, 0192, 0193, 0194, 0196, 0197, 0198, 0199, 0200, 0201, 0202, 0203, 0204, 0205, 0206, 0207, 0208, 0209, 0210, 0211, 0212, 0213, 2014, 0215, 0216, 0217, 0218, 0219, 0220, 0221, 0222, 0223, 0225, 0226, 0227, 0228, 0229, 0230, 0233, 0234, 0235, 0236, 0237, 0238, 0239, 0240, 0241, 0242, 0243, 0247, 0248, 0249, 0250, 0251, 0252, 0253, 0254, 0255, 0256, 0257, 0258, 0259, 0260, 0261, 0262, 0263, 0264, 0265,

0266, 0267, 0268, 0269, 0270, 0271, 0272, 0273, 0274, 0275, 0276, 0277, 0278, 0279, 0280, 0281, 0282, 0283, 0284, 0285, 0286, 0287, 0288, 0292, 0293, 0294, 0295, 0296, 0297, 0298, 0299, 0300, 0301, 0302, 0303, 0304, 0305, 0306, 0307, 0308, 0309, 0310, 0311, 0312, 0313, 0314, 0315, 0316, 0317, 0318, 0319, 0320, 0321, 0322, 0323, 0324, 0325, 0326, 0327, 0328, 0329, 0330, 0331, 0332, 0333, 0334, 0335, 0336, 0337, 0338, 0339, 0340, 0341, 0344, 0345, 0346, 0347, 0348, 0349, 0350, 0351, 0352, 0353, 0354, 0355, 0356, 0357, 0358, 0431, 0432, 0433, 0434, 0435, 0436, 0437, 0438, 0439, 0440, 0441, 0442, 0443, 0444, 0446, 0447, 0451, 0452, 0455, 0457, 0458, 0460, 0461, 0468, 0469, 0477, 0478, 0479 e 0480 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 420.304,01 (QUATROCENTOS E VINTE MIL, TREZENTOS E QUATRO REAIS E UM CENTAVO).

DO VALOR R$: 420.304,01 (Quatrocentos e Vinte Mil, Trezentos e Quatro Reais e Um Centavo), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Bruno Patricio Ferreira da Costa – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:B238CF88

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.07 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: PHOSPODONT LTDA 04.451.626/0001-75

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.07: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: PHOSPODONT LTDA, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: 01 - PHOSPODONT LTDA 04.451.626/0001-75
CNPJ: 04.451.626/0001-75 E-MAIL: licitacao@phospodont.com.br
TELEF: Nº 84 9.9939:0153
ENDEREÇO: AVENIDA AYRTON SENNA, Nº 526, CAPIM MACIO, NATAL/RN CEP Nº 59.080-100
REPRESENTANTE: ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA CPF Nº 413.273.304-15
LOTES: 0040, 0111, 0114, 0134, 0147, 0387, 0389, 0392, 0393, 0401 e 0403 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 23.295,00 (VINTE E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS).

DO VALOR R$: 23.295,00 (Vinte e Três Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Ana Maria Pinheiro Ferreira – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:DDB7E718

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.03.28.004.08 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2025.03.28.004

ÓRGÃO REGULADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
FORNECEDORA Nº 01: RDF – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

DO OBJETIVO: Constitui Objeto da Ata de Registro de Preço Nº 2025.03.28.004.08: A aquisição pelo sistema de registro de preços de medicamentos da atenção básica, material e insumos hospitalar, psicotrópicos, material odontológico, reagentes, insumos para laboratório e correlatos, a fim de atender demanda especifica da Secretaria Municipal de Saúde de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2025, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, consoante as disposições da legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Ata de Registro de Preços é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2025.03.28.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Integram esta Ata, o Estudo Tecnico Preliminar, a Pesquisa Mercadológiva, o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 2025.03.28.004 e demais Anexos e a proposta da empresa: RDF – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, classificada em 1º lugar para os lotes que lhe foram adjudicados:

LICITANTE: RDF – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 12.305.387/0001-73 E-MAIL: licitacao@prontomedica.com.br
TELEF: Nº 84 3092:8000

ENDEREÇO: AV. INTERVENTOR MÁRIO CÂMARA, Nº 2300, CIDADE DA ESPERANÇA, NATAL/RN CEP Nº 59.070-600
REPRESENTANTE: SIDNEY CARLOS DE MELO CPF Nº 096.194.644-00
LOTES: 0029, 0063, 0108, 0154, 0156, 0157, 0164, 0169, 0179, 0182, 0195, 0361, 0364, 0379, 0380, 0381, 0386, 0391, 0395, 0396, 0397, 0404, 0407 e 0414 DISPUTADOS.
VALOR TOTAL R$: 29.555,96 (VINTE E NOVE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

DO VALOR R$: 29.555,96 (Vinte e Nove Mil, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos), para os itens que lhe foram adjudicados.

DA VALIDADE DA ATA: A validade da ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contados a partir de sua assinatura, aperfeiçoada após publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, observado o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

DATA DA ASSINATURA - 30 de abril de 2025.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes – ÓRGÃO REGULADOR
Sidney Carlos de Melo – FORNECEDOR

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:6E3A10AB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 118/2025

PORTARIA Nº 118/2025

Dispõe sobre o cancelamento de diárias de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada as Portarias nº 115 e 116, de 08 de maio de 2025 que concedeu 02 (duas) diárias aos servidores Gilderlândio Johnny de Oliveira e Norma Lúcia Diógenes Alvarenga, para participar da Capacitação do Programa Bolsa Família nos dias 08 e 09 de maio de 2025 em Natal/RN, cujo motivo do cancelamento se dá pela não realização da viagem, não viajaram para participar da referida capacitação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira/RN, 09 de maio de 2025.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:0B3BF87D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162 -2025 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao senhor **AURI LIBERATO DA SILVA**, Matrícula 318, ocupante do cargo de Coordenador do Polo UAB, duas diárias completas e uma meia diária, duas diárias no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e a meia diária no valor de R$ 200,00, (duzentos reais), totalizando R$ 1.000,00 (um mil reais).

Objeto do Deslocamento: Participar do IV encontro de Polos e de Ipes da Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Rio Grande do Norte.
Local de destino: Mossoró.
Período do Afastamento: 14 de maio a 16 de maio de 2025.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Martins, em 09 de maio de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:FECB7F5E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163 -2025 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS, o Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Orgânica do Município e no artigo 100 da Lei Municipal n.º 291, de 30 de janeiro de 1998;

RESOLVE:
Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **FRANCISCO DE LIMA LIBERATO**, Matrícula 25, ocupante do cargo de GARI, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Infraestrutura, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, a ser gozada no período de 07 de maio a 06 de junho de 2025.

Art.2º. Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS-RN, em 09 de maio de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:812490A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS, torna público para conhecimento dos interessados nos termos e considerando o disposto da Lei n.º 11.947/2009 art. 14 § 1º, Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023 e Resolução/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, vem realizar Chamada Pública para **aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**.
Onde se lê: Prefeitura municipal de Jacaraú PB, **Leia-se:** Prefeitura Municipal de Montanhas RN.
Sem prejuízos ao erário permanece as mesmas condições e prazos para apresentação de propostas durante o período **de 08 de maio de 2025 a 29 de maio de 2025**. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda nesse período no turno da manhã, na sala da CPL, Prefeitura Municipal de Montanhas, rua Nova, 30, Centro – Montanhas - RN. Maiores informações e aquisição do Edital, no horário de expediente normal de 08h00min as 12h00min.

Montanhas - RN, 09 de maio de 2025

TÁSSIO PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:2D1902D8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

A Prefeitura Municipal de Montanhas - RN, por meio do Setor de Licitações e Contratos torna público que realizará no **dia 22/05/2025 às 08:30**horas, Licitação Pública na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025**, com critério de julgamento ***menor preço por item*****,** nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, para contratação de materiais de armarinho, tecidos, aviamentos, itens natalinos e similares para o atendimento das demandas das secretarias de Educação, Assistência Social e Cultura do município de Montanhas/RN, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 14h00min ou pelo e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com.

Montanhas - RN, 09 de maio de 2025.

TÁSSIO PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:BB36F61B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025

Considerando o parecer técnico exarado pelo setor demandante, tratando-se da análise e julgamento da escolha do contratado;

Considerando os tramites legais das etapas processuais em comento, respaldados nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021; e

Considerando a necessidade de atendimento as necessidades da administração pública do município de Montanhas/RN, com o objeto licitado: **"*Locação de imóvel para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde com o funcionamento do setor de Vigilância em Saúde Ambiental para monitoramento e combate às doenças endêmicas (endemias).*".**

RESOLVE:

RATIFICAR o processo de inexigibilidade de licitação em favor da Pessoa Física **EDSON MARCULINO DA SILVA**, inscrito no **CPF: 157.774.248-64**, pelo valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais) amparada no **art. 74, inciso V, da Lei federal nº 14.133/2021** e pelo Decreto Municipal Nº 298, de 28 de dezembro de 2023.

Assim, **AUTORIZO** a realização da despesa nos moldes de celebração de contrato, acordo ou ajuste, com a emissão da ordem de compras/serviços e notas de empenhos, bem como, a publicação deste ato com vistas ao conhecimento geral e em atendimento ao art. 72, Parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Montanhas/RN, 09 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:FD39281D

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025

Considerando o parecer técnico exarado pelo setor demandante, tratando-se da análise e julgamento da escolha dos contratados;
Considerando os tramites legais das etapas processuais em comento, respaldados nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021; e

Considerando a necessidade de atendimento as necessidades da administração pública do município de Montanhas/RN, com o objeto licitado: ***"Locação de imóvel para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde com o funcionamento do setor de Vigilância em Saúde Ambiental para monitoramento e combate às doenças endêmicas (endemias)."***
RESOLVE:

RATIFICAR o processo de inexigibilidade de licitação emparada no art. 74, inciso V, da Lei federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal Nº 298, de 28 de dezembro de 2023 em favor das seguintes empresas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CREDOR	V.TOTAL
	Locação de imóvel específico, destinado às instalações do Setor de Vigilância em Saúde Ambiental de Montanhas/RN, para apoio da Equipe de Agentes de Combate à Endemias, preservação dos equipamentos e insumos, cumprimento das normas de segurança e saúde ocupacional, e o adequado atendimento à população em suas demandas.	EDSON MARCULINO DA SILVA - CPF: 157.774.248-64	R$ 6.000,00

Assim, **AUTORIZO** a realização da despesa nos moldes de celebração de contrato, acordo ou ajuste, com a emissão da ordem de compras/serviços e notas de empenhos, bem como, a publicação deste ato com vistas ao conhecimento geral e em atendimento ao art. 72, Parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Montanhas/RN, 09 de maio de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:AB375B16

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2025

Considerando o parecer técnico exarado pelo setor demandante, tratando-se da análise e julgamento da escolha dos contratados;

Considerando os tramites legais das etapas processuais em comento, respaldados nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021; e

Considerando a necessidade de atendimento as necessidades da administração pública do município de Montanhas/RN, com o objeto licitado: ***"Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica do Município de Montanhas/RN."***

RESOLVE:

RATIFICAR o processo de inexigibilidade de licitação emparada no art. 74, inciso V, da Lei federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal Nº 298, de 28 de dezembro de 2023 em favor das seguintes empresas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CREDOR	V.TOTAL
	Locação de imóvel localizado na Praça 20 de julho, nº 190, Centro, Montanhas/RN, destinado o funcionamento da Farmácia Municipal.	MARIA DA GLORIA ALVES DA SILVA - CPF: 512.892.534-04	R$ 18.000,00

Assim, **AUTORIZO** a realização da despesa nos moldes de celebração de contrato, acordo ou ajuste, com a emissão da ordem de compras/serviços e notas de empenhos, bem como, a publicação deste ato com vistas ao conhecimento geral e em atendimento ao art. 72, Parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Montanhas/RN, 15 de abril de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

*Fica substituído a publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 23/04/2025. Edição 3522.

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:A1702CF4

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2025

Considerando o parecer técnico exarado pelo setor demandante, tratando-se da análise e julgamento da escolha do contratado;

Considerando os tramites legais das etapas processuais em comento, respaldados nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021; e

Considerando a necessidade de atendimento as necessidades da administração pública do município de Montanhas/RN, com o objeto licitado: ***"Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Farmácia Básica do Município de Montanhas/RN."***.

RESOLVE:

RATIFICAR o processo de inexigibilidade de licitação em favor da Pessoa Física **MARIA DA GLORIA ALVES DA SILVA**, inscrita no **CPF: 512.892.534-04**, pelo valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) amparada no **art. 74, inciso V, da Lei federal nº 14.133/2021** e pelo Decreto Municipal Nº 298, de 28 de dezembro de 2023.

Assim, **AUTORIZO** a realização da despesa nos moldes de celebração de contrato, acordo ou ajuste, com a emissão da ordem de compras/serviços e notas de empenhos, bem como, a publicação deste ato com vistas ao conhecimento geral e em atendimento ao art. 72, Parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Montanhas/RN, 15 de abril de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

*Fica substituído a publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 23/04/2025. Edição 3522.

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:C737763B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 376/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder ao servidor abaixo indicado a (as) diária (as) correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :Rubiany Farias Mendes
CPF..... :XXX.484.574-XX
Matrícula..... :0001136
Quantidade..... :0,5 (meia) meia-diária
Valor R$..... : 200,00 (Duzentos reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: Participar do I Seminário Observatório de Políticas Públicas.
Período.....: 16/05/2025.
Lotação..... :Secretaria Municipal de Educação.
Função..... :Secretária Municipal de Educação.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:46845974

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 377/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

Art. 1º- Conceder ao servidor abaixo indicado a (as) diária (as) correspondente ao pagamento de despesas com estadia e alimentação quando no deslocamento do mesmo a serviço desta prefeitura, a saber:

Beneficiário..... :JOSE EDUARDO PAZ COUTINHO

CPF..... :XXX.487.284 -XX
Matrícula..... :0001635
Quantidade..... :01 (uma) meia-diária
Valor R$..... : 100,00 (Cem reais)
Destino..... :Natal/RN.
Assunto.....: Participar do I Seminário Observatório de Políticas Públicas.
Período.....: 16/05/2025.
Lotação..... :Secretaria Municipal de Educação.
Função..... :Subsecretário Municipal de Educação.

ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:6AFD2A2B

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 378/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, três meses de Licença Prêmio, com início em 10 de maio de 2025, a senhora **SEVERINA MARIA DE LIMA**, servidora do quadro efetivo do município de Montanhas/RN, sob a matrícula 0002267.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:114B89B3

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 379/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, três meses de Licença Prêmio, com início em 10 de maio de 2025, ao senhor **JAILSON CORDEIRO DA SILVA**, servidor do quadro efetivo do município de Montanhas/RN, sob a matrícula 0001090.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:F9A60A08

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 380/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **NOMEAR** o Senhor**, AYRK BRENNO LARUTCH SILVA DO NASCIMENTO**, portador do CPF/MF: XXX.351.064-XX, para ocupar o cargo comissionado de CHEFE GERAL, da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Montanhas/RN, por tempo indeterminado.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:3B59B669

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 381/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **NOMEAR** o Senhor**, DOUGLAS RIAN DE LIMA SILVA**, portador do CPF/MF: XXX.233.024-XX, para ocupar o cargo comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, da Secretaria Municipal de Governo do Município de Montanhas/RN, por tempo indeterminado.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Montanhas/RN, em 09 de maio de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:DAD7CF0E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Secretário Municipal de Administração do Município de Montanhas/RN, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, o qual deverá se apresentar na Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, situada à Rua Nova n° 30, Centro, Montanhas/RN, no período de 12/05 à 16/05/2025 (nos dias úteis), das 08h às 12h, para apresentação de documentos necessário a realização do ato de contratação, originais e cópias, conforme relação apresentada neste Edital.

CARGO 34 - PROFESSOR POLIVALENTE

CANDIDATO	CPF
NATALI CORDEIRO RIBEIRO	XXX.245.864-XX
VALDIRENE MARQUES DA SILVA FARIAS	XXX.001.634-XX

CARGO 39 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CANDIDATO	CPF
THAILA HERCULANO GOMES	XXX.985.384-XX

CARGO 06 - AUXILIAR DE FARMÁCIA

CANDIDATO	CPF
ALEXSANDRA BATISTA DA SILVA	XXX.651.654-XX

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA NA APRESENTAÇÃO:

- Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (emitido por Médico do Trabalho);
- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;
- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Trabalho;
- Cadastro do PIS/PASEP;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral;
- Certificado de Reservista (quando do sexo masculino);
- Diploma, declaração, certidão ou histórico escolar expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, que comprove o nível de escolaridade exigido para o cargo ao qual concorreu;
- Registro no respectivo Conselho ou Comprovante do Protocolo ou pedido de registro no órgão, expedido há no máximo 90 (noventa) dias;
- Comprovante de Residência atualizado;
- Cédula de Identidade e CPF ou Certidão de Nascimento de cada dependente;
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo TJ/RN e pela Justiça Federal do RN;
- Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município;
- Comprovante de Conta Bancária para crédito salarial junto ao Banco do Brasil;
- Declaração Negativa de Acúmulo de Cargo e Emprego Público;
- Declaração de Bens atualizada.

Caso o candidato não compareça na data indicada neste Edital de convocação, estará automaticamente eliminado do certame.

Montanhas/RN, em 08 de Maio de 2025.

MARLON VITOR DA CRUZ
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:B0143F61

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONTANHAS RN E A SENHORA CAROLINA CORDEIRO DA SILVA.

O **MUNICÍPIO DE MONTANHAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, 04, Centro, Montanhas, RN, na qualidade de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **ANTÔNIO MARCOLINO NETO,** e do outro lado a Senhora **SANGELA DA SILVA ALMEIDA,** inscrita no CPF/MF sob o nº **017.226.834-65**, encerram o Contrato, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto o encerramento do Contrato Administrativo de Serviço Temporário, conforme pedido de exoneração da servidora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO

Por força do presente encerramento, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, ficando o município de Montanhas obrigado a pagar os valores dos serviços já prestados até a data de assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o fórum do município de Nova Cruz/RN.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Montanhas RN, 29 de abril de 2025.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

SANGELA DA SILVA ALMEIDA
CPF: 017.226.834-65

Publicado por:
Marlon Vitor da Cruz
Código Identificador:24393C5A

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
TERMO DE CONTRATO Nº 36/2025

TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL Nº 36/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE MONTANHAS/RN E A PESSOA FÍSICA RIGERIA GICELIA CAVALCANTE.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, nº 04, centro, Montanhas/RN, neste ato representada pelo **Senhor ANTONIO MARCOLINO NETO, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador da Carteira de Identidade nº 171.907 – SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 434.682.927-91, residente e domiciliado no Município de Montanhas/RN**, doravante denominada **LOCATÁRIO**, e a Pessoa Física **RIGERIA GICELIA CAVALCANTE** inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 629.224.674-49, sediado(a) na Rua Coronel José de Brito, nº 426, São Sebastião, Nova Cruz/RN – CEP: 59.215-000, doravante denominada **LOCADORA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 48/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação Nº 029/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Locação de imóvel localizado na Rua Joaquim Inácio, nº 27, centro, neste município, destinado a Casa de Apoio as Crianças Atípicas.

Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	V. UNIT R$	V. TOTAL R$
01	Locação de imóvel	12	Mês	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
TOTAL				**R$ 24.000,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 10/04/2025 e encerramento em 09/04/2026, podendo ser prorrogado, conforme Lei 14.133/2021, Art. 107.

Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**

O valor é referente a contratação pelo período de vigência do contrato, sendo o serviço realizado MENSAL.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA
Gestão/Unidade: 06.002 – Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 2036 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS
Natureza: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Fonte: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com ações e serviços públicos de saúde

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE
As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO
As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO
A fiscalização da execução do objeto será efetuada por fiscais e gestores de contratos designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO
O presente Termo de Contrato poderá ser:

Modificado, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
Extinguido, unilateralmente, nos casos especificados na Lei 14.133/2021;

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa.

O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES
É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei 14.133/2021;
Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, não poderão transfigurar o objeto da contratação.
Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.
Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da Município, conforme disposição da Lei 14.133/2021, Art. 72 Parágrafo Único.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO
É eleito o Foro da Comarca de Nova Cruz/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 10 de abril de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Locatário

RIGERIA GICELIA CAVALCANTE
Locadora

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:12021441

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 54/2025

Processo Licitação: nº 306005/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: : F IVO DE MACEDO PRODUCAO DE EVENTOS E FESTAS EIREL, CNPJ: 27.141.623/0001-30.

VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 100.000,00(cem mil reais).
OBJETO CONTRATADO: DO OBJETO: Contratação da BANDA CIRCUITO MUSICAL, para show no Monte Alegre Vila São João 2025, onde tocará no centro da cidade, no palco da praça da cidade, no dia 22/06/2025 programados para iniciar a apresentação 00:30 até 02:00. O show terá duração de 01horas e 30min , no maior São João do agreste, que ocorrerá entre os dias 07 a 29 de junho de 2025, nos vários polos da cidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A contratação da banda Circuito Musical para o evento Monte Alegre Vila São João 2025 tem como objetivo atrair grande público ao polo principal da festa, no largo da igreja católica, fortalecendo a tradição junina e promovendo o entretenimento da população. Reconhecida no cenário regional e nacional, a banda possui trajetória consolidada e repertório popular que valoriza a musicalidade nordestina. Sua apresentação no dia 22/06/2025, das 00h30 às 02h00, contribuirá para o sucesso do evento, ampliando a visibilidade do município e fomentando a economia local. A escolha da atração está alinhada com o interesse público e a demanda cultural da comunidade. O show reforça a identidade do São João como maior festa popular do agreste. A contratação encontra respaldo no art. 74 II, da Lei nº 14.133/2021, por notória especialização.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 09/05/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 09 de maio de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:56A0D20E

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 55/2025

Processo Licitação: nº 3060005/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: MEFF - PROMOÇÕES DIVERSIONAIS LTDA, CNPJ: 19.595.940/0001-07.

VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 100.000,00(cem mil reais).
OBJETO CONTRATADO: DO OBJETO: Contratação da banda de forró "Cavalo de Pau" MEFF – PROMOÇÕES DIVERSIONAIS LTDA, para Show no Monte Alegre Vila São João 2025, onde tocará no palco central, no largo da igreja católica no dia 28/06/2025 de 01:30 às 03:30 com duração de 02 horas. O maior evento cultural do município, ocorrerá entre os dias 06 a 29 de junho de 2025, nos vários polos da cidade (Praça Pedro Alves, Ginásio Poliesportivo, Avenida João de Paiva, Avenida Juvenal Lamartine e Comunidades), conforme programação elaborada pela comissão do evento.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A presente justificativa visa embasar a contratação direta da banda de forró "Cavalo de Pau", representada pela empresa MEFF PROMOÇÕES DIVERSIONAIS LTDA, para realização de apresentação musical durante o evento Monte Alegre Vila São João 2025, considerado o maior evento cultural do município de Monte Alegre/RN. A banda se apresentará no palco central, localizado no largo da igreja católica, no dia 28 de junho de 2025, com duração prevista de 02 (duas) horas, no horário de 01h30 às 03h30.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 09/05/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 09 de maio de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:204440E2

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 56/2025

Processo Licitação: nº 306007/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: CLEBIA APARECIDA PEREIRA DO NASCIMENTO 67376690425, CNPJ: 29.757.906/0001-37.

VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 15.000,00(Quinze mil reais).
OBJETO CONTRATADO: Contratação da Banda Cebola Ralada para apresentação dia 24/06/2025 com previsão de inicio as 00:30 a 02:00 no evento Vila são João, "O MAIOR SÃO JOÃO DO AGRESTE" que será realizado de 07 a 29/06/2025 no largo da igreja matriz e em diversos polos do munícipio.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a contratação da Banda Cebola Ralada para apresentação no dia 24 de junho de 2025, com previsão de início às 00h30 e término às 02h00, no evento "Vila São João – O Maior São João do Agreste", que será realizado entre os dias 06 a 29 de junho de 2025, no largo da Igreja Matriz e em diversos

polos do município. A contratação da referida banda justifica-se pela relevância cultural, social e econômica que o evento representa para o município e para a região do Agreste. A "Vila São João" é tradicionalmente reconhecida como uma das maiores festas juninas do Agreste, atraindo milhares de visitantes, fomentando o turismo e impulsionando a economia local. A Banda Cebola Ralada possui notória atuação no cenário musical nordestino, especialmente no gênero forró, sendo amplamente reconhecida pelo público local e regional. Sua apresentação no dia 24 de junho, data central das festividades de São João, é estratégica para manter o alto nível da programação cultural e garantir a presença de um público expressivo durante o ápice das comemorações. Do ponto de vista do interesse público, a presença de atrações culturais de qualidade promove a democratização do acesso à cultura, fortalece a identidade e as tradições locais, além de proporcionar momentos de lazer e integração social para a população. Além disso, o evento estimula a geração de renda direta e indireta, movimentando setores como comércio, alimentação, hospedagem e transporte. A escolha da banda se alinha ao perfil cultural do evento, que prioriza a valorização de artistas que mantêm viva a tradição do forró e da música nordestina, ao mesmo tempo em que agregam valor artístico e apelo popular à programação. A inclusão da Banda Cebola Ralada contribui significativamente para o êxito do evento, reforçando seu caráter inclusivo, popular e culturalmente representativo. Dessa forma, a contratação é plenamente justificada, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, além de contribuir para o fortalecimento da política cultural do município.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 09/05/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 09 de maio de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:EE8F86EE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 57/2025

Processo Licitação: nº 306006/2025.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, CNPJ nº 08.365.900/0001-44.

CONTRATADA: A P SILVA OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 12.223.711/0001-04.

VALOR ESTIMADO DA INEXIGIBILIDADE: R$ 100.000,00(cem mil reais).
OBJETO CONTRATADO: Contratação da "BANDA STYLLUS, para abertura do Monte Alegre Vila São João 2025, onde tocará no centro da cidade, no arrastão junino dia 21/06/2025 programados para iniciar a apresentação 00:00 até 02:00. O show terá duração de 02 horas. O maior São João do agreste, ocorrerá entre os dias 07 a 29 de junho de 2025, nos vários polos da cidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA: A contratação de serviços artísticos por entidades públicas está sujeita à Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que regula licitações e contratos administrativos. Para justificar a contratação direta da Banda Stylus aplicam-se os seguintes dispositivos legais:
a) Inexigibilidade de Licitação (Art. 74)
A contratação direta é possível quando o serviço possui singularidade artística ou técnica, conforme o Art. 74 da Lei 14.133/2021. A Banda Styllus é reconhecida por sua identidade cultural, associada ao forró, gêneros intrínsecos às festas tradicionais nordestinas. Sua performance integra elementos visuais, coreográficos, e musicais de alta qualidade sendo uma das pioneiras no gênero de forró eletrônico, um dos pontos que os diferenciam de outros artistas, configurando "notória especialização" (Art. 74)
b) Interesse Público e Relevância Cultural Segundo a CF.
A Constituição Federal garante a valorização da cultura regional (Art. 215) diante disso, sabemos que o São João é um patrimônio imaterial do Brasil. Por isso, a contratação de artistas consagrados como Banda Styllus, atende a grandiosidade do evento, atraindo turistas e gerando retorno econômico ao município de Monte Alegre RN.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE: 09/05/2025

A Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, inscrito no CNPJ nº 08.365.900/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor André Rodrigues da Silva, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 72, inciso VIII, da Lei Nº 14.133/2021, **AUTORIZA**, a presente Contratação Direta pelo procedimento de Inexigibilidade de Licitação, embasado no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Ademais, em cumprimento ao disposto no artigo 72, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** que este ato seja divulgado no Diário eletrônico oficial deste órgão para que produza os efeitos legais e mantido à disposição do público nos instrumentos de transparências adotados por esta casa legislativa.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre/RN, 09 de maio de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:20D133FC

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICA Nº 05/2025 - PRÊMIO MONTE ALEGRE JUNINO 2025 COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA PNAB (LEI Nº 14.399/2022).

A Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural torna público para conhecimento dos interessados o resultado preliminar da etapa de seleção do Edital de Chamada Pública nº 05/2025 - Prêmio Monte Alegre Junino 2025 com recursos da PNAB no município de Monte Alegre/RN. Caberá recurso contra o resultado preliminar e deverá ser apresentado no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, de acordo com o item 6.4 do referido edital. O formulário de recurso encontra-se no Anexo IX do edital e deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos com sede na Av. Juvenal Lamartine, s/n, Centro, Monte Alegre/RN, no **período de 10 à 13 de maio de 2025 das 8h às 16h**, na forma presencial. Os

recursos apresentados após o prazo não serão avaliados para eventual correção do resultado.

Categoria: QUADRILHA JUNINA TRADICIONAL

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
Silvano Pedro da Silva	Quadrilha Junina Estrela Matutina	078.211.684-16	84,7	Classificado(a)

Categoria: QUADRILHA JUNINA ESTILIZADA

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
Francinelson Pontes do Carmo	Quadrilha Junina Luar Alegre	018.027.304-35	81,5	Classificado(a)

Monte Alegre/RN, 09 de maio de 2025

ANAILE ERICKA ALVES PEREGRINO
Presidente da Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural

ALEXANDRE BENTO DE OLIVEIRA
Membro

JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA NETO
Membro

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:612A7CAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°434/2025- GP - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Nomeia Secretário Adjunto

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas em Lei,

R E S O L V E:

Art. 1° - NOMEAR o Sr. **CELSO CARLOS PINHEIRO LAMARTINE PAIVA,** para exercer o cargo em comissão de ***SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO ADJUNTO,*** junto a Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, em 30 de abril de 2025.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:C5DEF159

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 16/2025.

Autoriza quebra da ordem cronológica de exigibilidade de pagamentos com embasamento no artigo 15, inciso V da Resolução 011/2024-TCE/RN.

A GESTORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no §2º do artigo 15 da Resolução 011/2024-TCE/RN, bem como o disposto no artigo 5º da Lei Federal 8.666/93.

Considerando relevante interesse público na continuidade de serviços essenciais cuja suspensão dos mesmos por pendências de pagamentos, ou até mesmo retardamento no procedimento de pagamento poderão ocasionar à suspensão do fornecimento, e consequentemente imensuráveis prejuízos à população.

Considerando que o objeto contratado é de relevante interesse público, uma vez que o mesmo é imprescindível para a refeição diária dos internos do Hospital Municipal, onde a suspensão do objeto, ocasionado pelo atraso ou demora nos pagamentos, poderá ensejar em prejuízos irreparáveis à população, o que requer da administração municipal esforços para prevenir de que tais ameaças não venham a ocorrer.

Considerando que para prevenirmos de que não ocorra à suspensão do fornecimento do objeto contratado faz-se necessário a realização imediata dos pagamentos, necessitando assim prioriza-las em detrimento a outras despesas mais bem classificadas na ordem cronológica de exigibilidades de pagamentos.

R E S O L V E:
Art. 1º - DETERMINAR quebra da ordem cronológica de exigibilidade de pagamentos em favor de **COMERCIAL ZONA SUL, CNPJ nº 08.091.529/0001-70**, cujo objeto é o fornecimento de alimentos para refeição diária dos internos do Hospital Municipal, conforme detalhamento a seguir:

• Processo de Despesa n° 1.108.005/2024 e Nota Fiscal nº 53238 no valor de R$ 1.029,36
• Processo de Despesa n° 1.128.001/2024 e Nota Fiscal nº 53768 no valor de R$ 5.506,36
• Processo de Despesa n° 1.118.004/2024 e Nota Fiscal nº 53368 no valor de R$ 1.038,76
• Processo de Despesa n° 1.118.003/2024 e Nota Fiscal nº 53359 no valor de R$ 6.118,57
• Processo de Despesa n° 1.108.003/2024 e Nota Fiscal nº 53236 no valor de R$ 6.948,88
• Processo de Despesa n° 1.108.001/2024 e Nota Fiscal nº 53097 no valor de R$ 1.361,64
• Processo de Despesa n° 1.108.002/2024 e Nota Fiscal nº 53095 no valor de R$
• 6.242,18
• Processo de Despesa n° 1.217.007/2024 e Nota Fiscal nº 53978 no valor de R$ 5.561,84
• Processo de Despesa n° 1.128.002/2024 e Nota Fiscal nº 53770 no valor de R$ 994,81
• Processo de Despesa n° 1.217.003/2024 e Nota Fiscal nº 53964 no valor de R$ 876,21
• Processo de Despesa n° 1.216.035/2024 e Nota Fiscal nº 53963 no valor de R$ 945,61
• Processo de Despesa n° 1.217.008/2024 e Nota Fiscal nº 53965 no valor de R$ 916,90
• Processo de Despesa n° 1.209.003/2024 e Nota Fiscal nº 53917 no valor de R$ 754,19
• Processo de Despesa n° 1.217.012/2024 e Nota Fiscal nº 53966 no valor de R$ 963,77

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alegre/RN, 09 de Maio de 2025.

MARIA EMÍLIA PEREIRA PINHEIRO FONSECA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:064270DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 300425/2025 ATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Monte das Gameleiras, no uso de suas atribuições legais, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA o Termo de Dispensa de Licitação nº 023/2025, nos termos do Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/21, acolhendo o parecer jurídico, para que surta os

efeitos jurídicos e legais, para Contratação de empresa para locação de letreiros luminosos para a diversas comemorações no município de Monte das Gameleiras/RN. Em atendimento as necessidades do Município de Monte das Gameleiras/RN conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência, com a Pessoa Jurídica 36.370.414 IVANIO GOMES DE MEDEIROS, inscrita no CNPJ sob o n° 36.370.414/0001-50, apresentou a melhor proposta no valor total de : R$: 5.865,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais) pelo quantitativo citado no Termo de Referência, tudo de conformidade com os documentos que instruem este Processo. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Monte das Gameleiras/RN, 09 de maio de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:E77ADE88

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA Nº 023/2025 EXTRATO DE CONTRATO - Nº 300425/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **300425/2025** - CONTRATO Nº **300425/2025** - ORIGEM: Dispensa Nº 023/2025- CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS - CONTRATADA(O) 36.370.414 IVANIO GOMES DE MEDEIROS, inscrita no CNPJ sob o n° 36.370.414/0001-50 - OBJETO: Contratação de empresa para locação de letreiros luminosos para a diversas comemorações no município de Monte das Gameleiras/RN. Em atendimento as necessidades do Município de Monte das Gameleiras/RN- VALOR TOTAL: R$: 5.865,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais) –
unidade orçamentaria: 02 09
projeto atividade: 2.068
ficha de despesa: 33903900
fonte de recursos: 1500000000
VIGÊNCIA: até 08/05/2026 - DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2025

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:3734775D

SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 140423/2025 ATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Monte das Gameleiras, no uso de suas atribuições legais, RATIFICA, ADJUDICA E HOMOLOGA o Termo de Dispensa de Licitação nº 020/2025, nos termos do Artigo 75, Inciso II da Lei nº 14.133/21, acolhendo o parecer jurídico, para que surta os efeitos jurídicos e legais, para Aquisição de Bolo recheado e confeitado para atender os diversos eventos do Município de Monte das Gameleiras/RN. Para atender as necessidades do Monte das Gameleiras/RN conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência, com a Pessoa Jurídica **44.506.975 MARIELY SOARES DE OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ sob o n° **44.506.975/0001-61**, apresentou a melhor proposta no valor total R$: 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) pelo quantitativo citado no Termo de Referência, tudo de conformidade com os documentos que instruem este Processo. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Monte das Gameleiras/RN, 05 de maio de 2025.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:1FB53E6B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 04/2025

OBJETO: EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE KIT DE ENXOVAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA POPULAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA. O pregoeiro da PMNF, torna público que realizará no dia 22 de maio de 2025, às 09h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura http://nisiafloresta.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 09 de maio de 2025.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:83597085

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO N° 05/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA AV. ISABEL GONDIM, TRECHO III, NO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA (TRECHO PRÓXIMO AO ICMBio)
O agente de contratação da PMNF, torna público que realizará no dia 27 de maio de 2025, às 09:00hrs, licitação na modalidade concorrência em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura http://nisiafloresta.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 08 de maio de 2025.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:109D8211

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN – CNPJ nº. 08.167.306/0001-49. **CONTRATADA:** ICVIEIRA COMERCIO VAREJISTA LTDA – CNPJ nº. 17.668.111/0001-73. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CARIMBOS INSTITUCIONAIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER, DE FORMA PADRONIZADA E EFICAZ, ÀS DEMANDAS DOCUMENTAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN. Vigência de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/21.

Nísia Floresta/RN, em 08 de maio de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS –
Prefeito Municipal.

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:2C6FC840

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 332/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 01/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, ao cargo de Auxiliar Executivo Nível 2, a senhora **NYCOLE DIAS DE BARROS,** CPF: 123.***.***-41, lotada na **Secretaria Municipal da Família, Mulher e Direitos Humanos - SEMUFDH,** do Município de Nísia Floresta/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 02 de maio de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:735CEE17

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 01/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, ao cargo de Auxiliar Executivo Nível 1, a senhora **MARIA ELOIZA NARCISIO DA SILVA,** CPF: 081.***.***-02, lotada na **Secretaria Municipal da Família, Mulher e Direitos Humanos - SEMUFDH,** do Município de Nísia Floresta/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 02 de maio de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:A89804A6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 330/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar nº 01/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, ao cargo de Auxiliar Executivo N1, o senhor **PEDRO HENRIQUE DA SILVA,** CPF: 058.***.***-50, lotado na **Secretaria Municipal da Família, Mulher e Direitos Humanos - SEMUFDH,** do Município de Nísia Floresta/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nísia Floresta, 02 de maio de 2025.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:A34C3716

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 045/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025:

SERVIDOR: Bismarck Pereira Sátiro
MATRÍCULA: 001329-3
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretário Adjunto da Defesa Civil
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Segurança Defesa Civil e Mobilidade Urbana
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 16 de maio do corrente ano.
DESTINO: Brasília DF
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 12 a 16 de maio de 2025.

JUSTIFICATIVA: O deslocamento do Secretário Adjunto da Defesa Civil à cidade de Brasília/DF tem como finalidade acompanhar oficialmente o Secretário de Governo, representando o Prefeito Municipal em agendas institucionais junto aos Ministérios da República. Durante o período de 12 a 16 de maio de 2025, o secretário irá apresentar projetos estratégicos de interesse do Município de Nísia Floresta, previamente elaborados por equipes técnicas do Município, com o objetivo de captar recursos federais e firmar parcerias institucionais, visando à execução de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico, dentre outras.
.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 09 de maio de 2025.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
MAT: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:D2BF7708

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 44/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025:

SERVIDOR: Cassia Maria Gurgel Marinho Fernandes
MATRÍCULA: 002895-9
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Assessora de Articulação Administrativa, Política e Parlamentar
LOTAÇÃO: Secretaria de Governo.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 16 de maio do corrente ano.
DESTINO: Brasília DF
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 12 a 16 de maio de 2025.

JUSTIFICATIVA: O deslocamento da Assessora de Articulação Administrativa, Política e Parlamentar à cidade de Brasília/DF tem como finalidade acompanhar oficialmente o Secretário Municipal de Parcerias, com a finalidade do cumprimento de visitas previamente agendadas pela equipe técnica do Município aos gabinetes dos Deputados e Senadores da bancada do Rio Grande do Norte, com o objetivo de buscar benefícios, emendas parlamentares e projetos para o Município.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 09 de maio de 2025.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
MAT: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:574FF34B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 043/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025:

SERVIDOR: Wilson de Oliveira Neto
MATRÍCULA: 002470-8
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Assessor de Articulação Administrativa, Política e Parlamentar
LOTAÇÃO: Secretaria de Governo.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 16 de maio do corrente ano.
DESTINO: Brasília DF
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 12 a 16 de maio de 2025.

JUSTIFICATIVA: O deslocamento do Assessor de Articulação Administrativa, Política e Parlamentar à cidade de Brasília/DF tem como finalidade acompanhar oficialmente o Secretário de Governo, representando o Prefeito Municipal em agendas institucionais junto aos Ministérios da República. Durante o período de 12 a 16 de maio de 2025, o secretário irá apresentar projetos estratégicos de interesse do Município de Nísia Floresta, previamente elaborados por equipes técnicas do Município, com o objetivo de captar recursos federais e firmar parcerias institucionais, visando à execução de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico, dentre outras.
.

Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 09 de maio de 2025.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
MAT: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:DC5A014C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 042/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025:

SERVIDOR: Wilkie Marques Ferreira
MATRÍCULA: 3370-7
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretário Municipal de Governo
LOTAÇÃO: Secretaria de Governo.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 16 de maio do corrente ano.
DESTINO: Brasília DF
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 12 a 16 de maio de 2025.

JUSTIFICATIVA: O deslocamento do Secretário Municipal de Governo à cidade de Brasília/DF tem como finalidade representar oficialmente o Prefeito Municipal em agendas institucionais junto aos Ministérios da República. Durante o período de 12 a 16 de maio de 2025, o secretário irá apresentar projetos estratégicos de interesse do Município de Nísia Floresta, previamente elaborados por equipes técnicas do Município, com o objetivo de captar recursos federais e firmar parcerias institucionais, visando à execução de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico, dentre outras.

Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 09 de maio de 2025.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
MAT: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:EFE42197

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 041/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025,
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025:
SERVIDOR: Ricardo Marinho Nogueira Fernandes
MATRÍCULA: 2816-9

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretário Municipal de Parcerias e Investimentos
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Parcerias e Investimentos

OBJETIVO: Deslocar-se à cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 16 de maio do corrente ano.

DESTINO: Brasília/DF

PERÍODO DO AFASTAMENTO: 12 a 16 de maio de 2025

JUSTIFICATIVA: O deslocamento a cidade de Brasília/DF, no período de 12 a 16 de maio tem por finalidade o cumprimento de visitas previamente agendadas pela equipe técnica do Município aos gabinetes dos Deputados e Senadores da bancada do Rio Grande do Norte, com o objetivo de buscar benefícios, emendas parlamentares e projetos para o Município.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 09 de maio de 2025.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:8885DCB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047.03012/2025-02

Promitente Contratante: Município de Ouro Branco/RN - Prefeitura Municipal, CNPJ nº 08.095.473/0001-21; Promitente Contratada: **Drogaria São Severino (Drogaria São Severino LTDA) - ME**, CNPJ nº 07.194.915/0001-24. Objeto: A presente Ata tem por objeto a contratação de empresa(s) para Registro de Preço para aquisição parcelada de insulinas, demais medicamentos injetáveis e tiras para teste rápido, para atender as demandas das unidades administrativas da administração municipal. Data da assinatura: 25 de abril de 2025. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico. Valor da ata de registro de preços: **R$ 45.265,00** (quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais). Subscritores: Sr. Samuel Oliveira de Souto, CPF nº ***.702.444-**, pelo Contratante, e a Sra. Janete Medeiros de Azevedo Oliveira, CPF nº ***.041.354-**, pela Contratada.

Ouro Branco/RN, 29 de abril de 2025.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:03F63DB7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046.03010/2025-01

Promitente Contratante: Município de Ouro Branco/RN - Prefeitura Municipal, CNPJ nº 08.095.473/0001-21; Promitente Contratada: **R. R. Mercado LTDA**, CNPJ nº 11.338.538/0001-27. Objeto: Registro de Preço para aquisição parcelada de Carnes e Frios, visando atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Ouro Branco/RN. Data da assinatura: 11 de abril de 2025. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico. Valor da ata de registro de preços: **R$ 398.585,00** (trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais). Subscritores: Sr. Samuel Oliveira de Souto, CPF nº ***.702.444-**, pelo Contratante, e o Sr. Rademaker Souto de Figueirêdo, CPF nº ***.301.034-**, pela Contratada.

Ouro Branco/RN, 11 de abril de 2025.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:486B3B0C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046.03010/2025-01

Promitente Contratante: Município de Ouro Branco/RN - Prefeitura Municipal, CNPJ nº 08.095.473/0001-21; Promitente Contratada: **J. A. de Araújo Atacado e Varejo LTDA**, CNPJ nº 40.313.295/0001-70. Objeto: Registro de Preço para aquisição parcelada de Carnes e Frios, visando atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Ouro Branco/RN. Data da assinatura: 11 de abril de 2025. Vigência: 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico. Valor da ata de registro de preços: **R$ 14.245,00** (quatorze mil, duzentos e quarenta e cinco reais). Subscritores: Sr. Samuel Oliveira de Souto, CPF nº ***.702.444-**, pelo Contratante, e o Sr. Joderlândio Azevedo de Araújo, CPF nº ***.261.374-**, pela Contratada.

Ouro Branco/RN, 11 de abril de 2025.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:B0D2E598

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 016/2025

DECRETO EXECUTIVO Nº 016/2025
DE 09 DE MAIO DE 2025.

Estabelece a premiação do II Torneio Leiteiro da Festa da Vaca do Leite de Paraú/RN e orienta sobre os trâmites de pagamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando a realização da **II Festa da Vaca do Leite de Paraú**, bem como o regulamento oficial do evento,
D E C R E T A:

Art. 1º Fica estabelecida a premiação oficial do II Torneio Leiteiro da Festa da Vaca do Leite de Paraú, conforme os valores discriminados nas categorias abaixo**:**

Parágrafo único. O presente decreto segue o disposto no Regulamento Oficial do II Torneio Leiteiro da Festa da Vaca do Leite de Paraú, elaborado pela Comissão Organizadora, que passa a integrar este ato como referência normativa complementar.

Colocação – Categoria Vacas Jovem Interestadual	Premiação
1º lugar	R$ 1.500,00
2º lugar	R$ 1.200,00
3º lugar	R$ 900,00
Colocação – Categoria Vacas Jovem Local	Premiação
1º lugar	R$ 1.200,00
2º lugar	R$ 900,00
3º lugar	R$ 600,00
Colocação – Categoria Vacas Adulta Interestadual	Premiação
1º lugar	R$ 1.500,00
2º lugar	R$ 1.200,00
3º lugar	R$ 900,00
Colocação – Categoria Vacas Adulta Local	Premiação
1º lugar	R$ 1.200,00
2º lugar	R$ 900,00
3º lugar	R$ 600,00

Art. 2º A partir do 4º lugar, os participantes receberão **premiação de participação**, conforme descrito no regulamento oficial, com base na produção de leite da vaca participante.

Parágrafo Único: O valor total de **R$ 1.000,00 (mil reais)** será distribuído proporcionalmente entre os animais participantes da categoria, de acordo com a seguinte fórmula:

Valor por kg = R$ 1.000,00 / Total de Leite da Categoria (kg)
Valor do prêmio = Valor por kg × Produção da Vaca (kg)

Art. 3º O proprietário da vaca de maior produção de leite entre todas as categorias receberá premiação extra no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e troféu simbólico da Festa da Vaca de Leite.

Art. 4º Todos os animais premiados receberão faixa de classificação, e os demais participantes serão agraciados com medalhas de participação.

Art. 5º O pagamento das premiações será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, mediante processo administrativo individual encaminhado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, instruído com os seguintes documentos:

Solicitação formal da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca para o pagamento;
Cópia do CPF e RG do beneficiário;
Comprovante de residência atualizado;
Comprovante de conta bancária;
Ficha de inscrição e comprovação oficial da classificação, fornecida pela
Comissão Organizadora do evento;
Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF);
Certidão negativa de débito do FGTS (regularidade do empregador);
Certidão negativa de débitos federais;
Certidão negativa trabalhista;
Certidão negativa de débitos estaduais;
Certidão negativa de débitos municipais.

Parágrafo único. O prazo para abertura do processo de pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do evento.

Art. 6. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 09 de maio de 2025.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:AD01322C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO EXECUTIVO Nº 017/2025

DECRETO EXECUTIVO Nº 017/2025
DE 09 DE MAIO DE 2025.

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Administração Pública do Município de Paraú/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que grande parte dos servidores Municipais darão expediente no sábado, 10 de maio de 2025, feriado municipal da emancipação política;

CONSIDERANDO que a municipalidade necessita dos serviços destes servidores para organização dos eventos alusivos a emancipação política e ao dia das mães.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal de Paraú/RN, no dia 12 de maio de 2025, primeiro dia útil após o feriado da emancipação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se estende a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Obras, tampouco às unidades e aos serviços considerados essenciais que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Luiz Augusto Filho, Paraú/RN, 09 de maio de 2025.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:7D2D0C04

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N° 01/2025- PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS

EDITAL N° 01/2025- PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Parazinho torna público o **RESULTADO PARCIAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO E MÉRITO CULTURAL** DO EDITAL **N° 001/2025** PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI No 14.399/2022)
Confira abaixo o Resultado parcial da Etapa de **Habilitação e Mérito cultural**.
• Este resultado é **parcial**, cabendo recursos.
• Será aberta a fase de recursos após esse resultado entre os dias 12/05/2025 à 14/05/2025

CATEGORIA: MÚSICA

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1ª	José Sandro Miranda da Silva (Pessoa física)	61,00	Selecionado
2°	Rafael Rodrigues (Pessoa física)	56,00	Selecionado
3°	Francisco Teodoro de Almeida (Pessoa física)	56,00	Selecionado
4°	Sandra Da Costa Barbosa (Pessoa física)	46,00	SUPLENTE (1º)
5°	Francisco Cláudio Pereira Brito (Pessoa física)	26,00	SUPLENTE (2º])
6°	José Henrique da Costa Barbosa (Pessoa física)	15,00	NÃO SELECIONADO
7°	Renato Anselmo Barbosa (Pessoa física)	15,00	NÃO SELECIONADO

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Quadrilha Junina Brilho Nordestino (Grupo ou Coletivo)	65,00	Selecionado
2°	Arraiá da Dona Chica (Grupo ou Coletivo)	60,00	Selecionado
3°	Grupo Só Alegria Parazinho/RN (Grupo ou Coletivo)	42,00	Selecionado
4°	Lucas Mateus da Silva (Pessoa Física)	26,00	NÃO SELECIONADO
5°	EDNALVA SILVA DA COSTA (Pessoa Física)	20,00	NÃO SELECIONADA

CATEGORIA: QUADRILHA

CATEGORIA: LITERATURA

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Jessika da Silva Gomes (Pessoa Física)	42,00	Selecionada

CATEGORIA: ARTESANATO

VAGA	PROPONENTE	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
1°	Rayssa Cruz Ramos (Pessoa Física)	66,00	Selecionada
2°	Maria Rayca Cruz Ramos (Pessoa Física)	66,00	Selecionada
3º	Maria Dantas da Silva (Pessoa Física)	65,00	Selecionada
4º	Maria de Fatima Barbosa Vituriano de Almeida (pessoa física)	62,00	Suplente
5º	Ivan Júnior Silveira do Nascimento (Pessoa Física)	0,00	Inabilitado

Esse é o resultado PARCIAL da ETAPA DE HABILITAÇÃO E MÉRITO CULTURAL do edital n° 001/2025, premiação para agentes culturais com recursos da política nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Os recursos serão recebidos no período de 12 à 14 de maio de 2025 através da plataforma, pelo link: https://parazinho.seletar.com.br/.

Parazinho, 9 de maio de 2025.

MARIA NAZARÉ TARQUÍNIO DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Silvana da Silva Soares
Código Identificador:1713398F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 218/2025– GAB/PREFEITO

Portaria de n° 218/2025– GAB/PREFEITO.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA A SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o art. 105 do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder licença sem remuneração, a servidora **GISLAYNE SUELLEN DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula 1206486, lotado na Secretaria Municipal de Gabinete Civil e Ouvidoria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de maio de 2025 e com data fim 02 de maio de 2027.

Parelhas, 09 de maio de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:8A869501

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 219/2025-GAB/PREFEITO

PORTARIA DE Nº 219/2025-GAB/PREFEITO

REVOGA A PORTARIA 133/2024.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria n°133/2024 de 28 de maio de 2024, tendo em vista que a Servidora ***Celia Bernardo de Melo*** teve sua solicitação aprovada sendo assim a Licença Sem Remuneração será revogada, conforme requerimento n°41021/2025

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30 de abril de 2025

Palácio Severino da Silva Oliveira, Parelhas, 09 de maio de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:D4F28344

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA N°220/2025-GAB/PREFEITO.

PORTARIA N°220/2025-GAB/PREFEITO.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o decreto 020/2024 de 16 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO, a necessidade de concessão de diárias aos servidores, para custeio de despesa e estadia fora do Município de Parelhas, na forma prevista no decreto.
CONSIDERANDO, que o referido beneficiário se deslocará para Brasília/DF
CONSIDERANDO, as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 100/2025, de 10 de abril de 2025.
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA			
MATRÍCULA: 1213903			
CPF: 030.335.144-64			
CARGO: PREFEITO			
LOTAÇÃO: GABINETE CIVIL E OUVIDORIA			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: CUMPRIR AGENDAS E PARTICIPAR DE REUNIÃOES NOS MINISTÉRIOS EM BRASÍLIA/DF			
DESTINO: BRASÍLIA/DF			
PERÍODO: 13/05/2025 A 15/05/2025			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Com pernoite	1.200,00	1.200,00
Total			**1.200,00**

Prefeitura Municipal de Parelhas, 09 de maio de 2025

GEORGE DANIEL DA SILVA SOUZA
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:AD3CC28E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

"EDITAL DE PREMIÇÃO POR TRAJETÓRIA CULTURAL DE PESSOAS FÍSICAS PARA PREMIAÇÃO PELA ATUAÇÃO NAS DIVERSAS LINGUAGENS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN, COM RECURSOS FEDERAIS DO PROGRAMA NACIONAL ALDIR BLANC, LEI COMPLEMENTAR 14.399/2022.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Parelhas/RN, a partir de minutas padronizadas ofertadas pelo Ministério da Cultura.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Parelhas/Secretaria Municipal de Educação Cultura,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), na Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1 – OBJETO
1.1 – O objeto deste Edital é a premiação de trajetórias artísticas e culturais individuais, das mais diversas expressões e linguagens artísticas, em reconhecimento a sua contribuição à memória, identidade e produção cultural do município de Parelhas e do Rio Grande do Norte.
1.2 – Cada proponente poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição, exclusivamente por meio do preenchimento de todos os itens solicitados neste edital.
1.3 – Quando houver duas inscrições pelo mesmo proponente, será considerada a data da última inscrição.
1.4 – Propostas escritas de formas idênticas, alternando apenas o proponente, será desclassificada de forma direta.

2 – DAS DEFINIÇÕES
2.1 – Expressões técnicas e jurídicas utilizadas neste edital:
2.2 – **Agente Cultural:** pessoa física atuante na arte ou na cultura, sendo pessoa física. A definição de agente cultural abrange os artistas, os produtores culturais, os mestres e mestras da cultura popular, os curadores, os técnicos, os assistentes e outros profissionais dedicados à realização de ações culturais.
2.3 – **Proponente**: é o agente cultural (pessoa física) que realizará a inscrição e será responsável pela iniciativa frente ao Edital, podendo ser representado ou indicar um agente cultura a ser premiado.
2.4 – **Pessoa com Deficiência**: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146/2015.
2.5 – **Pessoa Idosa:** pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
2.6 – **Trajetória artística e cultural**: é o conjunto de realizações e vivências de um agente cultural ao longo de sua história. Refere-se aos saberes e fazeres por ele desempenhados em diversas iniciativas ou manifestações artísticas e culturais.
2.7 – Todas as propostasdeverão ser acompanhar comprovações em atividades artísticos culturais, economia criativa ou outra ação relevante para o município, devendo estar em desenvolvimento há pelo menos 12 meses, antes da inscrição, a ser comprovada através de fotos, links, materiais e outros documentos.
2.8 – Em caso de envio de proposta impressa, não serão avaliados links, sendo necessário que inclusão dos prints em anexo.
2.9 – Ausência de comprovações desclassificará o proponente na fase de habilitação jurídica.

3 – DO CRONOGRAMA
3.1 – Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
1	Lançamento do edital	12 de maio de 2025
2	Inscrições da proposta	13 a 30 de maio de 2025
3	Análise do mérito cultural	02 a 16 de junho de 2025
4	Divulgação do resultado provisório	17 de junho de 2025
5	Recebimento de recurso	18 a 23 de maio de 2025
6	Análise de recurso	24 de maio de 2025
7	Divulgação do resultado do mérito cultural	26 de maio de 2025
8	Habilitação de documentos	30 de junho a 03 de julho de 2025
9	Divulgação do resultado provisório da habilitação	07 de julho de 2025
10	Recebimento de recurso	09 11 de julho 08 de 2025
11	Análise de recursos	14 e 15 de julho de 2025
12	Divulgação do resultado da habilitação	17 de julho de 2025
13	Aferição das políticas afirmativas	21 a 23 de julho de 2025
14	Divulgação do resultado final	25 de julho de 2025
15	Assinatura do termo de premiação cultural	31 julho de 2025
16	Realização de pagamentos	Até 12 e 13 de agosto de 2025

4 – DOS RECURSOS DISPONÍVEIS
4.1 – O valor total disponibilizado para premiação do edital é R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), distribuído nas seguintes categorias:
a) categoria destina exclusivamente para o artesanato:

CATEGORIA A	Premiação de trajetória artístico cultural para artesanato e economia criativa
QTD VAGAS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA	10
COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	3
COTAS PARA PCD	1
COTAS PARA INDIGENAS	1
TOTAL DE VAGAS	15
VALOR DA PREMIAÇÃO	R$ 2.000,00
VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO	R$ 30,000,00

b) Categoria destinada para as demais artístico-culturais do município:

CATEGORIA B	Premiação de trajetória artístico cultural para linguagens existente no município como música, artes cênicas, literatura e outras.
QTD VAGAS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA	6
COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	2
COTAS PARA PCD	1
COTAS PARA INDIGENAS	1
TOTAL DE VAGAS	10
VALOR DA PREMIAÇÃO	R$ 2.000,00
VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO	R$ 20,000,00

4.2 – Quando não houver número de inscritos ou contemplados dentro das vagas ofertadas, os valores das sobras deverão ser reteados entre os selecionados.
4.3 – A despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária, Conforme Lei 2.807/2025, de 06 de janeiro de 2025, Lei Orçamentária Anual do Município de Parelhas/RN.

5 – QUEM PODE SE INSCREVER
5.1 – Poderão participar deste edital:
a) Proponente pessoa física residente e domiciliada no Município de Parelhas/RN, há pelo menos 12 meses;
b) Pessoas físicas maiores de 18 anos com atuação nas diversas áreas culturais no município, comprovada por meio de portfólio cultural.
5.2 – O proponente é a pessoa física ou pessoa responsável pela inscrição do projeto.

6 – QUEM NÃO PODE SE INSCREVER
6.1 – Não podem se inscrever e ser proponentes neste Edital os agentes culturais que:
a) tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
b) sejam membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo (deputados, senadores, vereadores), do Poder Judiciário (juízes, desembargadores, ministros), do Ministério Público (promotor, procurador); do Tribunal de Contas (auditores e conselheiros).
c) tenham sido contemplados com recursos da PNAB 2024, através do Edital 001/2024 – edital de chamamento para fomento cultural.
d) sejam pessoas jurídica se qualquer natureza.
6.2 – Integrantes do Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas nos itens anteriores
6.3 – A participação de agentes culturais nas escutas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do Edital.

7 – ETAPAS DO EDITAL

7.1 – Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I – Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II – Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
III – Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
IV – **Políticas Afirmativas** – Aplicação de pontuações extras, cotas pra pessoas negras e pessoas com deficiência.
V – Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.
7.2 – Pontuações extras e aferição de políticas afirmativas seguiram ordem no cronograma no item 3.

8 – DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO
8.1 – As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulando no item 3, podendo ser prorrogado por decisão da gestão municipal.
8.2 – O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, à Rua Manoel de Azevedo, 231, Centro, CEP.: 59.360-000, Parelhas/RN, no horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.
8.3 – A inscrição se dará ainda por meio eletrônico com propostas enviadas para o e-mail: educacaoparelhas@gmail.com contendo todos os documentos assinados, em arquivo PDF, até às 23h59, do último dia de inscrição.
8.4 – Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado.

9 – DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO
9.1 **–** Documentos de inscrição a ser enviado:
a) Formulário de inscrição (Anexo I) – informações sobre a trajetória cultural;
b) Portfólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, páginas que comprovem a atuação cultural);
c) Autodeclaração étnico-racial (ANEXO III) ou de pessoa com deficiência (ANEXO IV), se for concorrer às cotas;
e) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
9.2 – O envio de inscrição deverá ser obrigatoriamente por meio de formulários oficiais fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob pena de desclassificação, em caso de propostas em formatos diferentes.
9.3 – O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
9.4 – A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura) no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

10 – ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS
10.1 – A análise de mérito e a seleção dos projetos culturais serão realizadas por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída pelo município ou por pareceristas contratados, podendo ser publicado, com antecedência mínima de 3 dias.
10.2 – Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
a) Tenham interesse direto na matéria;
b) Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos 12 meses, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
10.3 – O membro da Comissão de Avaliação e Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
10.4 – Para esta seleção serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	**Tempo de atuação comprovada** por meio de fotos, matérias, prints e outros documentos,	Um ano de atuação: 1 ponto De 01 a 05 anos: 5 pontos De 06 a 10 anos: 10 pontos De 11 a 15 anos: 15 pontos Acima de 15 anos: 20 pontos
B	**Trajetória artística e cultural**: avaliando os anos de atuação e sua contribuição para o desenvolvimento, preservação e fortalecimento da cultura do município de Parelhas/RN.	15
C	Integração e inovação do agente cultural com outras esferas do conhecimento e da vida social. Ex.: integração entre cultura e educação, cultura e saúde, cultura e meio ambiente, etc.	15
D	Contribuição a populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc)	15
E	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, etc	15
PONTUAÇÃO TOTAL 80		

10.5 – O proponente que não atingir o ponto de corte equivalente à nota mínima de 40 pontos, na avaliação de mérito, será desclassificado e não receberá pontuação extra.
10.6 – A nota da Comissão de Avaliação e Seleção será aplicada de forma coletiva, sendo vedado nota individual.
10.7 – Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:
maior pontuação no item A;
maior pontuação no item B;
maior pontuação no item C.
10.8 – Persistindo o empate, o Comissão de Avaliação e Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.
10.9 – A Comissão de Avaliação e Seleção indicará uma lista de suplentes que atingirem o ponto de corte. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.
10.10 – A aplicação de notas pela Comissão de Avaliação e Seleção é soberana, cabendo recurso técnico especificamente sobre o tema.
10.11 – A relação dos pré-selecionados será publicada nos canais oficiais e no site da Prefeitura Municipal de Parelhas/RN (www.parelhas.rn.gov.br).
10.12 – Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail: educacaoparelhas@gmail.com dentro do prazo estipulado no cronograma, modelo no anexo V.
10.13 – Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
10.14 – Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no site da Prefeitura de Parelhas/RN (www.parelhas.rn.gov.br).

11 – DA HABILITAÇÃO DE PROPOSTAS
11.1 – Na etapa de Habilitação será avaliado o correto preenchimento do formulário, contendo todos os anexos obrigatórios, e o atendimento às condições previstas no item 9.
11.2 – Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou designada pelo Chefe do Executivo.
11.3 – A lista de habilitados e inabilitados será publicada nos canais oficiais e no site da Prefeitura Municipal de Parelhas/RN (www.parelhas.rn.gov.br).
11.4 – Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Secretária Municipal de Educação e Cultura através do e-mail: educacaoparelhas@gmail.com dentro do prazo previsto neste edital.

12 – DOCUMETO DE HABILITAÇÃO:
– Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
12.2 – Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
12.3 – Certidão Negativa de Débito Municipal;
– Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;

12.5 – Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;

13 – DAS PONTUAÇÕES EXTRAS

13.1 – O proponente receberá bônus de pontuação extra, após a habilitação, conforme critérios abaixo especificados:

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação
A	Agentes culturais do gênero feminino	5
B	Agentes culturais negros, indígenas e Pessoas Com Deficiência	5
C	Agentes culturais residentes na zona rural e nas áreas periféricas	5
D	Agentes culturais, idosos, transgêneros, matriz africana, ciganos, artistas circenses, pessoas com deficiência, projetos direcionados pra zona rural ou áreas de difícil acesso e/ou áreas periféricas	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL ..... 20 PONTOS		

14 – DAS COTAS

14.1 – Ficam garantidas cotas étnicas-raciais nas seguintes proporções:
a) O total de 25%, para pessoas negras;
b) O total de 10% para pessoas indígenas;
c) O total de 5%, para PCD;
14.2 – Os proponentes que optarem por concorrer às cotas para pessoas negras e indígenas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
14.3 – Os proponentes negros e indígenas optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
14.4 – Na desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
14.5 – Quando não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas previstas na seleção, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
14.6 – Caso não haja outra categoria de cotas de que trata o item 6.1, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
14.7 – Para concorrer às cotas, o proponente deverá autodeclarar-se no ato da inscrição usando a autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo III.
14.8 – Para fins de verificação da autodeclaração, serão realizados os seguintes procedimentos complementares:
I – Solicitação de carta Substanciada (Anexo VI);
II – Outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras.
14.9 – É permitido indicação de agente cultural a ser premidas, inscrita por terceiro.

15 – TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

15.1 – Após o resultado final, os proponentes aprovados, serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural e receber o prêmio (Anexo VII)
15.2 – O agente cultural deverá enviar informações para recebimento de recursos, sendo:
a) conta bancária deve estar em nome do agente cultural premiado;
b) O proponente pode informar dados bancários de uma conta já existente, sem necessidade da abertura de uma nova conta;
c) O agente cultural deve informar os dados como agência, número da conta e banco:
d) Não serão realizados pagamentos por transferência PIX.

16 – DAS SIPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações nosite oficinas da Prefeitura de Parelhas.
16.2 – O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site(www.parelhas.rn.gov.br) e podem ser solicitados pelo e-mail: educacaoparelhas@gmail.com canal utilizado para dúvidas e demais informações.
16.3 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Parelhas/Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
16.4 – Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
16.5 – O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Parelhas/Secretaria Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
16.6 – O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.
16.7 – Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I – Formulário de Inscrição;
Anexo II – Declaração de residência;
Anexo III – Declaração para cotas – pessoas negras ou pessoas indígenas;
Anexo IV – Declaração para cotas PCD;
Anexo V – Formulário de recurso;
Anexo VI – Modelo de Carta Substanciada
Anexo VII – Termo de Execução Cultural;

Parelhas/RN, 12 de março de 2025.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:B793BA0B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO I FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1 – DADOS DO PROPONENTE:
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:
Agência:
Conta:
Banco:

1.1 - Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana ( ) Zona rural

1.2 - Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

1.3 - Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

2– VOCÊ É UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD?
( ) Sim ( ) Não

2.1 - Caso tenha marcado "sim" qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual

3 – VOCÊ RESIDE EM QUAIS DESSAS ÁREAS?
( ) Zona urbana central ( ) Zona rural

4 – PERTENCE A ALGUMA COMUNIDADE TRADICIONAL?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

5 - VAI CONCORRER ÀS COTAS (PARA CATEGORIAS QUE CONTEMPLAM PESSOAS FÍSICAS)?
( ) Sim ( ) Não

5.1 – Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena

6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL
6.1 - Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

6.2 - Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve. Detalhe ano, local, atividade realizada.
6.3 – Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.

6.4 – Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

6.5 – Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?

6.6 – Quais atividades desenvolve atualmente?

7 – DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA
Junte documentos que comprovem a sua atuação cultural, tal como cartazes, folders, reportagens de revistas, certificados, premiações, entre outros documentos)

Parelhas/RN, ___ de _____ de 2025.

_____
Nome e assinatura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:5A806F8D

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO II DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO II
DECLARAÇÃODERESIDÊNCIA
(Lei Nº. 7.115/83)
(Apenas para Pessoa Física)

Eu_____ documento de identidade_____ órgão exp._____ CPF _____ nacionalidade _____ naturalidade _____ telefone (DDD e n°) __ _____ celular_____ e-mail_____ na falta de documentos para comprovação de residência, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de Parelhas/RN, há ____ anos, e atualmente no endereço _____
Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Parelhas/RN, ___ de _____ de 2025.

_____
Nome Completo e Assinatura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:BFD5CDF5

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO III DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO III
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Parelhas/RN, _____ de _____ de 2025.

_____
NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:075C720F

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO V DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO V

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital 02/2024 – Edital de Premiação por Trajetória Artísticos-Culturais que sou Pessoa Com Deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Parelhas/RN, _____de _____ de 2025.

_____
Nome completo e assinatura do declarante

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:EE4BF4B6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO V FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO V
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 02/2024 – Edital de Premiação Por Trajetória Artísticos-Culturais, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

Parelhas/RN, _____ de _____ de 2025.
_____
Nome completo e assinatura

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO V
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Prefeitura Municipal de Parelhas/Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital 02/2024 – Edital de Premiação por Trajetória Artísticos-Culturais, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

Parelhas/RN, _____ de _____ de 2025.
_____
Nome completo e assinatura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:52AAF637

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO VI MODELO DE CARTA SUBSTANCIADA

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO Vi
MODELO DE CARTA SUBSTANCIADA

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

Eu, ..., CPF nº ....., RG nº ....., DECLARO que os seguintes motivos justificam minha autodeclaração étnico-racial:
(O agente cultural deve apresentar aqui sua história, explicando porque se considera pessoa negra ou indígena)
.....

Parelhas/RN, _____ de _____ de 2025.
_____
Nome completo e assinatura

Obs. Anexar uma foto de perfil esquerdo, perfil direito e de frente, destacando as partes do tórax pra cima.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:4168ED68

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
ANEXO VII RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

EDITAL Nº 002/2024 – PMP/SEMEC
EDITAL DE PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA ARTÍSTICOS-CULTURAIS

ANEXO VII
RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO PROPONENTE:
Nº DO CPF:
DADOS BANCÁRIOS – NOME DO BANCO: _____
Nº DA CONTA: _____ AGÊNCIA: _____

PREMIADO:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao Edital de Premiação Cultural [NOME E NÚMERO DO EDITAL].

Parelhas/RN, ___ de _____ de 2025.
_____
Nome e Assinatura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:49464F70

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de aquisição de material de expediente, para atender as demandas das secretarias municipais deste munícipio.

CONSIDERANDO à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades e o alcance dos resultados planejados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no que tange as atividades administrativas exercidas pelo órgão de direito público interno.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2025), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE MUNÍCIPIO,em favor da empresa**: LEONARDO COSTA DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.183.984/0001-00**, estabelecida a Av. Remador Clodoaldo Bakker, nº 1314 – B, Pajuçara, Natal/RN – CEP: 59.132-000, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 61.042,65 (sessenta e um mil, quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 618/2025,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2025,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 09 de maio de 2025.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 008.213.744-78

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:36E994F3

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de aquisição de brindes para serem distribuídos no evento alusivo ao dia das mães, que será realizado pela Secretaria Municipal de Administração.

CONSIDERANDO à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades e o alcance dos resultados planejados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no que tange as atividades administrativas exercidas pelo órgão de direito público interno.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2025), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NO EVENTO ALUSIVO AO DIA DAS MÃES, QUE SERÁ REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,em favor da empresa**: CIRNE IRMAOS & CIA LTDA (ISKISITA ATACADO), inscrita no CNPJ sob nº 08.326.720/0002-34**, estabelecida a Rua Dom Nivaldo Monte, S/N – Lote 1177 – 18 – 231 A - 242, Emaús, Parnamirim/RN – CEP: 59.149-070, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 11.042,00 (onze mil e quarenta e dois reais).

A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1050/2025,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2025,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 09 de maio de 2025.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 008.213.744-78

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:C0A1ADD5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 193/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder meia diária a senhor FRANCISCO LOPES NETO, ocupante do Cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Matricula 1192, sendo o valor total de uma **diária R$ 250,00(Duzentos e cinquenta reais)**, totalizando **R$125,00** (cento e vinte e cinco reais**)**, para custear as despesas de transporte e alimentação, durante o seu deslocamento a cidade de Tangara/RN, no dia 12 de maio de 2025, para reunião anual do Escritório Regional da Operação Carro-Pipa da 7ª Bda Inf Mtz com as COMPEDCs tem por finalidade padronizar os procedimentos acerca da Operação Carro-

Pipa no âmbito deste Escritório Regional, e ainda, estreitar os laços de cooperação institucional.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRA PRETA/RN, em 09 de maio de 2025.

Atenciosamente

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:F1FD9E58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 194/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder meia diária a senhor RODRIGO LEONARDO ALVES BANDEIRA, ocupante do Cargo de CONTROLADOR, Matricula 1194, sendo o valor total de uma **diária R$ 250,00(Duzentos e cinquenta reais)**, totalizando **R$125,00** (cento e vinte e cinco reais**)**, para custear as despesas de transporte e alimentação, durante o seu deslocamento a cidade de Tangara/RN, no dia 12 de maio de 2025, para reunião anual do Escritório Regional da Operação Carro-Pipa da 7ª Bda Inf Mtz com as COMPEDCs tem por finalidade padronizar os procedimentos acerca da Operação Carro-Pipa no âmbito deste Escritório Regional, e ainda, estreitar os laços de cooperação institucional.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRA PRETA/RN, em 09 de Maio de 2025.

ATENCIOSAMENTE

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:A036C862

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 195/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder meia diária a senhor DIEGO LUIZ DE OLIVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Assessor tecnico, Matricula 844, sendo o valor total de uma **diária R$ 150,00(cento e cinquenta reais)**, totalizando **R$75,00** (setenta e cinco reais**)**, para custear as despesas de transporte e alimentação, durante o seu deslocamento a cidade de Tangara/RN, no dia 12 de maio de 2025, para reunião anual do Escritório Regional da Operação Carro-Pipa da 7ª Bda Inf Mtz com as COMPEDCs tem por finalidade padronizar os procedimentos acerca da Operação Carro-Pipa no âmbito deste Escritório Regional, e ainda, estreitar os laços de cooperação institucional.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRA PRETA/RN, em 09 de Maio de 2025.

ATENCIOSAMENTE

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:FE8FC171

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 196 /2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder meia diária a senhora Renata Gabriela de Medeiros Bandeira, ocupante do Cargo de SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Matricula 550, sendo o valor total de uma **diária R$ 250,00(Duzentos e cinquenta reais)**, totalizando **R$125,00** (cento e vinte e cinco reias**)**, para custear as despesas de transporte e alimentação, durante o seu deslocamento a cidade de Natal/RN, no dia 12 de maio das 08h as 16h00 onde a mesma irá participar de evento formativo, realizado pela UNDIME/RN .
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRA PRETA/RN, em 09 de maio de 2025.

Atenciosamente

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:605D0A12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 197 /2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder meia diária ao senhor FRANCISCO DAILOU GOMES BANDEIRA, ocupante do Cargo de PROFESSOR, Matricula 54, sendo o valor total de uma **diária R$ 150,00(cento e cinquenta reais)**, totalizando **R$75,00** (setenta e cinco reais**)**, para custear as despesas de transporte e alimentação, durante o seu deslocamento a cidade de Natal/RN, no dia 12 de maio das 08h as 16h00 onde a mesma irá participar de evento formativo, realizado pela UNDIME/RN .

Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRA PRETA/RN, em 09 de maio de 2025.

Atenciosamente

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:75E358F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 53/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADA: O M FELIX DE MEDEIROS – CNPJ: 19.438.422/0001-71
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO

DESTINADOS AO HOSPITAL MUNICIPAL GOVERNADOR JOSÉ VARELA E PACIENTES ACAMADOS A DOMICÍLIO, ASSIM ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO AVELINO-RN.
Valor: R$ 116.840,00 (cento e dezesseis mil, oitocentos e quarenta reais)
Vigência: 12 (Doze) meses a partir da data de sua assinatura.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 14.133/2021, Art. 75, III, a (PNCP)

Pedro Avelino–RN, 29 de abril de 2025.

MARINA TEODORO DA TRINDADE.
Prefeita Municipal - P/Contratante

ODILANI MARIA FELIX DE MEDEIROS COTIA.
Socia Titular -P/Contratada

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:F243FC92

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 - SRP

O município de Pedro Avelino–RN realizará no dia **27/05/2025 às 09h01min**, a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 10/2025**, com critério de julgamento **menor preço por lote,** nos termos da Lei n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, objetivando Registro de Preço para futura contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada em instalação e fornecimento de equipamentos necessários a modernização da iluminação pública do município de Pedro Avelino–RN.

Local:**https://www.portaldecompraspublicas.com.br**
Informações complementares: Os interessados poderão adquirir o edital no Portal de Compras Públicas e/ou solicitar através do E-mail:**pmpacpl2@gmail.com.**

Pedro Avelino–RN, 09 de maio de 2025.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:8ABDFAAA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 - SRP

O município de Pedro Avelino–RN realizará no**dia 27/05/2025 às 11h31min**, a sessão pública do**Pregão Eletrônico n.º 12/2025**, com critério de julgamento **menor preço por item,** nos termos da Lei n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE (PESSOA JURÍDICA) EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR/TRANSPORTE DE ESTUDANTES, visando atender às necessidades da Rede Pública de Ensino do Município de Pedro Avelino–RN, ano letivo 2025, bem como, aos estudantes do IFRN e de Graduação (Ensino Superior), de modo a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura** do município de Pedro Avelino–RN.

Local:**https://www.portaldecompraspublicas.com.br**
Informações complementares: Os interessados poderão adquirir o edital no Portal de Compras Públicas e/ou solicitar através do E-mail:**pmpacpl2@gmail.com.**

Pedro Avelino–RN, 09 de maio de 2025.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:DB77F8DA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 54/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO – CNPJ: 08.294.654/0001-87
CONTRATADA: KATIA DO VALE CLINICA GINECOLÓGICA LTDA – CNPJ: 53.384.342/0001-19
OBJETO: 1.1. Contratação de empresa especializada para a realização de exames e procedimentos ginecológicos, visando atender à demanda da secretaria municipal de saúde de Pedro Avelino–RN.
Valor: R$ 34.450,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.
FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 75, II da Lei. 14.133/2021

Pedro Avelino–RN, 02 de maio de 2025.

MARINA TEODORO DA TRINDADE.
Prefeita Constitucional.
P/Contratante.

KATIA KALIANNE DO VALE SOUSA.
Sócia Administradora.
P/Contratada.

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:CAD86B9D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 - SRP

O município de Pedro Avelino–RN realizará no**dia 28/05/2025 às 09h01min**, a sessão pública do**Pregão Eletrônico n.º 11/2025**, com critério de julgamento **menor preço por lote,** nos termos da Lei n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, objetivando Registro de Preço para futura contratação de empresa para prestação de serviços de forma parcelada na locação de aparelhos de ar-condicionado para a sede da Prefeitura e demais Secretarias do município de Pedro Avelino–RN.

Local:**https://www.portaldecompraspublicas.com.br**
Informações complementares: Os interessados poderão adquirir o edital no Portal de Compras Públicas e/ou solicitar através do E-mail:**pmpacpl2@gmail.com.**

Pedro Avelino–RN, 09 de maio de 2025.

EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Emanoel Jose Bezerra de Sena
Código Identificador:4AA407E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250415001 – MADEIRAS...

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250415001. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa M H F DE FREITAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 14.148.901/0001-30, estabelecida na ROD. RN-75, Nº 37, ZONA RURAL, Cep. 59960-000 – Pilões/RN. OBJETO:REGISTRO DE

PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE (MADEIRAS), COM FINALIDADE DEATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE PILÕES/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. RECURSOS: R$ 197.800,00 (cento e noventa e sete mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 09/05/2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa M H F DE FREITAS LTDA a Sra. Maria Helena Ferreira de Freitas.

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:12A07634

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250326002 – MATERIAL ELETRICO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250326002.PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa EF DE AQUINO FREITAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 10.298.626/0001-80, estabelecida na Rua Severino Lemos, nº 21, Centro, Cep. 59960-000 – Pilões/RN. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, COM FINALIDADE DE ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE PILÕES/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. RECURSOS: R$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: 09/05//2025 a 08/05//2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa EF DE AQUINO FREITAS LTDA a Sra. Edilene Ferreira de Aquino Freitas.

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:64838E5D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-03 - DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-03
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250401001-03. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 10.538.476/0001-34, estabelecida na Rua. Leonardo Teixeira, 246, aeroporto, Mossoró-rn, cep 59.607-640. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PILÕES/RN. RECURSOS: R$ 200.418,40 (duzentos mil e quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 08/05/2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA o Sr. Oseas Monthalggan Fernandes Costa.

Publicado por:
Geraldo de Oliveira Silva
Código Identificador:405DA4D7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-05 - HOSPMEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-05
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250401001-05. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa HOSPMEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 33.160.739/0001-10, estabelecida na RUA MANOEL ELPÍDIO, Nº 87/A - BAIRRO: PENEDO - CAICÓ/RN - CEP: 59300-000. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PILÕES/RN. RECURSOS: R$ 129.994,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e noventa e quatro reais). VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 08/05/2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa HOSPMEDICAL - COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA o Sr. João Eufrazio de Medeiros Neto.

Publicado por:
Geraldo de Oliveira Silva
Código Identificador:DC4CB483

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-04 - PHOSPODONT LTDA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-04
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250401001-04. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa PHOSPODONT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 04.451.626/0001-75, estabelecida na a Avenida Ayrton Senna, Capim Macio, NATAL, CEP. 59.080-100. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PILÕES/RN. RECURSOS: R$ 30.603,00 (trinta mil e seiscentos e três reais). VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 08/05/2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa PHOSPODONT LTDA a Sra. Ana Maria Pinheiro Ferreira.

Publicado por:
Geraldo de Oliveira Silva
Código Identificador:9C2C8F4E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-07 - KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-07
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250401001-07. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 51.685.649/0001-24, estabelecida na Rua Duque de Caxias, Número 410, Complemento LOJA: E 414, Erechim-RS, Cep 99700-274. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PILÕES/RN. RECURSOS: R$ 5.799,90 (cinco mil setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos). VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 08/05/2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA a Sra. Idalina Fernandes Chmiel.

Publicado por:
Geraldo de Oliveira Silva
Código Identificador:E67F6179

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-02 - EXOMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE SRP Nº 20250401001-02
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 20250401001-02. PARTES: Prefeitura Municipal de Pilões/RN, CNPJ:08.148.488/0001-00 e a Empresa EXOMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com o CNPJ sob o número 12.882.932/0001-94, estabelecida na Rua das Moças, 402. Arruda - Recife-PE CEP: 52.120.320. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PILÕES/RN. RECURSOS: R$ 32.305,00 (trinta e dois mil trezentos e cinco reais). VIGÊNCIA: 09/05/2025 a 08/05/2026. DATA DE ASSINATURA: 09/05/2025. SIGNATÁRIOS: Pela PMP a Sra. Maria Madalena de Sousa, Prefeita Constitucional e pela empresa EXOMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA o Sr. Erick Gomes Vieira de Melo.

Publicado por:
Geraldo de Oliveira Silva
Código Identificador:8ADA4C00

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO N.º 0028/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025 - COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO CULTURAL - CAC

DECRETO N.º 0028/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a criação, atribuições e competências do Comitê de Acompanhamento Cultural - CAC, e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PILÕES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 14.399/2022, de 8 de julho de 2022, Lei da Política Nacional de Fomento Aldir Blanc que dispõem sobre destinação de recursos federais aos municípios, estados e Distrito Federal, a serem repassados ao setor cultural expede o seguinte decreto:

Art. 1º - Fica criado Comitê de Acompanhamento Cultural - CAC, em caráter provisório, consultivo, normativo e deliberativo. A ele compete aprovação dos cadastros culturais e coletivos, avaliação de propostas emitidas pelo setor cultural no município.

Art. 2º - O Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC terá validade até a data 31 de dezembro de 2025, podendo ser acompanhado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, quando instalado.

Art. 3º - O Comitê de Acompanhamento Cultural - CAC atuará especificamente na descentralização de recursos emergenciais culturais oriundo da Lei 14.017/2020, Lei Aldir Blanc.

Art. 4º. O Comitê de Acompanhamento Cultural será composto por 3 (três) membros, sendo 01 (um) representante da sociedade civil e 02 (dois) representantes da Administração Pública Municipal, garantido assento nato ao Secretário Municipal de Cultura, contendo a seguinte composição:

a) Bernardino Francisco da Silva Neto, Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
b) Francisco Willamy Soares, Secretário Municipal de Finanças e Tributação;
c) Ana Clara Cavalcante Gama, Representante do Seguimento Cultural.

§ 1º - O Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC será presidido pelo Secretário de Cultura, o qual terá voto minerva.

§ 2º - Os membros indicados pelo Poder Executivo serão de livre escolha, devendo fazer parte do quadro de funcionários efetivos, comissionados ou contratados da Prefeitura Municipal.

§ 3º - Membro da sociedade civil no Comitê de Acompanhamento Cultural será eleito ou indicados por associações, trabalhadores e trabalhadoras da cultura ou entidades de classe com reconhecida representatividade na área cultural, educacional e social.

§ 4º Os representantes da sociedade civil poderão ser escolhidos por aclamação durante reunião convocada exclusivamente para estes fins, fóruns, conferências presenciais, virtuais ou hibrida.

§ 5° - Os membros do Comitê de Acompanhamento Cultural prestarão serviços de utilidade pública e ficarão impedidos de receber qualquer tipo de vantagem pecuniária, apresentar projetos ou receber benefício, no que trata a Lei, em nível municipal, vedação estendida a parentes de 1º e 2º graus.

§ 6º - As decisões do Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC serão tomadas por maioria simples e lavrada em livro de atas ou documento avulso, podendo ser publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 5º - O Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC, terá sede na Secretaria Municipal de Cultura, ou em local a ser definido pela Administração Municipal.

Art. 6º - Os interessados em compor o respectivo Comitê deverão preencher o cadastro cultural individual ou coletivo que serão disponibilizados pela Prefeitura Municipal.

Art. 7º - O Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC se reunirá ordinária e extraordinariamente, em local e data a serem agendados coletivamente, para deliberar sobre projetos apresentados, com pelo menos 48 horas de antecedência.

Art. 8º - Cabe ao Comitê de Acompanhamento Cultural analisar critérios contidos em editais públicos, que assegure o apoio aos projetos culturais apresentado e que sejam executados na forma da Lei Complementar 195/2022 e Lei 14.399/2022.

Art. 9º - A aplicação dos recursos destinados ao setor cultural deverá obedecer a todos os estabelecidos na Lei Complementar 195/2022, no Decreto Fomento 11.525/2023, no Decreto de Regulamentação Federal 11.453/2023 e Lei 14.399/2022.

Art. 10º – Compete ao Comitê de Acompanhamento Cultural - CAC:

I - Analisar e promover o cumprimento da finalidade dos recursos a serem destinados por meio de editais públicos e/ou outros procedimentos adotados;
II – Decidir sobre beneficiários contemplados cumprindo as normas e diretrizes adotadas para avaliação de projetos a serem submetidos ao município;
III - elaborar e aprovar as pautas das reuniões;
IV - Submeter, à apreciação da Prefeita Municipal relatório das atividades desenvolvidos durante avaliação de projetos e tornar decisão coletiva pública;

V – Avaliar propostas de projetos inscritos para captação de recursos junto ao município.

Art. 11º. Compete ao Presidente do Comitê de Acompanhamento Cultural:
I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
II - Aprovar a pauta de cada reunião;
III - Representar o Comissão ou designar membro para esta finalidade;
IV – Acompanhar o pagamento através de contas bancárias aos beneficiários junto ao setor de finança do município, após autorização do Chefe do Executivo;
V - Assinar memorandos, ofícios e quaisquer outros documentos relacionados com as atividades de administração do Comitê;
VI - Submeter a Prefeita Municipal as questões que dependam de deliberação superior;
VII - Designar os componentes do Comitê de Acompanhamento Cultural.
VIII - Outras atribuições estabelecidas através de resoluções e normativas, em acordo com a Lei.

Art. 12º. Compete aos demais membros do Comitê de Acompanhamento Cultural:
I - Participar das reuniões;
II – Habilitar e inabilitar documentos que façam parte de projetos inscritos para avaliação.
III - propor discussões de problemas concernentes à atuação do Comitê em observância aos critérios estabelecidos por editais em acordo com a Lei.
IV - Elaborar resoluções e instruções normativas;
V - Coordenar todos os trâmites administrativos necessários ao seu pleno funcionamento, inclusive os relacionados a concessão de benefício ao setor cultural;
VI - Acompanhar os projetos aprovados, encaminhando ao Presidente do Comitê, ao seu término ou a qualquer tempo, Relatório Técnico de Acompanhamento e Avaliação;
VI - Outras atribuições estabelecidas em instruções normativas.

Art. 13º – Os casos omissos serão decididos pela maioria simples do Comitê de Acompanhamento Cultural.

Art. 14º – O Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC terá prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, sendo destituído automaticamente após o prazo estabelecido.

Art. 16 – Os membros do Comitê de Acompanhamento Cultural – CAC de Pilões/RN serão nomeados por meio de portaria com publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 17 – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, Secretaria de Governo, em Pilões/RN, 12 de maio de 2025.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:7B30C9C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 306/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 306/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Marcio Jose de Oliveira Rocha**, matrícula nº **689**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessenta reais**), perfazendo o total de **R$ (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **08/05**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 09 de Maiode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:AADB0D7B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 307/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 307/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Ranielly Barboza de Lucena**, matrícula nº **518**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (Meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**Sessenta reais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Mossoró/RN**, no(s) dia(s) **09/05**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 09 de Maiode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:5166A937

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 308/2025 - SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 308/2025 - SEMSAB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 63 da Lei Municipal de Nº 181/2007 que trata do Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Valdemar de Araújo Bezerra**, matrícula nº **904**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5(meia)**diária (s), ao preço unitário de R$ **60,00**(**SessentaReais**), perfazendo o total de **R$ 30,00 (Trinta Reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e HOSPEDAGEM na cidade de **Alexandria/RN**, no(s) dia(s) **09/05**, do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, paciente para realizar procedimentos médicos/consulta médica/tratamento oncológico/ exames em geral/ perícia médica**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, em 09de Maiode 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:D2252DA8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – PE/FMS

TERMO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – PE/FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19030001/2025

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Insumos Odontológicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Portalegre/RN.

O Secretário Municipal de Saúde e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o teor do despacho do Pregoeiro Municipal datado de 08 de maio de 2025, resolve:

ANULAR o Pregão Eletrônico nº 013/2025 – PE/FMS, cujo objeto é o Registro de Preços para Aquisição de Insumos Odontológicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Portalegre/RN, em razão da constatação de erro material no cadastramento do benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006, o qual comprometeu a regularidade do procedimento licitatório.

A presente anulação visa resguardar os princípios da legalidade, isonomia, transparência e vinculação ao instrumento convocatório, assegurando a correta aplicação da legislação pertinente e o adequado processamento do certame.
O processo será reavaliado e, posteriormente, será promovida nova licitação com as devidas correções, visando o atendimento ao interesse público e a continuidade da prestação dos serviços de saúde no município.

Publique-se este Termo de Anulação no Diário Oficial do Município e demais meios oficiais para conhecimento dos interessados e para os efeitos legais.

Portalegre/RN, 09 de maio de 2025.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:FA1B196E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 361, DE 08 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

PORTARIA N° 361, DE 08 DE MAIO DE 2025 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DESTINADA À SELEÇÃO DE ALFABETIZADORES POPULARES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA, NO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de realização de Chamada Pública para seleção e composição de banco de profissionais alfabetizadores populares vinculados ao Programa Brasil Alfabetizado – PBA;

CONSIDERANDO o interesse público na efetivação das ações do referido Programa no âmbito municipal, em conformidade com as diretrizes federais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, para compor a Comissão Especial encarregada de coordenar e executar todas as etapas da Chamada Pública destinada à seleção de Alfabetizadores Populares no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado – PBA no Município de Portalegre/RN, as seguintes servidoras:
I – Maria Aparecida Costa Moura – Presidente;
II – Sabrina Micaeli Rocha Vieira de Oliveira – Membro;
III – Carla Dannielle Santos Leite – Membro.

Art. 2º Compete à Comissão Especial:
I – Planejar, coordenar e executar todas as fases da Chamada Pública;
II – Proceder à análise e avaliação das inscrições e documentações apresentadas;
III – Assegurar a legalidade, transparência, publicidade e isonomia do processo seletivo;
IV – Emitir relatórios, pareceres e demais documentos atinentes ao certame;
V – Observar e cumprir as normativas aplicáveis ao Programa Brasil Alfabetizado, inclusive as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:ACED5E7B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 138/2025-GP

Pureza/RN, 09 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica **exonerado** do cargo comissionado "Assessor Especial" da Prefeitura Municipal de Pureza/RN, o Senhor **ROSENDO PEREIRA DO VALE**, portador do CPF/MF: 422.349.214-49.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2025.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:AEABFEEF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 139/2025-GP

Pureza/RN, 09 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica **exonerado** do cargo comissionado "Assessor Especial" da Prefeitura Municipal de Pureza/RN, o Senhor **JOÃO JUSSIER COUTINHO DA SILVA**, portador do CPF/MF: 067.981.654-27.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2025.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:3569BCC4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 140/2025-GP

Pureza/RN, 08 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica **exonerado** do cargo comissionado "Assessor Especial" da Prefeitura Municipal de Pureza/RN, o Senhor **MICHEL ANDERSON LOPES DE ALMEIDA**, portador do CPF/MF: 086.490.46.4-95.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2025.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:B5B826BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 141/2025-GP

Pureza/RN, 09 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica **nomeado** para ocupar o cargo comissionado "Assessor Especial" da Prefeitura Municipal de Pureza/RN, o Senhor **IGOR FERREIRA DA COSTA**, portador do CPF/MF: 112.955.864-95.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2025.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:6F2D4F45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 142/2025-GP

Pureza/RN, 09 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica **nomeada** para ocupar o cargo comissionado "Assessora Especial" da Prefeitura Municipal de Pureza/RN, a Senhora **GLEYSA GABRIELA SANTOS DA SILVA**, portador do CPF/MF: 049.369.744-63.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2025.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:BCCEF0BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 143/2025-GP

Pureza/RN, 09 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Fica **nomeado** para ocupar o cargo comissionado "Assessor Especial" da Prefeitura Municipal de Pureza/RN, o Senhor **JULIAN SANTOS DE OLIVEIRA**, portador do CPF/MF: 072.213.514-90.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2025.

Publique-se e
Cumpra-se.

RICARDO SANTOS DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:27C1E400

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 116/2025

CONTRATO Nº 116/2025

ORIGEM: DISPENSA Nº 57/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101522/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZARN
CNPJ: 08.290.223/0001-42

CONTRATADO: A. CANDIDO DE OLIVEIRA
CNPJ: 17.764.834/0001-76

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS AFIM DE ATENDER A DEMANDA DAS FESTIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PREZA/RN.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 56.300,00 (cinquenta e seis mil e trezentos reais).

ÓRGAO: 03 – PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 001– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 0001 – PLANEJAMENTO DE GESTÃO
PROJ./ATIV: 2007 – MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
FONTE.....: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
FONTE.....: 17200000 – Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOAL JURIDICA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.35 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

VIGÊNCIA:30 de abril de 2025 até dia 29 de abril de 2026.

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, II.

Data Assinatura: 29 de abril de 2025.

Publicado por:
Elionaldo Ângelo da Silva
Código Identificador:72FE802E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO Nº 00003/2025
OBJETO: Credenciamento para formalização de contratação com artistas e grupos artístico– culturais visando a apresentação nas festividades de Emancipação Política e do São João de Rua, e demais eventos a serem realizados pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana–RN. CREDENCIADOS nos termos do instrumento convocatório: Ana Catarina Oliveira Chaves; Ana Gracilda Leite do Nascimento Pereira; Antonio Pereira Nunes; Edson Yuri de Carvalho Silva; Eliane Francisca da Costa Silva; Evelyn Cavalcante da Costa; Francisco Ferreira da Silva Sobrinho; Francisco José Regiane de O. Silva; Francisco Michel Douglas Nunes; Francisco Valmir de Sousa; Franclin Lucier de Souza; Galdino José de Carvalho; Gentil Pereira Damasceno; Iandra Caroline da Costa Fernandes; Jeffserson Aires de Carvalho; José Bento de Souza; José de Arimateia Nunes; José Eduardo Fernandes Viana; José Vandaécio de Souza; José Wilton de Carvalho; Lucas de Oliveira Silva; Luiz Antonio Nunes do Nascimento Costa; Marcos Daniel Alves; Maria Campos Ferreira da Silva; Neilson Galdino de Souza Silva; Neuton Galdino Souza; Orlanildo Pinheiro da Silva; Raimundo Aguinaldo Pereira; Raimundo Rubenildo da Silva; Regineide Patrícia Elias de Souza e Sebastião Francisco das Chagas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço: Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN.Telefone: (84) 33870055. E-mail: cplriacho2021@gmail.com.
Riacho de Santana - RN, 17 de Abril de 2025

- Presidente da Comissão

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:77890E4E

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 00003/2025

Nos termos do relatório final apresentado e observado parecer da assessoria jurídica, referente ao Credenciamento nº 00003/2025, que objetiva: Credenciamento para formalização de contratação com artistas e grupos artístico– culturais visando a apresentação nas festividades de Emancipação Política e do São João de Rua, e demais eventos a serem realizados pela Prefeitura Municipal de Riacho de Santana–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes credenciados: Ana Catarina Oliveira Chaves; Ana Gracilda Leite do Nascimento Pereira; Antonio Pereira Nunes; Edson Yuri de Carvalho Silva; Eliane Francisca da Costa Silva; Evelyn Cavalcante da Costa; Francisco Ferreira da Silva Sobrinho; Francisco José Regiane de O. Silva; Francisco Michel Douglas Nunes; Francisco Valmir de Sousa; Franclin Lucier de Souza; Galdino José de Carvalho; Gentil Pereira Damasceno; Iandra Caroline da Costa Fernandes; Jeffserson Aires de Carvalho; José Bento de Souza; José de Arimateia Nunes; José Eduardo Fernandes Viana; José Vandaécio de Souza; José Wilton de Carvalho; Lucas de Oliveira Silva; Luiz Antonio Nunes do Nascimento Costa; Marcos Daniel Alves; Maria Campos Ferreira da Silva; Neilson Galdino de Souza Silva; Neuton Galdino Souza; Orlanildo Pinheiro da Silva; Raimundo Aguinaldo Pereira; Raimundo Rubenildo da Silva; Regineide Patrícia Elias de Souza; Sebastião Francisco das Chagas.
Riacho de Santana - RN, 30 de Abril de 2025

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:1E4E1F04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 222/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 7 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 222/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 7 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder a Senhora **AMINERES DE SOUZA LIMA SOARES**, Coordenadora Pedagógica, 3 (Três) diárias, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 450,00 (quatro centos e cinquenta reais) referente as despesas decorrentes de viagem da servidora deste município para Natal-RN, para participar do III Encontro de Formação Presencial do Curso Leitura e Escrita na Educação Infantil, nos dias 7, 8 e 9 de maio do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 7 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:21EF0FC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA DE DIÁRIA N.º 223/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025. - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 223/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY DE SOUSA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:41B14916

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA DE DIÁRIA N.º 224/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025. PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 224/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDSON SILVA FREIRE**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:820D478B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA DE DIÁRIA N.º 225/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025. PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 225/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **GAUDIONE JOSE NUNES CANDIDO**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:341BC746

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA DE DIÁRIA N.º 226/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025. PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 226/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Parelhas-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.
Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:F39E0DA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA DE DIÁRIA N.º 227/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 9 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 227/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 9 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 9 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:39C4DE39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA DE DIÁRIA N.º 228/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 9 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 228/2025 RIACHO DE SANTANA/RN, 9 DE MAIO DE 2025.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 9 de maio de 2025.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:76BC08DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1101/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025 - INSTITUI O COMITÊ DE AÇÃO CULTURAL – CAC NO MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN, DEFINE SUAS COMPETÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 1101/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

Institui o Comitê de Ação Cultural – CAC no Município de Riachuelo/RN, define suas competências e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), pela Lei nº 14.150/2021, e pela Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo),

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Ação Cultural – CAC, de caráter provisório, consultivo, normativo e deliberativo, com validade até 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º Compete ao Comitê de Ação Cultural – CAC:

I – Analisar e aprovar cadastros culturais individuais e coletivos;
II – Avaliar propostas, projetos e prestações de contas apresentados;
III – Estabelecer critérios de apoio por meio de Resoluções e Instruções Normativas;
IV – Aprovar destinação de recursos oriundos de leis culturais;
V – Elaborar pautas, atas e relatórios;
VI – Propor a criação do Plano Municipal de Cultura;
VII – Acompanhar a execução dos projetos e seus resultados;
VIII – Exercer outras atribuições previstas nas normas específicas.

Art. 3º O Comitê terá sede na Secretaria Municipal de Cultura, localizada na Av. Luiz de Gonzaga Cavalcanti, 574 – Centro – Riachuelo/RN.

Art. 4º A descentralização dos recursos obedecerá ao Plano Municipal de Ação Financeira, por meio de fomentos, subsídios, editais, contratos, premiações e outros instrumentos.

Art. 5º As reuniões do Comitê ocorrerão de forma ordinária ou extraordinária, mediante convocação da Presidência.

Art. 6º As decisões do Comitê serão tomadas por maioria simples, registradas em atas e arquivadas na Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 7º Compete à Presidência do Comitê:

I – Convocar e presidir reuniões;
II – Representar o Comitê;
III – Aprovar pautas;
IV – Submeter matérias ao Prefeito;
V – Designar os componentes do Comitê de Ação Cultural;
VI – Designar membros e assinar documentos administrativos.

Art. 8º Compete aos membros do Comitê:

I – Participar das reuniões e votar deliberações;
II – Propor temas e colaborar com o funcionamento do Comitê;
III – Elaborar resoluções, acompanhar projetos e emitir pareceres;
IV – Coordenar todos os trâmites administrativos necessários ao seu pleno funcionamento, inclusive os relacionados à difusão da Lei e à orientação de empreendedores e entidades privadas de natureza cultural com ou sem fins lucrativos;
V – Acompanhar os projetos aprovados, encaminhando ao Presidente do Comitê, ao seu término ou a qualquer tempo, relatório técnico de acompanhamento e avaliação;
VI – Opinar sobre cláusulas de convênios, contratos ou outras questões submetidas à sua consideração;
VII – Outras atribuições estabelecidas em instruções normativas.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 09 de maio de 2025

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:FD396B06

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE AÇÃO CULTURAL – CAC.

PORTARIA Nº 128/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê de Ação Cultural – CAC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Comitê de Ação Cultural – CAC, com a seguinte composição:

I – Representantes da Administração Pública Municipal:

- Layla Lauanny Lima do Nascimento (mat. n° 1.503), CPF nº ***.599.434-**
- Romário Soares Paiva, CPF nº ***.121.014-**
- Patrícia Graciana da Costa, CPF nº ***.991.394-**

II – Representantes da Sociedade Civil:

- Hermes Tomaz Neto, CPF nº ***.854.554-**
- Beatriz Vitorino de Oliveira, CPF nº ***.555.234-**

Art. 2º A presidência do Comitê de Ação Cultural – CAC será exercida pela Secretária Municipal de Cultura, a quem compete a coordenação das reuniões e a execução administrativa das decisões do Comitê.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo, 09 de maio de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:DEF482B5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2023

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato 021/2023

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JOÃO BASÍLIO NETO**, torna pública a celebração do 2° Termo Aditivo ao contrato administrativo sob o nº 021/2023 que possui como objeto à: Contratação de pessoa jurídica especializada em Business Intelligence, Assessoria e Consultoria por profissionais especializados em auditoria gerencial das informações em saúde com soluções tecnológicas integradas, para atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Riachuelo/RN, com a pessoa jurídica **FREIRE & MOURA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.230.289/0001-02, sediado(a) na Rua Vereador Severino Guedes de Moura, 03, Centro, Lagoa D´anta/RN, CEP: 59.227-000, tendo como representante o Sr. **KLEBER DA SILVA FREIRE**, portador da carteira de Identidade nº 6573043 e do CPF 048.856.814-56, para fins de prorrogação de prazo, que vigorará a partir do dia 09 de maio de 2025 até o dia 08 de maio de 2026, podendo ser prorrogado, verificando-se as disposições contidas no inciso II do art. 57, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. O presente extrato deverá ser publicado na imprensa Oficial conforme o parágrafo único do art. 61, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Riachuelo/RN, 09 de maio de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EXTRATO DE TERMO ADITIVO acima foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, para conhecimento dos interessados.

Riachuelo/RN, 09 de maio de 2025.

FRANCISCA VALDELENE TEIXEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Tributação

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:857AF072

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1102/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 732/2025, QUE AUTORIZA O CUSTEIO DE INSCRIÇÕES DE ATLETAS E CLUBES DESPORTIVOS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1102/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 732/2025, que autoriza o custeio de inscrições de atletas e clubes desportivos em competições esportivas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 732/2025,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos para solicitação, análise, concessão e pagamento do custeio de inscrições de atletas e clubes desportivos em competições esportivas, conforme previsto na Lei Municipal nº 732/2025.

CAPÍTULO I
Da Solicitação do Benefício

Art. 2º - A solicitação de custeio deverá ser feita pelo atleta ou representante legal do clube desportivo junto à Secretaria Municipal de Esportes, em formulário próprio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de realização da competição.

Art. 3º - A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

I – Comprovante de residência no Município de Riachuelo/RN;
II – Documento oficial de identidade do atleta ou do responsável legal do clube;
III – Comprovação de inscrição ou convite oficial da competição;
IV – Declaração de regularidade junto à Secretaria Municipal de Esportes;
V – Informações bancárias e dados da organização da competição para fins de pagamento;
VI – Outros documentos que a Secretaria entender pertinentes.

CAPÍTULO II
Da Análise e Concessão do Benefício

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Esportes analisará os pedidos com base nos seguintes critérios:

I – Relevância da competição no âmbito regional, estadual, nacional ou internacional;
II – Representatividade do atleta ou clube como integrante do Município de Riachuelo/RN;
III – Situação de regularidade do solicitante perante o Município;
IV – Ordem cronológica de protocolo e disponibilidade orçamentária.

Art. 5º - A concessão do custeio estará limitada ao valor da taxa de inscrição da competição, conforme definido pela organização do evento.

Art. 6º - O pagamento será feito diretamente à entidade organizadora da competição, mediante comprovação de inscrição e da documentação prevista neste Decreto.

CAPÍTULO III
Das Disposições Finais

Art. 7º - A concessão do benefício observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo os atos publicados no portal da transparência do Município.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Esportes poderá expedir normas complementares para a fiel execução deste Decreto.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Riachuelo/RN, 09 de maio de 2025.

JOÃO BASÍLIO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esdras Javã da Silva
Código Identificador:F0FDDE24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COTAÇÕES - AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS N° 23/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE COTAÇÕES - AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS n° 23/2025

O Município de Riachuelo/RN torna público, a todos que possam interessar, que está fazendo **COTAÇÃO DE PREÇOS** visando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de películas de controle solar (fumê) em vidros de janelas e portas de prédios públicos pertencentes a diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Riachuelo/RN.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Película fumê profissional G5 de titanium, com alta performance, destinada à aplicação em vidros de janelas e portas de prédios públicos. O material deverá possuir as seguintes características mínimas: - Proteção contra raios ultravioleta (UV): ≥ 99% - Redução de calor (energia solar total rejeitada): ≥ 79% - Redução de luminosidade (transmissão de luz visível): ≤ 25% - Proteção contra radiação infravermelha (infrared): ≥ 52% - Cor: Fumê escuro (G5), com acabamento uniforme - Material: Película de titânio de alta durabilidade, resistente ao desbotamento, bolhas e delaminação - Garantia mínima: 5 anos contra defeitos de fabricação e desempenho Aplicação inclusa: O serviço deve incluir o fornecimento do material, mão de obra especializada para a aplicação, ferramentas necessárias, preparação da superfície, remoção de resíduos, e acabamento adequado. A aplicação deve ser realizada sem comprometer a estrutura original dos vidros e deverá obedecer aos padrões técnicos recomendados pelo fabricante.	M2	400

O Termo de Referência, com o detalhamento, características e descrições dos serviços, encontra-se à disposição de todos os eventuais interessados, podendo ser obtido pelo e-mail do Setor de Cotações (setor.cotacoes2021@gmail.com). As propostas de preços deverão ser enviadas até o dia 14 de maio de 2025, para o mesmo endereço eletrônico acima identificado.

Riachuelo/RN, 09 de maio de 2025.

PEDRO HENRIQUE BATISTA DE FRANÇA
Setor de Cotações

Publicado por:
Elielvis da Costa Soares
Código Identificador:62428980

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 050601/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 050601/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para parceria entre o IFRN, a Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes e a comunidade local para produzir mudas de mangueira, promovendo a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.
PERIODO PARA ENVIO DE PROPOSTAS: DIA 12/05/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF) ATÉ AS 09 HORAS DO DIA 16/05/2025.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
LINK PARA ACESSO: https://www.rodolfofernandes.rn.gov.br/

E-MAIL PARA ENVIO DE PROPOSTA: licitacoespmrf@gmail.com

Publicado por:
Randson Ramon Almeida Filgueira
Código Identificador:EB5EFBEB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025-SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para Sistema de Registro de Preços a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a locação de veículo caminhão compactador de lixo, com quilometragem livre, para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares do município de Santa Cruz/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2060/2023 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições: **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08h00min do dia 12 de maio de 2025. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 26 de maio de 2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h20min do dia 26 de maio de 2025. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 26 de maio de 2025. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 12 de maio de 2025, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, situada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal da Transparência – Licitações ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br. **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS**: Pedidos de esclarecimento e/ou

encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Agente de Contratação, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, situada à Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br ou ainda através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

Maria Dagmar Almeida da Cunha.
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

Santa Cruz/RN, em 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:F0459CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025-SRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para Sistema de Registro de Preços a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços de aferição, instalação e fornecimento de peças para tacógrafos em atendimento a frota do município de Santa Cruz/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2060/2023 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições: **INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08h00min do dia 13 de maio de 2025. **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 27 de maio de 2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h20min do dia 27 de maio de 2025. **ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 27 de maio de 2025. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 13 de maio de 2025, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, situada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado no site www.santacruz.rn.gov.br – Portal da Transparência – Licitações ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br. **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS**: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Agente de Contratação, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz, situada à Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail licitacoes@santacruz.rn.gov.br ou ainda através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.
Maria Dagmar Almeida da Cunha.
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

Santa Cruz/RN, em 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:5AAAF925

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 110425/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através do Prefeito Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 6/2025 com início no dia 08 de abril de 2025 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTAR), PARA PROFISSIONAIS/SERVIDORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E SETORES PRODUTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ. em favor das empresas relacionadas a seguir: TEMPERO E SABOR CHURRASCARIA E PIZZARIA- CNPJ: 30.791.044/0001-48, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2 ; totalizando o valor de R$ 156.300,00 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos reais). As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 09 de maio de 2025.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:1D651041

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30011/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 004/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/ RN**,** inscrito no CNPJ Nº 08.110.439/0001-89; Representante Legal: por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Claylton Ângelo Pinheiro da Silveira, brasileiro, separado, portador de RG sob nº **.467.*** - SSP/SP, inscrito do CPF sob nº ***.079.094-**, residente na Rua Dr. Aprigio Câmara, S/N – Centro – Santana do Matos/RN - CEP 59.520-000;

CONTRATADA: CESTA DE PREÇOS – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E CAPACITAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ 26.776.175/0001-89, estabelecida na Av. Prudente de Morais, nº 3.857, Loja 62, Lagoa Nova, Natal, RN, CEP 59.056-200 neste ato representada pela sra. Fabyana Rafaella Nogueira Happer Cox brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF: ***.106.224-**, Residente na Rua Luiz Pereira n º61, apto 201, nova Betânia, CEP: 59612-000, Mossoró/RN.

OBJETO: LICENÇA DE USO ANUAL DO SOFTWARE SISTEMA CESTA DE PREÇOS.

Constitui objeto do presente termo aditivo a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA A LICENÇA DE USO ANUAL DO SOFTWARE SISTEMA CESTA DE PREÇOS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo tem como fundamento o art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
VIGENCIA: O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua subscrição, ficando prorrogado o contrato até 03/04/2026, nos termos do art. 107 da Lei 14.133, de 2021.

Santana do Matos/RN, 03 de abril de 2025.

Municipio de Santana do Matos
CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Cesta de Preços – Soluções Tecnológicas e Capacitação LTDA
FABYANA RAFAELLA NOGUEIRA HAPPER
Representante da Empresa

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:0851325E

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1114/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2025

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74. inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art.74.É inexigível a licitação, em especial nos casos de:

I – Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado.
RESOLVE:

Fica declarada a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, *inciso I,* da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DO VEÍCULO FIAT CRONOS (10.000KM)**, pertencente a frota do município, destinado às atividades do Conselho Tutelar, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de Santana do Matos/RN.**

2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2025, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária:
02.002.14.422.0024.2223 – Manutenção do Conselho Tutelar;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros -PJ;
3.3.90.30 – Material de Consumo;
Fontes:
1500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;

3. Fica autorizada a contratação com a empresa **AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 70.166.350/0002-99, com sede à Avenida Coronel Martiniano, nº 3683, Bento XVI – Caicó/RN – CEP 59.300-000.

Importará a despesa o valor Global de R$ 1.307,30 (mil trezentos e sete reais e trinta centavos), que será pago após o trâmite normal do processo de despesa;

O Presente Termo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** deverá ser publicado no Diário Oficial, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 09 de maio de 2025.

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:D9CF4B61

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 215/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 27/06/2008 a 27/06/2013.
CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância da secretária da pasta e o despacho do prefeito.
R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **IRANETE FERREIRA DOS SANTOS** cargo de **TÉC. EM ENFERMAGEM**, matrícula n°.362 e CPF nº XXX.544.014.XX, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/05/2025 a 31/07/2025, reassumindo suas funções em 01 de agosto de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:547AEB11

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 216/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 21/12/2012 a 20/12/2017.
CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância da secretária da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **GLAUCIENE PATRÍCIA DA CUNHA** cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matrícula n°.465 e CPF nº XXX.541.064.XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/05/2025 a 31/07/2025, reassumindo suas funções em 01 de agosto de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:8905044F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 217/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 06/07/2001 a 05/07/2006.

CONSIDERANDO o requerimento do servidor, a concordância da secretária da pasta e o despacho do prefeito.
R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio ao servidor municipal, Sr. **JOSÉ LUIS DA SILVA NETO** cargo de **VIGILANTE**, matrícula n°.287 e CPF nº XXX.324.294.XX, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/05/2025 a 31/07/2025, reassumindo suas funções em 01 de agosto de 2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:24D2E712

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 219/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que o servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 03/04/2019 a 03/04/2024.
CONSIDERANDO o requerimento do servidor, a concordância do secretário da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio ao servidor municipal, Sr. **JOSÉ EDSON DOS SANTOS BRITO** cargo de **ASD**, matrícula n°. 367 e CPF nº XXX.529.544.XX, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 01/05/2025 a 31/07/2025, reassumindo suas funções em 01 de agosto de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:A424F00B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 220/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 24/04/2013 a 23/04/2018.
CONSIDERANDO o requerimento do servidor, a concordância do secretário da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio ao servidor municipal, Sr. **RANILDO LOPES FERREIRA** cargo de **ASD**, matrícula n°. 193 e CPF nº XXX.394.604.XX, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 01/05/2025 a 31/07/2025, reassumindo suas funções em 01 de agosto de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:DC629231

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 221/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a licença prêmio de 03 (três) meses, referente ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2022.
CONSIDERANDO o requerimento da servidora, a concordância do secretário da pasta e o despacho do prefeito.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 (três) meses de licença prêmio a servidora municipal, Sra. **JULITA CAMILO PINHEIRO DE MEDEIROS** cargo de **ASD**, matrícula n°. 150 e CPF nº XXX.185.854.XX, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no período de 01/05/2025 a 31/07/2025, reassumindo suas funções em 01 de agosto de 2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:2D8240AC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 223/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 07 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - REMOVER o Sr. **WILSON ARRUDA CÂMARA**, CPF nº XXX.912.364-XX, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Gabinete do Prefeito, para desenvolver suas funções junto ao Conselho Tutelar, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:28FABB8D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 222/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 01 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor..

CONSIDERANDO atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto dos Servidores Municipais, art. 105;

CONSIDERANDO os autos do Processo n° 1096/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença sem Remuneração, para tratar de interesse particular por um período de 01 (um) ano à servidora pública municipal **MARIA DE FÁTIMA DA SILVA**, matrícula nº 2191 e CPF: XXX.435.214-XX, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, a partir desta data.
Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:3934862F

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº224/2025-GP

Santana do Matos/RN, 07 de maio de 2025.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos-RN, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 827, de 24 de novembro de 2016, que institui os Planos de Cargos e Salários dos servidores Públicos Municipais, e considerando a necessidade de adequação na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, resolve:
Art. 1º Aproveitar, a partir desta data, o Servidor Público Municipal o Sr. FRANCISCO MOREIRA JÚNIOR do cargo de CONTÍNUO, matrícula nº192, para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme a Lei Municipal nº 827/2016, Anexo II, que extingue o referido cargo de CONTÍNUO e tem como cargo opcional o de AGENTE ADMINISTRATIVO.
Art. 2º O servidor referido no artigo 1º, após a transformação de seu cargo, deverá cumprir as atribuições e responsabilidades previstas para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme descrito no Anexo VI, da Lei nº 827/2016.
Art. 3º O servidor manterá a remuneração, direitos e vantagens referentes ao cargo anteriormente ocupado até que seja formalizada eventual reclassificação, quando for o caso, conforme a legislação vigente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:6E97C3B3

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº225/2025 – GP

Santana do Matos/RN, 07 de maio de 2025

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO os autos do processo administrativo nº 871/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder redução de carga horária a pedido do servidor municipal, Sr. **FRANCISCO MOREIRA JÚNIOR**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matrícula n°.192, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, a partir desta data.
Art. 2º - A redução de carga horária concedida é de 40 horas semanais para 30 horas semanais, sem prejuízo da remuneração.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal
CPF: XXX.079.094-XX

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:BF687069

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 017/2025

O Município de Santana do Seridó/RN, por meio de seu pregoeiro vem tornar público a realização da licitação Pregão Eletrônico nº 017/2025 que tem como objeto o registro de preço para eventual, futura e parcelada aquisição de materiais de limpeza e equipamentos para manutenção e limpeza da piscina do Balneário Público Municipal Alcides Batista de Morais, através da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo do Município de Santana do Seridó/RN, através da Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. Abertura da Sessão: 22/05/2025 às 10:01h. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 12/05/2025 às 10:00h. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, por intermédio do Portal de Compras Públicas.

Santana do Seridó, 09 de maio de 2025.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:DA05F08D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTECIA SOCIAL
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo nº 1030/2025 - Dispensa de Licitação nº 30/2025, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto Contratação de empresa especializada para confecção de indumentária junina

completa, destinados ao projeto de arte cultural da Quadrilha Junina Arraiá do Candeeiro, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Habitação, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso II do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso IV do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

CONSIDERANDO, a não obrigatoriedade da emissão de parecer jurídico, conforme art. 203, §2º do Decreto Municipal nº 1.058/2024, por se tratar de hipótese prevista no inciso I e II do art. 201 no mesmo Decreto.

CONSIDERANDO, o Termo de Dispensa emitido pela Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 238, inciso V, IV e VII do Decreto Municipal nº 1.058 de 21 de fevereiro de 2024.

Ratifico a contratação da empresa R. CASTILHO DA SILVA, inscrita no CNPJ sob n° 14.810.684/0001-00, no valor global de R$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais), a presente contratação será satisfeita nas dotações orçamentárias:
Dotação orçamentaria: **0 8 244 0086 2.055** – Manutenção das Atividades dos Serviços de Proteção Social Básica
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviço pessoa jurídica
Fonte: **15000000** - Recursos não vinculados de impostos / Conta: **41.157-4**

Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso II, de forma a **AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO** para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a devida publicação.

Santana do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

BRUNA FERREIRA DE ARAÚJO
Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Habitação

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:0A753EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO 001/2025

Resolução 001/2025

Dispõe sobre o reajuste do "Programa Municipal Bolsa-Música na Banda de Música Filarmônica Moisés Sátiro da Silva.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Santana do Seridó/RN, faz saber que o Conselho Municipal de Cultura deliberou favorável e EU torno público a seguinte Resolução:

RESOLVE:
Art 1° Concede reajuste de 5% (cinco por cento) para todos os componentes devidamente cadastrados na **BANDA DE MÚSICA FILARMÔNICA MOISÉS SÁTIRO DA SILVA**, Conforme a LEI N° ---0605/2022 que trata da referida Bolsa, em seu artigo 6°:

"Art. 6º - O benefício disposto no artigo anterior consistirá na concessão de bolsa-auxílio no valor referente a 5% do salário-mínimo nacional que será pago mensalmente aos músicos bolsistas contemplados no programa, destinados durante o ano-exercício fiscal."

Parágrafo único – A presente Resolução não irá retroagir os meses anteriores, ficando a bolsa vigente a partir de 01 de abril a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2° As despesas decorrentes desta Resolução ficarão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3° Essa Resolução entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025, revogam-se as disposições em contrário.

Santana do Seridó, em 01 de abril de 2025.

PATRÍCIA DE MEDEIROS BEZERRA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:491F6E2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de MEDICAMENTOS, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS em caráter de **URGÊNCIA,** de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (05) cinco dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO	PORCENTAGEM DE DESCONTO
1	I LOTE - MEDICAMENTOS ÉTICOS DE A-Z - Tabela CMED atualizada, constante do site da ANVISA.	R$ 50.000,00	
2	II LOTE – MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE A-Z - Tabela CMED atualizada, constante do site da ANVISA	R$ 50.000,00	
3	III LOTE – MEDICAMENTOS SIMILARES DE A-Z - Tabela CMED atualizada, constante do site da ANVISA	R$ 50.000,00	

Santana do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe De Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:A2918DAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA Nº 003-2025

O Prefeito Municipal de Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar a dispensa de licitação e faz publicar o extrato resumido do processo de DISPENSA a seguir:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 312.001/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN
CNPJ: 08.144.800/0001-98

CONTRATADA: 35.503.694 JOÃO MARIA NUNES DA SILVA
CNPJ: 35.503.694/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, COM TODAS AS PEÇAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS.

VALOR TOTAL: R$ 49.424,09 (quarenta e nove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e nove centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unid. Orçamentária: 15.001 - Secretaria M. de Segurança Pública e Defesa Social
Projeto/Atividade: 2062 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
Projeto/Atividade: 1206 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

Santo Antônio/RN, 08 de maio de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:08290914

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 003-2025

O Prefeito Municipal de Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais, à vista das manifestações anteriores e, com fundamento no artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e no Decreto nº. 001/2024, bem como Parecer Jurídico acostado aos autos do processo, **HOMOLOGA** e **RATIFICA** o **ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** a seguir:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 312.001/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN
CNPJ: 08.144.800/0001-98

CONTRATADA: 35.503.694 JOÃO MARIA NUNES DA SILVA
CNPJ: 35.503.694/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, COM TODAS AS PEÇAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS.

VALOR TOTAL: R$ 49.424,09 (quarenta e nove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e nove centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unid. Orçamentária: 15.001 - Secretaria M. de Segurança Pública e Defesa Social
Projeto/Atividade: 2062 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
Projeto/Atividade: 1206 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

Santo Antônio/RN, 08 de maio de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:A719B7D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 036-2025 - DISPENSA 003-2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 312.001/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 003/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, COM TODAS AS PEÇAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS**.**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN.

CONTRATADO: 35.503.694 JOÃO MARIA NUNES DA SILVA – CNPJ Nº 35.503.694/0001-64 - ENDEREÇO: Av. Lindolfo Gomes Vidal, Nº 125, Bairro Centro, Cidade Santo Antonio/RN, CEP: 59.255-000.

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses a partir de 08 de maio de 2025.
VALOR GLOBAL: R$ 49.424,09 (quarenta e nove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e nove centavos).

UNID Orçamentária: 15.001 - Secretaria M. de Segurança Pública e Defesa Social
Projeto/Atividade: 2062 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social
Projeto/Atividade: 1206 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte de Recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

BASE LEGAL: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antonio/RN, 08 de maio de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Jalmir Amador da Silva
Código Identificador:4C344CD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025

O Prefeito Municipal de Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE declarar inexigível e faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE a seguir:

PROCESSO Nº 430040/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN
CNPJ: 08.144.800/0001-98
CONTRATADA: J C MARQUES DA SILVA ASSESSORIA E CONSULTORIA
CNPJ: 34.276.043/0001-16
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de assessoria e consultoria técnica em gestão cultural para operacionalização dos recursos da Lei de Fomento à Cultura (Política Nacional Aldir Blanc - PNAB - Lei nº 14.399/2022) e implantação e implementação do Sistema Municipal de Cultura no município de Santo Antônio /RN.
VALOR TOTAL: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, III, "c" da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade: 14.001 – Secretaria Municipal de Cultura
Ação: 2294 – Execução de Politica Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura-PNAB, Lei n° 14.399/2022.
Natureza da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria
Fonte: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei 14.399/2022

Santo Antônio/RN, 09 de maio de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:54260268

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 006/2025

PROCESSO Nº 430040/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN
CNPJ: 08.144.800/0001-98
CONTRATADA: J C MARQUES DA SILVA ASSESSORIA E CONSULTORIA
CNPJ: 34.276.043/0001-16

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de assessoria e consultoria técnica em gestão cultural para operacionalização dos recursos da Lei de Fomento à Cultura (Política Nacional Aldir Blanc - PNAB - Lei nº 14.399/2022) e implantação e implementação do Sistema Municipal de Cultura no município de Santo Antônio /RN.
VALOR TOTAL: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, III, "c" da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 09 de abril de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:34C39001

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 035/2025 - INEXIGIBILIDADE 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 430040
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: N° 00006/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA EM GESTÃO CULTURAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS DA LEI DE FOMENTO À CULTURA (POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - PNAB - LEI Nº 14.399/2022) E IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**.**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO/RN.

CONTRATADO: J C MARQUES DA SILVA ASSESSORIA E CONSULTORIA – CNPJ Nº 34.276.043/0001-16 - ENDEREÇO: RUA SERRA DE SÃO MIGUEL, 124, VALE DOS MONTES, MONTE ALEGRE/RN, CEP: 59.182-000.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de 09 de maio de 2025.
VALOR GLOBAL: R$ 28.800,00 (vinte e oito mil reais).

Ação: 2294 – Execução de Politica Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura-PNAB, Lei n° 14.399/2022.
Natureza da Despesa: 3.3.90.35 – Serviços de Consultoria
Fonte: 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei 14.399/2022

BASE LEGAL: Art. 74, III, "c" da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 09 de maio de 2025.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:54353FB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN, no uso de suas atribuições legais, vem INFORMAR que no AVISO DO PE Nº 011/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FEMURN, edição de nº 3531 do dia 07 de maio de 2025. Onde **LÊ-SE** "...A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **10h01min do dia 19 de maio de 2025**...". **LEIA-SE** "...A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **10h01min do dia 22 de maio de 2025**...".

Santo Antônio/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA IZABEL SILVA BARBOSA GUILHERME
Pregoeira do Município

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:55EACF89

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 323, DE 08 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o Sr. **FELIPE CALIXTO MONTENEGRO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 123.841.704-30, do cargo e suas respectivas funções de **Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Comunicação Social de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 08 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:A4BA8BC6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 324, DE 08 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Sr. **WILSON HORÁCIO DE GÓIS**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.992.824-87, do cargo e suas respectivas funções de **Diretor do Departamento de Competições e Campeonatos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 08 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:51C0B0F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 325, DE 08 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Sr. **FLAVIO SILVA DE SOUZA** inscrito no CPF/MF sob o n.º904.158.764-00, do cargo e suas respectivas funções de **Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 08 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:F6DB3C45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 326, DE 08 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN; e

CONSIDERANDO os termos do Ofício 052/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. **CICERA MARIA TENÓRIO PEREIRA**, inscrita no CPF/MF sob o n.° 023.359.924-06, do cargo e as suas respectivas funções de **Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 08 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:2195F7A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 327, DE 08 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

CONSIDERANDO os termos do Ofício 053/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. **TALITHA DE SOUZA LEME FERNANDES**, inscrita no CPF sob o n.° 074.152.124-52, do cargo e as suas respectivas funções de **Coordenadora do CRAS** da Zona Rural **da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação, do Município de São Bento do Norte/RN**, na simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 08 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:3D7A7CF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 328, DE 09 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR o Sr. **FLAVIO SILVA DE SOUZA** inscrito no CPF/MF sob o n.º904.158.764-00, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Comunicação Social de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:686F95CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 329, DE 09 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **WILSON HORÁCIO DE GÓIS**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.992.824-87, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:2239F157

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 330, DE 09 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **FELIPE CALIXTO MONTENEGRO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 123.841.704-30, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Diretor do Departamento de Competições e Campeonatos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:62ACCD81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 331, DE 09 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN; e

CONSIDERANDO os termos do Ofício 054/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **TALITHA DE SOUZA LEME FERNANDES**, inscrita no CPF sob o n.° 074.152.124-52, para assumir o cargo e as suas respectivas funções de **Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:B0DD5CC3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 332, DE 09 DE MAIO DE 2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

CONSIDERANDO os termos do Ofício 055/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a Sra. **CICERA MARIA TENÓRIO PEREIRA**, inscrita no CPF/MF sob o n.° 023.359.924-06, para assumir o cargo e as suas respectivas funções de **Coordenadora do CRAS** da Zona Rural **da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação, do Município de São Bento do Norte/RN**, na simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 09 de maio de 2025.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:EAB31A3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 001 /2025 - SEDUC

Nomeia a comissão para conduzir o processo seletivo do Programa Brasil Alfabetizado – PBA.

A Secretaria Municipal de Educação de Educação de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Resolução FNDE nº 20, de 9 de setembro de 2024, que institui o Programa Brasil Alfabetizado – PBA,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Comissão responsável pela coordenação, organização e execução do processo seletivo simplificado para seleção de alfabetizadores voluntários, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, neste município.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

• Antonia Virginia Bezerra do Nascimento – CPF: 737.559.154-72 - Presidente
• Maria Gorette Porcina de Queiroz – CPF: 413.215.024-00 - Membro

· Maria do Socorro Cabral de Araújo - CPF 538.930.934-00 - Membro
Art. 3º Compete à Comissão realizar todas as etapas do processo seletivo, incluindo a análise dos currículos, aplicação de entrevistas, elaboração de atas, divulgação de resultados e demais ações necessárias para o bom andamento da seleção, conforme previsto no Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Norte/RN, 05 de maio de 2025.

ROSA MAURICIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:BBE6698C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 001 PARA SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE BANCO PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES POPULARES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO NORTE,
No uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1.998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, o disposto no art. 11, §1º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado-PBA, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências, Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que trata do Programa Brasil Alfabetizado, Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, Resolução nº 20, de 9 de setembro de 2024, estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros para o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) entre 2025 e 2027, torna público, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições para a Chamada Pública destinada à seleção de candidatos ao preenchimento de vagas de alfabetizadores populares para a prestação de atividade voluntária no âmbito do PBA.

1. DASDISPOSIÇÕESGERAIS
1.1 A Chamada Pública para seleção de alfabetizadores populares será regida pela legislação vigente sendo executada, desenvolvida e organizada pela Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Norte/RN;
1.2 Esta Chamada Pública visa o preenchimento de vagas para aprestação de atividade voluntária,com atuação no PBA;
2. DO OBJETIVO: Selecionar alfabetizadores populares que atuarão no Programa Brasil Alfabetizado - PBA. O Programa atenderá estudantes não inseridos no sistema formal de ensino e serão criadas turmas de alfabetização nas zonas rurais e urbana.
3. DO PERFIL DO ALFABETIZADOR POPULAR
3.1 Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12, § 1º da Constituição Federal;
3.2 Ter, no mínimo, 18 anos de idade completos;
3.3 Ser capaz de desempenhar todas as atividades relativas à alfabetização de jovens, adultos e idosos;
3.5 Cumprir com as determinações desta Chamada Pública e demais requisitos da Resoluçãonº20,de9 desetembro de2024;
3.6 Ter no minimo ensino médio completo com certificado emitido por instituição de ensino reconhecido pelo MEC;
3.7 residir no local onde funcionarão as turmas para as quais pleiteia a inscrição;
3.8 Ter disponibilidade, conforme determinado na Resolução nº 20, no Termo de Compromisso dos Alfabetizadores, Anexo I da Resolução, assinado pelo voluntário e
3.9 Terdisponibilidade para participar da formação inicial e da formação continuada que ocorrerá durante a execução do Programa, conforme Termo de Compromisso, assinado pelo voluntário, assegurando a sua participação.
4. DAS VAGAS

4.1. Serão selecionados 02 alfabetizadores para compor o banco de cadastro, sendo 01 vaga para a zona rural e 01 vaga para zona urbana;
4.2. O local de funcionamento das turmas será determinado pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a demanda e a necessidade dos alfabetizandos.
5. DAS INSCRIÇOES PARA O PROCESSO SELETIVO
5.1 As inscriçoes serão por meio do preenchimento do formulario disponibolizado no anexo I deste edital;
5.2 O formulário de inscriçao e demais documentos relacionados no anexo VI deverão ser entregue na sede da Secretaria Municpal de Educaçao na Rua Aderbal Pereira, S/N, Centro São Bento do Norte/RN, no periodo de 14 e 15 de maio de 2025;
6. DAS ATRIBUIÇÕES DO ALFABETIZADOR POPULAR
6.1 Realizar trabalho voluntário de alfabetização em turmas de jovens, adultos e idosos, nos termos do Programa Brasil Alfabetizado-PBA;
6.2 Desenvolver, com o auxílio do gestor local, ações de acompanhamento e registro da frequência dos alfabetizandos;
6.3 Participar, obrigatoriamente, da formação continuada;
6.4 Desenvolver, juntamente o gestor local, o plano pedagógico das aulas de modo a assegurar o desenvolvimento dos alfabetizandos;
6.5 Orientar e acompanhar as produções mensais dos alfabetizandos;
6.6 Registrar as produções dos alfabetizandos, por meio de portfólios, relatórios de sala de aula e acompanhamento das atividades programadas;
6.7 Avaliar continuamente as habilidades e conhecimentos dos alfabetizandos durante o período do Programa;
6.8 Realizar planejamentos individuais e coletivos;
6.9 Realizar a distribuição e o controle do material didático;
6.10 Localizar, identificar, mobilizar e preencher a ficha de cadastramento dos jovens, adultos e idosos não alfabetizados, observando a quantidade mínima de 15 alfabetizandos por turma na zona urbana e de 10 alunos por turma na zona rural.
6.11 Acompanhar a aplicação das avaliações dos alfabetizandos;
6.12 Elaborar relatório das atividades planejadas e desenvolvidas durante o mês;
6.13 Realizar visitas domiciliares às famílias dos alfabetizandos infrequentes ou desistentes de sua turma para acompanhamento e motivação, visando à permanência deles em sala de alfabetização e posterior continuidade nos estudos;
6.14 Informar ao gestor local apresença de novos alfabetizandos, inclusive incluir os nomes na lista de frequência e preencher sua ficha de cadastro para ser entregue ao gestor local;
6.15 Informar ao gestor local as alterações cadastrais dos alfabetizandos e mudanças de endereço do alfabetizador ou da turma.
7. DA CARGA HORÁRIA
6.1. Os alfabetizadores selecionados deverão cumprir uma carga horária de **10 (dez)** horas semanais, distribuídas entre atividades de alfabetização com os educandos e participação nas formações e demais atividades previstas no Programa Brasil Alfabetizado – PBA.
6.2. A duração do programa será de **12 (doze) meses**, contados a partir do início das atividades, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.
8. DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO
8.1 O processo de seleção dos alfabetizadores será realizado por uma comissão constituída por profissionais designados pela Secretaria de Educação, e constará das seguintes etapas, cada uma avaliada mediante escala de 0 a 10:
Etapa 1: Análise do Currículo do candidato observando as devidas comprovações/certificados, com vistas a conhecer a formação acadêmica e a experiência profissional do candidato;
Etapa2: Entrevista com o candidato para conhecer seu perfil e potencial profissional, bem como a expertise em alfabetização;
8.2 A entrevista será realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2025, no horário de 09 às 13h em formato presencial na sede da Secretaria Municipal de Educação, no endereço Rua Aderbal Pereira, S/N. Centro, Centro São Bento do Norte/RN;
8.3 Serão classificados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 06 nas duas etapas avaliadas, totalizando um mínimo de (06) pontos;
8.4 Em caso de empate, será classificado o candidato com maior tempo de experiência em atividades de alfabetização e, persistindo o empate, será classificado o candidato de maior idade;
8.5 Os resultados serão divulgados, considerando a soma das notas nas duas etapas, por ordem de classificação;
8.6 A divulgação do resultado final será no dia 28 de maio de 2025, na página eletrônica do Diário Oficial dos Municípios (https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/) ;
8.7 Os candidatos classificáveis comporão um banco de reserva e poderão ser chamados, à posteriori, havendo casos de vacância.

9. DA REMUNERAÇÃO
7.1. Os alfabetizadores selecionados receberão uma bolsa no valor de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), paga diretamente pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme disposto no art. 22 da Resolução nº 20, de 9 de setembro de 2024.
7.2. O pagamento está condicionado à atuação efetiva nas turmas de alfabetização, bem como à participação nas formações oferecidas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado – PBA.
10. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
10.1 Será constituída Comissão formada por servidores da Secretaria de Educação que se responsabilizará por todo o processo de seleção;
10.2 Todas as etapas desta Chamada serão divulgadas no diário oficial da FEMURN, garantindo a transparência do processo;
10.3 Os eventuais casos não contemplados por esta Chamada serão analisados pela Comissão Organizadora.
11. DOCRONOGRAMA

Publicação do edital	12 de maio
Período de inscrição	14 e 15 de maio
Homologação das inscrições	19 de maio
Entrevista dos candidatos	20 e 21 de maio
Publicaçao do resultado preliminar	23 de maio
Interposição de recursos	26 de maio
Divulgação do resultado final	28 de maio

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1 O alfabetizador selecionado assinará o Termo de Compromisso para execução das atividades no dia 26 de maio de 2025;
12.2 Fica reservado à Secretaria de Educação o direito de prorrogar, revogar ou anular a presente Chamada Pública;
12.3 O alfabetizador que for professor da rede desenvolverá a atividade, objeto desta Chamada, em tempo distinto e complementara o da sua lotação, cuja atuação não dará direito à redução ou liberação parcial ou casual das suas atividades docentes;
12.4 O pagamento da bolsa do alfabetizador selecionado está condicionado à entrega do Termo de Compromisso e do relatório mensal no último dia do mês, após validação pela equipe da Secretaria de Educação.

São Bento do Norte/RN, 05 de maio de 2025.

ROSA MAURICIO GOMES DE MENEZES
Secretária Municipal de Educação

ANEXOS
ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO ANEXOII– MODELODECURRÍCULO
ANEXOIII– CRITÉRIOSDEPONTUAÇÃODAANÁLISEDOCURRÍCULO
ANEXOIV–CRITÉRIOSPARAPONTUAÇÃONAENTREVISTA
ANEXOV-CRITÉRIOSDEANÁLISE
ANEXOVI– DECLARAÇÃODEDISPONIBILIDADEDECARGAHORÁRIA
ANEXO VII – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO
ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO
CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ALFABETIZADORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA
DADOS PESSOAIS:
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____

Telefone: (__) _____
E-mail: _____
FORMAÇÃO ACADÊMICA:( ) Ensino Médio Completo ( ) Graduação Especificar: (_____)
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:
Instituição: _____
Período: /_____ a /_____
Atividades desenvolvidas: _____
DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO NOTURNO: ( ) SIM ( ) NÃO
Declaro que as informações acima são verdadeiras e me comprometo a apresentar os documentos comprobatórios.

Assinatura: _____
Data: __/__/___

ANEXO II – MODELO DE CURRÍCULO
DADOS PESSOAIS:
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/____/___
Endereço: _____
Telefone: (__) _____ E-mail: _____
FORMAÇÃO ACADÊMICA:

• Instituição: _____
• Curso: _____
• Conclusão: _____

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

• Instituição: _____
• Cargo: _____
• Período: /_____ a /_____
• Atividades: _____

OUTRAS QUALIFICAÇÕES:

• Cursos, certificações e treinamentos relevantes.

ANEXO III – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA ANÁLISE DO CURRÍCULO

Critério	Pontuação
Ensino Médio Completo	2 pontos
Cursando ensino superior	2,5 pontos
Graduado	3 pontos
Disponibilidade de horário (noite)	1 pontos
Residir no endereço onde irá funcionar as turmas	1,5 pontos

Total máximo de pontos: 10.

ANEXO IV – CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO NA ENTREVISTA

Critério	Pontuação
Capacidade de comunicação e argumentação	2 pontos
Conhecimento sobre alfabetização de jovens e adultos	3 pontos
Disponibilidade e motivação para o trabalho voluntário	2 pontos
Experiência relatada na entrevista	3 pontos

ANEXO V - CRITÉRIOS DE ANÁLISE

• Coerência e clareza nas respostas;
• Experiência e qualificação do candidato;
• Adequação do candidato às necessidades do programa;
• Comprometimento demonstrado com a educação de jovens e adultos;
• Disponibilidade para atuação nas turmas conforme demanda.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente à _____, declaro, para os devidos fins, que tenho disponibilidade para atuar como alfabetizador(a) no Programa Brasil Alfabetizado - PBA, cumprindo a carga horária estabelecida, bem como participar das formações obrigatórias e demais atividades previstas no programa.
Estou ciente das atribuições e compromissos inerentes à função e comprometo-me a cumpri-los.
Local e Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO VII – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO
· Ficha de inscrição conforme disponibilzado no anexo I
· Curriculo conforme disponibilizado no anexo II
· Copia do RG
· Copia do CPF
· Copia do comprovante de residencia
· Copia do certificado de conclusão do Ensino Medio
· Declaração de que está cursando cursos de graduação, se houver
· Copia do certificado de conclusao de curso de graduação, se houver
· Declaração de disponibilidade de carga horaria conforme disponibilizado no anexo V

ANEXO VIII - **FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

PROCESSO SELETIVO – PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA
EDITAL Nº ___ / 2025
DADOS DO CANDIDATO

• Nome completo: _____
• CPF: _____
• RG: _____
• Endereço: _____Telefone: (____) _____
• E-mail: _____

Fase do Processo Seletivo que se refere o recurso:
( ) Resultado da inscriçao da Análise de Currículo
( ) Resultado da Entrevista
( ) Outro: _____

Justificativa do Recurso:

(Apresente, de forma clara e objetiva, os fundamentos que justificam a interposição do recurso. Se necessário, anexe documentos comprobatórios.)

Declaro, para os devidos fins, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que este formulário deverá ser entregue dentro do prazo estabelecido no cronograma do edital.
Local e Data: _____
Assinatura do candidato: _____

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:D56B3618

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N°. 0111301/2025

Processo Administrativo Nº: 0111301/2025; **Origem**: Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2025; **Contratante**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN; **Contratado**: POTENGI CONSULTORIA, ASSESSORIA E SERVICOS EIRELI; **Objeto**: Rescisão unilateral do contrato de N°. 0111301/2025, firmado em 16 de janeiro de 2025, objetivando Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de consultoria e assessoria para auxiliar na elaboração instrumentos de formalização de demandas das secretarias

Municipais e dos setores demandantes, bem como assessoria ao setor de gestão e fiscalização de contratos e setor de compras, compreendendo a implantação e melhoria das rotinas administrativas das secretarias e das atividades inerentes a gestão e fiscalização de contratos e do setor de compras; **Fundamentação Legal**: O presente instrumento tem seu permissivo legal no art. 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.; **Data de Rescisão**: 30 de abril de 2025.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito de São Bento do Trairi/RN

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:EF69E96E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS - 43

EXTRATO DE CONTRATOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI – SEC. MUN. DE SAÚDE.
CONTRATADO (A): **RAFAELA GALDINO DA SILVA.**
OBJETO: O objetivo do presente contrato é a execução das atividades de Auxiliar de Odontologia, com carga horária de 40 horas semanais, para cumprir as necessidades momentâneas da administração pública municipal.
VALOR MENSAL CONTRADO: R$ **2.198,00 (dois mil cento e noventa e oito reais).**
DURAÇÃO: **06 (seis)** meses, podendo ser prorrogado por igual periodo, a contar da presente assinatura.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
PROJETO: 2066 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de saúde 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos 3.1.90.04 – Contrato por tempo determinado
RESPONSÁVEIS: RAFAEL DOS SANTOS MATIAS - PELA CONTRATANTE/RAFAELA GALDINO DA SILVA – PELA CONTRATADA

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:0F0F623C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N°. 0100301/2025

Processo Administrativo Nº: 0100301/2025; **Origem**: Dispensa de Licitação Nº 018/2025; **Contratante**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN; **Contratado**: ISMAEL FLÁVIO DE OLIVEIRA CARDOSO; **Objeto**: Rescisão unilateral do contrato de N°. 0100301/2025, firmado em 20 de janeiro de 2025, objetivando Contratação de empresa especializada no Serviço de assessoria na área de Controle Interno junto a Prefeitura Municipal de São Beto do Trairi/RN; **Fundamentação Legal**: O presente instrumento tem seu permissivo legal art. 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.; **Data de Rescisão**: 30 de abril de 2025.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito de São Bento do Trairi/RN

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:A2335EF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N°. 0010701/2025

Processo Administrativo Nº: 0010701/2025; **Origem**: Dispensa de Licitação Nº 026/2025; **Contratante**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN; **Contratado**: L R DA SILVA NETO ME; **Objeto**: Rescisão unilateral do contrato de N°. 0010701/2025, firmado em 22 de janeiro de 2025, objetivando Contratação de serviços especializados de assessoria técnica, visando acompanhamento especializado na área financeira; **Fundamentação Legal**: O presente instrumento tem seu permissivo legal art. 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.; **Data de Rescisão**: 30 de abril de 2025.

RAFAEL DOS SANTOS MATIAS
Prefeito de São Bento do Trairi/RN

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:7329391B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0120/2025
PROC. ADMINIT. PMSF/ RN Nº 2025040138–
CONTRATAÇÃO DIRETA N° 031/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN-SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-CNPJ Nº 08.096.612/0001-31;

CONTRATADA: PEDRO PAULINO DE ARAUJO FILHO-ME, CNPJ Nº 49.874.492/0001-33, COM ENDEREÇO NA AVENIDA CAPITAO JOSE INACIO, 67 B CENTRO DE SÃO FERNANDO/RN;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS;

VIGÊNCIA CONTRATUAL: TERMO INICIAL A DATA DE SUA SUBSCRIÇÃO E TERMO FINAL EM DOZE MESES;

VALOR: R$ 49.500,00 (Quarenta e Nove Mil e Quinhentos Reais);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, II, DA LEI N° 14.133/21;

SUBSCRITORES: CAIO CÉSAR DE MEDEIROS– PELO CONTRATANTE E PEDRO PAULINO DE ARAÚJO FILHO – PELA CONTRATADA.

SÃO FERNANDO/RN, 09/05/2025.

CAIO CÉSAR DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:188A3EA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N.° 0370 - GPMSF/2025.

Dispõe sobre convocação de candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado instituído pelo Processo Administrativo n.º 2025.01.0013 – Edital 001/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município.
R E S O L V E:

Art. 1º. Convocar candidato, habilitado no Processo Seletivo Simplificado vinculado ao Processo Administrativo n.º 2025.01.0013

– Edital n.º 001/2025, para apresentação dos documentos exigidos no Edital mencionado:

PROFESSOR POLIVALENTE

CPF	NOME	CLASSIFICAÇÃO	STATUS
010.151.384-46	EDNA BATISTA DE MEDEIROS	19º	CONVOCADO(A)

Art. 2º. O candidato irá ocupar vaga em unidade de ensino localizada na zona rural do município de São Fernando – RN;

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Cumpra-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Fernando-RN, 09 de maio de 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal
CPF n.º 455.474.244-04

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:BC570840

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 150/2025

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 09 de maio de 2025.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 09 de maio de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 09 de maio de 2025.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:A2E32E5C

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2025 EM 06 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a alteração do anexo III da Lei Complementar n° 001/2015, de 31 de julho de 2015 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI– RIO GRANDE DO NORTE;** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:
Art 1° - Fica alterado a remuneração dos profissionais constante do Anexo III, da Lei Complementar n° 001/2015, de 31 de julho de 2015, conforme tabela a seguir:

Ordem	Cargo	Horas semanal	Quantid.	Salário inicial
01	Advogado	20	01	R$ 1.724,89
02	Assistente social	30	02	R$ 1.724,89
03	Bioquímico	40	01	R$ 1.724,89
04	Cirurgião Dentista	40	03	R$ 2.874,82
05	Contador	40	01	R$ 2.874,82
06	Fisioterapeuta	40	01	R$ 1.724,89
07	Fonoaudiólogo	40	01	R$ 1.724,89
08	Nutricionista	40	01	R$ 1.724,89
09	Operador de Máquinas pesadas	40	05	R$ 1.631,85
10	Psicólogo	30	02	R$ 1.724,89

Art. 2º- As despesas decorrentes do Art. 1°, desta lei, correrão por conta das dotações próprias consideradas no Orçamento vigente.
Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2025.
Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Sabugi/RN, 06 de maio de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:170221DD

GABINETE DO PREFEITO
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº. 946/2025, APROVADO EM 15 DE ABRIL DE 2025, DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO EDUARDO FONSECA MAFRA, QUE DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE IPTU E DA TAXA DE LIXO, PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DE ESPETRO AUTISTA (TEA), NO MUNICÍPIO DE SÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN
ANIBAL PEREIRA DE ARAUJO, Prefeito Constitucional do Município de São João do Sabugi - Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas regulares atribuições e com fulcro no artigo 59, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São João do Sabugi, vem à presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal,
COMUNICAR AS RAZÕES DO VETO TOTAL DO PROJETO DE LEI Nº. 946/2025, originário dessa Casa de Leis, que institui no âmbito do Município de São João do Sabugi/RN a isenção de IPTU e da Taxa de Lixo, para pessoas com Transtorno de Espetro Autista (TEA), e dá outras providências.
Trata o presente de análise da inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº. 946/2025, o qual "**a isenção de IPTU e da Taxa de Lixo, para pessoas com Transtorno de Espetro Autista (TEA), e dá outras providências**", de iniciativa do Vereador Paulo Eduardo Fonseca Mafra.
O Projeto de Lei Complementar em apreço tem por objetivo isentar as pessoas com Transtorno de Espetro Autista (TEA), sem qualquer estudo de impacto orçamentário, sendo esta matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo e que, além disso, constitui renúncia de receita, conduta esta que viola o disposto no artigo 14 da LRF e configura ato de improbidade administrativa previsto no artigo 10, incisos VII e X, da Lei Federal nº. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).
A Constituição Federal outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, organização administrativa; matéria tributária e orçamentária; serviços públicos; criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administrativa pública, entre outros. É o que está expresso nas alíneas do inciso II, § 1º do art. 61, da Carta Política.
Muito embora se verifique a preocupação do nobre Vereador em colaborar com os interesses coletivos, visando disciplinar a isenção de IPTU e da Taxa de Lixo, para pessoas com Transtorno de Espetro Autista (TEA) no âmbito do Município de São João do Sabugi/RN, o presente Projeto de Lei padece de inconstitucionalidade, bem como da ausência de interesse público, conforme os motivos expostos a seguir:

Por outro lado, a Lei Orgânica do Município de São João do Sabugi/RN, estabelece ser de competência privativa do Prefeito

Municipal, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, (artigo 7º e incisos), o que, a contrário *sensu*, impede a Câmara de Vereadores, de estabelecer vedações quanto às formas de funcionamento dos serviços atinentes ao Poder Executivo Municipal.

Muito embora parte da jurisprudência entenda que a Câmara Municipal tem competência para instituir isenção tributária, a atual Lei Orgânica do Município dispõe somente sobre autorização e não sobre a instituição e/ou criação.

À Câmara Municipal compete apenas "autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dividas", nos termos do artigo 28, inciso II da Lei Orgânica Municipal, *verbis*:

Art. 28 - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor
sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente;

(...)

II – autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

Portanto, os vereadores não detêm competência para instituir isenção tributária.

Além disso, para que se instituam isenções ou anistias, é imprescindível que se traga o impacto orçamentário na forma do que determina o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que sua ausência acaba crivando de morte a pretensão do presente projeto de Lei Complementar de condicionar a sua eficácia à inclusão na Lei Orçamentária.
O artigo 14 e seguinte da Lei de Responsabilidade Fiscal é bastante claro e objetivo no que toca ao estabelecimento de requisitos e condições para que leis concessivas de benefícios ou incentivos fiscais sejam consideradas legais do ponto de vista da responsabilidade fiscal dos administradores públicos, assim dispondo:
Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:
I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
§ 1o A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2o Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.
§ 3o O disposto neste artigo não se aplica:
I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1°;
II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
O que tal dispositivo legal estabelece é que, partindo do pressuposto que o ente público estará "abrindo mão" de parte de sua receita orçamentária, haja previsão dos meios e mecanismos pelos quais se dará a compensação aos cofres públicos em relação aos valores que o mesmo ente deixará de receber em razão da aplicação daquela lei.

Com relação a competência do administrador municipal em relação ao veto, vejamos o artigo 59, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que assim dispõe:

Art. 59. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

...

IV – vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

Ao adentrar, pois, em seara que não lhe é própria, o Legislativo Municipal não observou o Princípio da Separação entre os Poderes, estabelecido na Carta Magna, e repetido na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

Neste sentido, considerando que a lei viola normas da Constituição Federal, o *projeto é inconstitucional, pois viola a iniciativa privativa do Executivo*, ou *que gera despesa ao Executivo e isso viola a competência constitucional*, em outras palavras, apenas por lei de iniciativa do Poder Executivo poderia ocorrer a regulamentação desta matéria específica, sob pena de violação da competência privativa do gestor do Município de São João do Sabugi/RN, legislar sobre a matéria, sendo apenas de sua competência, não se mostra viável pela inconstitucionalidade que o macula e pela ausência de interesse público evidenciada, devendo ser totalmente vetado. Logo, apomos Veto Total ao Projeto de Lei nº. 946/2025.
Esses motivos, que me levam a vetar, integralmente, o Projeto de Lei nº. 946/2025.

Oportunidade em que renovo, à Vossa Excelência, os préstimos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANIBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:74DD706A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 124/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a Sra. JAISA DE MEDEIROS DANTAS, CPF nº 102.695.594-77, para exercer o cargo de Chefe de Setor - CS, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Complementar n° 003/2016, de 22 de dezembro de 2016.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 05 de maio de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:571B0350

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 125/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a Sra. **IVANALDA ALMEIDA DOS SANTOS LUCENA,** matrícula nº233, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas,**FÉRIAS**,por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 28/05/2025 a 26/06/2025, retornando ao trabalho em 27/06/2025, correspondente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 06 de maio de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:73A0260E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 126/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao Sr. **FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS,** matrícula nº196**,** ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde,**FÉRIAS**,por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 01/06/2025 a 30/06/2025, retornando ao trabalho em 01/07/2025, correspondente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 06 de maio de 2024.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:0D717CD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 127/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao Sra. **TARCIANA LARISSA DA SILVA VALE, matrícula nº331-1,** ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas,**FÉRIAS**,por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 02/06/2025 a 01/07/2025, retornando ao trabalho em 02/07/2025, correspondente ao período aquisitivo de 2024/2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 06 de maio de 2025.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:8CB450EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
CREDENCIAMENTO: DE TRANSPOTE DE PESSOAS, COM DEMANDAS PONTUAIS DE VELÓRIOS, SEPULTAMENOS,ESPORTE E LAZER

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS, COM DEMANDAS PONTUAIS DE VELÓRIOS, SEPULTAMENTOS, ESPORTE E LAZER, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a demanda, sob a responsabilidade da Secretaria Geral do Município.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21. Considerando ainda os autos do processo licitatório acima identificado, em particular o disposto na Ata Final da Sessão dos Trabalhos Licitatórios e no Resultado por Fornecedor. **ADJUDICAMOS** o presente procedimento de licitação em favor das empresas credenciadas: 1. **TSM DIAS TRANSPORTE** - CNPJ: 23.957.266/0001-22, credenciada no item: 03, com valor unitário por KM de **R$ 6,10 (Seis reais e dez centavos)**. 2. **FRANCISCO MIGUEL DA SILVA** - CNPJ: 40.776.247/0001-19, credenciada no item: 04, com valor unitário por KM de **R$ 8,94 (Oito reais e noventa e quatro centavos)**. **3. V. TAVARES DA COSTA – ME** – CNPJ: 20.061.907/0001-78, credeenciada nos itens 01, 02,03 e 04, com os respectivos valores unitários por KM: R$ 8,10, R$ 7,92, R$ 6,10 e R$ 8,94. **4**. **C.H.P. FREIRE LTDA** – CNPJ: 70.149.844/0001-84, credeenciada nos itens 01, 02,03 e 04, com os respectivos valores unitários por KM: R$ 8,10, R$ 7,92, R$ 6,10 e R$ 8,94.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 385.800,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos reais).

São José de Mipibu/RN, 28 de março de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Considerando ainda os autos do processo licitatório acima identificado, em particular o Termo de Adjudicação expedido pela autoridade competente do Município. **HOMOLOGAMOS** o presente procedimento de licitação em favor das empresas credenciadas: 1. **TSM DIAS TRANSPORTE** - CNPJ: 23.957.266/0001-22, credenciada no item: 03, com valor unitário por KM de **R$ 6,10 (Seis reais e dez centavos)**. 2. **FRANCISCO MIGUEL DA SILVA** - CNPJ: 40.776.247/0001-19, credenciada no item: 04, com valor unitário por KM de **R$ 8,94 (Oito reais e noventa e quatro centavos)**. **3. V. TAVARES DA COSTA – ME** – CNPJ: 20.061.907/0001-78, credenciada nos itens 01, 02,03 e 04, com os respectivos valores unitários por KM: R$ 8,10, R$ 7,92, R$ 6,10 e R$ 8,94. **4**. **C.H.P. FREIRE LTDA** – CNPJ: 70.149.844/0001-84, credeenciada nos itens 01, 02,03 e 04, com os respectivos valores unitários por KM: R$ 8,10, R$ 7,92, R$ 6,10 e R$ 8,94.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 385.800,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos reais).

São José de Mipibu/RN, 28 de março de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

EXTRATO DE CONTRATO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José de Mipibu/RN.
CONTRATADAS:
1. **TSM DIAS TRANSPORTE** - CNPJ: 23.957.266/0001-22, credenciada no item: 03, com valor unitário por KM de **R$ 6,10 (Seis reais e dez centavos)**.
2. **FRANCISCO MIGUEL DA SILVA** - CNPJ: 40.776.247/0001-19, credenciada no item: 04, com valor unitário por KM de **R$ 8,94 (Oito reais e noventa e quatro centavos)**.
3. V. TAVARES DA COSTA – ME – CNPJ: 20.061.907/0001-78, credenciada nos itens 01, 02,03 e 04, com os respectivos valores unitários por KM: R$ 8,10, R$ 7,92, R$ 6,10 e R$ 8,94.
4. **C.H.P. FREIRE LTDA** – CNPJ: 70.149.844/0001-84, credeenciada nos itens 01, 02,03 e 04, com os respectivos valores unitários por KM: R$ 8,10, R$ 7,92, R$ 6,10 e R$ 8,94.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 385.800,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos reais).

São José de Mipibu/RN, 28 de março de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2024.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
ASSINATURAS: Maurício José Gomes de Melo – p/Contratante e **TSM DIAS TRANSPORTE**, **FRANCISCO MIGUEL DA SILVA, V. TAVARES DA COSTA – ME, C.H.P. FREIRE LTDA** - p/Contratadas.
DATA: São José de Mipibu/RN, 28 de março de 2025.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

Publicado por:
Jucielly da Costa Freitas
Código Identificador:94FDB4E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 181/2025, DE 08 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Pombal/PB	08 de maio de 2025.	344,88	172,44

TOTAL

R$ 172,44

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Pombal/PB no dia 08 de maio de 2025, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Pombal/PB, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de maio de 2025.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:AF876DDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 182/2025, DE 08 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente

político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **BRUNO MEDEIROS DOS SANTOS**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal-RN	08 de maio de 2025	R$310,00	R$ 155,00

(

TOTAL

R$155,00

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 09 de maio de 2025, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de maio de 2025.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:B5B93789

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025

Processo Administrativo MSJS/ RN nº 033/2025 - Adesão à Ata de Registro de Preços de nº 006/2025 do Pregão Eletrônico nº 004/2025 do Município de Lagoa de Pedras/RN

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ: 55.738.5560001-71; OBJETO: Contratação de empresa para serviços de reserva e fornecimento de bilhetes de passagens aéreas nacionais; VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais); DESCONTO PERCENTUAL: 50% (cinquenta por cento); VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: termo inicial na data de subscrição e termo final em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Evania Dos Santos Correia - pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 09 de maio de 2025.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:040B5418

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATO DE DECLARAÇÃO DISPENSA Nº 19/2025 DI

Declaro como Dispensa a licitação com fundamento no Art. 75, II e Decreto Municipal nº 001/25, corroborando também a Procuradoria Geral do Município através do seu parecer Jurídico pág 54 a 64 e controle interno pág 66 e 67.

A Dispensa refere-se à**Contratação de empresa especializada em gestão e assessoria em regulação e serviços na área da saúde, visando à eficiência operacional, conformidade legal e melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de saúde. O serviço incluirá a implementação de boas práticas institucionais, garantia da segurança jurídica nos processos administrativos e aprimoramento dos mecanismos de controle, planejamento e fiscalização no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,** no valor total mensal **R$ 3.300,00 (Três Mil e Trezentos Reais).**

Consta no processo administrativo, conforme o Art. 72 da lei 14.133/21 os elementos necessários para a caracterização do objeto, documento de formalização de demanda, termo de referência, estimativa de preços, parecer jurídico, demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, comprovação de que o contratado preenche os requisitos mínimos de habilitação e qualificação mínima, tudo em conformidade com os documentos que instruem este **Processo Administrativo nº 2025.OFIC.OFI.201501380-2**.

Diante do exposto, estando o processo corretamente instruído e o pleito amparado no Art. 75, II somos favoráveis pela DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da empresa **FABIOLA VIANA CARVALHO** inscrita no **CNPJ: 59.801.542/0001-06**.

São Miguel/RN, 09 de maio de 2025.

ITALO MATHEUS TARGINO MOREIRA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:221011F1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 19/2025 DI

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de**FABIOLA VIANA CARVALHO**, inscrita no CNPJ nº **59.801.542/0001-06**, referente à **Contratação de empresa especializada em gestão e assessoria em regulação e serviços na área da saúde, visando à eficiência operacional, conformidade legal e melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de saúde. O serviço incluirá a implementação de boas práticas institucionais, garantia da segurança jurídica nos processos administrativos e aprimoramento dos mecanismos de controle, planejamento e fiscalização no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário	Valor total
1	15308 - Serviço de gestão e assessoria em regulação e serviços na área da saúde – Prestação de serviços especializados para otimização dos processos administrativos e regulatórios da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo análise normativa, suporte técnico, consultoria estratégica e desenvolvimento de boas práticas institucionais para aprimoramento da governança e fiscalização na área da saúde pública.	MÊS	12	3.300,00	39.600,00
Total Geral					**39.600,00**

RATIFICO, em consonância com o Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Declaração de Dispensa.

São Miguel/RN, 09 de maio de 2025.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:65C50D87

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DECLARAÇÃO DISPENSA Nº 18/2025 DI

Declaro como Dispensa a licitação com fundamento no Art. 75, II e Decreto Municipal nº 001/25, corroborando também a Procuradoria Geral do Município através do seu parecer Jurídico pág 55 a 65 e controle interno 67 e 68.

A Dispensa refere-se à**Contratação de profissional especializado, pessoa física ou jurídica, para execução de serviços de pintura artística e letreiros em fachadas, muros e paredes de prédios públicos, visando a identificação e padronização visual dos órgãos da Administração Pública Municipal, conforme especificações e layouts definidos pelas secretarias demandantes.**, no valor total de **R$ 44.000,00 (Quarenta e quatro Mil reais).**
Consta no processo administrativo, conforme o Art. 72 da lei 14.133/21 os elementos necessários para a caracterização do objeto, documento de formalização de demanda, termo de referência, estimativa de preços, parecer jurídico, demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, comprovação de que o contratado preenche os requisitos mínimos de habilitação e qualificação mínima, tudo em conformidade com os documentos que instruem este **Processo Administrativo nº 2025.SEPO.CON.201501346-9**.

Diante do exposto, estando o processo corretamente instruído e o pleito amparado no Art. 75, IIsomos favoráveis pela DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor da empresa **GEANIO DA SILVA** inscrito no **CPF: 054.641.044-88**.

São Miguel/RN, 9 de maio de 2025.

FRANCISCO GLEDSON DE FREITAS
Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Orçamento

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:D756444C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 18/2025 DI

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de**GEANIO DA SILVA**, inscrito no CPF nº **054.641.044-88**, referente à **Contratação de profissional especializado, pessoa física ou jurídica, para execução de serviços de pintura artística e letreiros em fachadas, muros e paredes de prédios públicos, visando a identificação e padronização visual dos órgãos da Administração Pública Municipal, conforme especificações e layouts definidos pelas secretarias demandantes.**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário	Valor total
1	15313 - Contratação de profissional especializado, pessoa física ou jurídica, para a execução de serviços de pintura artística e letreiros em fachadas , muros, paredes internas e externas de prédios públicos, com o objetivo de identificar e padronizar visualmente os órgãos da Administração Pública Municipal, conforme as especificações, dimensões e layouts definidos pelas secretarias demandantes.	HR	1.100	40,00	44.000,00
Total Geral					**44.000,00**

RATIFICO, em consonância com o Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Declaração de Dispensa.

São Miguel/RN, 9 de maio de 2025.

LEANDRO MICHEL DO REGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:C9D59C4B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 050/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI (PREFEITURA MUNICIPAL), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.074.779/0001-61, com sede à Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, aqui representado pelo Prefeito Constitucional, o Sr. Eugênio Pacelli Araújo Souto, brasileiro, casado, inscrita no CPF (MF) sob o nº 367.XXX.394-34.

CONTRATADO(S): AVELINO LACERDA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, Inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 35.563.630/0001-59, situada a Avenida Maria Lacerda Montenegro, 2084, Sala 101, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN, CEP:59.152-820.

OBJETO: Contratação dos serviços de engenharia para execução das obras de Pavimentação com Drenagem Superficial e urbanismo da Rua Projetada 02 no Bairro Monsenhor Expedito no Município de São Paulo do Potengi – RN, de acordo com o convênio nº 1064052-26, SICONV 884664 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
Unidade Orçamentária: 08 .001 - Sec.Mun.de Obras Públ. e Serviços Urbanos
Ação: 1030 - Pavimentação, com Drenagem Superficial em diversas Ruas do Município
Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

VALOR TOTAL: R$ 70.770,96, (setenta mil, setecentos e setenta reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2025.

São Paulo do Potengi/RN, em 08 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito – Pela Contratante

ALEXANDRE AVELINO BEZERRA DE LACERDA
Pela Contratada

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:DD45794C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2025 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA LEI ALDIR BLANC - PREMIAÇÃO

CATEGORIA	PROPONENTE	AGENTE CULTURAL	NOTA
GRUPO DE BOI DE REIS	**BOI DE REIS DO POTENGI**	**AGUINALDO MARCOLINO CABRAL NETO**	**40**
CERAMISTA DE BARRO RÚSTICO	**WILL DO BARRO**	**42.256.116 WILLIAN DE JESUS SANTOS**	**55**
PRODUTOR DE LITERATURA E POESIA	**POETA CANINDÉ**	**FRANSCISCO CANINDE CARDOSO**	**40**
PRODUTOR DE LITERATURA E POESIA	**POETA DO POTENGI**	**CLEITON FLAVIO DA PAZ LIMA**	**50**
PRODUTOR DE LITERATURA E POESIA	**BLOG SILVERIO ALVES FILHO**	**SILVEIRO ALVES DA SILVA FILHO**	**36**

São Paulo do Potengi/RN, 09 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

EDMILSON LIMA ROBERTO
Secretário Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:235D1F44

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002/2025 – HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA LEI ALDIR BLANC – PROJETOS CULTURAIS

CATEGORIA	PROPONENTE	AGENTE CULTURAL	NOTA
SHOW MUSICAL (individual ou em grupo)	**IURY ARAUJO**	**JOSÉ IURY DE ARAUJO MOTA**	**36**
SHOW MUSICAL (individual ou em grupo)	**GABRIEL LEVI**	**GABRIEL LEVI DE AQUINO SILVA**	**32**
BANDA MUSICAL I (grupo com 03 ou mais pessoas)	**TRIO PE DE SERRA**	**JOSE CLAUDIO TAVARES RIBEIRO**	**46**
BANDA MUSICAL I (grupo com 03 ou mais pessoas)	**TRIO NORDESTINO**	**ROBSON BRUNO DE LIMA ALMEIDA**	**36**
BANDA MUSICAL II (grupo com 05 ou mais pessoas)	**JOELIKA DINNIZ**	**JOELICA JOCIANA MACIEL DINIZ DANTAS**	**55**
BANDA MUSICAL II (grupo com 05 ou mais pessoas)	**FORRO ZABUMBÁE**	**EUDES DE ALENCAR FERREIRA**	**46**
BANDA MUSICAL II (grupo com 05 ou mais pessoas)	**IGOR RODRIGO**	**IGOR RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS**	**40**

São Paulo do Potengi/RN, 09 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

EDMILSON LIMA ROBERTO
Secretário Municipal de Empreendedorismo, Turismo e Cultura

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:FA22ACDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das suas atribuições legais, conforme disposto na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o(a) Sr(a). **TIAGO WENDSON GUEDES DE OLIVEIRA**, para o cargo de provimento comissionado de **Subcoordenador de Controle e Manutenção de Veículos Oficiais**, da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes**, símbolo **CC5.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 5 de maio de 2025.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, São Paulo do Potengi/RN, 09 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:D9FE5C5A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 332/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições constitucionais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR os membros do Comitê de Investimentos nos termos do artigo 4º da Lei Municipal 1.052 de 10 de dezembro de 2021, do INSTITUTO DE PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI – IPREVSAPP, composto pelos membros a seguir:

Diretor-Presidente da Unidade Gestora: Francisco Genilson de Oliveira, CPF: ***.241.724-**;
Gerente Administrativo e Financeiro: Paulo Roberto Macedo de Araújo Filho, CPF: ***.397.104-**;
Representante do Conselho Deliberativo: Rafael Batista de Souza, CPF: ***.004.854-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 09 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Ferreira do Nascimento Rosa
Código Identificador:669D400A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2025

Processo Administrativo nº 1320/2025

Objeto: Aquisição de medicamentos de uso veterinário para o Programa de Assistência a Animais em Situação de Abandono da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN.

ADJUDICO e **HOMOLOGO,** o presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, do julgamento do Operador de Compra Direta, referente a Dispensa Eletrônica Nº 010/2025, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 213 de 18 de Janeiro de 2024, referente ao processo licitatório supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir: **Empresa(s) Vencedor(as):**

ANIMALFORCE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 48.214.791/0001-89, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 001, 002, 003, 004, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014; totalizando o valor de **R$ 4.910,34 (quatro mil, novecentos e dez reais e trinta e quatro centavos)**.

São Paulo do Potengi - RN, 09 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Diego Dias da Silva
Código Identificador:3708CDE6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 333, DE 09 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no Ofício n.º 044/2025-08ªZE;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica disposta a cessão da Servidora Pública Municipal ANA PATRÍCIA COSME PENHA OLIVEIRA, matrícula nº 0935, para o Tribunal de Regional Eleitoral do Rio Grande Do Norte, Juízo Eleitoral da 08º Zona Eleitoral – São Paulo do Potengi/RN, onde a mesmo prestará seus relevantes serviços.

Art. 2º. A cessão terá início em 01.07.2025, por período mínimo de um ano, e com prazo indeterminado, com ônus remuneratório para o órgão cedente, podendo ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Município de São Paulo do Potengi/RN.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de maio de 2025.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito de São Paulo do Potengi/RN

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:F7C3AC2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 113/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA N° 0113/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, no Valor Unitário de R$ 100,00 (cem Reais) ao Senhor Edigler Aquino da Silva, inscrito no CPF sob nº 943.221.804-00, Matrícula 344, Coordenador de Agricultura, para se deslocar até Tangará/RN, no dia 12 de maio de 2025, para participar da Reunião com as COMPDECs do Escritório Regional da Operação do Carro Pipa - 7ª BDA INF MTZ, no IERN.

Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.

Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.

Art. 4º As diárias serão pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.

Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.

Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 09 de maio de 2025

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:FE7E6B33

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 114/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA N° 0114/2025, DE 09 DE MAIO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto Municipal 005/2025, que regulamenta a concessão de diárias no município de São Pedro/RN

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, no Valor Unitário de R$ 100,00 (cem Reais) ao Senhor Carlos Henrique Nunes da Silva, inscrito no CPF sob nº 091.270.334-22, Matrícula 1111, Fiscal de Vigilância Sanitária, para se deslocar até Tangará/RN, no dia 12 de maio de 2025, para participar da Reunião com as COMPDECs do Escritório Regional da Operação do Carro Pipa - 7ª BDA INF MTZ, no IERN.

Art. 2º As diárias serão concedidas conforme a necessidade do serviço.

Art. 3º O valor das diárias será determinado conforme a tabela anexa, de acordo com a localidade de destino, respeitando os limites estabelecidos pelo Decreto Municipal 005/2025.

Art. 4º As diárias serão pagas de forma antecipada mediante autorização do Prefeito.

Art. 5º O servidor que não utilizar as diárias concedidas ou que retornar antes do prazo estabelecido deverá devolver o valor não utilizado, sob pena de ser responsabilizado pela diferença.

Art. 6º A concessão de diárias poderá ser revogada a qualquer momento, caso se verifique que o deslocamento não é mais necessário ou que as condições para a concessão não foram cumpridas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 09 de maio de 2025

LINDBERGH FERNANDES DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:0E87AE68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 24782750-2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, inciso III, alínea A, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea A, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

Contratação de serviços profissionais técnicos especializados, referente à elaboração do projeto básico da Barragem de São Tomé, Barragem Açude Pitombeira.

Contratação da empresa GN CONSTRUCOES E CONSULTORIA LTDA – CNPJ n° 21.804.113/0001-10 por meio de inexigibilidade de licitação, para a execução do serviço técnico especializado.

Valor Global: R$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil Reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 09 de maio de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:4F1710DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2023

O município de São Tomé/RN, por intermédio de seu Prefeito Josinaldo Amaro de Lima , vem retificar a publicação veiculada neste diário oficial dos municípios FEMURN no dia 08 de Maio de 2025, na edição 3533, sob o código identificador C26F3F32 nos termos abaixo:

Onde se lê:

O Município de SÃO TOMÉ, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, representado por ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA, na qualidade de ordenador(a) de despesas, doravante denominado(a) CONTRATANTE, BORGES E RENOVATO ADVOGADOS S/C, inscrito(a) no CNPJ: 06.925.876/0001-25, com sede na, RUA ISRAEL OLIVEIRA DA SILVA,1856, Candelária, Natal/RN, CEP 59.064-290, representada por EVANDRO DE OLIVEIRA BORGES, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

Leia-se:

O Município de SÃO TOMÉ, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.080.210/0001-49, com sede na Praça Antônio Assunção, 276, representado por JOSINALDO AMARO DE LIMA, na qualidade de ordenador(a) de despesas, doravante denominado(a) CONTRATANTE, BORGES E RENOVATO ADVOGADOS S/C, inscrito(a) no CNPJ: 06.925.876/0001-25, com sede na, RUA ISRAEL OLIVEIRA DA SILVA,1856, Candelária, Natal/RN, CEP 59.064-290, representada por EVANDRO DE OLIVEIRA BORGES, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

São Tomé/RN, 09 de Maio de 2025

Município de São Tomé
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:52BF89FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 48/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 77524258-2025

CONTRATO Nº.....: 48/2025

ORIGEM.....: INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN

CONTRATADA(O).....: Jeovani Pereira Marques CPF N° 807.***.***-53

OBJETO.....: LOCAÇÃO DE IMOVÉL PARA DESCARTE DE ENTULHOS E PODAS DE ÁRVORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 69.600,00 (Sessenta e nove mil e seiscentos reias).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSTALAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSTALAÇÃO
AÇÃO: 2083 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
SUBELEMENTO: 010 – LOCAÇAO DE IMOVEIS
FONTE DE RECURSO: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contados da publicação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DATA DA ASSINATURA.....: 09 de Maio de 2025

ASSINANTES:

MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA

JEOVANI PEREIRA MARQUES
CPF N° 807.*.***-53**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:60F0FAAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 23/2025
Processo Administrativo Eletrônico nº 77524258-2025

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Assessoria Jurídica que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 74 Inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

Finalmente, considerando que o processo seguiu a tramitação conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando:

LOCAÇÃO DE IMOVÉL PARA DESCARTE DE ENTULHOS E PODAS DE ÁRVORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN.

Contratação do Senhor (a): JEOVANI PEREIRA MARQUES CPF N° 807.***.***-53
por meio de inexigibilidade de licitação.

VALOR TOTAL: R$ 69.600,00 (Sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

São Tomé/RN, 09 de Maio de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:BE590EE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

A Prefeita Constitucional de São Vicente/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, de acordo com o que determina o Inciso IV do art. 71 e Inciso VIII do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **024/2025**, fundamentada de acordo com o que preceitua o Inciso II do Art. 75 do referido diploma legal, **ADJUDICO, HOMOLOGO** o objeto/processo que trata da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM E CAPINAGEM, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA A SEREM EXECUTADOS NAS ESTRADAS DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN**, e **AUTORIZO** a contratação da empresa J NOGUEIRA COMERCIO E SERVICOS DE JARDINAGEM – CNPJ Nº 50.353.999/0001-20, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, com uma proposta perfazendo o valor global de **R$ 47.100,00 (QUARENTA E SETE MIL E CEM REAIS)** levando em consideração o critério do menor preço conforme mapa demonstrativo que consta nos autos.

Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

São Vicente – RN, 09 de maio de 2025.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:704E6490

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2025

O agente de contratação no uso das suas atribuições que lhe foi conferida, e o que dispões o Art. 75, INCISO II, da Lei n° 14.133/2021 de 01/04/2021, vêm tornar público o processo de "DISPENSA DE LICITAÇÃO", com base no valor da proposta apresentada, para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM E CAPINAGEM, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA A SEREM EXECUTADOS NAS ESTRADAS DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN**; valor global estimado para as demandas da solicitante em **R$ 47.100,00 (QUARENTA E SETE MIL E CEM REAIS);** Contratado: J NOGUEIRA COMERCIO E SERVICOS DE JARDINAGEM – CNPJ Nº 50.353.999/0001-20; Contratante**:** MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN (CNPJ: 08.308.470/0001-29).

RATIFICADO, HOMOLOGADO E AUTORIZADO POR: JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS, em 09 de maio de 2025

São Vicente/RN, 09 de maio de 2025.

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:97027534

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20210135

O Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 18.044.533/0001-30, com sede na RUA SANTO ANTÔNIO, 144, representado por MARIANA DO NASCIMENTO ROCHA, SEC.MUN.DE TRAB.HAB. E ASSISTÊNCIA SOC, doravante denominada CONTRATANTE, e EMANOEL BENEVIDES PESSOA BARROS, inscrita no CNPJ 33.891.032/0001-83, com sede na AV MOIZANIEL DE CARVALHO 219, CENTRO, São José de Mipibu-RN, CEP 59162-000, representada por EDER GUILHERME DANTAS LOPES, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 07 de Abril de 2026, nos termo do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua publicação.
CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 04 de Abril de 2025

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ(MF) 18.044.533/0001-30
Contratante

EMANOEL BENEVIDES PESSOA BARROS
CNPJ 33.891.032/0001-83
Contratado(a)

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:DEB186FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX. 09051.2025

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, faz publicar o extrato resumido do processo de**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**a seguir:

OBJETO PAGAMENTO DE ANUIDADE REFERENTE AO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - COEGEMAS/RN. ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FAVORECIDO.....:COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS GOEMAS

VALOR.....:R$ R$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..:emitida pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, na qualidade de ordenador de despesas.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 09 de Maio de 2025

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Comissão de Contratação
Presidente

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:6EFE66EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 090501

CONTRATO Nº.....:90501

ORIGEM.....: Inexigibilidade Nº90501.2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....:COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS GOEMAS

OBJETO.....:PAGAMENTO DE ANUIDADE REFERENTE AO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - COEGEMAS/RN. ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

VALOR TOTAL.....: R$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais

VIGÊNCIA.....: 09 de maio de 2025 a 09 de maio de 2026
DATA DA ASSINATURA.....: 09 de maio de 2025

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:F3568482

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 90502

CONTRATO Nº.....:90502

ORIGEM.....: Inexigibilidade Nº90502.2025

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....:ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA

OBJETO.....: Contratação de empresa especializada nos serviços de produção de bandas (atração musical) a serem destinados ao tradicional Evento da Festa do Padroeiro da Cidade de Senador Georgino Avelino, Santo Antônio Achado. O referido evento será realizado no dia 12 de junho de 2025, com atração da banda "RAYNEL GUEDES" com duração em média de 1:40h. Através da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer deste Município.

VALOR TOTAL.....: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais

PROGRAMA DE TRABALHO.....:

VIGÊNCIA.....:09 de maio de 2025 a 30 de junho de 2025
DATA DA ASSINATURA.....:09 de maio de 2025

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:3891EC5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX. 090502.2025

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, faz publicar o extrato resumido do processo de**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**a seguir:

OBJETO Contratação de empresa especializada nos serviços de produção de bandas (atração musical) a serem destinados ao tradicional Evento da Festa do Padroeiro da Cidade de Senador Georgino Avelino, Santo Antônio Achado. O referido evento será realizado no dia 12 de junho de 2025, com atração da banda "RAYNEL GUEDES" com duração em média de 1:40h. Através da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer deste Município.

FAVORECIDO.....:ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA

VALOR.....:R$ $ 80.000,00 (oitenta mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....:da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..:emitida pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, na qualidade de ordenador de despesas.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 09 de Maio de 2025

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Comissão de Contratação
Presidente

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:04106E87

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

CPL
TERMO DE ADESÃO N° 003/2025

Adesão (carona) a Ata de Registro de Preços n. 010/2025 oriunda do Pregão Eletrônico n° 004/2025 do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.
ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE/CARONA: Município de Serra de São Bento/RN
EMPRESA REGISTRADA: ESPACIAL AUTO PEÇAS LTDA, CNPJ Nº 09.114.091/0001-60
DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO KM, COM CAPACIDADE PARA 07 (SETE) LUGARES.
DO VALOR TOTAL DA ATA: O valor registrado é de R$ 284.000,00;
DA ADESÃO PARCIAL: Adesão no valor total de R$ 142.000,00.
DA AUTORIZAÇÃO: Autoriza a presente ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS resultado do Pregão Eletrônico n° 004/2025 (Município de Caiçara do Rio do Vento/RN);
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 03/04/2025 a 03/04/2026;
VIGÊNCIA DA ADESÃO: 09/05/2025 a 03/04/2026; tendo esse período para realizar a contratação.

Publique-se!

Município de Serra de São Bento/RN, 09 de maio de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
MARIA HELENA DE OLIVEIRA MORAIS
Prefeita

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:3A04CBE8

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 03/2025 - CMAS

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas dos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para cofinanciamento Estadual para Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade pactuados pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB/RN, conforme a Resolução n° 22/2022.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de SERRA DE SÃO BENTO/RN, reunido em reunião ordinária aos 07 de maio de 2025, no uso de suas atribuições, considerando a **Lei Municipal Nº 177 de 18 de junho de 2021** e em observância à **Lei Federal Nº 8.742(**Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS), alterada pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011.

CONSIDERANDOo ofício circular nº 02/2025 SETHAS-FEAS que solicita a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual *para Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade pactuados pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB/RN.*

CONSIDERANDOAPORTARIA SETHAS Nº 208 DE 18 DE MAIO DE 2022, que estabelece o prazo para realização de prestação de contas dos recursos transferidos pelo FEAS.

RESOLVE:

Art.1º-APROVARa Prestação de Contas *Referente aos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para cofinanciamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no ano de 2024.*

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra de São Bento/RN, 07 de maio de 2025.

HELLÂNY RAYANI GOMES DE AZEVEDO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:E5022B3B

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 02/2025 - CMAS

Dispõe sobre a Aprovação da REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA dos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para cofinanciamento Estadual para Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de SERRA DE SÃO BENTO/RN, reunido em reunião ordinária aos 07 de maio de 2025, no uso de suas atribuições, considerando a **Lei Municipal Nº 177 de 18 de junho de 2021** e em observância à **Lei Federal Nº 8.742(**Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS), alterada pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011.

CONSIDERANDOo ofício circular nº 02/2025 SETHAS-FEAS que solicita a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual *para Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade pactuados pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB/RN.*

CONSIDERANDOAPORTARIA SETHAS Nº 208 DE 18 DE MAIO DE 2022, que estabelece o prazo para realização de prestação de contas dos recursos transferidos pelo FEAS.

RESOLVE:

Art.1º- APROVAR a Reprogramação dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2024, *referente aos recursos transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para cofinanciamento Estadual para Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade no ano de 2024, ficando autorizado a utilização dos saldos pelo município no ano de 2025, conforme plano de ação apresentado a este órgão colegiado.*

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Serra de São Bento/RN, 07 de maio de 2025.

HELLÂNY RAYANI GOMES DE AZEVEDO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:3173FD29

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 082 - 2025

DECRETO Nº 082, DE 08 DE MAIO DE 2025.

Decreta Luto Oficial de 03 (três) dias no Município de Serra do Mel e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o falecimento da Senhora MARCIA MARIA BARROSO MARTINS ARAUJO;
CONSIDERANDO que a mesma, prestou serviços relevantes ao município, e ocupou cargo de servidora pública efetiva no município de Serra do Mel**.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica **DECRETADO** luto oficial de 03 (três) dias no município de Serra do Mel, em decorrência do falecimento da Senhora MARCIAMARIA BARROSO MARTINS ARAUJO.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 08 de Maio de 2025.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:D6445B74

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº Dispensa 732/2025

Dispensa nº 732/2025
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Aquisição de material permanente (longarinas) para Unidade Mista Dr. Silvio Romero de Lucena
Legal:art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 732/2025, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **TDF MOVEIS E SERVIÇOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ nº48.545.267/0001-90 no valor de R$15.675,00 (QUINZE MIL SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 09 de maio de 2025.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:C84F714D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº Dispensa 1096/2025

Dispensa nº 1096/2025
Unidade Requisitante: Fundo Municipal De Saúde
Objeto: Custeio de exame ENMG dos 4 membros com urgência para o paciente Francisco Luiz Sobrinho, 67 anos (DN: 28/01/1958)
Legal:art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021

AUTORIZO a Dispensa nº 1096/2025, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação da empresa **NEUROCORDIS LTDA, inscrita no CNPJ nº41.200.006/0001-90 no valor de R$900,00 (NOVECENTOS REAIS).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Serra do Mel/RN, 09 de maio de 2025.

EDCARLA LUCENA BARBOSA DA SILVA
Secretaria Adjunta de Saude

Publicado por:
Anacelia Freitas do Nascimento
Código Identificador:17D28CA9

SETOR DE PREGÕES
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PE 10-2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 10/2025-SRP
MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Serra do Mel/RN, torna público aos interessados, a republicação de certame fracassado. Fica a partir da publicação deste, remarcado o certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n° 10/2025, julgamento do tipo “menor preço”, com objeto de REGISTRAR PREÇOS para futura e eventual fornecimento de féretro, transportamento, extração e acondicionamento Básicos, visando atender ás necessidades das famílias carentes do Município de Serra do Mel – RN. Data de abertura para 23.05.2025 às 09:h:00:m, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital e seus anexos encontra-se disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e PNCP (www.pncp.gov.br). Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 14h00min.

Serra do Mel/RN em 08.maio.2025.

FÁBIO F. VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:D81A864B

SETOR DE PREGÕES
AVISO DE PE 11-2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2025-SRP
MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Serra do Mel/RN, torna público aos interessados que realizará certame licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n° 11/2025, julgamento do tipo “menor preço”, com objeto de REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Aquisição de EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO DE GLICOSE (sensor e leitor) para uso em tratamento de pacientes portadores de Diabetes Tipo I assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Serra do Mel-RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Data de abertura 26.05.2025 às 10:h:00:m. O Edital e seus anexos encontra-se disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e PNCP (www.pncp.gov.br). Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min.

Serra do Mel/RN em 08.maio.2025.

FÁBIO FRANCISCO VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fabio Francisco Viana
Código Identificador:02B18389

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE ARP Nº 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23116/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75
CONTRATADO: : C J PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.914.686/0001-39.
OBJETO:Registro de preços para futura AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN.
VALOR GLOBAL:R$ R$ 193.950,00 (CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 06 de maio.2025 a 05 de maio de 2026, prorrogável na forma do art. 107,da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicável.

Serra Negra do Norte-RN, em 06 de maio de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
*CPF N*º 626. ***. ***-20.
Prefeito Municipal.

CHARLES JOSÉ DE AGUIAR DA SILVA.
CPF: 038.***.***-86
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:2C3AAF10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE ARP Nº 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23116/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75
CONTRATADO: : ELETRO PECAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.286.262/0001-76,.
OBJETO:Registro de preços para futura AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 7.860,02 (SETE MIL OITOCENTOS E SESENTA REAIS E DOIS CENTAVOS)
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 06 de maio.2025 a 05 de maio de 2026, prorrogável na forma do art. 107,da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicável.

Serra Negra do Norte-RN, em 06 de maio de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
*CPF N*º 626. ***. ***-20.
Prefeito Municipal.

KLEIBER ANTUNES FURTADO JUNIOR.
CPF: 466.***.***-34
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:02986D88

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE ARP Nº 003/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23116/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75
CONTRATADO: : SATURNO DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.124.875/0001-50,.
OBJETO:Registro de preços para futura AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN.
VALOR GLOBAL: R$ R$ 88.628,68 (OITENTA E OITO MIL SEISENTOS E VINTE E OITO REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS)
PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 06 de maio.2025 a 05 de maio de 2026, prorrogável na forma do art. 107,da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicável.

Serra Negra do Norte-RN, em 06 de maio de 2025.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
CPF Nº 626. ***. ***-20.
Prefeito Municipal.

THIAGO TRACZ DE PAULA LOURO.
CPF: 065.***.***-08
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:017F404D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO MSNN/RN Nº 23688/2025

O Município de Serra Negra do Norte/RN, vem por meio deste, informar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a empresa ESPACIAL NEGÓCIOS E EVENTOS LTDA, para execução da feira BONÉ BRASIL – Feira Nacional da Cadeia Produtiva do Boné 2025, entre os dias **31 de julho e 02 de agosto de 2025**, na Praça Dinarte Mariz e seu entorno. Sem transferência de recursos financeiros. Vigência até 10/08/2025.
Assinam: Acácio Sânzio de Brito (Prefeito) e Velliska Léa Guimarães (V & J Eventos).

Serra Negra do Norte/RN, 09 de maio de 2025.

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:1B4CCEBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LCITAÇÃO.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00010/2025

O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará as 09:00, do dia 27 de maio de 2025, o endereço eletrônico www.bnccompras.com.br/, PREGÃO ELETRÔNICO nº 00010/2025. Objeto: **Concessão Onerosa de Uso, a título precário, de espaço destinado a exploração da atividade comercial gastronômica, integrante da área localizada na Praça de Eventos, no munícipio de Serrinha dos Pintos/RN, de uso exclusivo para a exploração de atividade econômica lícita, pelo maior preço, reservado para funcionamento de comércio de gêneros alimentícios na categoria "Bar/Restaurante". .** O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos www.bnccompras.com.br/,https://www.serrinhadospintos.rn.gov.br ou no email licitaserrinha@gmail.com.

Serrinha dos Pintos/RN, 09 de maio de 2025.

KAIO LEMOS RODRIGUES DE SOUSA
Pregoeiro(a).

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:8B8C792B

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002/2025 – PMSP/SMTC DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO FINAL EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS.

EDITAL Nº 002/2025 – PMSP/SMTC
DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO FINAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS.
DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO FINAL EDITAL 002/2025 DO PROGRAMA NACIONAL LEI ALDIR BLANC, NO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS-RN
A Prefeitura de Serrinha dos Pintos através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, fazendo uso de suas atribuições legais torna público a lista DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO FINAL com os nomes dos inscritos habilitados no Edital 002/2025 de "CHAMAMENTO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL, OBJETIVANDO A SELEÇÃO DE ENTIDADES CONSTITUITAS E COLETIVOS CULTURAIS COM RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL ALDIR BLANC, LEI 14.399/2022".
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos por meio da Secretário Municipal de Turismo e Cultura, torna público a PRESENTE LISTA elaborada com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
Foram analisados 3 (três) inscrições de **ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS** sendo 1 (uma) Entidade Pessoa Jurídica e 2 (dois) Coletivos Pessoa Física, na qual foi avaliado a correta entrega de documentos e no prazo conforme solicita o edital abaixo:
CRONOGRMA GERAL - **DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO FINAL**

Nome da Instituição Cultural	Nome do Responsável	Situação	Divulgação do resultado provisório da habilitação	DIVULGAÇÃO FINAL DO RESULTADO FINAL
Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos – Rádio Voz Serrinhense.	Marcel Douglas de Freitas	Habilitado	Habilitado	Habilitado
Coletivo Cultural – Quadrilha Junina Balão Nordestino.	Maria Eliclesia Wiliana de Arruda	Habilitado	Habilitado	Habilitado
Grupo Junino – Quadrilha Zé Matuto	Alex Mateus Soares de Oliveira	Habilitado	Habilitado	Habilitado

Serrinha dos Pintos/RN, 09 de maio de 2025

ROMERITO GOMES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Portaria Nº 008/2025

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:237E1D81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 080501/2025

O(A) Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do Agente de Contratação, torna público que do dia 12/05/2025 (Horário de Brasília/DF) até as 09 horas do dia 15/05/2025, estará disponível para receber propostas a Dispensa de Licitação nº 080501/2025 - tipo "menor preço". A presente licitação tem por finalidade a Contratação de empresa especializada no fornecimento de dosimetros para dosimetria de RAIO X para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, Fundamentação Legal: Lei Nº 14.133. Na fase externa, o Aviso de Contratação Direta do certame estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos: https://severianomelo.rn.gov.br/, podendo ser a proposta encaminhada exclusivamente via e-mail: **cplseverianomelo@gmail.com**

Severiano Melo/RN, 9 de maio de 2025.

VITOR MATEUS MORAIS DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:2DAE5EA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº01/2025.

O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-CMDS no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei de Criação Nº389/2014 convoca as Entidades não governamentais para participar do processo de eleição da composição **do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-CMDS e Eleição da Diretoria Executiva** para o biênio 2025/2027 a ser realizada no dia 10 de abril de 2025 (quinta-feira) na Sala de Reuniões dos Conselhos Municipais localizada na Rua Sebastião Ferreira Lima, 11 Centro, Sítio Novo - RN.

Para concorrer à composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-CMDS, as Associações deverão apresentar no ato da Inscrição os seguintes pré-requisitos:

1 – ATA ATUALIZADA COMPROVANDO A ATUAL COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO.

2 – ATA DE ASSEMBLÉIA E OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO E/OU INSTITUIÇÃO INDICANDO O REPRESENTANTE PARA SE CANDIDATAR COMO MEMBRO DO CMDS, CASO O PRESIDENTE NÃO QUEIRA SE CANDIDATAR.

Sítio Novo/RN, 25 de março de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

***ROSA MARIA MAFRA*-**
Sindicato Dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras de Sítio Novo – RN;

***MARIA ISABEL ARAÚJO DANTAS* -**
Associação Comunitária Para o Desenvolvimento da Região de Oiticica.

***CLEIDE MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA* –**
Área Pastoral de São Sebastião

***ROUZENILDO DE OLIVEIRA SILVA* –**
Governo Municipal

Publicado por:
Andrezza Brasil Souto Bezerra
Código Identificador:77AFEAFE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL Nº 05-2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 05_/2025. Sítio Novo – RN, 09 de maio de 2025

Convoca a IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

A Prefeita do município de Sítio Novo - RN, Andrezza Brasil Souto Bezerra, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 28 de maio de 2025, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das 08hs às 17hs, com o tema **"Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação".**

Art. 2º A IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será coordenada pela Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e presidida pelo Secretário(a) Municipal Trabalho, Habitação, Assistência Social, Cidadania, Mulheres, Direitos Humanos, Apoio as Minorias e as Diversidades.

Art. 3º São objetivos da IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:
I - Promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável;
II - Identificar os desafios do envelhecimento plural no município, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
III – Propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação interfederativa.

Art. 4º O regimento interno da IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será elaborado pela Comissão Organizadora constituída por esse decreto.

Parágrafo Único: O regimento interno da IIª Conferência Municipal dos Direitos da pessoa Idosa disporá sobre a sua organização e o seu funcionamento.

Art. 5º A Secretária Municipal Trabalho, Habitação, Assistência Social, Cidadania, Mulheres, Direitos Humanos, Apoio as Minorias e as Diversidades, Gilienny Simone de Pontes Nelo, por meio da Secretaria Municipal Trabalho, Habitação, Assistência Social, Cidadania, Mulheres, Direitos Humanos, Apoio as Minorias e as Diversidades e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, dará publicidade aos resultados da IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6º As despesas com a organização e a realização da IIª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão à conta de recursos orçamentários e das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social, Cidadania, Mulheres, Direitos Humanos, Apoio as Minorias e as Diversidades.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sítio Novo - RN, 09 de maio de 2025;

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita

Publicado por:
Andrezza Brasil Souto Bezerra
Código Identificador:C2A64BFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2025

O Município de Taipu/RN, torna público que as 10h do dia 23 de maio de 2025, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO, objetivando o **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO**. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.taipu.rn.gov.br. Maiores informações pelo email cpl@taipu.rn.gov.br

Taipu, RN, 09/05/2025

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:1646A740

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU/RN EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Taipu/RN – CNPJ: 08.114.753/0001-30
CONTRATADA: empresa IL AZEVEDO ENGENHARIA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 29.383.128/0001-63.
OBJETO: Autorizar o acréscimo das quantidades dos serviços de engenharia para Manutenção e Adequação de Edificações, Infraestrutura e dos demais equipamentos públicos urbanos e comunitários sob demanda, conforme Contrato celebrado em 05 de julho de 2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 07/2024.
VALOR: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), representando cerca de 25,00% (vinte e cinco por cento) da meta inicial.
BASE LEGAL: Artigo 124 e 125, da Lei Federal nº 14.133/2021
DATA: 10 de abril de 2025.
ASSINATURA: Ariosvaldo Bandeira Junior /Prefeito Municipal/Pela Contratante e Igor Fernandes Neves Luciano de Azevedo /Pela Contratada.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:4B3F36E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 049, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	**CPF**
Maria Rafaela Pereira Nunes	091.049.444-45
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**
Coordenadora de Atenção Básica	

LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Saúde		
ENDEREÇO		
Rua Salvina Miranda, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 100,00	R$ 100,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
13 e 15/05/2025	João Câmara/RN	
Participar da Semana Padrão do Projeto Cuidar em Redes Potiguar da 3ª Região de Saúde, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de João Câmara.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:EF801C1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 050, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	CPF	
Gessica Daiane Silva de Souza	105.734.474-78	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
Enfermeira		
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Saúde		
ENDEREÇO		
Rua Salvina Miranda, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 100,00	R$ 100,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
13 e 15/05/2025	João Câmara/RN	
Participar da Semana Padrão do Projeto Cuidar em Redes Potiguar da 3ª Região de Saúde, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de João Câmara.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:A1F5EA1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 051, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	CPF	
Geilza Silva de Lima	114.295.904-08	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
Enfermeira		
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Saúde		
ENDEREÇO		
Rua Salvina Miranda, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 100,00	R$ 100,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
13 e 15/05/2025	João Câmara/RN	
Participar da Semana Padrão do Projeto Cuidar em Redes Potiguar da 3ª Região de Saúde, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de João Câmara.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:BD3D0ED4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 052, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	CPF	
Diego Fernando de Souza Morais	119.589.004-43	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
Enferneiro		
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Saúde		
ENDEREÇO		
Rua Salvina Miranda, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 100,00	R$ 100,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
13 e 15/05/2025	João Câmara/RN	
Participar da Semana Padrão do Projeto Cuidar em Redes Potiguar da 3ª Região de Saúde, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de João Câmara.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:0DC8B791

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 053, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	**CPF**	
Patricia da Silva Barros	017.398.384-75	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
Enfermeira		
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Saúde		
ENDEREÇO		
Rua Salvina Miranda, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 100,00	R$ 100,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
13 e 15/05/2025	João Câmara/RN	
Participar da Semana Padrão do Projeto Cuidar em Redes Potiguar da 3ª Região de Saúde, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de João Câmara.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:9E20F5FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 054, DE 09 DE MAIO DE 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	**CPF**	
Juliany Lourenço de Brito	078.794.644-33	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
Enfermeira		
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Saúde		
ENDEREÇO		
Rua Salvina Miranda, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 100,00	R$ 100,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
13 e 15/05/2025	João Câmara/RN	
Participar da Semana Padrão do Projeto Cuidar em Redes Potiguar da 3ª Região de Saúde, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de João Câmara.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:4D050F40

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 0001/2025

Pelo presente termo, o município de TENENTE ANANIAS, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS, no uso das atribuições legais e considerando o disposto no **artigo 79 da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da homologação dos procedimentos administrativos de contratação pública antes da formalização do ajuste, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado apresentado pela comissão, referente a Chamada Pública nº 0001/2025 cujo objeto é credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em consultas e realização de exames de atenção especializada, conforme anexo I, visando à prestação de serviços junto às unidades de saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para atendimento aos usuários.
Foi em toda sua tramitação atendida a legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o credenciamento nº 0001/2025 e ADJUDICO as proponentes:
1 – CIED – CENTRO DE IMAGEM ELIZABETE DANTAS LTDA
CNPJ(MF) Nº 10.140.324/0001-89

A empresa mencionada acima foram consideradas habilitada e credenciadas e estão aptas a fornecerem os serviços solicitados conforme as condições estabelecidas no edital do Chamamento Público nº 0001/2025.

HOMOLOGO esta licitação, e, assim o faço, operando com lastro na lei dantes invocada, e demais disposições correlatas à espécie aplicadas.

Publique-se, registre-se, e intime-se, com o cumprimento das formalidades legais

Tenente Ananias-RN, 09 de maio de 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:38C5978B

GABINETE DA PREFEITA
CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES

Portaria no150/2025.
A**Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições dos incisos I e II, do Art. 7o; do inciso I, do Art. 15 e do inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a proposição do(a) servidor(a) DANIELA LAIANE CELESTINO SILVA– Matrícula: 421;
Considerando as disposições do Capítulo III, do Título VI, da Lei Municipal 068/2001, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal,
Considerando a proposição do(a) referido(a) servidor(a);

Considerando o teor da Comunicação Interna de no030/2025, do(a) Ilmo(a). Secretário Municipal de Saúde, responsável pela pasta de lotação do servidor(a);
Considerando que a concessão do gozo de férias requerido pelo(a) servidor(a) DANIELA LAIANE CELESTINO SILVA, ***implica em substituição***;
Considerando que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas de Saúde;
Considerando, o que os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativas;
Considerando que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;
Considerando parecer do Ilmo. Secretário Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1o Conceder ao(à) servidor(a) DANIELA LAIANE CELESTINO SILVA- Matrícula no421, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, suas férias regulamentares.
Art. 2o As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 10 (DEZ) dias referente à primeira parte de férias regulamentares a que tem direito, relativa ao período de aquisição de 03/01/2024 a 03/01/2025, com gozo de 12/05/2025 a 22/06/2025, devendo retornar as suas atividades funcionais em 23/06/2025
Art. 3o Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento da metade de 1/3 de férias referente aos primeiros 15 dias solicitados a que o mesmo tem direito.
Art. 4oO(a) servidor(a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.
Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN, Gabinete da Prefeita, em 09 de maio de 2025.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:ED140B8E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2010000027/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025**.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.3-000 **-CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CREDENCIADO: JANDERSON DANIEL DA SILVA, Pessoa Física, inscrito no CPF sob o nº 095.476.004-27, com sede na R. DOUTOR ONTONIO OTHON FILHO, nº 386 – Currais Novos/RN, CEP nº 59.380-00.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA ATUAREM NOS CAMPEONATOS E EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE DO MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.010	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
AÇÃO:	2095	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA
FUNÇÃO:	27	DESPORTO E LAZER
SUB-FUNÇÃO:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA:	0126	Promoção e Apoio a Atividades Esportivas
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.39 3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

VALOR GLOBAL: R$ 22.902,40 (vinte e dois mil novecentos e dois reais e quarenta centavos.)

VIGÊNCIA: 29/04/2025 e encerramento em 31/12/2025 nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 29 de abril de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA –
Prefeito

JANDERSON DANIEL DA SILVA –
Arbitro

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:BAD8D554

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA LICENÇA PRÊMIO Nº 17/2025 – GP

"AUTORIZA USUFRUTO DE LICENCIA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Artigos nº 14 e 15, da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º Autoriza o servidor público municipal, a senhora **ELZA MARIA PEDRO SILVA,** ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula sob nº225, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ao entrar em usufruto de **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** conforme certificado pela Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos deste município de Tenente Laurentino Cruz/RN, pelo período subsequente de 03 (três) meses e que perdura especificamente de 12 de maio de 2025 a 09 de agosto de 2025, referente ao 1º (primeiro) quinquênio.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 09 de maio de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:9F563845

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA LICENÇA PRÊMIO Nº 18/2025 – GP

"AUTORIZA USUFRUTO DE LICENCIA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Artigos nº 14 e 15, da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º Autoriza o servidor público municipal, a senhor **IVANILDO ARAÚJO DA GAMA,** ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula sob nº 155, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ao entrar em usufruto de **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** conforme certificado pela Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos deste município de Tenente Laurentino Cruz/RN, pelo período subsequente de 03 (três) meses e que perdura especificamente de 12 de maio de 2025 a 09 de agosto de 2025, referente ao 4º (quarto) quinquênio.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 09 de maio de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:8A87FB63

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA LICENÇA PRÊMIO Nº 19/2025 – GP

"AUTORIZA USUFRUTO DE LICENCIA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Artigos nº 14 e 15, da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º Autoriza o servidor público municipal, a senhor **GIESE FERREIRA DE SOUZA,** ocupante do cargo de VIGIA, matrícula sob nº 1536, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ao entrar em usufruto de **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** conforme certificado pela Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos deste município de Tenente Laurentino Cruz/RN, pelo período subsequente de 03 (três) meses e que perdura especificamente de 12 de maio de 2025 a 09 de agosto de 2025, referente ao 3º (terceiro) quinquênio.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 09 de maio de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:1D4DB420

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 047/2025 – GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º Conceder o pedido de 10 (dez) dias férias convertido em pecúnia, de acordo com Artigo 118, inciso IV, da Lei Municipal 011/1997 a senhora **MARIA JOSÉ RUFINO,** ocupante do cargo efetivo de **MERENDEIRA**, matrícula de nº1454**,** atualmente lotada na Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos, relativas ao período de 2024/2025, contados a partir do dia 09 de maio de 2025 com término em 18 de maio de 2025, ficando os 20 (vinte) dias de férias para gozo em outro momento.

Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 09 de maio de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:F846D1DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 1/2025

A Prefeita Constitucional de Tibau no uso de suas atribuições legais faz saber a todos interessados que, homologa o resultado do PROCESSO nº 318030/2025, Credenciamento nº 1/2025, cujo objeto é Credenciamento de artistas, bandas ou grupos musicais locais e regionais, de pequeno porte, para compor a programação artística musical e cultural dos eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Tibau/RN, para que produza seus jurídicos legais efeitos. A empresa abaixo relacionada, será convocada quando necessário para o recebimento da ordem de serviço, de acordo com a necessidade do município.

MARCELO ALEXANDRE DA COSTA 06261778477- CNPJ: 21.703.709/0001-23, foi credenciada no(s) item(ns): 1; com total de 03 (três) apresentações no valor unitário de R$ 1.393,33 (um mil e trezentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), totalizando o valor de R$ 4.179,99 (quatro mil cento e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Tibau/RN, 09 de maio de 2025.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:E92B8C39

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 416.001/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA O CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR DE PROCEDÊNCIA NACIONAL E CERTIFICADOS PELO IN METRO, COM SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO NA OCASIÃO DA TROCA.

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

ADJUDICO E HOMOLOGO o presente procedimento objeto desta licitação de acordo com o art. 71 da Lei Federal nº14.133, de 2021, em favor das licitantes relacionadas a seguir: A J BATISTA DO NASCIMENTO COMERCIO LIMITADA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim – Documento: 11.486.985/0001-23, saiu vencedora, com valor global de R$ 14.658,00 (Quatorze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais), C J PNEUS LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – Documento: 43.914.686/0001-39, saiu vencedora, com valor global de R$ 119.876,00 (Cento e dezenove mil, oitocentos e setenta e seis reais), CENTRO AUTOMOTIVO PRIME CAR LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – Documento: 57.514.565/0001-04, saiu vencedora, com valor global de R$ 101.456,00 (Cento e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais) e L & N AUTO CENTER LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim – Documento: 43.006.158/0001-81, saiu vencedora, com valor global de R$ 1.223,92 (Mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos), conforme mapa de apuração anexo aos autos. CONVOQUE - SE a empresa acima mencionada para a assinatura da ata de registro de preços Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho – Pela Proponente.

Timbaúba dos Batistas / RN, 08 de maio de 2025.

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:9749391C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATAS DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 311.001/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN, CNPJ (MF) nº 08.096.596/0001 - 87. PROMITENTES CONTRATADAS : E LINO DOS SANTOS & SANTOS LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 10.902.383/0001-47, saiu vencedora, com valor global de R$ 251.313,30 (Duzentos e cinquenta e um mil, trezentos e treze reais e trinta centavos) e PANIFICADORA E COMERCIO DIVINO PAO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 55.951.667/0001-61, saiu vencedora, com valor global de R$ 138.197,30 (Cento e trinta e oito mil, cento e noventa e sete reais e trinta centavos), conforme mapa de apuração anexo aos autos. OBJETO: Contratação de empresa (s) para o Registro de Preços visando Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Timbaúba dos Batistas/RN. Base legal: Lei n° 14.133/2021.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:C5A420F9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 07/2024

Processo: 28/2024. **Dispensa:** 07/2024. **Contratante:** SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE/TOUROS/RN**,** inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.081.051/0001-05 **Contratado:** LUIS BESERRA DA SILVA; CNPJ: 40.533.166/0001-98. **Objeto:** Primeiro Termo Aditivo de Prazo - Contratação de empresa para prestação de serviço de instalação, limpeza e outros serviços em Poços Artesianos para atender as necessidades do SAAE/Touros/RN. **Data de Data de Assinatura:** 22/04/2025. **Vigência:** 23/04/2025 até 22/04/2026. **Fundamentação Legal:** Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores. **Assinatura:** Contratante: **Edvaldo Dos Santos De Medeiros** – Presidente. Contratada: LUIS BESERRA DA SILVA; CPF n° 080.xxx.624-70. **Testemunhas**: assinaturas no termo de contrato.

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:1E9BDBD8

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROCESSO Nº 06/2025, DISPENSA Nº 03/2025

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos na forma estabelecida na planilha de insumos diversos, descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos de Índices de Construção Civil – SINAPI e tabelas auxiliares – Relatório Analítico de Insumos, para atendimento às necessidades do SAAE de Touros/RN.
O SAAE/TOUROS/RN, torna público nos termos do **Art. 75, II, § 2º da Lei: 14.133/2021**, a manifestação de interesse do SAAE/TOUROS em obter propostas de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a Contratação de empresa para fornecimento de materiais elétricos na forma estabelecida na planilha de insumos diversos, descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos de Índices de Construção Civil – SINAPI e tabelas auxiliares – Relatório Analítico de Insumos, para atendimento as necessidades do SAAE de Touros/RN, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. Fazem parte deste aviso os seguintes anexos: ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS. Os termos desta manifestação de interesse estão disponíveis em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Entrega das Propostas: a partir de 12/05/2025 às 08h00 no e-mail: cplsaaetouros@gmail.com. Abertura das Propostas: 14/05/2025 às 09h01.
Touros, 09 de maio de 2025.

CYNTIA FERNANDA COSTA BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:23B3F2A7

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROCESSO Nº 07/2025, DISPENSA Nº 04/2025.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de material de construção geral, considerando o maior desconto sobre o Banco de Preços da CAERN e a Tabela SINAPI.

O SAAE/TOUROS/RN, torna público nos termos do **Art. 75, II, § 2º da Lei: 14.133/2021**, a manifestação de interesse do SAAE/TOUROS em obter propostas de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, visando a Contratação de empresa para aquisição de material de construção geral, considerando o maior desconto sobre o Banco de Preços da CAERN e a Tabela SINAPI. conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. Fazem parte deste aviso os seguintes anexos: ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS. Os termos desta manifestação de interesse estão disponíveis em https://www.gov.br/pncp/pt-br. Entrega das Propostas: a partir de 12/05/2025 às 08h00 no e-mail: cplsaaetouros@gmail.com. Abertura das Propostas: 14/05/2025 às 09h01.

Touros, 09 de maio de 2025.

CYNTIA FERNANDA COSTA BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:8F29B2FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO

REEQUILIBRIO FINANCEIRO

CONTRATO N°: 20210115
ORIGEM: Tomada de Preço nº 001/2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR - CNPJ Nº 01.612.376/0001-10.
CONTRATADA: L B CONSTRUCOES LTDA - CNPJ(MF): 04.113.698/0001-02
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, CAPINAÇÃO, PINTURA DE MEIO FIO, PODA DE ARVORES, COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ATE O ATERRO CONTROLADO DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN.
JUSTIFICATIVA: justifica-se o aumento de valor, com base na tabela de convenção coletiva de trabalho 2025/2025, sob o número de registro no MTE nº RN000138/2025 de 31/03/2025, nº solicitação MR016126/2025, Processo nº 13622.200862/2025-21, data do protocolo 28/03/2025.
VALOR ATUAL: 54.268,86 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos).
VALOR ADITADO: 58.660,30 (cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea 'b', e $ 1º da Lei Federal 8.666/93.
VIGÊNCIA: Início:01/04/2025 Término: 30/06/2025.

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:F884B70D

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

REEQULIBRIO FINANCEIRO

Contrato N°: 105/2023
Origem: Pregão Eletrônico nº 003/2023
Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR - CNPJ Nº 01.612.376/0001-10.
Contratado (a): COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO DO ESTADO DO RN – COOPEDU - CNPJ nº 49.404.639/0001-21
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA VISANDO SUPRIR DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN.
Fundamentação Legal: art. 65, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
Vigência: Início: 01/04/2025 a 30/12/2025

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:137B7E18

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2025 E EXTRATO DE CONTRATO 025/2025

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo a **NK GRAFICA LTDA**, inscrita no CNPJ **27.310.961/0001-59**, que ofereceu um valor de **R$ 31.850,00 (trinta e um mil, oitocentos e cinquenta reias).**

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, a visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE URGENCIA DO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN,** e, na oportunidade, que se dê publicidade no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Triunfo Potiguar/RN, 09 de Maio de 2025.

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA SILVA
Prefeira Municipal

****

CONTRATO Nº.....: 025/2025.
ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025.
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, CNPJ Nº 01.612.376/0001-10.
CONTRATADA(O).....: NK GRAFICA LTDA, CNPJ/CPF sob o nº 27.310.961/0001-59.
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE URGENCIA DO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN.
Valor Total R$.....: R$ 31.850,00 (trinta e um mil, oitocentos e cinquenta reias).
VIGÊNCIA.....: 09 de Maio de 2025 a 30 de Dezembro de 2025.
DATA DA ASSINATURA: 09 de Maio de 2025.

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:ECD1B6BB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8 , DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025

R ANTONIO BALBINO
01612376/0001-10
Exercício:2025 **PORTARIA Nº8 , DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025**

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR, no uso da atribuição que lhe confere o art.36, da Lei nº 251 de 22/08/2024 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

Resolve:
Art.1º. Ficam remanejados na forma do anexo desta portaria, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025
Art.2º. A alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº251, de 22 de AGOSTO de 2024) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TRIUNFO POTIGUAR, 04 de FEVEREIRO de 2025

ANEXO		
ACRÉSCIMOS		
LOCAL: 01	PODER LEGISLATIVO	
01 01 00	CÂMARA MUNICIPAL	
Ficha: 13 01.031.0001.2001.0000	PROCESSO LEGISLATIVO	135.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		135.000,00
REDUÇÕES		
LOCAL: 01	PODER LEGISLATIVO	
01 01 00	CÂMARA MUNICIPAL	
Ficha: 2 01.031.0001.1030.0000	PROCESSO LEGISLATIVO	-50.000,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Ficha: 3 01.031.0001.2001.0000	PROCESSO LEGISLATIVO	-35.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
Ficha: 4 01.031.0001.2001.0000	PROCESSO LEGISLATIVO	-50.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
TOTAL DAS ANULAÇÕES		- 135.000,00

JOANA DARC ESTEVAM DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Pereira de Medeiros
Código Identificador:70B96BA7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0340, DE 09 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 0340, DE 09 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 102 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo nº 033/2025, datado de 09/05/2025, de autoria da servidora MARIA DE FATIMA MARTINS DOS SANTOS, matricula 0000273;

CONSIDERANDO os deferimentos da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto e da Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade a servidora MARIA DE FATIMA MARTINS DOS SANTOS, matricula 0000273, de 12/05/2025 a 11/08/2025, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 09 de maio de 2025.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:529AF704

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0341, DE 09 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 0341, DE 09 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 102 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo nº 034/2025, datado de 09/05/2025, de autoria da servidora MARCIA SIMONE DE CARVALHO MEDEIROS, matricula 0000025;

CONSIDERANDO os deferimentos da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto e da Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade a servidora MARCIA SIMONE DE CARVALHO MEDEIROS, matricula 0000025, de 12/05/2025 a 11/08/2025, referente ao período aquisitivo de 2018 a 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 09 de maio de 2025.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:D72E82C7

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0342, DE 09 DE MAIO DE 2025.

PORTARIA Nº 0342, DE 09 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 102 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo nº 032/2025, datado de 07/05/2025, de autoria da servidora DENIZE MARIA PINHEIRO DE FIGUEIREDO AQUINO, matricula 0000244;

CONSIDERANDO os deferimentos da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto e da Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade a servidora DENIZE MARIA PINHEIRO DE FIGUEIREDO AQUINO, matricula 0000244, de 16/05/2025 a 15/08/2025, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 09 de maio de 2025.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F4EC44A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, José Jonas Freire Filho, portador(a) do RG nº 2732170, expedida em ITEP/RN, CPF nº 078.828.184-91, residente e domiciliado(a) à rua Francisco Agostinho, nº 119, bairro Centro, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99639-8301, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Cuidado", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no NUBANK Agência 0001, Conta Corrente nº 557070599-4, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.

7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.

12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

JOSÉ JONAS FREIRE FILHO
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:806F0A4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 002 /2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, Ana Luiza da Silva Mendonca, portador(a) do RG nº 2237549, expedida em ITEP/RN, CPF nº 094.868.034-20, residente e domiciliado(a) à Rua Manoel Rocha Barros, N° 136, bairro: Conceição de Upanema, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99817-8520, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Memórias da Feira Livre de Upanema – Um Olhar sobre a Tradição", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO DO BRASIL Agência 8287-2, Conta Corrente nº 3742-7, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro

fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

ANA LUIZA DA SILVA MENDONÇA
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:7EE8EF87

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 003 /2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, Rodolfo Fernandes da Silva, portador(a) do RG nº 002.382.006, expedida em ITEP/RN, CPF nº 073.932.844-13, residente e domiciliado(a) à Rua Coronel Silvestre Veras, 81, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99929-0852, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Pintura artesanal em tecido: copa e banho", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no ITÁU Agência 8512, Conta Corrente nº 093209-9, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

RODOLFO FERNANDES DA SILVA
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:5225F1DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 004 /2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL,* NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, Railson Costa Honorato, portador(a) do RG nº 1789303, expedida em ITEP/RN, CPF nº 044.635.714-64, residente e domiciliado(a) Av. Getúlio Vargas, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99602-2279, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "DANÇARTE", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no MERCADO PAGO Agência 0001, Conta Corrente nº 36206489576, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

RAILSON COSTA HONORATO
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:2B2F828F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 005 /2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, Kalisa Lisiane Moura de Carvalho, portador(a) do RG nº 002.382.012, expedida em ITEP/RN, CPF nº 048.316.684-78, residente e domiciliado(a) Rua Augusto Pinheiro, conj. Nova Vida, Bairro Pêgas, S/N, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99653-6695, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Economia Criativa", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO DO BRASIL Agência 8287-2, Conta Corrente nº 4.616-7, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

KALISA LISIANE MOURA DE CARVALHO
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:31AFB1A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 006 /2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, Adson Henrique Rocha Silva, portador(a) do RG nº 002.850.543, expedida em ITEP/RN, CPF nº 009.609.674-41, residente e domiciliado(a) Rua Luiz Tomaz de Aquino, N° 11, Pêgas, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99623-7686, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Recital Didático: passado, presente e futuro", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no INTER - 077 Agência 0001, Conta Corrente nº 42614765-0, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

ADSON HENRIQUE ROCHA SILVA
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:6B51A002

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2024 – PMU/SMECD
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 007/2025, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O município de Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Senhor(a) Maria Marilene da Cruz Silva Xavier, e o(a) AGENTE CULTURAL, Hadiel Bruno Costa de Medeiros, portador(a) do RG nº 003.742.597, expedida em ITEP/RN, CPF nº 123.086.874-79, residente e domiciliado(a) Rua João Cornélio Bezerra, 21, Conceição de Upanema, CEP: 59.670-000, telefone: 84 – 99710-6649, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural "Vestígios", contemplado no conforme processo administrativo nº 635/2025.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no PAGBANK Agência 0001, Conta Corrente nº 77953247-2, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Upanema/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição

de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.

7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.

7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:

I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;

II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.

7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses:

I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou

II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultural será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Upanema/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Upanema para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Upanema/RN, 09 de maio de 2025.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

HADIEL BRUNO COSTA DE MEDEIROS
Agente Cultural

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:6E78F8A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 059/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 101/2025.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 059/2025.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA 3º TERCEIRA REVISÃO DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA DE FÁBRICA DE 04 (QUATRO), VEICULOS, POLO TRACK 1.0, OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN/CNPJ Nº. 08.168.940/0001-04.

CONTRATADA:NACIONAL VEÍCULOSE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ N. 04.770.238./0001-57.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:09.001 - FUNDO MUN. DE SAÚDE.

PROJETO ATIVIDADE:20170 - MANUT. DA SAÚDE MUNICIPAL –FUS.

ELEMENTO DE DESPESA:33.90.39 – (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA), - (33.90.30) – MATERIAL DE CONSUMO.

FONTES DE RECURSOS: 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO:R$ 9.483,68 (nove mil quatrocentos e oitenta e três reis e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO:09/05/2025 a 30/08/2025**.**

BASE LEGAL: Artigo 75, inciso IV, Alínea "a" da Lei Federal 14.133/2021.

Várzea/RN, em 09 de maio de 2025.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:0079C66A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2420118/2025

AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2420118/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA-VER**, Estado do Rio Grande do Norte, torna público que abrirá Credenciamento, tudo na forma da Lei Federal n° 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 002/2024, para o **Credenciamento de empresas para o fornecimento de materiais de construção, destinados ao atendimento contínuo das demandas das Secretarias Municipais solicitantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos**.
O edital completo e anexos, encontram-se a disposição nos sítios eletrônicos https://www.venhaver.rn.gov.br ou https://novobbmnet.com.br.
Os interessados poderão apresentar o seu credenciamento, a partir do dia 12 de maio de 2025 até o dia 12 de maio de 2026, por meio eletrônico, no endereço https://novobbmnet.com.br.
A vigência do Edital será de 12 (doze) meses a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período. Durante o período de vigência do Edital, o credenciamento ficará permanentemente aberto para inclusão de novos interessados na lista de credenciados, o envio dos documentos será realizado exclusivamente através do portal www.novobbmnetlicitacoescom.br.

Venha-Ver/RN, 09 de maio de 2025.

SANDRO PESSOA DE CARVALHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:A5C005B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2025 CMAS

Portaria nº 114/2025 Vera-Cruz/RN, 09 de Maio de 2025

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN, usando das atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal Nº 515/2017, que dispõe sobre a criação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, e dá outras providências.

R E S O L V E:
Art. 1º– Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, - os (as) senhores (as) abaixo elencados, para o biênio compreendido entre 10 de janeiro de 2025 à 10 de janeiro de 2027.
I – CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:
Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Amanda da Silva Xavier
Suplente: Stella Maria Davino
Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Laércio Nascimento da Silva
Suplente: Márcia Maria da Silva
Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Suely de Oliveira Damaceno
Suplente: Renata de Carvalho Calafange
II – CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS
Representantes dos Trabalhadores do SUAS
Titular: Maria de Fátima Feliciano da Costa
Suplente: Malena Targino de Oliveira
Representante de Organização - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Maria Lydia de Macedo
Suplente: Carlos Eduardo Pereira
Representante de Entidade Religiosa
Titular: Milena Rocheli da S.Vasconcelos
Suplente: Franciélio O. de Vasconcelos

Art. 2°– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:13AB124B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2025 CMDCA

Portaria nº 115/2025 Vera-Cruz/RN, 09 de Maio de 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN, usando das atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal Nº 515/2017, que dispõe sobre a criação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, e dá outras providências.
R E S O L V E:
Art. 10 - NOMEAR os membros abaixo para compor o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**, para o biênio de 09 de maio de 2025 a 08 de maio de 2027:
I - Representantes do Poder Público:
1 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Maria de Fátima Feliciano Barbosa
Suplente: Stella Maria Davino Silva
2 - Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Gabriela Maria da silva
Suplente: Everaldo Ferreira da Silva
3 - Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Maria de Cássia de Paiva
Suplente: Ricardo Emanuel de Oliveira Gomes
3 - Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Jefferson Myclause de Lima
Suplente: Ana Cristina da Silva
II - Representantes da Sociedade Civil
1. Representante da Presbiteriana Independente
Titular: Raylla Lanna Matias de Souza
Suplente: Valdivia couto
2 - Representante da Igreja Adventista
Titular: José Daniel lira Xavier
Suplente: Vaneide Pereira Cirino
3 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Carlos Eduardo Pereira
Suplente: Maria Lydia de Macedo
3 - Representante de Igreja evangélica
Titular: jessyka Raiane de M. F. Torres
Suplente: Joelma Francisca de Lima Silva

Art. 20 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:2E52398A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 - PE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI (LC 123/2006)
Prefeitura Municipal de Viçosa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 - PE
(Processo Administrativo n° 09050001/2025)

O Governo do Município de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte, através do(a) Prefeitura Municipal de Viçosa, por intermédio do Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 003/2022 – GP/PMV, torna público que às **08:00** do dia **26/05/2025**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão,** na forma **ELETRÔNICA,** de **nº 009/2025 - PE**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **Menor preço Lote**, para **Contratação de empresa especializada para a locação de solução integrada de software de gestão pública, em ambiente web, com suporte técnico, capacitação de usuários, manutenção evolutiva e corretiva, visando atender às necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN**, nos termos da nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 113, de 26 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

A sessão pública será realizada no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, com entrega das Propostas a partir da publicação desta licitação e abertura das Propostas para **26/05/2025** às **08:00.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, www.vicosa.rn.gov.br, ou na Sala de Licitações da PMV, sito a Rua

Ozéas Pinto, 140, Centro, cidade de Viçosa - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Viçosa/RN, 09/05/2025.

-

FRANCISCO CANINDE DE SOUSA NUNES
Agente de Contratação/pregoeiro

Publicado por:
Francisco Caninde de Sousa Nunes
Código Identificador:8E96953D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 481, DE 19 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a fixação do subsídio e outros direitos do cargo de Chefe de Gabinete no Município de Vila Flor/RN."

A Prefeita Municipal de Vila Flor, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos da Lei Orgânica Municipal, combinada com a Constituição Federal.
Faz saber que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º- O subsídio mensal do Chefe de, no Município de Vila Flor/RN, será fixado de acordo com os seguintes valores:
I – Chefe de Gabinete: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);
Parágrafo primeiro - Até o dia 20 de dezembro de cada ano, o Chefe de Gabinete receberá gratificação natalina em valor equivalente ao seu respectivo subsídio mensal.

Art. 2º - O servidor abrangido por esta Lei receberá o subsídio mensal fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, prêmio, abono, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 3º - É facultado ao Chefe de Gabinete quando for servidor titular de cargo, emprego ou função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 4º - O Chefe de Gabinete contribuirá, no período a que se refere esta Lei, ao Regime Geral de Previdência Social observada as regras previstas na legislação federal previdenciária.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de abril de 2025.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário. .

Em 29 de abril de 2025.

THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA
Prefeita Municipal de Vila Flor/RN

Publicado por:
Grinaldo Joaquim de Souza
Código Identificador:190D69BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 08/2025

Regulamenta a Lei Complementar nº 115, de 07 de junho de 2002, no pertinente aos atos de inscrição e cobrança da Dívida Ativa por parte da Secretária Municipal de Tributação.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VILA FLOR/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar nº 115, de 07 de junho de 2002, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 547, de 22 de fevereiro de 2024 e o RE nº 1.355 - Tema 1184, do Supremo Tribunal Federal,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA DÍVIDA ATIVA
Art. 1º Constitui Dívida Ativa do Município a proveniente de crédito de natureza tributária ou não, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.
§ 1º Considera-se dívida ativa tributária os créditos da Fazenda Pública dessa natureza, provenientes de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.
§ 2º A dívida ativa não tributária é a proveniente de demais créditos da Fazenda Pública, tais como contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, preços de serviços prestados por órgãos ou entidades do Município, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem como os créditos decorrentes de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

CAPÍTULO II
DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA
Art. 2º A inscrição de créditos na Dívida Ativa, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade do crédito, será feita pela Secretaria Municipal de Tributação e Procuradoria Geral.
§ 1º O órgão de origem do crédito a ser inscrito tem a responsabilidade de remeter, por meio de seu Secretário, requerimento de inscrição na Dívida Ativa acompanhado da devida documentação comprobatória.
§ 2º O órgão de origem deverá realizar controle prévio sobre os pedidos de inscrição em Dívida Ativa de modo a verificar o atendimento aos requisitos legais pertinentes.
Art. 3º A inscrição de que trata o art. 2º deste Decreto será feita, no âmbito da Secretaria Municipal de Tributação, , sob a supervisão do Procurador Geral.
§ 1º No ato de inscrição do crédito na Dívida Ativa, serão acrescidos os encargos da dívida previstos no art.7ª, da Lei Complementar 115/2002..
§ 2º Verificada a inexistência de falhas, irregularidades ou omissões que possam impedir a devida inscrição em dívida, o Secretário de Tributação procederá a inscrição da dívida ativa nos registros próprios.
§ 3º Em sendo verificada a existência de falha, irregularidade ou omissão o requerimento será devolvido em diligência para o órgão de origem, a fim de sanar a falha ou irregularidade, ou para suprir a omissão no prazo assinalado.
§ 4º Em havendo grande quantidade de requerimentos de inscrição, o exame de que trata este artigo poderá se realizar sobre número específico de pedidos que possam ser representativos dos demais pedidos de inscrição.
Art. 4º Os créditos vencidos e não pagos deverão ser inscritos na Dívida Ativa do Município no prazo de até noventa dias, contados da data do respectivo vencimento.
§ 1º No encerramento do exercício financeiro, ainda que não tenha transcorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, a repartição competente requererá a inscrição de todos os créditos vencidos e não pagos.
Art. 5º A inscrição de crédito em Dívida Ativa far-se-á mediante registro em livro eletrônico próprio, com a lavratura do competente termo, com segurança, proteção e sigilo de dados.
§ 1º O termo de inscrição em Dívida Ativa, autenticado pelo Secretário de Tributação conterá obrigatoriamente:
I - o nome ou razão social do devedor e, sendo o caso, os dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de do devedor e dos corresponsáveis;
II - o número da inscrição nos cadastros municipais:
a) do devedor e dos corresponsáveis, se houver;
b) do imóvel, quando se tratar de crédito de IPTU, de ITBI ou de Contribuição de Melhoria.
III - o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, mantidos pela Receita Federal do Brasil;

IV - a quantia devida, discriminando separadamente o principal e a multa punitiva, quando houver, a forma de cálculo da atualização monetária e dos acréscimos moratórios incidentes e o termo inicial para o cálculo;
V - a origem e a natureza do crédito, mencionando o dispositivo de lei ou contrato em que esteja fundamentado;
VI - os encargos da dívida previstos no art. 7ª da Lei Complementar 115/2002.
VII - a data e o número do registro na Dívida Ativa;
VIII - o número da notificação de lançamento, do auto de infração, do processo administrativo ou do documento do qual se originou o crédito.
§ 2º Na ausência das informações pertinentes a serem ofertadas pelo órgão de origem, a inscrição do crédito será suspensa, e requerida complementação das informações.
§ 3º Os órgãos de origem devem viabilizar com a Procuradoria-Geral do Município plena integração de bancos de dados e sistemas de informação, de modo a proporcionar a rápida e segura transmissão eletrônica dos dados necessários à inscrição dos créditos em Dívida Ativa.
Art. 6º Os créditos do Município de natureza não tributária terão a sua certeza e liquidez apuradas pelo órgão de origem, mediante regular processo administrativo, seguindo-se da notificação do devedor para pagamento, no prazo de trinta dias, salvo títulos oriundos de condenações do TCE visto já ter havido notificação serão remetidos diretamente a Secretaria Municipal de Tributação.
Parágrafo único. Após o transcurso do prazo previsto no caput deste artigo, sem que tenha havido o pagamento, o processo administrativo será remetido à Secretaria Municipal de Tributação para inscrição do crédito em Dívida Ativa.
Art. 7º A dívida regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
§ 1º A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
§ 2º A incidência de atualização monetária e de acréscimos moratórios não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

CAPÍTULO III
DA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 8º Será expedida Certidão de Dívida Ativa - CDA relativamente aos créditos inscritos, para fins de protesto do devedor e outros meios de cobrança extrajudicial e para cobrança judicial.
§ 1º A Certidão de Dívida Ativa poderá computar todos os débitos da mesma natureza ainda não inscritos em dívida, de responsabilidade do mesmo sujeito passivo, na data da sua expedição.
§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, a natureza será determinada pelo fundamento legal ou contratual do débito.
Art. 9º A Certidão de Dívida Ativa conterá, além dos requisitos previstos no §1º do art. 5º deste Decreto, a indicação do livro e da folha, ou registro eletrônico, da inscrição da dívida e será autenticada pela autoridade competente.
CAPÍTULO III
DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL
Seção I
Da Notificação para pagamento da Dívida
Art. 10. Inscrito o débito em Dívida Ativa, a Secretaria municipal de tributação notificará o devedor para, em até trinta dias:
I - efetuar o pagamento do valor do débito atualizado monetariamente, acrescido de juros, multas e demais encargos;
II - negociar o valor integral do débito, nos termos da legislação em vigor.
§ 1º A notificação de que trata o caput será expedida por via eletrônica ou postal.
§ 2º A notificação por via eletrônica far-se-á pelo endereço eletrônico do contribuinte, e será considerada efetivada após dez dias da entrega do aviso na caixa de mensagens do contribuinte ou no dia seguinte à sua abertura, o que ocorrer primeiro.
§ 3º A notificação postal será realizada no endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.
§ 4º O disposto neste artigo se aplica aos devedores incluídos como corresponsáveis por débitos inscritos em dívida ativa do Município.
§ 5º O curso dos prazos previstos no caput deste artigo não implica a suspensão da exigibilidade do crédito inscrito em dívida ativa, nem impede o ajuizamento imediato da execução fiscal, observados critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.
Art. 11 Esgotado o prazo e não adotada, pelo devedor, nenhuma das providências descritas nos incisos I e II do art. 10 deste Decreto, a Secretaria Municipal de Tributação poderá:
I - encaminhar a Certidão de Dívida Ativa para protesto extrajudicial por falta de pagamento;
II - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos aos serviços de proteção ao crédito e congêneres;
III - averbar, inclusive por meio eletrônico, a Certidão de Dívida Ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, para fins de averbação pré-executória;
IV - comunicar a ausência de regularidade fiscal do sujeito passivo aos órgãos competentes das administrações públicas federal, estadual e municipal, para adoção das providências cabíveis, conforme disposições da Lei Nacional nº 14.133, de 1º de abril de 2021 em c/c a Lei Complementar nº 115, de 07 de junho de 2002;
V - utilizar os serviços de instituições financeiras públicas para a realização de atos que viabilizem a satisfação amigável de débitos inscritos.

Seção II
Do Protesto da Certidão de Dívida Ativa
Art. 12 A Secretaria Municipal de Tributação poderá encaminhar Certidão de Dívida Ativa para protesto, cujo montante seja superior a R$ 500,00 (quinhentos reais).
§ 1º Na determinação do limite previsto no caput deste artigo serão considerados todos os débitos do sujeito passivo da mesma natureza, os valores da atualização monetária, o encargo prescrito pelo art. 7º, da Lei Complemnetar nº115/2002, os acréscimos moratórios e das multas punitivas aplicadas sobre o valor do débito.
§ 2º O envio de Certidão de Dívida Ativa para protesto será feito em lotes mensais, preferencialmente na forma eletrônica, com observância do disposto no §1º deste artigo.
Art. 13 Os créditos a serem enviados para protesto se submeter-se-ão à análise prévia de sua legalidade e exigibilidade.
Parágrafo único. O Procurador Geral, sempre que verificar a ocorrência de remessa indevida de Certidão de Dívida Ativa para protesto, deverá desistir do protesto, antes da sua lavratura, ou solicitar o cancelamento de protesto, sem que isso gere ônus para o Município e para o devedor.
Art. 14 O protesto de Certidão de Dívida Ativa será realizado pelos Tabeliães de Protesto de Títulos.
Art. 15 O sujeito passivo que tiver Certidão de Dívida Ativa enviada para protesto deve realizar o pagamento do débito inscrito em dívida ativa do Município acrescido dos emolumentos e demais despesas cartorárias.
Parágrafo único. Os emolumentos e demais despesas cartorárias serão pagas junto ao tabelião que realizou o protesto.
Art. 16 Após o envio da Certidão de Dívida Ativa para o Tabelionato de Protesto de Títulos e antes do efetivo protesto, o sujeito passivo deve realizar o pagamento do débito, exclusivamente, junto ao tabelionato que recebeu o título para protesto.
§ 1º No período previsto no caput deste artigo não será admitido parcelamento ou reparcelamento do débito.
§ 2º O pagamento do débito constante da Certidão de Dívida Ativa enviada para protesto deve ser feito pelo cartório, mediante a quitação do Dívida Ativa do Município encaminhado ao cartório juntamente com o título, perante um dos agentes da Secretaria Municipal de Tributação a ou pela Procuradoria-Geral do Município.
Art. 17 Posteriormente ao protesto de Certidão de Dívida Ativa, para o cancelamento do protesto, o sujeito passivo deve quitar integralmente seu débito ou realizar o parcelamento do mesmo e em seguida dirigir-se ao cartório para recolher os emolumentos e demais despesas cartorárias do respectivo tabelionato.
§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, o sujeito passivo deverá levar ao cartório a cópia do Dívida Ativa do Município de quitação do débito ou a cópia do termo de confissão de dívida e parcelamento, juntamente com cópia do Dívida Ativa do Município correspondente ao pagamento da primeira parcela, ou certidão de regularidade fiscal, referente ao débito objeto do protesto.

§ 2º Para os fins dispostos neste artigo, deve ser observado o prazo de até três dias úteis para a baixa do pagamento no sistema de controle da arrecadação do Município.

Art. 18 O sujeito passivo, quando entender que há incorreção na dívida protestada, poderá requerer a correção junto à Secretaria Municipal de Tributação, apresentando as provas cabíveis da alegação.

Art. 19 Transcorrido prazo de até noventa dias sem que o sujeito passivo pague ou parcele o débito protestado, a Certidão de Dívida Ativa deverá ser remetida para cobrança judicial, observado o limite estabelecido na legislação municipal.

Seção III

Da Inscrição de Inadimplentes em Cadastros de Proteção ao Crédito

Art. 20 A Secretaria Municipal de Tributação poderá encaminhar Certidão de Dívida Ativa para inscrição em cadastro negativo mantido por entidades públicas ou privadas de proteção ao crédito, cujo montante seja superior a R$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. Na determinação do limite previsto no caput deste artigo serão considerados todos os débitos do sujeito passivo da mesma natureza, os valores da atualização monetária, o encargo prescrito pelo no art. 7º da Lei Complementar nº115/2002, os acréscimos moratórios e das multas punitivas aplicadas sobre o valor do débito.

CAPÍTULO IV

DA COBRANÇA JUDICIAL

Art. 21 Para fins de cobrança judicial, a Certidão de Dívida Ativa deverá ser expedida antes do término do prazo prescricional para cobrança do crédito.

Art. 22 Não serão expedidas Certidões de Dívidas Ativas para o ajuizamento de execuções fiscais de créditos da Fazenda Municipal, cujo valor consolidado por tributo deva respeitar o Tema 1.184 do STF.

§ 1º Na determinação do limite previsto no caput deste artigo também serão considerados os valores da atualização monetária, dos acréscimos moratórios, multas punitivas e o encargo prescrito pelo . 7º da Lei Complemntar nº115/2002,

§ 2º A atualização dos valores das Certidões de Dívida Ativa necessárias nos procedimentos de ajuizamento e movimentação da execução fiscal será realizada por meio do sistema de Administração Tributária utilizado pelo Município.

§ 3º Os créditos não ajuizados serão mantidos em Dívida Ativa para cobrança extrajudicial.

CAPÍTULO V

DAS CERTIDÕES

Art. 23 A expedição de certidões de regularidade fiscal será feita de forma conjunta entre a Secretária Municipal de Tributação e a Procuradoria-Geral do Município, conforme disposições da legislação municipal.

CAPÍTULO VI

DO PARCELAMENTO

Art. 24 O parcelamento dos créditos tributários e não tributários, regulamentados neste decreto, será realizado na forma prevista neste Capítulo, nas normas constantes do Código Tributário Municipal e demais instrumentos normativos municipais.

Art. 25 O parcelamento será concedido, mediante requerimento do sujeito passivo, no qual ele confessará formalmente o débito e indicará o número de parcelas desejadas.

§ 1º O pedido de parcelamento implica adesão aos termos e condições estabelecidos neste Decreto.

§ 2º O sujeito passivo formalizará o pedido de parcelamento por intermédio de formulário próprio, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Tributação .

§ 3º O sujeito passivo deverá apresentar os seguintes documentos:

I - pedido de parcelamento, por meio de requerimento expresso;

II - ato constitutivo e respectivos aditivos, se houver, no caso de pessoa jurídica;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, no caso de pessoa jurídica;

IV - comprovante de endereço, podendo ser conta de água, luz ou telefone emitido em até sessenta dias;

V - documento de identidade, comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e comprovante de endereço (emitido em até sessenta dias) do sujeito passivo pessoa física, do titular, do representante legal ou do mandatário;

VI - instrumento de mandato, se necessário;

§ 4º A Secretaria de Tributação poderá solicitar, nas hipóteses que julgar necessário, a apresentação de documentos adicionais.

§ 5º O sujeito passivo, após a apresentação da documentação solicitada pela Secretaria de Tributação assinará o Termo de Reconhecimento, Confissão e Acordo para Pagamento Parcelado de Dívida.

Art. 26 Atendidos os requisitos para a concessão do parcelamento, será feita a consolidação da dívida, considerando-se como data desta a da formalização do parcelamento.

Parágrafo único. Compreende-se por dívida consolidada o somatório dos valores principais dos débitos a serem parcelados, da atualização monetária, da multa punitiva, dos acréscimos moratórios, honorários, custas, emolumentos e demais acréscimos legais, devidos até a data do pedido de parcelamento.

Art. 27 Cada parcelamento contemplará apenas créditos da mesma natureza e será consolidado por inscrição quando se tratar de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 28 O pedido de parcelamento deferido importa o reconhecimento irrevogável e irretratável da certeza e liquidez do crédito correspondente, a desistência incondicional e definitiva de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo e configura confissão extrajudicial da dívida.

§ 1º O parcelamento somente será efetivado quando houver o pagamento da primeira parcela.

§ 2º A efetivação de parcelamento autoriza a Secretaria de Tributação a emitir boletos de cobrança bancária para efeito de pagamento das parcelas vincendas, que deverão ser atualizadas conforme disposto na legislação.

Art. 29 Após o pagamento da primeira parcela, será requerida a suspensão da execução fiscal até o adimplemento integral do parcelamento.

Parágrafo único. Os débitos, uma vez parcelados, não poderão ser objeto de reparcelamento.

Art. 30 É competente para deferir o pedido de parcelamento dos créditos objeto deste Decreto a Secretaria Municipal de Tributação .

Art. 31 A concessão de parcelamento não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se verifique que o sujeito passivo não cumpriu o acordado.

Art. 32 Em qualquer fase do parcelamento o sujeito passivo poderá pagar antecipadamente as parcelas vincendas.

Art. 33 A parcela não paga no vencimento será acrescida de multa de mora, calculada na forma estabelecida na legislação.

Art. 34 O atraso no pagamento de três parcelas consecutivas, ou cinco alternadas, bem como a existência de saldo devedor após a data de vencimento da última parcela do parcelamento, importará, independentemente de notificação prévia, na rescisão do parcelamento, na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e não pago e na automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Parágrafo único. As parcelas pagas serão consideradas mera amortização da dívida anterior ao ajuste.

Art. 35 No parcelamento dos créditos objeto deste Decreto, após a propositura de execução fiscal, o contribuinte, ao reconhecer a condição de devedor com a sua adesão, arcará com custas e despesas processuais, a serem recolhidas junto ao Poder Judiciário.

Art. 36 No parcelamento dos créditos da competência da Secretaria Municipla de tributação o devedor pagará emolumentos cartorários, no caso de protesto, e demais encargos legais.

Art. 37 Os créditos tributários sujeitos a parcelamento na forma deste Regulamento podem ser pagos em até 24 parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista na legislação municipal.

Art. 38 O parcelamento de débitos de pessoa jurídica cujos atos constitutivos estejam baixados será requerido em nome do titular ou de um dos sócios.

Art. 39 O sujeito passivo que optar pelo pagamento do crédito tributário em parcela única, poderá requerer a emissão da respectivo

Dívida Ativa do Município junto à Secretaria Municipal de Tributação .

Art. 40 A Secretaria Municipal de Tributação poderá se utilizar de meios eletrônicos para instituir sistema de consulta e acompanhamento dos parcelamentos efetivados, por meio do qual os contribuintes também poderão solicitar o parcelamento dos débitos.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A fim de se evitar a multiplicação desnecessária de diversos procedimentos de cobrança administrativa, bem como de execuções fiscais contra um mesmo devedor, sempre que possível, como forma de prestigiar a eficiência administrativa e processual, a Secretaria Municipal de Tributação e Procuradoria Geral deverão verificar a possibilidade de reunião das dívidas.

Art. 42. As formatações dos documentos nos sistemas eletrônicos necessários a efetivação do disposto neste Decreto ficará a cargo Secretaria Municipal de Tributação.

Art. 43. A Procuradoria-Geral do Município e a Secretaria Municipal de Tributação regulamentarão os trâmites e as rotinas necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto, no prazo máximo de trinta dias.

Art. 44. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Flor/RN, 08 de maio de 2025

THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Grinaldo Joaquim de Souza
Código Identificador:39731A34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 011/2025

Fica dispensado da realização do certame licitatório para a Contratação de pessoa jurídica para a realização da manutenção e revisão de 1 (um) carro de passageiro MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO (Chassi 93PB58A10SC102365), com intuito de manter a garantia do bem e para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Declaro o interessado COMPACTO VEÍCULOS LTDA, CNPJ sob o N° 07.986.007/0001-73, como apto e atestado para a execução do serviço em tela. O serviço será realizado sob a responsabilidade e fiscalização desta Prefeitura Municipal. A motivação se dá pelo pequeno valor da contratação R$ 3.377,55 (Três mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e em face de notório interesse público na execução das atividades desempenhadas pelo setor da Administração Municipal. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Vila Flor/RN, para o exercício de 2025, na classificação a seguir: Unidade orçamentária: 03.001 – Secretaria Municipal de Educação; Projeto/Atividade: 2017 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos;

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 06050001/2025, bem como seu enquadramento legal, que fundamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que nos são conferidas, a Prefeita Municipal de Vila Flor/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, resolve **RATIFICAR** o **TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2025,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Vila Flor/RN, em 09 de maio de 2025.

THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Grinaldo Joaquim de Souza
Código Identificador:1688D855

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 009/2025

"DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÕES PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011".

THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com disposto na Lei Federal n º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º. Os órgãos do poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso a informação que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º . Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

– informação, dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
– dados processados – dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
– documento – unidade de registro de informações, qualquer que seja o
suporte ou formato;
– informação sigilosa – todas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do município, assim como aquelas cujo acesso possa prejudicar a tutela de interesses do município;
– informação não-sigilosa – são informações de interesse público não protegidas pelo sigilo e que não sejam de caráter privado ou pessoal;
– informação de interesse público – aquela que seja correlata a estrutura organizacional do município de Vila Flor, assim como a que se refira ao acesso aos serviços públicos, locais de atendimento ao público, bem como a relação de despesas, repasses e transferências, incluindo-se neste aspecto os procedimentos licitatórios, desapropriatórios, convênios e contratos administrativos firmados pelo município de Vila Flor;
– informação de interesse privado – aquelas que embora não sejam protegidas pelo interesse público na preservação de seu sigilo, reflitam a tutela de interesse particulares ou pessoais do contribuinte ou do cidadão a despeito do qual foram requeridas informações;
– informação pessoal – informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa a intimidade, vida privada, honra e imagem;
– SIC – Serviço de Informação ao Cidadão – Serviço responsável pelo recebimento, processamento e fornecimento das informações para a transferência ativa e passiva,

podendo ser utilizado via Protocolo Geral do Município de Vila Flor ou via sítio eletrônico (www.vilaflor.rn.gov.br);
– tratamento da informação – conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
– disponibilidade – qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, ou sistemas autorizados;

– autenticidade – qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
– integridade – qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
– primariedade – qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
– informação atualizada – informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos Sistemas informatizados que o organizam;
– documento preparatório – documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas;

Art. 4º. A busca e o fornecimento das informações são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único – Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983;

CAPÍTULO II
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 5º. É dever do Poder Executivo Municipal promover, independentemente de requerimento, a divulgação em seu sítio na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidos ou custeados.

§ 1º. O Poder Executivo através Secretaria Municipal de Administração implementará no sítio da internet seção específica para a divulgação das informações de que trata este artigo.

§ 2º. Será disponibilizado no sítio da internet, conforme padrão estabelecido,
banner na página inicial, que dará acesso à seção específica de que trata o § 1º deste artigo.
§ 3º. Deverão ser divulgados, na seção específica de que trata o § 1º deste artigo, além das informações previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 os seguintes itens:
– estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefone das unidades, horários de atendimento ao público;
– programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
– repasses ou transferências de recursos financeiros;
– execução orçamentária e financeira detalhada;

– licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
– remuneração bruta e líquida recebida por ocupante de cargo, função e

empego público;

Cidadão – SIC.

– adiantamentos ou diárias de viagem com detalhamento dos gastos;
– respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;
– contato, telefone e correio eletrônico dos Serviço de Informações ao

§ 4º. A divulgação das informações previstas no § 3º deste artigo não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas em outras legislações.

Art. 6º . O sítio criado pelo Poder Executivo deverá atender aos seguintes requisitos, entre outros:

– conter formulário para pedido de acesso a informação;
– conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
– possibilitar sempre que possível a gravação de relatórios em formato eletrônico, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
– possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
– garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para
acesso;
– indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, como o órgão ou entidade da administração;
– garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPÍTULO III
DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I
Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 7º . O SIC, canal de acesso entre os cidadãos e o Poder Público, é destinado a:

– atender e orientar ao público quanto ao acesso às informações relativas
transparência passiva;
– disponibilizar informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18
de novembro de 2011 em meio eletrônico;
– informar sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades;
– protocolar requerimentos, por meio físico ou virtual, de acesso as informações.
Art. 8. Compete ao SIC:

da informação;

– o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento

– o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a

entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

– o encaminhamento do pedido recebido e registrado a unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.
Parágrafo único. O pedido de acesso à informação pode ser solicitado através do sítio eletrônico clicando no *baneer* da LAI ou via Protocolo Geral onde o requerente preencherá formulário próprio e após os dados serão inseridos no sistema pelo atendente.

Seção II
Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 9º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica poderá formular pedido de
acesso à informação.

§ 1º. A apresentação do pedido de informação ao Poder Executivo e órgãos da administração poderá ser realizado pelos seguintes meios:

– no Protocolo Geral da Prefeitura**;**
– no sítio eletrônico do Poder Executivo, clicando no ícone referente à Lei de Acesso a Informação – LAI e preenchendo o formulário disponível.

Art. 10. O pedido de acesso à informação deverá conter:

– nome do requerente/Razão Social;
– número de documento de identificação válido CPF/CNPJ
– especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;

– endereço físico e/ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

– genéricos;
– desproporcionais ou desarrazoados;
– que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação, tratamento ou consolidação de dados e informações, ou serviços de produção.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III deste artigo, o órgão deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 12. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de aceso à
informação.

Seção III
Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 13. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será
imediato.

§ 1º. Caso não seja possível o acesso à informação imediato, o órgão deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias:

– enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

– comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
– comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento
de sua existência;
– indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela
informação ou que a detenha; ou
– indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º. Na hipótese em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida preventiva no inciso II do § 1º deste artigo.

§ 3º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

Art. 14. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo o órgão desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispuser de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 15. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos e/ou envio da mesma via correios, o órgão, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º. Quando da reprodução de documentos, deverá ser verificado a existência de dados pessoais e dados classificados como sigilosos, observado, em cada caso, a respectiva restrição no acesso.

§ 2º. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei nº 7.115/1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 16. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação contendo:
– razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
– possibilidade e prazo de recurso;
– possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso.

§ 1º. As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação.

§ 2º. Os órgãos disponibilizarão formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

Art. 17. O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizado como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Seção IV
Dos Recursos

Art. 18. Na hipótese de decisão denegatória de acessos às informações solicitadas, bem como em quaisquer casos de restrição ao acesso de informações ou documentos, poderá o interessado interpor recurso administrativo, motivadamente, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do indeferimento.

§ 1º. O recurso administrativo deverá ser protocolado no Protocolo Geral do Poder Executivo e será dirigido ao Chefe do Poder Executivo que determinará a instrução do processo no prazo de 10 (dez) dias com encaminhamento a Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação

§ 2º. O recurso administrativo será julgado pela Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação em 20 (vinte) dias, salvo motivo justificado para prorrogação, por igual período.

Art. 19. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apesentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias à Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação, que deverá se manifestar no prazo de 05 (cinto) dias, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação começará contar 30 (trinta) dias após a apresentação do pedido.

CAPÍTULO IV
DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Seção I
Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 20. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Município, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

Município; seus familiares;

– prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações;
– prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso;
– pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
– oferecer elevado risco à estabilidade financeira e econômica do
– pôr em risco a segurança de instituições ou de autoridades municipais e

– comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de

fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

Art. 21. A informação em poder dos órgãos, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do

Município, poderá ser classificada no grau de sigilo em ultrassecreto, secreto ou reservado, conforme abaixo:

– ultrassecreta: dados ou informações referentes à integridade do território; às relações internacionais celebradas; a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do município cujo conhecimento não autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do município, dentre outros;
– secreta: são passíveis de classificação como secretos, dentre outros, dados ou informações referentes a sistemas, programas ou instalações, cujo conhecimento não autorizado possa acarretar dano grave à segurança da sociedade ou do Município;
– reservada: dados ou informações cuja revelação não autorizada possa comprometer planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos.

Art. 22. Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

– a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município;
– o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 23. Os prazos máximos de classificação são os seguintes:

I – grau ultrassecreto: vinte e cinco anos;
II – grau secreto: quinze anos;
III – grau reservado: cinco anos.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso à ocorrência de determinado evento.

Art. 24. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, Vice-prefeito seus cônjuges e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 25. A classificação de informação é de competência da Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação, com as seguintes anuências:

I – no grau ultrassecreto, das seguintes autoridades:
Prefeito;
Vice-Prefeito.

prerrogativas.

– no grau secreto, aos Secretários Municipais e autoridades com as mesmas
– no grau reservado, as autoridades descritas nos incisos I e II deste artigo,

e das que exerçam função de direção, chefia e assessoramento.

Seção II
Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 26. A decisão de classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada através do Termo de Classificação de Informação, e obedecerá o seguinte formato:

o seu termo final;

– informação a ser classificada;
– classificação quanto ao grau de sigilo;
– indicação do prazo de sigilo, contado em anos, ou do evento que defina

– justificativa para classificação do sigilo;
– responsável pela classificação.

Art. 27. Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

Seção III
Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 28. A classificação das informações será reavaliada pela Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, além do disposto no Art. 22 deste Decreto, deverá ser observado:

decreto;

– o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto neste

– a permanência das razões da classificação;
– a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso

irrestrito da informação.

Art. 29. Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação pela Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da negativa, ao Chefe do Poder Executivo, que instruirá o processo no prazo de 10 (dez) dias e decidirá no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 30. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver.
Seção IV Disposições Gerais
Art. 31. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos na Lei nº 3.781, 08 de agosto de 2011 (Arquivo Público Municipal) observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo de classificação.

Art. 32. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que foram objeto de desclassificação serão encaminhadas ao Arquivo Geral, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 33. As informações sobre conduta que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo nem ter seu acesso negado.

Art. 34. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 35. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la.
Art. 36. As Chefias das Unidades Administrativas desta Municipalidade deverão providenciar a divulgação, aos servidores de cada setor, das normas e que observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo.

Parágrafo único. A pessoa natural ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações classificadas, adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes

observem as medidas de procedimentos de segurança das informações.
Art. 37. O Município publicará anualmente, até o dia 1º de junho, em sítio na
internet:

conter:

– rol das informações desclassificadas nos últimos doze meses;
– rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá

categoria na qual se enquadra a informação;
indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;
data da produção, data da classificação e prazo da classificação;

– relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidas atendidas e indeferidas;
– informações estatísticas agregadas dos requerentes.

Parágrafo único. Os órgãos deverão manter em meio físico as informações previstas neste artigo, para consulta pública se necessário.

CAPÍTULO V
DAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO
Art. 38. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos públicos:
– terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se refiram, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção;
– poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 39. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 40. O consentimento referido no inciso II do art. 38 deste Decreto não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

– à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;
– à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral previsto em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;
– ao cumprimento de decisão judicial;
– à defesa de direitos humanos de terceiros;
– à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 41. A restrição de acesso a informações privadas de que trata o art. 38 não poderá ser invocada:

– com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado;
– quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 42. O dirigente máximo do órgão poderá de ofício ou mediante provocação, reconhecer a incidência da hipótese do inciso II do art. 41 deste Decreto, de forma fundamentada, sobre documentos que tenha produzido ou acumulado, e que estejam sob sua guarda.

§ 1º. Para subsidiar a decisão de reconhecimento de que trata este artigo, o órgão poderá solicitar as universidades, instituições de pesquisa ou outras entidades de notória experiência em pesquisa historiográfica a emissão de parecer sobre a questão.

§ 2º. A decisão de reconhecimento de que trata este artigo será precedida de publicação de extrato da informação, com descrição resumida do assunto, origem e período do conjunto de documentos a serem consideradas de acesso irrestrito, com antecedência de no mínimo trinta dias.

§ 3º. Após a decisão de reconhecimento de que trata o § 2º deste artigo, os documentos serão considerados de acesso irrestrito ao público.
§ 4º. Na hipótese de documentos de elevado valor histórico, destinados à guarda permanente, caberá ao dirigente máximo do Arquivo Municipal, ou à autoridade responsável pelo arquivo do órgão ou entidade pública que os receber, decidir, após seu recolhimento, sobre o reconhecimento, observado o procedimento previsto neste artigo.

Art. 43. O pedido de acesso à informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV deste Decreto e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

– comprovação de consentimento expresso de que trata o inciso II do Art.
38 deste Decreto, por meio de procuração pública;
– comprovação das hipóteses previstas no Art. 41 deste Decreto;
– demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no Art. 42 deste Decreto;
– demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 44. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.
§ 1º. A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º. Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma na lei.

Art. 45. Aplica-se, no que couber, a Lei Federal nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 46. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidades do
agente público:

– recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
– utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, empego ou função pública;
– agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;
– divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;
– impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

– ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;
– destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes públicos.

§ 1º. Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas neste artigo serão consideradas para fins do disposto no

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, infrações administrativas, que deverão ser apenadas, segundo os critérios estabelecidos no referido Estatuto.

§ 2º. Pelas Condutas descritas neste Decreto, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto das Leis nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Art. 47. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no Art. 46 deste Decreto, estará sujeita às seguintes sanções:

– advertência;
– multa;
– rescisão de vínculo com o Poder Público;
– suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos;
– declaração de inidoneidade para licitar ou contatar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. A sanção da multa poderá ser aplicada com as sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo.

§ 2º. A multa prevista no inciso II deste artigo será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá ser:

– inferior a R$ 1.000,00 (mil reais) nem superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural;
– inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) nem superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de entidade privada.

§ 3º. A reabilitação referida no inciso V deste artigo será autorizada somente quanto a pessoa natural ou entidade privada efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV deste artigo.

§ 4. A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública.

§ 5. O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de 10 (dez) dias, contados da ciência do fato.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO E DA APLICAÇÃO DA LEI
Seção I
Da Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação

Art. 48. A Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação será composta por 01 (um) Procurador Municipal, 01 (um) representante da Controladoria Geral do Município e 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração a qual será incumbida de classificar e reclassificar o sigilo das informações, julgar os recursos interpostos,

esclarecer dúvidas e qualquer informações ou documentos como sigilosos e exercer ainda as seguintes atribuições:

– assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso a Informação;
– avaliar e monitorar a implementação do disposto neste Decreto e apresentar ao dirigente máximo relatório anual sobre o seu cumprimento;
– recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;
– orientar os órgãos no que se refere ao cumprimento deste Decreto.

Art. 49. A Comissão Municipal de Monitoramento do Acesso a Informação elegerá o presidente da referida comissão.

Seção II
Das Competências Relativas ao Monitoramento

Art. 50. Cumpre à Secretaria Municipal de Administração juntamente com a Assessoria de Controle Interno, observadas as competências dos demais órgãos e as previsões específicas neste Decreto:

– definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará a disposição no sítio na internet e no SIC dos órgãos;
– promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública;
– promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transferência na administração pública;
– monitorar a implementação deste Decreto, concentrando e analisando a publicação de informações estatísticas relacionadas ao art. 37 deste Decreto;
– preparar relatório anual com informações referentes à implementação da lei de acesso à informação que ficará a disposição dos órgãos de fiscalização.
– monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos.
– estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização;
– detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do SIC.

Art. 51. A publicação anual de que trata o Art. 37 deste Decreto terá início em janeiro do exercício subsequente a edição deste Decreto.
Art. 52. Aplica-se subsidiariamente no que couber a Lei Federal nº. 12.527, de 2011, e seu regulamento.
Art. 53. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 54. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vila Flor/RN, 09 de Maio de 2025.

THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Grinaldo Joaquim de Souza
Código Identificador:D9125085

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 010/2025

Dispõe sobre a regulamentação da aplicação da Lei Federal nº 14.129/2021, de 29 de março de 2021, no âmbito da Administração Municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VILA FLOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito da Administração Direito o Programa Municipal do Governo digital:

Art. 2º - O Programa Municipal de Governo Digital terá as seguintes diretrizes:

– a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;
– ampliação da oferta de serviços digitais;
– aproximação entre a gestão municipal e o cidadão;
– uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;
– busca permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.

Art. 3º - A Administração Municipal poderá criar instrumentos para o desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:
– criar e avaliar estratégias e conteúdos para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;
– pesquisar, desenvolver, testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração de Servidores Municipais e Cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação de dados.

Art. 4º - As plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos municipais, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital e dos serviços, devendo possuir as seguintes funcionalidades:
– ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;
– painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

Art. 5º - Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:
– manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, principalmente as referentes as cartas de serviço ao cidadão;
– monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
– integrar os serviços públicos de ferramentas de notificação aos usuários de assinatura eletrônica, quando aplicáveis;
– eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios imprescindíveis;
– aprimorar a gestão de suas políticas públicas com base em dados e em evidências por de aplicação de inteligência de dados na plataforma digital.

Art. 6º - Os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos buscarão oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 7º - Os serviços digitais públicos disponíveis e em operação, estarão disponibilizados no site oficial do município através do link http://vilaflor.rn.gov.br.

Art. 8º - O acesso para o uso de serviços públicos poderá ser garantido total ou parcialmente pela Administração, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital do serviço.

Art. 9º - São garantidos os seguintes direitos aos usuários de prestação digital de serviços públicos:

– gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
– atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;
– padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;
– recebimento de protocolo, físico ou digital, da solicitações apresentadas.

Art. 10 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário.

THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Grinaldo Joaquim de Souza
Código Identificador:F53DA4B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 050/2025 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art.98, § único da Lei Municipal nº 440 de 08 de agosto de 1997, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Florânia;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos, a servidora, **FABIANA TARGINO BARBOSA DA COSTA,** Conselheira Tutelar, período de **2024/2025**, contados a partir do dia **12/05/2025** com término em **10/06/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 09 de maio de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:85D00267

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 082/2025 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.000, de 08 de novembro de 2023, que disciplina e reestrutura o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Florânia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o edital de convocação nº 002/2025, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a Senhora **MARCIA NESTOR DA SILVA**, 3ª suplente, inscrita no CPF sob nº ***.644.784-**, em caráter de **SUBSTITUIÇÃO**, para o gozo de férias da Conselheira Fabiana Targino Barbosa da Costa, contados a partir do dia **12/05/2025** com término em **10/06/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 09 de maio de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:1E22B8F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO PREFEITO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PORTARIA DE FÉRIAS N.º 050/2025 – GAB/SMS

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder o pedido de Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias consecutivos da servidora, **ADRIANA MARIA DA SILVA**, Técnico em Enfermagem, inscrita no cadastro Funcional sob o nº 79 relativos ao período de**2022/2023**, contados a partir do dia **12/05/2025** com término em **26/05/2025**, em conformidade com a Lei Municipal n° 440/97, Estatuto dos Servidores Municipais de Florânia**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 09/05/2025

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:E034CF6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO PREFEITO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PORTARIA DE FÉRIAS N.º 051/2025 – GAB/SMS

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º.Conceder o pedido de Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias consecutivos da servidora **MARIA ANGÉLICA PEREIRA DE ARAÚJO,** Auxiliar de Serviços Gerais, inscrita no cadastro Funcional sob o nº 1258 relativos ao período de**2023/2024** contados a partir do dia 13/05/2024 com término em 27/05/2025 em conformidade com a Lei Municipal n° 440/97, Estatuto dos Servidores Municipais de Florânia**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 09 de maio de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:229E8578

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Estabelece critérios para a seleção de Diretor (a) e Vice-Diretor das unidades Escolares de ensino da Rede Municipal de Afonso Bezerra/RN, de acordo com o Decreto **093/2025** e dá outras providências.

A Prefeitura de Afonso Bezerra/RN, por meio da COMISSÃO INTERSETORIAL para o processo de seleção de Diretor (a) e Vice-Diretor das unidades Escolares de ensino da Rede Municipal de Afonso Bezerra/RN, instituída por meio da **Portaria de nº 272/2025, publicada no Diário Oficial 07/05/2025**, no uso das atribuições conferidas pelo **Decreto Municipal de nº 093/2025,** torna pública a realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, para a habilitação dos Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar da rede municipal de ensino.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 É objeto deste Edital a seleção de pessoal para o provimento do cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o **Decreto Municipal de nº 093 de 07 de maio de 2025**.
1.2 A seleção de pessoal para provimento do cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar será realizada mediante metodologia de análise dos critérios técnicos de mérito e desempenho, disposto no **Decreto Municipal de 093/2025**, sendo considerados os seguintes aspectos:
1.3 Formação profissional em nível superior em Cursos e Instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC;
1.4 Perfil profissional de Gestão Escolar, com base na Dimensão Político Institucional, Dimensão Pedagógica, Dimensão Administrativo-financeira e na Dimensão Pessoal e Relacional, contidos na Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar;
1.5 Experiência em atividades educacionais administrativas e/ou pedagógicas, corroboradas por órgão colegiado da área da educação, composto por membros da comunidade escolar; e,
1.6 Apresentação de Plano de Gestão que vise à melhoria da qualidade da Educação na unidade escolar, constituído de ações e metas a serem alcançadas, do cumprimento da gestão democrática, bem como da garantia da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem.

2 O processo de seleção será realizado nas seguintes fases: **inscrição, análise curricular, encaminhamento do plano de gestão e apresentação do plano de gestão.**
2.1 É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e da comissão intersetorial a emissão da lista de aprovados, originada no processo de seleção embasado nos critérios técnicos de mérito e desempenho, conforme prevê o **Decreto Municipal de nº 093 de 07 de maio de 2025**

2. DAS VAGAS, FUNÇÕES GRATIFICADAS E ATRIBUIÇÕES

2.1 As inscrições para o cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar será formalizada por meio do preenchimento da ficha de inscrição, conforme **ANEXO I.**
2.2 Os candidatos habilitados serão selecionados nos termos deste edital, para o preenchimento de 06 (seis) vagas de Diretor (a) e 5 (cinco) vagas de Vice-Diretor (a) nas unidades escolares da rede municipal de ensino, sendo distribuídas da seguinte forma:
2.2.1 Centro Municpal de Educação Infantil Prefeito José da Penha Souza - CEMEI:
01 (uma) vaga para Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar.
2.2.2 Escola Municpal de Ensino Fundamental Maria de Filomena:
01 (uma) vaga para Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar.
2.2.3 Centro Educacional Municipal Batista Montenegro**:**
01 (uma) vaga para Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar.
2.2.4 Escola Municipal Santa Maria:
01 (uma) vaga para Diretor (a) e Vice-Diretor (a)Escolar.
2.2.5 Escola Municipal Francisca Batista dos Santos:
01 (uma) vaga para Diretor(a) Escolar.
2.2.6 Centro Municipal de Ensino Rural - CMER:
01 (uma) vaga para Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar.

2.3 Poderão participar do processo de seleção de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar, o servidor do quadro efetivo ou contratado da rede municipal de ensino de Afonso Bezerra.
2.4 Não poderá participar do processo de seleção de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar, o profissional da educação básica da administração pública direta ou indireta, efetivo ou temporário, sobre o qual incorra processo administrativo disciplinar por descumprimento de dever funcional ou violação de proibições, verificado no seu histórico funcional ou estando no periodo probatorio.
2.5 Os Candidatos deverão concorrer à vaga de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) para a escola na qual está lotado (a) e/ou tenha desenvolvido atividades administrativas e/ou pedagógicas.
2.6 Diretor (a) e Vice-Diretor (a) escolar terá jornada integral de 40 horas semanais, com vencimentos de acordo com a legislação municipal em vigor.
2.7 A remuneração para atuar como Diretor (a) e Vice-Diretor (a) das unidades de ensino da Rede Municipal de Educação serão compostos pelos vencimetos descritos no Plano de Cargos e Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal Lei n° 476/2009, acrescidos da gratificação para aqueles que compõem o Quadro Efetivo do Magistério do Município e para os que são temporários em exercício seus vencimentos sera pagos de acordo com Lei nº 773/2024.

2.5 São atribuições do Diretor (a) e Vice-Diretor (a) **escolar:**
I. Exercer liderança no âmbito escolar, bem como interagir com a comunidade onde a escola está inserida;
II. Viabilizar e exigir o cumprimento dos programas que visem a melhoria da Educação Pública Municipal;
III. Mobilizar a comunidade escolar para a elaboração do Plano de Trabalho Anual bem como aplicar de forma correta e transparente os recursos destinados a educação;
IV. Cumprir e fazer cumprir as normas, regulamentos e leis municipais;
V. Zelar pelo cumprimento das atribuições designadas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) para os estabelecimentos de ensino;
VI. Seguir as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sobretudo as resoluções que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento dos programas financiados pelo FNDE;
VII. Desenvolver outras atividades contidas no Regimento Escolar;
VIII. Trabalhar por melhorias dos indicadores educacionais, tais como as taxas de rendimento escolar: índice de aprovação e reprovação de aluno, índice de evasão e abandono escolar, índice de distorção idade/ano escolar, indicadores de avaliação interna, e indicadores de avaliação externa como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; esses indicadores serão considerados para a permanência e/ou continuidade do(a) Diretor(a) e Vice-Diretor (a) Escolar na ocupação do cargo.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Educaçãoe Cultura de Afonso Bezrra/RN, nos seguintes dias: 13,14 e 15 de maio de dois mil e vinte e cinco (2025), nos respectivos horários - 8h às 13h.
3.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, assim como o Decreto Municipal **nº 093 de 07/ 2025**, nas quais não poderá alegar desconhecimento.
3.3 São documentos necessários a serem entregues no ato da inscrição:
3.3.1 ficha de inscrição, devidamente preenchida **(ANEXO I)**;
3.3.2 cópia da Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3.3.3 cópia de comprovante de residência;
3.3.4 cópia documentação comprobatória de escolaridade relativa à formação profissional em em Cursos e Instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC;
3.3.5 cópia de documentação comprobatória para análise curricular;
3.3.6 Plano de Gestaõ, bienal (2025-2027), que vise à melhoria da qualidade da educação nas unidades de ensino, constituído de justificativa, objetivos, procedimentos metodológicos e resultados esperados, considerando o cumprimento da gestão democrática, bem como da garantia da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem, conforme **ANEXO II**;
3.3.7 certidão de regularidade funcional do candidato que não tenha sofrido sanções em processo administrativo disciplinar nos 02 (dois) anos que antecedem este processo seletivo, a ser fornecida pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município;
3.3.8 portaria de nomeação em cargo efetivo, comissionado ou equivalente na hipótese de contrato temporário;
3.3.9 declaração de lotação: escola na qual o servidor desenvolve suas funções e pretende concorrer;
3.3.10 anexar declaração de disponibilidade de tempo para dedicação exclusiva, conforme disponibilizado no **ANEXO III** deste Edital.
3.4 Será excluído do processo o candidato que fizer declaração falsa ou inexata, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, incluindo os exigidos para a confirmação da inscrição.
3.5 Após a publicação da homologação, o candidato poderá entrar com recurso, conforme **ANEXO IV** deste Edital, no prazo estabelecido em cronograma aqui apresentado.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

4.1 A Análise Curricular consiste na verificação da documentação apresentada pelos candidatos no ato da inscrição, conforme **ANEXO VI**.
4.2 A ausência ou omissão de quaisquer dos requisitos indicados neste Edital resultará na inabilitação do candidato nesse processo seletivo.
Para avaliação do mérito deverá ser apresentado:
4.3.1 Diploma reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC, que ateste a Graduação Plena em nível superior em Cursos e Instituições comprovadamente reconhecidas;
4.3.2 Perfil profissional de Direção Escolar com base na Dimensão Política Institucional, Dimensão Pedagógica, Dimensão Administrativa-financeira, e na Dimensão Pessoal e Relacional contidas na Base Nacional Comum de Competências do Diretor(a).
4.4 A Comissão Intersetorial dará publicidade aos resultados conforme especificado no cronograma e os interessados poderão recorrer ou suscitar esclarecimentos por meio do formulário **ANEXO V** deste Edital: Dos Recursos da Análise de Currículo.

5. DO ENCAMINHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO E APRESENTAÇÃO (GESTÃO BIENAL).

5.1 Nesta etapa pretende-se identificar o perfil do candidato, sua desenvoltura profissional, além de apresentar seu Plano de Gestão de atuação em caso de nomeação.
5.2 O Plano de Gestão, deverá seguir as orientações e tópicos descritos no **ANEXO II** deste Edital.
5.3 O candidato terá 15 (quinze) minutos para apresentação do Plano de Gestão Bienal.
5.4 A apresentação do Plano de Gestão será realizada conforme cronograma, na Sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
5.5 Na apresentação do Plano de Gestaão serão observados os seguintes tópicos:
I – liderança em gestão;
II – responsabilidade administrativa referente à organização escolar;
III – entendimento da gestão democrática na escola;
IV – entendimento da gestão pedagógica e curricular da escola;
V – entendimento sobre a aplicação adequada dos recursos financeiros destinados à escola;
VI – entendimento sobre a gerência e o zelo do patrimônio da escola;
VII – conduta ética na relação interpessoal e profissional; e,
VIII – proatividade na resolução de conflitos;
IX – metas a serem alcançadas;
X – propostas e/ou ações criativas e inovadoras.

6. DA ESCOLHA DOS DIRETORES E VICE- DIRETORES HABILITADOS

Será considerado habilitado o candidato que conquistar a maior pontuação.
6.1.1 Os candidatos que não possuirem disponibilidade de tempo não serão habilitados.
6.1.2 Para efeito de pontuação serão consideradas a soma dos pontos.
6.2 Caberá à Comissão Intersetorial do processo, analisar os documentos e emitir parecer classificatório dos Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar habilitados(as).
6.3 A nomeação para o cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a partir da lista encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, originada de processo de seleção embasado nos critérios técnicos de mérito e desempenho.
6.4 Não havendo candidatos habilitados ao cargo de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) Escolar, o Chefe do Poder Executivo emitirá Portaria de Nomeação de Diretor (a) e Vice-Diretor (a) INTERINO da unidade escolar com vaga em aberto, com prazo máximo de 01 (um) ano, ou até que se faça novo processo seletivo.

7. CRONOGRAMA

7.1 As etapas previstas para a execução do processo seletivo serão realizadas nas datas descritas abaixo, podendo sofrer alterações, caso haja necessidade.

ETAPAS	DATA
Publicação do edital	09.05.2025
Período de inscrição	13, 14, 15.05.2025
Publicação homologação das inscrições	19.05.2025
Interposição de recursos	20 e 21.05.2025
Resultado do recurso das inscrições	22.05.2025
Análise curricular	22.05.2025
Apresentação do Plano de Gestão	23.05.2025
Resultado final da seleção	26.05.2025
Publicação e portaria de nomeação	27.05.2025

7.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao processo Seletivo e observar todos os prazos do Edital, pois não haverá recursos para perdas de prazos.

8. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

8.1 Todas as publicações indicadas no cronograma serão realizadas no Diário Oficial do Município, dando a mais ampla divulgação e transparência aos atos do processo.
8.1.1 O presente Edital integra o conjunto de normas municipais de forma complementar, portanto os candidatos devem tomar ciência do **Decreto Municipal de nº 093, de 07 de Maio de 2025**.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Intersetorial para o processo em questão, instituídas por meio da **Portaria de nº 272/2025, publicada no Diário Oficial em 07/05/2025**
Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Afonso Bezerra/RN, em .

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO DA CHAPA

INSCRIÇÃO Nº:

NOME DO(A) CANDIDATO(A) A DIRETOR(A) ESCOLAR:

DATA DE NASC.:

CPF: RG / ÓRGÃO EMISSOR:

TELEFONE:

E-MAIL:
ENDEREÇO (rua, número, bairro e cidade):

NOME DO(A) CANDIDATO(A) A VICE-DIRETOR(A) ESCOLAR:

DATA DE NASC.:

CPF: RG / ÓRGÃO EMISSOR:

TELEFONE:

E-MAIL:
ENDEREÇO (rua, número, bairro e cidade):

UNIDADE ESCOLAR PARA A QUAL ESTÁ CONCORRENDO A VAGA:

_____

Afonso Bezerra/RN, ____ de _____ de _____.

_____
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A) A DIRETOR(A)/GESTOR(A) ESCOLAR

_____
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A) A VICE- DIRETOR(A)/GESTOR(A) ESCOLAR

ANEXO II
PLANO DE GESTÃO
(UM PROJETO POR CHAPA)

Informações Gerais:

O Plano de Gestão deve ser digitado em fonte 12, Times New Roman, espaçamento 1,5, justificado;
O máximo de 10 laudas para digitação de todos os elementos do Plano;
Não é necessário os candidatos elaborarem slides para a etapa da apresentação, bastando apresentar o próprio documento do Plano;
Os candidatos terão, no máximo, 15 minutos para apresentação do seu Plano.

O Plano de Gestão deverá conter:

Identificação (deve constar na capa);
Escola origem da vaga;
O Título do Plano;
Nome dos autores e a vaga para qual estarão concorrendo.

Introdução - Apresentação de argumentos sobre as razões/motivos e a pertinência de desenvolver um trabalho como Diretor(a) na Escola “X”, dando ênfase às atividades administrativas e pedagógicas.

Objetivos - Apresentar o objetivo geral, assim como, os objetivos específicos no plano de atuação profissional, delineando o que se pretende alcançar tanto do ponto de vista administrativo quanto pedagógico.

Procedimentos Metodológicos e Técnicos – Identificar e descrever que ações serão desenvolvidas para alcançar os objetivos propostos que são fundamentais para a realização do Plano de trabalho.

Resultados Esperados - Descrever o que espera de resultados na atuação enquanto Gestores escolar.

Referências - Referenciar com base nos autores citados no texto.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE TEMPO
PARA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu,_, inscrito (a) no CPF: _____ RG: _____, declaro que disponho de tempo integral, para dedicar-me às atribuições da função de: _____ no (a) Escola _____.

Afonso Bezrra/RN, ____de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

Inscrição nº _____ Nome do Candidato: _____ Cargo que está pleiteando a vaga: Diretor (a) ou Vice-Diretor (a) Escolar _____

O recurso deverá ser escrito exclusivamente no espaço abaixo ou digitado, em no máximo uma lauda, a ser anexada ao presente modelo sob pena de não ser conhecido. E entregue na na sede Secretaria Municiapal de Educação e Cultura dentro do prazo estipulado no cronograma deste Edital.

ANEXO V
DOS RECURSOS DA ANÁLISE DO CURRÍCULO

Inscrição nº _____ Nome do Candidato: _____ Cargo que pretendente concorrer: ( ) Diretor (a) ( ) Vice-Diretor (a) Escolar
Unidade Escolar para a qual está concorrendo a vaga: _____

O recurso deverá ser escrito exclusivamente no espaço abaixo ou digitado, em no máximo uma lauda, a ser anexada ao presente modelo sob pena de não ser conhecido.

ANEXO VI ANÁLISE CURRICULAR DA CHAPA		
NOME:		
VAGA:	DIRETOR (A) VICE - DIRETOR (A)	
NOME DA INSTITUIÇÃO DA VAGA:		
COMPROVAÇÕES	**Pontuação DECLARADA**	**Pontuação VALIDADA**
Formação profissional em Nível Superior em cursos e Instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) – 10 (dez) pontos, com pontuação máxima de 20 (vinte) pontos.		
Certificado de especialização em gestão escolar, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC – 10 (dez) pontos, com pontuação máxima de 20 (vinte) pontos.		
Formações continuadas da área da gestão escolar, como Cursos para formação de Gestores; Treinamentos para Lideranças; Fóruns, Congressos e Seminários oferecidos de forma presencial ou virtual pela rede municipal de educação e por outras instituições credenciadas, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades tais como: liderança na gestão ou direção escolar; responsabilidade administrativa referente à organização escolar; entendimento da gestão democrática na escola; entendimento da gestão pedagógica e curricular da escola; entendimento sobre a aplicação adequada dos recursos financeiros destinados à escola; entendimento sobre a gerência e o zelo do patrimônio da escola; conduta ética na relação interpessoal e profissional e proatividade na resolução de conflitos. – 5,0 (dois) pontos por Diploma/Certificado, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.		
TOTAL:		

ANEXO VII ITENS PONTUÁVEIS NA APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO E ARGUIÇÃO.		
NOME:		
VAGA:	DIRETOR(A) VICE-DIRETOR (A) ESCOLAR	
NOME DA INSTITUIÇÃO DA VAGA:		
Critérios gerais de Análise do plano de gestão e Arguição.	**Pontuação máxima**	**Pontuação atribuída**
Clareza e firmeza em sua justificativa sobre as razões e/ou os motivos de desenvolver um trabalho como Diretor na Escola "X", dando ênfase às atividades administrativas e pedagógicas.	**15**	
Consegue apresentar de forma pertinente os objetivos que o (a) levará a desenvolver uma gestão de excelência enquanto Gestor(a)/Diretor(a) , bem como demonstra clareza quanto aos procedimentos metodológicos e técnicos evidenciados no Plano de trabalho.	**10**	
Consegue convencer sobre as ações que pretende desenvolver para alcançar os objetivos fundamentais para a realização do Plano de trabalho.	**15**	
Tem conhecimento sobre o papel do Gestor(a)/Diretor(a) escolar, inclusive sobre como agir no gerenciamento de resolução de situações, problemas no contexto escolar.	**10**	
	50	

Publicado por:
Jadson Hericks Ferreira Bezerra
Código Identificador:095073E3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1 00001/2025

SETOR DE CONTRATAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1 00001/2025

Aos 09 dias do mês de Maio de 2025, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Travessa Benício de Paiva - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 559, de 02 de Janeiro de 2024; Decreto Municipal nº 559, de 02 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no

Pregão Eletrônico nº 00009/2025 que objetiva o registro de preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT BEBÊ COMPOSTO POR 15(QUINZE) ITENS. PARA DISTRIBUIÇÃO AS GESTANTES, DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, REGISTRO DE PREÇO POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES: 01 banheira plastica, com capacidade para 20 litros. 01 kit bolsa maternidade c/ 2 bolsas, uma P e uma M (as medidas não poderão ser inferior a: bolsa grande: 28cm de altura x 35 cm de largura x 23cm de profundidade; bolsa média: 27cm de altura x 23cm de largura x 20cm de profundidade). 01 kit camiseta para bebê com 3 peças (80% de algodão e 20% poliester). 01 colônia infantil: desenvolvida para ser usada em bebê, frasco com 120 ml, com fragância lavanda. 01 conjunto pagão com 3 peças: cores variadas, conjunto pagão com 3 peças, sendo uma pagãzinha, um casaquinho e uma calça. Material macio e confortavel, ideal para bebê recem–nascido até 3 meses de idade. 01 cueiro liso flanelado 100% algodão medindo 50 x 80 cm – pacote com 3 unidade, cores neutras. 01 fralda descartavel infantil P – formato anatômico, com barreiras protetoras antivazamentos, fechamento por meio de fitas adesivas reposicionaveis, gel com alto poder de absorção, atóxica, hipoalergênica. Embalagem contendo os dados de identificação, lote, validade e identificação do responsavel tecnico. pacote com 24 unidades. 01 pacote de lenço umedecido – não tecido, cor branco, sem alcool, fragrância suave, com dimensões iguais ou superiores a 17x12cm. Na embalagem deverão conter os dados de identificação do produto: marca do fabricante, data de fabricação e validade com no minimo 06 meses e demais informações de acordo com as normas de saúde/sanitarias vigentes (ANVISA, SIF e outras). Pacote com quantidade igual ou superior a 60 toalhas. 01 mamadeira 330ml. Bico 100% silicone, formato ortodôntico: posicionamento da lingua e apoio da mandibula durante durante a sucção / fluxo constante e uniforme de acordo com a consistência do alimento. Produto testado e aprovado pelo INMETRO. 01 par de meias para recem–nascido: meias de algodão feminimo e masculino para recém–nascido. 01 kit infantil de pente e escova para cabelo infantil: escova com cerdas macias de nylon, pente com pontas arredondadas e mais seguras e textura nos cabos para não escorregar nas mãos. 01 creme preventivo de assaduras, contendo no minimo 80g. contendo no minimo oxido de zinco e vitamina E. 01 sabonete liquido de no minimo 500ml, hipoalergico, neutro, livre de lagrimas, sem corantes. Da cabeça aos pés, dermatologicamente testado. 01 shampoo infantil lavanda, com PH balanceado com no minimo 120ml, além de ser isento de sabão e alcool, sendo suave também para o couro cabeludo do bebê. Suave fragrância de lavanda. 01 Toalha de banho com capuz em tecido felpudo, 100% algodão, tamanho 94x70cm; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: G K VIEIRA GONÇALO LTDA						
CNPJ: 26.291.343/0001-46						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT BEBÊ COMPOSTO POR 15(QUINZE) ITENS. PARA DISTRIBUIÇÃO AS GESTANTES, DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, REGISTRO DE PREÇO POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES: 01 banheira plastica, com capacidade para 20 litros. 01 kit bolsa maternidade c/ 2 bolsas, uma P e uma M (as medidas não poderão ser inferior a: bolsa grande: 28cm de altura x 35 cm de largura x 23cm de profundidade; bolsa média: 27cm de altura x 23cm de largura x 20cm de profundidade). 01 kit camiseta para bebê com 3 peças (80% de algodão e 20% poliester). 01 colônia infantil: desenvolvida para ser usada em bebê, frasco com 120 ml, com fragância lavanda. 01 conjunto pagão com 3 peças: cores variadas, conjunto pagão com 3 peças, sendo uma pagãzinha, um casaquinho e uma calça. Material macio e confortavel, ideal para bebê recem–nascido até 3 meses de idade. 01 cueiro liso flanelado 100% algodão medindo 50 x 80 cm – pacote com 3 unidade, cores neutras. 01 fralda descartavel infantil P – formato anatômico, com barreiras protetoras antivazamentos, fechamento por meio de fitas adesivas reposicionaveis, gel com alto poder de absorção, atóxica, hipoalergênica. Embalagem contendo os dados de identificação, lote, validade e identificação do responsavel tecnico. pacote com 24 unidades. 01 pacote de lenço umedecido – não tecido, cor branco, sem alcool, fragrância suave, com dimensões iguais ou superiores a 17x12cm. Na embalagem deverão conter os dados de identificação do produto: marca do fabricante, data de fabricação e validade com no minimo 06 meses e demais informações de acordo com as normas de saúde/sanitarias vigentes (ANVISA, SIF e outras). Pacote com quantidade igual ou superior a 60 toalhas. 01 mamadeira 330ml. Bico 100% silicone, formato ortodôntico: posicionamento da lingua e apoio da mandibula durante durante a sucção / fluxo constante e uniforme de acordo com a consistência do alimento. Produto testado e aprovado pelo INMETRO. 01 par de meias para recem–nascido: meias de algodão feminimo e masculino para recém–nascido. 01 kit infantil de pente e escova para cabelo infantil: escova com cerdas macias de nylon, pente com pontas arredondadas e mais seguras e textura nos cabos para não escorregar nas mãos. 01 creme preventivo de assaduras, contendo no minimo 80g. contendo no minimo oxido de zinco e vitamina E. 01 sabonete liquido de no minimo 500ml, hipoalergico, neutro, livre de lagrimas, sem corantes. Da cabeça aos pés, dermatologicamente testado. 01 shampoo infantil lavanda, com PH balanceado com no minimo 120ml, além de ser isento de sabão e alcool, sendo suave também para o couro cabeludo do bebê. Suave fragrância de lavanda. 01 Toalha de banho com capuz em tecido felpudo, 100% algodão, tamanho 94x70cm	GK	KIT	200	202,00	40.400,00
TOTAL						40.400,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00009/2025, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00009/2025, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento do quantitativo do item do instrumento convocatório e registrado na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, à metada do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00009/2025 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- G K VIEIRA GONCALO LTDA, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídico – CNPJ sob o nº 26.291.343/0001-46, com sede a Rua R Francisco Valentim de Oliveira, 150 – Alto Boa Vista – Alexandria/RN – CEP 59965-000. Vencedor(a) do(s) item(ns): 1. Valor de R$ 40.400,00(quarenta mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE	***G K VIEIRA GONÇALO LTDA***
Prefeito Constitucional	CNPJ nº 26.291.343/0001-46

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:7C5347D2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2025

SETOR DE CONTRATAÇÃO

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2025

Aos 13 dias do mês de Janeiro de 2025, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Travessa Benício de Paiva - Centro - Alexandria - RN, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 559, de 02 de Janeiro de 2024; Decreto Municipal nº 559, de 02 de Janeiro de 2024; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00018/2024 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DIVERSOS E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DAS NECESSIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN. POR UM PERÍODO DE 12(DOZE) MESES

CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme especificações constantes no Edital Convocatório; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA - CNPJ nº 08.148.462/0001-62.

VENCEDOR: W S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						
CNPJ: 10.212.250/0001-49						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA PACOTE COM 100 UNIDADES	THEOTO	UNIDADE	100	5,63	563,00
3	AFASTADOR FARABEUF	FAVA	UNIDADE	50	17,46	873,00
5	AFASTADOR MINESSOTA INOX	GOLGRAN	UNIDADE	50	11,22	561,00
6	AGULHAS GENGIVAIS 27G INJECTA CAIXA COM 100 UNIDADES LONGA	PROCARE	CAIXA	60	28,31	1.698,60
7	AGULHAS GENGIVAIS 30G INJECTA CAIXA COM 100 UNIDADES CURTA	PROCARE	CAIXA	120	26,98	3.237,60
8	AGULHAS GENGIVAIS 30G CAIXA COM 100 UNIDADES EXTRA CURTA	PROCARE	CAIXA	60	27,76	1.665,60
9	ALAVANCA SELDIN DIREITA 1R	FAVA	UNIDADE	50	23,71	1.185,50
10	ALAVANCA SELDIN ESQUERDA 1L	FAVA	UNIDADE	50	23,71	1.185,50
11	ALAVANCA SELDIN RETA 2	FAVA	UNIDADE	50	24,19	1.209,50
12	ALGINATO PACOTE COM 410 GRAMAS	DENTSPLY	UNIDADE	60	20,56	1.233,60
13	ALICATE DE AINSWORTH	GOLGRAN	UNIDADE	30	105,00	3.150,00
14	ALVEOLOTOMO	FAVA	UNIDADE	40	84,55	3.382,00
15	AMÁLGAMA GS 80 1 PORÇÃO REGULAR EMBALAGEM C/ 50 CAPSULAS.	SDI	UNIDADE	30	65,19	1.955,70
16	AMÁLGAMA GS 80 2 PORÇÕES REGULAR EMBALAGEM C/ 50 CAPSULAS.	SDI	UNIDADE	30	125,24	3.757,20
17	ANESTESICO COM VASO (NOVOCOL) CAIXA COM 50 ANESTUBES DE 1,8 ml	SS WHITE	CAIXA	100	50,56	5.056,00
18	ANESTESICO SEM VASO (MEPIVACAINA 3%) CAIXA COM 50 ANESTUBES DE 1,8 ml	DFL	CAIXA	80	135,00	10.800,00
19	ANESTÉSICO TÓPICO EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	DFL	UNIDADE	180	7,72	1.389,60
20	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO	FAVA	UNIDADE	50	7,40	370,00
21	APLICADOR DE MTA CAIXA C/ 1 UNIDADE.	ANGELUS	CAIXA	20	160,00	3.200,00
24	ARTICULADOR TIPO GARFO	MAC	UNIDADE	10	38,53	385,30
25	BABADOR IMPERMEÁVEL BRANCO PACOTE C/ 100 UNIDADES.	BIODINAMICA	UNIDADE	50	17,69	884,50
26	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,05 X 5 MM X 50 CM BOBINA C/ 50 CM, C/ ESPESSURA DE 0,05MM E 5MM DE LARGURA.	AAF DO BRASIL	UNIDADE	240	0,99	237,60
29	BASTÃO PARA ACABAMENTO DE RESINA	VIPI	UNIDADE	30	22,24	667,20
30	BASTÃO PARA POLIMENTO DE RESINA	VIPI	UNIDADE	30	22,31	669,30
31	BICARBONATO DE SÓDIO POTE DE 200G	MAQUIRA	UNIDADE	150	5,00	750,00
33	BROCA CARBIDE ENDO Z	PRIMA DENTAL	UNIDADE	100	11,50	1.150,00
35	BROCAS CARBIDE CIRURGICAS (HASTE LONGA) Nº 702	PRIMA DENTAL	UNIDADE	50	9,00	450,00
36	BROCAS CARBIDE CIRURGICAS (HASTE LONGA) Nº 703	PRIMA DENTAL	UNIDADE	50	9,50	475,00
37	BROCAS CARBIDE CIRURGICAS (HASTE LONGA) Nº. 4	PRIMA DENTAL	UNIDADE	50	10,00	500,00
38	BROCAS CARBIDE CIRURGICAS (HASTE LONGA) Nº. 6	PRIMA DENTAL	UNIDADE	50	10,00	500,00
39	BROCAS INTRA–RADICULARES GATES Nº. 1 comprimento (28 e 32 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	30	8,00	240,00
40	BROCAS INTRA–RADICULARES GATES Nº. 2 comprimento (28 e 32 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	30	8,00	240,00
41	BROCAS INTRA–RADICULARES GATES Nº. 3 comprimento (28 e 32 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	30	7,50	225,00
42	BROCAS INTRA–RADICULARES GATES Nº. 4 comprimento (28 e 32 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	30	7,50	225,00
43	BROCAS INTRA–RADICULARES GATES Nº. 5 comprimento (28 e 32 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	30	7,50	225,00
45	BROCAS SHOFUL EM FORMA DE CHAMA	DEDECO	UNIDADE	150	8,54	1.281,00
46	BROCAS SHOFUL EM FORMA DE ESFÉRICA	DEDECO	UNIDADE	150	8,54	1.281,00
47	BROCAS SHOFUL EM FORMA DE PÊRA	DEDECO	UNIDADE	150	8,54	1.281,00
49	CABO PARA BISTURI Nº 3	FAVA	UNIDADE	50	9,80	490,00
50	CABO PARA ESPELHO ODONTOLOGICO	PREVEN	UNIDADE	150	4,20	630,00
51	CAIXA DE INOX PARA ESTERELIZAÇÃO MEDINDO 8 X 8 X 3cm	FAVA	UNIDADE	30	31,97	959,10
52	CERA 7	CLASSICO	UNIDADE	100	22,00	2.200,00
53	CERA ARTICULAÇÃO	LYSANDRA	UNIDADE	100	22,63	2.263,00
59	COLGADURA INDIVIDUAL PARA RADIOGRAFIA	MAC	UNIDADE	50	4,26	213,00
61	COLHER DE DENTINA	FAVA	UNIDADE	100	6,20	620,00
62	CONDENSADORES LARGOS DE WARDS	FAVA	UNIDADE	30	7,00	210,00
64	CONDICIONADOR ÁCIDO GEL 37% ESMALTE DENTINA EMBALAGEM C/ 3 SERINGAS C/ 3G CADA + BICO APLICADOR	MAQUIRA	UNIDADE	150	2,50	375,00
66	CONTRA ÂNGULO OSCILATÓRIO 16:1	SCHUSTER	UNIDADE	10	632,50	6.325,00
68	CUBA DE INOX P/ AQUECIMENTO DE CERA – MÉDIA	KONNEN	UNIDADE	15	25,00	375,00
69	CUBA METÁLICA PARA SORO	FAVA	UNIDADE	20	32,00	640,00
70	CUNHAS ANATÔMICAS SORTIDAS COLORIDAS CAIXA COM 100 UNIDADES	AAF DO BRASIL	CAIXA	50	9,17	458,50
81	ESCOVA DE DENTE MACIA EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	ALGSUN	UNIDADE	2500	0,71	1.775,00
82	ESCOVA DE PANO	OGP	UNIDADE	25	34,27	856,75
83	ESCOVA DE CABELO	OGP	UNIDADE	25	21,28	532,00
84	ESCOVA DE ROBSON	AAF DO BRASIL	UNIDADE	1000	1,09	1.090,00
85	ESCULPIDOR LE CRON Nº 5	KOTA	UNIDADE	10	7,50	75,00
86	ESPÁTULA DUPLA Nº 07	KONNEN	UNIDADE	20	6,33	126,60
87	ESPÁTULA DUPLA PARA CERA Nº 31	KONNEN	UNIDADE	10	6,33	63,30
89	ESPATULA PARA CURATIVO DE METAL Nº. 24	GOLGRAN	UNIDADE	30	7,50	225,00
90	ESPATULA PARA CURATIVO DE METAL Nº. 36	GOLGRAN	UNIDADE	15	7,50	112,50
94	ESPELHO CLÍNICO ODONTOLOGICO 1º PLANO – CAIXA COM 12 UNIDADES	PREVEN	CAIXA	100	48,00	4.800,00
96	FILME RADIOGRÁFICO INSIGHT OCLUSAL IO–41 F CAIXA COM 25 UNIDADES	KODAK	CAIXA	20	182,85	3.657,00
98	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 AG. 2,0 CM – TRIANGULAR CAIXA C/ 24 ENVELOPES.	TECHNOFIO	CAIXA	60	28,50	1.710,00
99	FIO DE SUTURA SEDA 4.0 AG. 1,7 CM – TRIANGULAR CAIXA C/ 24 ENVELOPES.	TECHNOFIO	CAIXA	60	26,07	1.564,20
100	FIO DE SUTURA SEDA 4.0 AG. 2,0 CM – TRIANGULAR CAIXA C/ 24 ENVELOPES.	TECHNOFIO	CAIXA	60	27,48	1.648,80
103	FIO DENTAL COM 100M	ALGSUN	UNIDADE	150	1,69	253,50
105	FLUORNIZ	SS WHITE	CAIXA	100	25,15	2.515,00
106	FÓRCEPS ADULTO 150	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
107	FÓRCEPS ADULTO 151	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
108	FÓRCEPS ADULTO 16	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
109	FÓRCEPS ADULTO 17	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
110	FÓRCEPS ADULTO 18L	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
111	FÓRCEPS ADULTO 18R	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
112	FÓRCEPS ADULTO 65	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
113	FÓRCEPS ADULTO 69	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
114	FÓRCEPS INFANTIL 01	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50

115	FÓRCEPS INFANTIL 04	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
116	FÓRCEPS INFANTIL 05	GOLGRAN	UNIDADE	25	68,18	1.704,50
121	GRAMPOS ODONTOLOGICOS (TAMANHOS VARÍADOS)	SS WHITE	UNIDADE	50	9,00	450,00
122	GUTA PROTAPER CAIXA C/ 60 UNIDADES F1	DENTSPLY	CAIXA	40	42,00	1.680,00
123	GUTA PROTAPER CAIXA C/ 60 UNIDADES F2	DENTSPLY	CAIXA	40	42,50	1.700,00
124	GUTA PROTAPER CAIXA C/ 60 UNIDADES F3	DENTSPLY	CAIXA	40	41,00	1.640,00
125	GUTAPERCHA ACESSÓRIA 28MM FF EMBALAGEM C/ 120 PONTAS, TAMANHO FF – FINA FINA.	DENTSPLY	CAIXA	50	28,31	1.415,50
126	GUTAPERCHA ACESSÓRIA 28MM SORTIDA EMBALAGEM C/ 120 PONTAS SORTIDAS, TAMANHOS MF – F – M E FM	DENTSPLY	CAIXA	50	28,54	1.427,00
127	GUTAPERCHA ACESSÓRIA 28MM XF EMBALAGEM C/ 120 PONTAS, TAMANHO XF – EXTRAFINA.	DENTSPLY	CAIXA	50	28,63	1.431,50
128	GUTAPERCHA ISO CALIBRADA SORTIDA Nº 15–40 – COLORIDA EMBALAGEM C/ 120 PONTAS SORTIDAS, TAMANHO 15–40.	DENTSPLY	CAIXA	50	28,31	1.415,50
129	GUTAPERCHA ISO CALIBRADA SORTIDA Nº 45–80 – COLORIDA EMBALAGEM C/ 120 PONTAS SORTIDAS, TAMANHO 15–40.	DENTSPLY	CAIXA	50	32,00	1.600,00
136	HOLLEMBACK Nº.3	KONNEN	UNIDADE	30	6,85	205,50
139	IONÔMERO DE VIDRO VIDRION R KIT LÍQUIDO + PÓ	FGM	CAIXA	180	19,50	3.510,00
140	ISOLANTE (BIP)	VIPI	UNIDADE	50	15,01	750,50
142	LENÇOL DE BORRACHA CAIXA C/ 26 UNIDADES, TAMANHO 13,5 X 13,5 CM, COR AZUL, AROMA TUTTI–FRUTTI	MADEITEX	CAIXA	60	21,10	1.266,00
143	LIMA PARA OSSO	FAVA	UNIDADE	10	35,00	350,00
145	LIMAS ENDODONTICAS ESPECIAIS secção transversal quadrangular Nº. 10 comprimento (21, 25 e 31 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	60	17,56	1.053,60
146	LIMAS ENDODONTICAS ESPECIAIS secção transversal quadrangular Nº. 6 comprimento (21, 25 e 31 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	60	14,00	840,00
147	LIMAS ENDODONTICAS ESPECIAIS secção transversal quadrangular Nº. 8 comprimento (21, 25 e 31 milímetros)	DENTSPLY	CAIXA	60	14,00	840,00
148	LIMAS ENDODONTICAS FLEXOFILE tipo K nº 15 (21, 25 e 31mm)	MKLIFE	CAIXA	60	20,28	1.216,80
149	LIMAS ENDODONTICAS FLEXOFILE 1ºsérie (15–40) comprimento (21, 25 e 31 milímetros)	MKLIFE	CAIXA	60	20,28	1.216,80
150	LIMAS ENDODONTICAS FLEXOFILE 2ºsérie (45–80) comprimento (21, 25 e 31 milímetros)	MKLIFE	CAIXA	60	20,28	1.216,80
151	LIMAS ENDODONTICAS FLEXOFILE 3ºsérie (85–120) comprimento (21, 25 e 31 milímetros)	MKLIFE	CAIXA	60	24,43	1.465,80
152	LIQUIDO TERMO POLIMERIZAVEL – LITRO	VIPI	UNIDADE	30	109,49	3.284,70
153	MESA DE CAMPER ALUMINIO	BIOART	UNIDADE	10	53,94	539,40
154	MICROAPLICADOR MICROBRUSH REGULAR 1 TUBO COM 100 APLICADORES CADA NO TAMANHO REGULAR (2.0MM).	FGM	CAIXA	200	7,50	1.500,00
156	MOLDEIRA INFANTIL KITS COM 10 UNIDADES KIT	TECHNODENT	UNIDADE	10	76,08	760,80
157	MOLDEIRAS ADULTAS KITS COM 10 UNIDADES KIT	TECHNODENT	UNIDADE	10	76,08	760,80
158	MUFLA VARIOS TAMANHOS	OGP	UNIDADE	10	44,85	448,50
159	OCULOS DE PROTEÇÃO (AMARELO LARANJA)	UVEX	UNIDADE	50	33,93	1.696,50
161	ÓLEO LUBRIFICANTE FRASCO C/ 250 ML	NUTRIEX	UNIDADE	120	8,44	1.012,80
163	PEDRA PARA AMOLAR INSTRUMENTAL	GOLGRAN	UNIDADE	20	35,86	717,20
165	PEDRAS NINJA VERDE COM SILICONE VARIAS FORMAS	TALMAX	UNIDADE	30	6,79	203,70
166	PELICULA PARA RX ODONTOLOCICO E–SPEED CAIXA COM 150 UNIDADES ADULTO	KODAK	CAIXA	30	175,00	5.250,00
167	PELICULA PARA RX ODONTOLOCICO E–SPEED CAIXA COM 150 UNIDADES INFANTIL	KODAK	CAIXA	25	308,20	7.705,00
168	PINÇA CLINICA ODONTOLÓGICA	GOLGRAN	UNIDADE	200	7,00	1.400,00
169	PINÇA DE ADSON SEM DENTE	QUINELATO	UNIDADE	50	14,20	710,00
171	PINÇA GOIVA	GOLGRAN	UNIDADE	20	51,75	1.035,00
173	PINÇA PARA GRAMPO	GOLGRAN	UNIDADE	30	41,40	1.242,00
174	PINÇA PORTA AGULHA	FAVA	UNIDADE	50	31,00	1.550,00
177	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	40,20	2.010,00
178	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 62) INFERIOR CAIXA COM 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
179	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
180	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
181	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
182	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
183	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
184	PLACAS DE 6 (TAM. 264 COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
185	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
186	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 62) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
187	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
188	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
189	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
190	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
191	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
192	PLACAS DE 6 (TAM. 266 COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
193	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
194	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 62) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
195	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
196	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
197	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
198	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
199	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
200	PLACAS DE 6 (TAM. 2D COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
201	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
202	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 62) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
203	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
204	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	50,07	2.503,50
205	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
206	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
207	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
208	PLACAS DE 6 (TAM. 2N COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
209	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 62) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,44	1.722,00
210	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 62) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,44	1.722,00
211	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 62) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
212	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 62) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
213	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 66) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00

214	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 66) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
215	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 66) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
216	PLACAS DE 6 (TAM. 30L COR– 66) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
217	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 62) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
218	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 62) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
219	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 62) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
220	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 62) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
221	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 66) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
222	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 66) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
223	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 66) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
224	PLACAS DE 6 (TAM. 32L COR– 66) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
225	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 62) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
226	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 62) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
227	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 62) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
228	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 62) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
229	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 66) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
230	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 66) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	34,16	1.708,00
231	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 66) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
232	PLACAS DE 6 (TAM. 32M COR– 66) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
233	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 62) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
234	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 62) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
235	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 62) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
236	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 62) SUPERIORO CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
237	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 66) INF CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
238	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 66) INFERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
239	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 66) SUP CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
240	PLACAS DE 6 (TAM. 34L COR– 66) SUPERIOR CX C/ 10 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	36,00	1.800,00
241	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
242	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 62) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
243	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
244	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
245	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
246	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
247	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
248	PLACAS DE 6 (TAM. 3N COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
249	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
250	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 62) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
251	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
252	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
253	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
254	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
255	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
256	PLACAS DE 6 (TAM. A25 COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
257	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 62) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
258	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 62) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
259	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 62) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
260	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 62) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
261	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 66) INF CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
262	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 66) INFERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
263	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 66) SUP CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	50,03	2.501,50
264	PLACAS DE 6 (TAM. A26 COR– 66) SUPERIOR CX C/ 14 PLACAS	VIPI	CAIXA	50	48,20	2.410,00
266	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 30	DENTSPLY	CAIXA	60	25,30	1.518,00
267	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 35	DENTSPLY	CAIXA	100	25,30	2.530,00
268	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE Nº 40	DENTSPLY	CAIXA	100	25,30	2.530,00
269	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 15–40 EMBALAGEM COM 120 UNIDADES	DENTSPLY	CAIXA	100	25,30	2.530,00
270	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 45–80 EMBALAGEM COM 120 UNIDADES	DENTSPLY	CAIXA	100	25,30	2.530,00
271	PONTAS DIAMANTADAS 2135F	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
272	PONTAS DIAMANTADAS 3113	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
273	PONTAS DIAMANTADAS 3118	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
274	PONTAS DIAMANTADAS 3118F	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
275	PONTAS DIAMANTADAS 3168F	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
276	PONTAS DIAMANTADAS 3195F	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
277	PONTAS DIAMANTADAS CONICA 3182	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
278	PONTAS DIAMANTADAS CONICA 3183	FAVA	UNIDADE	100	2,27	227,00
279	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 1012	FAVA	UNIDADE	250	2,27	567,50
280	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 1013	FAVA	UNIDADE	250	2,27	567,50
281	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 1014	FAVA	UNIDADE	250	2,27	567,50
282	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 1016	FAVA	UNIDADE	250	2,27	567,50
283	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 1034	FAVA	UNIDADE	250	2,27	567,50
284	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 1035	FAVA	UNIDADE	250	2,27	567,50
285	PONTAS DIAMANTADAS ESFERICAS 245	FAVA	UNIDADE	250	2,63	657,50
286	PORTA AMALGAMA	FAVA	UNIDADE	10	4,92	49,20
287	PORTA DICAL	FAVA	UNIDADE	25	7,50	187,50
288	PORTA MATRIZ	FAVA	UNIDADE	25	27,50	687,50
289	POTE DAPEN	AAF DO BRASIL	UNIDADE	50	1,82	91,00
291	PRENDEDOR DE GUARDANAPO	MAQUIRA	UNIDADE	30	5,61	168,30
292	RESINA ACRÍLICA DENCOR LÍQUIDO	CLASSICO	UNIDADE	30	19,67	590,10
293	RESINA ACRÍLICA DENCOR PÓ	CLASSICO	UNIDADE	30	23,41	702,30
294	RESINA ACRÍLICA JET LÍQUIDO – LITRO	CLASSICO	LITRO	30	71,19	2.135,70
295	RESINA ACRÍLICA JET PÓ NA COR ROSA – KG	CLASSICO	UNIDADE	30	92,18	2.765,40
296	RESINA ACRÍLICA JET PÓ INCOLOR – KG	CALSSICO	UNIDADE	30	92,18	2.765,40
297	RESINA NATURAL FLOW SERINGA A1 1,2G EMBALAGEM C/ 1 SERINGA 1,2 G E 5 PONTAS APLICADORAS.	BIODINAMICA	UNIDADE	150	6,79	1.018,50
298	PONTAS IRRIGADORAS NAVITIP 29G 25MM EMBALAGEM COM 20 UNIDADES	ULTRADENT	UNIDADE	80	80,35	6.428,00
299	RESINA NATURAL FLOW SERINGA A2 1,2G EMBALAGEM C/ 1 SERINGA 1,2 G E 5 PONTAS APLICADORAS.	BIODINAMICA	UNIDADE	150	6,78	1.017,00
300	RESINA NATURAL FLOW SERINGA A3 1,2G EMBALAGEM C/ 1 SERINGA 1,2 G E 5 PONTAS APLICADORAS.	BIODINAMICA	UNIDADE	150	6,78	1.017,00
305	ROLETE ALGODÃO DENTAL PACOTE COM 100 UNIDADES	SS PLUS	UNIDADE	600	2,42	1.452,00

306	SACO DE GESSO PEDRA (25KG)	STARGESSO	UNIDADE	30	113,69	3.410,70
307	SERINGA CARPULE	BRASVAL	UNIDADE	100	31,45	3.145,00
308	SINDESMOTOMO	KONNEN	UNIDADE	50	6,33	316,50
309	SOLUÇÃO DE DAKIN GARRAFA C/ 1 LITRO	IODONTOSUL	UNIDADE	30	13,23	396,90
310	SOLUÇÃO DE LABARRAQUE GARRAFA C/ 1 LITRO	IODONTOSUL	UNIDADE	30	13,23	396,90
313	SONDA EXPLORADORA 05	FAVA	UNIDADE	100	6,54	654,00
TOTAL						407.789,15

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00018/2024, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Alexandria, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00018/2024, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, à metada do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.
O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00018/2024 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- W S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.
10.212.250/0001-49
Valor: R$ 407.789,15

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Alexandria.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE	***W S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME***
Prefeito Constitucional	

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:8CAD1B47

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 09/2025 – PMBF/SEMEC - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

EDITAL Nº 09/2025 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

"CHAMAMENTO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL, OBJETIVANDO A SELEÇÃO DE ENTIDADES CONSTITUITAS E COLETIVOS CULTURAIS COM RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL ALDIR BLANC, LEI 14.399/2022".

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Baía Formosa/RN.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Baía Formosa por meio da Secretária Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento)e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
1.1 – Este Edital tem por objetivo selecionar Organizações da Sociedade Civil, coletivos culturais sem CNPJ, empresas culturais, para concessão de subsídio cultural, através de transferência voluntária, as quais tenham atividades desenvolvidas nas diversas áreas, como forma de manutenção e fortalecimento das diversas linguagens artísticas do município de Baía Formosa/RN.
1.2 – Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
1	Lançamento do edital	12 de maio de 2025
2	Inscrições da proposta	13 a 20 de maio de 2025
3	Habilitação de documentos	21 e 22 de maio de 2025
4	Divulgação do resultado provisório da habilitação	23 de maio de 2025.
5	Recebimento de recurso e julgamento	26 e 27 de maio de 2025
6	Divulgação final de habilitação	28 de maio de 2025
7	Análise do mérito cultural	29 e 30 de maio de 2025
8	Divulgação provisória dos contemplados	29 de maio a 02 de junho de 2024
9	Recebimento de recurso e julgamento	03 e 04 de junho de 2025
10	Aferição das políticas afirmativas	03 e 04 de junho de 2025
11	Aplicação de pontuação extra	03 e 04 de junho de 2025
12	Divulgação final do resultado do mérito	05 de junho de 2025
13	Informe de contas e Assinatura do Termo de Execução Cultural	06 a 10 de junho de 2025
14	Realização de pagamentos	Até 30 de junho de 2025

1.3 - O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 9.000,00 (Nove mil reais), para atendimento de associações culturais, empresas culturais, espaços culturais e coletivos culturais.
2. DESCRIÇÃO DA MODALIDADE

CATEGORIA DE APOIO	**Nº DE CONCESSÕES**	**VALOR POR SUBSÍDIO**	**VALOR TOTAL**
Concessão de subsídio cultural para entidades culturais com ou sem CNPJ	01	R$ 9.000,00	R$ 9.000,00

2.1 – Quando não houver número de inscritos ou contemplados dentro das vagas ofertadas, os valores das sobras deverão ser destinados a aquisição de bens culturais.
2.2 – A despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária, Conforme Lei 749/2024, de 04 de dezembro de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentária, Natureza de Despesa: 335041 – contribuições – 339048 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas - PF.

3. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

3.1 – O apoio financeiro será concedido para o fortalecimento de instituições culturais, coletivos culturais e empresas culturais, com desenvolvimento nas diversas áreas culturais, será orientado as seguintes características:

a. Subsídio cultural: Refere-se ao apoio financeiro exclusivo para Organizações da Sociedade Civil, coletivos culturais e empresas culturais com reconhecida atuação comprovada no setor artístico cultural nos últimos 24 meses, podendo ser identificado no Cadastro Cultural do município.

b. Custeio de despesas – O custeio de despesas será permitido para aluguel de espaço, pagamento de água, luz, telefone, contador, tributos, restauração de figurinos, conserto de equipamentos e demais despesas de custeio em atividades culturais que as enidades já desenvolvem.

c. Não serão permitidos custeio de despesas como aluguel, água, luz, telefone, reformas, quando se tratar de uma residência fixa do representante da entidade cultural, associação, coletivo ou empresa cultural. O espaçoço precisa ser exclusivo da entidade ou em casos de divisão com outras entidades afins.

3.2 – Todas as propostas deverão ser acompanhadas das evidências em atividades artísticos culturais de forma contínua há pelo menos 12 meses, antes da inscrição, a ser comprovada através de fotos, links, materiais e outros documentos, organizados em formato de portfólio.

3.3 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica como comprovações de atividades culturais, documento utilizado para procedimentos inerentes a outros formatos de contratações públicas, previstos na Lei 14.133/2021.

4. QUEM PODE SE INSCREVER?

4.1 – Poderão participar deste edital:

a) Pessoas jurídicas sem fins lucrativos e com fins lucrativos;

b) Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física;

c) Proponente pessoa jurídica ou coletivo cultural com constituição e funcionamento no Município, há pelo menos 12 meses.

4.2 – O proponente é a pessoa física ou pessoa jurídica, responsável pela solicitação do subsídio cultural.

4.3 – Na hipótese de proponentes que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica – sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, conforme modelo constante no anexo III.

4.4 – Os coletivos culturais deverão informar o número mínimo de seis (6) integrantes, seguido de assinaturas e informes de documentos.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER?

5.1 – Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

I. Representantes de agentes culturais que sejam menores de 18 anos;

II. Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

III. Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do Chefe do Executivo, da Secretária Municipal de Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Cidadania, órgão responsável pelo edital;

IV. Sejam membros de Poder pertencentes ao Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Executivo.

V – Agentes culturais contemplados com recursos da PNAB 2024, por meio de editais 06/2024 e 07/2024.

5.2 – O proponente que integrar Conselho Municipal de Política Cultural, representante de coletivo ou entidade cultural, poderá se inscrever, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.

5.3 – É terminantemente proibido apresentação de projetos intermediados por terceiros ou por procuração.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Farão jus ao benefício referido no item 1.1. do Edital, os coletivos culturais e artísticos, microempresas e pequenas empresas culturais, organizações culturais, cooperativas e instituições culturais que comprovarem sua inscrição e a respectiva homologação em, pelo menos, um dos seguintes cadastros:

a. Cadastro Estadual de Cultura;

b. Cadastro Municipal de Cultura/Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

c. Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

d. Cadastro Estadual de Pontos e Pontões de Cultura;

e. Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);

f. Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);

6.2 - As entidades deverão apresentar ficha de inscrição, da qual constarão informações de suas atividades continuadas, conforme modelo do ANEXO I, deste Edital.

6.3 - Não podem receber o subsídio cultural, os espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados, ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

6.4 - A Comissão de Avaliação de Projetos Culturais poderá solicitar informações e/ou documentos complementares para esclarecer eventuais inconformidades.

6.5 - O pagamento dos recursos do subsídio cultural fica condicionado à apresentação das certidões negativas ou positivas com efeitos negativos, devidamente atualizadas.

7 – DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO

7.1 - As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulando no item 1.2, podendo ser prorrogado por decisão do gestor municipal.

7.2 - O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da Secretário Municipal de Educação e Cultura, à Avenida João Ferreira de Souza, nº 123, Centro, CEP.: 59.194-000, Baía Formosa/RN, no horário de expediente de segunda a quinta-feira, e nas sextas-feiras das 08h às 12h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.

7.3 – A inscrição se dará ainda por meio eletrônico com propostas enviadas para o e-mail semecbf@gmail.com contendo todos os documentos assinados, em arquivo PDF, até às 23h59min, do último dia de inscrição.

7.4 – Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, devendo não serem avaliadas.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1 – Na etapa de habilitação será avaliado o preenchimento de todos os anexos obrigatórios, e o atendimento às condições previstas nos itens 9 e 10.

8.2 – Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretário Municipal de Educação e Cultura ou designada pelo Chefe do Executivo.

8.3 - A lista de habilitados e inabilitados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN (www.baiaformosa.rn.gov.br).
8.4 – Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail semecbf@gmail.com dentro do prazo previsto neste edital, anexo VI.

9 – HABILITAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:

a. Ficha de inscrição, contendo informações sobre as ações continuadas de atividades, conforme modelo do ANEXO I, deste Edital;
b. Solicitação de subsídio cultural e declaração de ciência da necessidade de contrapartida e de prestação de contas, conforme modelo do ANEXO II, deste Edital;
c. Proposta de contrapartida em serviço gratuito voltado para escolas públicas ou para população em geral, ANEXO IV, deste Edital;
d. Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
e. Cópia atualizada do contrato social para empresas ou estatuto para Organizações da Sociedade Civil e suas alterações;
f. Cópia de ata do representante legal, quando se tratar de Organização da Sociedade Civil;
g. Cópia do RG e CPF representante legal da pessoa jurídica;
h. Comprovante de residência (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do representante legal e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de Residência, conforme anexo V, anexando o comprovante;
i. Comprovante de inscrição em pelo menos um dos cadastros solicitados no item 6.1;
j. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
k. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estadual;
l. Certidão de Débitos Municipal;
m. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
n. Certidão de Regularidade Fiscal da Caixa Econômica Federal;
o. Portifólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural).

10 – PESSOA FÍSICA, RESPONSÁVEL POR COLETIVO CULTURAL:
a. Ficha de inscrição, contendo informações sobre as ações continuadas de atividades, conforme modelo do ANEXO I, deste Edital;
b. Solicitação de subsídio cultural e declaração de ciência da necessidade de contrapartida e de prestação de contas, conforme modelo do ANEXO II, deste Edital;
c. Proposta de contrapartida em serviço gratuito voltado para escolas públicas ou para população em geral, ANEXO IV, deste Edital;
d. Comprovante de inscrição em pelo menos um dos cadastros solicitados no item 6.1;

e. Declaração de representante de coletivo, assinado por pelo menos 6 (seis) integrantes maiores de 18 anos, conforme Anexo III;
f. Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
g. Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de residência, conforme anexo V, anexando o comprovante;
h. Certidão Negativa de Débito Municipal;
i. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;
j. Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
k. Portifólio do coletivo cultural (documento contendo fotos, matérias, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural).
10.1 – Os proponentes selecionados deverão abrir contas específicas para recebimentos dos recursos e informar ao órgão responsável pelo edital após o anúncio do resultado final.
10.2 – O proponente é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
10.3 – Cada Proponente poderá concorrer neste edital com apenas uma solicitação, sendo avaliado o último envio, em caso de duplicidade.
10.4 – O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação.

11 – DOS CRITÉRIOS E SELEÇÃO DE PROPOSTAS
11.1 – A análise das solicitações de subsídios culturais será realizada por uma Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos, informados previamente pela Secretário Municipal de Educação e Cultura.
11.2 – Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
a) Tenham interesse direto na matéria;
b) Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou esteja participado da instituição proponente ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge, ou companheiro.
11.3 – O membro da Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.
11.4 – Para esta seleção serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

INDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	Tajetória cultural, artístico e cultural do proponente ***(Aplicar um ponto para cada ano de comprovação, não ultrapassando a nota máxima)***	10 pontos
B	Relevância das atividades culturais desenvolvidas pela entidade nos últimos 24 meses ***(analisar os aspectos formativos, participativos e realizações)***	20 pontos
C	Premiações culturais, participação em editais e eventos com outras entidades.	10 pontos
D	Proposta de contrapartida	10 pontos
E	Aspectos de integração comunitária e ações voltadas para as comunidades de difícil acesso;	20 pontos
F	Alcance social e geográfico – Analisar as ações formativas, sociais, educacionais desenvolvidas nas diversas regiões da cidade e estado.	10 pontos
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS..... 80		

11.5 - Além da pontuação acima, o proponente receberá bônus de pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação
I	Pessoa jurídica ou coletivo cultural com representantes na diretoria que sejam pessoas negras ou indígenas	5
J	Pessoa jurídica ou coletivo cultural com representante legal mulheres	5
L	Pessoa jurídica ou coletivo cultural sediadas em comunidades da zona rural	5
M	Pessoa jurídica ou coletivo cultural com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

11.6 – A entidade que não atingir o ponto de corte, equivalente a 40 pontos, será desclassificada.
11.7 – A nota da Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos será aplicada de forma coletiva, vedado nota individual.
11.8 - Em caso de empate na nota final serão selecionadas as propostas com melhor pontuação, conforme os seguintes critérios:
a. maior pontuação no item A;
b. maior pontuação no item B;
c. maior pontuação no item F.
11.9 - Persistindo o empate, a Comissão de Avaliação estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.
11.10 – A Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos indicará uma lista de suplentes. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.
11.11 – A relação dos pré-selecionados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN (www.baiaformosa.rn.gov.br)
11.12 – Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretária Municipal de Educação e Cultura, através do e-mail semecbf@gmail.com dentro do prazo estipulado no cronograma.
11.13 – Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

11.14 – Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial e no site da Prefeitura de Baía Formosa/RN (www.baiaformosa.rn.gov.br).

12 - REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
12.1 – Na hipótese de ausência de vagas não preenchidas pelo número ofertado, os recursos serão destinados, para aquisição de bens culturais.

13 - DA CONTRAPARTIDA
13.1 - Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e as organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto neste Edital ficarão obrigados a garantir como contrapartida, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento informado a Secretário Municipal de Educação e Cultura.

14 – DA ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS
14.1 – O proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo estipulado de forma presencial (Anexo VII).
14.2 – O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Baía Formosa/Secretária Municipal de Educação e Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
14.3 – Durante a assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária aberta especificamente, em qualquer banco, para o recebimento dos recursos deste Edital, em parcela única, dentro do cronograma estipulado neste edital.
14.4 – A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
14.5 – Será observado a validade das certidões negativas, devendo o proponente estar em dia com sua regularidade fiscal até a fase de pagamento.

14.6 – O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
14.7 – Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por 60 dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor.
14.8 – A prorrogação de prazos para execução de projetos culturais, deverá ser autorizada pelo órgão gestor, sob justificativa do proponente.

15 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
15.1 – A utilização dos recursos do subsídio cultural não deverá ultrapassar 180 dias, a contar da data de recebimento.
15.2 - O beneficiário do subsídio previsto neste Edital deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município, em até 60 (sessenta) dias após total utilização dos recursos.
15.3 – A referida prestação de contas estará sujeita a publicidade e regramento previsto na Lei de Acesso à Informação.
15.4 - A prestação de contas deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.
15.5 - Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas pelo proponente em ações públicas anteriores há 12 meses.
16 - DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1 – O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no site da prefeitura de Baía Formosa e nas mídias sociais oficiais.
16.2 – O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site (www.baiaformosa.rn.gov.br) e podem ser solicitados pelo e-mail semecbf@gmail.com canal utilizado para dúvidas e demais informações.
16.3 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Baía Formosa/Secretária Municipal de Educação e Cultura, não cabendo quaisquer recursos contra as suas decisões.
16.4 – Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

16.5 – O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Baía Formosa/Secretária Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.

16.6 – A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, Lei 14.399/2022 (Programa Nacional Aldir Blanc), Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura) no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).
16.7 - O valor do subsídio cultural repassado deve ser utilizado integralmente para o pagamento de despesas de manutenção de atividades culturais, objeto deste Edital, estando seu responsável sujeito as penalidades legais, em caso de descumprimento.
16.8 - Na ocorrência de desvio de finalidade do objeto deste Edital, o contemplado obriga-se a devolver os recursos recebidos, atualizados de acordo com a legislação vigente à época em que se realizará a respectiva quitação.
16.9 - Este edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.
16.10 – O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.
16.11 – Compõem este Edital os seguintes anexos:
a. Anexo I - Formulário de Inscrição;
b. Anexo II – Solicitação de subsídio e declaração de ciência;
c. Anexo III – Declaração de representante de coletivos culturais;
d. Anexo IV – Declaração de contrapartida;
e. Anexo V – Declaração de residência;
f. Anexo VI – Formulário de recurso;
g. Anexo VII – Termo de Execução Cultural;
h. Anexo VIII – Relatório de Execução do Objeto.

Baía Formosa/RN, 12 de maio de 2025.

CAMILA VERAS DE MELO CAVALCANTE
Prefeita Municipal

LAÍS FERREIRA DOS SANTOS MADEIROS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL

Nome da instituição cultural:			
CNPJ (Quando houver):			
Endereço:		Nº	
CEP.:		UF	
Cidade:			
E-mail			
Telefone:			
Site:			
Instagram:			
Página na internet:			
Nome do Responsável:			
CPF do Responsável:			

2 - Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Não Binária ( ) Não informar.

3 - Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

4 - Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não
5 - Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
( ) Outra, indicar qual .

6 - Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo ( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

7 – BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE CULTURAL:
_____.
8 – DESCREVA AS PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS ÚLTMOS 12 MESES:
(Anexar comprovações que permitam visualizar o descritivo)

_____.

9 – PÚBLICO-ALVO: (Para quem as atividades promovidas são direcionadas e qual a faixa etária do público).

.

10 – A ENTIDADE FOI SELECIONADA EM ALGUM CONCURSO OU EDITAL NOS ÚLTIMOS ANOS?
( ) SIM ( )NÃO

Em caso afirmativo, quais foram, quando ocorreram?

__.

11 – DETALHE SE O COLETIVO OU ENTIDADE CULTURAL REALIZA AÇÕES VOLTADAS PARA ÁREAS PERIFÉRICAS URBANAS, ÁREAS RURAIS, QUILOMBOLAS, COMO PRÁTICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS.

__.

12 – QUAIS AS MEDIDADAS DE ACESSIBILIDADE QUE A ENTIDADE APLICA NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO ESPECÍFICO?

__.

13 - SOBRE O LOCAL DE FUNCIONAMENTO, ELE É:
( ) ALUGADO ( ) CEDIDO
( ) PRÓPRIO
( ) RESIDÊNCIA DO RESPONSÁVEL
( ) OUTRO

14 - FORMAS DE MANUTENÇÃO DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL:
( ) CONTRIBUIÇÕES DOS ASSOCIADOS ( ) INGRESSOS
( ) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
( ) LEIS DE INCENTIVO/EDITAIS ( ) MENSALIDADES
( ) RECURSOS PÚBLICOS ( ) RECURSOS PRIVADOS
( ) OUTROS – ESPECIFICAR: -

15 – ÁREA DE ATUAÇÃO:
( ) PONTOS E PONTÕES DE CULTURA; ( ) PONTO DE MEMÓRIA;
( ) ESPETÁCULOS DE DANÇA, COMPANHIA E COLETIVO DE DANÇA; ( ) MÚSICA, ESTÚDIO
( ) CIRCOS, PALHÇARIA; ( ) CINECLUBES;
( ) CENTROS CULTURAIS, CASAS DE CULTURA E CENTROS DE TRADIÇÃO REGIONAIS;
( ) MUSEUS COMUNITÁRIOS, CENTROS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO;
( ) BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS;
( ) CENTROS ARTÍSTICOS, CAPOEIRA E CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS; ( ) COMUNIDADES QUILOMBOLAS;
( ) FESTAS POPULARES, INCLUSIVE O CARNAVAL E O SÃO JOÃO, E OUTRAS DE CARÁTER REGIONAL; TEATRO DE RUA E DEMAIS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS REALIZADAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS;
( ) RÁDIOS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO; ( ) LIVRARIAS, EDITORAS E SEBOS;
( ) PRODUTORAS DE CINEMA E AUDIOVISUAL;
( ) ATELIÊS DE PINTURA, MODA, DESIGNE ARTESANATO; ( ) GALERIAS DE ARTE E DE FOTOGRAFIAS;
( ) FEIRAS DE ARTE E DE ARTESANATO;
( ) ESPAÇOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL;
( ) ESPAÇOS DE LITERATURA, POESIA E LITERATURA DE CORDEL;
( ) ESPAÇOS E CENTROS DE CULTURA ALIMENTAR DE BASE COMUNITÁRIA, AGROECOLÓGICA E DE CULTURAS ORIGINÁRIAS, TRADICIONAIS E POPULARES; ( ) OUTROS – ESPECIFICAR:

16 – INTEGRA ALGUM DOS CADASTROS ABAIXO, QUAL?
( ) Cadastro Estadual de Cultura;
( ) Cadastro Municipal de Cultura;
( ) Cadastro Nacional de Pontos Pontões de Cultura; ( ) Cadastro Estadual de Pontos e Pontões de Cultura; ( ) Cadastro Nacional de Ponto de Memória;
( ) Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);
( ) Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);
( ) outros-especificar: .
17 – INTEGRA ALGUM REDE OU MOVIMENTO CULTURAL?
( ) SIM ( ) NÃO
Em caso afirmativo, informe abaixo!

__.

19 - QUAL A MÉDIA DO CUSTO MENSAL PARA MANUTENÇÃO DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL?

ITEM	DESCRIÇÃO DA DESPESA	VALOR MÉDIO MENSAL
01	Água	
02	Luz	
03	Internet	

04	Serviço de limpeza	
05	Aluguel de sede	
06	Manutenção de figurino	
08	Contador	
09	Telefone	
10	Transporte	

***Se houver outros itens pode ser acrescentado na tabela e os que não constarem como item de despesas, pode ser retirados.**

20 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas que serão custeadas pela entidade ou coletivo culturais com o beneficío do subsídio cultural.

Item	Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ex.: aluguel de sede	Mês	3	R$ 300,00	R$ 900,00
2	Ex.: Restaução de figurno	Serviço	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
3	Ex.: kit mterual de limpeza	Unidade	1	R$ 400,00	R$ 400,00

21 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Há mais informações, dados, referências que queira destacar?

__.

Baía Formosa/RN, de de 2025.

_____
NOME DA ENTIDADE OU COLETIVO
NOME DO RESPONSÁVELCPF DO RESPONSÁVEL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CULTURA
AV. JOÃO FERREIRA DE SOUZA, 123 – CENTRO – CEP.: 59.194-000 BAÍA FORMOSA/RN

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO II
SOLICITAÇÃO DE SUBSÍDIO E DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA
A Sua Senhoria, a Senhora,
LAÍS FERREIRA DOS SANTOS MADEIROS
Secretária Municipal de Educação e Cultura Baía Formosa/RN

Assunto: Solicitação de subsídio cultural e declaração de ciência.

Prezada Senhora,
Encaminho a Vossa Senhoria solicitação de subsídio cultural para entidade cultural
CNPJ (quando houver) , neste ato, representada pelo Sr (a). , RG CPF. -_, residente e domiciliado à Rua nº_CEP. -_, no município de Baía Formosa/RN, de acordo com critérios estabelecidos no **EDITAL Nº 07/2024 – Edital de Chamamento Público para Concessão de Subsídio Cultural a Entidades e Coletivos Culturais,**
Declaro:
– Estar de acordo com as normas do **Edital Nº 07/2024;**
– Que as informações contidas na ficha de inscrição são de minha inteira responsabilidade, podendo vir a ser comprovadas a qualquer tempo;
– Que estou ciente da necessidade de contrapartida social preferencialmente para alunos de escolas públicas do município ou atividades públicas voltadas para a comunidade de forma gratuita;
– Que estou ciente da necessidade de apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município, em até 60 (Sessenta) dias após o recebimento da última parcela do subsídio.

Baía Formosa/RN, de de 2025 Atenciosamente,

_____
Nome do responsável pela Instituição coletivo
Documento de Identidade (tipo, número e órgão de expedição):

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CULTURA
AV. JOÃO FERREIRA DE SOUZA, 123 – CENTRO – CEP.: 59.194-000 BAÍA FORMOSA/RN

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO- CULTURAL

GRUPO ARTÍSTICO:

DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:
NOME:
RG:
CPF:
ENDEREÇOS COMPLETO:
E-MAIL:
TELEFONE:

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	DADOS PESSOAIS	ASSINATURAS

Baía Formosa/RN, de de 2025.

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS
ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA SOCIAL

Declaro que sou ciente que devo realizar a contrapartida social referente aos recursos recebidos do Programa Nacional Aldir Blanc, incluída obrigatoriamente a realização atividade gratuita, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e/ou o direcionamento à rede de ensino da localidade.
Também, declaro, ter ciência de que a contrapartida social será desenvolvida em acordo com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Em oportuno, informa que será realizada a atividade
, ofertada como contrapartida social
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar sanções criminais.

Baía Formosa/RN, / /

___
Nome completo e assinatura do declarante

EDITAL Nº 009/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO V DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(Lei Nº. 7.115/83)
(Apenas para Pessoa Física)

Eu documento de identidade órgão exp. CPF
nacionalidade naturalidade telefone (DDD e n°) celular e-mail
na falta de documentos para comprovação de residência, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de há anos, e atualmente no endereço

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Baía Formosa/RN, de de 2025.

_____
Nome completo e assinatura do declarante

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO VI
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 07/2024 – Edital de Chamamento Público para Concessão de Subsídio Cultural a Entidades e Coletivos Culturais, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

_____.
Baía Formosa/RN, de de 2025.

_____
Nome completo e assinatura do declarante

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO VI
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Prefeitura Municipal de Baía Formosa/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital 07/2024 – Edital de Chamamento
Público para Concessão de Subsídio Cultural a Entidades e Coletivos Culturais, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

_____.
Baía Formosa/RN, de de 2025.

____
Nome completo e assinatura do declarante

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº XXX/2024, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO SUBSÍDIO CULTURAL PARA ENTIDADES, COLETIVOS, INSTITUIÇÕES CULTURAIS, POR MEIO DE APOIO FINANCEIRO, EDITAL nº 07/2024 – *EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA) DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB).

1. PARTES
1.1 – A Prefeitura Municipal de Baia Formosa/RN, neste ato representado por [AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], Senhor(a) [INDICAR NOME DA AUTORIDADE QUE ASSINARÁ PELO ENTE FEDERATIVO], e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL
CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES],
resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 – Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de apoio a espaços culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1 – Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro por meio de subsídio cultural ao agente cultural [INDICAR NOME DO AGENTE], contemplado através do edital 07/2024 – Chamamento Público para Concessão de Subsidio Cultural a entidades e coletivos culturais.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1 – Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO]____reais).
4.2 – Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 – Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 – São obrigações da Prefeitura Municipal de Baia Formosa/Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I) Transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) Orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) Analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) Zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) Adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) Monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na

6.2 – São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) Executar a ação cultural aprovada;
II) Aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) Manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) Facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) Prestar informações à Prefeitura Municipal de Baia Formosa/Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto apresentado no prazo máximo de 60 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) Atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Baia Formosa/Secretaria Municipal de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) Divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos do Governo Municipal, Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) Não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) Guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) Não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e
II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
IV – Extrato de conta corrente com as comprovações de pagamentos, bem como, o termo de encerramento de conta específica.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 - O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

7.3.1 – O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, 120 dias, contado do recebimento da notificação.
7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 – A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 – Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 - A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 – Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 – Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 – O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c. Violação da legislação aplicável;
d. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
e. Má administração de recursos públicos;
f. Constatação de falsidade ou fraude nas informações, ou documentos apresentados;
g. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 – Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 – Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes, ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 – A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 – A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural dicará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultura será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicados.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Baia Formosa/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de Baia Formosa/RN para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Baia Formosa/RN, de de 2025.

Pelo Órgão:
[Nome Do Representante]

Pelo Agente Cultural:
[Nome Do Agente Cultural]

EDITAL Nº 09/2024 – PMBF/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL A ENTIDADES E COLETIVOS CULTURAIS

ANEXO VIII
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROPONENTE:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS SUBSÍDIO CONCEDIDO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução financeira, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas com o recurso financeiro foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas pela entidade cultural
Descreva as ações desenvolvidas com a utilização do subsídio cultural. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pela entidade, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração.

4. DIVULGAÇÃO DO RECURSOS RECEBIDO

Informe como o recurso foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram
5. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.
6. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou ações culturais, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, extratos bancários, notas fiscais, recibos entre outros.

Baía Formosa/RN, de 2025.

_____
Nome completo e assinatura do responsável

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:4FACFAC0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa PHARMAPLUS LTDA, inscrita no CNPJ: 03.817.043/0001-52, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **PHARMAPLUS LTDA**		
CNPJ: **03.817.043/0001-52**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA JOÃO DOMINGOS SOBRINHO, 91 , MANOELA VALADARES, AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE, CEP: 56800-000**		
Representante: **Joseph Domingos da Silva** - CPF: **125.517.594-04**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
10	0001658 - Clomipramina, cloridrato 10mg	EMS	Comprimi	2000,000000	1,070	2.140,00
15	0001663 - Clorpromazina, cloridrato 100 mg	GENOM	Comprimi	40000,000000	0,280	11.200,00
20	0001668 - Diazepam 5 mg	SANTISA	Comprimi	80000,000000	0,050	4.000,00
22	0005110 - Fenitoina sódica 100mg	TEUTO	Comprimi	35000,000000	0,170	5.950,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Pharmaplus LTDA
CNPJ: 03.817.043/0001-52
JOSEPH DOMINGOS DA SILVA
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:8435AFFE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO LTDA, inscrita no CNPJ: 07.055.280/0001-84, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO LTDA**		
CNPJ: **07.055.280/0001-84**	Telefone: **84 3314-5452**	Email:
Endereço: **RUA EDMAR FRANCISCO PEREIRA , 508 , AEROPORTO, Mossoró/RN, CEP: 59607-240**		
Representante: **FRANCISCO WILTON CAVALCANTE MONTEIRO** - CPF: **913.109.894-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0001651 - Bromazepam 3mg	TEUTO	Comprimi	50000,000000	0,090	4.500,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

F. Wilton Cavalcante Monteiro LTDA
CNPJ: 07.055.280/0001-84
FRANCISCO WILTON CAVALCANTE MONTEIRO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:9918C283

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa DROGAFONTE LTDA , inscrita no CNPJ: 08.778.201/0001-26, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DROGAFONTE LTDA**		
CNPJ: **08.778.201/0001-26**	Telefone: **81 2102-1819**	Email:
Endereço: **RODOVIA BR 101 NORTE, S/N, KM 56,6, GALPÕES 01 E 02, JARDIM PAULISTA, PAULISTA/PE CEP: 53409-260**		
Representante: **MARIA EMILIA DE SOUZA FERRAZ** - CPF: **056.537.014-67**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0001650 - Biperideno, cloridrato 2mg	CRISTALIA	Comprimi	60000,000000	0,270	16.200,00
5	0001653 - Carbamazepina 20mg/ml	HIPOLABOR	FRASCOS	2000,000000	7,000	14.000,00
6	0001654 - Carbamazepina 200mg	HIPOLABOR	Comprimi	100000,000000	0,160	16.000,00
16	0001664 - Clorpromazina, cloridrato 25 mg	CRISTALIA	Comprimi	40000,000000	0,280	11.200,00
17	0001665 - Clorpromazina, 25mg	CRISTALIA	Comprimi	30000,000000	0,280	8.400,00
26	0001674 - Fenobarbital 40mg/ml	UNIÃO QUIMICA	FRASCOS	1000,000000	4,640	4.640,00
27	0005112 - FENTANILA 0,05 MG-10ML	HIPOLABOR	Ampolas	1000,000000	3,190	3.190,00
31	0001679 - Haloperidol 1 mg	CRISTALIA	Comprimi	2000,000000	0,160	320,00
33	0001681 - Haloperidol 5mg	UNIÃO QUIMICA	Comprimi	70000,000000	0,100	7.000,00
34	0005115 - Haloperidol 5mg ML	UNIÃO QUIMICA	Ampolas	600,000000	1,660	996,00
36	0001684 - Levomepromazina 100mg	HIPOLABOR	Comprimi	30000,000000	0,650	19.500,00
37	0001685 - Levomepromazina 25mg	CRISTALIA	Comprimi	30000,000000	0,500	15.000,00
39	0001687 - Midazolam 5mg/ml 10 ml	HIPOLABOR	Ampolas	600,000000	3,030	1.818,00
40	0001688 - Midazolam 5mg/ml 3 ml	HIPOLABOR	Ampolas	600,000000	1,770	1.062,00
41	0001689 - Morfina 0,2 mg/ml	UNIÃO QUIMICA	Ampolas	600,000000	4,410	2.646,00
42	0001690 - Morfina 10 mg/ml	HIPOLABOR	Ampolas	1000,000000	2,310	2.310,00
49	0001697 - Paracetamol+Codeina 500/30mg	GEOLAB	Comprimi	2400,000000	0,400	960,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Drogafonte LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26
MARIA EMILIA DE SOUZA FERRAZ
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	____.____.____ - ___
2ª		CPF:	____.____.____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:714CC9FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES**

COSTA, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA, inscrita no CNPJ: 25.279.552/0001-01, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA**		
CNPJ: **25.279.552/0001-01**	Telefone: **8131177773**	Email:
Endereço: **CH 32 GLEBA 5-A PROLONGAMENTO DA RUA TRINDAD, 0 , ZONA RURAL, Ouro Verde do Oeste/PR, CEP: 85933-000**		
Representante: **MAICON UILIANS BACKES** - CPF: **040.825.149-29**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
45	0001693 - Nortriptilina, cloridrato 10mg		Cápsulas	2000,000000	1,160	2.320,00
52	0001700 - Tramadol 50mg		Cápsulas	4000,000000	0,140	560,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Distribuidora De Medicamentos Backes LTDA
CNPJ: 25.279.552/0001-01
MAICON UILIANS BACKES
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:D08017E3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 10.538.476/0001-34, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**		
CNPJ: **10.538.476/0001-34**	Telefone:	Email:
Endereço: **R LEONARDO TEIXEIRA, 246 , AEROPORTO, MOSSORO/RN, CEP: 59607-640**		
Representante: **OSEAS MONTHALGGAN FERNANDES COSTA** - CPF: **054.799.774-40**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	0001652 - Bromazepam 6mg	TEUTO	Comprimi	50000,000000	0,140	7.000,00
7	0001655 - Carbamazepina 400mg	TEUTO	Comprimi	40000,000000	0,440	17.600,00
8	0001656 - Carbonato de lítio 300mg	BIOLAB	Comprimi	40000,000000	0,220	8.800,00
9	0001657 - Cetamina 50mg/ml - 10ml	CRISTALIA	Ampolas	100,000000	27,000	2.700,00
13	0001661 - Clonazepam 2,0mg/ml	GEOLAB	Comprimi	140000,000000	0,050	7.000,00
19	0001667 - Diazepam 10 mg	SANTISA	Comprimi	100000,000000	0,050	5.000,00
21	0001669 - Diazepam 5mg/ml	SANTISA	Ampolas	1200,000000	0,920	1.104,00
23	0005111 - Fenitoina sódica 50 mg/ml	HIPOLABOR	Ampolas	1000,000000	2,650	2.650,00
25	0001673 - Fenobarbital 100mg/ml	HIPOLABOR	Ampolas	600,000000	2,950	1.770,00
30	0001678 - Fluoxetina 20mg	TEUTO	Cápsulas	120000,000000	0,070	8.400,00
46	0001694 - Nortriptilina, cloridrato 25 mg	CELLERA	Cápsulas	2000,000000	0,310	620,00
47	0001695 - Nortriptilina, cloridrato 50 mg	CELLERA	Cápsulas	2000,000000	0,490	980,00
48	0001696 - Nortriptilina, cloridrato 75 mg	RANBAXY	Cápsulas	2000,000000	0,690	1.380,00
53	0008781 - Valproato de sódio 288mg (equivalente a 250mg ácido valproico de sodio 500mg	BIOLAB	Cápsulas	30000,000000	0,380	11.400,00
54	0001702 - Valproato de sódio 500mg	BIOLAB	Cápsulas	40000,000000	0,720	28.800,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

DISMED - Distribuidora De Medicamentos LTDA
CNPJ: 10.538.476/0001-34
OSEAS MONTHALGGAN FERNANDES COSTA
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:93DB162D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CIRURGICA MONTEBELLO LTDA , inscrita no CNPJ: 08.674.752/0001-40, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CIRURGICA MONTEBELLO LTDA**		
CNPJ: **08.674.752/0001-40**	Telefone:	Email:
Endereço: **RODOVIA BR 101, SUL, KM 80, S/N, GALPÃO A,B,C, JARDIM JORDÃO, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE, CEP: 54.320-230**		
Representante: **JORGE LUIZ AZEVEDO DE OLIVEIRA** - CPF: **666.668.724-87**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
11	0001659 - Clomipramina, cloridrato 25mg	EMS LTDA	Comprimi	2000,000000	0,990	1.980,00
24	0001672 - Fenobarbital 100mg	CRISTALIA	Comprimi	80000,000000	0,140	11.200,00
32	0001680 - Haloperidol 2 mg/ml	UNIÃO QUIMICA	FRASCOS	1000,000000	3,390	3.390,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito

Cirurgica Montebello LTDA
CNPJ: 08.674.752/0001-40
JORGE LUIZ AZEVEDO DE OLIVEIRA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ___
2ª		CPF:	_____._____._____ - ___

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:D0BC18F2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2025

Processo nº 14/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 2/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2025

Aos 27 de fevereiro de 2025, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 40.787.152/0001-09, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJINHO/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **CIRUFARMA COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **40.787.152/0001-09**	Telefone: **84 3213-6910**	Email:
Endereço: **RUA PRESIDENTE QUARESMA , 1105 ANEXO 1001, ALECRIM, Natal/RN, CEP: 59031-100**		
Representante: **VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO** - CPF: **105.939.694-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0001705 - Amitriptilina, cloridrato 25mg	E M S	Comprimi	140000,000000	0,040	5.600,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.

Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.

Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365

A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;
2.3. impedimento de licitar e contratar e

2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 2/2025, e a proposta da empresa registrada.
Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2025

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito

Cirufarma Comercial LTDA
CNPJ: 40.787.152/0001-09
VICENTE DE PAULO AVELINO SOBRINHO
Socio Administrador

TESTEMUNHAS:

1ª		CPF	_____._____._____ - ____
2ª		CPF:	_____._____._____ - ____

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:1E3C2070

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, para contratação de empresa para a aquisição de equipamentos permanente para a devida prestação da assistência à saúde da população de Caiçara do Norte/RN. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Irmã Aloizia, Centro – Caiçara do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: setordecomprascn@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		**Nº**	**BAIRRO:**
CIDADE		**UF:**	**CEP:**
TELEFONE		**PESSOA P/ CONTATO:**	
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: Futura aquisição de equipamentos permanente para a devida prestação da assistência à saúde da população de Caiçara do Norte/RN, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente.
ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	AUTOCLAVE 75 L	UND	02		

silencioso – Instalação descomplicada
– Câmara de esterilização em aço inoxidável – Painel analógico em teclado de membrana e controle termodinâmico de temperatura e pressão automático, com acompanhamento através de manômetro/termômetro e indicadores luminosos
– Fecho da tampa de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial – Sistema de porta com construção dupla totalmente em aço carbono e aço inox laminado – Guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização – Operação fácil e automática que permite a seleção de diferentes ciclos – Eficiente secagem do material e com opção de ciclos extras – Utiliza água limpa a cada ciclo para melhor qualidade de vapor – Sistemas de segurança que controlam todo o ciclo e previnem falhas de operação e/ou funcionamento – Desligamento automático em caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água; – Produto resistente, de fácil instalação, operação e manutenção – Ampla rede de assistências técnicas com atendimento por profissionais capacitados – Registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária sob o N° 81617740003.
DETALHES TÉCNICOS:
Capacidade de 75 litros. Câmara de esterilização em aço inox AISI 304, Visor Digital com indicação de valores relativos ao funcionamento da autoclave. Sistemas de segurança diversos que controlam os ciclos e previnem falhas de funcionamento, com desligamento automático no caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água, Porta construída em metal – robusta. Fecho da porta de triplo estágio com sistema de restrição de abertura por fuso de encaixe e deslizamento por rolamento axial, um dispositivo patenteado que impede a abertura da tampa enquanto houver pressão interna e oferece maior durabilidade, segurança e suavidade no acionamento; Válvula de alívio de pressão na parte interna do display, deixando o equipamento mais silencioso Vedação com guarnição em silicone vulcanizado fixada na câmara de esterilização Laterais e parte superior composta por um plástico resistente, de engenharia, chamado de PSAI; Água limpa a cada ciclo
Abastecimento manual de água; Ciclos programáveis com operação fácil, automática e acompanhamento em tempo real. O tempo do ciclo é alterado de acordo com a quantidade de água colocado no equipamento, o valor constante no manual é para um ciclo de 30 minutos após o início da esterilização; Secagem eficiente com a porta entre aberta e opção de secagens extras. É possível escolher entre a secagem dentro do próprio ciclo, essa feita após a esterilização com a porta entre aberta e com a resistência, essa é feita após a conclusão completa do ciclo, também deixando a porta entre aberta, porém é aplicado uma carga de tensão na resistência até que atinja determinada temperatura e desligue, quantas forem necessárias para secar os mais diversos materiais; Desligamento automático em caso de excesso de temperatura, pressão ou falta de água; Despressurização e desaeração manual (botão frontal); Vapor gerado a partir de água limpa, livre de óleos e outros resíduos que comprometem a esterilização e a durabilidade dos materiais; Drenagem da água e vapor excedente através de tubulação de descarga até o galão de descarte; Ciclo confinado de vapor, não libera vapor no ambiente
Registro Anvisa nº 81617740003
Frequência de 50/60 Hz; Temperatura padrão de 121° C; Pressão de trabalho de 1 a 3 kgf/cm2; Potência De Fábrica 2000w; Corrente nominal (ampères) 20A; Capacidade de água 500ml

Publicado por:
Gabriel Augusto Gualberto Barbosa
Código Identificador:4C6F9473

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000006/2025

(Processo Administrativo n°. 1.211.002/2024)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 018/2025
O **MUNICÍPIO CAMPO REDONDO/RN**, com sede na Rua José Francisco de Souza, nº. 04, Centro, Campo Redondo/RN, CEP: 59.230-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.358.723/0001-79, neste ato representado pelo Prefeito, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, no **Processo Administrativo n°. 1.211.002/2024**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO,** especificados no Grupo 02 do Termo de Referência, anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000006/2025,** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: SSC SOLUCOES EM FORNECIMENTO DE MERCADORIAS LTDA

CNPJ: 93.577.427/0001-38

Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 570, Centro, São Sebastião do Cai/RS, CEP: 95.760-000

Representante Legal: Moacir Duarte

CPF: 365.878.007-00

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CONE MÉDIO: EQUIPAMENTO, ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL: PVC, TIPO: CONE, USO: TREINAMENTO, NA COR LARANJA	NEDEL	Unid.	50	22,73	1.136,50
2	CONE GRANDE: EQUIPAMENTO, ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: CONE, USO: TREINAMENTO.	NEDEL	Unid.	50	46,20	2.310,00
3	BAMBOLÊ: ARCO DE GINÁSTICA RÍTMICA (BAMBOLÊ) MATERIAL: PLÁSTICO, DIÂMETRO: 0,63 M, APLICAÇÃO: PRÁTICAS ESPORTIVAS, COR: VARIADA.	SR	Unid.	40	8,70	348,00
4	CORDA DE PULAR INDIVIDUAL C/ MANOPLAS: CORDA DE PULAR, MATERIAL: NÁILON, MATERIAL MANOPLA: MADEIRA, COMPRIMENTO: 2,50 M.	NEDEL	Unid.	50	17,12	856,00
5	CORDA DE PULAR COLETIVA C/ MANOPLAS: CORDA DE PULAR, MATERIAL: AÇO REVESTIDO EM PVC, ESPESSURA: 6,5 MM, MATERIAL MANOPLA: PLÁSTICO, TIPO MANOPLA: ANATÔMICA COM ROLAMENTO, COMPRIMENTO: 3,00 M.	NEDEL	Unid.	20	22,91	458,20
6	JOGO DE XADREZ: JOGO XADREZ, MATERIAL: BAGUN, FORMATO: QUADRADO, APLICAÇÃO: LAZER E ENTRETENIMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TABULEIRO MURAL DIDÁTICO DE 70 X 70 CM, IMPRESSÕES.	JUNGES	Unid.	10	133,00	1.330,00
7	COLETE ESPORTIVO: CONFECCIONADO EM TECIDO 100% POLYESTER (FIO 75/72 TEXTURIZADO, MALHA DUPLA, DIÂMETRO 28, FINURA 34, SOLIDES DE COR A FRICÇÃO DE 4 A 5, GRAU DE FORMAÇÃO DE PILLING ATÉ 7.000 CICLOS GRAUS 4 A 5), GRAMATURA DO TECIDO: APROXIMADAMENTE 80 GRAMAS/M2 (MAIS OU MENOS 5%). COM ELÁSTICO LATERAL RECOBERTO, PARA AJUSTE NO CORPO. MEDIDAS APROXIMADAS: 65CM DE ALTURA X 45CM DE LARGURA, NAS CORES: A SER DEFINIDA JOGOS COM 16 UNIDADES.	NEDEL	Unid.	200	23,76	4.752,00
8	ROUPÃO ESPORTIVO, MATERIAL: ALGODÃO, TAMANHO: A1, COR: AZUL, MODELO: SEISHIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO QUIMONO, MANGA COMPRIDA	YAMA	Unid.	20	154,91	3.098,20
9	ESCADINHA PARA TREINAMENTO, COMPRIMENTO: 4M, LARGURA 50 CM; 4 X 4 DEGRAUS. POSSUI PONTOS DE FIXAÇÃO EM TERRA E GRAMA. FITA DE NYLON ULTRA RESISTENTES.	NEDEL	Unid.	5	73,26	366,30
10	CONE, MATERIAL: PVC, ALTURA: 24 CM, APLICAÇÃO: ATIVIDADE FÍSICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONE DE AGILIDADE, DEMARCATÓRIO, AMARELA.BAM	NEDEL	Unid.	50	6,01	300,50
11	UNIFORME PROFISSIONAL, COMPONENTES: CAMISAS:20 MANGA,CURTA E 2 MANGA,LONGA; CALÇÃO: 22, TAMANHO: SOB MEDIDA, COR: PADRONAGEM AZUL, MATERIAL: 100% POLIÉSTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERSONALIZAÇÃO,NUMERAÇÃO CONFORME MODELO DO ÓRGÃO, APLICAÇÃO: FUTEBOL DE CAMPO, TIPO: KIT COMPLETO DE UNIFORME ESPORTIVO.	NEDEL	KIT	10	1.004,22	10.042,20
12	CONE DE SINALIZAÇÃO, EM PVC NO TAMANHO DE 23 CM DE ALTURA NA COR PRETO E AMARELA.	NEDEL	Unid.	30	4,06	121,80
13	PRATO PARA TREINAMENTO ESPORTIVO COM 19CM DE DIÂMETRO (PRATO CHINÊS)	NEDEL	Unid.	100	4,20	420,00
14	KIT PARA PRÁTICA DE ATLETISMO COMPOSTO POR CAMISA E CALÇÃO EM HELANCA, MASCULINO E FEMININO, TAMANHOS, CORES, MODELOS E PINTURAS A DEFINIR.	NEDEL	Unid.	50	147,70	7.385,00
15	KIT PARA PRÁTICA DE XADREZ COMPOSTO POR CAMISA E CALÇÃO EM HELANCA, MASCULINO E FEMININO, TAMANHOS, CORES, MODELOS E PINTURAS A DEFINIR.	NEDEL	Unid.	30	593,59	17.807,70
16	KIT QUIMONOS, TAMANHOS, CORES, MODELOS E PINTURAS A DEFINIR.	YAMA	Unid.	25	175,64	4.391,00
17	KIT ESPORTIVO P/ FUTSAL, COMPOSTO DE 12 CAMISAS, 12 CALÇÕES E 12 MEIÕES. CORES E MODELOS E PINTURAS A DEFINIR	NEDEL	Unid.	20	903,80	18.076,00
18	CONE CHAPEU CHINES: EQUIPAMENTO, ACESSÓRIOS DESPORTO, MATERIAL: PVC, TIPO: CONE, USO: TREINAMENTO	NEDEL	Unid.	80	8,35	668,00
19	TATAME DE EVA: TATAME, MATERIAL: E.V.A., COMPRIMENTO PLACA: 33 CM, LARGURA PLACA: 33 CM, ESPESSURA PLACA: 10 MM, QUANTIDADE PLACAS: 18, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BORDAS DENTADA PARA ENCAIXE.	NEDEL	Unid.	10	494,49	4.944,90
20	LUVA PARA TREINO DE KARATÊ COM PROTEÇÃO NO POLEGAR E EM FORMATO ERGONÔMICO PARA MAIOR CONFORTO E PROTEÇÃO. POSSUI ESPUMA INTERNA QUE ABSORVE O IMPACTO E EXTERIOR EM PU (POLIURETANO). AJUSTE EM TIRA PRÁTICA DE VELCRO	FHERAS	Unid.	5	40,16	200,80
VALOR TOTAL						**R$ 79.013,10**

Não houve intenção de cadastro de reserva referente ao presente registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

O órgão gerenciador será o Município de Campo Redondo/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.
4.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, conforme disposto no art. 61, parágrafo segundo do Decreto Municipal nº. 001/2024.
4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº. 14.133/2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o subitem 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Oitava desta ARP.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, podendo ser assinada manualmente, mediante justificativa apresentada pela empresa registrada e aceita pelo Município.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº. 14.133/2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no Item 7.2. e no Item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no Item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS
10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campo Redondo/RN, 06 de maio de 2025.

Município Campo Redondo/RN –
RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO –
Prefeito Municipal /

SSC Solucoes Em Fornecimento De Mercadorias LTDA –
Representante Legal:
MOACIR DUARTE –
Empresa Registrada

Publicado por:
Priscila Mabel Araujo Braz
Código Identificador:4F332ADF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 059/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 59,
DE 09 de maio de 2025

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.493/2024, no art. 8º, "I", para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 09 de maio de 2025

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**135.000,00**
12 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**100.000,00**
	2037 Regularização fundiária, reforma, adequação e ampliação de moradias para familias carente e em situa				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
13 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**35.000,00**
	2011 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Cultura e Turis				**35.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.000,00
Anexo II (Redução)					**135.000,00**
02 .001 Secretaria de Governo					**17.000,00**
	2003 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Governo				**16.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
	2078 Apoio as Ações Inerentes a Defesa Civil				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
03 .001 Procuradoria Geral do Município					**2.000,00**
	2005 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Procuradoria Geral do Município				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
04 .001 Controladoria Geral do Município					**2.000,00**
	2006 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Controladoria Geral do Município				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
05 .001 Secretaria Municipal de Administração					**5.000,00**
	2007 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Administração				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvim					**1.000,00**
	2020 Apoio a implantação do Distrito Industrial				**1.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
07 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**6.000,00**
	2009 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Finanças				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**2.000,00**
	2024 Manutenção das atividades da Subsecretaria de Esportes e Lazer				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**58.000,00**
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**58.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	58.000,00
12 .001 Fundo Municipal de Assistencia Social					**42.000,00**
	2014 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Trabalho e Assi				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
	2114 Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade ofertados pelo CREAS				**20.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.000,00
	2031 Manutenção das atividade do conselho municipal de assistência social				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
	2042 Fundo Municipal do Idoso				**10.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:8FA296BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 64/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 64/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2025

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e o VALE & LUCENA ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.831.776/0001-03, estabelecida a Rua Jose Evaristo Medeiros, 2623, Penedo, Caicó –RN.
Do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS, MARKETING DIGITAL E COMUNICAÇÃO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.

Do valor total: R$ 54.240,00

Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
Assessoria para mídias socias: - Cerimônia de facebook/ twitter / instagram / youtube; - Construção de texto e alimentação de mídias; - Desenvolvimento de estratégias.	12	MÊS	R$ 1.255,00	R$ 15.060,00
Assessoria de imprensa: - Produção de matérias de interesse da gestão municipal para a atualização do website e mídias sociais; - Envio de release à imprensa; - Construção de clipping; - Produção de pronunciamentos oficias e mídias training.	12	MÊS	R$ 1.695,00	R$ 20.340,00
Execução de designer gráfico: - Desenvolvimento de artes; - Desenvolvimento de vídeos; - Desenvolvimento de ilustrações; - Desenvolvimento de logomarcas; - Desenvolvimento de materiais publicitários.	12	MÊS	R$ 1.570,00	R$ 18.840,00
Valor Total:				**R$ 54.240,00**

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Código reduzido	Código	Descrição
10	02.002.04.122.0002.2009.3.3.90.36.1.500.0000	GABINETE DO PREFEITO * TRANSPARENCIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL * MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * Recursos não Vinculados de Impostos

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.
Da vigência: de 06/05/2025 a 06/05/2026

Carnaúba dos Dantas/RN, 07 de maio de 2025.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) p/ Contratante

RAILDON VIEIRA DE LUCENA VALADARES
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:6C209C99

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.545, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.545, de 03 de fevereiro de 2025.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - Exercício 2025, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 56, inciso V, Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Exercício 2025;
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 7º, da Lei Orçamentária Anual - LOA Exercício 2025;
CONSIDERANDO as disposições legais contidas no Art. 40, 41, I, 42 e 43 §1º, III, da Lei Federal nº 4.320/1964;
CONSIDERANDO as determinações da Lei Complementar nº 101/2000;
CONSIDERANDO os princípios contidos no Art. 167 da Constituição Federal de 1988,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares, para reforço de dotações orçamentárias no Exercício vigente, em razão de reprogramação das ações da gestão municipal, no valor de **R$ 2.538.326,19 (dois milhões quinhentos e trinta e oito mil trezentos e vinte e seis reais e dezenovo centavos)** reservados os limites para tal, distribuidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo I (Acréscimo).**

Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos conforme o artigo anterior, serão cobertos por anulação parcial e total de dotações orçamentárias, no valor de **R$ 2.538.326,19 (dois milhões quinhentos e trinta e oito mil trezentos e vinte e seis reais e dezenovo centavos),** preservando suas vinculações, reduzidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo II (Redução).**

Art. 3º - Ficam ajustados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, assim como a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme Art. 1º e 2º.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, PALÁCIO "RAUL MACÊDO", EM 03 DE FEVEREIRO DE 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito

MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS								
DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, CURRAIS NOVOS				**Elaboração de Credito**				
CNPJ: 08.109.126/0001-00								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
26	03/02/2025	1931/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	6.000,00	03/02/2025	DECRETO: 5.545	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.538.326,19**
02.001 Gabinete do Prefeito					**7.285,78**
	2010 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE				**7.285,78**
Nº Solic.: 5 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.000,00
Nº Solic.: 7 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.285,78
05.001 Secret Munic. de Meio Amb., Agric e Abastecimento					**23.854,91**
	1110 REORGANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE				**7.774,91**
Nº Solic.: 11 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.774,91
	1237 APOIO A COLETA SELETIVA DE CURRAIS NOVOS E COM DESTINAÇÃO DE VEÍCULO				**15.390,00**
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.390,00
	2226 MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEICULOS DA SEMAAB				**690,00**
Nº Solic.: 3 Acrescentar		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	690,00
06.001 Secretaria Municipal de Educação e Esportes					**1.112.577,79**
	1053 CONSTR., AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTOS DAS UNID. ESCOLARES ENSINO INFANTIL				**642,92**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	642,92
	2046 PROGRAMA DE ESTÁGIO				**1.028.017,96**
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.028.017,96
	2205 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - 30%				**83.916,91**
Nº Solic.: 8 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	50.903,65
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	33.013,26
07.001 Sec Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbano					**306.997,21**
	1061 PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				**217.149,00**
Nº Solic.: 4 Acrescentar		4.4.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	26.146,00
Nº Solic.: 5 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	98.002,00
Nº Solic.: 7 Acrescentar		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	93.001,00
	2060 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**60.000,00**
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
	2063 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PREDIOS PUBLICOS				**1.406,51**
Nº Solic.: 8 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.406,51
	2100 MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DA OFICINA				**18.439,20**
Nº Solic.: 5 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	18.439,20
	2101 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**10.002,50**
Nº Solic.: 5 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	10.002,50
08.031 Fundo Municipal de Saúde					**1.002.686,91**
	1072 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL				**39.179,43**
Nº Solic.: 17 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	30.339,43

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
26	03/02/2025	2014/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	8.840,00	03/02/2025	DECRETO: 5.545	PUBLICADO

Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 19 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	8.840,00
	2012 PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM				**220.000,00**
Nº Solic.: 15 Criar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	220.000,00
	2073 AÇÕES EM VIGILANCIA AMBIENTAL , CONTROLE DE ZOONOZES E ENDEMIAS				**36.213,56**
Nº Solic.: 18 Criar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	36.213,56
	2228 ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**698.634,60**
Nº Solic.: 20 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16000000	0001	698.634,60
	2235 CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS - CEO				**2.352,32**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	2.352,32
	2277 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA				**6.307,00**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	6.307,00
09.031 Fundo de Assistência Social					**2.525,44**
	1013 REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DE IDOSOS - CCI - TEREZA BEZERRA				**2.253,44**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.673,60
Nº Solic.: 12 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	579,84
	2080 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**272,00**
Nº Solic.: 7 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	272,00
12.001 Procuradoria Geral					**65.166,75**
	2180 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO				**65.166,75**
Nº Solic.: 1 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	65.166,75
13.001 Secretaria Municipal de Cultura					**17.231,40**
	2038 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA				**11.600,00**
Nº Solic.: 7 Acrescentar		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	11.600,00
	2039 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TEATRO UBIRAJARA GALVÃO				**5.631,40**
Nº Solic.: 5 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.631,40
				Total:	**2.538.326,19**
Anexo II (Redução)					**2.538.326,19**
03.001 Secretaria Municipal de Administração					**65.166,75**
	2272 REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA (PAI)				**65.166,75**
Nº Solic.: 1 Reduzir		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	65.166,75
05.001 Secret Munic. de Meio Amb., Agric e Abastescimento					**16.080,00**
	1021 REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ABATEDOURO PUBLICO MUNICIPAL				**15.390,00**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.390,00
	1048 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO				**690,00**
Nº Solic.: 3 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	690,00
06.001 Secretaria Municipal de Educação e Esportes					**1.112.577,79**
	1199 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES MODELOS TIPOS "B" E "C"				**84.559,83**
Nº Solic.: 8 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	50.903,65
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	7.396,35
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	26.259,83

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
26	03/02/2025	2072/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	1.028.017,96	03/02/2025	DECRETO: 5.545	PUBLICADO

Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
	2045 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 70%				**1.028.017,96**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	1.028.017,96
07.001 Sec Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbano					**328.237,74**
	1036 REFORMA DO LARGO PREFEITO MARIANO GUIMARÃES				**71.047,04**
Nº Solic.: 8 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.406,51
Nº Solic.: 10 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	60.000,00
Nº Solic.: 12 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	7.774,91
Nº Solic.: 13 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	579,84
Nº Solic.: 14 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.285,78
	1061 PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				**217.149,00**
Nº Solic.: 4 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	26.146,00
Nº Solic.: 5 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	98.002,00
Nº Solic.: 7 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	93.001,00
	2060 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**30.039,20**
Nº Solic.: 5 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	18.439,20
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	11.600,00
	2101 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**10.002,50**
Nº Solic.: 5 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	10.002,50
08.031 Fundo Municipal de Saúde					**1.002.686,91**

	1072 PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL				**39.179,43**
Nº Solic.: 17 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.339,43
Nº Solic.: 17 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	20.000,00
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	8.840,00
	2012 PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM				**220.000,00**
Nº Solic.: 15 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16050000	0001	220.000,00
	2070 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**18.758,16**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	18.758,16
	2073 AÇÕES EM VIGILANCIA AMBIENTAL , CONTROLE DE ZOONOZES E ENDEMIAS				**36.213,56**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	36.213,56
	2228 ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**65.804,38**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	65.804,38
	2229 SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGENCIA				**94.908,00**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	94.908,00
	2231 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**62.478,20**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	62.478,20
	2235 CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS - CEO				**2.352,32**
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.737,32
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	615,00
	2257 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA				**400.000,00**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	300.000,00
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	100.000,00
	2264 TRANSPORTE SANITÁRIO				**56.685,86**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
26	03/02/2025	2073/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	698.634,60	03/02/2025	DECRETO: 5.545	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	56.685,86
	2277 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA				**6.307,00**
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16010000	0001	6.307,00
09.031 Fundo de Assistência Social					**7.945,60**
	2088 MANUTENÇÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**272,00**
Nº Solic.: 7 Reduzir		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	272,00
	2092 APOIO A EVENTOS SOCIO CULTURAIS				**1.673,60**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	1.673,60
	2223 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				**6.000,00**
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	6.000,00
13.001 Secretaria Municipal de Cultura					**5.631,40**
	2039 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TEATRO UBIRAJARA GALVÃO				**5.631,40**
Nº Solic.: 5 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.631,40
Nº Solic.: 5 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	3.000,00
				Total:	**2.538.326,19**

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:53693A48

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.546, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.546, de 03 de fevereiro de 2025.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - Exercício 2025, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 56, inciso V, Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Exercício 2025;

CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 7º, da Lei Orçamentária Anual - LOA Exercício 2025;

CONSIDERANDO as disposições legais contidas no Art. 40, 41, I, 42 e 43 §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

CONSIDERANDO as determinações da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO os princípios contidos no Art. 167 da Constituição Federal de 1988,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares, para reforço de dotações orçamentárias no Exercício vigente, em razão de reprogramação das ações da gestão municipal, no valor de **R$ 911.880,02 (novecentos e onze mil oitocentos e oitenta reais e dois centavos)** preservados os limites para tal, distribuidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo I (Acréscimo)**.
Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos conforme o artigo anterior, serão cobertos por superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, nas fontes de recursos e no valor total de **R$ 911.880,02 (novecentos e onze mil oitocentos e oitenta reais e dois centavos),** detalhados no Anexo I.

Art. 3º - Ficam ajustados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, assim como a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme Art. 1º e 2º.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, PALÁCIO "RAUL MACÊDO", EM 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito

MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS								
DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, CURRAIS NOVOS							**Elaboração de Credito**	
CNPJ: 08.109.126/0001-00								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
6	03/02/2025	818/2025	Superavit Financeiro	Suplementar	90.410,00	03/02/2025	DECRETO: 5.546	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO DO EXERCÍCIO ANTERIOR-FONTE: RECURSOS P								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**911.880,02**
06.001 Secretaria Municipal de Educação e Esportes					**90.410,00**
	2047 DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTO				**90.410,00**
Nº Solic.: 1 Criar		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25001001	0001	90.410,00
07.001 Sec Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbano					**701.501,71**
	1061 PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				**701.501,71**
Nº Solic.: 6 Criar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25000000	0001	701.501,71
08.031 Fundo Municipal de Saúde					**80.941,20**
	2231 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**80.941,20**
Nº Solic.: 11 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26000000	0001	80.941,20
09.031 Fundo de Assistência Social					**20.027,11**
	2082 PAC I CASA LAR				**9.496,90**
Nº Solic.: 10 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26600000	0001	9.496,90
	2086 SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA, IDOSAS E SUAS FAMILIAS-PTMC				**10.530,21**
Nº Solic.: 10 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26600000	0001	10.530,21
13.001 Secretaria Municipal de Cultura					**19.000,00**
	-2282 E.I. 16 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA				**19.000,00**
Nº Solic.: 6 Criar		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	25000000	0001	15.000,00
Nº Solic.: 8 Acrescentar		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	25000000	0001	4.000,00
Total:					**911.880,02**

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:D7F42BAB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.549, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.549, de 19 de fevereiro de 2025.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - Exercício 2025, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 56, inciso V, Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Exercício 2025;
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 7º, da Lei Orçamentária Anual -LOA Exercício 2025;
CONSIDERANDO as disposições legais contidas no Art. 40, 41, I, 42 e 43 §1º, III, da Lei Federal nº 4.320/1964;
CONSIDERANDO as determinações da Lei Complementar nº 101/2000;
CONSIDERANDO os princípios contidos no Art. 167 da Constituição Federal de 1988,
CONSIDERANDO solicitação do Poder Legislativo Municipal para crédito na sua unidade orçamentária,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares, para reforço de dotações orçamentárias no Exercício vigente, em razão de solicitaçaõ do Poder Legislativo Municipal, no valor de **R$ 379.112,45 (trezentos e setenta e nove mil cento e doze reais e quarenta e cinco centavos)**

reservados os limites para tal, distribuidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo I (Acréscimo).**

Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos conforme o artigo anterior, serão cobertos por anulação parcial e total de dotações orçamentárias, no valor de **R$ 379.112,45 (trezentos e setenta e nove mil cento e doze reais e quarenta e cinco centavos),** preservando suas vinculações, reduzidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo II (Redução).**

Art. 3º - Ficam ajustados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, assim como a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme Art. 1º e 2º.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, PALÁCIO "RAUL MACÊDO", EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito

MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS								
DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, CURRAIS NOVOS					**Elaboração de Credito**			
CNPJ: 08.109.126/0001-00								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
52	19/02/2025	749/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	379.112,45	19/02/2025	DECRETO: 5.549	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**379.112,45**
01.001 Câmara Municipal					**379.112,45**
	2001 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL				**379.112,45**
Nº Solic.: 1 Acrescentar		3.3.90.14DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	12.000,00
Nº Solic.: 1 Acrescentar		3.3.90.30MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	60.000,00
Nº Solic.: 1 Acrescentar		3.3.90.33PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	17.700,00
Nº Solic.: 1 Acrescentar		3.3.90.39OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	289.412,45
Total:					**379.112,45**

MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS								
DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, CURRAIS NOVOS					**Elaboração de Credito**			
CNPJ: 08.109.126/0001-00								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
52	19/02/2025	1.403/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	379.112,45	19/02/2025	DECRETO: 5.549	PUBLICADO

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo II (Redução)					**379.112,45**
04.001 Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças					**379.112,45**
	2141 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA DE RPV'S				**379.112,45**
Nº Solic.: 5 Reduzir		4.6.90.91SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	379.112,45
Total:					**379.112,45**

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:466A2EDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.572, DE 06 DE MARÇO DE 2025.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.572, de 06 de março de 2025.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - Exercício 2025, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 56, inciso V, Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Exercício 2025;

CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 7º, da Lei Orçamentária Anual - LOA Exercício 2025;

CONSIDERANDO as disposições legais contidas no Art. 40, 41, I, 42 e 43 §1º, III, da Lei Federal nº 4.320/1964;

CONSIDERANDO as determinações da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO os princípios contidos no Art. 167 da Constituição Federal de 1988,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares, para reforço de dotações orçamentárias no Exercício vigente, em razão de reprogramação das ações da gestão municipal, no valor de **R$ 1.740.647,49 (um milhão setecentos e quarenta mil seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos)** reservados os limites para tal, distribuidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo I (Acréscimo)**.
Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos conforme o artigo anterior, serão cobertos por anulação parcial e total de dotações orçamentárias, no valor de **R$ 1.740.647,49 (um milhão setecentos e quarenta mil seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos),** preservando suas vinculações, reduzidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo II (Redução)**.

Art. 3º - Ficam ajustados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, assim como a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme Art. 1º e 2º.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, PALÁCIO "RAUL MACÊDO", EM 06 DE MARÇO DE 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito

MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS								
DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, CURRAIS NOVOS							**Elaboração de Credito**	
CNPJ: 08.109.126/0001-00								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	1911/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	5.000,00	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.740.647,49**
02.001 Gabinete do Prefeito					**59.851,83**
	2010 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE				**33.071,52**
Nº Solic.: 4 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
Nº Solic.: 8 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.735,76
Nº Solic.: 8 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.735,76
Nº Solic.: 10 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	3.700,00
Nº Solic.: 13 Acrescentar		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.900,00
	2245 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUNTA MILITAR				**45,93**
Nº Solic.: 6 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45,93
	2270 PROGRAMA DE ESTÁGIO				**26.734,38**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	14.898,58
Nº Solic.: 15 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	11.835,80
03.001 Secretaria Municipal de Administração					**4.598,31**
	2015 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**4.598,31**
Nº Solic.: 2 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.893,91
Nº Solic.: 2 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.893,91
Nº Solic.: 3 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	810,49
04.001 Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças					**2.169,70**
	2020 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**2.169,70**
Nº Solic.: 6 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	2.169,70
05.001 Secret Munic. de Meio Amb., Agric e Abastescimento					**112.092,52**
	1034 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS				**210,00**
Nº Solic.: 14 Acrescentar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	210,00
	1035 CORTE DE TERRA E DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS E SEMENTES				**49.800,00**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	49.800,00
	1098 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PRÓPRIOS PARA ANIMAIS APREENDIDOS				**57.600,00**
Nº Solic.: 12 Criar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	57.600,00
	2030 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**4.482,52**
Nº Solic.: 8 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.416,00
Nº Solic.: 13 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.301,82
Nº Solic.: 13 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.764,70
06.001 Secretaria Municipal de Educação e Esportes					**1.455.119,65**
	1053 CONSTR., AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTOS DAS UNID. ESCOLARES ENSINO INFANTIL				**3.217,36**
Nº Solic.: 24 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.217,36
	1199 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES MODELOS TIPOS "B" E "C"				**259.134,62**

Nº Solic.: 27 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15690000	0001	259.134,62
	2040 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**3.905,46**
Nº Solic.: 14 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	3.905,46
	2046 PROGRAMA DE ESTÁGIO				**612.833,15**
Nº Solic.: 11 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	26.042,66
Nº Solic.: 12 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	87.735,15

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	2161/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	145.680,00	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 13 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	145.680,00
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	25.362,37
Nº Solic.: 17 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	7.848,80
Nº Solic.: 18 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	135.520,00
Nº Solic.: 19 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	36.000,00
Nº Solic.: 25 Acrescentar		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	148.644,17
	2203 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 30%				**277.342,46**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	274.637,04
Nº Solic.: 21 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.705,42
	2205 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - 30%				**298.686,60**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	248.826,56
Nº Solic.: 17 Acrescentar		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	22.151,20
Nº Solic.: 20 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.568,64
Nº Solic.: 21 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	2.098,80
Nº Solic.: 26 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	23.041,40
07.001 Sec Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbano					**19.950,00**
	2060 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**19.950,00**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.950,00
08.031 Fundo Municipal de Saúde					**70.720,12**
	2070 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**10.197,59**
Nº Solic.: 21 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	2.169,70
Nº Solic.: 21 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	8.027,89
	2075 CONTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE				**43.346,89**
Nº Solic.: 25 Criar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	43.346,89
	2227 MANUTENÇÃO DA FARMACIA CENTRAL E ASSISTENCIA FARMACEUTICA				**10.200,00**
Nº Solic.: 22 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	10.200,00
	2228 ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**6.975,64**
Nº Solic.: 28 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	6.975,64
09.031 Fundo de Assistência Social					**6.674,20**
	1013 REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DE IDOSOS - CCI - TEREZA BEZERRA				**349,80**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	349,80
	2080 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**6.324,40**
Nº Solic.: 13 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 14 Acrescentar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	600,00
Nº Solic.: 15 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.169,70
Nº Solic.: 15 Acrescentar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.554,70
10.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					**2.163,76**
	2090 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**1.513,76**
Nº Solic.: 2 Acrescentar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	645,88

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	2177/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	1.513,76	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 2 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	867,88
	2217 TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E ENTIDADES DOS SETORES ECONÔMICO E TURÍSTICO				**650,00**
Nº Solic.: 4 Criar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	650,00
11.001 Controle Interno					**650,00**
	2095 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CONTROLADORIA				**650,00**

Nº Solic.: 2 Criar		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	650,00
12.001 Procuradoria Geral					**2.995,76**
	2180 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO				**2.995,76**
Nº Solic.: 2 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	360,00
Nº Solic.: 3 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	433,94
Nº Solic.: 3 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.301,82
Nº Solic.: 4 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	900,00
13.001 Secretaria Municipal de Cultura					**3.661,64**
	2038 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA				**2.603,64**
Nº Solic.: 10 Criar		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.301,82
Nº Solic.: 10 Criar		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.301,82
	2221 MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO MUSEU PROFESSOR ANTONIO QUINTINO				**1.058,00**
Nº Solic.: 9 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.058,00
Total:					**1.740.647,49**
Anexo II (Redução)					**1.740.647,49**
02.001 Gabinete do Prefeito					**24.417,45**
	2010 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE				**24.371,52**
Nº Solic.: 8 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.471,52
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	20.900,00
	2245 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA JUNTA MILITAR				**45,93**
Nº Solic.: 6 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	45,93
03.001 Secretaria Municipal de Administração					**8.298,31**
	2015 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**4.598,31**
Nº Solic.: 2 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.787,82
Nº Solic.: 3 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	810,49
	2272 REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA (PAI)				**3.700,00**
Nº Solic.: 4 Reduzir		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	3.700,00
04.001 Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças					**274.370,12**
	2020 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**3.399,70**
Nº Solic.: 6 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.169,70
Nº Solic.: 7 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.230,00
	2141 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA DE RPV'S				**259.134,62**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.6.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	259.134,62
	2261 PROGRAMA DE ESTÁGIO				**11.835,80**
Nº Solic.: 8 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	11.835,80
05.001 Secret Munic. de Meio Amb., Agric e Abastescimento					**112.092,52**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	1847/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	1.416,00	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
	1030 IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL				**1.416,00**
Nº Solic.: 8 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.416,00
	1034 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS				**210,00**
Nº Solic.: 14 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	210,00
	1037 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR E AS ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS RURAIS				**13.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	13.000,00
	1098 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PRÓPRIOS PARA ANIMAIS APREENDIDOS				**12.300,00**
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.300,00
	2030 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**75.166,52**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	26.800,00
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	45.300,00
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.066,52
	2216 MANUTENÇAO DO PROGRAMA AGUA DOCE				**10.000,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
06.001 Secretaria Municipal de Educação e Esportes					**1.195.985,03**
	1040 INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR E ESCOLAR				**141.450,00**
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	61.500,00
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	79.950,00
	1042 TRANSPORTE ESCOLAR				**2.705,42**
Nº Solic.: 21 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15760000	0001	2.705,42
	1044 CONSTR., AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTOS DAS UNID. ESCOLARES ENSINO FUNDAMENTAL				**217.348,80**
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15700000	0001	30.750,00
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	15420000	0001	184.500,00

		PERMANENTE			
Nº Solic.: 21 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	2.098,80
	1053 CONSTR., AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTOS DAS UNID. ESCOLARES ENSINO INFANTIL				**184.500,00**
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15440000	0001	84.500,00
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	100.000,00
	1088 CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS SALAS DE AEE				**50.000,00**
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	50.000,00
	1199 AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES MODELOS TIPOS "B" E "C"				**165.298,93**
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	24.600,00
Nº Solic.: 24 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.217,36
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
Nº Solic.: 25 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	84.440,17
Nº Solic.: 26 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	23.041,40
	1209 INCENTIVO/APOIO AO ATLESTIMO				**12.300,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	12.300,00
	2040 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**79.611,43**
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.230,00

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	2180/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	3.905,46	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 14 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.905,46
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	30.000,00
Nº Solic.: 16 Reduzir		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	8.394,54
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	36.081,43
	2044 MANUTENÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**13.530,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.690,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	4.920,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	4.920,00
	2045 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 70%				**26.042,66**
Nº Solic.: 11 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	26.042,66
	2048 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO				**51.810,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	20.910,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	30.900,00
	2049 DESPESAS ORIUNDAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO				**34.204,00**
Nº Solic.: 25 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	34.204,00
	2105 POLITICA DE PREMIAÇÃO COMO INCENTIVO PARA MELHORIA DO IDEB				**3.690,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	1.230,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15001001	0001	1.230,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	1.230,00
	2106 APOIO AO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTENCIA AS DROGAS - PROERD				**2.568,64**
Nº Solic.: 20 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	2.568,64
	2107 APOIO AO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA				**3.690,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.690,00
	2203 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 30%				**87.735,15**
Nº Solic.: 12 Reduzir		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	87.735,15
	2207 MANUTENÇÃO DA EJA - 30%				**6.150,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	6.150,00
	2214 APOIO/CONTRIBUIÇÃO AO TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS				**6.150,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	6.150,00
	2233 MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DE APOIO AO PROGRAMA DA EQUIPE MULTIDICIPLINAR DE INTERVENÇÃO DAS ESCOLAS				**38.200,00**
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	24.600,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.300,00
Nº Solic.: 18 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	1.300,00
	2284 APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE				**10.000,00**
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	2.000,00
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.000,00

Nº Solic.: 19 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	5.000,00
	2285 APOIO AS POLITIAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS A INCLUSÃO, EQUIDADE E DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL				**11.000,00**

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	2161/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	145.680,00	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.000,00
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.000,00
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2286 APOIO A ATIVIDADE E EVENTOS VOLTADOS AO PARA-DESPORTO				**8.000,00**
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.000,00
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2287 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E AÇÕES EDUCACIONAIS MULTIDICIPLINARES				**10.000,00**
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
Nº Solic.: 19 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2289 BOLSA ATLETA				**30.000,00**
Nº Solic.: 17 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	10.000,00
Nº Solic.: 17 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	20.000,00
07.001 Sec Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbano					**26.853,58**
	1036 REFORMA DO LARGO PREFEITO MARIANO GUIMARÃES				**24.950,00**
Nº Solic.: 11 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	19.950,00
	2060 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**1.903,58**
Nº Solic.: 15 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.903,58
08.031 Fundo Municipal de Saúde					**70.720,12**
	1234 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				**43.346,89**
Nº Solic.: 25 Reduzir		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	43.346,89
	2070 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**10.197,59**
Nº Solic.: 21 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	10.197,59
	2227 MANUTENÇÃO DA FARMACIA CENTRAL E ASSISTENCIA FARMACEUTICA				**10.200,00**
Nº Solic.: 22 Reduzir		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	10.200,00
	2228 ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA				**6.975,64**
Nº Solic.: 28 Reduzir		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	6.975,64
09.031 Fundo de Assistência Social					**6.674,20**
	2080 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**6.674,20**
Nº Solic.: 13 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
Nº Solic.: 14 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	600,00
Nº Solic.: 15 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.724,40
Nº Solic.: 16 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	349,80
10.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					**13.928,76**
	1193 TOMBAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL				**615,00**
Nº Solic.: 3 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	615,00
	2090 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**1.513,76**
Nº Solic.: 2 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.513,76

Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
64	06/03/2025	2257/2025	Anulação de Dotação	Suplementar	11.765,00	06/03/2025	DECRETO: 5.572	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL/TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.								

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
	2182 APOIO/INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AGREMIAÇÕES CARNAVALESCAS ORGANIZADAS DE C. NOVOS				**6.150,00**
Nº Solic.: 3 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	6.150,00
	2217 TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E ENTIDADES DOS SETORES ECONÔMICO E TURÍSTICO				**650,00**
Nº Solic.: 4 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	650,00
	2300 CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**5.000,00**
Nº Solic.: 3 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
11.001 Controle Interno					**650,00**
	2262 PROGRAMA DE ESTAGIO				**650,00**
Nº Solic.: 2 Reduzir		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	650,00
12.001 Procuradoria Geral					**2.995,76**
	2180 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO				**2.995,76**
Nº Solic.: 2 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A	15000000	0001	360,00

		PESSOAS FÍSICAS			
Nº Solic.: 3 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.735,76
Nº Solic.: 4 Reduzir		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	900,00
13.001 Secretaria Municipal de Cultura					**3.661,64**
	2038 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA				**2.603,64**
Nº Solic.: 10 Reduzir		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.603,64
	2221 MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO MUSEU PROFESSOR ANTONIO QUINTINO				**1.058,00**
Nº Solic.: 9 Reduzir		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.058,00
Total:					**1.740.647,49**

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:31271646

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.573, DE 06 DE MARÇO DE 2025.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.573, de 06 de março de 2025.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - Exercício 2025, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 56, inciso V, Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Exercício 2025;
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 7º, da Lei Orçamentária Anual - LOA Exercício 2025;
CONSIDERANDO as disposições legais contidas no Art. 40, 41, I, 42 e 43 §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;
CONSIDERANDO as determinações da Lei Complementar nº 101/2000;
CONSIDERANDO os princípios contidos no Art. 167 da Constituição Federal de 1988,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares, para reforço de dotações orçamentárias no Exercício vigente, em razão de reprogramação das ações da gestão municipal, no valor de **R$ 903.893,16 (novecentos e três mil oitocentos e novecenta e três reais e dezesseis centavos)** preservados os limites para tal, distribuídos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo I (Acréscimo)**.
Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos conforme o artigo anterior, serão cobertos por superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, nas fontes de recursos e no valor total de **R$ 903.893,16 (novecentos e três mil oitocentos e novecenta e três reais e dezesseis centavos),** detalhados no Anexo I.
Art. 3º - Ficam ajustados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, assim como a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme Art. 1º e 2º.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, PALÁCIO "RAUL MACÊDO", EM 06 DE MARÇO DE 2025.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito

MUNICIPIO DE CURRAIS NOVOS								
DESEMBARGADOR TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, CURRAIS NOVOS							**Elaboração de Credito**	
CNPJ: 08.109.126/0001-00								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
104	06/03/2025	2677/2025	Superavit Financeiro	Suplementar	1.354,15	06/03/2025	DECRETO: 5.573	PUBLICADO
Justificativa: CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.								

Unidade	Orçamentária	Ação Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**903.893,16**
02.001 Gabinete do Prefeito					**1.354,15**
	2010 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE				**1.354,15**
Nº Solic.: 14 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	1.354,15
05.001 Secret Munic. de Meio Amb., Agric e Abastecimento					**22.113,66**
	1110 REORGANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE				**11.797,39**
Nº Solic.: 15 Criar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	11.797,39
	2201 RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ABASTECIMENTO NERIVAL ARAÚJO				**10.316,27**
Nº Solic.: 16 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	10.316,27
06.001 Secretaria Municipal de Educação e Esportes					**10.484,24**
	2203 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 30%				**10.484,24**
Nº Solic.: 22 Criar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25001001	0001	10.484,24

07.001 Sec Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbano					**73.768,00**
	2060 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA				**73.768,00**
Nº Solic.: 17 Criar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	73.768,00
08.031 Fundo Municipal de Saúde					**419.352,98**
	2075 CONTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE				**417.795,32**
Nº Solic.: 23 Criar		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	26010000	0001	395.555,12
Nº Solic.: 26 Criar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25001002	0001	22.240,20
	2235 CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS - CEO				**1.557,66**
Nº Solic.: 27 Acrescentar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25001002	0001	1.557,66
09.031 Fundo de		**Assistência Social**			**316.820,13**
	1013 REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVENCIA DE IDOSOS - CCI - BEZERRA TEREZA				**820,13**
Nº Solic.: 20 Criar		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25000000	0001	820,13
	1085 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL				**316.000,00**
Nº Solic.: 19 Criar		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26600000	0001	316.000,00
10.001 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					**60.000,00**
	1092 APOIO A EVENTOS SÓCIO-CULTURAIS				**60.000,00**
Nº Solic.: 5 Criar		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	25000000	0001	60.000,00
				Total:	**903.893,16**

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F586450E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0942, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804228-33.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 98/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 24/01/2025, protocolizado sob o nº 9.104/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Marinilza Clementino dos Santos Araújo	2065/1	SEMEE	07/07/1998	PROF PNE – III "H"	PROF PNE – III "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:14005BBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0952, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804134-85.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 109/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.385/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Francinalva da Silva Melo	2580/1	SEMEE	18/05/2003	Prof PNS - II "I"	Prof pnS – ii "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:F583AC95

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0945, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805047-67.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 115/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.394/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Teresa Cristiana de Oliveira de Medeiros	2413/1	SEMEE	16/03/2000	PROF PNE - III "G"	PROF PNE – III "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:E67F803F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0946, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805037-23.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 114/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.393/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Vanucia Dias Viana	2160/1	SEMEE	20/08/1998	PROF PNE - III "H"	PROF PNE – III "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C9FC78C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0947, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0805032-98.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 113/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/05/2025, protocolizado sob o nº 9.392/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Ana Paula Braga de Souza Araújo	30619/1	SEMEE	09/05/2013	PROF PNE - III "A"	PROF PNE – III "E"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:8B9074F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0953, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804197-13.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 110/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.386/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Maria Cleide de Oliveira	30651/1	SEMEE	16/05/2013	Prof PNE - III "D"	Prof pnE – iiI "E"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:1BDE89CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0950, DE 05 DE MAIO DE 2025

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 56, inciso II;

Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0804227-48.2024.8.20.5103.

Considerando ainda, o teor do Ofício nº 108/2025 – ASSEJUR/PMCN, de 28/04/2025, protocolizado sob o nº 9.384/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional por avanço horizontal ao Profissional do Magistério Público da Educação Básica Municipal, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 1.908/2009 (Reformulação do Estatuto do Magistério do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério de Educação Básica Pública Municipal de Currais Novos/RN), aplicando-se ao vencimento básico do(a) servidor(a) o acréscimo de 2% (dois por cento) por classe, sendo:

Nome	Matrícula	Lotação	Admissão	Nível/ Classe atual	Progressão Para Nível/ Classe
Maria Onete de Medeiros Silva	2584/1	SEMEE	02/07/2003	PROF PNS - II "I"	PROF PNS – II "J"

Art. 2º. Esta Portaria produz seus efeitos na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 05 de maio de 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:170B0D6E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/010-002

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/010-002

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER QUANDO E SE NECESSÁRIO MATERIAL GRÁFICO AO MUNICÍPIO DE DR. SEVERIANO, **CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O Município de Doutor Severiano, por intermédio da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN**, inscrita no CNPJ: 08.355.489/0001-26,** situado na Rua Padre Tertuliano Fernandes, 23, Centro, CEP: 59.910-000, Doutor Severiano/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado pela prefeita Maria de Fátima Leite Gonçalves, brasileira, divorciada, residente e domiciliado no Município de Doutor Severiano – RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa (s) vencedora (s): ERANILTON PINHEIRO DA SILVA - CNPJ: 50.938.086/0001-76, com sede na Rua Maria Anita da Silva, 05, Centro, Doutor Severiano/RN, neste ato representada por seu Procurador/Sócio Administrador, Sr. Eranilton Pinheiro da Silva, portador do CPF nº 014.422.143-84, doravante, denominada FORNECEDORA, e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão 010/2025**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto a Contratação de empresa para fornecer quando e se necessário Material Gráfico ao Município de Dr. Severiano, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS DESCONTOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os descontos registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

1503 - ERANILTON PINHEIRO DA SILVA (50.938.086/0001-76)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
6	2996 - FOLDER II impressão e acabamento de Folder com texto e imagens, em papel couchê liso 115 g/m2, no formato aberto 210 x 297mm, 4/4 cores, frente e verso. Acabamento 02. Marca: PRÓPRIA	UND	700	1,20	840,00
7	2997 - FOLDER III impressão e acabamento de Folder com texto e imagens, em papel supremo 150 g/m2, no formato aberto 210 x 297mm, 01 cor, frente e verso. Acabamento 02 dobras. Marca: PRÓPRIA	UND	700	1,20	840,00
8	2998 - PANFLETOS I impressão e acabamento de panfleto com texto e imagens, em papel Mult 75g/m2, no formato 10x15cm. 01 cor, frente e verso. Marca: PRÓPRIA	UND	2.000	0,34	680,00
9	2999 - PANFLETOS II impressão e acabamento de panfleto com texto e imagens, em papel super. 90g/m2, no formato A4. 04 cores, frente e verso. Marca: PRÓPRIA	UND	2.000	0,90	1.800,00
10	3001 - CERTIFICADO I Confecção de fotolito, Impressão e acabamento de Certificado, impresso em papel pérsico 180g, 4/0 cores, formato A4 Marca: PRÓPRIA	UND	50	1,20	60,00
11	3002 - CERTIFICADO II Confecção de fotolito, Impressão e acabamento	UND	50	1,20	60,00

	de Certificado, impresso em papel couche 230g/m2, 4/0 cores, formato A4 Marca: PRÓPRIA				
14	3005 - CONVITE I Confecção convite tamanho A5, 4/0 cores, papel couche 170g/m2, fotoliso, com envelope papel Oxford 250g. Marca: PRÓPRIA	UND	60	2,30	138,00
15	3006 - CONVITE II Confecção convite tamanho A5, 4/0 cores, papel Aspen 250g/m2, com envelope papel Oxford 250g. Marca: PRÓPRIA	UND	65	2,30	149,50
16	3007 - CRACHÁ PARA EVENTO Confecção de fotolito, impressão e acabamento de crachás, em papel supremo 250g, revestido em BOPP, com furos na parte superior, abaloada nas quatro extremidades, no formato 13,5 x 9,5 cm, 4/0 cores. Cordão de acordo com crachá. Marca: PRÓPRIA	UND	120	2,30	276,00
17	3008 - CERTIFICADO III Impressão e acabamento de Certificado, impresso em papel pérsico 180g, 4/0 cores, formato A5. Marca: PRÓPRIA	UND	120	1,50	180,00
18	3009 - PASTA PARA EVENTOS 300 PASTA PARA EVENTOS - Com bolso interno, papel branco, impressão 4 cores de alta qualidade, gramatura 240g/m2, tamanho 32cm x 23cm. Marca: PRÓPRIA	UND	400	7,30	2.920,00
19	3010 - PLACA INFORMATIVA ACRÍLICA Placa em impressão digital de alta qualidade em acrílico 04 cores. Marca: PRÓPRIA	M2	12	104,33	1.251,96
20	3011 - PLACA INFORMATIVA Em PVC. Placa em PVC adesivada em impressão digital de alta qualidade em 04 cores. Marca: PRÓPRIA	M2	12	120,00	1.440,00
37	710 - CARIMBO VI Carimbo Vi - Tipo Automático Auto entintado. área de Carimbo 4,5 X 4,5cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	35,57	320,13
39	727 - CERTIFICADO IV Confecção de Fotolito, Impressão e Acabamento de Certificado, Impresso em Papel Couche 180g, 4/0 Cores, Formato A5. Marca: PRÓPRIA	UND	100	1,10	110,00
41	740 - PANFLETOS IV Impressão e Acabamento de Panfleto Com Texto e Imagens, em Papel Couche Brilho. 115g/m2, No Formato A4. 04 Cores, Frente e Verso. Marca: PRÓPRIA	UND	3.100	0,33	1.023,00
42	3028 - ADESIVO ADESIVO Papel brilho resistente a água e impressão digital 4 cores. Marca: PRÓPRIA	M2	900	7,32	6.588,00
44	3029 - CARIMBO VIIII CARIMBO VIII Tipo automático auto entintado. Área de carimbo 3 x 3cm Marca: PRÓPRIA	UND	8	121,00	968,00
45	3030 - BLOCO DE AUTORIZAÇÃO I BLOCO DE AUTORIZAÇÃO I Bloco com 100 jogos com duas vias, primeira branca e segunda via jornal tamanho A6. 1 cor. Grampeado, serrilhado e numerado. Marca: PRÓPRIA	BL	40	6,20	248,00
46	3065 - PLASTIFICAÇÃO PLASTIFICAÇÃO A4 Marca: PRÓPRIA	FLS	60	2,60	156,00
47	3066 - ADESIVOS ADESIVOS: tipo botton, tamanho padrão. Marca: PRÓPRIA	UND	3.500	0,21	735,00
48	3193 - COPOS PERSONALIZADOS COPOS PERSONALIZADOS TIPO ESPECIFICAÇÕES COPO, MATERIAL: ACRILICO, LISO E ESTAMPADO, VOLUME: 350 ML, ALTURA: 15.00 CM LARGURA: 58.00 CM COMPRIMENTO: 57.00 CM PESO: 50 G Marca: PRÓPRIA	UND	250	4,45	1.112,50
50	3412 - PELICULA INSUFILME 90% LUMINOSIDADE Marca: nordeste filme	M2	100	74,10	7.410,00
52	3067 - TRÓFEU PERSONALIZADO EM ACRÍLICO TRÓFEU PERSONALIZADO EM ACRÍLICO tamanho 25x15cm confeccionado em acrílico com base e adesivado Marca: PRÓPRIA	UND	35	150,00	5.250,00
53	3068 - TRÓFEU PERSONALIZADO EM MDF TRÓFEU PERSONALIZADO EM MDF tamanho 25x15cm confeccionado em mdf com base e adesivado. Marca: PRÓPRIA	UND	35	150,00	5.250,00
56	3032 - CARTÃO DE VACINA ADULTO CARTÃO DE VACINA ADULTO Tamanho 21x7cm cor em papel offset 180g/m2. Marca: PRÓPRIA	UND	300	1,08	324,00
57	3033 - CARTÃO DE VACINA INFANTIL CARTÃO DE VACINA INFANTIL Tamanho 30 x 22 cm cor em papel offset 180g/m2 Marca: PRÓPRIA	UND	300	1,08	324,00
58	3041 - RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL Bloco com 100 folhas no tamanho A5. Duas vias. Impressão em 1cor. Grampeado e serrilhado. Marca: PRÓPRIA	BL	400	15,40	6.160,00
59	3043 - RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL TIPO B RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL TIPO B Bloco com 50 folhas no tamanho 20,5 X7,5. Impressão em 1cor. Grampeado e serrilhado. Marca: PRÓPRIA	BL	400	11,50	4.600,00
Total					51.214,09

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos descontos registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Doutor Severiano/RN, 09/05/2025

Órgão Gerenciador:

MARIA DE FATIMA LEITE GONCALVES
Prefeitura Municipal De Doutor Severiano
CNPJ/MF Nº 08.355.489/0001-26
Contratante

Fornecedor (Es):

ERANILTON PINHEIRO DA SILVA
CNPJ: 50.938.086/0001-76
Contratada (O)

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:E5B46F7B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/010-001

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2025/010-001

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER QUANDO E SE NECESSÁRIO MATERIAL GRÁFICO AO MUNICÍPIO DE DR. SEVERIANO, **CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O Município de Doutor Severiano, por intermédio da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN**, inscrita no CNPJ: 08.355.489/0001-26,** situado na Rua Padre Tertuliano Fernandes, 23, Centro, CEP: 59.910-000, Doutor Severiano/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado pela prefeita Maria de Fátima Leite Gonçalves, brasileira, divorciada, residente e domiciliado no Município de Doutor Severiano – RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa (s) vencedora (s): A NOVA SOLUCAO LTDA - CNPJ: 70.157.680/0001-37, com sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1328, Centro, Pau dos Ferros/RN, neste ato representada por seu Procurador/Sócio Administrador, Sr. Antonio Claudio Alexandre de Oliveira, portador do CPF nº 318.226.143-68, doravante, denominada FORNECEDORA, e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão 010/2025**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.
DO OBJETO.
1.1. A presente Ata tem por objeto a Contratação de empresa para fornecer quando e se necessário Material Gráfico ao Município de Dr. Severiano, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
DOS DESCONTOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os descontos registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

463 - A NOVA SOLUCAO LTDA (70.157.680/0001-37)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário(R$)	Valor total(R$)
1	2991 - BANNER EM LONA Produção gráfica de banner impresso em jato de tinta de alta qualidade, sobre lona vinílica, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes de madeiras e acabamento emborrachado, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável. Marca: PRÓPRIA	M2	40	12,68	507,20
2	2992 - BANNER EM PAPEL Produção gráfica de banner impresso em jato de tinta de alta qualidade, sobre papel banner de alta qualidade e resistência, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes de madeiras e acabamento emborrachado, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável. Marca: PRÓPRIA	M2	38	5,88	223,44
3	2993 - FAIXA EM LONA Produção gráfica de faixa impressa em jato de tinta de alta qualidade, sobre lona vinílica, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes de madeiras e acabamento emborrachado, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável. Marca: PRÓPRIA	M2	50	12,59	629,50
4	2994 - FAIXA PAPEL Produção gráfica de faixa impressa em jato de tinta de alta qualidade, sobre papel faixa de alta qualidade e resistência, 4/0 cores. Acabamento com duas hastes de madeiras e acabamento emborrachado, uma em cada extremidade, sendo uma com corda de sustentação para suporte desmontável. Marca: PRÓPRIA	M2	50	9,19	459,50
5	2995 - FOLDER I impressão e acabamento de Folder com texto e imagens, em papel couchê liso 150 g/m2, no formato aberto 29 x 20,5cm, 4/4 cores. Acabamento 01 dobra. Marca: PRÓPRIA	UND	800	1,08	864,00
12	3003 - CRACHÁ INSTITUCIONAL Confeccionado em PVC de alta qualidade 0,76mm. Com impressão 4/4 cor direta digital de alta qualidade (layout inclui foto e identificação individual de cada funcionário). Cordão personalizado em Silkscreen e protetor/suporte de cartão em PVC de Alta resistência. Marca: PRÓPRIA	UND	50	7,09	354,50
13	3004 - CARTAZ Confecção de fotolito, impressão e acabamento de cartaz 4/0 cores, impresso em papel couchê fosco 170g. Marca: porpria	M2	10	20,01	200,10
22	3013 - CANETA PERSONALIZADA Plástica esferográfica de alta qualidade material e escrita, corpo branco, com ponteira na cor azul, personalizada com o slogan. Marca: PRÓPRIA	UND	240	4,43	1.063,20
23	3014 - CAMISETA PERSONALIZADA IV Malha PP Branca e de alta qualidade e mangas com malha de cor. Gola e punhos de cor. Sublimação frente e costa completo Marca: PRÓPRIA	UND	50	35,06	1.753,00
29	3020 - CAMISETA PERSONALIZADA I Malha PP Branca e de alta qualidade. Gola e mangas de cor. Sublimação frente e costa no tamanho A4. Marca: PRÓPRIA	UND	120	30,66	3.679,20
30	3021 - CAMISETA PERSONALIZADA II Malha PV Cor e de alta qualidade. Pintura 1 cor, tamanho A3 frente e costa. Marca: PRÓPRIA	UND	140	35,06	4.908,40
31	3022 - CAMISETA PERSONALIZADA III Malha PV cor e de alta qualidade. Pintura 4 cores, tamanho A3 frente e costa. Marca: PRÓPRIA	UND	130	38,66	5.025,80
32	703 - CARIMBO I Carimbo I - Tipo Automático Auto entintado. área de Carimbo 2,7 X 01cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	69,00	621,00
33	2456 - Carimbo 2 Tipo automático auto estintado. Àrea de carimbo 3,8+1,4cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	79,99	719,91
34	705 - CARIMBO III Carimbo Iii - Tipo Automático Auto entintado. área de Carimbo 4,7 X 1,8cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	100,00	900,00
35	707 - CARIMBO IV Carimbo Iv - Tipo Automático Auto entintado. área de Carimbo 5,9 X 2,3cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	23,29	209,61
36	709 - CARIMBO V Carimbo V - Tipo Automático Auto entintado. área de Carimbo 4,7 X 1,8cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	39,77	357,93
38	712 - CARIMBO VII Carimbo Vii - Tipo Automático Auto entintado. área de Carimbo 7,6 X 3,8cm. Marca: PRÓPRIA	UND	9	72,80	655,20
40	737 - PANFLETOS III Impressão e Acabamento de Panfleto Com Texto e Imagens, em Papel Couche Brilho. 170g/m2, No Formato A5. 04 Cores, Frente e Verso. Marca: PRÓPRIA	UND	2.300	0,28	644,00
43	2449 - Bonés personalizados Tipo americano em microfibras, sublimação na frente e nas laterais, regulador em veicro, obra curva. Marca: PRÓPRIA	UND	200	32,33	6.466,00
49	3194 - CANECAS PERSONALIZADAS Canecas personalizadas MATERIAL: PORCELANA, ESTAMPADA POR: SUBLIMAÇÃO, ALTURA: 9,5CM, DIÂMETRO: 26CM, VOLUME: 325ML, PESO: 190G Marca: PRÓPRIA	UND	250	26,09	6.522,50
51	3064 - IMPRESSÃO DE PLANTA BAIXA IMPRESSÃO DE PLANTA BAIXA Marca: PRÓPRIA	M2	60	8,00	480,00
Total					37.243,99

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

VALIDADE DA ATA.
A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos descontos registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

DAS PENALIDADES.
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Doutor Severiano/RN, 09/05/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR:

MARIA DE FATIMA LEITE GONÇALVES
Prefeitura Municipal De Doutor Severiano
CNPJ/MF Nº 08.355.489/0001-26
Contratante

Fornecedor (Es):
A NOVA SOLUCAO LTDA
CNPJ: 70.157.680/0001-37
Contratada (O)

Publicado por:
Antonia Allana Clarice Ferreira Castro
Código Identificador:B9020E3F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 099-2025 DE REMANEJAMENTO PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

AV. PREFEITO MANOEL CORREIA, 35, CENTRO - ESPIRITO SANTO/RN CEP: 59180-000
PORTARIA Nº 099, de 06 de março de 2025

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 1.910.490,00 (um milhão, novecentos e dez mil, quatrocentos e noventa reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao sexto dia de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

ESPIRITO SANTO/RN, 06 de março de 2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.910.490,00**
02 .000 GABINETE DO PREFEITO					**6.650,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV.DO GABINETE DO PREFEITO				**6.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	6.000,00
	2068 MAN.DO CONS.TUTELAR CRIANÇA E ADOLESCENTE				**650,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	650,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**15.800,00**
	2006 MANUT.DAS ATIV.DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO				**15.800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.800,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	12.000,00
05 .000 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**174.800,00**
	2014 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO				**157.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	27.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	130.000,00
	2015 PROG. DE CORTE DE TERRA DE PEQ.AGRICULTOR				**17.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	17.500,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**365.800,00**
	2017 MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**66.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	18.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	3.800,00
	2020 APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO				**13.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	5.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**256.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	256.000,00
	2039 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CULTURA E LAZER				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
07 .002 FUNDEB					**607.000,00**
	2018 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 30%				**166.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE- OBRA	15400000	0001	166.000,00
	2019 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 70%				**256.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	256.000,00
	2032 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA 30%				**175.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	175.000,00
	2037 ALFABETIZAÇÃO DO JOVENS E ADULTOS 70%				**10.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE			
		PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	10.000,00
09 .001 SEC. MUNI.DE TURISMO ESPORTE E LAZER					**55.000,00**
	2045 MANUT.DA SEC. MUNI.DE TURISMO, ESPORTE E LAZER				**55.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	55.000,00
11 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**627.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**171.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	124.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	47.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO				**64.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17060000	0001	64.000,00
	2087 MANUT. DO PROG. SAÚDE BUCAL				**12.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	12.000,00
	2088 MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA				**380.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	180.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16050000	0001	200.000,00
12 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**58.440,00**
	2073 MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL				**54.640,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	9.200,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	13.240,00
	2075 MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA-IGD PBF				**500,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	500,00
	2091 MANUT. DO CRAS				**3.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	3.300,00
Anexo II (Redução)					**1.910.490,00**
02 .000 GABINETE DO PREFEITO					**650,00**
	2003 MANUT. DAS ATIV.DO GABINETE DO PREFEITO				**230,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	230,00
	2079 MANUTENÇÃO DA CONTADORIA				**420,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	420,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**21.800,00**
	2006 MANUT.DAS ATIV.DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO				**21.800,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	800,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	6.000,00
05 .000 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**174.800,00**
	2014 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE AGRICULTURA E MEIO				**30.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	18.500,00
	2015 PROG. DE CORTE DE TERRA DE PEQ.AGRICULTOR				**144.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	70.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	74.300,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					**365.800,00**
	2017 MAN.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				**18.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	15.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	3.000,00
	2020 APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	5.000,00
	2022 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				**296.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15401070	0001	256.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	40.000,00
	2025 MANUT.DA MERENDA AGRICULTURA FAMILIAR				**8.800,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	8.800,00
	2029 MANUT. DO PETERN-FUNDAMENTAL				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15990000	0001	30.000,00
	2033 MANUT.DA MERENDA ESCOLAR-PNAE CRECHE				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	8.000,00
07 .002 FUNDEB					**607.000,00**
	2018 MANUT. E DESE. DO ENSINO FUNDAMENTAL 30%				**607.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	180.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	427.000,00
09 .001 SEC. MUNI.DE TURISMO ESPORTE E LAZER					**55.000,00**
	2045 MANUT.DA SEC. MUNI.DE TURISMO, ESPORTE E LAZER				**55.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	55.000,00
11 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					**627.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				**154.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16320000	0001	45.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	12.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	75.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	22.000,00
	2059 MANUTENÇÃO DO PAB FIXO				**23.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	23.000,00
	2061 PROG.MUNIC.ASSIST.HOSP.E AMBULATORIAL				**49.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	49.000,00
	2087 MANUT. DO PROG. SAÚDE BUCAL				**68.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	58.000,00
	2088 MANUT. DO PROG. ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA				**218.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	200.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	7.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	11.000,00
	2090 MANUT. DO PROG. NASF.				**35.000,00**
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16000000	0001	35.000,00
	2093 MANUTENÇÃO DO - SAÚDE DA FAMILIA				**76.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	38.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	38.000,00
	2100 MANUT. DO CONSÓRCIO PÚBLICA INTERMUNICIPAL DO RIO G. DO NORTE				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	4.000,00
12 .002 SEC/FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL					**58.440,00**
	2073 MANUT.DO FUNDO MUN.DE ASSISTENCIA SOCIAL				**24.640,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	22.640,00
	2074 SERV.DE PROTEÇÃO E ATENDI. INTEGRAL A PAIF/CRAS				**3.300,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	1.300,00
	2076 PROGRAMA AUXILIO SOCIAL E BENEFICIOS EVENTUAIS				**30.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	30.000,00
	2091 MANUT. DO CRAS				**500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	500,00

ESPIRITO SANTO/RN, 06 de março de2025

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Constitucional de Espirito Santo

Publicado por:
Jocileide Fernandes de Lima Nogueira
Código Identificador:2721159F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 016, DE 08 DE MAIO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Especial ao vigente orçamento, para criação de dotação orçamentária no município de Galinhos que inclui fonte de recursos para registro de despesa com recursos da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB e dá outras providências.

***HUDSON MATIAS CAVALCANTE*, Prefeito Municipal de Galinhos,** no uso das suas atribuições legais e constitucionais que lhe conferem respectivamente a lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil, e:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 40.979,13 (Quarenta mil, novecentos e setenta e nove reais e treze centavos), concedida pela Lei Ordinária Municipal nº 587, de 05 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição do dia 06 de maio de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial, no montante de R$ 40.979,13 (Quarenta mil, novecentos e setenta e nove reais e treze centavos) nas dotações abaixo especificadas.

Órgão 02 – Poder Executivo		
5001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Função: 13 – Cultura		
Subfunção: 392 – Difusão Cultural		
Programa: 0008		
-0008 – DESENVOLVIMENTO, PROMOÇÃO CULTURAL E ECONÔMICO LOCAL		
---13-392-0008-1150-0000 – FOMENTO A PROJETOS CULTURAIS		
ELEMENTO	FONTE	VALOR R$
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas	2719	30.000,00
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas	2719	3.313,30
----13-392-0008-1151-0000 – APOIO CULTURAL A COLÔNIA DE PESCADORES		
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas	2719	6.000,00
339048 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	1719	1.665,83
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL: R$ 40.979,13		

Parágrafo Único – A autorização a que se refere o caput deste artigo tem como objetivo cobrir despesas com fomento a projetos e atividades culturais, conforme disposto na Lei nº 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, através do apoio a ações voltadas à criação, produção, difusão e preservação de bens culturais, bem como à valorização dos profissionais da cultura e à ampliação do acesso da população às diversas manifestações culturais.

Artigo 2º - Os recursos necessários para atender aos créditos de que trata o art. 1º ocorrerão por recursos provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, sendo

Órgão 02 – Poder Executivo
5001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0005		
-0005 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA		
---13-392-0005-2070-0000 – CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE CULTURAL		
ELEMENTO	FONTE	VALOR R$
449051 – Obras e instalações	1500	15.000,00
449051 – Obras e instalações	1720	15.000,00
---13-392-0005-1026-0000 – EVENTOS E PROMOÇÕES CULTURAIS		
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas	1720	10.979,13
TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 40.979,13		

Artigo 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se!

Gabinete do Prefeito Municipal de Galinhos/RN, 08 de maio de 2025.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:701CC2B0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - SELEÇÃO DE PROJETOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)'

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma contínua.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais domunicípio de Galinhos/RN.
Deste modo, a PREFEITURA MUNICPAL DE GALINHOS E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio de Galinhos/RN.
Calendário das etapas do edital

Etapa	**Período**
Período de inscrições	**12/05/2025 a 16/052025**
Análise de seleção dos Projetos	19 a 21/05/2025
Divulgação do resultado preliminar dos projetos Selecionados	22/05/2025
Período para interposição de recurso	22 a 26/05/2025
Divulgação do resultado final da etapa de seleção	28/05/2025
Etapa de habilitação - Entrega dos documentos de habilitação dos projetos selecionados	29 a 30/05/2025
Divulgação do resultado preliminar dos projetos habilitados	02/06/2025
Período para interposição de recurso dos projetos habilitados	02 a 04/06/2025
Divulgação do resultado final	06/06/2025
Assinatura do Termo de Execução Cultural	09 e 10/06/2025
Pagamento do recurso financeiro	Até o dia 25/06/2025

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados **07 projetos**.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de R$ **23.313,04 (vinte e três mil, trezentos e treze reais e quatro centavos).**
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

UNIDADE	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
FONTE DO RECURSO	2719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022.
ELEMENTOS	339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física. 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Sobre o valor total repassado pelo município de Galinhos/RN ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição

O prazo de inscrição será de 05 dias úteis.

No período do **dia 12 de maio até o dia 16 de maio de 2025**, das 08h às 13h na modalidade presencial.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua e/ou resida nomunicípio de Galinhos/RN, há pelo menos12 meses.

Agente Cultural/Proponente é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física, com idade igual ou maior de 18 anos;

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (MEI, empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc.)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Associação, Fundação, Cooperativa, etc.)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo V.

Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - Servidor Público do município de Galinhos/RN que tenha participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

III - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

IV - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! Quando se tratar de proponentes que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos CEO, Diretor Geral ou Presidente se enquadram nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com apenas um projeto.

ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais

Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos

Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação

Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio físico a entrega da documentação exigida para a inscrição na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em envelope tipo ofício lacrado com identificação do proponente e endereçado da seguinte forma:

DESTINATÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA PNAB

Praça dos três poderes – Centro Administrativo, 717, Centro - Galinhos/RN, CEP: 59.596-000

REMETENTE:
Nome do Projeto:
Nome do Proponente:
Endereço:

O proponente deve enviar a seguinte documentação para formalizar sua inscrição:

I) PARA PROPONENTES – PESSOA FÍSICA, GRUPOS E COLETIVOS:

Ficha de inscrição/Plano de Trabalho – Anexo II

Declaração de não impedimentos – Anexo III;

Declaração de representação de grupo ou coletivo, contendo no mínimo (dez) participantes – Anexo V;

Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas - Anexo VII ou VIII;

Materiais que comprovem a atuação do agente cultural, de quaisquer naturezas, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;

Cópia simples do CPF;

Cópia simples do RG;

Cópia simples do comprovante e/ou declaração de residência.
Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de proponentes:
pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.

II) PARA PROPONENTES – PESSOA JURÍDICA:
Ficha de inscrição/Plano de Trabalho – Anexo II;
Declaração de não impedimentos – Anexo III;
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas - Anexo VII ou VIII;
Estatuto da entidade e suas alterações (associação e cooperativa);
Ata da reunião que elegeu a diretoria (associação e cooperativa);
Termo de posse do representante legal devidamente registrado em cartório (associação e cooperativas);
Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (pessoa jurídica);
Certificado da condição de Microempreendedor Individual (MEI);
Contrato social (ME);
Materiais que comprovem a atuação do agente cultural, de quaisquer naturezas, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
Cópia simples dos documentos do representante legal (CPF, RG); e
Comprovante e/ou declaração de residência.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS

Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas no edital para:
25% pessoas negras (pretas e pardas);
10% pessoas indígenas;
5% pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que possuam pessoas negras ou com deficiência em posições de liderança.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos aprovados deverão ser executados em até06 meses a partir do recebimento do recurso.

Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.

Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos

Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão 03 (três) servidores públicos municipais nomeados pelo Prefeito Municipal.

Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate as ações afirmativas, ou seja, será classificado projeto que estimular à participação e ao protagonismo de mulheres, de negros, de indígenas, de povos tradicionais, inclusive de terreiro e quilombolas, de populações nômades, de pessoas do segmento LGBTQIA+, de pessoas com deficiência e de outras minorias.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o item 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município e no site oficial.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que deve ser apresentado por meio físico (ANEXO IX) no prazo de03 dias úteis a contar da publicação do resultado.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados e/ou rateados entre os contemplados no edital.

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

ETAPA DE HABILITAÇÃO- Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de02 (dois) dias após a publicação do resultado final de seleção, de forma física na Secretaria Municipal de Educação e Cultura os seguintes documentos:
Se o Proponente for **pessoa física**:
I - Dados bancários do proponente (preferencialmente do Banco do Brasil);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e dívida Ativa da União (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir);
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos estaduais e a dívida ativa do Estado (https://uvt.set.rn.gov.br/#/services/certidao-negativa/emitir);
IV - Certidão negativa de débitos relativos ao crédito municipal (Portal do Contribuinte - Município de Galinhos);
V - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho (https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces).

Se o Proponente for **pessoa jurídica**:
I - Dados bancários do proponente (preferencialmente do Banco do Brasil);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e dívida Ativa daUnião(https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar);
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos estaduais e a dívida ativa do Estado (https://uvt.set.rn.gov.br/#/services/certidao-negativa/emitir);
IV - Certidão negativa de débitos relativos ao crédito municipal (Portal do Contribuinte - Município de Galinhos);
V - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho (https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces);
VI - Consulta regularidade do empregador (https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf).

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros proponentes suplentes para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação

O resultado preliminar da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN e no site oficial da Prefeitura Municipal.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Os recursos poderão ser entregues na Secretaria e Cultura de forma física (ANEXO IX) no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN e no site oficial da Prefeitura Municipal.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo VI deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura,contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve indicar conta bancária de sua titularidade, em instituição financeira pública ou privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

Atenção! O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 10 dias após a convocação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da PNAB, Ministério da Cultura, Governo federal, Prefeitura Municipal de Galinhos e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

A prestação de contas poderá ser realizada na categoria de prestação de informações in loco, prestação de informações em relatório de execução do objeto e/ou na categoria de prestação de informações em relatório de execução financeira. O ente realizará a verificação, conforme determina os artigos 29 e 30, do Decreto nº 11.453/2023.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicará na desclassificação do agente cultural.

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site: Prefeitura de Galinhos.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos as publicações noDiário Oficial do Município.
Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: editais.cultura.galinhos@gmail.com.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Caberá impugnação ao edital de Chamamento Público por irregularidade na aplicação das disposições da Lei e do Decreto, devendo o interessado protocolar o pedido no prazo de 03 (três) dias, contados de sua publicação, sendo de 03 (três) dias, contados da data do seu recebimento, o prazo para resposta.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses após a publicação do resultado final, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.
Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Declaração de não impedimentos;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VI - Termo de Execução Cultural;
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de recurso

Galinhos/RN, 05 de maio de 2025.

GISELLE IDALINO MOREIRA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

ANEXO I

CATEGORIAS DE APOIO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

1. RECURSOS DO EDITAL, DISTRIBUIÇÃO E VAGAS:
2.

ITEM	CATEGORIAS	QUANT. DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA INDÍGINAS	COTAS PARA PcD	QUANT. TOTAL DE VAGAS	VALOR POR PROJETO R$	VALOR TOTAL DA CATEGORIA R$
01	**Microprojetos nas diversas áreas da cultura***	02	02	01	01	**06**	3.218,84	**19.313,04**
03	**Quadrilha Junina****	01	-	-	-	**01**	4.000,00	**4.000,00**

O presente edital possui valor total de **R$ 23.313,04 (vinte e três mil, trezentos e treze reais e quatro centavos),** distribuídos da seguinte forma:

* **Microprojetos culturais –** Estas vagas contemplarão iniciativas a serem desenvolvidas em qualquer área da cultura e nas mais variadas linguagens artísticas (Menos quadrilha junina que já existe 01 (uma) vaga contemplada neste edital). Exemplo: Apresentações musicais, espetáculos de teatro, dança, circo, oficinas culturais, e demais iniciativas presenciais.

** **Quadrilha junina –** Esta vaga contemplará um projeto para execução de quadrilha junina no município, seja através de apresentação, mostra, formação que envolvam a manifestação cultural junina.

ANEXO II

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)			
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO/PLANO DE TRABALHO			
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:			
NOME:			
CATEGORIA: ( ) Microprojetsos culturais ( ) Quadrilha Junina			
O PROPONENTE É? ( ) Individual ( ) Grupo/coletivo informal ( ) Pessoa Jurídica			
VAI CONCORRER ÀS COTAS? ( ) Sim ( ) Não			
SE SIM, QUAL? ( ) Negros ( ) Indígena ( ) PcD			
2. DADOS DO PROPONENTE:			
PESSOA JURÍDICA	Razão Social:	CNPJ:	
	Endereço completo:		
	Cidade/UF:	CEP:	
	Contato:	E-mail:	
	Banco:	Conta:	Agência:
	Representante legal:		
	Estado Civil:	CPF:	
	Identidade / Órgão Expedidor:	Cargo:	
	Endereço Residencial:		
	Cidade/UF:	CEP:	
PESSOA FÍSICA	Nome:	Profissão:	
	Estado Civil:	CPF:	
	Identidade/Órgão Expedidor:	Raça, cor ou etnia:	
	Endereço Completo:		
	Cidade/UF:	CEP:	
	Contato:	E-mail:	
	Banco:	Conta:	Agência:
3. MINI CURRÍCULO OU MINI PORTFÓLIO: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atrações culturais realizadas. Você pode encaminhar o currículo em anexo, se quiser).			
4. DESCRIÇÃO DO PROJETO:			
5. OBJETIVOS DO PROJETO:			
5.1. GERAL: 5.2. ESPECÍFICO:			
6. MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE EMPREGADAS NO PROJETO: (Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023).			
6.1. Acessibilidade arquitetônica: ( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil; ( ) rampas; ( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos; ( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência; ( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada; ( ) Outra _____ **6.2. Acessibilidade comunicacional:** ( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras; ( ) o sistema Braille; ( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição; ( ) as legendas; ( ) a linguagem simples; ( ) textos adaptados para leitores de tela; e ( ) Outra _____ **6.3. Acessibilidade atitudinal:** ( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais; ( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural; ( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e ( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.			
7. PÚBLICO ALVO:			
8. PREVISÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO:			
8.1. Data de início: **8.2.** Data final:			
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:			

ETAPA	**ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**FIM**
PRÉ-PRODUÇÃO			
PRODUÇÃO/EXECUÇÃO			
DIVULGAÇÃO/ COMERCIALIZAÇÃO			

10. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

Preencher a planilha orçamentária, informando como será utilizado o recurso financeiro recebido, com estimativa de custo do projeto.

Nº	**Descrição**	**Quant.**	**Valor Unit. R$**	**Valor Total R$**
01				
02				
03				
04				
05				
06				
VALOR TOTAL				

11. ANEXOS:	
12. DECLARAÇÃO:	
Esta inscrição efetuada implica na minha plena aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA PNAB.** As informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.	
Local e data	Assinatura do proponente (No caso de pessoa jurídica, assinatura do representante legal).

ANEXO III

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**
DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	
NOME/RAZÃO SOCIAL	**CNPJ/CPF:**
REPRESENTANTE LEGAL (quando o proponente for Pessoa Jurídica)	**CPF:**
Declaro, para os devidos fins, que não me enquadro nos impedimentos abaixo discriminados: Ser servidor público do Município de Galinhos que tenha se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; Ser cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e Ser membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros). Estar inadimplente/pendência com a execução da Lei nº 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural e/ou a Lei nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo em âmbito municipal.	
LOCAL E DATA	**ASSINATURA**

ANEXO IV

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A comissão de seleção atribuírão notas de 50 a 100 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	100
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural de Galinhos/RN - A** análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	100
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	100
D	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo, portfolio e comprovações enviadas juntamente com a proposta	100
E	**Cadastro Cultural -** será acrescentado pontuação ao proponente que estiver inscrito no cadastro cultural do município até a data da publicação do referido edital.	100
PONTUAÇÃO TOTAL:		500

ANEXO V

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do (NOME DO GRUPO OU COLETIVO), elegem (NOME DO REPRESENTANTE), inscrito no CPF sob nº (número do CPF), como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

Nº	NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

Galinhos/RN, ____ de _____ de 2025.

ANEXO VI
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº xx/2025 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº **01/2025** –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS/RN, inscrita no CNPJ sob o nº: 08.365.017/0001-54, através da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, senhor, **HUDSON MATIAS CAVALCANTE**, e a Secretária Municipal de Educação e Cultura, senhora, **GISELLE IDALINO MOREIRA.**

EXECUTANTE: [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG e órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], E-mail: xxxxxxxxxxxxxx.

Resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme Edital de Chamamento Público nº 003/2024.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ XXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Galinhos:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à Secretaria Municipal de Educação e Cultura quando solicitado sobre o projeto e executar no prazo de seis meses contados do contando a partir do recebimento do recurso;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Secretaria Municipal de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal e da Prefeitura Municipal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.

7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:

I - Pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;

II - Pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.

7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Solicitar documentação complementar;

II - Aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;

III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;

IV - Rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:

a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;

b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;

c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.

7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.

8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 Será nomeada comissão específica para monitoramento das ações pactuadas no termo de execução cultural.

11.2 A comissão de monitoramento e avaliação de resultados poderá solicitar relatórios entre outras medidas para verificar se as ações realizadas estão dentro do que foi pactuado.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de seis meses, podendo ser prorrogado por até igual período quando solicitado pelo agente cultural e autorizado previamente pela Prefeitura Municipal.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Macau/RN para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Galinhos/RN, ____ de _____ de 2025

Pelo órgão:

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

GISELLE IDALINO MOREIRA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Pelo Agente Cultural:

[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO VII
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros, pardos ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025** que sou _____(informar se é NEGRO, PARDO ou INÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Galinhos/RN, em _____ de _____ de 2025.

_____
NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu,_____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025** que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Galinhos/RN, em ____ de _____ de 2025.

_____
NOME e ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**	
FORMULÁRIO DE RECURSO	
1. IDENTIFICAÇÃO	
NOME DO PROJETO:	
RAZÃO SOCIAL:	**CNPJ:**
NOME/REPRESENTANTE LEGAL (quando o proponente for pessoa física ou representante de grupo informal):	**CPF:**
ENDEREÇO:	**CONTATO:**
ETAPA DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O QUAL SOLICITA RECURSO:	
( ) SELEÇÃO. ( ) HABILITAÇÃO JURÍDICA.	
RECURSO:	
LOCAL E DATA	**ASSINATURA:**

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:13EF8966

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
ADENDO Nº 01/2025

A Comissão Organizadora do Edital de Chamamento Público EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO **N° 002/2025- PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS**- referente à aplicação dos recursos da POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA torna PÚBLICO a alteração do valor total do edital, bem como a quantidade de agentes culturais a serem premiados, com efeito, havendo alteração no anexo I do edital. A nova divisão passa ser a seguinte:
Onde se lê:
O valor total deste edital é de R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)
Leia- se:
O valor total deste edital é de R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)
Onde se lê:
Quantidade de agentes culturais a serem premiados:
Serão **47 (quarenta e sete) prêmios para agentes culturais** do município de Goianinha/RN conforme as categorias descritas no anexo I deste edital.
Leia- se:
Quantidade de agentes culturais a serem premiados
Serão **42 (quarenta e dois) prêmios para agentes culturais** do município de Goianinha/RN conforme as categorias descritas no anexo I deste
Onde se lê:
ANEXO I
CATEGORIAS
RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de **R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**
Serão disponibilizados **47 (prêmios),** conforme mostra o **item 2 deste** anexo.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categorias	Vagas ampla concorrência	Cotas pessoas negras	Cotas pessoas indígenas	Cotas PCD	Total de vagas	Valor unitário do prêmio por categoria/grupo	Valor total
Músicos	3	2	1	0	**6**	**R$ 1.500,00**	**R$ 9.000,00**
Grupo Musical	3	1	1	0	**5**	**R$ 2.500,00**	**R$ 12.500,00**
Artesanato	8	4	2	1	**15**	**R$ 500,00**	**R$ 7.500,00**
Audiovisual	3	1	0	0	**4**	**R$ 4.000,00**	**R$ 16.000,00**
Teatro	3	1	0	0	**4**	**R$ 2.000,00**	**R$ 8.000,00**
Grupo de Dança	3	1	1	0	**5**	**R$ 4.000,00**	**R$ 20.000,00**
Artes Visuais	3	2	1	0	**8**	**R$ 1.000,00**	**R$ 8.000,00**
Total						**R$ 15.500,00**	**R$ 81.000,00**

Leia- se:

ANEXO I
CATEGORIAS
RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de **R$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)**
Serão disponibilizados **42 (prêmios),** conforme mostra o **item 2 deste** anexo.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categorias	Vagas ampla concorrência	Cotas pessoas negras	Cotas pessoas indígenas	Cotas PCD	Total de vagas	Valor unitário do prêmio por categoria/grupo	Valor total
Músicos	2	2	1	1	**6**	**R$ 1.500,00**	**R$ 9.000,00**
Grupo Musical	3	1	1	0	**5**	**R$ 2.500,00**	**R$ 12.500,00**
Artesanato	8	4	2	1	**15**	**R$ 2.000,00**	**R$ 30.000,00**
Audiovisual	2	1	0	0	**3**	**R$ 4.000,00**	**R$ 12.000,00**
Grupo de Teatro	1	1	0	0	**2**	**R$ 3.000,00**	**R$ 6.000,00**
Grupo de Dança	2	1	0	0	**3**	**R$ 3.000,00**	**R$ 9.000,00**
Artes Visuais	5	2	1	0	**8**	**R$ 2.000,00**	**R$ 16.000,00**
Total							**R$ 94.500,00**

Publicado por:
Lidiane de Oliveira Bezerra Silva
Código Identificador:28A44924

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA PROFESSORES ALFABETIZADORES POPULARES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA/CICLO 2025 CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2025 - RESULTADO FINAL

A Comissão de Acompanhamento e Execução das etapas da Chamada Pública destinada à Seleção de Alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado – PBA/Ciclo 2025 no município de Governador Dix-Sept Rosado – RN, nomeada pela Portaria Nº. 004/2025/SME - GS, de 06 de maio de 2025, torna público o Resultado Final, conforme segue:

RESULTADO FINAL

VAGA: ALFABETIZADOR			
REQUISITOS NECESSÁRIOS: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/ SER ESTUDANTE DEVIDAMENTE MATRICULADO NOS REFERIDOS CURSOS			
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**TOTAL DE PONTOS**
01	**024**	**MICAELA EMANUELA SILVA OLIVEIRA**	**9,5**
02	**025**	**GEIZIMARA MARIA DE SOUSA E SILVA**	**8,0**
03	**030**	**MÔNICA LISSIANE DANTAS DA SILVA**	**8,0**
04	**011**	**JOELMA ARETUZA DE FRANÇA CRUZ**	**7,75**
05	**013**	**CARINA BEATRIZ DE OLIVEIRA MORAIS**	**7,75**
06	**020**	**ANA KARLA DE OLIVEIRA BATISTA**	**7,5**
07	**003**	**DAYRES KAROLINE DO VALE REGO**	**7,0**
08	**002**	**GRABLE ALMEIDA DE OLIVEIRA**	**6,75**
09	**018**	**MARIA VERIANA DA SILVA BORGES**	**6,5**
10	**007**	**NATÁLIA LICIANE DE MORAIS SILVA**	**6,25**
11	**014**	**MARIA SANTÍSSIMA DA TRINDADE PAIVA**	**5,5**
12	**005**	**THAIS DE FREITAS COSTA**	**5,0**
13	**008**	**WEDNA DA SILVA DUARTE**	**4,0**
14	**006**	**SHEILA MICLEIDE SILVEIRA**	**2,0**
15	**023**	**FLÁVIA LUANA DE OLIVEIRA SILVA**	**1,75**
16	**022**	**JÉSSICA TAYNÁ DO NASCIMENTO OLIVEIRA**	**1,5**
17	**012**	**MARIA APARECIDA GADELHA DE SOUSA**	**1,25**
18	**021**	**JOYCE KELLY AGRIPINO MARQUES**	**1,0**
19	**027**	**JAÉLICA BARBOZA DA SILVA**	**0,5**
20	**019**	**ANA DALILA HONORATO OLIVEIRA**	**0,5**
21	**028**	**GISELLY GOMES DE MORAIS**	**0,25**
22	**016**	**KATIA EVANGELISTA BATISTA**	**0**

VAGA: ALFABETIZADOR/TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS			
REQUISITOS NECESSÁRIOS: POSSUIR CERTIFICAÇÃO, EM QUALQUER NÍVEL, EM LIBRAS			
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**TOTAL DE PONTOS**
01	**031**	**FABRINA TAUANNY DE AZEVEDO**	**2,0**

De acordo com o subitem 10.2, todas as etapas desta Chamada serão divulgadas no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado, garantindo a transparência do processo.

Governador Dix-Sept Rosado-RN, 09 de maio de 2025.

Comissão de Acompanhamento e Execução das etapas da Chamada Pública Nº. 001/2025

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES –
Presidente

LÍLIA MARA DE MENEZES –
Gestora Local do PBA

ADRIELLY BENIGNO DE MOURA

EUZELITA MARIA DA SILVA COSTA

MARIA VERÔNICA SOUZA DE BRITO

MIGUEL BORGES DE MORAIS NETO

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:9CF623D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO N° 009/2025

O MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN torna público a adesão a Ata de Registro de Preço nº 167/2024 oriunda do Pregão Eletrônico nº 031/2024 da Prefeitura Municipal de Areia Branca, nos termos do § 2º e 3º do art. 86 da Lei 14.133/2021, bem como a Lei 14.770/2021, Decreto Municipal 001/2025, como órgão não participante e demais normas em vigor, conforme especificado abaixo:

Processo Administrativo nº **096/2025**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN inscrita no CNPJ: 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: A S P SERVICOS E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.747.505/0001-08,** estabelecida a R JEQUIE, 2905 CONJ SOLEDADE I, POTENGI, NATAL/RN, CEP: 59120-110, sendo representada pelo senhor Alexandra Saraiva Pereira**, portador do CPF nº 010.435.684-76.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, DO TIPO MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXPANSÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO**

MODALIDADE: **ADESÃO/CARONA PARCIAL Nº 009/2025** - Ata de Registro de Preço nº 167/2024 oriunda do Pregão Eletrônico nº 031/2024 da Prefeitura Municipal de Areia Branca/RN.

VALOR: A prestação de serviços continuados, do tipo manutenção, assistência técnica e expansão da iluminação pública do município será paga conforme as ordens de compras emitidas conforme tabela a seguir:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	RELATÓRIO TÉCNICO DE ASISTÊNCIA DA LUMINÁRIA DEFEITUOSA	UNIDADE	10	43,0300	430,30
2	SUBSITITUIÇÃO DE DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS ELÉTRICOS (DPS)	UNIDADE	300	24,8200	7.446,00
3	SUBSTITUIÇÃO DE FONTE CHAVEADA DE POTÊNCIA DO TIPO CA-CC (DRIVER) ATÉ 180W	UNIDADE	100	18,2000	1.820,00
4	SUBSTIUIÇÃO DE CORPO ÓTICO (LENTE, LED E/OU VEDAÇÕES)	UNIDADE	210	18,2000	3.822,00
5	CONSERTO E SOLDA DE CABEAMENTO INTERNO A LUMINÁRIA	UNIDADE	25	12,4100	310,25
6	Fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, veículos e materiais, exceto luminária, para manutenção do da de iluminação pública TECNOLOGIA LED composto de inicialmente de 5.000 pontos conforme termo de referência e efecientiazações futuras.	UNIDADE	30.000	7,8600	235.800,00
7	Instalação e fornecimento de Luminária LED potência nominal de 40W, temperatura de cor de 4.000K, fluxo luminoso mínimo de 5.500lm, grau de proteção IP-66 ou IP- 67, fator de potência maior que 0,98, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	12,5	1.158,5000	14.481,25
8	Instalação e fornecimento de Luminária LED potência nominal de 60W, temperatura de cor de 4.000K, fluxo luminoso mínimo de 8.700lm, grau de proteção IP-66 ou IP- 67, fator de potência maior que 0,98, conforme especificações do Termo em Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	130	1.241,2500	161.362,50
9	Instalação e fornecimento de Luminária LED potência nominal de 80W, temperatura de cor de 4.000K, fluxo luminoso mínimo de 12.500lm, grau de proteção IP-66 ou IP- 67, fator de potência maior que 0,98, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	50	2.019,1000	100.955,00
10	Instalação e fornecimento de Luminária LED potência nominal de 120W, temperatura de cor de 4.000K, fluxo luminoso mínimo de 18.600lm, grau de proteção IP-66 ou IP-67, fator de potência maior que 0,98, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	25	2.068,7500	51.718,75
11	Instalação e fornecimento de Luminária LED potência nominal de 150W, temperatura de cor de 4.000K, fluxo luminoso mínimo de 22.000lm, grau de proteção IP-66 ou IP-67, fator de potência maior que 0,98, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	20	2.110,1200	42.202,40
12	Instalação e fornecimento de Luminária LED potência nominal de 180W, temperatura de cor de 4.000K, fluxo luminoso mínimo de 26.000lm, grau de proteção IP-66 ou IP-67, fator de potência maior que 0,98, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	12,5	2.168,0500	27.100,63
13	Instalação e fornecimento de Braço de iluminação pública, com sapata, galvanizado a fogo, 1,5m de comprimento, espessura mínima de #25mm, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	142,5	211,0100	30.068,93
14	Instalação e fornecimento de Braço de iluminação pública, com sapata, galvanizado a fogo, 3,0m de comprimento, espessura mínima de #50mm, conforme especificações do Termo de Referência. (Inclusa retirada dos equipamentos antigos)	UNIDADE	107,5	314,4500	33.803,38
15	Serviço de substituição ou instalação de cabo multiplexado de 10 a 25mm, monofásico ou trifásico, com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	60	125,7800	7.546,80
16	Serviço de substituição de poste de concreto DT com alturas entre 7 e 12m, com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	100	508,9100	50.891,00
17	Serviço de substituição de poste de concreto circular com alturas entre 7 e 12m, com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	100	508,9100	50.891,00
18	Serviço de substituição de poste de fibra circular com alturas entre 7 e 12m, com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	100	442,7100	44.271,00
19	Serviço de substituição de poste de metal, com alturas entre 2,5m e 15m, com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	100	570,9700	57.097,00
20	Serviço de substituição ou aplicação de olhal forjado para cabos de até 25mm², com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	250	86,8800	21.720,00
21	Serviço de aplicação ou substituição de alças pré- formadas para cabos multiplexados de 10 a 25mm, com material fornecido pela CONTRATANTE.	UNIDADE	250	43,0300	10.757,50
22	LENTE DE VIDRO EM BORO SILICATO TIPO II MÉDIA, RESISTÊNCIA IMPACTOS IK08.	UNIDADE	30	132,4000	3.972,00

23	VEDAÇÃO DE SILICONE DA LENTE	UNIDADE	30	8,6800	260,40
24	VEDAÇÃO DO ALOJAMENTO ÓTICO	UNIDADE	30	19,8600	595,80
25	VEDAÇÃO DO ALOJAMENTO DO DRIVER	UNIDADE	30	28,9600	868,80
26	LED com encapsulamento Chip On Board, temperatura de cor 4.000K, dimensões físicas 28x28x0,9mm, IRC70, fluxo típico mínimo 12.400lm, tensão nominal 50V, demais especificações conforme termo de referência. (CREE CMT-2890 ou equivalente)	UNIDADE	30	177,9100	5.337,30
27	LED com encapsulamento Chip On Board, temperatura de cor 4.000K, dimensões físicas 28x28x0,9mm, IRC70, fluxo tipíco mínimo 9.900lm, tensão nominal 50V, demais especificações conforme termo de referência. (CREE CMT-2870 ou equivalente)	UNIDADE	30	190,3200	5.709,60
28	LED COM ENCAPSULAMENTO CHIP ON BOARD, TEMPERATURA DE COR 4.000K, DIMENSÕES FÍSICAS 28X28X0,9MM, IRC70, FLUXO TÍPICO MÍNIMO 8.000LM, TENSÃO NOMINAL 50V, DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. (CREE CMT-2850 OU EQUIVALENTE)	UNIDADE	30	132,4000	3.972,00
29	FONTE CHAVEADA DO TIPO CA-CC (DRIVER) COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, TIPOLOGIA DOIS ESTÁGIOS, COM FOTOCÉLULA INTEGRADA, TENSÃO E CORRENTE SAÍDA DE ACORDO COM A ESPEFICAÇÃO DO LED A SER ALIMENTADO, POTÊNCIA DE 180W, FATOR DE POTÊNCIA >0,98 E APROVADO PELA NORMA ABNT NBR IEC 61643- 1-2007.	UNIDADE	07,5	703,3700	5.275,28
30	FONTE CHAVEADA DO TIPO CA-CC (DRIVER) COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, TIPOLOGIA DOIS ESTÁGIOS, COM FOTOCÉLULA INTEGRADA, TENSÃO E CORRENTE SAÍDA DE ACORDO COM A ESPEFICAÇÃO DO LED A SER ALIMENTADO, POTÊNCIA DE 150W, FATOR DE POTÊNCIA >0,97 E APROVADO PELA NORMA ABNT NBR IEC 61643- 1-2007.	UNIDADE	07,5	695,1000	5.213,25
31	FONTE CHAVEADA DO TIPO CA-CC (DRIVER) COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, TIPOLOGIA DOIS ESTÁGIOS, COM FOTOCÉLULA INTEGRADA, TENSÃO E CORRENTE SAÍDA DE ACORDO COM A ESPEFICAÇÃO DO LED A SER ALIMENTADO, POTÊNCIA DE 120W, FATOR DE POTÊNCIA >0,97 E APROVADO PELA NORMA ABNT NBR IEC 61643- 1-2007.	UNIDADE	10	670,3000	6.703,00
32	FONTE CHAVEADA DO TIPO CA-CC (DRIVER) COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, TIPOLOGIA DOIS ESTÁGIOS, FOTOCÉLULA INTEGRADA, TENSÃO E CORRENTE SAÍDA DE ACORDO COM A ESPEFICAÇÃO DO LED A SER ALIMENTADO, POTÊNCIA DE 80W, FATOR DE POTÊNCIA >0,97 E APROVADO PELA NORMA ABNT NBR IEC 61643- 1-2007.	UNIDADE	37,5	662,0000	24.825,00
33	FONTE CHAVEADA DO TIPO CA-CC (DRIVER) COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, TIPOLOGIA DOIS ESTÁGIOS, FOTOCÉLULA INTEGRADA, TENSÃO E CORRENTE SAÍDA DE ACORDO COM A ESPEFICAÇÃO DO LED A SER ALIMENTADO, POTÊNCIA DE 60W, FATOR DE POTÊNCIA >0,97 E APROVADO PELA NORMA ABNT NBR IEC 61643- 1-2007.	UNIDADE	25	637,1900	15.929,75
34	FONTE CHAVEADA DO TIPO CA-CC (DRIVER) COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, TIPOLOGIA DOIS ESTÁGIOS, FOTOCÉLULA INTEGRADA, TENSÃO E CORRENTE SAÍDA DE ACORDO COM A ESPEFICAÇÃO DO LED A SER ALIMENTADO, POTÊNCIA DE 40W, FATOR DE POTÊNCIA >0,97 E APROVADO PELA NORMA ABNT NBR IEC 61643- 1-2007.	UNIDADE	12,5	438,5700	5.482,13
35	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO ANTISURTO (DPS) 10KV/10KA CLASSE II, COMPATÍVEL COM INVÓLUCRO DA LUMINÁRIA, DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	UNIDADE	300	186,2000	55.860,00
Total do contrato em R$					1.094.500,00

VIGÊNCIA: De 08 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026, conforme Ata de Registro de Preços mencionada.

Ielmo Marinho/RN, em 08 de maio de 2025

Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho
CNPJ: 08.004.525/0001-07
FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Contratante

A S P Servicos e Comercio LTDA
CNPJ Sob Nº 26.747.505/0001-08
ALEXANDRA SARAIVA PEREIRA
CPF: 010.435.684-76
Contratada

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:9ACF0E3A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO
DECRETO N° 062/2025

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da Prefeitura Municipal de Itaú - RN, o crédito suplementar no valor de R$ 10.000,00(dez mil reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária Anual 661/2024 do Município de Itaú/RN.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s).

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ			
1009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO			
2.18 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRANSITO			
317 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária:			R$ 10.000,00

Valor total Suplementado: R$ 10.000,00
Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I - R$ 10.000,00 (dez mil reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nº. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento, da seguinte forma:

	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ		
	1008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
	2.72 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA		
	35 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 10.000,00
Total da Ação:			R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária:			R$ 10.000,00

Valor total da Anulação: R$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09/05/2025.

FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Kainara Ferreira Fernandes Souza
Código Identificador:6444E356

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2025

O Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – JARDIMPREV, em conformidade com o Decreto Municipal n° 1.893/2023 c/c Decreto Municipal n° 1.895/2023, avisa a todos os interessados e do ramo que, **até às 8h do dia 15 de maio de 2025**, receberá Propostas de Preços, visando à obtenção de valores que serão utilizados para proceder com a **"Aquisição de Material de Expediente para o Instituto de Previdência Própria do Município de Jardim do Seridó – JardimPrev"**. As descrições dos itens e suas especificações, bem como os demais requisitos exigidos na contratação, estão disponíveis no Termo de Referência, nos seguintes endereços eletrônicos: https://previjardimseridorn.transparencia.topsolutionsrn.com.br/ e https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/, bem como pelo e-mail: <jardimprev@outlook.com> ou, também, na sede do JARDIMPREV, situado à Av. Dr. Fernandes, n° 919, Alto do Abrigo, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Sendo assim, as empresas que desejarem apresentar Propostas de Preços para os itens que compõem a referida Pesquisa Mercadológica, deverão consultar o Termo de Referência através dos endereços mencionados acima, preenchê-la e enviá-la para o seguinte e-mail: <jardimprev@outlook.com>, endereçada ao Setor de Contratação.

Por fim, em caso de dúvidas e outros esclarecimentos, entrar em contato através dos e-mail mencionado no parárafo anterior e/ou do telefone institucional: (84) 9 8162-2253 (Oficial e WhatsApp).

Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

ANEXO ÚNICO – MINUTA DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para o Instituto de Previdência Própria do Município de Jardim do Seridó – JardimPrev.

PESQUISADO:_____.

CNPJ:___.____.____/_____-___.

ENDEREÇO: _____.

CONTATOS: ( )_____-_____. **E-MAIL:**_____.

PRODUTO(S) PESQUISADO(S)					
Item	**Descrição**	**Unid. Med.**	**Quant.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Agenda do ano corrente, medindo aproximadamente 19x23 cm, com um dia por página.	Unidade	05		
2	Caixa de arquivo morto, material papelão, dimensões 230x320x135mm, cores variadas para arquivamento de documentos.	Unidade	50		
3	Caneta marca texto, material plástico, tipo ponta macia chanfrada (aproximadamente 4mm) para destacar com traço grosso (4mm) ou sublinhar com traço fino (2mm), não recarregável, cores variadas, boa resistência à luz. Composição: resina termoplástica.	Unidade	30		
4	Cola branca, lavável, atóxica. Composição: acetato de polivinila. Unidade com 90g.	Unidade	05		
5	Papel a4, 210x297mm, 75g/m2, 20lb. Caixa com 10 unidades de 500 folhas.	Caixa	05		
6	Pasta classificadora, em cartolina, com grampo trilho, cor amarela, medindo 250x345mm, 480g.	Unidade	20		
7	Grampos plásticos para pastas, tipo espelho, 80mm, pacote contendo 50 jogos.	Pacote	02		
8	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, cristal, pacote com 50 peças.	Pacote	01		
9	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, preto, pacote com 50 peças.	Pacote	01		

10	Perfurador papel, material metal, tipo grande (11,5cm de base maior), tratamento superficial pintado, híbrida, com pinos inoxidáveis e base plástica, com indicação para centragem do papel, capacidade perfuração de até 12 folhas de gramatura 75g/m2.	Unidade	02		
Valor Total:					

_____

Carimbo e/ou assinatura do pesquisado

_____/____, em ____/____/_____.

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:7BEA66E2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS – VALOR MÉDIO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2025

Pesquisa Mercadológica (Prévia)	**Período:** 08/05/2025 a 09/05/2025	**N° do Processo:** 508.001/2025	**Tipo de Cálculo:** Valor Médio
Objeto: Aquisição de Material de Expediente para o Instituto de Previdência Própria do Município de Jardim do Seridó – JardimPrev.			

Item	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Fonte de Consulta	Valor Unitário	Média do Valor Unitário (B)	Valor Total do Item (C = A x B)
1	Agenda do ano corrente, medindo aproximadamente 19x23 cm, com um dia por página.	Unidade	05	Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 11,50	**R$ 18,47**	**R$ 92,35**
				Prefeitura Municipal de Pilões – RN	R$ 14,88		
				Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 19,15		
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 21,90		
				Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN	R$ 24,90		
2	Caixa de arquivo morto, material papelão, dimensões 230x320x135mm, cores variadas para arquivamento de documentos.	Unidade	50	Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó – RN	R$ 2,80	**R$ 4,26**	**R$ 213,00**
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 3,39		
				Prefeitura Municipal de Carnaubais – RN	R$ 6,60		
3	Caneta marca texto, material plástico, tipo ponta macia chanfrada (aproximadamente 4mm) para destacar com traço grosso (4mm) ou sublinhar com traço fino (2mm), não recarregável, cores variadas, boa resistência à luz. Composição: resina termoplástica.	Unidade	30	Prefeitura Municipal de Pilões – RN	R$ 0,49	**R$ 0,91**	**R$ 27,30**
				Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 0,60		
				Prefeitura Municipal de Areia Branca – RN	R$ 0,70		
				Prefeitura Municipal de Pedra Grande – RN	R$ 0,74		
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 0,75		
				Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar – RN	R$ 0,84		
				Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN	R$ 0,99		
				Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 1,29		
				Prefeitura Municipal de Santa Maria – RN	R$ 1,81		
4	Cola branca, lavável, atóxica. Composição: acetato de polivinila. Unidade com 90g.	Unidade	05	Prefeitura Municipal de Pilões – RN	R$ 1,50	**R$ 2,19**	**R$ 10,95**
				Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 1,67		
				Prefeitura Municipal de Areia Branca – RN	R$ 1,69		
				Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN	R$ 1,72		
				Prefeitura Municipal de Pedra Grande – RN	R$ 1,77		
				Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar – RN	R$ 2,09		
				Prefeitura Municipal de Carnaubais – RN	R$ 2,53		
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 2,99		
				Prefeitura Municipal de Santa Maria – RN	R$ 3,74		
5	Papel a4, 210x297mm, 75g/m2, 20lb. Caixa com 10 unidades de 500 folhas.	Caixa	05	Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 222,00	**R$ 266,53**	**R$ 1.332,65**
				Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 240,00		
				Prefeitura Municipal de Pilões – RN	R$ 240,00		
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 255,50		
				Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN	R$ 279,00		
				Prefeitura Municipal de Carnaubais – RN	R$ 299,54		
				Prefeitura Municipal de Santa Maria – RN	R$ 329,70		
6	Pasta classificadora, em cartolina, com grampo trilho, cor amarela, medindo 250x345mm, 480g.	Unidade	20	Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN	R$ 3,10	**R$ 4,55**	**R$ 91,00**
				Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 4,04		
				Prefeitura Municipal de São	R$ 4,15		

				Fernando – RN			
				Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar – RN	R$ 4,49		
				Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 4,50		
				Prefeitura Municipal de Areia Branca – RN	R$ 5,20		
				Prefeitura Municipal de Santa Maria – RN	R$ 6,40		
7	Grampos plásticos para pastas, tipo espelho, 80mm, pacote contendo 50 jogos.	Pacote	02	Prefeitura Municipal de Areia Branca – RN	R$ 6,10	**R$ 10,33**	**R$ 20,66**
				Prefeitura Municipal de Pedra Grande – RN	R$ 7,97		
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 9,00		
				Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 10,32		
				Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 13,00		
				Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN	R$ 15,58		
8	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, cristal, pacote com 50 peças.	Pacote	01	Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 19,50	**R$ 27,66**	**R$ 27,66**
				Prefeitura Municipal de Virgínia – MG	R$ 29,50		
				Prefeitura Municipal de Viana – ES	R$ 34,00		
9	Chapa PP, fosco, A4, 0,25, preto, pacote com 50 peças.	Pacote	01	Prefeitura Municipal de Virgínia – MG	R$ 27,50	**R$ 27,50**	**R$ 27,50**
10	Perfurador papel, material metal, tipo grande (11,5cm de base maior), tratamento superficial pintado, híbrida, com pinos inoxidáveis e base plástica, com indicação para centragem do papel, capacidade perfuração de até 12 folhas de gramatura 75g/m2.	Unidade	02	Prefeitura Municipal de Pedra Grande – RN	R$ 9,95	**R$ 12,72**	**R$ 25,44**
				Prefeitura Municipal de São Fernando – RN	R$ 11,50		
				Prefeitura Municipal de Pilões – RN	R$ 12,50		
				Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN	R$ 13,50		
				Prefeitura Municipal de Japi – RN	R$ 13,90		
				Prefeitura Municipal de Areia Branca – RN	R$ 15,00		
Valor Total Estimado:							**R$ 1.868,51**

Fontes de Pesquisa:

1. Pregão Eletrônico n° 001/2025, da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 12/02/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-jardim-do-serido-1200/pe-001-2025-2025-357908>;

2. Registro de Preços Eletrônico n° 004/2025, da Prefeitura Municipal de Santa Maria – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 26/02/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-santa-maria-2232/rpe-004-2025-2025-364509>;

3. Dispensa Eletrônica n° 004/2025, da Prefeitura Municipal de Carnaubais – RN, realizada no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 28/02/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-carnaubais-1631/de-disp-004-2025-2025-367264>;

4. Registro de Preços Eletrônico n° 004/2025, da Prefeitura Municipal de Pedra Grande – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 07/03/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-pedra-grande-1534/rpe-004-2025-2025-365512>;

5. Registro de Preços Eletrônico n° 20250213002/2025, da Prefeitura Municipal de Pilões – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 11/03/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-piloes-1628/rpe-20250213002-2025-2025-367953>;

6. Pregão Eletrônico n° 011/2025, da Prefeitura Municipal de São Fernando – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 07/04/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-sao-fernando-1137/pe-011-2025-2025-373742>;

7. Registro de Preços Eletrônico n° 15/2025, da Prefeitura Municipal de Jucurutu – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 08/04/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-jucurutu-1196/rpe-15-2025-2025-370301>;

8. Pregão Eletrônico n° 04/2025, da Prefeitura Municipal de Japi – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 08/04/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-japi-1110/pe-04-2025-2025-374671>;

9. Registro de Preços Eletrônico n° 8/2025, da Prefeitura Municipal de Areia Branca – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 24/04/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-areia-branca-1359/rpe-8-2025-2025-374877>;

10. Registro de Preços Eletrônico n° 9/2025, da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 24/04/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-jardim-de-piranhas-1499/rpe-9-2025-2025-372974>;

11. Registro de Preços Eletrônico n° 3/2025, da Prefeitura Municipal de Triunfo Potiguar – RN, realizado no Portal de Compras Públicas e **Homologado em 30/04/2025** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rn/prefeitura-municipal-de-triunfo-potiguar-1877/rpe-3-2025-2025-379682>;

12. Ata de Registro de Preços n° 025/2025, da Prefeitura Municipal de Viana – ES, disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e **Vigente de 29/01/2025 a 29/01/2026** <https://pncp.gov.br/app/atas/27165547000101/2024/70/5>;

13. Ata de Registro de Preços n° 028/2025, da Prefeitura Municipal de Virgínia – MG, disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e **Vigente de 30/04/2025 a 30/04/2026** <https://pncp.gov.br/app/atas/25970260000110/2025/17/7>.

Jardim do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:B16AD3F8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº016/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 292/2025
Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA a inexigibilidade de licitação nº 016/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Administração, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.
Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 75, § 3º, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob o n.º 27.073.834/0001-83

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. Unitário	V. Total
1	CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO SOBRE O E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	04	Serviço	R$ 1.125,00	R$ 4.500,00
TOTAL: R$ 4.500,00					

Curso prático atualização de e-social para órgãos públicos.

CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO LEGISLATIVO, ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ sob o n.º 27.073.834/0001-83 - pelo valor de R$ 4.500,00 em 09/05/2025

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:77E6ABD3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 06010004/2025

OBJETO:Registro de preços para possível contratação de serviços gráficos, confecção de placas e brindes em geral.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com essa Pregoeira, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP)
ADJUDICOo presente procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **ESPEDITO PINHEIRO TAVARES 42348960478** - CNPJ: 13.100.192/0001-50						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel couchê 250g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade. tamanho 20cmx 19cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00002	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel couchê 250g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade. tamanho 23cmx 22,5cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00003	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel offset 180g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade.	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00

	tamanho 28cmx 20cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido					
00004	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel offset 180g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade, tamanho 20cmx 19cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00005	ADESIVO BOTON - com impressão eletrônica colorida e arte de alta resolução, tinta livre de níquel e personalizado com texto e/ou logotipo, com recorte. Arte e tamanhos a definir no ato do pedido	propria	M2	100,000000	77,99	7.799,00
00006	ADESIVO EM VINIL - para aplicar em veículos, colorido, com impressão eletrônica de alta resolução. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M2	500,000000	69,99	34.995,00
00007	ADESIVO PAPEL /VINIL 190G - colorido, corte reto ou especial. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M2	300,000000	70,00	21.000,00
00008	ADESIVO PERFURADO - para vidro traseiro de carro de passeio, com impressão colorida. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M2	200,000000	70,00	14.000,00
00009	AGENDA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO COLORIDA - no exercício do ano atual e arte a ser definida no ato do pedido, medindo 13,5cmx19,2 cm, capa dura, folhas internas: papel offset 63g/m2, com páginas especificas para: dados pessoais/ dados comerciais/ emergê	propria	UND	100,000000	14,49	1.449,00
00010	APOSTILA A4 (21,0 X 29,7 CM) - capa colorida, com impressão de até 100 páginas preto e branco, offset 75g, acabamento de acetato transparente liso, enobrecimento de cor, espiral de plástico preto ou transparente.	propria	UND	500,000000	11,49	5.745,00
00011	APOSTILA A4 (21,0 X 29,7 CM) - capa colorida, com impressão de até 300 páginas preto e branco, offset 75g, acabamento de acetato transparente liso, enobrecimento de cor, espiral de plástico preto ou transparente.	propria	UND	300,000000	39,63	11.889,00
00012	APOSTILA A4 (21,0 X 29,7 CM) - capa colorida, com impressão de até 500 páginas preto e branco, offset 75g, acabamento de acetato transparente liso, enobrecimento de cor, espiral de plástico preto ou transparente.	propria	UND	200,000000	62,46	12.492,00
00013	ATESTADO MÉDICO – tamanho 15CM X 20CM, impressão monocromática, papel ofício, bloco contendo 100 páginas. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	200,000000	7,88	1.576,00
00014	BALÕES PERSONALIZADOS – balões de látex, tamanho nº 9 (9 polegadas), com a arte, as cores dos balões e da impressão definidos no momento do pedido.	propria	UND	200,000000	3,97	794,00
00015	BANNER – frente com impressão colorida em alta qualidade, com bastão e corda, na orientação horizontal ou vertical, em material de lona com impressão de alta resolução brilhosa ou fosca, com bastão e corda. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M²	300,000000	80,00	24.000,00
00016	BANNER – frente com impressão colorida em alta qualidade, com bastão e corda, na orientação horizontal ou vertical, em material de lona com impressão de alta resolução brilhosa ou fosca, com ilhós nas bordas para amarração. Arte e tamanho a definir no ato	propria	M²	100,000000	77,75	7.775,00
00017	BISNAGA EM PLÁSTICO - com personalização a definir, material plástico, 40ml com tampa flip top com largura da bisnaga 5,35cm, altura: 7,6cm e comprimento: 7,6cm.	propria	UND	500,000000	1,54	770,00
00018	BLOCO DE NOTAS EM A5 (14,8 X 21,0 CM) - contendo 50 folhas, impressão colorida, papel offset 75g, blocado/colado, adesivo que permite que seja retirada e recolocadas sem danificar papéis ou outras superfícies, sem deixar resíduos do adesivo. Arte a defini	propria	UND	100,000000	8,53	853,00
00019	BLOCO PARA RASCUNHO - com personalização a definir, medindo 7x10cm, contendo 50 folhas internas brancas, com capa em papel branco fosco de 250 gramas e encadernação wire-o (arame pintado).	propria	UND	520,000000	4,96	2.579,20
00020	BLOCOS DE CARTELAS PARA SORTEIO – Impressão colorida, com arte e informações do sorteio a definir no ato do pedido. Tamanho das folhas: A5 (14,8 X 21,0 CM), papel ofício, bloco contendo 50 folhas	propria	Bloco	281,000000	4,00	1.124,00
00021	BLOCOS PARA ANOTAÇÕES CONTENDO 150 PÁGINAS - no total, sendo divididas em 3 cores diferentes com carbono, cada via de cor diferente contendo 50 páginas cada, tamanho das folhas: A5 (14,8 X 21,0 CM)	propria	UND	180,000000	15,00	2.700,00
00022	BOLSA DE LONA PERSONALIZADA - Confeccionada em lona 10 impermeável, 100% algodão, com cor a definir e arte em bordado a definir no ato da ordem de compra. Medidas: 32 cm de altura x 37 cm de largura x 20 cm de fundo (A x l x f); composta por 02 repartiçõe	propria	UND	1.000,000000	23,64	23.640,00
00023	BOLSA TNT METALIZADA - tamanho 30x30 cm, lateral de 5 cm, em material TNT metalizado. Personalizada com cores e arte a ser definida no pedido, com impressão em alta qualidade	propria	UND	500,000000	9,96	4.980,00
00024	BOTTONS - estilo americano com base de PVC e alfinete no verso, diâmetro aproximado de 3,5 cm. Arte a ser definida no ato da solicitação da compra.	propria	UND	1.400,000000	2,69	3.766,00
00025	CADERNETA DA GESTANTE - capa em peso papel peso 40, medindo 215mm(A) x 140mm(L), impressão do miolo e da capa coloridos, impressão frente e verso, com 56 páginas, encadernação tipo grampo. Padrão Ministério da Saúde	propria	UND	150,000000	18,81	2.821,50
00026	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA – MENINO, LIVRETO, 14,8CM X 21CM (LXA), CAPA COLORIDA EM PAPEL COCHE 300G, impressão do miolo colorida frente e verso, com 96 páginas. PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	propria	UND	40,000000	16,72	668,80
00027	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA – MENINA, LIVRETO, 14,8CM X 21CM (LXA), CAPA COLORIDA EM PAPEL COCHE 300G, impressão do miolo colorida frente e verso, com 96 páginas. PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	propria	UND	40,000000	16,72	668,80
00028	CADERNETA DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA - Capa em peso papel peso 40, medindo 215mm(a) x 140mm(l), impressão do miolo e da capa coloridos, impressão frente e verso, 61 páginas, encadernação tipo grampo. Padrão Ministério da Saúde	propria	UND	100,000000	14,11	1.411,00
00029	CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE (MENINO E MENINA) - Medindo 115mm (l) x 148mm (a), capa colorida em papel coche 300g, impressão do miolo colorida, encadernação tipo grampo. Padrão Ministério da Saúde	propria	UND	100,000000	16,74	1.674,00
00030	CAIXINHA DE PAPEL PESO 60 BRANCA 10CM - com personalização a definir, tamanho médio de 10x10x10 cm e personalização a definir. Contendo laço de fita de cetim cor a definir.	propria	UND	500,000000	6,54	3.270,00
00031	CAIXINHA DE PAPEL PESO 60 BRANCA 5CM - com personalização a definir, tamanho médio de 5x5x5 cm e personalização a definir. Contendo laço de fita de cetim cor a definir.	propria	UND	500,000000	5,00	2.500,00
00032	CAIXINHA EM MDF GRANDE - de coloração clara e fibras, com tampa, com personalização a definir, material mdf cru 3mm em formato quadrado medindo 10x12x20 (altura x largura x comprimento).	propria	UND	350,000000	8,92	3.122,00
00033	CAIXINHA EM MDF MÉDIA - de coloração clara e fibras fechada, com personalização a definir, material mdf cru 3mm em formato quadrado medindo 5x10x10 (altura x largura x comprimento).	propria	UND	350,000000	6,45	2.257,50
00034	CAIXINHA EM MDF PEQUENA - de coloração clara e fibras fechada, com personalização a definir, material mdf cru 3mm em formato quadrado medindo 6x6x5 (altura x largura x comprimento).	propria	UND	450,000000	3,35	1.507,50
00035	CAIXINHA EM PAPEL KRAFT TAM. MÉDIO - com personalização a definir, tamanho médio de 20x20x12cm (CxAxL) com tampa e fundo separados.	propria	UND	550,000000	9,39	5.164,50
00036	CAIXINHA EM PAPEL KRAFT TAM. PEQUENO - com personalização a definir, tamanho médio de 8x8x5cm (CxAxL) com tampa e fundo separados.	propria	UND	550,000000	9,49	5.219,50
00037	CANECA CILÍNDRICA EM CERÂMICA BRANCA - resinada com alça, para sublimação, medindo 9,5 X 11 cm, cilíndrica, capacidade mínima de 325 ml, Classe A, personalizada com sublimação colorida e arte a ser definida.	propria	UND	480,000000	7,00	3.360,00
00038	CANETA ECOLOGICA PERSONALIZADA - de papelão com clip e ponteira plástica colorida, possui relevo na ponteira. Aciona por clique. Tamanho total aproximado (CxD): 14cm x 1,5 cm Peso aproximado (g) 6.	propria	UND	700,000000	3,00	2.100,00
00039	CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA - Caneta plástica esferográfica azul, com corpo na cor branca, clip plástico na cor azul, anel central e ponteira na cor prata, parte inferior emborrachada na cor azul e com relevo. Medindo 14 cm de altura, 1,6 cm de lar	propria	UND	500,000000	3,00	1.500,00
00040	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - em papel peso 40, medindo 8,5cm x 5,5cm (LxA), impressão monocromática na frente, cantos arredondados, com revestimento e com cordão acoplado. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.600,000000	2,25	3.600,00
00041	CARTÃO DE VACINA DO ADULTO – Confeccionado em papel peso 40, impressão monocromática frente e verso, medindo 170mm x 65mm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	200,000000	1,00	200,00
00042	CARTÃO SOMBRA DE VACINAÇÃO CONFECCIONADO EM PAPEL PESO 40 - impressão monocrática somente na frente, medindo 185mm x 110mm (LXA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	200,000000	1,37	274,00
00043	CARTAZ A1 (59,4 X 84,1 CM) - frente colorida, couchê 150g brilho ou fosco, refile. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	410,000000	7,33	3.005,30
00044	CARTAZ A2 (42,0 X 59,4 CM) - frente colorida, couchê 150g brilho ou fosco, refile. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	410,000000	7,33	3.005,30
00045	CARTAZ A3 (30X42CM) - frente colorida, couchê 150g brilho ou fosco, refile. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	410,000000	4,00	1.640,00
00046	CERTIFICADO - Papel couchê brilho, gramatura 180g, formato 32 x 22 cm, impressão colorida. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	701,000000	1,07	750,07
00047	CHAVEIRO ABRIDOR DE METAL - formato "pé de galinha" com personalização (a definir) em laser. Tamanho total aproximado (CxL): 6,5cm x 1,1cm peso aproximado (g):23.	propria	UND	500,000000	1,86	930,00
00048	CHAVEIRO DE ACRÍLICO - no formato retangular, com argolas para chaves e personalização a definir com foto ou imagem colorida a definir 3x4cm.	propria	UND	910,000000	2,84	2.584,40
00049	CHAVEIRO EM METAL - de cor cobreada, com argola para chaves com o brasão do município em alto relevo, em formato circular e um mosquetão.	propria	UND	560,000000	7,00	3.920,00
00050	COFRINHO PERSONALIZADO - composto por papelão e parte superior e inferior de plástico em cores diversas a definir e personalização com impressão colorida a definir no ato do pedido. Tamanho aproximado: 10,2cm de altura e 6,5cm de diâmetro.	propria	UND	500,000000	4,41	2.205,00
00051	CONVITE PERSONALIZADO - impressão colorida em papel couchê 250g. medindo 20cmx15cm. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	780,000000	1,06	826,80
00052	COPO LONG DRINK - personalização a definir, em material de acrílico, em cor a definir, com capacidade de 350ml medindo 15cm e diâmetro da boca 6cm.	propria	UND	1.500,000000	4,00	6.000,00
00053	COPO REUTILIZÁVEL COM TAMPA - deverá conter logomarca feita com impressão direta, para bebidas quentes e geladas, fabricado em polipropileno, com cor a ser definida no ato da compra, com capacidade de 550ml. Alta durabilidade. Dimensões: 16,0 de altura. I	propria	UND	500,000000	10,00	5.000,00
00054	COPOS TWISTER C/TAMPA E CANUDO - personalização a definir, em material de acrílico, em cor a definir, com capacidade de 300ml medindo 20 cm de largura, 08 cm de diâmetro e 11 cm de altura.	propria	UND	850,000000	5,90	5.015,00
00055	CORDÃO PARA CRACHÁ PERSONALIZADO – com trava de segurança, produzido em material 100% poliéster de alta qualidade, impressão colorida, medidas: 90 X 2 CM (Comprimento X Largura - Aberto), Clipe Jacaré com argola.	propria	UND	200,000000	2,55	510,00

00056	CRACHÁ FUNCIONAL EM PVC - tamanho 54mm x 86mm, espessura 0,84mm, impressão colorida em alta qualidade. Cantos arredondados, com cordão acoplado. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	500,000000	7,67	3.835,00
00057	DIÁRIOS DE CLASSE A4 (21 X 29,7 CM) - papel ofício, capa colorida, miolo com 35 páginas, impressão frente e verso preto e branco e encadernação em espiral.	propria	UND	100,000000	10,00	1.000,00
00058	DISPLAY RETANGULAR DE PS BRANCO DE TAMANHO A4 (20X30CM) - com orientação vertical material PS (polietileno) branco. Personalização com adesivagem colorida a definir no ato da ordem de serviço	propria	UND	90,000000	15,00	1.350,00
00059	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 01 A 20 FOLHAS TAMANHO A4 - com capa em polipropileno transparente e espiral de plástico com cores a definir no ato da ordem de serviço	propria	UND	270,000000	3,50	945,00
00060	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 101 A 150 FOLHAS TAMANHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	420,000000	6,77	2.843,40
00061	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 151 A 200 FOLHAS TAMANHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	470,000000	7,25	3.407,50
00062	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 21 A 50 FOLHAS TAMABHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	220,000000	4,00	880,00
00063	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 51 A 100 FOLHAS TAMANHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	420,000000	6,77	2.843,40
00064	ESPELHO PORTATIL - redondo composto por plástico, vidro e metal com tamanho aproximadamente de 8x8 cm.	propria	UND	200,000000	7,00	1.400,00
00065	ETIQUETA PARA TOMBAMENTO - em alumínio flexível, espessura mínima de 0,30mm, medindo (45 x 15) mm, com brasão institucional colorido, com bordas arredondadas e autoadesivo com alto grau de fixação, em foto anodizacao selada/fosqueada, número de patrimônio	propria	UND	2.000,000000	1,80	3.600,00
00066	FAIXA DE LONA DE ALTA QUALIDADE - lona brilhosa, impressão colorida de alta qualidade, com bastões de madeira, ilhós nos 4 cantos e cordão para amarrar. Arte e personalização a definir no ato do pedido	propria	M²	240,000000	22,00	5.280,00
00067	FICHA PERINATAL – ambulatório (espelho da gestante), 315cm x 215cm, em papel peso 40, frente e verso colorido	propria	UND	200,000000	4,98	996,00
00068	FLYERS, FOLHETO OU PANFLETO DL, 10x20 cm (LXA) -impressão frente e verso, colorido, papel couché fosco 115g, refile. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	3.700,000000	0,73	2.701,00
00069	FOLDER DL, 29,5X21CM (LXA) NO FORMATO FECHADO, 6 PGS - no formato aberto, papel couché 150g brilho, impressão colorida frente e verso. tipos de dobras: carteira, janela, sanfona ou enrolada. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	3.700,000000	4,23	15.651,00
00070	FORMULARIO IMPRESSO CONFECCIONADO EM FOLHA DE PAPEL A4 - gramatura: 75g/m2, tamanho: 210x297mm, bloco com 100fls, impressão: (frente), ARTE A SER DEFINIDA NO MOMENTO DO PEDIDO ATÉ 60 MODELOS DIFERENTES.	propria	UND	1.000,000000	5,20	5.200,00
00071	FORMULARIO IMPRESSO CONFECCIONADO EM FOLHA DE PAPEL A4 - gramatura: 75g/m2, tamanho: 210x297mm, bloco com 100fls, impressão: (frente e verso), ARTE A SER DEFINIDA NO MOMENTO DO PEDIDO ATÉ 60 MODELOS DIFERENTES.	propria	UND	1.000,000000	6,00	6.000,00
00072	FORMULARIO IMPRESSO CONFECCIONADO EM FOLHA DE PAPEL, GRAMATURA: 75G/M2 - dimensões aproximadas: 210x96mm, bloco com 100fls, IMPRESSÃO: (FRENTE ARTE A SER DEFINIDA NO MOMENTO DO PEDIDO ATÉ 60 MODELOS DIFERENTES.	propria	UND	910,000000	6,03	5.487,30
00073	GARRAFA DE ÁGUA SQUEEZE 350ML - de polipropileno transparente colorida plástica tampa rosqueável da mesma cor, acompanha alça de nylon presa a tampa, tamanho aproximado de 15cm x 6,5 cm, peso aproximado 70 gramas.	propria	UND	400,000000	5,93	2.372,00
00074	GARRAFA SQUEEZE 300 ML - Material: plástico flexível, com vedação completa, válvula (bico) em PEMD (polietileno de média densidade) flexível em cores variadas a definir no ato do pedido. Arte personalizada com impressão colorida em serigrafia, cor 1x0, di	propria	UND	500,000000	5,93	2.965,00
00075	GARRAFINHA PLÁSTICA 150ML - com personalização em impressão colorida a definir, com rolha ou tampa de metal. Cores variadas a definir, tamanho médio de 9,7cm de altura, 2cm de largura na tampa, 3cm de largura na base, 11 cm de circunferência no copo.	propria	UND	500,000000	4,10	2.050,00
00076	IMPRESSÃO COM PLASTIFICAÇÃO – impressão colorida frente e verso em papel Offset 180g, com plastificação transparente, tamanho A4.	propria	UND	100,000000	2,28	228,00
00077	IMPRESSÃO DE FOTO TAMANHO 20CM X 30CM, EM PAPEL A4 - tipo fotográfico 180g em cores, impressão de alta qualidade. IMAGENS A SEREM DEFINIDAS NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	280,000000	6,46	1.808,80
00078	IMPRESSÃO E AUTO ENVELOPAMENTO EM FORMULÁRIO DE TAMANHO A4 (210X297MM) - em off set com cor em 1x1 (preto). a impressão deverá ser de forma sequencial, com dados importados a partir do arquivo TXT, com código de barras, arquivo disponibilizado pela Secret	propria	UND	8.800,000000	1,95	17.160,00
00079	LATA TUBO – personalização com impressão colorida de alta qualidade, composto por papelão e partes superior e inferior de plástico em cores diversas com tamanho aproximadamente 10x10 cm.	propria	UND	300,000000	7,88	2.364,00
00080	LETRAS E SÍMBOLOS EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO) PARA FACHADAS – Letreiros e símbolos diversos em ACM (alumínio composto) para fachadas, com personalização, estilo e tamanho da letra e símbolos a definir no ato do pedido. Incluindo todos os itens necessários	propria	M²	100,000000	500,00	50.000,00
00081	LETRAS E SÍMBOLOS EM AÇO INOX PARA FACHADAS – Letreiros e símbolos diversos em aço inox para fachadas, com personalização, estilo e tamanho da letra e símbolos a definir no ato do pedido. Incluindo todos os itens necessários para instalação: parafusos e e	propria	M²	150,000000	90,58	13.587,00
00082	MEDALHA EM ACRÍLICO COM CORTE A LASER - espessura 3mm, cor cristal transparente, formato redondo de tamanho 4cm, com impressão colorida em alta qualidade e arte personalizada a definir, acompanhada de fitas em tafetá de cores A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	2.000,000000	6,00	12.000,00
00083	MEDALHA EM METAL HONRA AO MÉRITO, 29MM, EM CORES OURO, PRATA E BRONZE - formato redondo de tamanho 2,9x2,9cm (LXA), acompanhada de fitas em tafetá de cores A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.500,000000	4,89	7.335,00
00084	MEDALHA EM METAL, EM CORES OURO, PRATA E BRONZE - formato redondo de tamanho 6cm, com impressão colorida em alta qualidade à prova d'água, e ARTE PERSONALIZADA A DEFINIR, acompanhada de fitas em tafetá de cores A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.750,000000	7,21	12.617,50
00085	NECESSAIRE BOX PERSONALIZADA - Tamanho:10x10x20cm, em Material: Nylon 600 com cor a definir, estampa colorida em sublimação de alta qualidade e fechamento com zíper	propria	UND	2.500,000000	9,40	23.500,00
00086	PASTA CLASSIFICADORA COM IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA NA CAPA - dimensões 345mm x 235mm, produzida em cartolina 480g/m² em cores variadas, acompanha grampos plásticos estendidos (PP) e tem capacidade arquivar em média 500 folhas. A cor da cartolina poderá ser	propria	UND	250,000000	4,97	1.242,50
00087	PASTA DE PAPEL, FORMATO ABERTO 47 X 33 CM - impressão externa preto e branco, papel couchê 250g branco. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	500,000000	2,00	1.000,00
00088	PASTA PERSONALIZADA COLORIDA COM BOLSO ENCAIXE - papel supremo 250g, plastificação brilho/corte vinco - bolso 4x0, arte personalizada, tamanho da pasta 31x44. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.000,000000	4,83	4.830,00
00089	PLACA DE HOMENAGEM – em acrílico com corte a laser medindo: (10,0 x 10,5) cm, com impressão digital direto na peça e montada sobre base de acrílico. Arte a ser definida no ato da solicitação da compra.	propria	UND	100,000000	15,00	1.500,00
00090	PLACA DE HOMENAGEM FORMATO DE TRAPÉZIO– em acrílico 2mm, com corte a laser medindo 10x15cm com impressão digital direto na peça e montada sobre base de acrílico medindo 14,5 x 6 cm. Arte e cor a ser definida no ato da solicitação da compra.	propria	UND	100,000000	30,00	3.000,00
00091	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTE - com textos a definir, confeccionado em vidro 2mm, forma sanduiche, formato retangular, medindo 30 cm x 10 cm x 3 mm, com moldura em alumínio, com 1 presilha central em alumínio.	propria	UND	170,000000	20,65	3.510,50
00092	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTE - com textos diversos, (a definir) confeccionado em PVC 2mm, em formato retangular medindo 30cm x 10cm x 3mm, impressa em várias cores, acabamento em vinil, com fita dupla face no verso para fixação.	propria	UND	170,000000	18,00	3.060,00
00093	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular, medindo 40cmx25cm.	propria	UND	50,000000	60,00	3.000,00
00094	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular, medindo 30cmx50cm.	propria	UND	140,000000	60,00	8.400,00
00095	PLACA DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS EM AÇO INOX – produzida em material aço inox número 18 escovado, fixada por 4 parafusos nos cantos da placa, medidas estimadas em 500mm L x 700mm A, com impressão serigráfica do texto alinhado ao centro da placa, utilizando a	propria	UND	10,000000	700,00	7.000,00
00096	PLACA DE SINALIZAÇÃO - /indicação com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular medindo 40 x 30 com cavalete de madeira medindo 1.60 cm.	propria	UND	50,000000	100,00	5.000,00
00097	PLACA DE SINALIZAÇÃO - /indicação com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular medindo 60 x 50 com cavalete de madeira medindo 1.60 cm.	propria	UND	50,000000	169,89	8.494,50
00098	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR FOTOLUMINESCENTE – Material: placa em PVC anti-chamas, furos 6mm, tamanho 26x18; Pintura: silk-screen e tinta colorida fotoluminescente; Norma: NBR 13434-2.	propria	UND	132,000000	21,00	2.772,00
00099	PLACA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE 5MM - MEDIDAS: 60x40cm. Adesivo em impressão digital colorida de alta resolução. Arte a ser definida no ato do pedido.	propria	UND	50,000000	79,88	3.994,00
00100	PLACA EM ZINCO - Confecção, pintura ou impressão e instalação no local indicado. Tamanho de 2,00 m x 1,30 cm. Arte e Cores a definir.	propria	UND	50,000000	169,33	8.466,50
00101	PLACA EM ZINCO COM CAVALETE DE MADEIRA - Confecção, pintura e instalação de placas de tamanho de 2.00 m x 1.00 m, com cavalete de madeira de 1.60 cm. Arte e cores a definir.	propria	UND	140,000000	188,99	26.458,60
00102	PLACA FACHADA EXTERNA - Confecção e instalação de placas externas tamanho em M² (a ser solicitado as medidas no momento da	propria	M²	70,000000	270,33	18.923,10

	emissão da ordem) em chapa de alumínio composto – ACM, com estrutura metálica interna, em metalon tratado com fundo de zarcão antife					
00103	PORTA MEDICAMENTOS - armazena sete dias da semana, com marcação de dias, fácil manuseio, composição polipropileno.	propria	UND	120,000000	19,83	2.379,60
00104	PORTA MOEDA - personalização a definir, composição de nylon e fechamento com zíper no tamanho médio de 10cm de comprimento e 9cm de altura.	propria	UND	320,000000	7,00	2.240,00
00105	RECEITUÁRIO AZUL TIPO B - talão de receituário controle especial do TIPO B, impresso em papel azul do tipo offset de 75g, tamanho de 18,5x9,5 cm, com picote para destacar e grampo de fixação, impresso em 01 via, cada bloco possui 50 folhas.	propria	Bloco	600,000000	9,68	5.808,00
00106	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 21CM X 14,8CM, EM DUAS VIAS (1ª VIA BRANCA E 2ª VIA AMARELA) - feito em papel auto copiativo, bloco com 50 folhas: 25 folhas 1ª via branca e 25 folhas 2ª via amarela, impressão preto e branco.	propria	Bloco	300,000000	8,93	2.679,00
00107	RECEITUÁRIO MÉDICO (COMUM) – Tamanho 20CM X 10 CM, papel ofício, bloco com 50 folhas.	propria	Bloco	300,000000	4,88	1.464,00
00108	REQUISIÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - Tamanho 10cm x 21cm, papel ofício, bloco com 50 folhas.	propria	Bloco	300,000000	8,33	2.499,00
00109	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA (SISCOLO) - Tamanho 21CM X 29,7CM, impressão frente e verso, papel ofício, bloco com 100 folhas.	propria	Bloco	20,000000	8,67	173,40
00110	REVISTA - características mínimas: formato A4, papel couché brilho 115g, com 08 páginas e com capa de couché brilho 180g. Impressão colorida frente e verso e arte a definir.	propria	UND	4.800,000000	12,00	57.600,00
00111	REVISTA - características mínimas: formato A4, papel couché brilho 115g, com 16 páginas e com capa de couché brilho 180g. Impressão colorida frente e verso e arte a definir.	propria	UND	2.000,000000	23,50	47.000,00
00112	SACOLA DE PAPEL KRAFT - no tamanho 26x25x12cm com personalização a definir.	propria	UND	400,000000	4,00	1.600,00
00113	SACOLA DE PAPEL KRAFT - no tamanho 32x23x10 com personalização a definir.	propria	UND	400,000000	5,33	2.132,00
00114	SACOLA DE TNT COM ALÇAS VAZADAS, TAMANHO L 20 CM x A 25CM - COM FECHO DE VELCRO E IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA. CORES DAS SACOLAS E DA IMPRESSÃO COLORIDAS, A DEFINIR NO ATO DA ORDEM DE SERVIÇO	propria	UND	1.000,000000	6,23	6.230,00
00115	SACOLA DE TNT COM ALÇAS VAZADAS, TAMANHO L 25CM x A 30CM - COM FECHO DE VELCRO E IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA. CORES DAS SACOLAS E DA IMPRESSÃO COLORIDAS, A DEFINIR NO ATO DA ORDEM DE SERVIÇO	propria	UND	2.500,000000	7,77	19.425,00
00116	SACOLA DE TNT COM ALÇAS VAZADAS, TAMANHO L 30CM x A 45CM - COM FECHO DE VELCRO E IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA. CORES DAS SACOLAS E DA IMPRESSÃO, COLORIDAS A DEFINIR NO ATO DA ORDEM DE SERVIÇO	propria	UND	500,000000	7,16	3.580,00
00117	SACOLA DE TNT COM FECHAMENTO DE AMARRAÇÃO COM CORDÕES DE NYLON NA PARTE SUPERIOR - Tamanho L 30cm x A 45cm. Impressão personalizada em serigrafia. Cores das sacolas e da impressão, coloridas, a definir no ato da ordem de serviço.	propria	UND	500,000000	7,60	3.800,00
00118	SACOLAS DE ALÇA VAZADA - Tamanho 20 X 30 CM, material plástico alta densidade, Espessura: 0,08 MICRAS, com impressão colorida. PERSONALIZAÇÃO E CORES DA SACOLA A DEFINIR.	propria	UND	1.000,000000	3,00	3.000,00
00119	SACOLAS DE ALÇA VAZADA - Tamanho 30 X 40 CM, material plástico Alta densidade, Espessura: 0,08 MICRAS, com impressão colorida. PERSONALIZAÇÃO E CORES DA SACOLA A DEFINIR.	propria	UND	1.000,000000	4,00	4.000,00
00120	SQUEEZE 500ml - com personalização a definir, em plástico resistente na cor branca, possui detalhe relevo na parte superior e tampa de bico (silicone) rosqueável. Tamanho aproximado (CxD): 20cm x 605cm x 21,9cm.	propria	UND	650,000000	6,08	3.952,00
00121	TOALHA DE MÃO - personalizada (a definir) com franja cores diversas, composição 100% algodão, gramatura 260 g/m2 tamanho 23cm x 38cm, com bordado personalizado a definir no ato do pedido	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	UND	1.800,000000	5,00	9.000,00
00122	TROFÉU – em acrílico 2 mm, personalizado com corte do formato feito a laser e com adesivo vinil com impressão digital em alta resolução e adesivado por trás do acrílico, onde não haverá contato com a impressão, aumentando assim sua durabilidade e resistên	propria	UND	100,000000	48,00	4.800,00
Total:						789.697,77

Valor Total**R$ 789.697,77** (setecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos);

Jucurutu/RN, 08 de maio de 2025.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Pregoeira

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:33679E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 022/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 06010004/2025

OBJETO:Registro de preços para possível contratação de serviços gráficos, confecção de placas e brindes em geral.

_____

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso IV, do artigo 71º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

HOMOLOGO o procedimento em favor da (s) licitante (s):

Vencedor(es): **ESPEDITO PINHEIRO TAVARES 42348960478 -** CNPJ: 13.100.192/0001-50

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel couchê 250g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade. tamanho 20cmx 19cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00002	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel couchê 250g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade. tamanho 23cmx 22,5cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00003	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel offset 180g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade. tamanho 28cmx 20cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00004	ABANADOR (VENTAROLA/LEQUE) - personalizado em papel offset 180g branco, impressão frente e verso colorida de alta qualidade. tamanho 20cmx 19cm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	3.000,000000	1,97	5.910,00
00005	ADESIVO BOTON - com impressão eletrônica colorida e arte de alta resolução, tinta livre de níquel e personalizado com texto e/ou logotipo, com recorte. Arte e tamanhos a definir no ato do pedido	propria	M2	100,000000	77,99	7.799,00
00006	ADESIVO EM VINIL - para aplicar em veículos, colorido, com impressão eletrônica de alta resolução. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M2	500,000000	69,99	34.995,00
00007	ADESIVO PAPEL /VINIL 190G - colorido, corte reto ou especial. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M2	300,000000	70,00	21.000,00
00008	ADESIVO PERFURADO - para vidro traseiro de carro de passeio, com impressão colorida. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M2	200,000000	70,00	14.000,00
00009	AGENDA PERSONALIZADA COM IMPRESSÃO COLORIDA - no exercício do ano atual e arte a ser definida no ato do pedido, medindo 13,5cmx19,2 cm, capa dura, folhas internas: papel offset 63g/m2, com páginas especificas para: dados pessoais/ dados comerciais/ emergê	propria	UND	100,000000	14,49	1.449,00
00010	APOSTILA A4 (21,0 X 29,7 CM) - capa colorida, com impressão de até 100 páginas preto e branco, offset 75g, acabamento de acetato transparente liso, enobrecimento de cor, espiral de plástico preto ou transparente.	propria	UND	500,000000	11,49	5.745,00
00011	APOSTILA A4 (21,0 X 29,7 CM) - capa colorida, com impressão de até 300 páginas preto e branco, offset 75g, acabamento de acetato transparente liso, enobrecimento de cor, espiral de plástico preto ou transparente.	propria	UND	300,000000	39,63	11.889,00
00012	APOSTILA A4 (21,0 X 29,7 CM) - capa colorida, com impressão de até 500 páginas preto e branco, offset 75g, acabamento de acetato transparente liso, enobrecimento de cor, espiral de plástico preto ou transparente.	propria	UND	200,000000	62,46	12.492,00
00013	ATESTADO MÉDICO – tamanho 15CM X 20CM, impressão monocromática, papel ofício, bloco contendo 100 páginas. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	200,000000	7,88	1.576,00
00014	BALÕES PERSONALIZADOS – balões de látex, tamanho nº 9 (9 polegadas), com a arte, as cores dos balões e da impressão definidos no momento do pedido.	propria	UND	200,000000	3,97	794,00
00015	BANNER – frente com impressão colorida em alta qualidade, com bastão e corda, na orientação horizontal ou vertical, em material de lona com impressão de alta resolução brilhosa ou fosca, com bastão e corda. Arte e tamanho a definir no ato do pedido	propria	M²	300,000000	80,00	24.000,00

00016	BANNER – frente com impressão colorida em alta qualidade, com bastão e corda, na orientação horizontal ou vertical, em material de lona com impressão de alta resolução brilhosa ou fosca, com ilhós nas bordas para amarração. Arte e tamanho a definir no ato	propria	M²	100,000000	77,75	7.775,00
00017	BISNAGA EM PLÁSTICO - com personalização a definir, material plástico, 40ml com tampa flip top com largura da bisnaga 5,35cm, altura: 7,6cm e comprimento: 7,6cm.	propria	UND	500,000000	1,54	770,00
00018	BLOCO DE NOTAS EM A5 (14,8 X 21,0 CM) - contendo 50 folhas, impressão colorida, papel offset 75g, blocado/colado, adesivo que permite que seja retirada e recolocadas sem danificar papéis ou outras superfícies, sem deixar resíduos do adesivo. Arte a defini	propria	UND	100,000000	8,53	853,00
00019	BLOCO PARA RASCUNHO - com personalização a definir, medindo 7x10cm, contendo 50 folhas internas brancas, com capa em papel branco fosco de 250 gramas e encadernação wire-o (arame pintado).	propria	UND	520,000000	4,96	2.579,20
00020	BLOCOS DE CARTELAS PARA SORTEIO – Impressão colorida, com arte e informações do sorteio a definir no ato do pedido. Tamanho das folhas: A5 (14,8 X 21,0 CM), papel ofício, bloco contendo 50 folhas	propria	Bloco	281,000000	4,00	1.124,00
00021	BLOCOS PARA ANOTAÇÕES CONTENDO 150 PÁGINAS - no total, sendo divididas em 3 cores diferentes com carbono, cada via de cor diferente contendo 50 páginas cada, tamanho das folhas: A5 (14,8 X 21,0 CM)	propria	UND	180,000000	15,00	2.700,00
00022	BOLSA DE LONA PERSONALIZADA - Confeccionada em lona 10 impermeável, 100% algodão, com cor a definir e arte em bordado a definir no ato da ordem de compra. Medidas: 32 cm de altura x 37 cm de largura x 20 cm de fundo (A x l x f); composta por 02 repartiçõe	propria	UND	1.000,000000	23,64	23.640,00
00023	BOLSA TNT METALIZADA - tamanho 30x30 cm, lateral de 5 cm, em material TNT metalizado. Personalizada com cores e arte a ser definida no pedido, com impressão em alta qualidade	propria	UND	500,000000	9,96	4.980,00
00024	BOTTONS - estilo americano com base de PVC e alfinete no verso, diâmetro aproximado de 3,5 cm. Arte a ser definida no ato da solicitação da compra.	propria	UND	1.400,000000	2,69	3.766,00
00025	CADERNETA DA GESTANTE - capa em peso papel peso 40, medindo 215mm(A) x 140mm(L), impressão do miolo e da capa coloridos, impressão frente e verso, com 56 páginas, encadernação tipo grampo. Padrão Ministério da Saúde	propria	UND	150,000000	18,81	2.821,50
00026	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA – MENINO, LIVRETO, 14,8CM X 21CM (LXA), CAPA COLORIDA EM PAPEL COCHE 300G, impressão do miolo colorida frente e verso, com 96 páginas. PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	propria	UND	40,000000	16,72	668,80
00027	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA – MENINA, LIVRETO, 14,8CM X 21CM (LXA), CAPA COLORIDA EM PAPEL COCHE 300G, impressão do miolo colorida frente e verso, com 96 páginas. PADRÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE	propria	UND	40,000000	16,72	668,80
00028	CADERNETA DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA - Capa em peso papel peso 40, medindo 215mm(a) x 140mm(l), impressão do miolo e da capa coloridos, impressão frente e verso, 61 páginas, encadernação tipo grampo. Padrão Ministério da Saúde	propria	UND	100,000000	14,11	1.411,00
00029	CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE (MENINO E MENINA) - Medindo 115mm (l) x 148mm (a), capa colorida em papel coche 300g, impressão do miolo colorida, encadernação tipo grampo. Padrão Ministério da Saúde	propria	UND	100,000000	16,74	1.674,00
00030	CAIXINHA DE PAPEL PESO 60 BRANCA 10CM - com personalização a definir, tamanho médio de 10x10x10 cm e personalização a definir. Contendo laço de fita de cetim cor a definir.	propria	UND	500,000000	6,54	3.270,00
00031	CAIXINHA DE PAPEL PESO 60 BRANCA 5CM - com personalização a definir, tamanho médio de 5x5x5 cm e personalização a definir. Contendo laço de fita de cetim cor a definir.	propria	UND	500,000000	5,00	2.500,00
00032	CAIXINHA EM MDF GRANDE - de coloração clara e fibras, com tampa, com personalização a definir, material mdf cru 3mm em formato quadrado medindo 10x12x20 (altura x largura x comprimento).	propria	UND	350,000000	8,92	3.122,00
00033	CAIXINHA EM MDF MÉDIA - de coloração clara e fibras fechada, com personalização a definir, material mdf cru 3mm em formato quadrado medindo 5x10x10 (altura x largura x comprimento).	propria	UND	350,000000	6,45	2.257,50
00034	CAIXINHA EM MDF PEQUENA - de coloração clara e fibras fechada, com personalização a definir, material mdf cru 3mm em formato quadrado medindo 6x6x5 (altura x largura x comprimento).	propria	UND	450,000000	3,35	1.507,50
00035	CAIXINHA EM PAPEL KRAFT TAM. MÉDIO - com personalização a definir, tamanho médio de 20x20x12cm (CxAxL) com tampa e fundo separados.	propria	UND	550,000000	9,39	5.164,50
00036	CAIXINHA EM PAPEL KRAFT TAM. PEQUENO - com personalização a definir, tamanho médio de 8x8x5cm (CxAxL) com tampa e fundo separados.	propria	UND	550,000000	9,49	5.219,50
00037	CANECA CILÍNDRICA EM CERÂMICA BRANCA - resinada com alça, para sublimação, medindo 9,5 X 11 cm, cilíndrica, capacidade mínima de 325 ml, Classe A, personalizada com sublimação colorida e arte a ser definida.	propria	UND	480,000000	7,00	3.360,00
00038	CANETA ECOLOGICA PERSONALIZADA - de papelão com clip e ponteira plástica colorida, possui relevo na ponteira. Aciona por clique. Tamanho total aproximado (CxD): 14cm x 1,5 cm Peso aproximado (g) 6.	propria	UND	700,000000	3,00	2.100,00
00039	CANETA ESFEROGRÁFICA PERSONALIZADA - Caneta plástica esferográfica azul, com corpo na cor branca, clip plástico na cor azul, anel central e ponteira na cor prata, parte inferior emborrachada na cor azul e com relevo. Medindo 14 cm de altura, 1,6 cm de lar	propria	UND	500,000000	3,00	1.500,00
00040	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - em papel peso 40, medindo 8,5cm x 5,5cm (LxA), impressão monocromática na frente, cantos arredondados, com revestimento e com cordão acoplado. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.600,000000	2,25	3.600,00
00041	CARTÃO DE VACINA DO ADULTO – Confeccionado em papel peso 40, impressão monocromática frente e verso, medindo 170mm x 65mm (LxA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	200,000000	1,00	200,00
00042	CARTÃO SOMBRA DE VACINAÇÃO CONFECCIONADO EM PAPEL PESO 40 - impressão monocrática somente na frente, medindo 185mm x 110mm (LXA). Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	200,000000	1,37	274,00
00043	CARTAZ A1 (59,4 X 84,1 CM) - frente colorida, couchê 150g brilho ou fosco, refile. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	410,000000	7,33	3.005,30
00044	CARTAZ A2 (42,0 X 59,4 CM) - frente colorida, couchê 150g brilho ou fosco, refile. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	410,000000	7,33	3.005,30
00045	CARTAZ A3 (30X42CM) - frente colorida, couchê 150g brilho ou fosco, refile. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	410,000000	4,00	1.640,00
00046	CERTIFICADO - Papel couchê brilho, gramatura 180g, formato 32 x 22 cm, impressão colorida. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	701,000000	1,07	750,07
00047	CHAVEIRO ABRIDOR DE METAL - formato "pé de galinha" com personalização (a definir) em laser. Tamanho total aproximado (CxL): 6,5cm x 1,1cm peso aproximado (g):23.	propria	UND	500,000000	1,86	930,00
00048	CHAVEIRO DE ACRÍLICO - no formato retangular, com argolas para chaves e personalização a definir com foto ou imagem colorida a definir 3x4cm.	propria	UND	910,000000	2,84	2.584,40
00049	CHAVEIRO EM METAL - de cor cobreada, com argola para chaves com o brasão do município em alto relevo, em formato circular e um mosquetão.	propria	UND	560,000000	7,00	3.920,00
00050	COFRINHO PERSONALIZADO - composto por papelão e parte superior e inferior de plástico em cores diversas a definir e personalização com impressão colorida a definir no ato do pedido. Tamanho aproximado: 10,2cm de altura e 6,5cm de diâmetro.	propria	UND	500,000000	4,41	2.205,00
00051	CONVITE PERSONALIZADO - impressão colorida em papel couchê 250g. medindo 20cmx15cm. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	780,000000	1,06	826,80
00052	COPO LONG DRINK - personalização a definir, em material de acrílico, em cor a definir, com capacidade de 350ml medindo 15cm e diâmetro da boca 6cm.	propria	UND	1.500,000000	4,00	6.000,00
00053	COPO REUTILIZÁVEL COM TAMPA - deverá conter logomarca feita com impressão direta, para bebidas quentes e geladas, fabricado em polipropileno, com cor a ser definida no ato da compra, com capacidade de 550ml. Alta durabilidade. Dimensões: 16,0 de altura. I	propria	UND	500,000000	10,00	5.000,00
00054	COPOS TWISTER C/TAMPA E CANUDO - personalização a definir, em material de acrílico, em cor a definir, com capacidade de 300ml medindo 20 cm de largura, 08 cm de diâmetro e 11 cm de altura.	propria	UND	850,000000	5,90	5.015,00
00055	CORDÃO PARA CRACHÁ PERSONALIZADO – com trava de segurança, produzido em material 100% poliéster de alta qualidade, impressão colorida, medidas: 90 X 2 CM (Comprimento X Largura - Aberto), Clipe Jacaré com argola.	propria	UND	200,000000	2,55	510,00
00056	CRACHÁ FUNCIONAL EM PVC - tamanho 54mm x 86mm, espessura 0,84mm, impressão colorida em alta qualidade. Cantos arredondados, com cordão acoplado. Arte a definir no ato do pedido	propria	UND	500,000000	7,67	3.835,00
00057	DIÁRIOS DE CLASSE A4 (21 X 29,7 CM) - papel ofício, capa colorida, miolo com 35 páginas, impressão frente e verso preto e branco e encadernação em espiral.	propria	UND	100,000000	10,00	1.000,00
00058	DISPLAY RETANGULAR DE PS BRANCO DE TAMANHO A4 (20X30CM) - com orientação vertical material PS (polietileno) branco. Personalização com adesivagem colorida a definir no ato da ordem de serviço	propria	UND	90,000000	15,00	1.350,00
00059	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 01 A 20 FOLHAS TAMANHO A4 - com capa em polipropileno transparente e espiral de plástico com cores a definir no ato da ordem de serviço	propria	UND	270,000000	3,50	945,00
00060	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 101 A 150 FOLHAS TAMANHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	420,000000	6,77	2.843,40
00061	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 151 A 200 FOLHAS TAMANHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	470,000000	7,25	3.407,50
00062	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 21 A 50 FOLHAS TAMABHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	220,000000	4,00	880,00
00063	ENCARDENAÇÃO COM ESPIRAL DE 51 A 100 FOLHAS TAMANHO A4 - capa PP A4 210 x297mm com espessura 0,26 a 0,30 mm, transparente com cor a definir no ato da ordem de compra	propria	UND	420,000000	6,77	2.843,40
00064	ESPELHO PORTATIL - redondo composto por plástico, vidro e metal com tamanho aproximadamente de 8x8 cm.	propria	UND	200,000000	7,00	1.400,00
00065	ETIQUETA PARA TOMBAMENTO - em alumínio flexível, espessura mínima de 0,30mm, medindo (45 x 15) mm, com brasão institucional colorido, com bordas arredondadas e autoadesivo com alto grau de fixação, em foto anodizacao selada/fosqueada, número de patrimônio	propria	UND	2.000,000000	1,80	3.600,00
00066	FAIXA DE LONA DE ALTA QUALIDADE - lona brilhosa, impressão colorida de alta qualidade, com bastões de madeira, ilhós nos 4 cantos e cordão para amarrar. Arte e personalização a definir no ato do pedido	propria	M²	240,000000	22,00	5.280,00
00067	FICHA PERINATAL – ambulatório (espelho da gestante), 315cm x 215cm, em papel peso 40, frente e verso colorido	propria	UND	200,000000	4,98	996,00

00068	FLYERS, FOLHETO OU PANFLETO DL, 10x20 cm (LXA) -impressão frente e verso, colorido, papel couché fosco 115g, refile. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	3.700,000000	0,73	2.701,00
00069	FOLDER DL, 29,5X21CM (LXA) NO FORMATO FECHADO, 6 PGS - no formato aberto, papel couché 150g brilho, impressão colorida frente e verso. tipos de dobras: carteira, janela, sanfona ou enrolada. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	3.700,000000	4,23	15.651,00
00070	FORMULARIO IMPRESSO CONFECCIONADO EM FOLHA DE PAPEL A4 - gramatura: 75g/m2, tamanho: 210x297mm, bloco com 100fls, impressão: (frente), ARTE A SER DEFINIDA NO MOMENTO DO PEDIDO ATÉ 60 MODELOS DIFERENTES.	propria	UND	1.000,000000	5,20	5.200,00
00071	FORMULARIO IMPRESSO CONFECCIONADO EM FOLHA DE PAPEL A4 - gramatura: 75g/m2, tamanho: 210x297mm, bloco com 100fls, impressão: (frente e verso), ARTE A SER DEFINIDA NO MOMENTO DO PEDIDO ATÉ 60 MODELOS DIFERENTES.	propria	UND	1.000,000000	6,00	6.000,00
00072	FORMULARIO IMPRESSO CONFECCIONADO EM FOLHA DE PAPEL, GRAMATURA: 75G/M2 - dimensões aproximadas: 210x96mm, bloco com 100fls, IMPRESSÃO: (FRENTE ARTE A SER DEFINIDA NO MOMENTO DO PEDIDO ATÉ 60 MODELOS DIFERENTES.	propria	UND	910,000000	6,03	5.487,30
00073	GARRAFA DE ÁGUA SQUEEZE 350ML - de polipropileno transparente colorida plástica tampa rosqueável da mesma cor, acompanha alça de nylon presa a tampa, tamanho aproximado de 15cm x 6,5 cm, peso aproximado 70 gramas.	propria	UND	400,000000	5,93	2.372,00
00074	GARRAFA SQUEEZE 300 ML - Material: plástico flexível, com vedação completa, válvula (bico) em PEMD (polietileno de média densidade) flexível em cores variadas a definir no ato do pedido. Arte personalizada com impressão colorida em serigrafia, cor 1x0, di	propria	UND	500,000000	5,93	2.965,00
00075	GARRAFINHA PLÁSTICA 150ML - com personalização em impressão colorida a definir, com rolha ou tampa de metal. Cores variadas a definir, tamanho médio de 9,7cm de altura, 2cm de largura na tampa, 3cm de largura na base, 11 cm de circunferência no copo.	propria	UND	500,000000	4,10	2.050,00
00076	IMPRESSÃO COM PLASTIFICAÇÃO – impressão colorida frente e verso em papel Offset 180g, com plastificação transparente, tamanho A4.	propria	UND	100,000000	2,28	228,00
00077	IMPRESSÃO DE FOTO TAMANHO 20CM X 30CM, EM PAPEL A4 - tipo fotográfico 180g em cores, impressão de alta qualidade. IMAGENS A SEREM DEFINIDAS NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	280,000000	6,46	1.808,80
00078	IMPRESSÃO E AUTO ENVELOPAMENTO EM FORMULÁRIO DE TAMANHO A4 (210X297MM) - em off set com cor em 1x1 (preto). a impressão deverá ser de forma sequencial, com dados importados a partir do arquivo TXT, com código de barras, arquivo disponibilizado pela Secret	propria	UND	8.800,000000	1,95	17.160,00
00079	LATA TUBO – personalização com impressão colorida de alta qualidade, composto por papelão e partes superior e inferior de plástico em cores diversas com tamanho aproximadamente 10x10 cm.	propria	UND	300,000000	7,88	2.364,00
00080	LETRAS E SÍMBOLOS EM ACM (ALUMÍNIO COMPOSTO) PARA FACHADAS – Letreiros e símbolos diversos em ACM (alumínio composto) para fachadas, com personalização, estilo e tamanho da letra e símbolos a definir no ato do pedido. Incluindo todos os itens necessários	propria	M²	100,000000	500,00	50.000,00
00081	LETRAS E SÍMBOLOS EM AÇO INOX PARA FACHADAS – Letreiros e símbolos diversos em aço inox para fachadas, com personalização, estilo e tamanho da letra e símbolos a definir no ato do pedido. Incluindo todos os itens necessários para instalação: parafusos e e	propria	M²	150,000000	90,58	13.587,00
00082	MEDALHA EM ACRÍLICO COM CORTE A LASER - espessura 3mm, cor cristal transparente, formato redondo de tamanho 4cm, com impressão colorida em alta qualidade e arte personalizada a definir, acompanhada de fitas em tafetá de cores A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	2.000,000000	6,00	12.000,00
00083	MEDALHA EM METAL HONRA AO MÉRITO, 29MM, EM CORES OURO, PRATA E BRONZE - formato redondo de tamanho 2,9x2,9cm (LXA), acompanhada de fitas em tafetá de cores A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.500,000000	4,89	7.335,00
00084	MEDALHA EM METAL, EM CORES OURO, PRATA E BRONZE - formato redondo de tamanho 6cm, com impressão colorida em alta qualidade à prova d'água, e ARTE PERSONALIZADA A DEFINIR, acompanhada de fitas em tafetá de cores A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.750,000000	7,21	12.617,50
00085	NECESSAIRE BOX PERSONALIZADA - Tamanho:10x10x20cm, em Material: Nylon 600 com cor a definir, estampa colorida em sublimação de alta qualidade e fechamento com zíper	propria	UND	2.500,000000	9,40	23.500,00
00086	PASTA CLASSIFICADORA COM IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA NA CAPA - dimensões 345mm x 235mm, produzida em cartolina 480g/m² em cores variadas, acompanha grampos plásticos estendidos (PP) e tem capacidade arquivar em média 500 folhas. A cor da cartolina poderá ser	propria	UND	250,000000	4,97	1.242,50
00087	PASTA DE PAPEL, FORMATO ABERTO 47 X 33 CM - impressão externa preto e branco, papel couchê 250g branco. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	500,000000	2,00	1.000,00
00088	PASTA PERSONALIZADA COLORIDA COM BOLSO ENCAIXE - papel supremo 250g, plastificação brilho/corte vinco - bolso 4x0, arte personalizada, tamanho da pasta 31x44. ARTE A DEFINIR NO ATO DO PEDIDO	propria	UND	1.000,000000	4,83	4.830,00
00089	PLACA DE HOMENAGEM – em acrílico com corte a laser medindo: (10,0 x 10,5) cm, com impressão digital direto na peça e montada sobre base de acrílico. Arte a ser definida no ato da solicitação da compra.	propria	UND	100,000000	15,00	1.500,00
00090	PLACA DE HOMENAGEM FORMATO DE TRAPÉZIO– em acrílico 2mm, com corte a laser medindo 10x15cm com impressão digital direto na peça e montada sobre base de acrílico medindo 14,5 x 6 cm. Arte e cor a ser definida no ato da solicitação da compra.	propria	UND	100,000000	30,00	3.000,00
00091	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTE - com textos a definir, confeccionado em vidro 2mm, forma sanduiche, formato retangular, medindo 30 cm x 10 cm x 3 mm, com moldura em alumínio, com 1 presilha central em alumínio.	propria	UND	170,000000	20,65	3.510,50
00092	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTE - com textos diversos, (a definir) confeccionado em PVC 2mm, em formato retangular medindo 30cm x 10cm x 3mm, impressa em várias cores, acabamento em vinil, com fita dupla face no verso para fixação.	propria	UND	170,000000	18,00	3.060,00
00093	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular, medindo 40cmx25cm.	propria	UND	50,000000	60,00	3.000,00
00094	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS - com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular, medindo 30cmx50cm.	propria	UND	140,000000	60,00	8.400,00
00095	PLACA DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS EM AÇO INOX – produzida em material aço inox número 18 escovado, fixada por 4 parafusos nos cantos da placa, medidas estimadas em 500mm L x 700mm A, com impressão serigráfica do texto alinhado ao centro da placa, utilizando a	propria	UND	10,000000	700,00	7.000,00
00096	PLACA DE SINALIZAÇÃO - /indicação com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular medindo 40 x 30 com cavalete de madeira medindo 1.60 cm.	propria	UND	50,000000	100,00	5.000,00
00097	PLACA DE SINALIZAÇÃO - /indicação com texto a definir confeccionado em metal, formato retangular medindo 60 x 50 com cavalete de madeira medindo 1.60 cm.	propria	UND	50,000000	169,89	8.494,50
00098	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR FOTOLUMINESCENTE – Material: placa em PVC anti-chamas, furos 6mm, tamanho 26x18; Pintura: silk-screen e tinta colorida fotoluminescente; Norma: NBR 13434-2.	propria	UND	132,000000	21,00	2.772,00
00099	PLACA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE 5MM - MEDIDAS: 60x40cm. Adesivo em impressão digital colorida de alta resolução. Arte a ser definida no ato do pedido.	propria	UND	50,000000	79,88	3.994,00
00100	PLACA EM ZINCO - Confecção, pintura ou impressão e instalação no local indicado. Tamanho de 2,00 m x 1,30 cm. Arte e Cores a definir.	propria	UND	50,000000	169,33	8.466,50
00101	PLACA EM ZINCO COM CAVALETE DE MADEIRA - Confecção, pintura e instalação de placas de tamanho de 2.00 m x 1.00 m, com cavalete de madeira de 1.60 cm. Arte e cores a definir.	propria	UND	140,000000	188,99	26.458,60
00102	PLACA FACHADA EXTERNA - Confecção e instalação de placas externas tamanho em M² (a ser solicitado as medidas no momento da emissão da ordem) em chapa de alumínio composto – ACM, com estrutura metálica interna, em metalon tratado com fundo de zarcão antife	propria	M²	70,000000	270,33	18.923,10
00103	PORTA MEDICAMENTOS - armazena sete dias da semana, com marcação de dias, fácil manuseio, composição polipropileno.	propria	UND	120,000000	19,83	2.379,60
00104	PORTA MOEDA - personalização a definir, composição de nylon e fechamento com zíper no tamanho médio de 10cm de comprimento e 9cm de altura.	propria	UND	320,000000	7,00	2.240,00
00105	RECEITUÁRIO AZUL TIPO B - talão de receituário controle especial do TIPO B, impresso em papel azul do tipo offset de 75g, tamanho de 18,5x9,5 cm, com picote para destacar e grampo de fixação, impresso em 01 via, cada bloco possui 50 folhas.	propria	Bloco	600,000000	9,68	5.808,00
00106	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 21CM X 14,8CM, EM DUAS VIAS (1ª VIA BRANCA E 2ª VIA AMARELA) - feito em papel auto copiativo, bloco com 50 folhas: 25 folhas 1ª via branca e 25 folhas 2ª via amarela, impressão preto e branco.	propria	Bloco	300,000000	8,93	2.679,00
00107	RECEITUÁRIO MÉDICO (COMUM) – Tamanho 20CM X 10 CM, papel ofício, bloco com 50 folhas.	propria	Bloco	300,000000	4,88	1.464,00
00108	REQUISIÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - Tamanho 10cm x 21cm, papel ofício, bloco com 50 folhas.	propria	Bloco	300,000000	8,33	2.499,00
00109	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA (SISCOLO) - Tamanho 21CM X 29,7CM, impressão frente e verso, papel ofício, bloco com 100 folhas.	propria	Bloco	20,000000	8,67	173,40
00110	REVISTA - características mínimas: formato A4, papel couché brilho 115g, com 08 páginas e com capa de couché brilho 180g. Impressão colorida frente e verso e arte a definir.	propria	UND	4.800,000000	12,00	57.600,00
00111	REVISTA - características mínimas: formato A4, papel couché brilho 115g, com 16 páginas e com capa de couché brilho 180g. Impressão colorida frente e verso e arte a definir.	propria	UND	2.000,000000	23,50	47.000,00
00112	SACOLA DE PAPEL KRAFT - no tamanho 26x25x12cm com personalização a definir.	propria	UND	400,000000	4,00	1.600,00
00113	SACOLA DE PAPEL KRAFT - no tamanho 32x23x10 com personalização a definir.	propria	UND	400,000000	5,33	2.132,00
00114	SACOLA DE TNT COM ALÇAS VAZADAS, TAMANHO L 20 CM x A 25CM - COM FECHO DE VELCRO E IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA. CORES DAS SACOLAS E DA IMPRESSÃO COLORIDAS, A DEFINIR NO ATO DA ORDEM DE SERVIÇO	propria	UND	1.000,000000	6,23	6.230,00
00115	SACOLA DE TNT COM ALÇAS VAZADAS, TAMANHO L 25CM x A 30CM - COM FECHO DE VELCRO E IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA. CORES DAS SACOLAS E DA IMPRESSÃO COLORIDAS, A DEFINIR NO ATO DA ORDEM	propria	UND	2.500,000000	7,77	19.425,00

	DE SERVIÇO					
00116	SACOLA DE TNT COM ALÇAS VAZADAS, TAMANHO L 30CM x A 45CM - COM FECHO DE VELCRO E IMPRESSÃO PERSONALIZADA EM SERIGRAFIA. CORES DAS SACOLAS E DA IMPRESSÃO, COLORIDAS A DEFINIR NO ATO DA ORDEM DE SERVIÇO	propria	UND	500,000000	7,16	3.580,00
00117	SACOLA DE TNT COM FECHAMENTO DE AMARRAÇÃO COM CORDÕES DE NYLON NA PARTE SUPERIOR - Tamanho L 30cm x A 45cm. Impressão personalizada em serigrafia. Cores das sacolas e da impressão, coloridas, a definir no ato da ordem de serviço.	propria	UND	500,000000	7,60	3.800,00
00118	SACOLAS DE ALÇA VAZADA - Tamanho 20 X 30 CM, material plástico alta densidade, Espessura: 0,08 MICRAS, com impressão colorida. PERSONALIZAÇÃO E CORES DA SACOLA A DEFINIR.	propria	UND	1.000,000000	3,00	3.000,00
00119	SACOLAS DE ALÇA VAZADA - Tamanho 30 X 40 CM, material plástico Alta densidade, Espessura: 0,08 MICRAS, com impressão colorida. PERSONALIZAÇÃO E CORES DA SACOLA A DEFINIR.	propria	UND	1.000,000000	4,00	4.000,00
00120	SQUEEZE 500ml - com personalização a definir, em plástico resistente na cor branca, possui detalhe relevo na parte superior e tampa de bico (silicone) rosqueável. Tamanho aproximado (CxD): 20cm x 605cm x 21,9cm.	propria	UND	650,000000	6,08	3.952,00
00121	TOALHA DE MÃO - personalizada (a definir) com franja cores diversas, composição 100% algodão, gramatura 260 g/m2 tamanho 23cm x 38cm, com bordado personalizado a definir no ato do pedido	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	UND	1.800,000000	5,00	9.000,00
00122	TROFÉU – em acrílico 2 mm, personalizado com corte do formato feito a laser e com adesivo vinil com impressão digital em alta resolução e adesivado por trás do acrílico, onde não haverá contato com a impressão, aumentando assim sua durabilidade e resistên	propria	UND	100,000000	48,00	4.800,00
Total:						789.697,77

Valor Total**R$ 789.697,77** (setecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e sete centavos);

CONVOQUEM-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da **Ata de Registro de Preços;**

Jucurutu/RN, 08 de maio de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:199DC8CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 061/2025 – SMADMRH

Portaria nº 061/2025 – SMADMRH Lagoa Nova/RN, 09 de maio de 2025.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN. Segue tabela abaixo o (a) servidor (a) que irá gozar férias no período de junho de 2025.

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERIODO AQUISITIVO	CARGO	PERIODO DE GOZO
Nº 4671	JOSÉ ADRIANO DA SILVA	SMOSMU	2024/2025	ASG	01.06.2025 A 30.06.2025
Nº 3867	GIULLIEDNY JUCIANNE GOMES DE ARAÚJO	SME	2024/2025	AGENTE ADMINISTRATIVO	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 913	VITÓRIA MARGARIDA DA SILVA	SMS	2024/2025	TECNICO EM SAÚDE BUCAL	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 738	ANA CRISTIANE DE SOUZA ARAÚJO	SMS	2024/2025	ASG	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 2062	ANDERSON LUIS DA SILVA	SMS	2024/2025	AGENTE DE ENDEMIAS	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 589	FRANCISCO JUSCIÉLIO DA SILVA	SMS	2024/2025	AGENTE DE ENDEMIAS	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 1451	FERNANDO FERNANDES DA SILVA OLIVEIRA RODRIGUES	SMS	2022/2023	MOTORISTA	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 637	JEOVA INACIO DA CRUZ CAMPELO	SMS	2024/2025	AGENTE COMUNITARIOS DE SAÚDE	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 655	ADIVAL SOARES DA SILVA	SMS	2023/2024	AGENTE COMUNITARIOS DE SAÚDE	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 1424	GILDENIO CANDIDO DE MACEDO	SMS	2022/2023	ASG	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 1546	JOSENILDA CASSIANO DA SILVA BEZERRA	SMS	2022/2023	TECNICO EM ENFERMAGEM	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 468	MARIA VITORIA DA SILVA	SMS	2024/2025	ASG	02.06.2025 A 01.07.2025
Nº 318	DENIS ARAÚJO ZAMBO DE MENDONÇA	SMS	2024/2025	BIOQUIMICO	02.06.2025 A 01.07.2025

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

ANNE CAROLINE ACIOLE DA COSTA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:103565C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 033/2025 – SMS

Portaria nº 033/2025 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

O Secretário Municipal Interino de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 005/2025 de 01.01.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;
Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **José Mariano de Medeiros**, matrícula nº 191, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-2D27	Caíco/RN	10h:55min	18h:30min	01.04.2025	R$ 30,00	Paciente vai para avaliação médica.
OJW-4H07	Caíco/RN	06h:00min	12h:00min	04.04.2025	R$ 30,00	Paciente acamado: para realizar exame de tomografia.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	14h:55min	18h:30min	09.04.2025	R$ 30,00	Buscar paciente de alta na maternidade Ana Bezerra.
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	09h:10min	12h:25min	11.04.2025	R$ 30,00	Gestante encaminhada para avaliação obstetrica em trabalho de parto.
RGL-2D27	Natal/RN	13h:00min	20h:20min	11.04.2025	R$ 60,00	Paciente liberado do leito, o mesmo fe procedimento cirurgico de femûr.
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	01h:34min	04h:35min	12.04.2025	R$ 30,00	Avaliação obsterica.
RGI-5A31	Natal/RN	08h:30min	17h:20min	14.04.2025	R$ 60,00	Consulta com neurologista.
RGI-5A31	Santa Cruz/RN	19h:36min	22h:20min	14.04.2025	R$ 30,00	Remoção de paciente puérpera de alta hospitalr no HUAB com transporte tipo ambulancia requisitado pela unidade hospitalar.
OJW-4H07	Caíco/RN	16h:09min	20h:25min	19.04.2025	R$ 30,00	Paciente necessita de atendimento especializado considerando que foi picada por uma cobra.
RGI-5A31	Natal/RN	07h:00min	17h:00min	24.04.2025	R$ 60,00	Consulta.
RGI-5A31	Natal/RN	09h:00min	18h:00min	28.04.2025	R$ 60,00	Consulta pós cirurgia do fémur.
RGI-5A31	Caíco/RN	19h:15min	23h:35min	29.04.2025	R$ 30,00	Remover paciente de alta em caíco no hospital regional.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	18h:54min	23h:05min	30.04.2025	R$ 30,00	A puerpera foi liberada do leito 106 A no hospital Ana Bezerra.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:D5B54591

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 034/2025 – SMS

Portaria nº 034/2025 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal Interino de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 005/2025 de 01/01/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;
Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **RENALDO PEREIRA S. TAVARES**, matrícula n° 3400, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	09h:45min	13h:43min	02.04.2025	R$ 30,00	Paciente encaminhado pra avaliação obstetrica. Hospital Maternidade Ana Bezerra.Santa Cruz.
RGL-2D27	Natal/RN	03h:10min	17h:30min	07.04.2025	R$ 60,00	Remoção de paciente que está interna em Caíco e que necessita da remoção para realizar exame de Angiotomagrafia no Gilselda Trigueia em Natal.
RGI-5A31	Santa Cruz/RN	03h:29min	06h:50min	07.04.2025	R$ 30,00	Remoção de gestante com 39s e 03d de acordo com 1ª VSG, GII, PI, AO. Perda de liquido encaminhada para avaliação obstetrica
RGI-5A31	Natal/RN	13h:10min	21h:49min	10.04.2025	R$ 60,00	Paciente encaminhado para HWG com fratura na mão direita.
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	08h:35min	12h:14min	12.04.2025	R$ 30,00	Gestante 40s e 2d em trabalho de parto.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	21h:41min	01h:50min	12.04.2025	R$ 30,00	Aborto 8s e 1d com sangramento ativo.
OJW-4H07	Natal/RN	03h:00min	16h:30min	14.04.2025	R$ 60,00	Paciente reavaliação pós cirurgica, no hospital Rio Grande
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	12h:40min	21h:35min	16.04.2025	R$ 30,00	Paciente com sangramento em trabalho de parto-ativo segue em carater de urgência.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	08h:49min	13h:35min	18.04.2025	R$ 30,00	Gestante em trabalho de parto e PA alterada.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	21h:45min	01h:00min	22.04.2025	R$ 30,00	Paciente em trabalho de parto.
OJW-4H07	Caíco/RN	04h:30min	16h:00min	22.04.2025	R$ 60,00	Consulta + quimioterapia, paciente debilitado, precisando do uso da maca.
OJW-4H07	Caíco/RN	02h:50min	06h:45min	23.04.2025	R$ 30,00	Paciente encaminhada com tontura, hipeglicemia, fraquesa, para hospital regional de Caíco.
QGR-6I12	Natal/RN	12h:40min	20h:37min	24.04.2025	R$ 60,00	Gestante encaminhada para avaliação obstetrica no MEJEC.
QGK-5B45	Natal/RN	16h:40min	23h:13min	26.04.2025	R$ 60,00	O motorista irá até o fornecedor de oxigênio fazer a recarga de 08 cilidros, pois temos um paciente fazendo fazendo uso em grande volume.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	19h:40min	23h:50min	29.04.2025	R$ 30,00	Paciente encaminhada para valiação obstetrica.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:957D13ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 035/2025 – SMS

Portaria nº 035/2025 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 005/2025 de 01/01/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;
Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **PEDRO VITURINO PEREIRA**, matrícula n° 3649, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL- 1E20	Natal/RN	04h:00min	15h:00min	01.04.2025	R$ 60,00	Realização de quimioterapia ambulatorial.
RGI-5A31	Natal/RN	03h:00min	13h:30min	11.04.2025	R$ 60,00	Paciente com consulta agendada e procedimento cirurgico. O mesmo tem amputação no membro inferior.
RGL- 1E20	Santa Cruz/RN	14h:00min	20h:00min	14.04.2025	R$ 30,00	Realizar tranlado da usuari acima citada e acompanhante.
RGL- 1E20	Paranamirim/RN	12h:40min	20h:50min	17.04.2025	R$ 60,00	Paciente necessita, ser removido em carater de urgência – fratura exposta de femûr.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	08h:30min	12h:00min	21.04.2025	R$ 30,00	Paciente liberada do leito 203H alojamento.
RGL- 1E20	Natal/RN	22h:00min	05h:00min	24.04.2025	R$ 60,00	Paciente encaminhada para avaliação cirurgico oncológico.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	12h:30min	16h:30min	26.04.2025	R$ 30,00	Paciente deu entrada com quadro de hemorragia o de mandou encaminhamento para atendimento especializado de ginecologista.
OJW-4H07	Natal/RN	19h:00min	03h:00min	26.04.2025	R$ 60,00	Paciente encaminhado no Hospital Walfredo Gurgel para atendimento com especialista.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:BCE30E45

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 036/2025 – SMS

Portaria nº 036/2025 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

O Secretário Municipal Interino de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 005/2025 de 01.01.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;
Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **Julio Borges de Freitas**, matrícula nº 37320, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	00h:00min	03h:42min	03.04.2025	R$ 30,00	Mulher em trabalho de parto.
OJW-4H07	Caíco/RN	07h:10min	13h:05min	10.04.2025	R$ 30,00	Paciente irá relizar uma tomografia.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	14h:40min	20h:05min	10.04.2025	R$ 30,00	Gestante encaminhada para avaliação obstetrica.
RGM-0B71	Natal/RN	16h:55min	00h:00min	12.04.2025	R$ 60,00	Pegar paciente de alta no São Lucas Natal.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	10h:39min	18h:33min	17.04.2025	R$ 30,00	Gestante com necessidade de avaliação obstetrica em carater de urgencia!
RGL-1E20	Natal/RN	10h:12min	16h:50min	20.04.2025	R$ 60,00	Paciente liberada, cirurgiada, internada no setor do José Tavares, leito 12. Fazer remoção da Paciente.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	09h:48min	17h:38min	27.04.2025	R$ 30,00	Paciente encaminhada para avaliação obstetrica.
RGI-5A31	Caíco/RN	04h:38min	13h:07min	27.04.2025	R$ 30,00	Paciente com dor precordial / IAM

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:01C9E391

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 037/2025 – SMS

Portaria nº 037/2025 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

O Secretário Municipal Interino de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 005/2025 de 01.01.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **Josair Raimundo Costa**, matrícula nº 183, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	00h:00min	03h:42min	03.04.2025	R$ 30,00	Mulher em trabalho de parto.
OJW-4H07	Caíco/RN	07h:10min	13h:05min	10.04.2025	R$ 30,00	Paciente irá relizar uma tomografia.
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	14h:40min	20h:05min	10.04.2025	R$ 30,00	Gestante encaminhada para avaliação obstetrica.
RGM-0B71	Natal/RN	16h:55min	00h:00min	12.04.2025	R$ 60,00	Pegar paciente de alta no São Lucas Natal.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	10h:39min	18h:33min	17.04.2025	R$ 30,00	Gestante com necessidade de avaliação obstetrica em carater de urgencia!
RGL-1E20	Natal/RN	10h:12min	16h:50min	20.04.2025	R$ 60,00	Paciente liberada, cirurgiada, internada no setor do José Tavares, leito 12. Fazer remoção da Paciente.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	09h:48min	17h:38min	27.04.2025	R$ 30,00	Paciente encaminhada para avaliação obstetrica.
RGI-5A31	Caíco/RN	04h:38min	13h:07min	27.04.2025	R$ 30,00	Paciente com dor precordial / IAM

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:8E8B1EC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 038/2025 – SMS

Portaria nº 038/2025 – SMS

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 005/2024 de 01/01/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **ITAMAR GUIMARÃES DOMINGOS**, matrícula n° 780, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-2D27	Natal/RN	14h:17min	21h:49min	02.04.2025	R$ 60,00	Paciente idoso, qie não pode ser trans ferido em veículo comun. Paciente de maca de cardioplasta severa.
OJW-4H07	Natal/RN	12h:25min	19h:05min	05.04.2025	R$ 60,00	Remoção de paciente de alta hospitalar no Hospital Luiz Antônio, leito 31, enfermaria lions II. Paciente necessita de ambulância para o translado.
RGI-5A31	Tenente Ananias/RN	07h:30min	17h:03min	10.04.2025	R$ 60,00	Remover um paciente cirurgiado na cidade de Tenente Ananias
RGI-5A31	Natal/RN	13h:20min	20h:47min	11.04.2025	R$ 60,00	Paciente liberada ao leito a mesma fez procedimento cirurgico, amputação em membro inferior.
OJY-OC58	Caíco/RN	12h:00min	22h:11min	12.04.2025	R$ 30,00	Comodação de paciente Josimar de Assis para realização de hemodialise

OJW-4H07	Natal/RN	04h:00min	19h:51min	15.04.2025	R$ 60,00	Remoção de paciente oncológica, onde segue para procedimento de quimioterapia no Hospital Rio Grande.
RGI-5A31	Santa Cruz/RN	10h:40min	17h:11min	22.04.2025	R$ 30,00	Paciente encaminhada para avaliação obstetrica.
RGI-5A31	Caíco/RN	00h:19min	05h:30min	23.04.2025	R$ 30,00	Tranferir paciente com quadro de PNM com dispneia grave.
OJW-4H07	Natal/RN	11h:30min	00h:01min	24.04.2025	R$ 60,00	Paciente encaminhado para HWG vitima de acidente de trabalho.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	14h:30min	18h:52min	25.04.2025	R$ 30,00	Puérpera liberada do leito e RN do hospital Ana Bezerra.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:7D223E95

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 039/2025 – SMS

Portaria nº 039/2025 – SMS

> "Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providências".

O Secretário Municipal Interino de Saúde do Município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 005/2025 de 01.01.2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1.400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus ao recebimento de indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso;
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao servidor **Albertino Medeiros de Lima**, matrícula nº 3814, ocupante do cargo de motorista, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
OJW-4H07	Santa Cruz/RN	16h:05min	20h:06min	01.04.2025	R$ 30,00	Gestante vai para avaliação obstétrica.
OJW-4H07	Natal/RN	12h:00min	21h:11min	03.04.2025	R$ 60,00	Consulta em urologia em geral.
RGI-5A31	Natal/RN	13h:01min	01h:25min	08.04.2025	R$ 60,00	Regulado para o Walfredo Gurgel para o atendimento oftamologista.
RGI-5A31	Natal/RN	08h:50min	16h:40min	12.04.2025	R$ 60,00	Paciente de alta e só pode ser transportado de maca.
RGI-1E20	Caíco/RN	09h:31min	15h:41min	18.04.2025	R$ 30,00	Paciente liberado, fazer remoção, clinica médica 05B. Contato acompanhante 9.8135-6637 (Ana Paula Filha).
RGI-1E20	Natal/RN	06h:05min	14h:00min	23.04.2024	R$ 60,00	Paciente ira uma consulta com urologista.
RGI-5A31	Natal/RN	17h:00min	14h:00min	28.04.2024	R$ 60,00	Concentrado de plaquetas convencionais. (1c/10kg)

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:38890792

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 040/2025 – SMS

Portaria nº 040/2025 – SMS

> "Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 005/2025 de 01/01/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **FRANCISCO LEONALDO DA SILVA**, matrícula n° 3581, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-1E20	Caíco/RN	06h:35min	15h:06min	03.04.2025	R$ 30,00	OBS: Pegar paciente em Caíco e de deixar de volta em Caíco.
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	15h:22min	20h:58min	03.04.2025	R$ 30,00	Paciente em queda de leucócitos, perda liquido. Paciente avalição obstetrica
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	13h:50min	21h:45min	04.04.2025	R$ 30,00	Segue com gestante com sangramento frequente e trabalho de parto ativo.
RGI-5A31	Natal/RN	13h:10min	00h:12min	07.04.2025	R$ 60,00	Paciente vítima de queda de propria altura e encaminhada ao hospital Walfredo Gurgel após evidenciado fratura em RX.
RGL-2D27	Natal/RN	04h:30min	11h:40min	08.04.2025	R$ 60,00	Consulta no Hospital da policia Natal. Obs: paciente de maca.
RGL-2D27	Caíco/RN	19h:10min	02h:35min	08.04.2025	R$ 30,00	Paciente regulado para hospital Telecila Freitas.
QGR-6I12	Santa Cruz/RN	10h:30min	17h:35min	15.04.2025	R$ 30,00	Remoção de gestante no curso 37s e 05d (de acordo com a 1ª USG de 1º trim). G6, P3, P2, glicemia em jejum alterada hipertensse não tratada, dor em bx ventre
RGI-5A31	Santa Cruz/RN	16h:30min	21h:54min	17.04.2025	R$ 30,00	Paciente Laura Maitê Batista foi encaminhado para avaliação com pediatra em Santa Cruz/RN
RGL-1E20	Natal/RN	03h:00min	11h:20min	22.04.2025	R$ 60,00	Consulta em oncologia clinica-triagem.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	20h:50min	01h:20min	22.04.2025	R$ 30,00	Trabalho de parto.
RQK-7D28	Natal/RN	13h:00min	21h:45min	24.04.2025	R$ 60,00	Criança encaminhada para avaliação ortoprdica, fratura na tibia.
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	16h:20min	21h:00min	28.04.2025	R$ 30,00	Avaliação obstetrica. Parturente em TRO.
RGI-5A31	Natal/RN	05h:30min	17h:35min	30.04.2025	R$ 60,00	Quimioterapia ambulatorial.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:ED6979B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 041/2025 – SMS

Portaria nº 041/2025 – SMS

> "Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 14 do Decreto Municipal nº 1400/2023, o que se específica e dá outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 005/2025 de 01/01/2025 e pela Lei Orgânica do Município, e
Considerando o disposto no Art. 14º do Decreto Municipal n° 1400/2023, o qual prevê indenização aos servidores da saúde que se deslocarem de forma inesperada e/ou imprevisível farão jus à indenização (reembolso) das despesas incorridas no percurso, conforme Anexo I,
Considerando o Parecer Jurídico do Assessor Especial de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Nova/RN;

Resolve:
Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **Gilmar Querino da Silva**, matrícula n° 3899, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

PLACA	LOCAL	H. DA SAÍDA	H. DA CHEGADA	DATA	VALOR	JUSTIFICATIVA
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	11h:10min	15h:15min	02.04.2025	R$ 30,00	Mulher em trabalho de parto ativo, necessitanto de avaliação urgente!
OJW-4H07	Parnamirim/RN	17h:40min	00h:20min	02.04.2025	R$ 60,00	Recebemos a polic. de desocupa do leito, paciente de maca.
RGL-2D27	Santa Cruz/RN	11h:10min	15h:15min	02.04.2025	R$ 30,00	Mulher em trabalho de parto ativo, necessitanto de avaliação urgente!
RGI-5A31	Natal/RN	06h:10min	15:40min	07.04.2025	R$ 60,00	Remoção de paciente nesta unidade para realizar exame de ultrassonografia ecodoppler vascular perferica arterial.
RGM-0B71	Caíco/RN	21h:25min	01h:50min	07.04.2025	R$ 30,00	Remoção de acompanhante que foi tranferido pelo SAMU e que ficou interno no hospital regional de Caíco.
OJW-4H07	Caíco/RN	08h:39min	13h:00min	11.04.2025	R$ 30,00	Paciente liberado do leito, o mesmo está fazendo hemodialise.
RGI-5A31	Caíco/RN	23h:40min	04h:10min	12.04.2025	R$ 30,00	Remoção de criança asmatica destacando e fazendo m10 de 02.
RGI-5A31	Natal/RN	03h:10min	12h:00min	15.02.2025	R$ 60,00	Remoção de paciente interno, cirurgiado em membro inferior, sem deambular e que deve seguir para consulta de reversão cirurgica no hospital deoclecio marques.
OJW-4H07	Natal/RN	03h:10min	14h:50min	17.04.2025	R$ 60,00	Levar paciente para realização de exame cardiaco.
OJW-4H07	Caíco/RN	16h:00min	20h:20min	17.04.2025	R$ 30,00	Levar paciente para internamento no gospital regional de caíco.
RGL-1E20	Santa Cruz/RN	14h:15min	17h:20min	23.04.2025	R$ 30,00	Purpera liberada do leito do hospital Ana Bezerra. Mãe e RN.
RGL-1E20	Caíco/RN	03h:20min	12h:30min	29.04.2025	R$ 30,00	Paciente irá realizar hemodialise.
RGL-2D27	Caíco/RN	15h:10min	00h:10min	29.04.2025	R$ 60,00	Paciente internado faz hemodialise foi encaminhado para avaliação ao cirurgião vascular no HWG.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
DANIEL SALDANHA DE MEDEIROS
Secretário Municipal Interino de Saúde

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:7539A576

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025 – PML/RN

Processo administrativo nº 197/2025
Licitação nº 58/2025

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através da autoridade competente, torna público o resultado de julgamento do certame licitatório PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS de Nº 009/2025, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS PESADA**, na hora previamente marcada para a realização da sessão pública, deu-se início aos procedimentos previstos no ato convocatório, diretamente na plataforma do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br). Considerando o atendimento de todas as demais normas estipuladas no Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025, foram declaradas vencedoras as empresas: **AGILE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.313.081/0001-21,** estabelecida na Rua PO 4 bocas, nº 220, Quatro Bocas, Monte Alegre – CEP: 59.182-000, sendo representada pelo Sr. GERSON LUIZ DE MEDEIROS JÚNIOR, inscrito no CPF nº XXX.457.XXX-58 e RG nº XXX.325.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

LOTE II – ÔNIBUS LOCAÇÃO MENSAL							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR MENSAL R$**	**TOTAL R$**
05	**Locação mensal de veículo tipo Ônibus Rodoviário, com quilometragem livre**, fabricação/modelo 2010 ou superior. Especificações mínimas: Capacidade mínima: 45 (quarenta e cinco passageiros) passageiros. Com os acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro de terceiros; Serviço de reboque 24h. Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. Todo os equipamentos e itens de segurança dentro da garantia, tacógrafo aferido Plano de manutenção com ART. ANTT.	VW 17-23/ MARCOPOLO IDEALE R	MÊS	1	12	R$ 13.490,00	R$ 161.880,00
06	**Locação mensal de veículo tipo Ônibus Urbano, com quilometragem livre,** fabricação/modelo 2010 ou superior. Especificações mínimas: locação ônibus tipo urbano, com capacidade mínima para 44 passageiros, motor a diesel, o veículo deverá estar em perfeitas condições de uso e manuseio, qualquer defeito que o veículo apresente deverá ser imediatamente substituído. **Incluso por conta da contratada:** Seguro de terceiros; Serviço de reboque 24h. Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. Para o recebimento dos pneus 0km Todo os equipamentos e itens de segurança dentro da garantia, tacógrafo aferido Plano de manutenção com ART. ANTT.	MARCOPOLO VIALLE	MÊS	2	12	R$ 8.000,00	R$ 192.000,00

LOTE VI – CAMINHÃO POR DIÁRIA						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT DE DIARIAS**	**VR R$**	**TOTAL R$**
11	**Locação diária de veículo tipo caminhão pipa, com quilometragem livre,** fabricação/modelo 2015 ou superior. especificações mínimas: Capacidade mínima do tanque: 8.000 (oito mil litros); tanque pintado com tinta epóxi, ecológica; equipado com bomba hidráulica **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes; **Responsabilidade da contratante:** combustível e motorista	MERCEDES ATEGO 2429	DIÁRIA	720	R$ 690,00	R$ 496.800,00

LOTE VIII – TRATORES AGRÍCOLAS DIÁRIA						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT**	**VR R$**	**TOTAL R$**
13	**Locação por diária de trator agrícola, com quilometragem/hora livre, especificações mínimas:** Tração: 4x4 Potência mínima: 75hp Equipado com pá carregadeira e grade hidráulica de 18 discos. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. **Responsabilidade da contratante:** combustível e operador	MASSY FERGUNSON MF 4707	DIÁRIA	150	R$ 1.100,00	R$ 165.000,00
14	**Locação por diária de trator agrícola, com quilometragem/hora livre, fabricação/modelo 2024 ou superior. especificações mínimas:** Tração: 4x4 Potência mínima: 75hp Equipado com lâmina hidráulica na parte frontal. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	MASSY FERGUNSON MF 4707	DIÁRA	150	R$ 1.190,00	R$ 178.500,00

	Responsabilidade da contratante: combustível e operador					

LOTE IX– TRATORES AGRÍCOLAS MENSAL							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR R$**	**TOTAL R$**
15	**Locação mensal de trator agrícola, com quilometragem/hora livre, especificações mínimas:** Tração: 4x4 Potência mínima: 75hp Equipado com lâmina e caçamba Scraper com capacidade de 2m³ (dois metros cúbicos) **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. **Responsabilidade da contratante:** combustível e operador.	MASSY FERGUNSON MF 4707	MÊS	1	12	R$ 15.990,00	R$ 191.880,00

A empresa **O M LEAL DE MESQUITA , inscrita no CNPJ sob nº 17.737.082/0001-54,** estabelecida na Avenida dos Arrecifes, 1205, centro São Miguel do Gostoso / RN – CEP 59585-000, sendo representada pelo Sr. OLEDSON MANOEL LEAL DE MESQUITA, inscrito no CPF nº XXX.861.XXX-30 e RG nº XXX.084.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

LOTE III – ÔNIBUS LOCACAO DIÁRIA							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT**	**QUANT DE DIARIAS**	**VR R$**	**TOTAL R$**
07	**Locação diária de veículo tipo Ônibus Urbano, com quilometragem livre, Especificações mínimas:** Locação ônibus tipo urbano por diária, com capacidade mínima para 44 passageiros, motor a diesel, o veículo deverá estar em perfeitas condições de uso e manuseio, qualquer defeito que o veículo apresente deverá ser imediatamente substituído. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. Todo os equipamentos e itens de segurança dentro da garantia**.** **Responsabilidade da contratante:** combustível e motorista	MARCOPOLO G7 1050	DIÁRIA	1	360	R$ 998,00	R$ 359.280,00

A empresa **SANTOS E FERNANDES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.909.308/0001-80,** estabelecida na Rua Coronel Silvino Bezerra, n° 1043, Lagoa Seca, Natal/RN – CEP: 59031-140, sendo representada pela Sra. EDEUZA MARIA SANTOS FERNANDES, inscrito no CPF nº XXX.367.XXX-91 e RG nº XXX.163.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

LOTE I – VEÍCULOS TIPO DE PASSEIO e UTILITÁRIOS							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR MENSAL R$**	**TOTAL R$**
01	**Locação mensal de veículo tipo passeio, 0 km (zero quilometro)**, ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 05 Motorização: 1.0; Combustível: Flex; Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Porta Malas: Cap mínima: 300 litros; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 48 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes;	VW POLO	MÊS	10	12	R$ 2.995,00	R$ 359.400,00
02	**Locação mensal de veículo tipo passeio, 0 km (zero quilometro)**, ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 07 Motorização: 1.8; Combustível: Flex; Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Porta Malas: Cap mínima: 160 litros; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 50 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	CHEVROLET SPIN	MÊS	04	12	R$ 5.200,00	R$ 249.600,00
03	**Locação mensal de veículo tipo utilitário leve (picape), 0 km (zero quilometro),** ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 04 Motorização: 1.0 ou superior; Combustível: Flex; Carga útil mínima: 600 kg Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 44 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva;	FIAT STRADA	MÊS	02	12	R$ 4.790,00	R$ 114.960,00

	Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.						
04	**Locação mensal de veículo tipo picape 4x4, 0 km (zero quilometro), ano fabricação/modelo 2024 ou superior.** Especificações mínimas: Ocupantes: 04 Motorização: 2.8 Turbo ou superior; Combustível: Diesel; Tração: 4x4 Câmbio: Automático Bancos: Em couro Autonomia mínima: Urbana: 750km, Rodovia: 800 km; Altura mínima do solo: 300 mm Carga útil mínima: 1.000 kg Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 80 Litros; Air bags: frontal, lateral e de cortina. Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h. Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	TOYOTA HILUX 2.8	Mês	01	12	R$ 11.000,00	R$ 132.000,00

LOTE IV – AMBULANCIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	UND	QUANT MENSAL	QUANT DE MESES	VR MENSAL R$	TOTAL R$
08	**Locação mensal de veículo - ambulância tipo a – (veículo furgão original de fábrica, adaptada para ambulância simples remoção), 0 km (zero quilometro),** ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: veículo furgão original de fabrica, 0 km, adaptado ambulância simples remoção, com cap. Vol. Não inferior a 10 metros cúbicos no total. Comprimento total mínimo 4.740mm, comp. Mínimo do salão de atend. 2.500 mm; altura interior mínima do salão atend. 1.540mm; diesel; equipado com todos os equipamentos de série exigidos pelo CONTRAN; a estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço; painel elétrico interno; devera possuir 2 tomadas p/12v (DC). A iluminação do compartimento de atend. Deve ser de 2 tipos: natural e em modelo LED. Deverá possuir 1 sinalizados principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da ambulância na cor vermelha, com freq. min. De 90 flashes por min. Quando acionado com lente injetada de policarbono. Podendo utilizar um dos conceitos de LED. Sinalizador acústico com amplificador de poten. Min. De 100 W RMS @13,8Vcc, min. De 3 tons distintos. sist. Fixo de oxigênio de no min. 16l, em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismos confiáveis resistindo a vibração, trepidação e/ou capotamento, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pré regulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm² e manômetro; na região da bancada, na região da bancada deverá existir uma régua e possuir fluxômetro, umidificador p/ O2 e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT. Climatização do salão deverá permitir o resfr/aquec. O compartimento do motorista deverá ser fornecido c/ sist. Original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica. A capacidade térmica deverá ser de no mínimo 26.000BTUs e unidade condensadora no teto. Maca retrátil, com no min. 1.900mm de comp. Com a cabeceira voltada para frente, c/ pés dobráveis, sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanham colchonete, balaústre. Possui 2 pega mão no teto do salão de atendimento, ambos próximos as bordas da maca, sentido traseira frente do veículo, confeccionado em alumínio de no min. 1 polegada de diâm. Com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp. Através de parafusos e c/2 sist. De suporte de soro deslizável, possuindo 2 ganchos cada, para frascos de soro. Piso deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo molhado. Armário somente do lado esquerdo, possuindo portas com trinco para impedir abertura espontânea durante o deslocamento. Possui armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1m de comprimento por 0,40m de profundidade, altura de 0,70m. Fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô. Vidros laterais e traseiros. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h. Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	FIAT DUCATO	MÊS	3	12	R$ 12.400,00	R$ 446.400,00

LOTE V – CAMINHÕES POR MÊS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	UND	QUANT MENSAL	QUANT DE MESES	VR MENSAL R$	TOTAL R$
09	**Locação mensal de veículo tipo caminhão, com quilometragem livre,** fabricação/modelo **2015** ou superior. especificações mínimas: Capacidade mínima de carga: 3.000 kg Carroceria: tipo carga seca; Itens assessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	VW 8160	MÊS	1	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
10	**Locação mensal de veículo tipo caminhão pipa, com quilometragem livre,** fabricação/modelo 2015 ou superior. especificações mínimas: Capacidade mínima do tanque: 15.000 (quinze mil litros); tanque pintado com tinta epóxi, ecológica; equipado com bomba hidráulica **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Revisão a cada 12 meses do tanque conforme ABNT NBR 16882 da Vigilância Sanitária; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	VW 24.240	MÊS	1	12	R$ 10.000,00	R$ 120.000,00

LOTE VII– RETROESCAVADEIRAS							
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	UND	QUANT MENSAL	QUANT MESES	VR MENSAL R$	TOTAL R$
12	**Locação mensal de retroescavadeira, com quilometragem/hora livre, 0Km/hora**, fabricação/modelo 2024 ou superior. especificações mínimas: Potência mínima: 90hp Tração: 4x4 Caçamba dianteira: 1,1 m³ ou mais; Caçamba traseira: 32', ou superior" Cabine: Com ar condicionado. Assessórios e equipamentos de segurança exigidos pelo CTB. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	JCB 3CX	MÊS	2	12	R$ 13.900,00	R$ 333.600,00

Em seguida, o Pregoeiro procedeu à análise das documentações exigidas no Edital. Após o julgamento, as empresas vencedoras foram declaradas **HABILITADAS,** a autoridade competente declarou as empresas **ADJUDICADAS** conforme art. 71, IV da Lei 14.133/2021, por ter atendido o Edital.

Lajes/RN, 09 de maio de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:014293CC

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2025 – PML/RN

Processo administrativo nº 197/2025
Licitação nº 58/2025

O Prefeito do Município de Lajes/RN, **HOMOLOGA** todos os atos praticados no processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE **REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 009/2025 – PML com o objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS PESADA,** adjudicando o objeto em epígrafe, em favor das empresas: **AGILE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.313.081/0001-21,** estabelecida na Rua PO 4 bocas, nº 220, Quatro Bocas, Monte Alegre – CEP: 59.182-000, sendo representada pelo Sr. GERSON LUIZ DE MEDEIROS JÚNIOR, inscrito no CPF nº XXX.457.XXX-58 e RG nº XXX.325.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

LOTE II – ÔNIBUS LOCAÇÃO MENSAL							
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	UND	QUANT MENSAL	QUANT DE MESES	VR MENSAL R$	TOTAL R$
05	**Locação mensal de veículo tipo Ônibus Rodoviário, com quilometragem livre**, fabricação/modelo 2010 ou superior. Especificações mínimas: Capacidade mínima: 45 (quarenta e cinco passageiros) passageiros. Com os acessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro de terceiros; Serviço de reboque 24h. Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. Todo os equipamentos e itens de segurança dentro da garantia, tacógrafo aferido Plano de manutenção com ART. ANTT.	VW 17-23/ MARCOPOLO IDEALE R	MÊS	1	12	R$ 13.490,00	R$ 161.880,00
06	**Locação mensal de veículo tipo Ônibus Urbano, com quilometragem livre,** fabricação/modelo 2010 ou superior. Especificações mínimas: locação ônibus tipo urbano, com capacidade mínima para	MARCOPOLO VIALLE	MÊS	2	12	R$ 8.000,00	R$ 192.000,00

	44 passageiros, motor a diesel, o veículo deverá estar em perfeitas condições de uso e manuseio, qualquer defeito que o veículo apresente deverá ser imediatamente substituído. **Incluso por conta da contratada:** Seguro de terceiros; Serviço de reboque 24h. Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. Para o recebimento dos pneus 0km Todo os equipamentos e itens de segurança dentro da garantia, tacógrafo aferido Plano de manutenção com ART. ANTT.						

LOTE VI – CAMINHÃO POR DIÁRIA						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT DE DIARIAS**	**VR R$**	**TOTAL R$**
11	**Locação diária de veículo tipo caminhão pipa, com quilometragem livre,** fabricação/modelo 2015 ou superior. especificações mínimas: Capacidade mínima do tanque: 8.000 (oito mil litros); tanque pintado com tinta epóxi, ecológica; equipado com bomba hidráulica **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes; **Responsabilidade da contratante:** combustível e motorista	MERCEDES ATEGO 2429	DIÁRIA	720	R$ 690,00	R$ 496.800,00

LOTE VIII – TRATORES AGRÍCOLAS DIÁRIA						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT**	**VR R$**	**TOTAL R$**
13	**Locação por diária de trator agrícola, com quilometragem/hora livre, especificações mínimas:** Tração: 4x4 Potência mínima: 75hp Equipado com pá carregadeira e grade hidráulica de 18 discos. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. **Responsabilidade da contratante:** combustível e operador	MASSY FERGUNSON MF 4707	DIÁRIA	150	R$ 1.100,00	R$ 165.000,00
14	**Locação por diária de trator agrícola, com quilometragem/hora livre, fabricação/modelo 2024 ou superior. especificações mínimas:** Tração: 4x4 Potência mínima: 75hp Equipado com lâmina hidráulica na parte frontal. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. **Responsabilidade da contratante:** combustível e operador	MASSY FERGUNSON MF 4707	DIÁRA	150	R$ 1.190,00	R$ 178.500,00

LOTE IX– TRATORES AGRÍCOLAS MENSAL							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR R$**	**TOTAL R$**
15	**Locação mensal de trator agrícola, com quilometragem/hora livre, especificações mínimas:** Tração: 4x4 Potência mínima: 75hp Equipado com lâmina e caçamba Scraper com capacidade de 2m³ (dois metros cúbicos) **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. **Responsabilidade da contratante:** combustível e operador.	MASSY FERGUNSON MF 4707	MÊS	1	12	R$ 15.990,00	R$ 191.880,00

A empresa **O M LEAL DE MESQUITA , inscrita no CNPJ sob nº 17.737.082/0001-54,** estabelecida na Avenida dos Arrecifes, 1205, centro São Miguel do Gostoso / RN – CEP 59585-000, sendo representada pelo Sr. OLEDSON MANOEL LEAL DE MESQUITA, inscrito no CPF nº XXX.861.XXX-30 e RG nº XXX.084.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

LOTE III – ÔNIBUS LOCACAO DIÁRIA							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT**	**QUANT DE DIARIAS**	**VR R$**	**TOTAL R$**
07	**Locação diária de veículo tipo Ônibus Urbano, com quilometragem livre, Especificações mínimas:** Locação ônibus tipo urbano por diária, com capacidade mínima para 44 passageiros, motor a diesel, o veículo deverá estar em perfeitas condições de uso e manuseio, qualquer defeito que o veículo apresente deverá ser imediatamente substituído. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes. Todo os equipamentos e itens de segurança dentro da garantia**.** **Responsabilidade da contratante:** combustível e motorista	MARCOPOLO G7 1050	DIÁRIA	1	360	R$ 998,00	R$ 359.280,00

A empresa **SANTOS E FERNANDES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.909.308/0001-80,** estabelecida na Rua Coronel Silvino Bezerra, n° 1043, Lagoa Seca, Natal/RN – CEP: 59031-140, sendo representada pela Sra. EDEUZA MARIA SANTOS FERNANDES, inscrito no CPF nº XXX.367.XXX-91 e RG nº XXX.163.XXX – SSP/RN saiu vencedora nos itens conforme planilha a seguir:

LOTE I – VEÍCULOS TIPO DE PASSEIO e UTILITÁRIOS							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR MENSAL R$**	**TOTAL R$**
01	**Locação mensal de veículo tipo passeio, 0 km (zero quilometro)**, ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 05 Motorização: 1.0; Combustível: Flex; Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Porta Malas: Cap mínima: 300 litros; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 48 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes;	VW POLO	MÊS	10	12	R$ 2.995,00	R$ 359.400,00
02	**Locação mensal de veículo tipo passeio, 0 km (zero quilometro)**, ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 07 Motorização: 1.8; Combustível: Flex; Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Porta Malas: Cap mínima: 160 litros; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 50 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	CHEVROLET SPIN	MÊS	04	12	R$ 5.200,00	R$ 249.600,00
03	**Locação mensal de veículo tipo utilitário leve (picape), 0 km (zero quilometro),** ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: Ocupantes: 04 Motorização: 1.0 ou superior; Combustível: Flex; Carga útil mínima: 600 kg Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 44 Litros; Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h; Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	FIAT STRADA	MÊS	02	12	R$ 4.790,00	R$ 114.960,00
04	**Locação mensal de veículo tipo picape 4x4, 0 km (zero quilometro), ano fabricação/modelo 2024 ou superior.** Especificações mínimas: Ocupantes: 04 Motorização: 2.8 Turbo ou superior; Combustível: Diesel; Tração: 4x4 Câmbio: Automático Bancos: Em couro Autonomia mínima: Urbana: 750km, Rodovia: 800 km; Altura mínima do solo: 300 mm Carga útil mínima: 1.000 kg Ar Condicionado: De série; Direção: hidráulica/elétrica/assistida; Portas: 04 portas; Tanque de combustível: mínimo 80 Litros; Air bags: frontal, lateral e de cortina. Itens de segurança mínimos exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h. Serviço de rastreamento 24h; Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	TOYOTA HILUX 2.8	Mês	01	12	R$ 11.000,00	R$ 132.000,00

LOTE IV – AMBULANCIAS							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR MENSAL R$**	**TOTAL R$**
08	**Locação mensal de veículo - ambulância tipo a – (veículo furgão original de fábrica, adaptada para ambulância simples remoção), 0 km (zero quilometro),** ano fabricação/modelo 2024 ou superior. Especificações mínimas: veículo furgão original de fabrica, 0 km, adaptado ambulância simples remoção, com cap. Vol. Não inferior a 10 metros cúbicos no total. Comprimento total mínimo 4.740mm, comp. Mínimo do salão de atend. 2.500 mm; altura interior mínima do salão atend. 1.540mm; diesel; equipado com todos os equipamentos de série exigidos pelo CONTRAN; a estrutura da cabine e da carroceria será original, construída em aço; painel elétrico interno; devera possuir 2 tomadas p/12v (DC). A iluminação do compartimento de atend. Deve ser de 2 tipos: natural e em modelo LED. Deverá possuir 1 sinalizados principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, com módulo único; 2 sinalizadores na parte traseira da ambulância na	FIAT DUCATO	MÊS	3	12	R$ 12.400,00	R$ 446.400,00

	cor vermelha, com freq. min. De 90 flashes por min. Quando acionado com lente injetada de policarbono. Podendo utilizar um dos conceitos de LED. Sinalizador acústico com amplificador de poten. Min. De 100 W RMS @13,8Vcc, min. De 3 tons distintos. sist. Fixo de oxigênio de no min. 16l, em suporte individual, com cintas reguláveis e mecanismos confiáveis resistindo a vibração, trepidação e/ou capotamento, possibilitando receber cilindros de capacidade diferentes, equipado com válvula pré regulada p/ 3,5 a 4,0 kgf/cm² e manômetro; na região da bancada, na região da bancada deverá existir uma régua e possuir fluxômetro, umidificador p/ O2 e aspirador tipo venturi, c/ roscas padrão ABNT. Conexões IN/OUT normatizadas pela ABNT. Climatização do salão deverá permitir o resfr/aquec. O compartimento do motorista deverá ser fornecido c/ sist. Original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica. A capacidade térmica deverá ser de no mínimo 26.000BTUs e unidade condensadora no teto. Maca retrátil, com no min. 1.900mm de comp. Com a cabeceira voltada para frente, c/ pés dobráveis, sist. escamoteável; provida de rodízios, 3 cintos de segurança fixos, que permitam perfeita segurança e desengate rápido. Acompanham colchonete, balaústre. Possui 2 pega mão no teto do salão de atendimento, ambos próximos as bordas da maca, sentido traseira frente do veículo, confeccionado em alumínio de no min. 1 polegada de diâm. Com 3 pontos de fixação no teto, instalados sobre o eixo longitudinal do comp. Através de parafusos e c/2 sist. De suporte de soro deslizável, possuindo 2 ganchos cada, para frascos de soro. Piso deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo molhado. Armário somente do lado esquerdo, possuindo portas com trinco para impedir abertura espontânea durante o deslocamento. Possui armário tipo bancada para acomodação de equipamentos com batente frontal de 50mm, para apoio de equipamentos e medicamentos, com aproximadamente 1m de comprimento por 0,40m de profundidade, altura de 0,70m. Fornecimento de vinil adesivo para grafismo do veículo, composto por (cruzes) e palavra (ambulância) no capô. Vidros laterais e traseiros. **Incluso por conta da contratada:** Seguro contra sinistros, com serviço de reboque 24h. Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.						

LOTE V – CAMINHÕES POR MÊS							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT DE MESES**	**VR MENSAL R$**	**TOTAL R$**
09	**Locação mensal de veículo tipo caminhão, com quilometragem livre,** fabricação/modelo **2015** ou superior. especificações mínimas: Capacidade mínima de carga: 3.000 kg Carroceria: tipo carga seca; Itens assessórios de segurança e sinalização exigidos pelo CONTRAN. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	VW 8160	MÊS	1	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
10	**Locação mensal de veículo tipo caminhão pipa, com quilometragem livre,** fabricação/modelo 2015 ou superior. especificações mínimas: Capacidade mínima do tanque: 15.000 (quinze mil litros); tanque pintado com tinta epóxi, ecológica; equipado com bomba hidráulica **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Revisão a cada 12 meses do tanque conforme ABNT NBR 16882 da Vigilância Sanitária; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	VW 24.240	MÊS	1	12	R$ 10.000,00	R$ 120.000,00

LOTE VII– RETROESCAVADEIRAS							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA/ FABRICANTE**	**UND**	**QUANT MENSAL**	**QUANT MESES**	**VR MENSAL R$**	**TOTAL R$**
12	**Locação mensal de retroescavadeira, com quilometragem/hora livre, 0Km/hora,** fabricação/modelo 2024 ou superior. especificações mínimas: Potência mínima: 90hp Tração: 4x4 Caçamba dianteira: 1,1 m³ ou mais; Caçamba traseira: 32', ou superior" Cabine: Com ar condicionado. Assessórios e equipamentos de segurança exigidos pelo CTB. **Incluso por conta da contratada:** Manutenção preventiva e corretiva; Taxas anuais de licenciamento junto aos órgãos competentes.	JCB 3CX	MÊS	2	12	R$ 13.900,00	R$ 333.600,00

Para que produzam os efeitos legais nos termos do art. 71, inciso IV da Lei nº. 14.133/2021, com suas posteriores alterações.

Lajes/RN, 09 de maio de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:CD6F2EF8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2025

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICPIO DE LAJES/RN E A EMPRESA SERV SAUDE LTDA.

Processo Administrativo n° 894/2024
Licitação nº 37 /2025

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000,LAJES/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **SERV SAUDE LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.235.736.0001-06, sediado(a) na Rua Amintas Barros, nº 3700, Sala 1601 Bloco B Cond Corporate Tower Cent, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.075-810, neste ato representado por ALEXANDRE BARBOSA ALVES portador da CNH nº 05XXX567XXX expedida por DETRAN/RN e inscrito no CPF nº XXX.260.XXX-95.

OBJETO: CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, ABRANGENDO A ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA, INCLUINDO PLANTÕES MÉDICOS, CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS E EXAMES DIAGNÓSTICOS.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 005/2025

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de R$ 8.497.603,20 (Oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos e três reais e vinte centavos).

LOTE I – SERVIÇOS DE SAÚDE					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**Valor Mensal**	**Valor Total**
1	Médico Clínico Geral – PSF – 40h	Unid.	96	R$ 12.200,00	R$ 1.171.200,00
2	Enfermeiro – PSF – 40h	Unid.	96	R$ 4.800,00	R$ 460.800,00
3	Técnico de Enfermagem – PSF – 40h	Unid.	204	R$ 3.700,00	R$ 754.800,00
4	Dentista – PSF – 40h	Unid.	84	R$ 3.210,0	R$ 269.640,00
5	Farmacêutico – 30h	Unid.	36	R$ 3.100,00	R$ 111.600,00
6	Fisioterapeuta – 30h	Unid.	36	R$ 2.950,00	R$ 106.200,00
7	Fonoaudiólogo – 30h	Unid.	36	R$ 2.950,00	R$ 106.200,00
8	Assistente Social – 30h	Unid.	48	R$ 2.950,00	R$ 141.600,00
9	Nutricionista – 30h	Unid.	48	R$ 2.950,00	R$ 141.600,00

LOTE II – SERVIÇOS EM REGIME DE PLANTÃO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**Valor Mensal**	**Valor Total**
1	Médico Clínico Geral – Emergência – 12x36 – Noturno	Plantão	432	R$ 750,00	R$ 324.000,00
2	Médico Clínico Geral – Emergência – 24h	Plantão	744	R$ 1.900,00	R$ 1.413.600,00
3	Enfermeiro – Diurno - 12x36	Plantão	864	R$ 294,50	R$ 254.448,00
4	Enfermeiro – Noturno – 12x36	Plantão	2.724	R$ 294,50	R$ 802.218,00
5	Técnico de Enfermagem – Diurno – 12x36	Plantão	2.352	R$ 224,70	R$ 528.494,40
6	Técnico de Enfermagem – Noturno – 12x36	Plantão	2.724	R$ 224,70	R$ 612.082,80
7	Auxiliar de Farmácia – Diurno – 12x36	Plantão	744	R$ 110,00	R$ 81.840,00
8	Auxiliar de Farmácia – Noturno – 12x36	Plantão	1.116	R$ 110,00	R$ 122.760,00
9	Farmacêutico – Diurno – 12x36	Plantão	372	R$ 170,00	R$ 63.240,00
10	Farmacêutico – Noturno – 12x36	Plantão	372	R$ 170,00	R$ 63.240,00
11	Auxiliar de Laboratório – Diurno – 12x36	Plantão	744	R$ 110,00	R$ 81.840,00
12	Auxiliar de Laboratório – Noturno – 12x36	Plantão	372	R$ 110,00	R$ 40.920,00

LOTE III – PROCEDIMENTOS E ESPECIALIDADES					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**Valor Mensal**	**Valor Total**
1	Consultas Médicas – Especialidades Diversas	Hora	1.440	R$ 120,00	R$ 172.800,00
2	Procedimentos Médicos – Pequenas Cirurgias	Unid.	720	R$ 200,00	R$ 144.000,00

LOTE IV – EXAMES					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUANT.**	**Valor Mensal**	**Valor Total**
1	Serviços de Raio X	Unid.	1.800	R$ 98,00	R$ 176.400,00
2	Ultrassonografias	Unid.	3.600	R$ 97,80	R$ 352.080,00

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária: 03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2023 – PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA
Natureza: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Fonte: 16000000 – TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL – BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2024 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
Natureza: 3.3.90.37 – LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
Fonte: 15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Fonte: 16000000 – TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL – BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2209 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA
Natureza: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15001002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Fonte: 16000000 – TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL – BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 09 de maio de 2025 a 08 de maio de 2026**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 09 de maio de 2025.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

LILLYANE AMÁLIA FERREIRA DE MENESES CRUZ
Secretária Municipal de Saúde

Serv Saude LTDA
CNPJ: 33.235.736.0001-06
ALEXANDRE BARBOSA ALVES
CPF nº XXX.260.XXX-95
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:BFBBD5D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
SEGUNDA CHAMADA - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2025

Processo Administrativo Nº 58/2025

Considerando inconsistência apresentada no e-mail do aviso anterior. O município de Montanhas/RN ao que dispõe o art. 75 § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a quem interessar que estará realizando processo de **Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço**, na hipótese do **art. 75, inciso II** da referida Lei e concomitante ao Decreto Municipal n° 298/2023 e demais legislações aplicáveis na intenção de obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
As propostas e documentos de habilitação serão enviados exclusivamente pelo **e-mail: licitagov.montanhas@gmail.com**
Período de envio e recebimento:
Início: 12/05/2025 às 8:00h; Término: 14/05/2025 às 23:59h.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
2.1. Aquisição de Brindes Simbólicos para Dia das Mães e dos Pais, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho e Lazer e Secretaria Municipal de Educação, conforme termo de referência, anexos.

3. HABILITAÇÃO JURÍDICA
3.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -
EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta
Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
3.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
4.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da
Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(FGTS)**
4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
4.5. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes** estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
4.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
4.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
5.1. Os anexos abaixo citados, devem ser solicitados no e-mail: **licitagov.montanhas@gmail.com**
a) ANEXO I – Termo de Referência;
b) ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

Montanhas/RN, 09 de maio de 2025

TÁSSIO PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO
Constitui objeto deste Termo de Referência, aquisição de Brindes Simbólicos para dia das mães e dos Pais**,** para suprir a necessidade da **Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho E Lazer E Secretaria Municipal de Educação,** da prefeitura de Montanhas-RN, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
MANTA EM MICROFIBRA CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER DE MICROFIBRA ANTIALÉRGICA, NO TAMANHO 2 X 1,80M.	UNID	230	R$ 35,82	R$ 8.238,60
SACOLAS PARA PRESENTES NO TAMANHO 40X59CM PACOTE COM 50 UNIDADES.	PC	5	R$ 37,67	R$ 188,35

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
GARRAFA DE CAFÉ: GARRAFA TÉRMICA DE CAFÉ, COM CAPACIDADE DE 1 LITRO, CORES DIVERSAS, COM CERTIFICAÇÃO IMETRO.	UNID	1350	28,67	R$ 38.704,50
CANECA DIA DOS PAIS: CANELA DE PORCELANA PERSONALIZADA COM FRASE REFERENTE AO DIA DOS PAIS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 290ML	UNID	1200	11,39	R$ 13.668,00
VALOR TOTAL				**R$ 60.799,45**

Os bens objeto do presente Termo de Referência estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.
Os bens acima elencados são classificados como comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2025, contados a partir da sua assinatura do instrumento contratual de Dispensa de Licitação.
O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
A aquisição dos bens acima descritos será em única etapa, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.
FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2025.
DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO
Tendo em vista que anualmente acontece a comemoração em alusão ao dia das mães e dos respectivos pais do Grupo de Idosos, esta Secretaria Municipal, através de seu representante legal, entende que existe a necessidade da compra de ***230 (duzentos e trinta) mantas microfibra , tamanho 2 x 1,80 e sacolas para presentes, medindo 40x59***, com o principal intuito de presentear às mães e os pais cadastrados (a) no Grupo de Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – (SCFV), deste município, tendo em vista que é um ato cultural no presente município, valorizando a importância da melhor idade pertencente ao serviço. Sendo assim, visando valorizar essa data comemorativa dedicaremos um momento especial aos homenageados.
A Secretaria Municipal de Educação de Montanhas/RN, tem como objetivo promover a valorização e interação entre estudantes e famílias, essas ações contribuem diretamente para o aprimoramento do processo educacional, reforçando a importância do envolvimento da comunidade no desenvolvimento escolar. Dessa forma, a iniciativa fortalece segmentos fundamentais para a Educação Municipal, refletindo positivamente na qualidade do ensino.

A presente contratação é essencial para viabilizar a oferta de brindes em eventos promovidos pela SEMED e SMAS ao longo do ano de 2025 e durante a vigência do contrato. Esses eventos, realizados em datas comemorativas como o Dia das Mães e do Dia dos Pais, que têm o intuito de fortalecer o vínculo entre a comunidade do município

DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
O ciclo de vida do objeto pode ser descrito da seguinte forma:
Identificação da necessidade: O ciclo começa com a identificação da necessidade do objeto para as atividades desenvolvida pela secretaria, oriundo de planejamento anual, demandas específicas de projetos ou programas.
Planejamento da Contratação: A Secretaria realiza o planejamento detalhado da necessidade do objeto. Isso inclui a definição de quantidades, especificações técnicas, prazos e demais condições necessárias para o contrato. Ainda nessa fase interna, são elaborados: o Documento de Formalização de Demanda; o Termo de Referência; e as Cotações de Preços.
Processo Licitatório: De acordo com a Lei nº 14.133/2021, é necessário realizar um processo licitatório para selecionar a empresa que fornecerá o objeto. Esse processo pode será realizado através de Contratação Direta ou uma das modalidades existentes na referida Lei.
Contratação da Empresa: Após a conclusão da Contratação direta ou processo licitatório, e a seleção da empresa fornecedora, é firmado o contrato entre a instituição contratante e a empresa selecionada. Este contrato deverá conter todas as condições acordadas, incluindo prazos de entrega, especificações dos serviços e materiais, valores, formas de pagamento, entre outros aspectos relevantes.
Execução do Contrato: Durante esta fase, a empresa contratada realiza o fornecimento do objeto de acordo com as especificações e prazos estabelecidos no contrato. Isso pode incluir a prestação dos serviços e entrega dos materiais nas instituições demandantes, e qualquer outra atividade relacionada ao cumprimento do objeto do contrato.
Recebimento e Fiscalização: A instituição contratante deve realizar a fiscalização do fornecimento do objeto e prestação dos serviços, verificando se estão de acordo com as especificações e se foram entregues dentro dos prazos estipulados. Caso haja alguma não conformidade, devem ser tomadas as medidas cabíveis, como a solicitação de correções ou aplicação de penalidades previstas no contrato.
Aceitação: Após o recebimento e fiscalização da conformidade, os materiais e serviços são aceitos pela Administração se estiverem de acordo com as condições estabelecidas no contrato. O aceite formal pode ser realizado por meio de um documento específico.
Pagamento: Após a aceitação do material e dos serviços, a Administração procede com o pagamento ao fornecedor de acordo com os termos e condições estabelecidos no contrato. O pagamento pode ser total ou parcial, dependendo das condições contratuais acordadas.
Encerramento: Após o pagamento e não havendo mais responsabilidades entre a contratada e contratante sobre o objeto fornecido, o contrato é considerado encerrado em relação ao fornecimento.
Pós-Contratação: Após o encerramento do contrato, pode ser necessário realizar atividades como o arquivamento da documentação relacionada à contratação, avaliação do desempenho da empresa fornecedora, entre outras ações para garantir a correta gestão do contrato e aprendizado para futuras contratações similares.
Este ciclo de vida do objeto, visa garantir a transparência, eficiência e legalidade na realização de contratos públicos

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
São requisitos de contratação:
Os bens devem atender todas as especificações constante neste Termo de Referência.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do edital;
As empresas participantes do processo licitatório devem enviar, caso solicitado, amostra de todos os produtos ofertados, a fim de que possamos fazer uma avaliação se o produto condiz ao que está sendo solicitado.
Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da sede da Secretaria Solicitante é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a Prefeitura Municipal de Montanhas/RN responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte;
Após a homologação da empresa ganhadora, e envio da ordem de compra a empresa terá até 5 (cinco) dias úteis para entregar os itens, no endereço informado pela secretaria demandante.
Os itens solicitados deverão estar de acordo com a associação brasileira de normas técnicas – ABNT, especificações e recomendações do fabricante do produto, quanto à forma correta de uso e legislação vigentes.
Estes objetos deverão ser entregues em embalagens originais.
Da exigência de amostra
Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta.
O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos.
A amostra que se refere o subitem anterior deverá ser entregue no seguinte endereço: **Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho E Lazer,** Rua Esportiva, nº 215, Montanhas/RN.
Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 5.8.1
Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.
Compete ao órgão/entidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.
Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.
O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no Termo de Referência e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.
No caso de o licitante vencedor de qualquer dos itens/lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração
O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 5.7.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.
O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 03 (três) dias, contados da data da homologação do certame.
As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.
Da Subcontratação
Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação:
Da Garantia da contratação

NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
Condições de Execução do objeto
O prazo para entrega dos bens de 7(sete) dias úteis contados do recebimento da respectiva ordem de compra.
Os bens deverão ser entregues no endereço informado pela secretaria demandante.
Os bens serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído novamente no prazo de24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário
Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da contracorrente bancária de titularidade do Contratado.
8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.
8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.
8.7 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.
8.8 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
Exigências de habilitação
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:
No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra

microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
O custo estimado total da contratação é de **R$ 52.829,50** (cinquenta e dois mil oito centos e cinte e nove reais e cinquenta centavos), conforme custo estimado no DFD (Documento de Formalização de Demanda).

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
11.1. São obrigações da Contratante:
11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
11.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e
11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
12.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
12.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

DO REAJUSTE
Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A Dotação Orçamentária deverá ser informada pela Secretaria Municipal de Finanças, em momento oportuno.
A dotação orçamentária será informada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Montanhas/RN, 24 de abril de 2025

MARIA LÚCIA DO NASCIMENTO SILVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Trabalho e Lazer

RUBIANY FARIAS MENDES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:6C1B8EB6

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2025

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 31/2025, QUE FAZEM ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI.

O município de Montanhas – RN por intermédio da Prefeitura Municipal de Montanhas, com sede na Rua Nova, Nº 30, Centro, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.354.383/0001-08, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) empresa **ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.082.076/0001-74, sediado(a) na Rua Barão do Cerro Azul, nº 42, Recreio, Londrina/PR – CEP: 86.025-110, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **LUCAS DE MORAIS LADEIRA**, portador(a) do CPF: 007.009.779-88, tendo em vista o que consta no Processo nº 11/2024 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, **decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresas especializadas no comércio e distribuição de medicamentos, materiais hospitalares e insumos para atendimento das demandas da Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar do município, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no saldo remanescente da ata de registro de preços nº 007/2024.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	ALAVANCA SELDIN ADULTO DIR.	UND	36	R$ 36,96	R$ 1.330,56
2	ALAVANCA SELDIN ADULTO ESQ.	UND	36	R$ 55,90	R$ 2.012,40
3	ALAVANCA SELDIN ADULTO RETA	UND	36	R$ 36,78	R$ 1.324,08
4	ALICATE PERFURADOR GOLGRAN	UND	2	R$ 128,55	R$ 257,10
5	ALICATE WEINGART Nº 120 - FAVA	UND	12	R$ 406,90	R$ 4.882,80
6	ALVEOLÓTOMO LUER CURVO	UND	18	R$ 92,37	R$ 1.662,66
7	APLICADOR DICAL DUPLO	UND	54	R$ 18,20	R$ 982,80
8	ARCO YOUNG AUTOCLAVÁVEL - INDUSBELLO	UND	6	R$ 22,10	R$ 132,60
9	BANDEJA EM AÇO INOX AC-036 22 X 12 X 01CM	UND	12	R$ 40,30	R$ 483,60
10	BANDEJA EM ACO INOX AC-039 24 X 18 X1,5	UND	12	R$ 54,60	R$ 655,20
11	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO CONE INVERTIDO Nº 35	UND	24	R$ 19,50	R$ 468,00
12	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº	UND	12	R$ 12,14	R$ 145,68
13	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 3	UND	12	R$ 19,50	R$ 234,00
14	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 4	UND	12	R$ 11,37	R$ 136,44
15	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 5	UND	12	R$ 9,82	R$ 117,84
16	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 6	UND	12	R$ 8,45	R$ 101,40
17	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA ESFÉRICA HASTE LONGA Nº 06	UND	6	R$ 25,35	R$ 152,10
18	BROCA CARBIDE 15	UND	12	R$ 19,50	R$ 234,00
19	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA HASTE LONGA ALTA ROTAÇÃO FGC 702	UND	2	R$ 19,50	R$ 39,00
20	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA HASTE LONGA ALTA ROTAÇÃO FGC 703	UND	2	R$ 25,35	R$ 50,70
21	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA Nº 151	UND	24	R$ 17,45	R$ 418,80
22	BROCA CIRURGICA FGXL	UND	18	R$ 25,35	R$ 456,30
23	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 02	UND	12	R$ 11,93	R$ 143,16
24	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 04	UND	12	R$ 23,62	R$ 283,44
25	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 08	UND	6	R$ 23,23	R$ 139,38
26	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 14	UND	6	R$ 19,50	R$ 117,00
27	BROCA DE AÇO MULTI LAMINADA PARA AMÁLGAMA - JOGO	UND	2	R$ 112,08	R$ 224,16
28	BROCA DE CARBONETO DE TUNGSTÊNIO REVESTIDA DE PLATINA	UND	6	R$ 78,00	R$ 468,00
29	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO CILÍNDRICA Nº 1090	UND	36	R$ 9,03	R$ 325,08
30	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO CILÍNDRICA Nº 1092	UND	36	R$ 3,87	R$ 139,32
31	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO CONE INVERTIDO Nº 1034	UND	36	R$ 7,08	R$ 254,88
32	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA HASTE LONGA - ENDO Nº 1016	UND	48	R$ 7,08	R$ 339,84
33	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1012	UND	60	R$ 3,97	R$ 238,20
34	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFÉRICA Nº 1014	UND	60	R$ 3,63	R$ 217,80
35	BROCA DIAMANTADA AR PARA TÉCNICA INVASIVA Nº 2137	UND	36	R$ 7,08	R$ 254,88
36	BROCA PARA CONTRA ÂNGULO	UND	12	R$ 7,08	R$ 84,96
37	BROCA PARA REMOÇÃO DE AMÁLGAMA CILINDRICA Nº 1557	UND	36	R$ 7,08	R$ 254,88
38	BROCA ZEKRYA CIRURGICA	UND	48	R$ 18,23	R$ 875,04
39	BRUNIDOR 29	UND	12	R$ 9,52	R$ 114,24
40	CABO P/ESPELHO BUCAL INOX	UND	90	R$ 5,89	R$ 530,10
41	CABO PARA BISTURI N. 03	Kit	30	R$ 15,32	R$ 459,60
42	CALCADOR DE PAIVA GOLGRAN KIT COM 4 UNID	UND	6	R$ 72,80	R$ 436,80
43	CALCADOR ESPATULADO LONGO 30 AÇO AISI 420	UND	6	R$ 20,70	R$ 124,20
44	CALCADOR HOLLEMBACK. 06	UND	6	R$ 13,53	R$ 81,18
45	CALCADOR WARD 01	UND	6	R$ 18,20	R$ 109,20
46	CALCADOR WARD 02	UND	12	R$ 18,20	R$ 218,40
47	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	18	R$ 1.157,00	R$ 20.826,00
48	CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO	UND	18	R$ 550,00	R$ 9.900,00
49	CÂNULA DE SUCÇÃO CURVO AÇO AISI	UND	36	R$ 11,00	R$ 396,00
50	COLGADURA UNITÁRIA	UND	36	R$ 4,45	R$ 160,20
51	CUBA PARA ASSEPSIA DE 9-10 CM AC-059	UND	12	R$ 22,10	R$ 265,20
52	CUNHA CERVICAL (C/ 100 UNID)	PCT	12	R$ 8,55	R$ 102,60
53	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA C/100 UND	UND	24	R$ 7,93	R$ 190,32
54	CURETA MORSE 0-00 C 6MM (FOICE)	UND	60	R$ 11,74	R$ 704,40
55	CURETA DE DENTINA N. 11.5 (ESCAVADOR)	UND	60	R$ 7,95	R$ 477,00
56	CURETA DE GRACEY N. 11/12	UND	12	R$ 11,74	R$ 140,88
57	CURETA DE GRACEY N. 13/14	UND	12	R$ 11,74	R$ 140,88
58	CURETA DE GRACEY N. 17/18	UND	12	R$ 11,74	R$ 140,88
59	CURETA DE GRACEY N. 5/6	UND	12	R$ 11,74	R$ 140,88

60	CURETA DE GRACEY N. 7/8	UND	12	R$ 11,74	R$ 140,88
61	CURETA FINLANDIA 14-15 C.O. 8MM	UND	12	R$ 33,97	R$ 407,64
62	CURETA LUCAS 85	UND	18	R$ 11,74	R$ 211,32
63	CURETA MCCALL 13-14	UND	24	R$ 11,74	R$ 281,76
64	CURETA MCCALL 17-18	UND	24	R$ 11,74	R$ 281,76
65	DESCOLADOR MOLT 2-4	UND	18	R$ 17,43	R$ 313,74
66	DESCOLADOR MOLT Nº 9 - FAVA	PCT	18	R$ 17,43	R$ 313,74
67	ESCOVA P/ PROFILAXIA CÔNICA| MÉDIA - PCT C/ 10 UNIDADE	PCT	12	R$ 13,01	R$ 156,12
68	ESCOVA ROBSON MACIAS – PCT C/3 UNIDADES	UND	90	R$ 3,86	R$ 347,40
69	ESCOVA ROBSON PLANA P/ C. ÂNGULO	PCT	120	R$ 1,09	R$ 130,80
70	ESCOVAS ROBSON DURAS – PCT C/3 UNIDADES	PCT	48	R$ 11,70	R$ 561,60
71	ESCOVAS ROBSON MÉDIA – PCT C/3 UNIDADES	UND	60	R$ 11,70	R$ 702,00
72	ESCULPIDOR CLEVI DENT INFANTIL	UND	12	R$ 7,96	R$ 95,52
73	ESCULPIDOR CLEVI DENT Nº 21	UND	12	R$ 7,95	R$ 95,40
74	ESCULPIDOR DISCOID CLEOID ADULTO	UND	12	R$ 7,95	R$ 95,40
75	ESCULPIDOR DISCOID CLEOID INFANTIL	UND	12	R$ 7,95	R$ 95,40
76	ESCULPIDOR HOLLEMBACH	UND	12	R$ 7,95	R$ 95,40
77	ESCULPIDOR PK THOMAS	CX	1	R$ 11,74	R$ 11,74
78	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM - MK LIFE	UND	6	R$ 29,81	R$ 178,86
79	ESPATULA Nº 07 DUPLA	UND	18	R$ 9,75	R$ 175,50
80	ESPÁTULA SILICATO N° 1	UND	18	R$ 7,95	R$ 143,10
81	ESPATULA SIMPLES 24	UND	24	R$ 7,95	R$ 190,80
82	ESPATULA SUPRAFILL 01	UND	60	R$ 13,01	R$ 780,60
83	ESPÁTULA TINTACÂNULA 16CM - GOLGRAN	UND	2	R$ 14,95	R$ 29,90
84	ESPELHO BUCAL COM CABO PLANO Nº 5 - C/ UNIDADE	UND	360	R$ 5,55	R$ 1.998,00
85	EXPLORADOR 05	UND	60	R$ 7,95	R$ 477,00
86	EXPLORADOR 47	UND	60	R$ 7,95	R$ 477,00
87	EXTRATOR DE EXCESSO COM CALCADOR - FAVA	UND	12	R$ 34,15	R$ 409,80
88	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 150	UND	36	R$ 79,93	R$ 2.877,48
89	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 151	UND	36	R$ 78,34	R$ 2.820,24
90	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 16	UND	24	R$ 80,23	R$ 1.925,52
91	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 17	UND	24	R$ 70,92	R$ 1.702,08
92	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 18 L	UND	36	R$ 70,61	R$ 2.541,96
93	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 18 R	UND	36	R$ 73,67	R$ 2.652,12
94	FORCEPS ODONTOLOGICO ADULTO N. 65	UND	36	R$ 70,61	R$ 2.541,96
95	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 101	UND	24	R$ 80,23	R$ 1.925,52
96	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 18R	UND	24	R$ 80,23	R$ 1.925,52
97	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 150	UND	24	R$ 71,39	R$ 1.713,36
98	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 151	UND	24	R$ 72,23	R$ 1.733,52
99	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 17	UND	24	R$ 70,67	R$ 1.696,08
100	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 18D	UND	24	R$ 70,85	R$ 1.700,40
101	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 2	UND	24	R$ 70,92	R$ 1.702,08
102	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 27	UND	18	R$ 75,30	R$ 1.355,40
103	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 44	UND	18	R$ 78,36	R$ 1.410,48
104	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 5	UND	18	R$ 71,92	R$ 1.294,56
105	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO INFANTIL Nº 65	UND	18	R$ 72,93	R$ 1.312,74
106	GRAMPO Nº 200 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
107	GRAMPO Nº 201 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
108	GRAMPO Nº 202 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
109	GRAMPO Nº 203 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
110	GRAMPO Nº 205 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
111	GRAMPO Nº 206 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
112	GRAMPO Nº 207 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
113	GRAMPO Nº 208 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
114	GRAMPO Nº 209 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
115	GRAMPO Nº 210 PARA ISOLAMENTO	UND	24	R$ 10,84	R$ 260,16
116	GRAMPO Nº 211 PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
117	GRAMPO Nº W2A PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
118	GRAMPO Nº W8A PARA ISOLAMENTO	UND	6	R$ 10,84	R$ 65,04
119	GUTA PERCHA ACESSÓRIA - ALLPRIME	CX	18	R$ 48,10	R$ 865,80
120	GUTA PERCHA CALIBRADA - ALLPRIME - Nº 15 AO 40	CX	6	R$ 48,10	R$ 288,60
121	GUTA PERCHA CALIBRADA - ALLPRIME - Nº 45 AO 80	CX	6	R$ 48,10	R$ 288,60
122	KIT CIMENTO ENDODÔNTICO FILL CANAL MAQUIRA	Kit	6	R$ 26,79	R$ 160,74
123	KIT EXTRAÇÃO TÁRTARO - ESPELHO N5, SONDA EXPLORADORA N5, EXTRATOR DE TARTARO N3 E PINÇA CLÍNICA 16 CM	Kit	36	R$ 36,14	R$ 1.301,04
124	KIT POLIMENTO AMALGAMA KG (C/ 01KIT)INDICADO PARA ACABAMENTO PRÉ POLIMENTO E POLIMENTO FINAL DE AMAL (8089)	Kit	6	R$ 55,69	R$ 334,14
125	LAMPARINA EM AÇO INOX	UND	1	R$ 26,20	R$ 26,20
126	LIMA P/ OSSO N 11	UND	18	R$ 26,20	R$ 471,60
127	LIMAS K 1º SÉRIE ALLPRIME PACOTE 6 UNID	PCT	36	R$ 14,45	R$ 520,20
128	LIMAS K 2º SÉRIE ALLPRIME PACOTE 6 UNID	PCT	36	R$ 14,45	R$ 520,20
129	PINCA ADSON 12CM C/DENTE	UND	6	R$ 12,64	R$ 75,84
130	PINCA ALLIS 15CM	UND	6	R$ 41,17	R$ 247,02
131	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM	UND	6	R$ 13,55	R$ 81,30
132	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 16CM	UND	6	R$ 13,55	R$ 81,30
133	PINCA ANATOMICA DISSECCÃO 14CM	UND	12	R$ 13,55	R$ 162,60
134	PINCA ANATOMICA DISSECCÃO 16CM	UND	12	R$ 13,55	R$ 162,60
135	PINCA BACKHAUS 13CM P/CAMPO	UND	2	R$ 43,89	R$ 87,78
136	PINCA CLINICA P/ALGODÃO 317	UND	48	R$ 7,95	R$ 381,60
137	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO C	UND	60	R$ 7,95	R$ 477,00
138	PINCA CRILE CURVA 16CM	UND	36	R$ 38,76	R$ 1.395,36
139	PINCA CRILE RETA 16CM	UND	24	R$ 38,28	R$ 918,72
140	PINCA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 12,5CM	UND	6	R$ 29,81	R$ 178,86
141	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 12,5CM	UND	6	R$ 29,81	R$ 178,86
142	PINCA KELLY CURVA 16CM	UND	24	R$ 35,67	R$ 856,08
143	PINCA KELLY RETA 16CM - ABC	UND	6	R$ 50,68	R$ 304,08
144	PINCA KOCHER CURVA 16CM - ABC	UND	6	R$ 48,70	R$ 292,20
145	PINCA KOCHER RETA 16CM - ABC	UND	6	R$ 48,70	R$ 292,20
146	PLACA DE VIDRO 15MM LISA/POLIDA	UND	30	R$ 8,85	R$ 265,50

147	PONTA DE ACABAMENTO 2135	UND	48	R$ 3,34	R$ 160,32
148	PONTA DE ACABAMENTO FORMATO DE CHAMA 3118 FF	UND	60	R$ 3,34	R$ 200,40
149	PONTA DE ACABAMENTO FORMATO DE PERA 3168 FF	UND	60	R$ 3,34	R$ 200,40
150	PONTA DIAMANTADA 1011	UND	72	R$ 3,34	R$ 240,48
151	PONTA DIAMANTADA 3118F	UND	72	R$ 3,34	R$ 240,48
152	PONTA DIAMANTADA FG 1011 ESFÉRICA - (C/ 01UN)	UND	72	R$ 3,34	R$ 240,48
153	PONTA DIAMANTADA FG 1012 ESFÉRICA	UND	72	R$ 3,34	R$ 240,48
154	PONTA DIAMANTADA FG 1015 ESFÉRICA	UND	90	R$ 3,34	R$ 300,60
155	PONTA DIAMANTADA FG 1016 ESFÉRICA (C/ 01UN)	UND	120	R$ 3,34	R$ 400,80
156	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 3168F	UND	90	R$ 3,34	R$ 300,60
157	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 2200F	UND	90	R$ 3,34	R$ 300,60
158	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 2200FF	UND	90	R$ 3,34	R$ 300,60
159	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 3195F	UND	90	R$ 3,34	R$ 300,60
160	PONTA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO 3195FF.	UND	90	R$ 3,34	R$ 300,60
161	PONTA MONTADA PM ACABAMENTO E POLIMENTO EM RESINA PA	UND	12	R$ 7,08	R$ 84,96
162	PONTA POLIDORA UNIVERSAL CA ÓXIDO DE ALUMÍNIO PU	UND	24	R$ 22,44	R$ 538,56
163	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16CM	UND	60	R$ 24,70	R$ 1.482,00
164	PORTA ALGODAO REDONDO INOX ABERTO 08 X 08CM	UND	6	R$ 39,07	R$ 234,42
165	SELADORA MANUAL PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO BIVOLT 25CM	UND	3	R$ 74,42	R$ 223,26
166	SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO KIT COM 5 SERINGAS	Kit	12	R$ 90,58	R$ 1.086,96
167	SERINGA CARPULE	UND	90	R$ 31,62	R$ 2.845,80
168	SINDESMOTOMO - FAVA	UND	36	R$ 11,92	R$ 429,12
169	SINDESMÓTOMO – ICE	UND	36	R$ 7,95	R$ 286,20
170	SINDESMÓTOMO OITAVADO	UND	36	R$ 27,30	R$ 982,80
171	SINDESMÓTOMO – QUINELATO	UND	36	R$ 23,74	R$ 854,64
172	SONDA MM WHO (OMS) CABO 8MM	UND	36	R$ 17,78	R$ 640,08
173	SUGADOR DE SALIVA - CX C/40UNIDADES	PCT	240	R$ 9,84	R$ 2.361,60
174	TESOURA CIRURGICA CURVA PONTA FINA ROMBA	UND	24	R$ 13,00	R$ 312,00
175	TESOURA GOLDMAN FOX CURVA 13CM	UND	24	R$ 37,24	R$ 893,76
176	TESOURA ÍRIS OU GENGIVA 12CM RETA	UND	60	R$ 22,08	R$ 1.324,80
177	TESOURA METZEMBAUM CURVA 15CM	UND	36	R$ 22,60	R$ 813,60
178	TESOURA METZEMBAUM RETA 15CM	UND	24	R$ 33,83	R$ 811,92
179	TESOURA SPENCER 12CM RETA	UND	18	R$ 35,49	R$ 638,82
VALOR TOTAL ESTIMADO				R$ 133.155,64	

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 07/03/2025 e encerramento em 30/09/2025, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 133.155,64** (cento e trinta e três mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025 na classificação abaixo:
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A dotação orçamentária tem a seguinte Rubrica: Exercício 2025
Unidade Orçamentária: 06.002– Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 2161 - Manutenção dos Serviços da Atenção Básica em Saúde; 2036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte: 16000000; 15001002

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

É VEDADO À CONTRATADA:

Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

É eleito o Foro da Comarca de Nova Cruz/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 07 de março de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Contratante

LUCAS DE MORAIS LADEIRA
Contrata

_____
Gestor de Contrato

Fiscal de Contrato

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:D03CA346

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 32/2025, QUE FAZEM ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN E A EMPRESA PHOSPODONT LTDA.

O município de Montanhas – RN por intermédio da Prefeitura Municipal de Montanhas, com sede na Rua Nova, Nº 30, Centro, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.354.383/0001-08, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO MARCOLINO NETO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) empresa **PHOSPODONT LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.451.626/0001-75, sediado(a) na Av. Ayrton Sena, nº 4148, Capim Macio, Natal/RN – CEP: 59.080-100, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA**, portador(a) do CPF. 413.273.304-15, tendo em vista o que consta no Processo nº 11/2024 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, **decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresas especializadas no comércio e distribuição de medicamentos, materiais hospitalares e insumos para atendimento das demandas da Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar do município, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no saldo remanescente da ata de registro de preços nº 008/2024.

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
1	ADESIVO UNIVERSAL ODONTOLOGICO FOTOPOLIMERIZÁVEL (1Frasco com 6g(5,6ml) DENTINA/ESMALTE	DENTSCARE	FR	54	R$ 148,35	R$ 8.010,90
2	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE - GALÃO C/5LITROS	FORTSAN	BOMB	65	R$ 10,16	R$ 660,40
3	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 UND, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL TRIFACETADO, ADAPTÁVEL À SERINGA CARPULE, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. CAIXA C/100 UNIDADES	PROCARE	CX	48	R$ 32,21	R$ 1.546,08
4	ALGODAO HIDROFILO DE 500G	NEVOA	Rolo	60	R$ 15,32	R$ 919,20
5	AMALGAMA 1 PORCAO GS-80 C/50 CAPS.	SDI LIMITED	CX	15	R$ 169,34	R$ 2.540,10
6	AMALGAMA 2 PORCOES C/50 CAPS	SDI LIMITED	CX	12	R$ 231,73	R$ 2.780,76
7	ANESTÉSICO DE ARTICAINA+EPINEF (1:000.000) 4% C/50 X 1,8ML	DFL	CX	82	R$ 148,35	R$ 12.164,70
8	ANESTÉSICO LIDOCAINA 2%+FELINEFRINA C/ 50 (NOVOCOL)	SS WHITE	CX	84	R$ 67,30	R$ 5.653,20
9	ANESTESICO MEPIVACAINA 3% S/ VASO COM 50 TUB.	DLA	UND	16	R$ 152,45	R$ 2.439,20
10	ANESTESICO TOPICO TUTTI-FRUTI 12G	DFL	PCT	16	R$ 14,84	R$ 237,44
11	APLICADOR (CAVIBRUSH) REGULAR C/100 UND	BIODINAMICA	UND	28	R$ 14,84	R$ 415,52
12	BABADOR DESCARTÁVEL C/100 UM	QUALYBLESS	PCT	100	R$ 15,53	R$ 1.553,00
13	BICARBONATO DE SÓDIO (EMBALAGEM (CX COM 15 SACHÊS DE 40G,	MAQUIRA	CX	16	R$ 44,85	R$ 717,60
14	BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO 10CM X 100M	ESTERILCARE	Rolo	32	R$ 52,90	R$ 1.692,80
15	BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO 15CM X 100M	ESTERILCARE	Rolo	49	R$ 74,75	R$ 3.662,75
16	BOBINA PARA ESTERILIZAÇÃO 20CM X 100M	ESTERILCARE	Rolo	40	R$ 105,80	R$ 4.232,00
17	BOBINA PARA ESTERILIZAÇAO 8CM X 100M	ESTERILCARE	Rolo	64	R$ 42,55	R$ 2.723,20
18	CARBONO PARA ARTICULAÇÃO (12 FOLHAS)	MAQUIRA	CX	8	R$ 3,30	R$ 26,40
19	CARTAO P/ RX ODONTOLOGICO DE 2 FUROS C/100	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	PCT	12	R$ 15,41	R$ 184,92
20	CIMENTO DE IONÔMETRO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZÁVEL FORRADOR – APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 10G DE PÓ + 8G DE LÍQUIDO KIT	DENTSCARE	Kit	18	R$ 34,39	R$ 619,02
21	CIMENTO DE IONÔMETRO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZÁVEL RESTAURADOR – APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM COM 10G DE PÓ + 8G DE LÍQUIDO + 1 D	DENTSCARE	Kit	24	R$ 34,39	R$ 825,36
22	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO - EMBALAGEM COM 1 SERINGA DE 2G	BIODINAMICA	Kit	36	R$ 28,18	R$ 1.014,48
23	CIMENTO OXIFOSFATO DE ZINCO LÍQUIDO - EMBALAGEM COM 10ML.	MAQUIRA	Fr	6	R$ 16,34	R$ 98,04
24	CIMENTO OXIFOSFATO DE ZINCO PÓ - EMBALAGEM COM 28G.	MAQUIRA	CX	6	R$ 22,09	R$ 132,54
25	CIMENTO PROVISÓRIO PULPO-SAN PÓ C/50G	SS WHITE	Fr	12	R$ 28,52	R$ 342,24
26	CONDICIONADOR ACIDO FOSFÓRICO GEL A 37% - PCT C/3 DE 2,5	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	Kit	22	R$ 4,83	R$ 106,26
27	CREME DENTAL FLUORETADO 1.500 PPM DE FLÚOR	ALG BRASIL	UND	600	R$ 1,73	R$ 1.038,00
28	ENDO ICE SPRAY 200 ML	MAQUIRA	Fr	6	R$ 40,35	R$ 242,10
29	ESCOVA DENTAL ADULTO (COM SERDAS MACIAS)	ALG BRASIL	UND	1.200,00	R$ 0,86	R$ 1.032,00
30	ESCOVA DENTAL INFANTIL	ALG BRASIL	UND	1.200,00	R$ 0,72	R$ 864,00
31	ESPONJA HEMOSTÁTICA HEMOSPON c/ 10 UNIDADES	MAQUIRA	UND	30	R$ 47,47	R$ 1.424,10
32	EUGENOL 20ML	IODONTOSUL	Fr	6	R$ 12,23	R$ 73,38
33	EVIDENCIADOR DE PLACA DE 10ML	BIODINAMICA	Fr	18	R$ 6,82	R$ 122,76
34	FILME PARA RX ODONTOLOGICO ADULTO CX C/ 150	KODAK	CX	12	R$ 215,63	R$ 2.587,56
35	FILME PARA RX ODONTOLOGICO INFANTIL CX C/100	KODAK	CX	8	R$ 299,00	R$ 2.392,00
36	FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA SEDA ODONT. 3-0 AG. 1,7CM DE 1/2 C/24	MEDIX LTDA	CX	78	R$ 43,16	R$ 3.366,48
37	FIO DENTAL - 50M	ALG BRASIL	UND	24	R$ 1,70	R$ 40,80
38	FIO DENTAL S/ CAIXA 500M	POWER DENTE	Rolo	21	R$ 11,16	R$ 234,36
39	FIO RETRATOR 00 E.F (DOIS ZERO) EMBALAGEM COM 244CM	BIODINAMICA	Rolo	14	R$ 25,30	R$ 354,20
40	FIO RETRATOR 000 E.F (TRÊS ZERO) EMBALAGEM COM 244CM	BIODINAMICA	Rolo	30	R$ 25,30	R$ 759,00
41	FIXADOR RADIOGRAFICO ODONTOLÓGICO - 475 ML	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	Fr	30	R$ 12,54	R$ 376,20
42	FLUOR GEL NEUTRO TÓPICO S/ SABOR 200ML	IODONTOSUL	Fr	6	R$ 5,87	R$ 35,22
43	FORMOCRESOL 10ML	BIODINAMICA	Fr	28	R$ 5,43	R$ 152,04
44	GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12% DE 1000ML S/ MORANGO	RIOQUIMICA	Fr	16	R$ 18,85	R$ 301,60
45	GLUCONATO DE CLOREXIDINA SOLUCAO A 2% 100ML	RIOQUIMICA	Fr	28	R$ 3,93	R$ 110,04
46	GUARDANAPO DE PAPEL C/100	RESERVA	PCT	12	R$ 2,88	R$ 34,56
47	HEMOSTÁTICO LIQUIDO	MAQUIRA	Fr	24	R$ 13,92	R$ 334,08

48	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO SERINGA C/ 2,0G 2UNID/SERINGA	BIODINAMICA	SRG	14	R$ 110,20	R$ 1.542,80
49	HIPOCLORITO DE SODIO 1% DE 5 LT	DELTA	BOMB	12	R$ 50,00	R$ 600,00
50	IONOMERO DE VIDRO CIMENTAÇÃO PO+LIQ.	DENTSCARE	Kit	12	R$ 73,00	R$ 876,00
51	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR PO+LIQ A3	DENTSCARE	CX	28	R$ 65,00	R$ 1.820,00
52	KIT DE HIGIENE BUCAL, CONTENDO: ESCOVA, FIO-DENTAL E CREME	ALG BRASIL	UND	700	R$ 6,84	R$ 4.788,00
53	KIT DE HIGIENE BUCAL, CONTENDO: ESCOVA, FIO-DENTAL E CREME DENTAL NFANTIL	ALG BRASIL	UND	200	R$ 6,84	R$ 1.368,00
54	KIT DISCO DE LIXA 16MM SORTIDO C/50 UND	TDV	Kit	28	R$ 46,68	R$ 1.307,04
55	KIT POLIMENTO DE RESINA C/6 PCS	MICRODONT	Kit	16	R$ 75,00	R$ 1.200,00
56	LAMINA DE BISTURI ACO CARBONO N 15 C/100 UND	MEDIX LTDA	CX	18	R$ 30,20	R$ 543,60
57	LENCOL DE BORRACHA ODONT. C/26 UND	MADEITEX	CX	60	R$ 25,33	R$ 1.519,80
58	LÍQUIDO DE DAKIN - 1000ML	IODONTOSUL	Litro	1	R$ 9,62	R$ 9,62
59	LIXA P/ POLIMENTO RESINA C/150	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	CX	13	R$ 9,14	R$ 118,82
60	LUVA DE LIMPEZA TAMANHO G (PAR)	DESCARPACK	Par	72	R$ 2,25	R$ 162,00
61	LUVA DE LIMPEZA TAMANHO M (PAR)	DESCARPACK	Par	134	R$ 2,51	R$ 336,34
62	LUVA DE LIMPEZA TAMANHO P (PAR)	DESCARPACK	Par	72	R$ 4,14	R$ 298,08
63	LUVA DE PROCED LATEX TAM G C/100 UND	KEVENOLL	CX	75	R$ 20,64	R$ 1.548,00
64	LUVA DE PROCED LATEX TAM M C/100 UND	MEDIX LTDA	CX	365	R$ 16,39	R$ 5.982,35
65	LUVA DE PROCED LATEX TAM P C/100 UND	MEDIX LTDA	CX	110	R$ 22,62	R$ 2.488,20
66	MANDRIL CONTRA ANGULO P/DISCO	PREVEN	UND	18	R$ 2,88	R$ 51,84
67	MASCARA DESC. TRIPLA C/ELASTICO C/50 UND HOSP	MEDIX LTDA	CX	330	R$ 5,98	R$ 1.973,40
68	MATRIZ DE ACO INOX 0.05 X 0,5MM	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	60	R$ 1,58	R$ 94,80
69	MATRIZ DE ACO INOX 0.05 X 0,7MM	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	40	R$ 1,71	R$ 68,40
70	MICROBRUSH (PINCEL APLICADOR DE ADESIVO) TUBO C/100APLICADORES	BIODINAMICA	Tubo	14	R$ 14,84	R$ 207,76
71	OLEO LUBRIFICANTE SPRAY REFIL 200ML C/1 BIC0	MAQUIRA	Fr	6	R$ 21,22	R$ 127,32
72	ÓXIDO DE ZINCO PÓ 50G	BIODINAMICA	Pote	6	R$ 6,87	R$ 41,22
73	PAPEL CARBONO DUPLA FACE CONTACTO	MAQUIRA	CX	24	R$ 5,18	R$ 124,32
74	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO - FR C/20ML	BIODINAMICA	Fr	6	R$ 9,78	R$ 58,68
75	PASTA PROFILATICA MENTA S/OLEO 90G	IODONTOSUL	Tubo	30	R$ 5,69	R$ 170,70
76	PAVIO PARA LAMPARINA PACOTE COM 10 UM	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	CX	1	R$ 5,18	R$ 5,18
77	PEDRA ARKANSAS BRANCA - LANÇA	AMERICAN BURRS	UND	36	R$ 11,04	R$ 397,44
78	PEDRA ARKANSAS BRANCA - TRONCO - CÔNICA	AMERICAN BURRS	UND	36	R$ 11,04	R$ 397,44
79	PEDRA POMES EXTRA FINA - 100G	IODONTOSUL	UND	16	R$ 5,18	R$ 82,88
80	PINÇA PORTA GRAMPO GOLGRAN	6B INVENT GERMANY INOX	UND	2	R$ 97,75	R$ 195,50
81	PINCEL APLICADOR DESCARTÁVEL PARA USO ODONTOLÓGICO C/100	BIODINAMICA	UND	6	R$ 14,84	R$ 89,04
82	PONTA PAPEL ABSORVENTE 15-40 C/210 UND	BOMA	CX	12	R$ 42,00	R$ 504,00
83	POSICIONADOR FILME AUTOCLAVAVEL ADULTO	INDUSBELLO	Kit	12	R$ 62,49	R$ 749,88
84	POTE DAPPEN VIDRO COLORIDO C/12	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	12	R$ 73,00	R$ 876,00
85	PRENDEDOR DE BABADOR ODONTOLÓGICO BOLINHA JACARÉ	CONFORT ODONTO	UND	6	R$ 7,99	R$ 47,94
86	PRENDEDOR PARA BABADOR UM	CONFORT ODONTO	UND	10	R$ 7,99	R$ 79,90
87	PULPO - SAN LIQUÍDO - CIMENTO ODONTOLÓGICO - 20ML	SS WHITE	Fr	24	R$ 28,52	R$ 684,48
88	RÉGUA MILIMETRADA ENDODÔNTICA DE ALIMÍNIO MAQUIRA	PERFURABRAG	UND	2	R$ 9,14	R$ 18,28
89	RÉGUA MILIMITRADA PRATA	PERFURABRAG	UND	18	R$ 9,14	R$ 164,52
90	REMOVEDOR DE MANCHA 30ML	URABY	Fr	18	R$ 20,16	R$ 362,88
91	RESINA COMPOSTA EA 2,5	DENTSCARE	SER	43	R$ 52,00	R$ 2.236,00
92	RESINA COMPOSTA EA1	DENTSCARE	SER	30	R$ 21,00	R$ 630,00
93	RESINA COMPOSTA EA2	DENTSCARE	SER	30	R$ 21,00	R$ 630,00
94	RESINA COMPOSTA EA3	DENTSCARE	SER	48	R$ 21,00	R$ 1.008,00
95	RESINA COMPOSTA EA3,5	DENTSCARE	SER	48	R$ 28,00	R$ 1.344,00
96	RESINA FLUIDA A2	MAQUIRA	SER	45	R$ 20,00	R$ 900,00
97	RESINA FLUIDA A3	MAQUIRA	SER	45	R$ 20,00	R$ 900,00
98	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 4G A2 , A3,A3,5	DENTSCARE	SER	45	R$ 62,86	R$ 2.828,70
99	RESTUARDOR PROVISORIO PÓ E LÍQUIDO	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	CX	36	R$ 20,24	R$ 728,64
100	REVELADOR RADIOGRÁFICO PARA ODONTOLOGIA COM 500ML	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	Fr	14	R$ 12,54	R$ 175,56
101	ROLETE DE ALGODAO DENTAL C/100 UND	QUALYBLESS	PCT	140	R$ 2,85	R$ 399,00
102	SELADORA	BIOMECK CIENTIFICA	UND	4	R$ 453,00	R$ 1.812,00
103	SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO (KIT) C/5 UNIDADES E 20	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	Kit	17	R$ 352,00	R$ 5.984,00
104	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL - 2G	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	48	R$ 11,26	R$ 540,48
105	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO	MARINOX	UND	105	R$ 37,95	R$ 3.984,75
106	SOLUÇÃO OTOLÓGICA DE POLIMIXINA + NEOMICINA + HIDROCORTIZONA	FARMOQUIMICA	Fr	18	R$ 14,39	R$ 259,02
107	SUGADOR CIRÚRGICO ESTERIL C/40 UND	MAQUIRA	PCT	15	R$ 41,40	R$ 621,00
108	SUGADOR DESCARTAVEL SIMPLES PCT. C/40 UND	QUALYBLESS	PCT	10	R$ 9,14	R$ 91,40
109	TACA DE BORRACHA	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	UND	30	R$ 1,09	R$ 32,70
110	TAMBOREL DE PLÁSTICO MAQUIRA	PERFURABRAG	UND	1	R$ 9,14	R$ 9,14
111	TIRA DE LIXA DE ACO 4MM C/12	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	Env	60	R$ 7,48	R$ 448,80
112	TIRA DE LIXA DE ACO 6MM C/12	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	Env	60	R$ 7,94	R$ 476,40
113	TIRA DE LIXA FINA PARA RESINA C/50 UNIDADES	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	PCT	42	R$ 9,14	R$ 383,88
114	TIRA DE LIXA MEDIA PARA RESINA C/50 UNIDADES	AAF DO BRASIL PROD ODONTO	PCT	30	R$ 9,14	R$ 274,20
115	TIRA DE POLIESTER PARA RESINA C/50 UNIDADES	MAQUIRA	PCT	36	R$ 1,75	R$ 63,00
116	TOUCA DESC. C/ELAST. BRANCA C/1000 UND.	MEDIX LTDA	PCT	34	R$ 7,99	R$ 271,66
117	VERNIZ C/ FLUOR COM 5% DE FLUORETO - 10ML	DENTSCARE	CX	26	R$ 29,15	R$ 757,90
118	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADE 15ML	BIODINAMICA	FRS	42	R$ 14,49	R$ 608,58
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 133.653,85**	

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 07/03/2025 e encerramento em 30/09/2025, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 133.653,85** (cento e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025 na classificação abaixo:
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A dotação orçamentária tem a seguinte Rubrica: Exercício 2025
Unidade Orçamentária: 06.002– Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 2161 - Manutenção dos Serviços da Atenção Básica em Saúde; 2036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte: 16000000; 15001002

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

É VEDADO À CONTRATADA:

Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

É eleito o Foro da Comarca de Nova Cruz/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Montanhas/RN, 07 de março de 2025.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Contratante

ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA
Contrata

_____
Gestor de Contrato

_____
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:4F071459

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO
O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto: **"**AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS **".** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 09 de maio de 2025.

COTAÇÃO DE PREÇOS

A senhora,
Heloísa Cristina de Souto Silva
Gerente de Compras do Município de Parelhas/RN.

FORNECEDOR:
CNPJ/CPF:
RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
E-MAIL:	
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS.**	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor total	Desconto (%)
1	0026733-AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU PARARELO (VEÍCULO DE PEQUENO PORTE)	UNIDADE	1	364.725,00	
2	0026735-AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/ GENUÍNOS OU PARALELO (VEÍCULO DE MÉDIO PORTE)	UNIDADE	1	345.190,00	
3	0026736-AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS PU PARALELO (VEÍCULO DE GRANDE PORTE)	UNIDADE	1	520.200,00	
4	0026737-AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU PARALELO (EQUIPAMENTOS PESADOS)	UNIDADE	1	510.100,00	
5	0026738-AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNOS OU PARALELO (MOTOCICLETAS)	UNIDADE	1	10.250,00	

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.

*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2025.

_____
Responsável

Publicado por:
Heloisa Cristina de Souto Silva
Código Identificador:642BD758

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 PARA SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE BANCO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES POPULARES PARA ATUAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA.

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PORTALEGRE-RN, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER - SEMECEL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1.998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, o disposto no art. 11, § 1º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado - PBA, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências, Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que trata do Programa Brasil Alfabetizado, Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, Resolução nº 20, de 9 de setembro de 2024, estabelece os procedimentos para a transferência de recursos financeiros para o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) entre 2024 e 2027, torna público, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições para a Chamada Pública destinada à seleção de candidatos ao preenchimento de vagas de alfabetizadores populares para a prestação de atividade voluntária no âmbito do PBA – Ciclo 2025.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
1.1 A Chamada Pública para seleção de alfabetizadores populares será regida pela legislação vigente sendo executada, desenvolvida e organizada pela Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEMECEL.
1.2 Esta Chamada Pública visa o preenchimento de vagas para a prestação de atividade voluntária, por tempo determinado de 12 (doze) meses com atuação no Programa Brasil Alfabetizado;
1.3 As inscrições serão realizadas de acordo com o cronograma desta Chamada Publica, de forma on-line através do e-mail smedportalegre@gmail.com, devendo o candidato encaminhar em formato PDF todos os documentos necessários;
1.4 Todas as informações referentes a este Edital de Chamada Pública, assim como quaisquer alterações serão divulgadas no site da Prefeitura Municipal de Portalegre, sitio eletrônico: https://www.portalegre.rn.gov.br/.

2. DO OBJETIVO:
2.1 Selecionar alfabetizadores populares que atuarão no Programa Brasil Alfabetizado - PBA. O Programa atenderá estudantes não inseridos no sistema formal de ensino e serão criadas turmas de alfabetização nas zonas rurais e/ou urbanas.

FUNÇÃO	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	BOLSA
Alfabetizador	Possuir formação em nível superior, licenciatura ou graduação na área de ciências humanas/ sociais.	12 horas semanais, nos turnos: manhã, tarde ou noite, com atendimento aos alfabetizandos.	R$ 1.200,00 01 Turma Ativa

3. DO PERFIL DO ALFABETIZADOR POPULAR
3.1 Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12, § 1º da Constituição Federal;
3.2 Ter, no mínimo, 18 anos de idade completos;
3.3 Ser capaz de desempenhar todas as atividades relativas à alfabetização de jovens, adultos e idosos;
3.4 Cumprir com as determinações desta Chamada Pública e demais requisitos da Resolução nº 20, de 9 de setembro de 2024/MEC/FNDE.

3.5 Ter formação e experiência, conforme especificação no Anexo I desta Chamada Pública;
3.6 Ter disponibilidade, conforme determinado na Resolução nº 20, no Termo de Compromisso dos Alfabetizadores, Anexo I da Resolução nº 20, de 9 de setembro de 2024/MEC/FNDE, assinado pelo voluntário.
3.7 Ter disponibilidade para mobilizar turmas nas áreas urbana ou rural;
3.8 Ter disponibilidade para participar da formação inicial e da formação continuada que ocorrerá durante a execução do Programa, conforme Termo de Compromisso, assinado pelo voluntário, assegurando a sua participação.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO ALFABETIZADOR POPULAR
4.1 Realizar trabalho voluntário de alfabetização em turmas de jovens, adultos e idosos, nos termos do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, com no mínimo 10 alfabetizandos na área rural e 15 na área urbana, ambas, com no máximo 25 alfabetizandos, no período de 12 (doze) meses e a carga horária mínima de 12h semanais até atingir 600 horas/aula nos turnos manhã, tarde ou noite com atendimento aos alfabetizandos.
4.2 Desenvolver, com o auxílio do gestor local do programa, ações de acompanhamento e registro da frequência dos alfabetizandos;
4.3 Participar, obrigatoriamente, da formação continuada;
4.4 Desenvolver, juntamente o gestor local, o plano pedagógico das aulas de modo a assegurar o desenvolvimento dos alfabetizandos;
4.5 Orientar e acompanhar as produções mensais dos alfabetizandos;
4.6 Registrar as produções dos alfabetizandos, por meio de portfólios, relatórios de sala de aula e acompanhamento das atividades programadas;
4.7 Avaliar continuamente as habilidades e conhecimentos dos alfabetizandos durante o período do Programa;
4.8 Realizar planejamento individuais e coletivos.
4.9 Realizar a distribuição e o controle do material didático;
4.10 Localizar, identificar, mobilizar e preencher a ficha de cadastramento dos jovens, adultos e idosos não alfabetizados, observando a quantidade mínima de 15 alfabetizandos por turma na zona urbana e de 10 alfabetizandos por turma na zona rural.
4.11 Acompanhar a aplicação das avaliações dos alfabetizandos;
4.12 Elaborar relatório das atividades planejadas e desenvolvidas durante o mês;
4.13 Realizar visitas domiciliares às famílias dos alfabetizandos infrequentes ou desistentes de sua turma para acompanhamento e motivação, visando à permanência deles em sala de alfabetização e posterior continuidade nos estudos;
4.14 Informar ao gestor local a presença de novos alfabetizandos, inclusive incluir os nomes na lista de frequência e preencher sua ficha de cadastro para ser entregue ao gestor local;
4.15 Informar ao gestor local as alterações cadastrais dos alfabetizandos e mudanças de endereço do alfabetizador ou da turma.
4.16 Fica o alfabetizador ciente de que a Bolsa poderá ser automaticamente interrompida, caso não sejam cumpridas as atribuições do alfabetizador acima referenciadas.

5 DAS BOLSAS
5.1 A atividade desenvolvida pelos Alfabetizadores do Programa é equiparada a serviço voluntário, não gerando vínculo empregatício.
5.2 As bolsas concedidas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado **não serão**:
I - recebidas cumulativamente;
II - incorporadas ao vencimento, ao salário, à remuneração ou aos proventos do alfabetizador para qualquer efeito;
III - utilizadas como base de cálculo para vantagens ou benefícios trabalhistas ou previdenciários, de caráter pessoal ou coletivo, existentes ou que venham a ser instituídos, inclusive para fins do cálculo dos proventos de aposentadoria e pensões.
5.3 Os docentes da rede municipal de ensino que desejem participar do programa, deverão atender aos critérios de seleção e que haja compatibilidade de horário com as atribuições do cargo ou função e com o horário de trabalho.
5.4 As bolsas poderão ser, automaticamente, interrompidas caso não sejam cumpridas as atribuições do alfabetizador referenciadas no Edital de Chamada Pública de Alfabetizadores para atuarem como voluntários no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado - PBA, e qualquer das condições estabelecidas;
5.5 As bolsas concedidas no âmbito do PBA são destinadas aos voluntários que assumem atribuições de alfabetizador, conforme disposto na Lei nº 10.880/2004 MEC/FNDE e no Decreto nº 10.959/2022-MEC/FNDE.

6. DAS VAGAS
6.1 Os candidatos serão chamados para o preenchimento das 10 (dez) vagas declaradas no Anexo VI desta Chamada Pública, ou que vierem a surgir no Programa Brasil Alfabetizado - PBA.
6.2 Fica instituído o Cadastro de Reserva com candidatos selecionados que não alcançaram a classificação, mediante o número de vagas oferecido nesta Chamada Pública, irão compor Cadastro de Reserva, cuja convocação estará condicionada a possíveis desistências ou substituições e/ou criação de futuras vagas no prazo de validade desta Chamada;

7. DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO
7.1 O processo de seleção dos alfabetizadores será realizado por uma Comissão Especial constituída por profissionais designados pela Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEMECEL, e constará de avaliação:
Etapa 1: Análise do Currículo do candidato observando as devidas comprovações/certificados, com vistas a conhecer a formação acadêmica e a experiência profissional do candidato;
Etapa 2: Entrevista com o candidato para conhecer seu perfil e potencial profissional,
bem como a expertise em alfabetização;
7.2 A entrevista será realizada no dia 13 de maio de 2025, no horário de 8h às 12h, em
formato presencial na sala de reuniões, por ordem alfabética;
7.3 Serão classificados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 06 (seis) nas duas etapas avaliadas, totalizando um mínimo de 12 (doze) pontos;
7.4 Em caso de empate, será classificado o candidato com maior tempo de experiência em atividades de alfabetização e, persistindo o empate, será classificado o candidato de maior idade;
7.5 Os resultados serão divulgados, considerando a soma das notas nas duas etapas, por ordem de classificação;
7.6 A divulgação do resultado final será no dia 13 de maio de 2025, na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Portalegre.
7.7 Os candidatos classificáveis comporão um banco de reserva e poderão ser chamados, à posteriori, havendo casos de vacância.

8. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
8.1 Será constituída por 3 (três) servidores, a comissão formada por servidores da Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEMECEL que se responsabilizará por todo o processo de seleção;
8.2 Todas as etapas desta Chamada serão divulgadas no site da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, garantindo a transparência do processo;

8.3 Não poderão compor a comissão avaliadora servidores que tenham parentesco até o terceiro grau com qualquer candidato que esteja concorrendo às bolsas descritas nesta Chamada;
8.4 Os eventuais casos não contemplados por esta Chamada serão analisados pela comissão organizadora.

9. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA SELEÇÃO E RECURSOS
9.1 Os resultados da seleção serão divulgados por meio site https://www.portalegre.rn.gov.br/, na data estabelecida no cronograma da Chamada Pública.
9.2 Os candidatos terão o prazo de 24 horas a partir da publicação dos resultados para interpor recurso, caso haja necessidade. O recurso deverá ser entregue na SEMECEL, contendo justificativa detalhada e documentação comprobatória, se aplicável.
9.3 Após a análise dos recursos, a decisão final será divulgada em data fixada no cronograma, sendo esta irrevogável.

10. DO CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PERÍODO
Publicação da Chamada Publica para seleção	09/05/2025
Inscrição on-line através do e-mail: smedportalegre@gmail.com	09/05/2025 à 12/05/2025 até as 12h
Publicação das **inscrições deferidas e indeferidas.**	12/05/2025
Entrevista por ordem alfabética;	13/05/2025 à partir das 8h.
Divulgação do Resultado**;**	13/05/2025
Prazo para interposição de recursos (smedportalegre@gmail.com)	14/05/2025
Divulgação do **resultado final**	15/05/2025

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1 O alfabetizador selecionado assinará o Termo de Compromisso para execução das atividades no dia 15 de maio de 2025);
11.2 Fica reservado à Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer o direito de prorrogar, revogar ou anular a presente Chamada Pública;
11.3 O alfabetizador que for professor da rede desenvolverá a atividade, objeto desta Chamada, em tempo distinto e complementar ao da sua lotação, cuja atuação não dará direito à redução ou liberação parcial ou casual das suas atividades docentes;
11.4 O pagamento da bolsa do alfabetizador selecionado está condicionado à entrega do Termo de Compromisso e do relatório mensal no último dia do mês, após validação pela equipe Secretaria.

Portalegre/RN, 08 de maio de 2025.

MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

ANEXOS
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 PARA SELEÇÃO DE ALFABETIZADORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO – PBA.

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS
1. Nome:
1.1 Nome social:
2. CPF:
3. RG:
4. Endereço Complemento:
CEP:
Telefone: ( )
Celular: ( )
E-mail:
Banco: Agência: Dígito:
Conta: Dígito:

_____

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025 - PBA
Número da Inscrição: _____
Nome: _____
Cargo/Função: _____

Assinatura do Candidato Assinatura do Responsável

ANEXO II - MODELO DE CURRÍCULO

1. INFORMAÇÕES PESSOAIS:
1.1 Nome completo:
1.2 Naturalidade:
1.3 Data de nascimento:
1.4 Estado Civil:
1.5 Nº da Carteira de Identidade:
1.6 Nº do CPF:
1.7 Endereço residencial completo:
1.8 Endereço eletrônico (e-mail):

1.9 Telefones de contato (com código de área):
2. FORMAÇÃO:
2.1 Comprovação da conclusão do Ensino Médio
2.2 Graduação: (curso; instituição; ano de conclusão)
2.3 Especialização: (curso; instituição; ano de conclusão)
2.4 Mestrado: (curso; instituição; ano de conclusão)
2.5 Doutorado: (curso; instituição; ano de conclusão)
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: listar as atividades mais relevantes ao objeto desta seleção (período; instituição/empresa; cargo ou função; principais atividades desenvolvidas)
4. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS QUE DIALOGAM COM AS ATRIBUIÇÕES EXIGIDAS NESTA CHAMADA PÚBLICA: listar os eventos ou cursos de formação mais relevantes ao objeto desta seleção (tipo de evento; instituição promotora; carga horária; período de realização), e experiências vinculadas a elaboração de material didático. (Data, Nome e Assinatura)
Obs. Todas as informações deste documento devem ser acompanhadas das devidas comprovações, com data no formato **DIA/MÊS/ANO**.

ANEXO III–

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA ANÁLISE DO CURRÍCULO E ENTREVISTA
Etapa 1: Análise do Currículo e entrevista, com critérios específicos de pontuação:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência profissional comprovada na área de educação de jovens, adultos e idosos e/ou educação popular nos últimos 05 (cinco) anos, vedado vínculos concomitantes;	0,5 ponto por cada 06 meses.	Até 02 pontos
Certificado de Especialização (mínimo 360h)	0,5 ponto por certificado	Até 01 pontos
Entrevista	07 pontos	Até 07 pontos
TOTAL DE PONTOS		10 pontos

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu CPF: ____.____.____ - ____, candidata(o) no processo seletivo referente à Chamada Pública para seleção de bolsista para atuar como alfabetizador no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado - PBA, ao realizar minha inscrição, reconheço e estou de acordo, conforme esta Chamada, da exigência de disponibilidade de _____ horas semanais, nos turnos manhã, tarde ou noite, com atendimento aos alfabetizandos, para exercer as ações elencadas no item 4 do Edital, bem como tenho disponibilidade para os eventuais encontros presenciais/remotos de alinhamento com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e Gestor Local do PBA.

Portalegre/RN, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO V
DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS - Demanda de turmas de jovens, adultos e idosos não alfabetizados.

MUNICÍPIO	TOTAL DE VAGAS	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL
Portalegre	08	02	06 (Sítio Estrondo, Bom Sucesso, Pega, Baixa Grande, Sobrado, Arrojado)

ANEXO VI- REQUISITOS MÍNIMOS

Alfabetizadores(as)
Possuir formação em nível superior, licenciatura ou graduação na área de ciências humanas/ sociais.

ANEXO VII
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO
Eu, nome, nacionalidade, CPF, estado civil, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações que tiver acesso no tocante aos dados pessoais dos alfabetizandos e outras informações técnicas submetidas ao Edital SEMECEL nº 01/2025.
Por este Termo de Confidencialidade e Sigilo comprometo-me:
1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não me apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.
Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas: Informação Confidencial significará toda informação revelada sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios. Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação sobre as questões relativas ao propósito da alfabetização de jovens, adultos e idosos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado - PBA, aos dados pessoais dos alfabetizandos. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir. A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, deverá ser mantida por tempo indeterminado. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Portalegre/RN, _____ de _____ de 2025.
Nome e assinatura

ANEXO XIII
FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025 – PBA

À Comissão Especial da Chamada Pública para banco de alfabetizadores no âmbito Programa Brasil Alfabetizado PBA da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, na forma abaixo especificada:

Identificação do Requerente		
Nº da Inscrição:	Nome Completo:	
CPF:	Carteira de Identidade:	
Cargo:		
Endereço (Logradouro, número e complemento):		
Bairro:	Cidade:	Estado:

Questionamento:

Embasamento:

Nestes termos.
Pede Deferimento.

Assinatura do Candidato Assinatura do responsável

Data: _____ Hora: _____

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:BD96B024

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Processo Administrativo nº 030210/2025
OBJETO: Aquisição futura e parcelada de Materiais de Construção para atender as necessidades do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/RN
.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **ANDRADE E NUNES COMERCIAL LTDA**		
CNPJ: **24.154.896/0001-21**	Telefone: **84 99668-8585**	Email: **alynenunes3005@yahoo.com.br**
Endereço: **R MIGUEL CURY, 248, LOTEAMENTO RESIDENCIAL ALEGRE, Santa Cruz/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **ANA CRISTINA NUNES** - CPF: **030.536.134-17**		

05

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
116	0044112 - BLOQUETE P/ PISO INTERTRAVADOS CONCRETO 10X20X6CM	hb premoldados	mi	50,000000	700,000	35.000,00
117	0044113 - BLOQUETE P/ PISO INTERTRAVADOS CONCRETO 10X20X8CM	hb premoldados	mi	40,000000	840,000	33.600,00
118	0044114 - ESTACA PREMOLDADAS CONCRETO RETA 2,50M	hb premoldados	UND	800,000000	34,310	27.448,00
119	0044115 - ESTACA PREMOLDADAS CONCRETO CURVADA 2,50M	hb premoldados	UND	800,000000	45,000	36.000,00
120	0044116 - Laje pré-moldada treliçada com EPS	hb premoldados	METRO QU	1500,000000	62,000	93.000,00
121	0044117 - COBOGÓ CONCRETO VAZADOS 39x39x7cm (LISO)	hb premoldados	UND	100,000000	10,500	1.050,00
122	0044118 - COBOGÓ CONCRETO VENEZIANO 39x39x7cm (LISO)	hb premoldados	UND	100,000000	10,500	1.050,00
123	0044119 - VERGA CONCRETO PRÉ-MOLDADAS 8CM	hb premoldados	UND	100,000000	15,000	1.500,00
124	0044120 - VERGA CONCRETO PRÉ-MOLDADAS 1,20M	hb premoldados	UND	100,000000	18,000	1.800,00
125	0044121 - VERGA CONCRETO PRÉ-MOLDADAS 1,50M	hb premoldados	UND	50,000000	23,000	1.150,00
126	0044122 - VERGA CONCRETO PRÉ-MOLDADAS 2 M	hb premoldados	UND	20,000000	35,000	700,00
127	0044123 - CANALETA DE CONCRETO 14CMX19CMX34	hb premoldados	UND	300,000000	4,000	1.200,00
128	0044124 - BLOCO CONCRETO PREMOLDADO 14CMX19CMX34CM	hb premoldados	UND	5000,000000	1,500	7.500,00
129	0044125 - VIGA TRELIÇADAS 1mx13cmx3cm Para Lajes	hb premoldados	M	200,000000	11,000	2.200,00
130	0044126 - MEIO-FIO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS 15CMX30CMX1M	hb premoldados	UND	2000,000000	13,300	26.600,00
VALOR GLOBAL 05						**269.798,00**

06

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
131	0044127 - RIPA MISTA	pará	M	1600,000000	1,900	3.040,00
132	0044128 - CAIBRO MAÇARANDUBA	pará	M	1000,000000	5,300	5.300,00
133	0044129 - LINHA 3/4 MAÇARANDUBA	pará	M	400,000000	21,000	8.400,00
134	0044130 - LINHA 3/5 MAÇARANDUBA	pará	M	300,000000	25,000	7.500,00
135	0044131 - LINHA 3/6 MAÇARANDUBA	pará	M	300,000000	26,200	7.860,00
136	0044132 - TABUA MISTA 15CM	pará	M	400,000000	18,000	7.200,00
137	0044133 - TÁBUA MISTA 23CM	pará	M	400,000000	15,000	6.000,00
138	0044134 - TÁBUA MISTA 30 CM	pará	M	400,000000	18,000	7.200,00
VALOR GLOBAL 06						**52.500,00**

10

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)

210	0044206 - PORTA LAMINADA HDF MOGNO DE 60CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	10,000000	150,000	1.500,00
211	0044207 - PORTA LAMINADA HDF MOGNO DE 70CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	10,000000	150,000	1.500,00
212	0044208 - PORTA LAMINADA HDF MOGNO DE 80CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	10,000000	150,000	1.500,00
213	0044209 - PORTA TIMBORANA 60CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	800,000	12.000,00
214	0044210 - PORTA TIMBORANA 70CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	1.200,000	18.000,00
215	0044211 - PORTA TIMBORANA 80CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	1.500,000	22.500,00
216	0044212 - PORTA ANDIROBA 60CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	1.500,000	22.500,00
217	0044213 - PORTA ANDIROBA 70CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	1.800,000	27.000,00
218	0044214 - PORTA ANDIROBA 80CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	1.900,000	28.500,00
219	0044215 - PORTA IPÊ 80CMX2,10M INCLUSIVE CAIXA	FABRICACAO PROPRIA	UND	15,000000	736,500	11.047,50
220	0044216 - JANELA ANDIROBA 80CMX1M	FABRICACAO PROPRIA	UND	6,000000	500,000	3.000,00
221	0044217 - JANELA ANDIROBA 80CMX 1,20M	FABRICACAO PROPRIA	UND	6,000000	500,000	3.000,00
222	0044218 - JANELA MASSARANDUBA 1MX1,50M	FABRICACAO PROPRIA	UND	6,000000	250,000	1.500,00
223	0044219 - JANELA TIMBORANA 80CMX 1M	FABRICACAO PROPRIA	UND	5,000000	200,000	1.000,00
224	0044220 - JANELA TIMBORANA 80CMX 1,20M	FABRICACAO PROPRIA	UND	5,000000	200,000	1.000,00
225	0044221 - JANELA IPÊ 80CMX 1M	FABRICACAO PROPRIA	UND	5,000000	180,000	900,00
226	0044222 - JANELA IPÊ 80CMX 1,20M	FABRICACAO PROPRIA	UND	5,000000	180,000	900,00
227	0044223 - JANELA IPÊ 1MX1,50M	FABRICACAO PROPRIA	UND	5,000000	180,500	902,50
VALOR GLOBAL 10						**158.250,00**

11

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
228	0044224 - PISO CERÂMICO ACETINADO TIPO A 46X46 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	200,000000	48,000	9.600,00
229	0044225 - PISO CERÂMICO POLIDO TIPO A 60X60 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	200,000000	51,000	10.200,00
230	0044227 - PISO CERÂMICO POLIDO TIPO A 70X70 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	300,000000	70,000	21.000,00
231	0044226 - PISO CERÂMICO ACETINADO TIPO A 80X80 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	300,000000	75,000	22.500,00
232	0044228 - PISO CERÂMICO POLIDO TIPO A 1M X 1M DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	300,000000	105,000	31.500,00
233	0044229 - REVESTIMENTO INTERNO CERÂMICO TIPO A 32X60 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	200,000000	40,500	8.100,00
234	0044230 - REVESTIMENTO INTERNO CERÂMICO TIPO A 51X51 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	150,000000	45,000	6.750,00
235	0044231 - REVESTIMENTO EXTERNO CERÂMICO TIPO A 51X51 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	150,000000	53,000	7.950,00
236	0044232 - PISO POCELANATO ACETINADO 90X90 DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	150,000000	55,000	8.250,00
237	0044233 - PISO POCELANATO POLIDO 1M X 1M DIVERSAS TEXTURAS	POINT	METRO QU	150,000000	73,000	10.950,00
238	0044234 - PISO TÁTIL DE ALERTA 25X25CM	POINT	METRO QU	200,000000	63,000	12.600,00
239	0044235 - PISO TÁTIO DIRECIONAL 25X25CM	POINT	METRO QU	200,000000	22,000	4.400,00
240	0044236 - ARGAMASSA AC I, COM 20KG	NORTCOLA	UND	200,000000	13,000	2.600,00
241	0044237 - ARGAMASSA COLANTE AC II, COM 20KG	NORTCOLA	UND	200,000000	15,000	3.000,00
242	0044238 - ARGAMASSA COLANTE AC III, COM 20KG	NORTCOLA	UND	200,000000	28,000	5.600,00
VALOR GLOBAL 11						**165.000,00**

Importa a presente em R$ 645.548,00, (seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais).
VIGÊNCIA: 07/05/2026.

SANTA CRUZ/RN, 07 de maio de 2025.

ASSINATURAS: **Gilvan Pontes da Silva. Diretor**/Pelo Órgão Gerenciador e ANA CRISTINA NUNES–Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:B991CE2E

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Processo Administrativo nº 030210/2025
OBJETO: Aquisição futura e parcelada de Materiais de Construção para atender as necessidades do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/RN
.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **BAGDA SANARA MEDEIROS DE MORAIS LTDA**		
CNPJ: **40.355.446/0003-53**	Telefone: **6232388300**	Email:
Endereço: **R JOAO BEZERRA DA FONSECA, 70, DNER, Santa Cruz/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **BAGDA SANARA MEDEIROS DE MORAIS** - CPF: **039.958.714-45**		

04

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
102	0044098 - BRITA Nº 00	AGREGADO DA NATUREZA	METRO CÚ	50,000000	349,990	17.499,50
103	0044099 - BRITA Nº 19	AGREGADO DA NATUREZA	METRO CÚ	150,000000	235,300	35.295,00
104	0044100 - BRITA Nº 22	AGREGADO DA NATUREZA	METRO CÚ	150,000000	349,940	52.491,00
105	0044101 - AREIA LAVADA DE RIO	MATERIAL SEDIMENTAR	METRO CÚ	1000,000000	78,300	78.300,00
106	0044102 - TIJOLO COMUM	CERAMICA	mi	50,000000	533,300	26.665,00
107	0044103 - TIJOLO CERÂMICO 08 FUROS	CERAMICA	mi	80,000000	639,480	51.158,40
108	0044104 - TELHA CERÂMICA COLONIAL DE 1ª	CERAMICA	mi	10,000000	549,990	5.499,90
109	0044105 - PARALELO (PARALELEPIPEDO)	AGREGADO DA NATUREZA	mi	200,000000	200,000	40.000,00
110	0044106 - PEDRA MARRUADA PAR FUNDAÇÕES E MURO DE ARRIMO	AGREGADO DA NATUREZA	METRO CÚ	60,000000	0,190	11,40
111	0044107 - TELHA BRASILIT 1,83X1,10	IMBRALIT	UND	100,000000	51,730	5.173,00
112	0044108 - TELHA BRASILIT 2,13X0,50	IMBRALIT	UND	100,000000	28,410	2.841,00
113	0044109 - TELHA BRASILIT 2,13X1,10	IMBRALIT	UND	100,000000	80,480	8.048,00
114	0044110 - TELHA BRASILIT 2,44X0,50	IMBRALIT	UND	100,000000	42,210	4.221,00
115	0044111 - TELHA BRASILIT 2,44X1,10	IMBRALIT	UND	100,000000	91,840	9.184,00
VALOR GLOBAL 04						**336.387,20**

12

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
243	0044239 - Betoneira 400L 2CV 4 Polos Monofásica 220VVolume total: 400 litros Capacidade de mistura: 310 litros, redimento final da mistura 270 L, rotação 30RPM-60Hz, correia em v"A-48, peso sem motor 155kg	MENEGOTTI	UND	2,000000	5.200,000	10.400,00
244	0044240 - Vibrador de Concreto Portátil 1000w Menegotti com Mangote 1,2 metros x 35mm	MENEGOTTI	UND	2,000000	700,000	1.400,00
245	0044241 - Martelete Rompedor Demolidor 15kg;potência mínima de 1.500W e impacto mínimo de 28 joules; mínimo de 1.400 impactos por minuto; encaixe hexagonal de 30mm.	VONDER	UND	2,000000	2.523,000	5.046,00
VALOR GLOBAL 12						**16.846,00**

Importa a presente em R$ 353.233,20 (trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e trinta e três reais e vinte centavos). VIGÊNCIA: 07/05/2026.

SANTA CRUZ/RN, 07 de maio de 2025.

ASSINATURAS: **Gilvan Pontes da Silva. Diretor/**Pelo Órgão Gerenciador e BAGDA SANARA MEDEIROS DE MORAIS –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:E9DF344D

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Processo Administrativo nº 030210/2025
OBJETO: Aquisição futura e parcelada de Materiais de Construção para atender as necessidades do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/RN
.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **COMERCIAL NUNES & NUNES LTDA**		
CNPJ: **29.210.261/0001-18**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Santa Luzia, 176, Paraíso, SANTA CRUZ/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **JÉSSICA NUNES ALVES** - CPF: **017.828.414-90**		

01

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0043997 - FERRO VERGALHÃO 1/2	ARCELOMITTAL	UND	700,000000	100,000	70.000,00
2	0043998 - FERRO VERGALHÃO 1/4	ARCELOMITTAL	UND	800,000000	34,000	27.200,00
3	0043999 - FERRO VERGALHÃO 5/16	ARCELOMITTAL	UND	800,000000	45,000	36.000,00
4	0044000 - FERRO VERGALHÃO 3/8	ARCELOMITTAL	UND	800,000000	65,400	52.320,00
5	0044001 - FERRO VERGALHÃO 5/8	ARCELOMITTAL	UND	200,000000	170,000	34.000,00
6	0044002 - CANTONEIRA PERFIL DE AÇO CA50 25MM-3M	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	120,000	3.600,00
7	0044003 - CANTONEIRA PERFIL DE AÇO CA50 30MM-3M	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	125,000	3.750,00
8	0044004 - CANTONEIRA PERFIL DE AÇO CA50 40MM-3M	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	150,000	4.500,00
9	0044005 - CANTONEIRA PERFIL DE AÇO CA50 50MM-3M	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	200,000	6.000,00
10	0044006 - MALHA POP LEVE 2MX3M (20x20 - FERRO 3.4mm)	ARCELOMITTAL	UND	50,000000	45,600	2.280,00
11	0044007 - MALHA POP MEDIA 2MX3M (15x15 - FERRO 3.4mm)	ARCELOMITTAL	UND	50,000000	55,000	2.750,00
12	0044008 - MALHA POP PESADA 2MX3M (10x10 - FERRO 4.2mm)	ARCELOMITTAL	UND	60,000000	120,000	7.200,00
13	0044009 - ARAME RECOZIDO Nº 18	SIGMA	KG	200,000000	15,000	3.000,00
14	0044010 - ARAME FARPADO 500M FINO	SIGMA	UND	50,000000	350,000	17.500,00
15	0044011 - ARAME FARPADO 400M GROSSO	SIGMA/ARCELOMITTAL	UND	50,000000	400,000	20.000,00
16	0044012 - Arame liso Galvanizado Bwg 18	SIGMA	KG	100,000000	25,000	2.500,00
17	0044013 - Arame liso Galvanizado Bwg 14	SIGMA	KG	50,000000	20,000	1.000,00
18	0044014 - Arame liso Galvanizado Bwg 12	SIGMA	KG	50,000000	20,000	1.000,00
19	0044015 - CORRENTE GALVANIZADA 5.0MM	SIGMA/BELGO	KG	100,000000	21,000	2.100,00
20	0044016 - CHAPA LISA DE FERRO (TODAS AS ESPESSURAS EM QUILOGRAMA)	ARCELOMITTAL	KG	300,000000	65,000	19.500,00
21	0044017 - FERRO BARA CHATA (TODAS AS ESPESSURAS EM QUILOGRAMA)	ARCELOMITTAL	KG	300,000000	50,000	15.000,00
22	0044018 - METALON 30X40- GALV. BARRA 6M CHAPA 18	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	110,000	3.300,00
23	0044019 - METALON 50X20- GALV. BARRA 6M CHAPA 18	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	95,000	2.850,00
24	0044020 - METALON 50X30- GALV. BARRA 6M CHAPA 18	ARCELOMITTAL	UND	30,000000	100,000	3.000,00
VALOR GLOBAL 01						**340.350,00**

03

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
77	0044073 - TUBO ESGOTO PREDIAL PVC 40MM C/06 MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	400,000000	28,500	11.400,00
78	0044074 - TUBO ESGOTO PREDIAL PVC 50MM C/06 MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	450,000000	44,000	19.800,00
79	0044075 - TUBO ESGOTO PREDIAL PVC 75MM C/06 MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	300,000000	64,000	19.200,00
80	0044076 - TUBO ESGOTO PREDIALPVC 100MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	1600,000000	74,000	118.400,00
81	0044077 - TUBO ESGOTO PREDIAL PVC 150MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	200,000000	175,000	35.000,00
82	0044078 - TUBO ESGOTO PREDIAL PVC 200MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	80,000000	380,000	30.400,00
84	0044080 - TUBO SOLDAVEL 20MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	2000,000000	14,000	28.000,00
85	0044081 - TUBO SOLDAVEL 25MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	1500,000000	20,000	30.000,00
86	0044082 - TUBO SOLDAVEL 32MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	300,000000	38,000	11.400,00
87	0044083 - TUBO SOLDAVEL 50MM C/06MTS	ASPERBRAS/KRONA	UND	300,000000	65,000	19.500,00
88	0044084 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 20.000L	FORTLEV	UND	6,000000	13.000,000	78.000,00
89	0044085 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 10.000L	FORTLEV	UND	6,000000	5.200,000	31.200,00
90	0044086 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 5.000L	FORTLEV	UND	20,000000	2.800,000	56.000,00
91	0044087 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 3.000L	FORTLEV	UND	20,000000	1.650,000	33.000,00
92	0044088 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 2.000L	FORTLEV	UND	20,000000	1.000,000	20.000,00
93	0044089 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 1.000L	FORTLEV	UND	25,000000	400,000	10.000,00
94	0044090 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 500L	FORTLEV	UND	20,000000	270,000	5.400,00
95	0044091 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 310L	FORTLEV	UND	20,000000	240,000	4.800,00
96	0044092 - BOMBONA PLÁSTICA DE 50 LITROS	MARCAS DIVERSAS	UND	20,000000	167,500	3.350,00
97	0044093 - MANGOTE -MANGUEIRA 2" PARA SUCÇÃO DE ÁGUA (LARANJA)	IBIRÁ	M	50,000000	38,000	1.900,00

98	0044094 - MANGOTE -MANGUEIRA 2.1/2" PARA SUCÇÃO DE ÁGUA (LARANJA)	IBIRÁ	M	50,000000	50,000	2.500,00
99	0044095 - MANGOTE -MANGUEIRA 3" PARA SUCÇÃO DE ÁGUA (LARANJA)	IBIRÁ	M	50,000000	85,000	4.250,00
100	0044096 - MANGOTE -MANGUEIRA 4" PARA SUCÇÃO DE ÁGUA (LARANJA)	IBIRÁ	M	50,000000	130,000	6.500,00
VALOR GLOBAL 03						**580.000,00**

14						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
101	0044097 - CIMENTO SACO COM 50KG CP II-Z	ELO	UND	3500,000000	31,110	108.885,00
VALOR GLOBAL 14						**108.885,00**

Importa a presente em R$ 1.029.235,00 (um milhão, vinte e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 07/05/2026.
SANTA CRUZ/RN, 07 de maio de 2025.
ASSINATURAS: **Gilvan Pontes da Silva. Diretor**/Pelo Órgão Gerenciador e JÉSSICA NUNES ALVES –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:EEA7E3C2

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Processo Administrativo nº 030210/2025
OBJETO: Aquisição futura e parcelada de Materiais de Construção para atender as necessidades do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/RN
.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **REMO DOS REIS SOARES COMERCIAL & DISTRIBUICAO DE MATERIAL DE CONSTRUCA**		
CNPJ: **28.988.412/0001-09**	Telefone: **4833750590**	Email:
Endereço: **R RIO BEBERIBE, 528, EMAUS, Parnamirim/RN, CEP: 59149-240**		
Representante: **REMO DOS REIS SOARES** - CPF: **838.218.133-34**		

02						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
25	0044021 - ALAVANCA AÇO 1" X 1,50M	MAX	UND	20,000000	175,000	3.500,00
26	0044022 - ALAVANCA AÇO 1.1/4" X 1,80 M	MAX	UND	10,000000	200,140	2.001,40
27	0044023 - Ponteiro Manual de Aço Para Pedreiro 3/4 X 12 (30cm)	FERTAK	UND	10,000000	21,870	218,70
28	0044024 - Ponteiro Manual de Aço Para Pedreiro 1/2X 12 (30cm)	FERTAK	UND	15,000000	28,170	422,55
29	0044025 - Ponteiro Manual de Aço Para Pedreiro 3/8X 16 (40cm)	FERTAK	UND	15,000000	43,490	652,35
30	0044026 - Ponteiro Manual de Aço Para Pedreiro 1"X 20 (50cm)	FERTAK	UND	10,000000	88,160	881,60
31	0044027 - TALHADEIRA DE AÇO 3/4"X 12 X(30CM)	FERTAK	UND	10,000000	21,620	216,20
32	0044028 - TALHADEIRA DE AÇO 1/2"X 16 X(40CM)	FERTAK	UND	10,000000	29,570	295,70
33	0044029 - TALHADEIRA DE AÇO 1"X 20 X(500CM)	FERTAK	UND	10,000000	121,030	1.210,30
34	0044030 - ALICATE UNIVERSAL 8"	FERTAK	UND	12,000000	32,710	392,52
35	0044031 - CABO PARA CHIBANCA	MALINSK	UND	40,000000	29,060	1.162,40
36	0044032 - CHIBANCA C/CABO	TEKFUND	UND	40,000000	99,760	3.990,40
37	0044033 - ENXADA C/CABO	TRAMONTINA	UND	60,000000	58,350	3.501,00
38	0044034 - LIMA P/ENXADA 8"	K&F	UND	30,000000	16,970	509,10
39	0044035 - PA BICO COM CABO	MAX	UND	100,000000	35,430	3.543,00
40	0044036 - PA QUADRADA C/CABO	MAX	UND	70,000000	38,380	2.686,60
41	0044037 - PICARETA C/CABO	TEKFUND	UND	60,000000	83,960	5.037,60
42	0044038 - MARRETA DE 1,0 KG CABO MADEIRA	TEKFUND	UND	10,000000	38,290	382,90
43	0044039 - Marreta AÇO 2,0 Kg Com Cabo De Madeira	TEKFUND	UND	10,000000	55,500	555,00
44	0044040 - Marreta AÇO 3,0 Kg Com Cabo De Madeira	MOMFORT	UND	10,000000	99,630	996,30
45	0044041 - Marreta AÇO 5,0 Kg Com Cabo De Madeira	MONFORT	UND	8,000000	179,030	1.432,24
46	0044042 - Serrote Profissional 18"	TRAMONTINA	UND	6,000000	40,130	240,78
47	0044043 - Serrote Profissional 16".	TRAMONTINA	UND	6,000000	31,090	186,54
48	0044044 - Serrote Profissional 26"	TRAMONTINA	UND	4,000000	80,850	323,40
49	0044045 - CONJUNTO SERRA COPO DIAMATADACOM 4 PEÇAS	CORTAG	UND	2,000000	128,330	256,66
50	0044046 - COLHER DE PEDREIRO Nº10	TRAMONTINA	UND	10,000000	30,120	301,20
51	0044047 - COLHER DE PEDREIRO Nº 8	TRAMONTINA	UND	10,000000	32,320	323,20
52	0044048 - CAVADOR ARTICULADO COM CABO	MAX	UND	10,000000	56,210	562,10
53	0044049 - MARTELO DE UNHAS 29MM CABODE MADEIRA 30CM	TEKFUND	UND	10,000000	60,940	609,40
54	0044050 - FOICE ROÇADEIRA COM CABO	SIGMA	UND	20,000000	62,030	1.240,60
55	0044051 - Arco de Serra Regulável para Lâminas de 300mm	FERTAK	UND	10,000000	22,630	226,30
56	0044052 - TRENA DE AÇO 100M COM MANIVELA	FERTAK	UND	2,000000	91,880	183,76
57	0044053 - TRENA DE AÇO 50M COM MANIVELA	FERTAK	UND	4,000000	45,560	182,24
58	0044054 - TRENA DE AÇO 30M COM MANIVELA	FERTAK	UND	3,000000	36,400	109,20
59	0044055 - TRENA FIBRA 30M COM MANIVELA	FERTAK	UND	5,000000	99,470	497,35
60	0044056 - TRENA FIBRA 100M COM MANIVELA	FERTAK	UND	5,000000	145,250	726,25
61	0044057 - TRENA DE METÁLICA COM ALÇA BOTÃO TRAVAMENTO 5M	FERTAK	UND	30,000000	24,300	729,00
62	0044058 - TRENA FIBRA 50M COM MANIVELA	NOVE54	UND	5,000000	102,530	512,65
63	0044059 - TALHADEIRA PARA MADEIRA	VONDER	UND	10,000000	26,940	269,40
64	0044060 - CORDA SEDA DE 8MM	FORCE	KG	50,000000	30,870	1.543,50
65	0044061 - CORDA SEDA DE 12MM	FORCE	KG	50,000000	36,400	1.820,00
66	0044062 - VASSOURÃO GARI 30CM COM CABO	POTIGUAR	UND	100,000000	30,150	3.015,00
67	0044063 - CARRO DE MÃO EXTRA FORTE	TRAMONTINA	UND	80,000000	300,800	24.064,00
68	0044064 - PNEU RÍGIDO PARA CARRO DE MÃO	AXION FERRAMENTAS	UND	30,000000	74,030	2.220,90
69	0044065 - BOTA PVC CANO LONGO	CRIVAL	Par	100,000000	45,700	4.570,00
70	0044066 - BOTA DE COURO CURTA	CARTOM	Par	150,000000	61,360	9.204,00
71	0044067 - LUVA PVC COM FORRO VERDE LONGA	KALIPSON	Par	80,000000	23,640	1.891,20
72	0044068 - LUVA DE COURO LONGA	QUALITY KOUROS	Par	150,000000	23,470	3.520,50
73	0044069 - CAPACETE DE SEGURANÇA COM SUSPENSÃO VÁRIAS CORES	PLASTCOR	UND	100,000000	19,520	1.952,00

74	0044070 - LUVA DE COURO CURTA	QUALITY KOUROS	Par	80,000000	13,060	1.044,80
75	0044071 - BALDE DE METAL PARA CONCRETO	NOVE54	UND	60,000000	17,720	1.063,20
76	0044072 - CONE DE SINALIZAÇÃO EM POLIETILENO75CMLARANJA E BRANCO	PLASTCOR	UND	50,000000	28,460	1.423,00
VALOR GLOBAL 02						**98.399,99**

07

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
139	0044135 - CADEADO 30MM	LAND	UND	10,000000	18,520	185,20
140	0044136 - CADEADO 35MM	LAND	UND	12,000000	24,350	292,20
141	0044137 - CADEADO 45MM	LAND	UND	20,000000	30,240	604,80
142	0044138 - CADEADO 50MM	stam	UND	12,000000	36,840	442,08
143	0044139 - CADEADO 60MM	PADO	UND	10,000000	54,580	545,80
144	0044140 - FECHADURA INTERNA	3F	UND	30,000000	42,610	1.278,30
145	0044141 - FECHADURA EXTERNA	3F	UND	35,000000	43,320	1.516,20
146	0044142 - TINTA LAVÁVEL GALÃO 18L (CORES VARIADAS)	TINTAS AQUARELA	UND	20,000000	74,720	1.494,40
147	0044143 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6L (CORES VARIADAS)	TINTAS AQUARELA	UND	20,000000	95,720	1.914,40
148	0044144 - TINTA ACLILICA PARA PISO 18L (CORES VARIADAS)	TINTAS AQUARELA	UND	10,000000	156,220	1.562,20
149	0044145 - TINTA ACRÍLICA 18L EXTERNA PARA PINTURA DE PAREDE (CORES VARIDAS	TINTAS AQUARELA	UND	10,000000	115,670	1.156,70
150	0044146 - Impermeabilizantes Neutrol Base Agua Emulsão Asfaltica - BALDE 18 LITROS	SOPREMA DENVER	UND	10,000000	203,870	2.038,70
151	0044147 - Aditivo Impermeabilizante Vedacit P/ Argamassas E Concretos - BALDE 18 LITROS	SOPREMA DENVER	UND	20,000000	170,830	3.416,60
152	0044148 - MANTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE ALUMINIZADADA 90CMX1M	SOPREMA DENVER	M	30,000000	21,910	657,30
153	0044149 - Manta liquida preta 18l	SOPREMA DENVER	UND	10,000000	240,350	2.403,50
154	0044150 - Cola Para Madeira 1Kg	BRAVOX	KG	30,000000	23,290	698,70
155	0044151 - SOLVENTE 1L	EUCATEX	UND	30,000000	16,430	492,90
156	0044152 - LIXA MASSA 100	WORKER	UND	100,000000	1,500	150,00
157	0044153 - LIXA MASSA 120	WORKER	UND	100,000000	1,500	150,00
158	0044154 - LIXA MASSA 150	WORKER	UND	100,000000	1,500	150,00
159	0044155 - SUPER CAL 5KG	HIDROTINTAS	UND	500,000000	9,500	4.750,00
VALOR GLOBAL 07						**25.899,98**

08

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
160	0044156 - CAIXA ENERGIA MONOFASICA	IMPLAST	UND	15,000000	40,130	601,95
161	0044157 - CAIXA ENERGIA TRIFASICA	IMPLAST	UND	15,000000	106,250	1.593,75
162	0044158 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 15 A 30AMP.	OURO LUX	UND	20,000000	9,100	182,00
163	0044159 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 A 50AMP.	OURO LUX	UND	20,000000	11,570	231,40
164	0044160 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 50AMP.	OURO LUX	UND	10,000000	12,060	120,60
165	0044161 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 30AMP.	OURO LUX	UND	10,000000	37,100	371,00
166	0044162 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 40AMP.	OURO LUX	UND	25,000000	37,800	945,00
167	0044163 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 A 60AMP.	OURO LUX	UND	25,000000	36,360	909,00
168	0044164 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 60 A 100AMP.	OURO LUX	UND	8,000000	52,090	416,72
169	0044165 - LAMPADA ELETR. 20W	OURO LUX	UND	110,000000	8,580	943,80
170	0044166 - LAMPADA ELETR. 25W	OURO LUX	UND	110,000000	10,180	1.119,80
171	0044167 - LAMPADA ELETR. 30W	OURO LUX	UND	110,000000	12,160	1.337,60
172	0044168 - LAMPADA ELETR. 46W	OURO LUX	UND	110,000000	19,360	2.129,60
173	0044169 - CABINHO FLEX 1,5MM	COBRECOM	M	500,000000	1,590	795,00
174	0044170 - CABINHO FLEX 2,5MM	COBRECOM	M	500,000000	2,320	1.160,00
175	0044171 - CABINHO FLEX 4,0MM	COBRECOM	M	500,000000	4,000	2.000,00
176	0044172 - CABINHO FLEX 6,0MM	COBRECOM	M	400,000000	6,070	2.428,00
177	0044173 - CABINHO FLEX 10,0MM	COBRECOM	M	300,000000	9,570	2.871,00
178	0044174 - CABO PP 2X1,5MM	COBRECOM	M	400,000000	5,250	2.100,00
179	0044175 - CABO PP 2X2,5MM	COBRECOM	M	400,000000	8,040	3.216,00
180	0044176 - CABO PP 3X1,5MM	COBRECOM	M	400,000000	6,340	2.536,00
181	0044177 - CABO PP 3X2,5MM	COBRECOM	M	400,000000	10,560	4.224,00
182	0044178 - FIO SÓLIDO 1,5MM	COBRECOM	M	400,000000	2,270	908,00
183	0044179 - FIO SÓLIDO 2,5MM	COBRECOM	M	300,000000	3,200	960,00
184	0044180 - FIO SÓLIDO 4,0MM	COBRECOM	M	300,000000	6,030	1.809,00
185	0044181 - FIO SÓLIDO 6,0MM	COBRECOM	M	400,000000	7,180	2.872,00
186	0044182 - FIO TORCIDO 2X1,0MM	COBRECOM	M	400,000000	2,900	1.160,00
187	0044183 - FIO TORCIDO 2X1,5MM	COBRECOM	M	300,000000	3,960	1.188,00
188	0044184 - FIO TORCIDO 2X2,5MM	COBRECOM	M	300,000000	5,890	1.767,00
189	0044185 - REFLETOR 20W	LUMANTI	UND	15,000000	22,500	337,50
190	0044186 - REFLETOR 30W	LUMANTI	UND	15,000000	26,920	403,80
191	0044187 - ELETRODUTO EM PVC ROSCAVEL25MM PEÇA 3M	INDUSPLAST	UND	100,000000	6,740	674,00
192	0044188 - ELETRODUTO EM PVC ROSCAVEL32MM PEÇA 3M	INDUSPLAST	UND	30,000000	9,030	270,90
193	0044189 - ELETRODUTO EM PVC ROSCAVEL40MM PEÇA 3M	INDUSPLAST	UND	30,000000	16,040	481,20
194	0044190 - ELETRODUTO EM PVC ROSCAVEL50MM PEÇA 3M	INDUSPLAST	UND	30,000000	21,740	652,20
195	0044191 - ELETRODUTO EM PVC ROSCAVEL60MM PEÇA 3M	INDUSPLAST	UND	30,000000	39,050	1.171,50
196	0044192 - ELETRODUTO EM PVC ROSCAVEL85MM PEÇA 3M	INDUSPLAST	UND	30,000000	23,380	701,40
197	0044193 - CONDUITE FLEXIVEL TIPO GARGANTA 1/2	IPLAN	M	300,000000	1,600	480,00
198	0044194 - CONDUITE FLEXIVEL TIPO GARGANTA 3/4	SUPERFLEX	M	300,000000	1,960	588,00
199	0044195 - CONDUITE FLEXIVEL TIPO GARGANTA 5/8	SUPERFLEX	M	100,000000	2,090	209,00
200	0044196 - QUADRO ELETRICO COM BARRAMENTO PARA 6 DIJUNTORES	MECTRONIC	UND	6,000000	30,540	183,24
VALOR GLOBAL 08						**49.048,96**

09

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
201	0044197 - BACIA SANITÁRIA BRANCA COM CAIXA ACLOPADA	LUZARTE	UND	10,000000	326,580	3.265,80
202	0044198 - LAVATÓRIO BRANCO COM COLUNA PARA BANHEIRO	LUZARTE	UND	20,000000	144,180	2.883,60
203	0044199 - LAVATÓRIO BRANCO SUSPENSO PARA BANHEIRO	LUZARTE	UND	15,000000	81,880	1.228,20
204	0044200 - DUCHA CHUVEIRO PARA BANHEIRO REDONDO METAL CROMADO	METAIS PEVILON	UND	10,000000	98,750	987,50
205	0044201 - TORNEIRA 1ª LINHA (PADRÃO DECA OU DOCOL) PARA MESA DE LAVATÓRIO DE BANHEIRO METAL CROMADO	METAIS PEVILON	UND	20,000000	90,540	1.810,80
206	0044202 - REGISTRO DE PASSAGENS 3/4" GAVETA BRONZE, ACABAMENTOS CANOPLAS METAL CROMADO - 1ª LINHA (PADRÃO DECA OU DOCOL)	METAIS PEVILON	UND	20,000000	85,630	1.712,60
207	0044203 - PIA DE COZINHA INOX 1,20MX52CMX	BRANOX	UND	5,000000	169,300	846,50

208	0044204 - TORNEIRA PLÁSTICO BRANCA PARA LAVATÓRIO DE BANHEIRO	REBOLÇAS	UND	40,000000	20,260	810,40
209	0044205 - TORNEIRAS DE PIAS DE COZINHA METAL CROMADO RETA NA PAREDE - 1ª LINHA (PADRÃO DECA OU DOCOL)	METAIS PEVILON	UND	10,000000	85,460	854,60
VALOR GLOBAL 09						**14.400,00**

Importa a presente em R$ 187.748,93 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos). VIGÊNCIA: 07/05/2026.
SANTA CRUZ/RN, 07 de maio de 2025.
ASSINATURAS: **Gilvan Pontes da Silva. Diretor**/Pelo Órgão Gerenciador e REMO DOS REIS SOARES –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:43534EBD

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

Processo Administrativo nº 030210/2025
OBJETO: Aquisição futura e parcelada de Materiais de Construção para atender as necessidades do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: SAAE DO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **Zalcbergas Injefao de Termoplasticos Ltda**		
CNPJ: **03.212.218/0001-06**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Desenbanco, 80 , CIS TOMBA, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP: 59200-000**		
Representante: **Mauro Zalcbergas** - CPF: **120.426.415-53**		

13						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
83	0044079 - CAIXA HIDRÔMETRO DE PAREDE COM LOGOMARCA SAAE	propria	UND	2500,000000	16,470	41.175,00
VALOR GLOBAL 13						**41.175,00**

Importa a presente em R$ 41.175,00 (quarenta e um mil, cento e setenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: 07/05/2026.
SANTA CRUZ/RN, 07 de maio de 2025.
ASSINATURAS: **Gilvan Pontes da Silva. Diretor**/Pelo Órgão Gerenciador e Mauro Zalcbergas –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:A7AF5791

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Processo Administrativo nº 110425/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTAR), PARA PROFISSIONAIS/SERVIDORES DAS DIVERSAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E SETORES PRODUTIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **TEMPERO E SABOR CHURRASCARIA E PIZZARIA**		
CNPJ: **30.791.044/0001-48**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Miguel Cury, 150, Alegre, Santa Cruz/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **ZÉLIA IVO DE MACÊDO** - CPF: **009.941.004-42**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0043935 - REFEIÇÃO TIPO "ALMOÇO", CARDÁPIO BÁSICO: COMPOSTA POR SALADA CRUA OU COZIDA DE ALFACE, TOMATE, CENOURA, CHUCHU, VAGEM E BATATA INGLESA; ARROZ REFOGADO; MACARRÃO; FAROFA DE CUSCUZ OU MANDIOCA; FEIJÃO PRETO, MARROM OU BRANCO; E 02 (DOIS) TIPO DE PROTEÍNA, PODENDO SER BOVINA, AVES OU PEIXE EM PREPAROS DIVERSOS; PESO APROXIMADO: 500G.	EM EDITAL	UNID.	9000,000000	12,700	114.300,00
2	0042896 - Refeição tipo "Jantar", cardápio básico: sopa com pão; tubérculo ou prato típico acompanhado de no mínimo 02 (dois) tipos de proteína em preparados diversos; peso aproximado: 400g.	EM EDITAL	UND	4000,000000	10,500	42.000,00

Importa a presente em R$ **156.300,00 (cento e cinquenta e seis mil e trezentos reais)**.
VIGÊNCIA: **09 de maio de 2026**.

SANTA CRUZ/RN, **09 de maio de 2025**.

ASSINATURAS: ANA FABRICIA DE ARAUJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **TEMPERO E SABOR CHURRASCARIA E PIZZARIA**. CNPJ Nº **30.791.044/0001-48** CPF de número **009.941.004-42** cargo **EMPRESÁRIA** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Maria Dagmar Almeida da Cunha
Código Identificador:D0A3C938

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA PROCESSO ADMINISTRATIVO 920/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, por meio do setor responsável pelas contratações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço**,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, visando o interesse público de obter a proposta mais vantajosa para objeto discriminado no item 1.1.
Os interessados deverão entrar em contato para maiores informações sobre o Termo de Referência e entrega de propostas na Sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, centro, Santana do Matos/RN – 59520-000, das 08h00min às 13h00min de segunda à sexta, ou poderão enviar as solicitações e propostas para o e-mail: **compras@santanadomatos.rn.leg.br**, dentro do horário estabelecido e prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, de acordo com a tabela com os itens abaixo.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa para o fornecimento de ÁGUA POTÁVEL E MINERAL para atender as demandas e necessidades das Secretarias Municipais do Município de Santana do Matos/RN.**
1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	**Água Potável** embalada em garrafão de 20 litros, com laudo técnico que comprove a qualidade da água.	GARRAFÃO	11.000	R$	R$
2	**Água Mineral** sem gás, envasada em garrafão de policarbonato, liso transparente, capacidade para 20lt, lacrados dentro dos padrões estabelecidos pelo departamento nacional de produção mineral (dnpm) e agência nacional de vigilância sanitária (anvisa), com marca, procedência e validade impressas na embalagem do produto	GARRAFÃO	1.500	R$	R$
					R$

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, Termo de referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.
2.1. A presente Solicitação de Cotação ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação do AVISO PESQUISA MERCADOLÓGICA, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **(compras@santanadomatos.rn.leg.br)**, fazendo referência ao aviso de Contratação Direta até a data limite dos 03 (três) dias úteis após a publicação deste aviso, até às 23:59h, sendo facultado a previsão de entrega da documentação e proposta de preços na sede da Prefeitura Municipal, aos cuidados do Setor de Compras até às 13hs.
2.1.1 Caberá ao fornecedor certificar do efetivo recebimento da proposta e documentação pelo órgão contratante, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio, caso a documentação não seja recebida dentro do prazo máximo fixado neste aviso.
2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no processo de Dispensa de licitação, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das suas informações, ainda que por terceiros não autorizados.
2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
2.2.5. Sociedades cooperativas.
2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL
3.1. O ingresso do fornecedor na dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará para e-mail: (compras@santanadomatos.rn.leg.br) ou entregar na seda da Prefeitura Municipal a proposta e documentos de habilitação com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento e envio das propostas.
3.3. A proposta de preços deverá ser apresentada formalmente, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail, CPF e pessoa de contato;
b) Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
c) Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior;
3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou os descontos ofertados, vinculam a Contratada.
3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto nas demais etapas de negociações, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, produtos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.9. No envio da proposta, o fornecedor deverá, também, demonstrar Termo de Aceitação/atestado, relativo às seguintes declarações:
3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3.9.3. Que se responsabiliza pelas informações que forem disponibilizadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3.9.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º da lei 14.133/2021.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrado o prazo para envio das propostas e documentação, será verificada a conformidade da proposta classificada como mais vantajosa quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos praticados no mercado.
4.2. Concluído o recebimento, o resultado será registrado no mapa de preços do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
4.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (Noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
4.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
4.4.1. Contiver vícios insanáveis;
4.4.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
4.4.3. Apresentar preços inexequíveis
4.4.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
4.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
4.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
4.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
4.5.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo órgão, desde que não haja majoração do preço.
4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta adicional subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será realizando concomitantemente a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item **6. – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na ordem de classificação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
5.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
5.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
5.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
5.2.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada de forma Online, nos documentos por ele abrangidos.
5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes de forma online para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes nas plataformas online, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
5.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**
6.1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
6.2. Habilitação jurídica
6.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
6.2.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
6.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
6.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
6.2.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
6.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
6.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:
6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
6.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
6.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual/municipal/distrital*, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
6.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.4. Habilitação econômico-financeira:

6.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

6.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.5.1 Apresentar 1 (um), ou mais, ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa prestou ou está prestando, a contento, os serviços objeto em características compatíveis ao deste processo.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização ou homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente como Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (Três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa de 10% (Dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
8.11. as peculiaridades do caso concreto;
8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
9.1.1 republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação;
9.5. Poderá esta Prefeitura Municipal, revogar o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado;
9.6. A Prefeitura Municipal poderá anular o presente Aviso de Dispensa e demais anexos, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação;
9.7. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso de Dispensa, não gera direito a indenização;
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência e qualquer outra documentação complementar de habilitação exigida.

Santana do Matos/RN, 09 de maio de 2025.

GLAUCIA MARIA DA SILVA CUNHA
Coordenadora de Gestão de Compras
Matrícula 3187

Publicado por:
Glaucia Maria da Silva Cunha
Código Identificador:32FBB718

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até 24 horas úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL.TOTAL
1	PNEU NACIONAL 265/70/R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
2	PNEU NACIONAL 255/70R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
3	PNEU NACIONAL 175/70R14. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	56	UNIDADE	R$ -	R$ -
4	PNEU NACIONAL 185/65 R 14. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
5	PNEU NACIONAL 205/60 R 16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
6	PNEU NACIONAL 9090 R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
7	PNEU NACIONAL 90110 R17. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
8	PNEU NACIONAL 9090 R 19 MC. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
9	PNEU NACIONAL 11090 R 17. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
10	PNEU NACIONAL 215/75 R-17,5 – Radial s/ câmara. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
11	PNEU NACIONAL 235/75 R 15. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	30	UNIDADE	R$ -	R$ -
12	PNEU NACIONAL 275/80/22,5- RADIAL SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	22	UNIDADE	R$ -	R$ -
13	PNEU NACIONAL 900/20 – DIRECIONAL. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	16	UNIDADE	R$ -	R$ -
14	CAMARA DE AR NACIONAL 900/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
15	PROTETOR NACIONAL 900/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
16	PNEU NACIONAL 750/16 - COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
17	PNEU NACIONAL 1000/20- COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
18	CAMARA DE AR NACIONAL 750/16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
19	CÂMARA DE AR NACIONAL 1000/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	22	UNIDADE	R$ -	R$ -
20	PROTETOR NACIONAL 1000/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	22	UNIDADE	R$ -	R$ -
21	PNEU NACIONAL 17.5/R 25 XHA - COMUM SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
22	PNEU NACIONAL 12.5/80 - COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
23	PNEU NACIONAL 19.5/24 - COMUM SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
24	PNEU NACIONAL 14.00/24 - RADIAL 12 LONAS. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
25	PNEU NACIONAL 18.4/34 - COMUM 12 LONAS. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
26	PNEU NACIONAL 1300/24 - COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
27	CAMARA DE AR NACIONAL 14.9/24. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
28	CAMARA DE AR NACIONAL 18.4/34. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	16	UNIDADE	R$ -	R$ -
29	PNEU NACIONAL 215/80 R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
30	PNEU NACIONAL 14.9/24 – COMUM. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
31	PROTETOR NACIONAL 14.9/24. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	12	UNIDADE	R$ -	R$ -
32	PNEU NACIONAL 275/80/22,5 - DIRECIONAL SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	16	UNIDADE	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 09 de maio de 2025.

ESTER GABRIELA MEDEIROS DO NASCIMENTO
Equipe De Apoio

Publicado por:
Ester Gabriela Medeiros do Nascimento
Código Identificador:9A87F3E7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0801/2025 – PMSF/RN

Abre crédito Suplementar por anulação de dotação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0938/2024.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 300,00 (trezentos reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa					
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando					
	5001 - Sec. Mun. de Finanças				
		2.8 - Manut. Serv. Secretaria de Finanças			
			904 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 17200000	R$ 300,00
Total da Ação:					**R$ 300,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 300,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando					
	4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração				
		2.6 - Contribuição ao PASEP			
			293 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 17200000	R$ 300,00
			Total da Ação:		**R$ 300,00**
			Total da Unidade Orçamentária:		**R$ 300,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 09 de maio de 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:E4063581

SECRET. MUL. DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 0802/2025

DECRETO Nº 0802/2025

Abre crédito adicional suplementar por superávit Financeiro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0938/2024.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A
Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 34.345,83 (trinta e quatro mil e trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Superavit Financeiro				
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando				
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana				
1.12 - Pavim. c/drenagem demais obras urbanas - Zona Urbana				
905 - 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições			Fonte: 27010000	R$ 34.345,83
Total da Ação:				**R$ 34.345,83**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 34.345,83**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

. **Art. 3º**. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 9 de maio de 2025.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

CÁLCULO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO		
DECRETO 0802/2025		
FONTE: 27010000-Outras Transferências de Convênios ou instrumentos Congêneres do Estado. - conv. Pavimentação - conta 65.255-5		
(A) Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial exercício 2024	37.609,66	

(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	-
(C) Créditos Extraordinários	-
(D) Créditos Suplementares e Especiais	-
Valor utilizado decreto	
Valor deste crédito	34.345,83
(E) Outras modificações orçamentárias efetivas	-
Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E)09/04/2025	3.263,83

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:6D171257

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 299, DE 01 DE ABRIL DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 50.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 299, DE 01 de abril de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 01 de abril de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**50.000,00**
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**50.000,00**
	2076 Manutenção Programa de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16013110	0001	50.000,00
Anexo II (Redução)					**50.000,00**
06 .002 Fundo Municipal de Saúde					**50.000,00**
	1035 Construção e Instalação de UBS/Unidade				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	50.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6854D354

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 300, DE 01 DE ABRIL DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 280.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 300, DE 01 de abril de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 280.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 01 de abril de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**280.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**280.000,00**
	2027 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental				**280.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	280.000,00
Anexo II (Redução)					**280.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**280.000,00**
	2040 Manutenção do FUNDEB 70%-Infantil				**280.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	128.400,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	151.360,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	240,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:2A7D6510

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 301, DE 01 DE ABRIL DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 160.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 301, DE 01 de abril de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 160.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 01 de abril de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**160.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**160.000,00**
	2040 Manutenção do FUNDEB 70%-Infantil				**160.000,00**
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	160.000,00
Anexo II (Redução)					**160.000,00**
05 .002 Sec.Munic.de Educação, Cultura e DespotO					**160.000,00**
	2027 Manutenção do FUNDEB 70% - Fundamental				**160.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	160.000,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:34A8A1D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 302, DE 05 DE MAIO DE 2025 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 20.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 302, DE 05 de maio de 2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 05 de maio de 2025

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**20.000,00**
	2107 Manut.do Fundo Mul.de Assistencia Social				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**20.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**20.000,00**
	2095 Manutenção das Ações do SCFV/Serviços de Convivencia e Fortalecimento de Vinculo - IDOSO				**10.164,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.260,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.904,00
	2089 Manutenção das Ações de Qualificação Profissional				**4.028,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	828,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.200,00
	2090 Apoio a Comissao de Erradecação do Trabalho Infantil				**2.904,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.452,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.452,00
	2091 Apoio ao Conselho Municipal Ass.Social				**2.904,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.452,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.452,00

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:F1E1B198

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE CONTRATO Nº 46/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 19/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA EMPRESA WT DISTRIBUIDORA EIRELI - CNPJ Nº 35.291.038/0001-45.

O Município de São Tomé/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ n. 08.080.210/0001-49, com endereço na Praça Antônio Assunção, 276, Centro, São Tomé/RN, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. Anteomar Pereira da Silva, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) WT DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.291.038/0001-45, sediado(a) na Rua José Aguinaldo de Barros - CEP: 59066220 - UF: RN - Município: Natal, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por WERNECK LIMA DE CARVALHO, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº19/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (ELETROMÓVEIS), PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DO CIM AMLAP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

Fornecedor: WT DISTRIBUIDORA EIRELI		
CNPJ: 35.291.038/0001-45	Telefone:(84) 4008-9999	Email: ng@grupowt.com.br
Endereço: Rua José Aguinaldo de Barros - CEP: 59066220 - UF: RN - Município: Natal.		
Representante:WERNECK LIMA DE CARVALHO – CPF nº 369.821.134-34.		

Item	Produto	Modelo	Marca / Fabricante	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Refrigerador, capacidade mínima 300 litros. refrigerador vertical combinado, linha branca, voltagem 220 v. classificação energética "a". gabinete externo do tipo monobloco e portas revestidas em chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática (em pó), na cor branca. sistema de isolamento térmico em espuma de poliuretano injetado no gabinete e nas portas. gabinete tipo "duplex" com duas (2) portas. partes internas revestidas com painéis plásticos moldados com relevos para suporte das prateleiras. gaveta plástica para acondicionamento de frutas, verduras e legumes. é exigido garantia mínima de 12 meses após o aceite definitivo do equipamento. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o serviço de assistência técnica "in loco", para comprovar que seu ramo de atividade é compativel com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante.	CONSUL	CONSUL	Unidade	03	R$ 3.619,99	R$ 10.859,97
04	Refrigerador vertical – capacidade mínima 250l 01 porta - cor: branco, dimensões: profundidade 69 cm/ largura 54 cm/ altura 155 cm altura com	CONSUL	CONSUL	Unidade	03	R$ 2.773,22	R$ 8.319,66

	embalagem: 160 cm/ largura com embalagem: 60 cm profundidade com embalagem: 70 cm energia – voltagem: 220 v, classificação energética a, garantia mínima de 12 meses após o aceite definitivo do equipamento. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o serviço de assistência técnica "in loco", para comprovar que seu ramo de atividade é compativel com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante.						
05	Freezer horizontal capacidade mínima 460 l. cor: branco, dimensões: largura 130 cm/ altura 90 cm/ profundidade 70 cm, voltagem: 220 v, 04 pés com rodízio para transporte, portas: 2/, tipo de degelo: manual. característica: dreno frontal com tampa; garantia mínima de 12 meses após o aceite definitivo do equipamento. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o serviço de assistência técnica "in loco". para comprovar que seu ramo de atividade é compativel com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante.	CONSUL	CONSUL	Unidade	08	R$ 6.402,75	R$ 51.222,00
06	Fogão industrial 06 bocas, com forno, grelha de ferro fundida 30x30. alimentação a gás manual. material: inox ou aço carbono pintado na cor preta ou grafite. registros de gás com manípulos expostos de fácil manuseio. pés fixos. garantia de 01 ano. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o serviço de assistência técnica "in loco", para comprovar que seu ramo de atividade é compativel com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante	METALURGICA PASTANA & GAMBARINI	METALURGICA PASTANA & GAMBARINI	Unidade	04	R$ 2.956,25	R$ 11.825,00
08	Microondas capacidade mínima de 30 litros; 10 níveis de potência; descongelamento automático e uniforme dos alimentos; timer em minutos; display e relógio digital; programação rápida; com dispositivo de segurança para crianças. especificações técnicas: na cor branca; potência: 1000 watts; voltagem: 220; freqüência: 60hz garantia mínima do fabricante de 01 ano. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o serviço de assistência técnica "in loco", para comprovar que seu ramo de atividade é compativel com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante.	ELECTROLUX	ELECTROLUX	Unidade	04	R$ 1.200,39	R$ 4.801,56
09	Liquidificador industrial 8 litros - liquidificador tipo industrial com copo, lâmina, eixo, porcas e mancalem aço inox, tampa do copo em polipropileno e gabinete com pintura eletrostática a pó. copo e maço inoxidável (inclusive o fundo) com sistema de vedação da hélice,capacidade nominal de 08 (oito) litros,voltagem 220v.garantia de 1 ano. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o	JL Colombo	JL Colombo	Unidade	06	R$ 1.548,67	R$ 9.292,02

	serviço de assistência técnica "in loco", para comprovar que seu ramo de atividade é compatível com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante.						
10	Liquidificador industrial 2 litros- liquidificador tipo industrial, com tampa, corpo em aço inox, motor de 1200 cv, tensão: bivolt, manual em português; garantia mínima 12 meses. variação 5% +/-. A empresa vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços os seguintes documentos técnicos: Declaração emitida pelo fabricante, informando que a licitante está autorizada a ofertar e prestar assistência técnica e utilizar seus documentos, dirigida a este Processo Licitatório, assinada pelo responsável legal do Fabricante. Declaração de assistência técnica "in loco" apresentada em papel timbrado da empresa prestadora e com firma reconhecida em cartório, informando que prestará a devida assistência em até 48 horas após a solicitação por escrito do solicitante, e que possui, no mínimo, 01 ano de existência na praça do Estado do Rio Grande do Norte, comprovado através de registro na junta comercial do estado correspondente, bem como, apresente o contrato social da empresa autorizada a prestar o serviço de assistência técnica "in loco", para comprovar que seu ramo de atividade é compatível com o objeto deste Processo Licitatório, bem como, nome comercial, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e e-mail. Deverá ser informado preposto com o endereço e o número de telefone para abertura de chamado/notificação da empresa, no Estado do Rio Grande do Norte, para fins de comunicação e fiscalização quando necessários pelo contratante.	JL Colombo	JL Colombo	Unidade	06	R$ 981,670	R$ 5.890,02
TOTAL DO VENCEDOR ..... R$ 102.210,23							

Valor total R$ 102.210,23 (cento e dois mil, duzentos e dez reais e vinte e três centavos)

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de R$ ***102.210,23*** *(*cento e dois mil, duzentos e dez reais e vinte e três centavos*)*

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/06/2024 *(quatro de junho de dois mil e vinte quatro)*.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do acumulado do período do IGP-M ou IPCA, a critério da administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

As solicitações devem ser feitas por meio eletrônico no seguinte endereço administrativo@cimamlap.com.br

A Administração terá o prazo de *20 (vinte) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

As petições de pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro devem ser feitas por meio eletrônico no seguinte e-mail: administrativo@cimamlap.com.br

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

O contratado deverá entregar ao setor de protocolo por meio do e-mail: administrativo@cimamlap.com.br, a Nota Fiscal para fins de pagamento, acompanhada do atesto de recebimento e os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:

moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias úteis;
O atraso superior a 30 dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *20 (vinte)* dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO REQUISITANTE: 03 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AÇÃO: 1002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2022 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2024 - MANUTENÇÃO DO QSE
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2028 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%-FUNDAMENTAL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15400000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2028 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%-FUNDAMENTAL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15420000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT

REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2029 - MANUTENÇÃO DA ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL - FUNDAMENTAL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 05 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.002 – SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
AÇÃO: 2037 - MANUTENÇÃO DA ESCOLAR EM TEMPO INTEGRAL - INFANTIL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2060 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2064 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO INCENTIVO FINAN. DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16010000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2064 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO INCENTIVO FINAN. DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2076 - MANUTENÇÃO PROGRAMA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2076 - MANUTENÇÃO PROGRAMA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16010000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES
AÇÃO: 2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INSTALAÇÕES
AÇÃO: 2083 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2101 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GESTÃO INTEGRADA COM CRIANÇA CADASTRADA EM PROTEÇÃO SOCIAL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2107 - MANUT.DO FUNDO MUL.DE ASSISTENCIA SOCIAL
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2108 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DO SIGTV
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2111 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO DESCENTRALIZADASDO SUAS - IGD-SUAS
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2095 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SCFV/SERVIÇÕS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO - IDOSO
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2115 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2133 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO UNICO - PROCADSUAS
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

ÓRGÃO REQUISITANTE: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 – SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
AÇÃO: 2119 - MANUT.DA SEC.MUNIC.DE TRIBUTAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
SUBELEMENTO: 099 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
FONTE DE RECURSO: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
REGIÃO: 0001 – SÃO TOMÉ

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de NATAL/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Tomé/RN, 09 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal de São Tomé
CNPJ Nº 08.080.210/0001-49
JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito
Representante Legal do Contratante

WT Distribuidora EIRELI
CNPJ Nº 35.291.038/0001-45
WERNECK LIMA DE CARVALHO
CPF Nº 02 369.821.134-34
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:B2847A59

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO DE MERCADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN torna público interesse em contratação do serviço abaixo detalhado e solicita que eventuais interessados apresentem propostas para aferição de Preço de Mercado.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 091/2024 que dispõe sobre as regras e diretrizes para atuação do agente de contratação e da equipe de apoio.
CONSIDERANDO a necessidade de obediência aos parâmetros impostos pela Lei 14.133/2021;

A Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN solicita a quem interessar a apresentação de proposta de preço para itens abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE FARMÁCIA BÁSICA, PSICOTRÓPICOS E INJETÁVEIS

ITENS:

LOTE I – FARMÁCIA BÁSICA

ACEBROFILINA 50MG/5ML	FRASCO	600
ALENIA 12 + 400MCG + INALADOR	CAPSULA	720
ALENIA 12 + 400MCG (REFIL)	CAPSULA	4.000
ACETILCISTEÍNA 20MG/ML (INFANTIL)	FRASCO	600
ACETILCISTEÍNA 40MG/ML (ADULTO)	FRASCO	600
ACICLOVIR 200MG	COMPRIMIDO	1.000
ACICLOVIR 50MG/G, CREME	BISNAGA	150
ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG	COMPRIMIDO	14.000
ÁCIDO ASCORBICO 500MG	COMPRIMIDO	10.000

ÁCIDO ASCORBICO FRASCO	FRASCO	1.000
ÁCIDO FOLICO 5MG	COMPRIMIDO	3.000
AD-TIL SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	200
ALBENDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	5.000
ALBENDAZOL 40MG/ML	FRASCO	500
ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	COMPRIMIDO	1.000
AMBROXOL 15MG/ML (XAROPE PEDIATRICO)	FRASCO	1.000
AMBROXOL 30MG/ML	FRASCO	1.000
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 400MG+57MG/5ML. FRASCO C/ 70ML	FRASCO	5.000
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 875MG+125MG	COMPRIMIDO	5.000
AMOXICILINA 250MG/5ML	FRASCO	2.000
AMOXICILINA 500MG	CAPSULA	30.000
AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	COMPRIMIDO	5.000
ANLODIPINO 5MG	COMPRIMIDO	40,000
ATENOLOL 25MG	COMPRIMIDO	40,000
AZITROMICINA 250MG/5ML 600MG	FRASCO	2.000
AZITROMICINA 500MG	COMPRIMIDO	10.000
BROMOPRIDA 4MG/ML, GOTAS	FRASCO	500
BUDESONIDA, SUSPENSÃO SPRAY NASAL C/ 120 ACIONAMENTOS - 32MCG	UNIDADE	200
BUTILBROMENTO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML (sem dipirona)	FRASCO	1.000
CAPTOPRIL 25MG	UNIDADE	48.000
CARVEDILOL 25MG	COMPRIMIDO	10.800
CARVEDILOL 3.125MG	COMPRIMIDO	10.800
CARVEDILOL 6.25MG	COMPRIMIDO	10.800
CEFALEXINA 250MG/5ML	FRASCO	2.000
CEFALEXINA 500MG	COMPRIMIDO	15.000
CETOCONAZOL 200MG	COMPRIMIDO	5.000
CETOCONAZOL 20MG/G	BISNAGA	800
CETOCONAZOL+BETAMETASONA+NEOMICINA 0MG/G+0,64MG/G+0,25MG/G, POMADA	BISNAGA	1.200
CINARIZINA 75MG	COMPRIMIDO	7.000
CIPROFLOXACINO 500MG	COMPRIMIDO	20.000
CLINDAMICINA 300MG	COMPRIMIDO	2.000
CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG	COMPRIMIDO	8.000
COLAGENASE 0,6 U/G	BISNAGA	700
COMPLEXO B	COMPRIMIDO	40.000
COMPLEXO B 100ML	FRASCO	500
DAPAGLIFOZINA 10MG	COMPRIMIDO	1.000
DESLORATADINA 0,5MG/ML	FRASCO	500
DEXAMETASONA 0,1MG/ML	FRASCO	1.000
DEXAMETASONA 1MG/G 01% CREME DERMATOLOGICO BISNAGA 10G	BISNAGA	1.000
DEXAMETASONA 4MG	COMPRIMIDO	10.000
DEXCLOFENIRAMINA, MALEATO 0,4+BETAMETASONA SOL. ORAL FR. 100ML + COPO MEDIDOR	FRASCO	2.000
DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG	COMPRIMIDO	36.000
DICLOFENACO SÓDICO 50MG	COMPRIMIDO	36.000
DIPIRONA 1G	COMPRIMIDO	36.000
DIPIRONA 500MG	COMPRIMIDO	50.000
DIPIRONA 500MG/ML	FRASCO	7.200
DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 0,64mg/g+ SULFATO DE GENTAMICINA 1mg/g	BISNAGA	2.000
ENALAPRIL 10MG	COMPRIMIDO	25.200
ENALAPRIL 20MG	COMPRIMIDO	36,000
ESCOPOLAMINA + DIPIRONA	FRASCO	2.000
ESPIRONOLACTONA 25MG	COMPRIMIDO	15.000
ESTRIOL 1mg/g	BISNAGA	150
FLUCONAZOL 150MG	COMPRIMIDO	4.000
FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	36.000
GLIBENCLAMIDA 5MG	COMPRIMIDO	54.000
HEDERA HELIX L. 7MG/ML	FRASCO	500
HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	108,000
HIDROXIDO DE ALUMINIO	FRASCO	1.000
HIDROXIZINA 25MG	COMPRIMIDO	8,000
HIDROXIZINA 2MG/ML 100ML	FRASCO	700
IBUPROFENO 300 MG	COMPRIMIDO	3.600
IBUPROFENO 50MG/ML GTS.	FRASCO	2.000
IBUPROFENO 600MG	COMPRIMIDO	10.000
IVERMECTINA 6MG	COMPRIMIDO	4.000
LEVOFLOXACINO 500MG	COMPRIMIDO	6,000
LEVOFLOXACINO 750MG	COMPRIMIDO	6,000
LEVOTIROXINA 25MCG	COMPRIMIDO	5,000
LEVOTIROXINA 75MCG	COMPRIMIDO	5.000
LIDOCAINA 50mg/g	BISNAGA	500
LORATADINA 10MG	COMPRIMIDO	10.000
LORATADINA 1MG/ML XAROPE C/ 100ML	FRASCO	600
LOSARTANA 50MG	COMPRIMIDO	180.000
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG	COMPRIMIDO	10.000
MALEATO DE TIMOLOL 0,5%, COLÍRIO	FRASCO	300
MELOXICAN 15MG	COMPRIMIDO	50.000
METFORMINA 500MG	COMPRIMIDO	18.000
METFORMINA 850MG	COMPRIMIDO	48.000
METILDOPA 250MG	COMPRIMIDO	900
METOCLOPRAMIDA 10MG	COMPRIMIDO	4,000
METRONIDAZOL 100MG/G, USO GINECOLOGICO.	BISNAGA	1.200
METRONIDAZOL 250MG	COMPRIMIDO	5.000
METRONIDAZOL 400MG	COMPRIMIDO	3.000
METRONIDAZOL+ NISTATINA, 100MG/G+ 20.000UI/G, CREME VAGINAL	BISNAGA	1.200
MICONAZOL 20MG/G, CREME VAGINAL	BISNAGA	1.200
NEOMICINA 3,5mg/g	BISNAGA	800

NIMESULIDA 100MG	COMPRIMIDO	100.000
NIMESULIDA 50MG/ML	FRASCO	500
NISTATINA 100.000 UI. ML SUSPENSÃO ORAL	FRASCO	500
NISTATINA CREME VAGINAL 25.000 UI/G	UNIDADE	2.000
NISTATINA+OXIDO DE ZINCO 100.000UI/G+200MG/G	UNIDADE	2.000
NITAZOXANIDA 20MG/ML, 45ML	FRASCO	1.600
NITAZOXANIDA 500MG	COMPRIMIDO	5.000
NITROFURANTOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	1.200
NORFLOXACINO 400MG	COMPRIMIDO	1.500
ÓLEO DE GIRASSOL AGE 100ML	FRASCO	300
ÓLEO MINERAL 100ML	FRASCO	1.000
OMEPRAZOL 20MG	CÁPSULA	12.000
OMEPRAZOL 40MG	CÁPSULA	14.400
OTOSPORIN, SUSPENSÃO OTOLOGICA, FRASCO C/ 10ML	FRASCO	600
PANTOPRAZOL 40MG	UNIDADE	12.000
PARACETAMOL 200MG/ML GTS.	FRASCO	5.000
PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	9.000
PARACETAMOL 750MG	COMPRIMIDO	10.000
PASTA D'ÁGUA	UNIDADE	600
PERMETRINA 1%	FRASCO	1.500
PERMETRINA 5%	FRASCO	1.500
PREDNISOLONA 3MG/ML	FRASCO	1.500
PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	5.000
PROPRANOLOL 40MG	COMPRIMIDO	10.000
ROSUVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	14.400
ROSUVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	10.000
SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL	SACHÊ	800
SECNIDAZOL 1000MG	UNIDADE	500
SIMETICONA 75MG/ML, GTS	FRASCO	1.800
SINVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	10.800
SINVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	36.000
SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9 (NASAL)	FRASCO	800
SULFADIAZINA DE PRATA, 10MG/G CREME	UNIDADE	500
SULFAMETOXAZOL+ TRIMETROPRIMA 400MG+80MG	COMPRIMIDO	12.000
SULFATO FERROSO 125MG (25MG FERRO/ML) SOL. ORAL	UNIDADE	1.000
SULFATO FERROSO 40MG	COMPRIMIDO	40.000
SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG/DOSE C/200 DOSES SPRAY	FRASCO	500
TIABENDAZOL 50MG/G	BISNAGA	800
TRIANCINOLONA ACETONIDA (POMADA BUCAL) 1MG/G	BISNAGA	500

LOTE II – PSICOTRÓPICOS

ALPRAZOLAM 2mg	COMPRIMIDO	7.000
AMITRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO	12.000
ARIPIPRAZOL 10MG	COMPRIMIDO	6.000
BIPERIDENO 2MG	COMPRIMIDO	10.000
BROMAZEPAM 3MG	COMPRIMIDO	15.000
BROMAZEPAM 6MG	COMPRIMIDO	5.000
CARBAMAZEPINA 200MG	COMPRIMIDO	10.000
CARBAMAZEPINA 20MG/ML	FRASCO	500
CARBONATO DE LÍTIO 300MG	COMPRIMIDO	24.000
CLONAZEPAM 0,5 MG	COMPRIMIDO	8.000
CLONAZEPAM 2,5MG	FRASCO	1.000
CLONAZEPAM 2MG	COMPRIMIDO	25.000
CLORPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	3.000
CLORPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	5.000
CLORPROMAZINA 40MG/ML	FRASCO	500
CODEÍNA 30MG	COMPRIMIDO	1.000
DESVENLAFAXINA 50MG	COMPRIMIDO	1.000
DIAZEPAM 10MG	COMPRIMIDO	15.000
ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO	10.000
ESCITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	5.000
FENOBARBITAL 100MG	COMPRIMIDO	10.000
FENITOÍNA 100MG	COMPRIMIDO	1.500
FENOBARBITAL 40MG/ML	FRASCO	600
FLUOXETINA 20MG	COMPRIMIDO	24.000
HALOPERIDOL 2MG/ML	FRASCO	100
HALOPERIDOL 5MG	COMPRIMIDO	10.000
LEVOMEPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	15.000
LEVOMEPROMAZINA 25MG	COMPRIMIDO	6.000
LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML	FRASCO	600
OLANZAPINA 2,5MG	COMPRIMIDO	1.500
OLANZAPINA 10MG	COMPRIMIDO	7.200
PAROXETINA 20MG	COMPRIMIDO	7.000
PAROXETINA 40MG	COMPRIMIDO	3.500
PREGABALINA 150MG	COMPRIMIDO	6.000
PREGABALINA 75MG	COMPRIMIDO	12.000
QUETIAPINA 100MG	COMPRIMIDO	3.000
QUETIAPINA 200MG	COMPRIMIDO	9.000
QUETIAPINA 25MG	COMPRIMIDO	12.000
RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	8.000
RISPERIDONA 1MG/ML	FRASCO	600
RISPERIDONA 2MG	COMPRIMIDO	8.000
RISPERIDONA 3MG	COMPRIMIDO	8.000
SERTRALINA 25MG	COMPRIMIDO	5.000
SERTRALINA 50MG	COMPRIMIDO	5.000
TOPIRAMATO 25MG	COMPRIMIDO	5.000

TOPIRAMATO 50MG	COMPRIMIDO	5.000
TRAMADOL 50MG	CÁPSULA	12.000
VALPROATO DE SÓDIO 500MG	COMPRIMIDO	5.000
VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML	FRASCO	400
VENLAFAXINA 37,5MG	COMPRIMIDO	2.000
VENLAFAXINA 75MG	COMPRIMIDO	3.000
ZOLPIDEM 10MG	COMPRIMIDO	8.000
TRAZODONA 100MG	COMPRIMIDO	1.000

LOTE III – INJETÁVEIS

ÁCIDO ASCORBICO (VIT C) INJETÁVEL	AMPOLA	800
ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML 5ML	AMPOLA	500
AMICACINA 100MG 1ML	AMPOLA	200
BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI (PÓ LIOFILIZADO, INJETÁVEL, FRASCO AMPOLA +DILUENTE.	UNIDADE	200
BENZILPENICILINA BENZATININA 1.200.000 UI (PÓ LIOFILIZADO, INJ; FRASCO AMP. + DILUENTE 5ML)	UNIDADE	300
BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA	FRASCO	5.000
BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA	FRASCO	8.000
CEFTRIAXONA 1G EV PÓ P/ SOL. INJETÁVEL+ DILUENTE AMP.	FRASCO	600
CLORIDRATO DE EPINEFRINA 1MG/ML, INJ. AMPOLA 1ML	UNIDADE	100
CLORIDRATO DE ONDASETRONA 2MG/ML, FRASCO AMPOLA	AMPOLA	500
COMPLEXO B INJETÁVEL 2ML	AMPOLA	800
DEXALGEN, INJ, AMPOLA 1ML	AMPOLA	2.000
DIAZEPAM 10MG, INJ, FRASCO AMPOLA	AMPOLA	400
DICLOFENACO DE POTÁSSIO INJ. AMP 3ML	AMPOLA	3.000
DIPIRONA INJETÁVEL AMPOLA 1G	AMPOLA	2.000
DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 2MG/ML+ FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL	AMPOLA	600
ENOXAPARINA SÓDICA 40MG SOL. INJ. SUBCUTANEA	SERINGA	200
FUROSEMIDA 10MG/ML AMP. 2ML	AMPOLA	500
IMUNOGLOBULINA HUMANA ANTI-D	UNIDADE	100
INSULINA GLARGINA 100U/ML 1 CANETA 3ML SOL. INJETÁVEL	UNIDADE	300
INSULINA LISPRO 100UI/ML (CONTENDO UM SISTEMA DE APLICAÇÃO DESCARTÁVEL PREENCHIDO COM 3ML)	UNIDADE	200
METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML	AMPOLA	2.000
OMEPRAZOL SÓDICO 40MG PÓ LIOFILIZADO. INJ FRASCO AMP+DILUENTE	FRASCO	600
PROMETAZINA 25MG/ML AMPOLA 2ML	AMPOLA	500
SUCCINATO DE HIDROCORTISONA 100MG, INJ. FRASCO AMPOLA	UNIDADE	300
SUCCINATO DE HIDROCORTISONA 500MG, INJ. FRASCO AMPOLA	UNIDADE	300
TENOXICAM 40MG FRASCO AMPOLA	UNIDADE	1.000
TRAMADOL 100MG, INJ, FRASCO AMPOLA	AMPOLA	700
XILOCAINA 2% SEM VASO, INJETÁVEL.	AMPOLA	500

As propostas apresentadas servirão para o levantamento preliminar de preços praticados no mercado e verificação da modalidade de licitação cabível.
As Cotações de Preços requeridas deverão ser encaminhadas para o e-mail: **cplsgavelinolicitacoes2020@gmail.com**, em atenção à agente de contratação, no formato portátil de documento eletrônico, tipo PDF (Portable Documento Format), contendo no mínimo:
a) Descrição do objeto;
b) Valor unitário, total e por extenso;
c) Número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
d) Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
e) Data de emissão,
f) Nome completo e identificação do responsável pela emissão. e

CONSIDERANDO o objeto e a baixa complexidade, o prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

A cotação deverá ser encaminhada até as 12h do dia 12/05/2025.

Senador Georgino Avelino, 06 de maio de 2025.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:EC6CCC43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - LICITAÇÃO N.º 09/2025

LICITAÇÃO N.º 09/2025
OBJETO:Registro de preços para futura e possível contratação de empresa visando a aquisição gradativa de Material Elétrico, para atender as demandas do Município de Serra Do Mel.
MODALIDADE: 09/2025

ATO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP).
ADJUDICO o presente procedimento em favor da(s) licitante(s):

Vencedor: J. L. B. DE MOURA - ME							
CNPJ: 04.563.924/0001-57							
Endereço: Rua Jose Eufrasio , Nº 28, Centro, /RN							
Representante: José Lino Benigno de Moua							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**QUANT**	**Preço**	**Total**	**(%)Desconto**
1	**61234**	**Registro de preco visando futura e eventual contratacao de empresa para AQUISICAO GRADATIVA DE MATERIAL ELETRICO, para atender as demandas do Municipio de Serra do Mel-RN.**	**UN**	**1,00**	**2.232.962,4000**	**2.232.962,40**	**20,01**
					Total	2.232.962,40	

Valor total da contratação 2.232.962,40
Encaminhe o processo ao Senhor Secretário da Pasta, para deliberação superior.
Serra do Mel/RN, 08/05/2025.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:52165AB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO N.º 09/2025

LICITAÇÃO N.º 09/2025
OBJETO: Registro de preços para futura e possível contratação de empresa visando a aquisição gradativa de Material Elétrico, para atender as demandas do Município de Serra Do Mel.
MODALIDADE: 09/2025

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a pratica do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 14.133./2021.
HOMOLOGO o presente procedimento tendo em vista está elaborado de acordo com a legislação vigente.

Vencedor: J. L. B. DE MOURA - ME							
CNPJ: 04.563.924/0001-57							
Endereço: Rua Jose Eufrasio , Nº 28, Centro, /RN							
Representante: José Lino Benigno de Moua							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**QUANT**	**Preço**	**Total**	**(%)Desconto**
1	**61234**	**Registro de preco visando futura e eventual contratacao de empresa para AQUISICAO GRADATIVA DE MATERIAL ELETRICO, para atender as demandas do Municipio de Serra do Mel-RN.**	**UN**	**1,00**	**2.232.962,4000**	**2.232.962,40**	**20,01**
					Total	2.232.962,40	

Valor total da contratação 2.232.962,40
Serra do Mel/RN, 08/05/2025.

HUDSON KÊNIO DE MOURA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:10F2359F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1001003/2025

APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 1001003/2025-GP

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN E EVERYBODY LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN, inscrita no CNPJ nº. 08.144.792/0001-80, com sede na Rua Manoel Joaquim de Souza, nº. 136, centro, Serrinha/RN, CEP: 59258-000, neste ato representada pela Prefeita Constitucional, Kauanny Sthefany Clemente Leão de Lima, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado EVERYBODY LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 39.530.745/0001-06, com sede na Avenida Deputado Aluízio Bezerra, Espirito Santo/RN, CEP: 59180-000, neste ato representado por residente e domiciliado por Brenda Mercedes Justiz Gonzalez Henrique, inscrita no CPF nº. 021.335.220-96, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este apostilamento ao contrato encontra amparo legalnos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; bem como na Emenda Constitucional nº. 127/2022, a Lei Federal nº. 14.434 de 4 de agosto de 2022, a decisão da ADI 7222 em trâmite no STF, Lei Municipal nº. 515 de 22 de setembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, tem por objeto: APOSTILAMENTO AO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM JORNADA DE PLANTÕES E POSTOS FIXOS DE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
Este apostilamento, desmembra do valor original do contrato os valores quanto aos itens abaixo indicados:

EVERYBODY LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA | Tipo: DEMAIS – CNPJ 39.530.745/0001-06 - Endereço: Av Deputado Aluizio Bezerra - CEP: 59180000 - UF: RN - Município: Espírito Santo - Telefone: (84) 3221-3264

Item	Especialistas	Unid.	Quantidade/Mensal	Quantidade/Anual	Valor Unitário	Valor Anual
1	Enfermeiro ESF	40h	3	36	R$ 1.318,18	R$ 47.454,48
2	Enfermeiro - Plantão	24h	31	372	R$ 331,16	R$ 123.191,52
3	Enfermeiro - Plantão	12h	62	744	R$ 165,58	R$ 123.191,52
4	Enfermeiros - Plantão	8h	10	120	R$ 110,38	R$ 13.245,60
5	Técnicos de Enfermagem ESF	40h	15	180	R$ 1.504,73	R$ 270.851.40
6	Técnicos de Enfermagem ESF	20h	10	120	R$ 1.072,91	R$ 128.749,20
7	Técnicos de Enfermagem - Plantão	24h	60	720	R$ 214,96	R$ 154.771,20
8	Técnicos de Enfermagem - Plantão	12h	120	1440	R$ 107,48	R$ 154.771,20

CLÁUSULA QUARTA – DOS DESCONTOS SOBRE A ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR:
Considerando que o aditivo se refere apenas a repasses de valores da União a título de assistência financeira complementar conforme Lei Municipal nº. 515 de 22 de setembro de 2023 não alteram os vencimentos básicos dos servidores, sobre os valores de repasse não incidirão descontos de nenhuma espécie.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antonio/RN

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Serrinha/RN, 05 de maio de 2025.

Prefeitura Municipal De Serrinha/RN
CNPJ: 08.144.792/0001-80
KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA

Everybody Locacao De Mao De Obra LTDA
CNPJ; 39.530.745/0001-06
BRENDA MERCEDES JUSTIZ GONZALEZ HENRIQUE
CPF: 021.335.220-96

TESTEMUNHAS
_____
_____

Publicado por:
Samuel Duarte de Souza
Código Identificador:0BBF6F06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ARP 39-24 CSM.2

Rua Antônio Alves da Rocha, 304 – Centro – Taipu/RN – CEP 59.565-000
CNPJ 08.114.753/-0001-30
Telefax: (084)3264.2311
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0039/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 09/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20080001/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAIPU, POR INTERMÉDIO DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU/RN** E A PESSOA JURÍDICA ELENCADA NA CLÁUSULA SEGUNDA DESTA ATA, TENDO POR OBJETO O **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICIPIO DE TAIPU/RN**, CONFORME AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE TAIPU/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº de 08.114.753/0001-30, com sede à Rua Antônio Alves da Rocha, nº 304, Centro Taipu/RN, Estado do Rio Grande do Norte, representado neste ato por seu Prefeito Constitucional o Senhor Ariosvaldo Bandeira Junior, CPF: 122.046.504-63, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Fazenda Rural, 351 – Zona Rural, Taipu/RN, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, sob o número 009/2024, cujo objetivo fora a formalização através do **PREGÃO ELETRÔNICO, REGISTRO DE PREÇOS** PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICIPIO DE TAIPU/RN**, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, nos termos Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 30, de 20 de dezembro de 2023 e pela Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor e segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, DESTINADO A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICIPIO DE TAIPU/RN,** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: CSM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA					
CNPJ: 39.910.323/0001-58					
ENDEREÇO: Rua Cel. Costa Pinheiro, 1522 – Tirol – Natal/RN-CEP: 59.015-050					
REPRESENTANTE: cesar Medeiros Sampaio – CPF:076.241.084-10					
TEL: 84 3342-8900/9998-3330	**e-mail: jrterra@gmail.com**				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
00001	ALÇA PREFORMADA 16MM	UNIDADE	300.00	3,450	1.035,00
00002	ALÇA PREFORMADA 10MM	UNIDADE	200.00	3,450	690,00
00003	ARMACAO SECUNDARIA LEVE 1 ESTRIBO GALV. A FOGO	UNIDADE	100.00	16,280	1.628,00
00004	ARRUELA QUADRADA 50X50	UNIDADE	120.00	2,570	308,40
00005	BASE P/ RELE	UNIDADE	500.00	7,790	3.895,00
00006	BOCAL E-27 PORCELANA	UNIDADE	300.00	2,760	828,00
00007	BOCAL E-40 PORCELANA	UNIDADE	150.00	11,350	1.702,50
00008	BRAÇO RETO 1 MT 25.4MM	UNIDADE	300.00	37,490	11.247,00
00009	BRAÇO RETO 1 MT 48MM	UNIDADE	200.00	143,070	28.614,00
00010	BRAÇO CURVO COM SAPATA DIAM 18 48,3MMX2.OMT PA	UNIDADE	200.00	187,470	37.494,00
00011	BRAÇO CURVO COM SAPATA DIAM 19 48,3MMX3.OMT PA	UNIDADE	200.00	222,010	44.402,00
00012	CABO FLEX 1,5MM	METRO	1,200.00	1,580	1.896,00
00013	CABO FLEX 2,5MM	METRO	3,000.00	2,760	8.280,00
00014	CABO FLEX 4MM	METRO	2,000.00	3,730	7.460,00
00015	CABO FLEX 6MM	METRO	800.00	5,080	4.064,00
00016	CABO FLEX 10MM	METRO	600.00	9,350	5.610,00
00017	CABO MULTIPLEXADO 2X 10MMý	METRO	2,000.00	5,430	10.860,00
00018	CABO MULTIPLEXADO 2X 16MMý	METRO	1,000.00	7,400	7.400,00
00019	CABO MULTIPLEXADO 2X 25MMý	METRO	1,000.00	2,170	2.170,00
00020	CABO MULTIPLEXADO 3X 16MMý	METRO	1,000.00	9,370	9.370,00
00021	CABO MULTIPLEXADO 3X 25MMý	METRO	1,000.00	2,960	2.960,00
00022	CABO MULTIPLEXADO 4X 16MMý	METRO	1,000.00	3,010	3.010,00
00023	CABO MULTIPLEXADO 4X 25MMý	METRO	400.00	3,260	1.304,00
00024	CABO PARALELO 2 X 1,5MM	METRO	800.00	3,650	2.920,00
00025	CABO PARALELO 2 X 2,5MM	METRO	1,000.00	4,930	4.930,00
00026	CABO PLASTICHUMBO 2X 1,5MMý	METRO	400.00	2,960	1.184,00
00027	CABO PLASTICHUMBO 2X 1MMý	METRO	500.00	1,780	890,00
00028	CABO PLASTICHUMBO 2X 2.5MMý	METRO	500.00	4,930	2.465,00
00029	CABO PLASTICHUMBO 2X 4MMý	METRO	500.00	2,960	1.480,00
00030	CABO PLASTICHUMBO 2X 6MMý	METRO	500.00	3,160	1.580,00
00031	CABO PP 2X 1,5MMý	METRO	1,200.00	4,090	4.908,00
00032	CABO PP 2X 10MMý	METRO	500.00	2,370	1.185,00
00033	CABO PP 2X 1MMý	METRO	500.00	1,680	840,00
00034	CABO PP 2X 2.5MMý	METRO	2,000.00	5,430	10.860,00
00035	CABO PP 2X 4MMý	METRO	500.00	10,060	5.030,00
00036	CABO PP 2 X 6MMý	METRO	500.00	12,330	6.165,00
00037	CABO PP 3X 1,5MMý	METRO	1,000.00	4,930	4.930,00
00038	CABO PP 3X 1MMý	METRO	600.00	1,180	708,00
00039	CABO PP 3X 2,5MMý	METRO	1,000.00	8,390	8.390,00
00040	CABO PP 3X 4MMý	METRO	800.00	3,110	2.488,00
00041	CABO PP 4X 1,5MMý	METRO	600.00	1,970	1.182,00
00042	CABO PP 4X 10MMý	METRO	600.00	4,240	2.544,00
00043	CABO PP 4X 2,5MMý	METRO	600.00	2,170	1.302,00
00044	CABO PP 4X 25MMý	METRO	600.00	6,220	3.732,00
00045	CABO SEMI RIGIDO 50MMý	METRO	500.00	9,870	4.935,00
00046	CABO SEMI RIGIDO 70MMý	METRO	500.00	12,830	6.415,00
00047	CAIXA COMPLETA MONOFASICA PADRÃO COSERN	UNIDADE	30.00	64,140	1.924,20

00048	CAIXA COMPLETA TRIFASICA PADRÃO COSERN	UNIDADE	30.00	177,110	5.313,30
00049	CAIXA MONOFASICA PADRÃO C/ LENTE	UNIDADE	30.00	235,820	7.074,60
00050	CAIXA TRIFASICA PADRÃO CONSERN C/LENTE	UNIDADE	30.00	488,420	14.652,60
00051	CASCATA LED 200	UNIDADE	800.00	83,870	67.096,00
00052	CASCATA LED 400	UNIDADE	600.00	138,140	82.884,00
00053	CHAVE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA 2X 30AMP	UNIDADE	15.00	256,540	3.848,10
00054	CHAVE DE ILUMINÇÃO PUBLICA 2X 60AMP	UNIDADE	20.00	448,950	8.979,00
00055	CHAVE MAGNETICA P/ MOTOR DE 10CV	UNIDADE	10.00	88,800	888,00
00056	CHAVE MAGNETICA P/ MOTOR DE 3CV	UNIDADE	10.00	31,570	315,70
00057	CHAVE MAGNETICA P/ MOTOR DE 5CV	UNIDADE	12.00	37,490	449,88
00058	CHAVE MAGNETICA P/MOTOR 7,5CV	UNIDADE	14.00	78,940	1.105,16
00059	CONECTOR PERFURANTE 70MMý	UNIDADE	500.00	9,370	4.685,00
00060	CONECTOR PERFURANTE 150MMý	UNIDADE	250.00	14,310	3.577,50
00061	DISJUNTOR MONO 10A	UNIDADE	50.00	10,060	503,00
00062	DISJUNTOR MONO 15A	UNIDADE	50.00	10,060	503,00
00063	DISJUNTOR MONO 20A	UNIDADE	50.00	10,060	503,00
00064	DISJUNTOR MONO 25A	UNIDADE	50.00	10,060	503,00
00065	DISJUNTOR MONO 30A	UNIDADE	50.00	10,060	503,00
00066	DISJUNTOR MONO 40A	UNIDADE	50.00	13,810	690,50
00067	DISJUNTOR MONO 50A	UNIDADE	50.00	13,810	690,50
00068	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A	UNIDADE	50.00	52,300	2.615,00
00069	DISJUNTOR TRIFÁSICO 70A	UNIDADE	50.00	64,140	3.207,00
00070	DISJUNTOR TRIFÁSICO 80A	UNIDADE	50.00	64,140	3.207,00
00071	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100A	UNIDADE	50.00	145,040	7.252,00
00072	DISJUNTOR TRIFÁSICO 150A	UNIDADE	50.00	182,540	9.127,00
00073	DISJUNTOR TRIFÁSICO 200A	UNIDADE	50.00	197,340	9.867,00
00074	ESCADA EXTENSÍVEL VAZADA 4,85-8,40M	UNIDADE	5.00	2.861,430	14.307,15
00075	FITA ISOLANTE 20 METROS	UNIDADE	150.00	8,240	1.236,00
00076	FITA ISOLANTE ALTA 10 METROS	UNIDADE	100.00	29,600	2.960,00
00077	LAMPADA METALICA 70W	UNIDADE	500.00	9,870	4.935,00
00078	LAMPADA METALICA 150W	UNIDADE	250.00	5,920	1.480,00
00079	LAMPADA METALICA 250W	UNIDADE	250.00	6,910	1.727,50
00080	LAMPADA METALICA 400W	UNIDADE	100.00	6,910	691,00
00081	LAMPADA MERCURIO 250W	UNIDADE	120.00	6,910	829,20
00082	LAMPADA MERCURIO 400W	UNIDADE	70.00	6,910	483,70
00083	LAMPADA VAPOR DE SODIO 70W	UNIDADE	400.00	5,920	2.368,00
00084	LAMPADA BULBO LED 40W E40	UNIDADE	150.00	9,870	1.480,50
00085	LAMPADA SUPERLED 15W	UNIDADE	200.00	10,850	2.170,00
00086	LÂMPADA BULBO LED 20W	UNIDADE	350.00	13,810	4.833,50
00087	LÂMPADA BULBO LED 30W	UNIDADE	1,200.00	24,170	29.004,00
00088	LAMPADA BULBO LED 40W	UNIDADE	2,000.00	36,510	73.020,00
00089	LAMPADA BULBO LED 50W	UNIDADE	2,000.00	42,430	84.860,00
00090	LÂMPADA BULDO LED 85W	UNIDADE	150.00	10,850	1.627,50
00091	LÂMPADA BULDO LED 100W	UNIDADE	500.00	12,330	6.165,00
00092	LAMPADA TUBULAR LED 9W T8	UNIDADE	300.00	7,890	2.367,00
00093	LAMPADA TUBULAR LED 18W T8	UNIDADE	300.00	8,880	2.664,00
00094	LAMPADA STREET LIGTH E40 40W 6500K 220V	UNIDADE	50.00	15,790	789,50
00095	LUMINÁRIA ABERTA EM ALUMINIO 70W E-27	UNIDADE	300.00	37,990	11.397,00
00096	LUMINÁRIA ABERTA EM ALUMINIO 250W E-27	UNIDADE	250.00	39,470	9.867,50
00097	LUMINÁRIA FECHADA EM ALUMINIO 250W E-27	UNIDADE	200.00	21,710	4.342,00
00098	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 50W - TEMPERATURA DE COR BRANCO FRIO(5.000-6.500K) FLUXO LUMINOSO: 140LM/W TIPO DE LENTE: VIDRO/POLICARBONATO FA- TOR DE POTÊNCIA (FP): • >0,95 IRC: >0,70 (ÍNDICE REPRO- DUÇÃO DE COR) VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS (MÍNIMA) COM TOMADA	UNIDADE	800.00	300,940	240.752,00
00099	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W - TEMPERATURA DE COR BRANCO FRIO (5.000-6.500K) LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W - TEMPERATURA DE COR: BRANCO FRIO (5.000-6.500K) FLUXO • LUMINOSO: 140LM/W TIPO DE LENTE:VIDRO/POLICARBONATO FATOR DE POTÊNCIA (FP): >0,95 IRC: >0,70 (ÍNDICE REPRO- DUÇÃO DE COR) VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS (MÍNIMA)COM TOMADA	UNIDADE	500.00	508,150	254.075,00
00100	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150W - TEMPERATURA DE COR BRANCO FRIO (5.000-6.500K) LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150W - TEMPERATURA DE COR:BRANCO FRIO (5.000-6.500K)FLUXO • LUMINOSO: 140LM/W TIPO DE LENTE:VIDRO/ POLICARBONATO FA- TOR DE POTÊNCIA (FP): >0,95 IRC: >0,70(ÍNDICE REPRO- DUÇÃO DE COR) VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS (MÍNIMA)COM TOMADA	UNIDADE	200.00	636,420	127.284,00
00101	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W - TEMPERATURA DE COR BRRANCO FRIO (5.000-6.500K) LUMINÁRIA PÚBLICA LED 200W - TEMPERATURA DE COR: BRANCO FRIO (5.000-6.500K) FLUXO • LUMINOSO: 130LM/W TIPO DE LENTE: VIDRO/ POLICARBONATO FA- TOR DE POTÊNCIA (FP): >0,95 IRC: >0,70(ÍNDICE REPRO- DUÇÃO DE COR) VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS (MÍNIMA)COM TOMAD	UNIDADE	100.00	799,230	79.923,00
00102	LUVA ELETR.CL/00-2500 V.TP.II- 10,0 POL. - PRETA	UNIDADE	30.00	394,680	11.840,40
00103	LUVA ELETR.CL/00-5000 V.TP.II- 10,0 POL. - PRETA	UNIDADE	20.00	572,290	11.445,80
00104	LUVA ELETR.CL/00-10000 V.TP.II- 10,0 POL. – PRETA	UNIDADE	10.00	661,090	6.610,90
00105	MANGUEIRA DE LED 12/13MM BRANCO FRIO ROLO COM 100M	UNIDADE	200.00	937,360	187.472,00
00106	MANGUEIRA DE LED 12/13MM BRANCO QUENTE ROLOCOM 100M	UNIDADE	200.00	937,360	187.472,00
00107	MANGUEIRA DE LED 12/13MM AZUL ROLO COM 100M	UNIDADE	50.00	937,360	46.868,00
00108	MANGUEIRA DE LED 12/13MM VERDE ROLO COM 100M	UNIDADE	50.00	937,360	46.868,00
00109	MANGUEIRA DE LED 12/13MM VERMELHO ROLO COM 100M	UNIDADE	50.00	937,360	46.868,00
00110	OLHAL GALVANIZADO 5/8	UNIDADE	80.00	23,190	1.855,20
00111	PARAFUSO MAQ GALVANIZADO 200MM	UNIDADE	120.00	14,010	1.681,20
00112	PARAFUSO MAQ GALVANIZADO 250MM	UNIDADE	120.00	14,800	1.776,00
00113	PARAFUSO MAQ GALVANIZADO 300MM	UNIDADE	120.00	17,270	2.072,40
00114	PARAFUSO MAQ GALVANIZADO 350MM	UNIDADE	120.00	18,750	2.250,00
00115	PARAFUSO MAQ GALVANIZADO 400MM	UNIDADE	120.00	18,750	2.250,00
00116	PARAFUSO MAQ GALVANIZADO 450MM	UNIDADE	120.00	20,720	2.486,40
00117	PISCA PISCA 5M	UNIDADE	1,000.00	24,670	24.670,00
00118	PISCA PISCA 10M	UNIDADE	1,000.00	32,560	32.560,00
00119	Porca olhal	UNIDADE	100.00	16,080	1.608,00
00120	POSTE CONCRETO ARMADO DT 05/200	UNIDADE	8.00	394,680	3.157,44
00121	POSTE CONCRETO ARMADO DT 07/200	UNIDADE	8.00	444,010	3.552,08
00122	POSTE CONCRETO ARMADO DT 11/200	UNIDADE	10.00	592,020	5.920,20
00123	POSTE CONCRETO CIRCULAR 7/200	UNIDADE	8.00	513,080	4.104,64
00124	POSTE CONCRETO CIRCULAR 9/200	UNIDADE	8.00	601,890	4.815,12
00125	POSTE CONCRETO CIRCULAR 10/200	UNIDADE	8.00	690,690	5.525,52
00126	POSTE CONCRETO CIRCULAR 12/200	UNIDADE	8.00	690,690	5.525,52
00127	POSTE CONCRETO CIRCULAR 16/200	UNIDADE	8.00	769,630	6.157,04

00128	POSTE DE FERRO TELECONICO DE 10 METROS	UNIDADE	15.00	2.466,750	37.001,25
00129	POSTE DE FERRO TLECONICO DE 6 METROS	UNIDADE	10.00	1.973,400	19.734,00
00130	REATOR VAPOR METALICO EXT 70W	UNIDADE	300.00	14,800	4.440,00
00131	REATOR VAPOR METALICO EXT 150W	UNIDADE	150.00	19,730	2.959,50
00132	REATOR VAPOR METALICO EXT 250W	UNIDADE	100.00	22,690	2.269,00
00133	REATOR VAPOR METALICO EXT 400W	UNIDADE	50.00	27,630	1.381,50
00134	REFLETOR LED 50W	UNIDADE	350.00	52,300	18.305,00
00135	REFLETOR LED 100W	UNIDADE	500.00	65,120	32.560,00
00136	REFLETOR LED 150W	UNIDADE	300.00	98,670	29.601,00
00137	REFLETOR LED 200W	UNIDADE	500.00	157,870	78.935,00
00138	REFLETOR LED 300W	UNIDADE	200.00	276,280	55.256,00
00139	REFLETOR LED 500W	UNIDADE	180.00	444,010	79.921,80
00140	REFLETOR LED 1000W	UNIDADE	100.00	789,360	78.936,00
00141	REFLETOR LED 400W MODULAR	UNIDADE	80.00	1.578,720	126.297,60
00142	REFLETOR LED 500W MODULAR	UNIDADE	50.00	1.973,400	98.670,00
00143	REFLETOR LED 1000W MODULAR	UNIDADE	40.00	2.121,400	84.856,00
00144	RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO, LIGA DE NOITE (L N)RELÉ FOTO CONTROLADOR ELETRÔNICO, LIGA DE NOITE (LN), FALHA DESLIGADO (FD / FAIL OFF), CONFORME ABNT NBR 5123, EM POLICARBONATO COM PROTEÇÃO UV, CAPACIDADE DE CARGA DE 1000W RESISTIVO, TEN- SÃO DE FUNCIONAMENTO DE 220V E 60HZ, PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE 2K	UNIDADE	800.00	26,640	21.312,00
00145	RELE FOTOCELULA NA	UNIDADE	1,000.00	25,650	25.650,00
00146	SAPATILHA 75 ñ 5 0, 54 ñ 6 - 100 20	UNIDADE	350.00	3,160	1.106,00
00147	TRANSFORMADOR 45 KVA A ÓLEO PARA POSTE, INCLUSO SUPORTE DE POSTE TRANSFORMADOR 45 KVA A ÓLEO PARA POSTE, INCLUSO SUPORTE DE POSTE, COMUTADOR ROTATIVO EXTERNO OU INTERNO, SUPORTE PARA PÁRA-RAIOS, ALÇA DE SUSPENSÃO, TERMINAL DE ATERRAMENTO	UNIDADE	4.00	3.650,790	14.603,16
00148	TRANSFORMADOR 75 KVA A ÓLEO PARA POSTE, INCLUSO SUPORTE DE POSTE TRANSFORMADOR 75 KVA A ÓLEO PARA POSTE, INCLUSO SUPORTE DE POSTE, COMUTADOR ROTATIVO EXTERNO OU INTERNO, SUPORTE PARA PÁRA-RAIOS, ALÇA DE SUSPENSÃO, TERMINAL DE ATERRAMENTO	UNIDADE	3.00	4.933,500	14.800,50
00149	TRANSFORMADOR 112,5 KVA A ÓLEO PARA POSTE, INCLUSO SUPORTE DE POSTE TRANSFORMADOR 112,5 KVA A ÓLEO PARA POSTE, INCLUSO SUPORTE DE POSTE, COMUTADOR ROTATIVO EX- TERNO OU INTERNO, SUPORTE PARA PÁRARAIOS, ALÇA DE SUSPENSÃO,TERMINAL DE ATERRAMENTO	UNIDADE	2.00	8.880,300	17.760,60
				VALOR TOTAL R$	2.990.661,76

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA.

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

TAIPU/RN, 04 de setembro de 2024.

Prefeitura Municipal De Taipu/RN
CNPJ: 08.114.753/0001-30
ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito

CSM Comercio E Serviços LTDA
CNPJ: 39.910.323/0001-58
CESAR MEDEIROS SAMPAIO
CPF: 076.241.084-10
Representante Legal

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:13C7977A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU AVISO DE COTAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE COTAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

A Prefeitura Municipal de Taipu/RN, por intermédio da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 53/2025, em conformidade com o Artigo 75, Inciso II, nos termos da Lei Federal de nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar de nº 123/06, torna público para conhecimento dos interessados que, fará realizar COTAÇÃO ELETRONICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a manutenção em aparelhos de ponto eletrônico do município de Taipu/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

A necessidade da contratação justifica-se para garantir o correto funcionamento e a confiabilidade do equipamento, resolvendo os problemas em tempo hábil.

ORÇAMENTO ESTIMATIVO - 040720/0061 - MANUTENÇÃO DE RELOGIO DE PONTO						
LOTE DE ITENS AUTÔNOMOS						
LOTE/ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**MED. DE FORNEC.**	**QNT**	**VAL. UNIT. (R$)**	**VAL. TOTAL (R$)**
00/001	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA RELOGIO DE PONTO ELETRONICOS Especificação : SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE PONTOS ELETRONICOS BIOMÉTRICOS, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSORIOS (SE HOUVER) DE MODO A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU.		SERVIÇOS	88,00	580,00	51.040,00
LOTE 00 - VALOR TOTAL						**51.040,00**
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO						**51.040,00**

As Propostas de Preços deverão ser enviadas para o e-mail da CPL, cpl@taipu.rn.gov.br, até as 23h59 do dia 15 de maio de 2025, onde será verificado a menor proposta para o objeto e posterior análise dos documentos de Habilitação contidos no TR, no caso da proposta vencedora.

Taipu/RN, 09 de maio de 2025.

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO
Agente de Contratação

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:2163D55A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU AVISO DE COTAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE COTAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

A Prefeitura Municipal de Taipu/RN, por intermédio da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 53/2025, em conformidade com o Artigo 75, Inciso II, nos termos da Lei Federal de nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar de nº 123/06, torna público para conhecimento dos interessados que, fará realizar COTAÇÃO ELETRONICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado e de refrigeração do município de Taipu/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

A necessidade da contratação justifica-se para garantir o correto funcionamento e a confiabilidade do equipamento, resolvendo os problemas em tempo hábil.

ORÇAMENTO ESTIMATIVO - 040903/0061 - MANUTENÇÃO EM REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO						
LOTE DE ITENS AUTÔNOMOS						
LOTE/ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**MED. DE FORNEC.**	**QNT**	**VAL. UNIT. (R$)**	**VAL. TOTAL (R$)**
00/001	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 9000 A 36000 BTUS		Hora	400,00	33,49	13.396,00
00/002	MANUTENÇÃO REPARAÇÃO DE GELADEIRA EM GERAL		Hora	200,00	31,62	6.324,00
00/003	MANUTENÇÃO DE FREEZER EM GERAL		Hora	100,00	56,52	5.652,00

00/004	MANUTENÇÃO REPARAÇÃO DE BEBEDOUROS EM GERAL		Hora	100,00	53,24	5.324,00
00/005	INSTALAÇÕES E REMOÇÕES DE AR CONDICIONADOS EM GERAL DE 9000 A 36000 BTUS		Hora	100,00	76,83	7.683,00
LOTE 00 - VALOR TOTAL						**38.379,00**
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO						**38.379,00**

As Propostas de Preços deverão ser enviadas para o e-mail da CPL, cpl@taipu.rn.gov.br, até as 23h59 do dia 15 de maio de 2025, onde será verificado a menor proposta para o objeto e posterior análise dos documentos de Habilitação contidos no TR, no caso da proposta vencedora.

Taipu/RN, 09 de maio de 2025.

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO
Agente de Contratação

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:6C961B79

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU AVISO DE COTAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE COTAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

A Prefeitura Municipal de Taipu/RN, por intermédio da Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 53/2025, em conformidade com o Artigo 75, Inciso II, nos termos da Lei Federal de nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar de nº 123/06, torna público para conhecimento dos interessados que, fará realizar COTAÇÃO ELETRONICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a aquisição de peças de aparelhos de ar condicionado e de refrigeração do município de Taipu/RN, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

A necessidade da contratação justifica-se para garantir o correto funcionamento e a confiabilidade do equipamento, resolvendo os problemas em tempo hábil.

ORÇAMENTO ESTIMATIVO - 041033/0061 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO						
LOTE DE ITENS AUTÔNOMOS						
LOTE/ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**MED. DE FORNEC.**	**QNT**	**VAL. UNIT. (R$)**	**VAL. TOTAL (R$)**
00/001	FORNECIMENTO DE PEÇAS DESTINADOS A MANUTENÇÃO CONSERTOS DE ELETRODOMESTICOS (AR CONDICIONADOS, GELADEIRAS , FREEZER E BEBEDOUROS)		PEÇAS	1,00	60.000,00	60.000,00
LOTE 00 - VALOR TOTAL						**60.000,00**
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO						**60.000,00**

As Propostas de Preços deverão ser enviadas para o e-mail da CPL, cpl@taipu.rn.gov.br, até as 23h59 do dia 15 de maio de 2025, onde será verificado a menor proposta para o objeto e posterior análise dos documentos de Habilitação contidos no TR, no caso da proposta vencedora.

Taipu/RN, 09 de maio de 2025.

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO
Agente de Contratação

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:489AF4A8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 91/2024 – PREGAO ELETRONICO 08/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.612.382/0001-77, com sede à Francisco Amaral, 103 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.
CONTRATADO: GAS SAO FRANCISCO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 09.315.161/0001-49, com Endereço na RUA SEVERINO JOSÉ DE SOUZA, 92, BUGI, FLORANIA/RN, CEP: 59335-000.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RECARGA, VASILHAME, KITS E ACESSÓRIOS PARA BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA (GLP) DE 13 KG PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN.
ACRÉSCIMO:

ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QUANTITATIVO CONTRATADO UND**	**QUANTITATIVO COM ACRECIMO 25%**
1	0010231 - BOTIJÃO DE GÁ S DE COZINHA, TIPO GLP – (GAS LIQUEFEITO DE PETRÓ LEO), CAPACIDADE DE 13 KG, CONFORME A LEGISLAÇ Ã O VIGENTE - ANP – (RECARGA).	**720**	**900**
2	0010232 - BOTIJÃ O DE GÁ S DE COZINHA, TIPO GLP – (GAS LIQUEFEITO DE PETRÓ LEO), CAPACIDADE DE 13 KG, CONFORME A LEGISLAÇ Ã O VIGENTE - ANP (VASILHAME + RECARGA COMPLETA).	**50**	**62,5**
3	0010233 - MANGUEIRA BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA, TIPO GLP – (GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), CAPACIDADE DE 13 KG, COM 2(DUAS) ABRAÇADEIRAS,	**50**	**62,5**

	MATERIAL BORRACHA NITRÍLICA SILICONADA, DIÂMETRO ½ POL, APLICAÇÃO GPL – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, COMPRIMENTO 1,20 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MALHA DE AÇO FLEXÍVEL, PRODUTO APROVADO PELO IMMETRO.		
4	0010234 - REGISTO PARA BOTIJÃO DE GÁS, TIPO GLP – (GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), CAPACIDADE DE 13 KG, RECOMENDÁVEL PARA USO DOMÉSTICO, TIPO BAIXA PRESSÃO, UTILIZADO EM GPL (GÁS DE COZINHA), VAZÃO MÁXIMA 2KG/H DE GPL, UTILIZÁVEL EM BOTIJÕES DE 2KG E 13KG, COMPONENTES INTERNOS AÇO E ZAMAC, BORBOLETA E PINO EM LATÃO, VALIDADE DE 5 ANOS APÓS A DATA DE FABRICAÇÃO, PRODUTO APROVADO PELO IMMETRO.	**50**	**62,5**

VIGENCIA: Fica Prorrogado até 08/05/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 09 de maio de 2025.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA –
Prefeito

JOSÉ MARCELO AZEVEDO DE OLIVEIRA –
Sócio Administrador.

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:3B79B71D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.068, DE 09 DE MAIO DE 2025

"Dispõe sobre o reajuste salarial dos profissionais do magistério do Município de Florânia, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Florânia/RN, o Sr. Saint Clay Alcântara de Medeiros, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu **sanciono** a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Florânia autorizado a reajustar a remuneração básica de todos os servidores que integram o magistério público municipal para fins de compatibilização com o Piso Nacional do Magistério vigente, no importe de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento).
Parágrafo único. As tabelas de vencimentos serão corrigidas, considerando os consequentes reajustes autorizados, conforme aplicado na tabela integrante do anexo I da presente lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a janeiro de 2025.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia Em 09 de maio de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município de Florânia

ANEXO I

ANOS	**0 A 4**	**5 A 9**	**10 A 14**	**15 A 19**	**20 A 24**	**25 A 30**
CARGO/NÍVEL	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**
PME - I	3.635,10	3.853,21	4.084,40	4.329,47	4.589,23	5.277,62
PME - II	3.853,21	4.084,40	4.329,47	4.589,23	4.864,59	5.594,28
PME - III	4.084,40	4.329,47	4.589,23	4.864,59	5.156,46	5.929,93
PME - IV	4.329,47	4.589,23	4.864,59	5.156,46	5.465,85	6.285,73
PME - V	4.589,23	4.864,59	5.156,46	5.465,85	5.793,80	6.662,87

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia Em 09 de maio de 2025.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município de Florânia

Publicado por:
Laedson Silva de Medeiros
Código Identificador:EC636BF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
POLITICA MUNICIPAL PARA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

POLITICA MUNICIPAL PARA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

São João do Sabugi,28 de março de 2025
São João do Sabugi/2025

PREFEITO
Anibal Pereira de Araujo

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Kamila de Souza Morais

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Dacineide Santos de Medeiros
Livanda Lopes de Morais

TECNICA ADMINISTRATIVA
Maria Gabriela de Souza Brito
Thaysla Freitas Soares

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Kamila de Souza Morais
Dacineide Santos de Medeiros
Livanda Lopes de Morais
Francineide de Medeiros Dias
Simone Nogueira de Araujo Brito
Maria do Céu de Medeiros Santana Azevedo
Claudete Medeiros

EQUIPE TÉCNICA

Maria Gabriela de Souza Brito
Thaysla Freitas Soares

SUMARIO

Apresentação
Objetivos
Valores, missão e visão
Aprendizagem permanente e o currículo Integrado
Educação Infantil em tempo Integral
Ensino Fundamental em tempo Integral
Perspectiva Inclusiva e outros
Considerações Finais

Referencias Bibliográficas
Anexo I
Anexo II
Anexo III

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN
Apresentação

A Educação Integral por meio da Política de Escola em Tempo Integral da rede municipal de ensino de São João do Sabugi – RN, entende é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constitui como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. É uma proposta contemporânea porque, alinhada as demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo. Essa educação é inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas.
A Educação em tempo integral é uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica. Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Nesse sentido a intersetorialidade em políticas públicas é um desafio, mas, no âmbito da Educação Integral, é condição necessária para seu êxito.
Como concepção, a proposta de Educação Integral é pensar um currículo que atenda o ser humano na sua totalidade para que eles se envolvam como protagonista defendendo as causas sociais, reflitam e busquem alternativas como garantia de direito frente a uma educação humanizada e com equidade, deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral, implementado, pela rede municipal de ensino de São João do Sabugi/RN por meio da oferta da Educação em Tempo Integral a qual prevê a permanência do aluno no mínimo 7h por dia na escola. Em geral, as escolas em tempo integral oferecem estudos orientados, oficinas complementares de educação cultural, artística, desportiva, saúde entre outros, para os estudantes que são matriculados com uma carga horária mais extensa. A mesma é um modelo de ensino que não consiste apenas em passar mais tempo na escola, consiste em desenvolver todas as dimensões do estudante: intelectual, física, emocional, social e cultural, onde que com mais tempo disponível na escola, é possível trabalhar a educação uma forma mais ampla e eficiente, visto propor a integração de diferentes áreas do conhecimento com propostas interdisciplinares e temas contemporâneos, estabelecendo relações mais estreitas entre o aprendizado e o cotidiano dos estudantes
Considerando que o ensino em tempo integral vai muito além de otimizar as horas disponíveis, ampliando o tempo que os alunos passam na escola, esta modalidade de ensino visa à formação e ao desenvolvimento global dos estudantes durante a Educação Básica, conforme nos ampara a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Objetivo

A Educação em Tempo Integral propõe formar cidadãos plenos e preparados para a vida, por meio de práticas sociais atrelado a vida cotidiana sendo potencializador das aprendizagens. Nessa concepção os estudantes da educação infantil, do ensino fundamental anos iniciais e anos finais, ressignifica a promoção do desenvolvimento e a implementação ao ensino integral dos alunos, por meio dos aspectos intelectual, afetivo, social, físico e cultural.

Objetivos específicos

O objetivo é assegurar o ensino de qualidade às crianças do município de São João do Sabugi/RN, a partir da valorização da cultura dentro do nosso município, buscando estimular o desenvolvimento da autoestima, da autocrítica e da auto avaliação dos estudantes, elementos considerados como fundamentais para que os alunos tenham iniciativa, disciplina e organização;
Aprender a escutar lidar com raiva e a angústia, respeitar o próximo e a colaborar são habilidades importantes para se desenvolver por meio de atividades lúdicas;
Promover articulações e convivências entre educadores, comunidade e famílias, programas e serviços públicos, entre governos, dentro e fora da escola;
Compreender a aprendizagem como algo permanente na vida dos indivíduos e não apenas relacionada à fase escolar dos mesmos;
Entender que a escola é articuladora de todo o processo educativo, em uma construção participativa que inclui todos os segmentos da comunidade escolar e demais agentes envolvidos;
Desenvolver ações com articulação intersetorial e com o território;
Fomentar os princípios que norteiam a Educação em Tempo Integral do município;
Valorizar a diversidade e o reconhecimento dos diferentes povos sujeitos de direitos.
Valores

Ética, transparência, respeito, comprometimento, tolerância, solidariedade, autonomia, compromisso, cooperação, inovação e responsabilidade.
Visão

Até 2026 tornar a rede pública municipal referência em educação na Região, ofertando uma educação para o desenvolvimento das máximas potencialidades, formando o estudante da Educação infantil, do Ensino Fundamental de forma que desenvolvam competências necessárias para o egresso numa nova periodização de ensino, ensino médio regular ou técnico, e sua preparação para a convivência no século XXI.

Missão

Assegurar aos estudantes uma educação de qualidade e permanência, contribuindo na formação de um ser unilateral, que atenda a vivência na sociedade, sua formação para a conclusão da vida acadêmica e o seu projeto de vida, proporcionando a escola condições necessárias para que haja completo desenvolvimento cognitivo, valores e convívio social, possibilitando um caminho de sucesso no mundo acadêmico e do trabalho.

Aprendizagem permanente e o Currículo Integrado

Para a educação integral é fundamental que a questão da multidimensionalidade dos sujeitos esteja contemplada em todos os aspectos do processo de ensino-aprendizagem, garantindo interações e estratégias que garantam o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também social, emocional, físico e cultural.

[...] "Os currículos devem enfatizar aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que apoie os estudantes no acesso e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento". (Nóvoa, Antônio, Relatório da Unesco 2022)

O desenvolvimento integral é, portanto, o elemento central da proposta formativa da Educação Integral. Isso significa que na Educação Integral os conteúdos acadêmicos se articulam aos saberes dos alunos e comunidades, dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais. [...] Visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto considerando-os como sujeitos de aprendizagem, afim de promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Considerando a relevância de serem estabelecidos processos educativos que incluam as diferentes infâncias e juventudes as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir". (BNCC, 2017, p.14)

Além disso, são também elementos curriculares na Educação Integral, a atuação da Lei N°10.639/2003 e da Lei Nº 11.645/2018 que determina a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino em conformidade com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq).

As formas de gestão e organização da instituição (escola, organização social ou projeto), sua relação com o território, a rede de agentes envolvidos, as práticas pedagógicas, a formação de educadores e as estratégias de avaliação, também estão inseridas nos Currículos. Portanto essa relação com a dimensão do território educativo, estimula a investigação, a compreensão e a incorporação desses diferentes agentes das comunidades constituindo uma política crítica, reflexiva, democrática e transformadora.

Educação Infantil em Tempo Integral

O Currículo na Educação Infantil da Escola em Tempo Integral estar embasado nos seguintes aspectos: os princípios éticos, políticos e estéticos; a indissociabilidade do educar e do cuidar; nas interações e brincadeiras e pelos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento: Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se. Nesse sentido, o trabalho pedagógico será organizado a partir dos campos de experiências estabelecido na BNCC.

• o eu, o outro e o nós;
• corpo, gestos e movimentos;
• traços, sons, cores e formas;
• escuta, fala, pensamento e imaginação;
• espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Os campos de experiências contemplam a formação da identidade, interação com o meio, ampliação de possibilidades psicomotoras, linguagem corporal, representação simbólica, diferentes formas de expressão artística, desenvolvimento da linguagem oral e escrita, noções matemáticas e construção de conhecimentos em variados domínios do pensamento, senso crítico, autonomia e coletividade. Além dos campos de experiencias devemos assegurar também atividades complementares da parte diversificada na Educação Infantil tais como: momento da Literatura infantil, momento de alimentação, higiene e hora do descanso, momento da recreação, momento de musicalização, momento de Linguagem Oral e Escrita e momento de jogos pedagógicos.

Ensino Fundamental em Tempo Integral

A estruturação curricular da Escola em Tempo Integral inclui o currículo do Ensino Fundamental e Componentes da Parte Diversificada.

Assim a oferta de educação em tempo integral para o Ensino Fundamental -Anos Iniciais, no município de São João do Sabuga/RN, é organizada pela Base Nacional Comum (BNCC) e pelo Documento Curricular do Rio Grande do Norte (DCRN) e está dividida em cinco áreas de conhecimento, além da Parte Diversificada, a saber:

• BNC - Áreas de conhecimento
- Códigos e Linguagens:
Língua Portuguesa, Arte, Educação Física
- Matemática: Matemática
- Ciências da Natureza: Ciências
- Ciências Humanas: História e Geografia
- Ensino Religioso: Ensino Religioso
• Parte diversificada
- Aprofundamento em Leitura e Escrita
- Experimentando o mundo
- Protagonismo

- Estudo Orientado
- Projeto Integrado

Perspectiva inclusiva

As diferenças inerentes a cada pessoa constroem a riqueza de nossa humanidade. A Proposta de educação integral, então, deve respeitar todas as diferenças representadas pelas deficiências, origem étnica racial, condição econômica, origem geográfica, orientação sexual, religiosa ou qualquer outro fator.

A educação integral apóia-se na ideia de que é necessário reconhecer e abolir barreiras arquitetônicas, políticas, culturais e atitudinais para que todos os espaços sejam inclusivos; e que a diversidade se constitua não apenas como um valor como também é uma oportunidade de desenvolvimento de crianças e jovens em suas diversas dimensões. No contexto da escola, esta perspectiva se concretiza no acesso e permanência qualificada em classe comum da rede regular.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva é estabelecida na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que determina a garantia da educação inclusiva em todas as etapas, assegurando a plena participação e o direito à aprendizagem sob o prisma da não discriminação. Essa convenção foi acolhida no país como emenda constitucional pelo Decreto 6.949 de 2009. Em 2015, foi sancionada a Lei nº 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A LDB a define como "modalidade educacional destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação". Em 2008, foi promulgada pelo Ministério da Educação a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A política orienta que o público-alvo da educação especial (PAEE) seja matriculado em classes comuns, com a garantia das ofertas do atendimento educacional especializado (AEE) e, quando necessário, de profissionais de apoio escolar.

No que diz respeito à alocação de matrículas de tempo integral, recomenda-se a oferta de Atendimento Educacional Especializado, os recursos e os profissionais de apoios necessários, a partir de avaliação pedagógica, como dispõe a Nota Técnica MEC/Secadi/DPPE No. 4, de 2014.

A oferta de educação integral em tempo integral para o PAEE deve considerar, sempre que for o caso, a demanda de atendimento dos estudantes na rede intersetorial de assistência e cuidados.

Em termos de etapa, sugere-se a priorização da educação infantil, buscando o desenvolvimento integral na primeira infância e seus efeitos positivos para a continuação da escolarização, como também nos anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, promovendo a permanência escolar, a conclusão da educação básica obrigatória e a mitigação do abandono e evasão escolar.

Gestão democrática

Para garantir a pertinência de um projeto pedagógico e a efetividade das suas estratégias, é fundamental a participação educativa, decisória e avaliativa de todos os envolvidos, em todas as etapas do processo: do planejamento ao acompanhamento dos resultados. Dessa forma, a participação dos próprios alunos, inclusive das crianças pequenas, é fundamental. No contexto da Educação Integral, a gestão democrática é imprescindível para garantir que o processo educativo esteja de fato orientado pelo contexto, interesses e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Nas escolas, a gestão democrática está garantida por lei e prevê que o Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino seja construído e acompanhado com a participação ativa da comunidade (alunos, educadores, famílias e comunidade). Para isso é fundamental o diálogo permanente e que o acompanhamento das ações e resultados das escolas seja feito coletivamente por todos e todas.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Cabe à cada instituição escolar ampliar essa visão da LDB, prevendo a gestão democrática em seus PPP’s.

Portanto a gestão democrática requer um conjunto de valores, atitudes e práticas para que se efetive como uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas que atendam a necessidade do coletivo, da diversidade do interesse público.

Ampliação do tempo

O desenvolvimento integral é um processo contínuo e permanente, que começa no nascimento do indivíduo, se estende por toda a vida e acontece em diferentes espaços: em casa, na escola, no território. Quanto mais complexas, diversificadas e qualificadas forem as interações a que um indivíduo tem acesso, mais rico será seu universo social e cultural, as conexões que ele será capaz de estabelecer e as suas possibilidades de inserção e intervenção social. Por esse motivo, a Educação Integral compreende que os processos educativos devem articular os diferentes espaços e tempos de aprendizagem disponíveis e garantir a ampliação e diversificação de interações significativas para todas as pessoas.

E, para que a escola possa garantir todos os aspectos previstos na Educação Integral, o tempo de quatro horas diárias que caracteriza a média da jornada escolar brasileira se mostra insuficiente. Portanto, para a Educação Integral é fundamental a ampliação da jornada para um período entre sete e nove horas diárias. Compreende que não se trata apenas da ampliação do tempo na escola e de seus espaços, nesse sentido, a ampliação do tempo escolar visa o aprofundamento das aprendizagens e desenvolvimento pleno, dessa maneira, a ampliação do tempo integral é uma estratégia para favorecer a organização de um currículo integrado e integrador que considera o protagonismo do estudante, amplia e articula diferentes experiências educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola, com a participação da comunidades escolar nos processos educativos e na gestão escolar.

Esta jornada deve ser definida de acordo com os contextos locais e as necessidades dos alunos em cada etapa, sem perder de vista a importância de que os alunos tenham acesso a diferentes interações mediadas pela escola.

Políticas Públicas de Educação em Tempo Integral

A Educação Integral é uma concepção de educação definida pelo compromisso com o desenvolvimento integral de todos os sujeitos. Ou seja, a Educação Integral reconhece os sujeitos na sua multidimensionalidade e se compromete com a estruturação de estratégias que garantam a todos, em condições de igualdade, o direito a uma educação de qualidade. Este compromisso deve ser o cerne da concepção, implementação e avaliação das políticas publicas e se refletir concretamente na forma e organização das escolas e nas práticas pedagógicas dos docentes, ações estas de extrema necessidade, um compromisso a nível federal, o qual consta no Plano Nacional de Educação - PNE, meta 6, bem como no Plano Municipal de Educação de São João do Sabugi-RN – PME, Lei Municipal nº 694/2015.
De acordo com o PNE, 2014, os municípios têm que se adequar a exigência de:
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O intuito é que pelo menos25% dos alunos da educação básica sejam atendidos. Composto por 20 metas, o PNE foi sancionado em 2014 e estabeleceu diretrizes e estratégias para a educação brasileira em um período de dez anos.
Em Política de Educação Integral que garanta qualidade com equidade, alguns dispositivos são fundamentais:
Planejamento da Gestão Educacional – definição clara de desafios, metas e estratégias;
Alinhamento entre todos os atores envolvidos no sistema: convergência de esforços em todos os níveis;
Modelo de gestão estruturado e sustentável que articule, de maneira dialógica, a secretaria e as escolas;
Marcos legais que garantam sustentação a política;
Articulação intersetorial que garanta complementaridade as estratégias escolares;
Além disso, são condições estruturantes de uma Política de Educação Integral:
Mínimo de 7 horas diárias de jornada;
Definição das aprendizagens esperadas para cada etapa;

• Programa de formação de professores com pelo menos 50% de professores de cada escola envolvidos.

Flexibilidade para a construção de formas e organização escolar diferenciada;
Processo estruturado de avaliação da política;
Processo estruturado de acompanhamento e tutoria dos professores;
Garantia de tempo de planejamento e trabalho colaborativo em cada escola;
Recursos didáticos de qualidade e disponíveis que apoiem as práticas de referência dos professores;
Infraestrutura escolar adequada: mobiliário flexível, internet, acessibilidade, espaços diferenciados e adequados às faixas etárias (ateliê, biblioteca, espaços de convivência e descanso, quadra e espaços verdes, alimentação e higiene pessoal), recursos digitais disponíveis aos estudantes;
Interação permanente com outros agentes e espaços não escolares como parte da política de educação integral;
Articulação de rede de proteção social aos estudantes com integração mínima das políticas de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social.

Estrutura curricular da Escola de Tempo Integral de São João do Sabugi

Organização da Matriz Curricular: Base Nacional Comum e Parte Diversificada, em anexo

Processo avaliativo na Educação de Tempo Integral

Além da organização curricular fundada em termos da Base Comum e Base Diversificada, já mencionada, a avaliação da aprendizagem tem destaque no contexto curricular, sendo entendida, no projeto, como instrumento auxílio ao progressivo desenvolvimento pessoal dos alunos e de resposta ao compromisso com a qualidade do trabalho educativo que a escola se propôs a desenvolver.
A avaliação deve se constituir como uma proposta de observação, acompanhamento e análise que contemple todas as atividades desenvolvidas na Instituição de Ensino, desde as ações diretamente relacionadas à aquisição de conhecimentos específicos, nas atividades de aprendizagem, até àquelas que dizem respeito ao comportamento social do educando, como por exemplo, as relações interpessoais, os cuidados com o ambiente e o entorno social e, não menos importante, o manuseio com os materiais de trabalho, quer seja o computador quer sejam cadernos, instrumentos musicais, esportivos e afins.
Dessa forma, a atenção dos educadores da educação de tempo integral estaria direcionada para 4 (quatro) dimensões do processo avaliativo: dimensão cognitiva, dimensão psicomotora, dimensão do comportamento social e dimensão tecnológica (fluência tecnológica).
Considerou-se, ainda, que essas dimensões acima citadas comporão um processo único e indissolúvel de avaliação, de forma que não haja supremacia de uma sobre a outra, ratificando a compreensão de desenvolvimento integral do aluno.
Para tal, os educadores podem utilizar diversos instrumentos, tais como: diário de bordo, fóruns, blogs, auto avaliação, planilha de acompanhamento, entre outros, organizando e sintetizando as informações em um parecer avaliativo ou ficha de acompanhamento e realizando a análise dos dados coletados para mudar a atuação educativa no planejamento de intervenções que garantissem a aprendizagem dos alunos.

Gestão administrativa e pedagógica

A gestão administrativa e pedagógica da escola de tempo integral exige o compromisso coletivo de um fazer democrático por parte do grupo gestor: diretores, coordenadores e professores/supervisores – na mediação com a comunidade escolar de ações que visassem a qualidade da educação na aprendizagem dos alunos. Para tal, esse grupo deve conhecer detalhadamente a proposta e as concepções epistemológicas, metodológicas e organizacionais pretendidas para a educação de tempo integral, incorporando os recursos tecnológicos, assim como os documentos construídos pela Secretaria Municipal de Educação para orientar o fazer pedagógico na escola, construindo o Projeto Político Pedagógico - PPP juntamente com a comunidade escolar possibilitando assim igualdade de condições e oportunidades para todos.
A formação continuada deve ser foco ininterrupto do trabalho do grupo gestor junto ao corpo docente no sentido de propiciar momentos de estudo, reflexão e troca de experiências, garantindo o diálogo, a articulação das atividades e do grupo de professores, bem como coordenar a participação no processo de construção/implementação do projeto pedagógico. Para coordenar essas ações, a Secretaria Municipal de Educação deve buscar cursos que contribuam com os anseios dos profissionais de educação.

Nas horas atividades semanais do período matutino e do período vespertino, caberá a equipe gestora e professores as seguintes atribuições:
À equipe pedagógica, cabe pensar e coordenar as atividades coletivas bem como acompanhar as atividades de estudo individuais dos professores, dando-lhes subsídios todas as vezes que se faça necessário;
A hora-atividade pode se constituir em um espaço de formação continuada, de acordo (BRASIL, 2015), esse pode ser um espaço onde cabem propostas de formação continuada que se voltem para o "saber estudar", saber pesquisar e elaborar individual ou coletivamente suas sínteses e aprendizagens;
O conteúdo da formação poderá estar direcionado às seguintes ações:
Formação continuada, possibilitando momentos para o professor expor suas dificuldades e necessidades;
Desenvolver projeto e sugestões dos professores para os próximos encontros;
Construir coletivamente ou realimentar o Projeto Político Pedagógico (PPP), delineando diretrizes gerais para a compreensão da organização pedagógica da escola;
Garantir que seja um espaço para desenvolver atividades pedagógicas, propiciando o trabalho em equipe, a troca de experiências e a tematização da prática;
Articulação do grupo gestor (coordenadores e diretores) para planejar ações comuns voltadas para os problemas que ocorrem nos ambientes de aprendizagem e outras questões mais amplas que dizem respeito à escola;
Garantir, sempre que possível, a socialização do trabalho desenvolvido entre os professores, como forma de valorização das produções individuais e coletivas;
Encontro entre as escolas para troca de experiências e formação continuada;
Oferecer subsídios para a elaboração dos projetos de intervenção na realidade da escola com o objetivo de melhoria do processo educativo;
Acesso a projetos bem-sucedidos;
Planejar e organizar atividades culturais;
Elaborar estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias sociais;
Propiciar o conhecimento da legislação educacional em vigor e do estatuto da criança e do adolescente, como fundamentos da prática educativa.
Ainda como atribuição administrativo-pedagógica do grupo gestor, cabe ao desenvolvimento de estratégias de articulação entre a escola, família e comunidade, cativando a sociedade local com o projeto da educação de tempo integral para que a escola seja percebida como patrimônio comunitário, o qual deve ser cuidado e apoiado para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Tecnologias na Educação de Tempo Integral

O uso intensivo da tecnologia para o desenvolvimento da fluência tecnológica dos alunos é um dos princípios estabelecidos para a didática na Escola de Tempo Integral, demanda adquirir os equipamentos e profissionais aptos para o uso dessas tecnologias, do professor o domínio dessa competência.
Assim, sendo, faz necessário despertar no aluno o aprendizado conforme a BNCC traz a cultura digital como uma das Competências Gerais que consolidam a proposta de educação integral de forma que estabelece as bases para preparar os estudantes não apenas para utilizar a tecnologia, mas para compreender suas implicações éticas, sociais e culturais.

Acompanhamento e apoio da Secretaria Municipal de Educação para as escolas de Tempo Integral

O acompanhamento de técnicos e assessorias às Escolas de Tempo Integral deve ter o cunho de atender, apoiar e subsidiar a implementação dessas instituições, auxiliando seus funcionários na reflexão sobre os projetos pedagógicos da escola à luz do projeto das instituições de tempo integral, acompanhando a operacionalização das atividades previstas na escola, divulgando os conhecimentos construídos, contribuindo com a elaboração de documentos de acompanhamento sistemático da aprendizagem dos alunos e promovendo a socialização de práticas diferenciadas e exitosas ocorridas nas instituições de tempo integral.
Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação deverá criar em seu organograma um grupo de trabalho específico, com assessoria aos projetos e oficinas, possuindo um núcleo de Acompanhamento das Escolas de Tempo Integral para assistir periodicamente as Instituições de Ensino, tanto de forma presencial quanto virtual, promovendo encontros com os diversos profissionais da escola, no sentido de levantar dados que orientassem às demandas de atendimento e apoio especializado, fazendo cumprir as disposições legais, bem como as orientações para o Programa Escola em Tempo Integral.

Premissas e objetivos	
Modelo	Escola de Tempo Integral
Método	Pedagogia Histórico-Crítica
Protagonismo	Estudantes proativos, proficiente, competentes e solidários.
Formação Continuada E Corpo Docente	Professores e equipe de apoio comprometidos e qualificados, incorporando os princípios educativos do modelo; Estabelecer estratégias de recuperação contínua para os estudantes de menor rendimento; Estimular o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na escola pelo corpo docente; Desenvolver aprendizagem assegurando os direitos e objetivos de aprendizagem de cada estudante.
Gestão	Gestores comprometidos com o desenvolvimento das atividades e com a evolução dos resultados pactuados; Desenvolver confiança da criança no ambiente da instituição; Desenvolver com a Equipe momentos de discussão sobre como melhorar e resolver os problemas que surgem no decorrer do dia a dia; Favorecer um ambiente seguro e acolhedor. Fazer cumprir as determinações legais do Regimento Escolar. Promover o diálogo aberto escola-família, tornando a comunidade mais ativa, parceiras nos projetos e atividades pedagógicas, bem como, participação nas decisões coletivas e nos conselhos de escola.
Secretaria Municipal	Secretaria Municipal de Educação envolvida no desenvolvimento da política pública de educação integral em tempo integral do projeto, bem como suporte técnico e financeiro. Garantir excelência educacional na rede publica de ensino do município de São João do Sabugi/RN
Oficinas e nivelamento	
As oficinas serão realizadas no período no contraturno, sendo: Oficina de iniciação musical; Oficina de educação cultural e artística; Oficina de educação desportiva e saúde; Oficina de leitura, produção de texto, oralidade e letramento matemático;	

Estudo Orientado de Língua Portuguesa e Matemática;

Considerações Finais

A implantação da Política Pública da Escola em Tempo Integral, demanda compromisso com uma educação de qualidade, planejamento e monitoramento constante da Secretaria de Educação frente as ações intersetoriais a serem desenvolvidas. Nesse contexto a participação da comunidade escolar é de suma importância em os aspectos do território educativo.
Apesar dos valores da proficiência e do nível de desempenho dos alunos do tempo integral estar na média, eles são análogos aos de outras escolas do município que funcionam em tempo regular, o que gera questionamentos, na própria gestão municipal, sobre a validade da Escola de Tempo Integral para a melhoria da qualidade de ensino e a pertinência de serem realizados investimentos nessa política pública.
Os resultados do SAEB apesar de estar satisfatório, ainda não são os esperados pelo município de São João do Sabugi-RN. No cálculo do IDEB, essas médias de desempenho são combinadas com o indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação, gerando a nota da escola ou do município por etapa de escolarização (anos iniciais e finais), por isso se faz necessário a implantação de um ensino de tempo integral pautada em atividades tecnológicas, atividades esportivas, que auxiliam o aluno na compreensão dos conteúdos da base comum e que esta base seja direcionada para haver maior integração de resultados.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 mar. 2025.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 26 mar. 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ ato2011- 2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.
BRASIL. Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) – 2015. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP.
BRASIL. Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.
BRASIL. Portaria nº 1.495, de 2 de Agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-progra mas/programas/programas_suplementares/educacao- basica/portaria -no-1-495-de-2-de-agosto-de-2023.pdf/view. Acesso em: 10 mar. 2024.
BRASIL. Portaria nº 2.036, de 23 de Novembro de 2023. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Acesso em: 12 mar. 2024.
SÃO JOÃO DO SABUGI. Plano Municipal de Educação (2015 – 2025). Secretaria Municipal de Educação, 2015.
SÃO JOÃO DO SABUGI. Decreto n° 6.582 de 09 de abril de 2024. Define as Diretrizes Gerais para a Implantação da Política da Escola Em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São João do Sabugi - RN. Disponível em: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/. Acesso em: 27 março de 2025. NÓVOA, Antônio. Relatório da Unesco 2022;
RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

ANEXO I

MATRIZ CURRICULAR
EDUCAÇÃO INFANTIL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL CRECHE E PRÉ-ESCOLA

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	**CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS**	**CARGA HORÁRIA / AMPLIADA**	
		SEMANAL	**ANUAL**
Conviver Brincar Participar Explorar Expressar Conhecer-se	Eu, outro e nós Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	20h/a	800h
PARTE DIVERSIFICADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL		**CARGA HORÁRIA / AMPLIADA**	
		SEMANAL	**ANUAL**
Orientação alimentar, higiene e hora de descanso.		1h	40h
Musicalização		1h	40h
Literatura infantil / Contação de História		3h	120h
Recreação.		4h	160h
Linguagem oral e escrita		4h	160h
Jogos pedagógicos		2h	80h
TOTAL		**15h**	**600h**

ANEXO II

MATRIZ CURRICULAR – ANOS INICIAIS
ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

	ÁREA DO CONHECIMENTO	**COMPONENTES CURRICULARES**	**1º Ano**		**2º Ano**		**3º Ano**		**4º Ano**		**5º Ano**	
			S	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	**LINGUAGENS**	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
		Língua Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
	MATEMÁTICA	Matemática	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS HUMANA	História	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
		Geografia	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120

	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL / ANUAL DE HORAS-AULAS DA BASE NACIONAL CURRICULAR			**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**
PARTE DIVERSIFICADA	**COMPONENTE CURRICULAR**	**ATIVIDADE**										
	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
		Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	ESPORTE E LAZER	Práticas Esportivas e Recreativa	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160
	ARTE E CULTURA	Iniciação Musical	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE	Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL SEMANAL/ANUAL DE HORAS – AULA DA PARTE DIVERSIFICADA			**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**
TOTAL DE HORAS-AULA			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

LEGENDA: S – Semana A - Anual

ANEXO III

MATRIZ CURRICULAR – ANOS FINAIS
ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

			6º Ano		**7º Ano**		**8º Ano**		**9º Ano**	
			S	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**	**S**	**A**
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	**ÁREA DO CONHECIMENTO**	**COMPONENTES CURRICULARES**								
	LINGUAGENS	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160
		Língua Inglesa	02	80	02	80	02	80	02	80
		Arte	02	80	02	80	02	80	02	80
		Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
	MATEMÁTICA	Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	04	160	04	160	04	160	04	160
	CIÊNCIAS HUMANA	História	04	160	04	160	02	160	02	160
		Geografia	02	80	02	80	04	80	04	80
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL SEMANAL / ANUAL DE HORAS-AULAS DA BASE NACIONAL CURRICULAR			**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**
PARTE DIVERSIFICADA	**COMPONENTE CURRICULAR**	**ATIVIDADE**								
	ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160
		Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160
	ESPORTE E LAZER	Práticas Esportivas e Recreativas	03	120	03	120	03	120	03	120
	ARTE E CULTURA	Iniciação Musical	02	80	02	80	02	80	02	80
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE	Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade	02	80	02	80	02	80	02	80
TOTAL SEMANAL/ANUAL DE HORAS – AULA DA PARTE DIVERSIFICADA			**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**	**15**	**600**
TOTAL DE HORAS-AULA			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

LEGENDA: S – Semana A - Anual

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:48A1A78C